



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2153

Segunda-feira - 26 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Ibiam	194	Porto Belo.....	417
Alto Bela Vista.....	4	Ilhota	209	Porto União.....	418
Balneário Piçarras.....	5	Imarui	210	Presidente Castello Branco.....	420
Barra Bonita.....	7	Imbituba	211	Presidente Nereu.....	425
Barra Velha.....	10	Indaial.....	215	Princesa	428
Bom Jesus do Oeste.....	11	Iomerê.....	217	Rio do Sul.....	429
Botuvera.....	12	Ipuacú.....	218	Rio Fortuna.....	430
Braço do Trombudo.....	23	Ipumirim	229	São Bento do Sul.....	431
Caçador.....	24	Itaiópolis	248	São Carlos	433
Camboriú.....	42	Itapema	249	São Domingos.....	463
Campo Alegre	48	Itapoá	250	São João do Sul	464
Campos Novos.....	55	Joaçaba	251	São Joaquim	465
Capinzal	78	Lajeado Grande.....	272	São José.....	468
Catanduvas.....	98	Lebon Regis.....	279	São José do Cedro.....	469
Cocal do Sul.....	99	Leoberto Leal.....	281	São Lourenço do Oeste.....	471
Concórdia	101	Massaranduba.....	339	São Miguel da Boa Vista	474
Corupá	105	Meleiro	344	São Miguel do Oeste.....	497
Dionísio Cerqueira	108	Modelo	345	Schroeder	499
Doutor Pedrinho.....	109	Mondaí.....	348	Seara	501
Faxinal dos Guedes.....	110	Navegantes.....	357	Siderópolis.....	562
Flor do Sertão.....	111	Novo Horizonte	369	Sul Brasil	563
Forquilha.....	112	Orleans	371	Tigrinhos	566
Fraiburgo.....	113	Palmitos	372	Timbó	567
Frei Rogério	175	Papanduva.....	377	Três Barras	588
Garopaba.....	176	Paraíso	385	Treze Tílias	589
Garuva	183	Passos Maia	389	Trombudo Central.....	591
Grão Pará	184	Paulo Lopes	390	Videira.....	594
Guaramirim.....	190	Penha.....	391	Vitor Meireles.....	620
Guarujá do Sul.....	193	Pinheiro Preto	401	Xaxim.....	621

Associações

AMAVI.....	626	AMMVI	626
------------	-----	-------------	-----

Consórcios

AGIR	637
CIGA	639
CIMVI.....	646
CIS/AMMVI.....	647
CISAM	655

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 188/2016

DECRETO Nº 188/2016 – DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 384,16 (Trezentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Programa de Atendimento Estadual e Federal – IGD/PETI e Outros.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.90.00.0.1.0000/11 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS	
3.1.90.00.0.1.0000/11 Aplicações Diretas	R\$ 384,16
TOTA	R\$ 384,16

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS	
3.3.90.00.0.1.0000/16 Aplicações Diretas	R\$ 384,16
TOTAL	R\$ 384,16

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 189/2016

DECRETO Nº 189/2016 – DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Será considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais dia 30 de dezembro de 2016, em virtude do feriado de Primeiro de Ano.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de dezembro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 190/2016

DECRETO Nº 190/2016 – DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

“REAJUSTA O VALOR DAS DIÁRIAS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO SECRETÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n. 694, de 06.12.90, combinado com as disposições da Lei nº 2.463, de 13 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reajustados em 7,78% (sete vírgula setenta e oito por cento) os valores das diárias a serem concedidas aos servidores e agentes políticos que prestam serviços ao Poder Público Municipal e se ausentam, temporariamente, da sede administrativa a serviço do Município.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, os valores das diárias passam a ser os seguintes:

I – aos que percebem vencimento de até R\$ 1.470,37:R\$ 172,18;
 II – aos que percebem vencimento de até R\$ 2.205,57:R\$ 258,31;
 III - aos que percebem vencimento de até R\$ 3.675,97:R\$ 322,88;
 IV - aos que percebem vencimento acima de R\$ 3.675,97:R\$ 403,60;
 V – aos Secretários e ao Vice-Prefeito:
 a) Capital do Estado de Santa Catarina e demais cidades R\$ 451,68;
 b) Capital Federal e demais capitais EstaduaisR\$ 903,43;
 VI – ao Prefeito:

- a) Capital do Estado de Santa Catarina e demais cidades R\$ 707,03;
b) Capital Federal e demais capitais EstaduaisR\$ 903,43.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 297/2016

PORTARIA Nº 297/2016 de 23 de dezembro de 2016

“CONCEDE CESSÃO REMUNERADA DE FUNCIONÁRIO CONFORME CONVÊNIO Nº 004/2012 de 31/08/2012 ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder cessão remunerada da servidora JANETE GUISELENI, inscrita no CPF nº 656.897.129-49 funcionária efetiva no cargo de Auxiliar de Defesa Civil, admitida em 12/12/2016, atendendo ao convênio nº 004/2012 de 31 de agosto de 2012, firmado entre o município de Água Doce e o Estado de Santa Catarina – Corpo de Bombeiros Militar.

Artigo 2º É de responsabilidade desta municipalidade o pagamento dos vencimentos mensais, bem como adicionais previstos em Lei, de acordo com a Lei 015/99, Lei Complementar 058/2009 e Convênio 004/2012.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de dezembro de 2016
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan Danguí
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016- CÂMARA DE VEREADORES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Alto Bela Vista, Sra. LEONICE GRÄTNER ENGEL, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

Processo de Licitação: 02/2016

Licitação nº 02/2016

Modalidade: Tomada de Preços

Data de Homologação: 23/12/2016

Data de Adjudicação: 23/12/2016

Forma de Reajuste: Sem reajuste (somente reequilíbrio econômico/financeiro)

Objeto da Licitação: Locação de sistemas de informática específicos de Contabilidade Pública, Folha de Pagamento e do portal da transparência para Câmara Municipal de Vereadores de Peritiba.

FORNECEDORES E ITENS VENCEDORES:

Betha Sistemas Ltda.

Ítem	Qtde	Un.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	12	Mês	Software de Contabilidade pública para 01 usuário	359,00	4.308,00
02	12	Mês	Software de Compras e licitações para 01 usuário	234,00	2.808,00
03	12	Mês	Software de Patrimônio via internet para 01 usuário	234,00	2.808,00
04	12	Mês	Software de Folha de Pagamento para 01 usuário	328,00	3.936,00
05	12	Mês	Software de Recursos Humanos para 01 usuário	230,00	2.760,00
06	12	Mês	Portal da Transparência	158,00	1.896,00
Item	Qtde	Un.	Descrição	Valor Unitário	
1	100	Hora Técnica	Hora técnica para prestação de serviços de suporte técnico * conforme a necessidade	80,00	
2	15	Diária	Reembolso de despesas com diárias para suporte técnico in loco* conforme a necessidade	151,00	
3	3.000	KM	Reembolso das despesas com deslocamento no suporte técnico in loco * conforme a necessidade	0,80	

Alto Bela Vista/SC em 23 de dezembro de 2016

LEONICE GRÄTNER ENGEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 01/2016 DO CONTRATO 32/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

ADITIVO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 032/2016/PMBP de 12/07/2016

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

MODALIDADE Inexigibilidade nº 006/2016

As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Terceira do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência em 12 (doze) meses, de 01/01/2017 até 31/12/2017, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93.

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Balneário Piçarras(SC), 23 de dezembro de 2016.

Prefeito Municipal – Leonel José Martins

início em 23 de dezembro de 2016 .

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 23 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda,

Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 357/2016

PORTARIA N.º 357/2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 330/2015 de 04 de agosto de 2015 a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de CHEFE DE GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Senhor, WILSON CLAUDIO MASSON, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF nº 006.976.609-66 e CI nº. 4.244.393 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município, a partir da presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 21 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 358/2016

PORTARIA N.º 358/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, CONCEDE A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a servidora, Sra. MICHELLE ARIANA BAUMGAERTNER, brasileira, maior, solteira, portadora do C.I nº 4.459.520 SESP/SC, CPF nº 046.391.089-31, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo III, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, matrícula nº 3256, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda pelo período de 02 (dois) anos, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras com

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2016 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016 – FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2016 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016 – FME

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de materiais elétricos, para manutenção, reparos e reformas nos Centros de educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino. Recebimento dos Envelopes até: 10/01/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 10/01/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 16 de dezembro de 2016. Laureci Bernadete Schneider Pereira – Secretária de Educação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016 – FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016 – FME

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de materiais de construção, para manutenção, reparos e reformas nos Centros de educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino. Recebimento dos Envelopes até: 09/01/2017 às 09h. Data da Sessão Pública: 09/01/2017 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 20 de dezembro de 2016. Laureci Bernadete Schneider Pereira – Secretária de Educação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016 – FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016 – FMS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de equipamentos de informática para as Unidades Básicas de Saúde, Vigilância em saúde, CAPS, NASF, Pronto Atendimento, Laboratório e Secretaria Municipal de Saúde para concluir a informatização de todos os setores da Secretaria Municipal de Saúde. Recebimento dos Envelopes até: 11/01/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 11/01/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 20 de dezembro de 2016. Dorval Vieira de Oliveira- Secretário Municipal de Saúde

Barra Bonita**PREFEITURA****ADITIVO CONTRATO 05/2015**

3º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº005/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para construção da Unidade Básica de Saúde., CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 26/2014, Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia 26/2014.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE Sra. ALFREDO BERNART, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa L e G CONSTRUTORA LTDA ME, com sede na Rua AV BELEM, 913, AP 02-B, CASA, Bairro CENTRO, do município de Pinhalzinho - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 19347310000105, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 005/2015, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº005/2015 passando a vigorar a data de 31/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº005/2015 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALFREDO BERNART
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SC.
Contratante

L e G CONSTRUTORA LTDA ME
CNPJ n.º 19347310000105
Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI
CPF – 004.503.869-45

Nome: TAIS DERES
CPF – 078.234.939-00

Visto: _____
MOACIR JOAO HANTT
OAB: 27.542

**PORTARIA N.º346, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
REVOGA PORTARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º346, de 23 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art. 1º - Fica revogada a portaria 098//2016 que designava a servidora Sirley Maria Zanin Trevisan, matrícula nº199.6-2, ocupante do Cargo de Professora, Anexo II, Grupo I, nível III, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar a função Assessor Pedagógico junto a secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de dezembro de 2016.

Darci Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA N.º347, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
REVOGA PORTARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º347, de 23 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art. 1º - Fica revogada a portaria 042//2013 que designava a servidora Sirley Castaman, matrícula nº1267.0 ocupante do cargo de Professora grupo I, nível III, do Quadro de Pessoal do Magistério, para desempenhar as atividades didáticos pedagógicos junto a Secretaria de Educação, cultura, Esporte e Turismo, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de dezembro de 2016.

Darci Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA N.º348, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
REVOGA PORTARIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA N.º348, de 23 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art. 1º - Fica revogada a portaria 011//2015 que designava a servidora Melia Tereza Martinelli, matrícula nº19703, ocupante do Cargo de Professora, Anexo II, Grupo I, nível III, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais para atuar junto ao CRAS – Centro de Referência e Assistência Social deste Município, exercendo a função de Coordenadora, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de dezembro de 2016.

Darci Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 349, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 349, de 23 de dezembro de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,5 (duas e meia) diárias ao Senhor Davi Zaccaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº85/2016 e Roteiro de Viagem nº40/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº84/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 23 de dezembro de 2016.

Darci Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

RETIFICAÇÃO LEI Nº 777/2016 "DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RETIFICAÇÃO

LEI nº 777/2016

"Dispõe sobre a ampliação do perímetro urbano da cidade de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências"

(Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 07 de novembro de 2016, edição nº 2117, pag. 10)

Na Lei nº 777/2016 de 04 de novembro de 2016:

Onde se lê:

"FAÇO SABER a todos os habitantes deste município que encaminhei para a Câmara Municipal de Vereadores para apreciação e posterior aprovação, o seguinte projeto de lei:"

Leia-se:

"FAÇO SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:"

(O texto integral da Lei com a retificação foi publicado no dia 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2150, pag. 29.)

Barra Bonita, 22 de dezembro de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO REPUBLICAÇÃO DA LEI Nº 778/2016
""DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES ACERCA DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO MUNICIPAL""**

RETIFICAÇÃO

Republicação da Lei nº 778/2016

""DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES ACERCA DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO MUNICIPAL""

(Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 07 de novembro de 2016, edição nº 2117, pag. 11)

Na Lei nº 778/2016 de 04 de novembro de 2016:

Onde se lê:

"FAÇO SABER a todos os habitantes do município de Barra Bonita, que encaminhei a Câmara Municipal de Vereadores para análise e posterior aprovação o seguinte Projeto de Lei:"

Leia-se:

"FAÇO SABER a todos os habitantes do município de Barra Bonita, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:"

(O texto integral da Lei com a retificação foi publicado no dia 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2150, pag. 30.)

Barra Bonita, 22 de dezembro de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO REPUBLICAÇÃO DA LEI Nº 783/2016**RETIFICAÇÃO**

Republicação da Lei nº 783/2016

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR DE FORMA ONEROSA, POR ESCRITURA PÚBLICA, PARTE DO LOTE RURAL Nº 153, COM ÁREA DE 300,00 M2, LOCALIZADO NA LINHA ARVOREDO, QUE SERÁ DEMEMBRADO DE PARTE DO LOTE RURAL N. 153 MATRÍCULA Nº3.405”

Fica republicado o texto integral da Lei nº 783/2016 de 21 de novembro de 2016 Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 19 de dezembro de 2016, edição nº 2148 pag. 22:

Passando a vigorar com o texto republicado no dia 21 de dezembro de 2016, edição nº 2150, pag. 29 da Lei nº 783/2016, com todos os efeitos legais a partir de sua republicação.

O texto publicado dia 21 de dezembro de 2016 substituí o texto publicado dia 19 de dezembro de 2016.

Barra Bonita, 22 de dezembro de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

URBANIZA BRASIL LTDA - ME
Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI
CPF – 004.503.869-45

Nome: TAIS DERES
CPF – 078.234.939-00

Visto: _____

MOACIR JOAO HANTT

OAB: 27.542

TERMO ADITIVO CONTRATO 49/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº049/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC E A EMPRESA MARIANA MAZIEIRO & CIA LTDA - ME.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado, MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO Sr. DARCI JOÃO FRIZON, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa URBANIZA BRASIL LTDA - ME, com sede na Rua Ac Linha Sagrada Família, Bairro Centro, do município de Princesa - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 23.727.523/0001-30, com fulcro no art. 57, II, firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 49/2016, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº49/2016, passando a ter como data final 25/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº49/2016 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 23 de dezembro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal
Contratante

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO 003/002/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato n° 2016/002/003

Contratada: CELSO FRANCISCO SCHIMITT ME

Licitação: Proc. Administrativo 072/2015 - TP 005/2015

Objeto: Pavimentação das Ruas Walter Becker e Antenor Joaquim Goes, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos.

ADITIVO DE PRAZO

Data da assinatura: 10/11/2016

Data do vencimento: 10/04/2017

Barra Velha, 10 de novembro de 2016

CELSO FRANCISCO SCHIMITT –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 113/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 113/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA.

Objeto: T.A. ao Contrato nº. 75/2015 de 09/04/2015.

Valor: Supressão de R\$ 7.728,52 (sete mil setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Valor do atual contrato R\$ 154.651,50 (cento e cinquenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

Assinatura: 04 de Novembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 134/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 134/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EXECCUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÃO S EIRELI EPP.

Objeto: T.A. ao Contrato nº. 91/2016 de 24/06/2016.

Altera prazo de execução do contrato com vencimento da vigência em 31 de Dezembro de 2017.

Assinatura: 19 de Dezembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.997-2016 SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO**

=====

DECRETO Nº 1.997/2016

=====

“Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2016.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 59.346,16 (Cinquenta e nove mil trezentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos), conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-1.1	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(236)	Receita de impostos e Transf. Educação R\$ 53.845,71
12-365-020-1.20	Construção, Ampliação e Reformas de Creches
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(116)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 5.500,45

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 23/12/2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 23 de dezembro de 2016.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR TEMPORARIO 1222016
PORTARIA Nº 0122/2016

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) VIVIANE FRANCISO DE ASSIS, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR AUXILIAR, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do

contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR TEMPORARIO 1232016
PORTARIA Nº 0123/2016

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) DEBORA CRISTINA DE OLIVEIRA RESCAROLI, ocupante do cargo temporário de SERVENTE ESCOLAR, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR TEMPORARIO CONTRATO 1152016
PORTARIA Nº 0115/2016

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MARIA APARECIDA DECHAMPS FERNANDES, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR PÓS GRADUADO, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1172016
PORTARIA Nº 0117/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MARLETE LACERDA DA SILVA, ocupante do cargo temporário de SERVENTE ESCOLAR, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1182016
PORTARIA Nº 0118/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) LUZIA HORN DALABENETA, ocupante do cargo temporário de SERVENTE ESCOLAR, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1192016
PORTARIA Nº 0121/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ADELITA MOLINARI VENZON, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR AUXILIAR, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1202016
PORTARIA Nº 0120/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) CLAUDETE GRAF, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR PÓS GRADUADO, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1212016
PORTARIA Nº 0121/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ADELITA MOLINARI VENZON, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR AUXILIAR, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1242016
PORTARIA Nº 0124/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MARINA PAVESI, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR AUXILIAR, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1252016
PORTARIA Nº 0115/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MARIA APARECIDA DECHAMPS FERNANDES, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR PÓS GRADUADO, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1252016
PORTARIA Nº 0125/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ADELAIDE SESTARI BAMBINETTI, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR PÓS GRADUADO, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1262016
PORTARIA Nº 0126/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) MARLI JUREMA BUSQUIROLI, ocupante do cargo temporário de SERVENTE ESCOLAR, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1272016
PORTARIA Nº 0127/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ANDREIA APARECIDA CUCHI, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, a partir de 17/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA DEMITE SERVIDOR
TEMPORARIOCONTRATO1282016
PORTARIA Nº 0128/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) SHAIANE CLERICE, ocupante do cargo temporário de MONITOR ESCOLAR, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 20 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

**PORTARIA DEMITE
TEMPORARIOCONTRATO1292016**

PORTARIA Nº 0129/2016

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) TAIZE MARTINENGHI, ocupante do cargo temporário de MONITOR ESCOLAR, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 20 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

**PORTARIA DEMITE
TEMPORARIOCONTRATO1302016**

PORTARIA Nº 0130/2016

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ADRIELLY LUANA PEZZINI, ocupante do cargo temporário de MONITOR ESCOLAR, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 20 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

**PORTARIA DEMITE
TEMPORARIOCONTRATO1312016**

PORTARIA Nº 0131/2016

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) SANDRA APARECIDA COLZANI COMANDOLLI, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR POS GRADUADO, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 20 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

**PORTARIA DEMITE
TEMPORARIOCONTRATO1322016**

PORTARIA Nº 0132/2016

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) CAROLINE POZZI VANELLI, ocupante do cargo temporário de NUTRICIONISTA, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 20 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

**PORTARIA DEMITE
TEMPORARIOCONTRATO1332016**

PORTARIA Nº 0133/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) PAMELA TAINA JORDÃO, ocupante do cargo temporário de MONITOR ESCOLAR, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 20 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

**PORTARIA DEMITE
TEMPORARIOCONTRATO1342016**

PORTARIA Nº 0134/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) CERENA BONOMINI, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 20 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 22 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

**PORTARIA DEMITE
TEMPORARIOCONTRATO1352016**

PORTARIA Nº 0135/2016

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ALAERCIO PAULINI, ocupante do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31 de dezembro de 2016.

Botuverá (SC), 23 de Dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01162016

PORTARIA Nº 00116/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) LUCIA SUBTIL DOS SANTOS SESTARI do cargo de confiança de AGENTE SOCIAL a partir de 17/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 17/12/2016.

Botuverá (SC), em 22 de dezembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01362016
PORTARIA Nº 00136/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) PEDRO LUIZ BONOMINI do cargo de confiança de CHEFE DA UNIDADE DE ESPORTES a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01372016
PORTARIA Nº 00137/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) ADRIANO BOSIO do cargo de confiança de AGENTE DE CONTROLE INTERNO a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01382016
PORTARIA Nº 00138/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) OTAVIO TACHINI do cargo de confiança de ENCARREGADOS DOS CEMITERIOS a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01392016
PORTARIA Nº 00139/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) KLEBER COMANDOLLI do cargo de confiança de CHEFE DA UNIDADE DE TRANSPORTES a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01402016
PORTARIA Nº 00140/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) ARNO CARLOS WILBERT do cargo de confiança de DIRETOR DE AGUAS E SANEAMENTO a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01412016
PORTARIA Nº 00141/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) MAIARA JORDÃO do cargo de confiança de ASSISTENTE DE ESPORTE E CULTURA a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01422016
PORTARIA Nº 00142/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) LUÃ ROBERTO LEITE do cargo de confiança de CHEFE DA DIVISÃO COMPRAS DIRETA a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01432016
PORTARIA Nº 00143/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) MAIARA LUISE COLOMBI do cargo de confiança de CHEFE DA COORDENAÇÃO DA DEFESA CIVIL a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01442016
PORTARIA Nº 00144/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) ISMAEL PAULINI do cargo de confiança de ASSESSOR DE INFORMATICA a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01452016
PORTARIA Nº 00145/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) MARCIO ADRIANO DE OLIVEIRA do cargo de confiança de COORDENADOR DE COMPRAS a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA EXONERAR CARGO DE CONFIANÇA 01462016
PORTARIA Nº 00146/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) VILIMAR FISCHER do cargo de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE LICITAÇÃO a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA EXONERAR CARGO DE CONFIANÇA 01472016
PORTARIA Nº 00147/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) MARIA ESTER SILVA do cargo de confiança de ASSISTENTE PEDAGOGICO a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA EXONERAR CARGO DE CONFIANÇA 01482016
PORTARIA Nº 00148/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) ELIZANDRO DA CRUZ do cargo

de confiança de DIRETOR DE TURISMO CULTURA E ESPORTE a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA EXONERAR CARGO DE CONFIANÇA 01492016
PORTARIA Nº 00149/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) PATRICIA MAESTRI DALABONA do cargo de confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA EXONERAR CARGO DE CONFIANÇA 01502016
PORTARIA Nº 00150/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) LUIZ CARLOS ZANCA do cargo de confiança de ENCARREGADO DO ABATEDOURO a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01512016
PORTARIA Nº 00151/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) DENILDO DEMATE do cargo de confiança de CHEFE DE UNIDADE DE AGRICULTURA a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01522016
PORTARIA Nº 00152/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) JUSSARA DE OLIVEIRA LUS-SOLLI do cargo de confiança de DIRETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01532016
PORTARIA Nº 00153/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) LUCAS ANDRE TACHINI do cargo de confiança de DIRETOR DA CASA DA CIDADANIA a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01542016
PORTARIA Nº 00154/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) VALMIR JOSE BETINELLI do cargo de confiança de DIRETOR DE AGRICULTURA a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01552016
PORTARIA Nº 00155/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) MARCOS PAVESI do cargo de confiança de CHEFE UNIDADE DE AGRICULTURA a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01562016

PORTARIA Nº 00156/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) ANTONIA MARIA DA SILVA do cargo de confiança de CHEFE DIVISÃO ASSISTENCIA SOCIAL a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIAEXONERACARGODECONFIANÇA01572016

PORTARIA Nº 00157/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) OSNI VICENTINI do cargo de confiança de CHEFE DE ALMOXARIFADO a partir de 31/12/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito em 31/12/2016.

Botuverá (SC), em 23 de dezembro de 2016.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL 001/2016

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ENDEREÇO: TIRADENTES, 67, CENTRO

BRAÇO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.255/0001-60

VENCEDOR: IVAN BECKER

CPF: 383.218.409-06

RUA TIRADENTES, 67, CENTRO, BRAÇO DO TROMBUDO-SC

OBJETO: Locação de uma sala comercial para atender as instalações da Câmara de vereadores do Município de Braço do Trombudo

VALOR TOTAL: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais), divididos em 12 parcelas.

Cleber Schvinden

Presidente da Câmara

Braço do Trombudo, 23 de dezembro de 2016.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL 001/2016

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ENDEREÇO: TIRADENTES, 67, CENTRO

BRAÇO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.255/0001-60

VENCEDOR: IVAN BECKER

CPF: 383.218.409-06

RUA TIRADENTES, 67, CENTRO, BRAÇO DO TROMBUDO-SC

OBJETO: Locação de uma sala comercial para atender as instalações da Câmara de vereadores do Município de Braço do Trombudo

VALOR TOTAL: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais), divididos em 12 parcelas.

Cleber Schvinden

Presidente da Câmara

Braço do Trombudo, 23 de dezembro de 2016.

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.984

DECRETO Nº 6.984, de 22 de dezembro de 2016.

Regulamenta o disposto no art. 61, § 1º da Lei nº 054, de 15 de dezembro de 1983 (Código Tributário Municipal), relativamente às atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física do espaço ocupado, exploradas pelo mesmo contribuinte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, nos termos da Lei Municipal nº 054, de 15/12/1983 e suas alterações,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 60 da Lei 54/83 (Código Tributário Municipal), o qual dispõe que nenhuma pessoa física ou jurídica que opere no ramo da produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços, poderá iniciar suas atividades no Município, sejam elas permanentes ou temporárias, exercidas ou não em estabelecimentos fixos, sem prévia licença da Prefeitura;

CONSIDERANDO, que a concessão ou renovação da referida licença sujeita os contribuinte ao recolhimento de uma taxa anual, que tem por fato gerador o exercício regular do Poder de Polícia por parte do Município de Caçador e cuja valor é calculado na forma prevista no Anexo II do Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO, que o art. 61, § 1º do Código Tributário Municipal, com a redação dada pela Lei 1.229/97 de 24 de dezembro de 1997, prevê que no caso de atividades diversas, exercidas no mesmo local, sem delimitação física do espaço ocupado, exploradas pelo mesmo contribuinte, a taxa será calculada e devida, sobre a atividade que estiver sujeita à maior alíquota, acrescida de 10% (dez por cento) desse valor para cada uma das demais atividades; e

CONSIDERANDO, que o cadastro econômico da Secretaria Municipal da Fazenda contém as atividades econômicas constantes da Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE, organizada pela Comissão Nacional de Classificação – CONCLA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

DECRETA:

Art. 1º Para efeito do cálculo da Taxa de Licença e Localização, com o acréscimo de 10% (dez por cento) para cada uma das demais atividades exercidas pelo contribuinte, considerar-se-á a seção, divisão, grupo e classe que a atividade integra, na Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE, organizada pela Comissão Nacional de Classificação – CONCLA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo que os CNAEs da mesma classe serão considerados como sendo uma única atividade para os efeitos do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.985

DECRETO Nº 6.985, de 23 de dezembro de 2016.

Altera, acresce e exclui dispositivos do Decreto nº 6.643/2015, que Dispõe sobre a Tabela de Atos da Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Municipal nº 683, de 18/03/1993,

DECRETA :

Art. 1º O Decreto nº 6.643, de 11 de dezembro de 2015, que Dispõe sobre a Tabela de Atos da Vigilância Sanitária, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3ºA O Alvará Sanitário é válido pelo prazo de um ano e será revalidado por períodos iguais e sucessivos.

Parágrafo único. A revalidação do Alvará Sanitário deverá ser requerida até 30 de abril de cada ano.

Art. 3ºB Quando do pedido de Alvará Sanitário Inicial, para estabelecimentos que iniciaram seu funcionamento no ano da referida solicitação, o valor da taxa será proporcional a 1/12 avos dos meses faltantes para o término do exercício.

Art. 3ºC A taxa de Alvará Sanitário será devida de uma só vez até o dia 30 de abril de cada ano.

I – após o vencimento, será cobrada correção monetária calculada pela variação do VRM, mais:

- a) juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês;
- b) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da taxa, para pagamentos até trinta dias, de 5% (cinco por cento) de trinta e um a sessenta dias e de 10% (dez por cento) a partir de sessenta e um dias.

Art. 3ºD O valor da taxa de Alvará Sanitário será calculada com base na soma das atividades principal e secundárias, constantes no Alvará de Funcionamento do estabelecimento.

Art. 3ºE Estabelecimentos que protocolarem a solicitação de baixa de funcionamento até 30 de abril, serão isentas do pagamento da taxa de alvará sanitário para o respectivo ano.

Art. 3ºF A Tabela de Atos de Saúde da Vigilância Sanitária, de que trata o art. 28, da Lei nº 683, de 18 de agosto de 1993, que dispõe sobre normas de saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades, e dá outras providências, instituída pelo Decreto nº 6.643, de 11 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as alterações constantes do anexo deste Decreto.” (AC)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.985 - ANEXO

TABELA DE ATOS DE SAÚDE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ANEXO ÚNICO - TABELA II

TAXA POR ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

1

1. Alvará Sanitário

A) Estabelecimentos/Atividades (relacionado às atividades do código CNAE)

1.1 Grupo Produtos

1.1.1.2 Indústria de Embalagens			TAXA	
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
1731-1/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL	Contempla • A fabricação de embalagens de papel, impressas ou não, simples, plastificadas ou de acabamento especial (saco de papel Kraft, comuns e multifolhados; de papel impermeável, etc.), que entram em contato com alimento, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário.	1.1.1.2.1 - A	1.74
1732-0/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL CARTÃO	Contempla • A fabricação de embalagem de cartolina e de papel-cartão, mesmo laminadas entre si, que entram em contato com alimento, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário.	1.1.1.2.2 - A	1.74
2071-1/00	FABRICAÇÃO DE TINTAS, VERNIZES, ESMALTES E LACAS	Contempla • Verniz sanitário, utilizado para o revestimento interno de embalagens que entram em contato com alimento, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário.	1.1.1.2.3 - A	1.74
2222-6/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO	Contempla • A fabricação de embalagens de material plástico que entram em contato com alimento, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário.	1.1.1.2.4 - A	1.74
2312-5/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE VIDRO	Contempla • A fabricação de embalagens de vidro que entram em contato com alimento, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário.	1.1.1.2.5 - A	1.74
2341-9/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS REFRAATÓRIOS	Contempla • A fabricação de produtos refratários utilizados como embalagem que entram em contato com alimentos, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário.	1.1.1.2.6 - A	1.74
2349-4/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS NÃO REFRAATÓRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Contempla • A fabricação de produtos cerâmicos não refratários utilizados como embalagem que entram em contato com alimentos, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário.	1.1.1.2.7 - A	1.74
2591-8/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS METÁLICAS	Contempla A fabricação de: • Latas, tubos e bisnagas metálicas que entram em contato com alimentos, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário. • Tonéis, latões para transporte de leite, tambores, bujões e outros recipientes metálicos para transporte de alimentos, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário. • Tampas metálicas para embalagens que entram em contato com alimentos, medicamento, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário.	1.1.1.2.8 - A	1.74

1.1.1.7 Indústria de Produtos Químicos e Farmoquímicos

			TAXA	
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
2019-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS INORGÂNICOS, NÃO ESPECIFICADOS	Contempla • Corantes e pigmentos inorgânicos de origem mineral ou sintética, em forma básica ou concentrada para fins alimentícios, uso em medicamentos, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário. • Outros produtos químicos inorgânicos como ácidos, bases, seus sais, etc., para fins alimentícios, uso em medicamentos, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário..	1.1.1.7.1 - A	1.74

2029-1/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS NÃO ESPECIFICADOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ácidos graxos para fins alimentícios ou utilizados em medicamentos, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário. • Compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance do produto final alimentício ou utilizados em medicamentos, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário, como: corantes, aromatizantes, conservadores espessantes e outros. • Corantes, pigmentos, ácidos graxos, óleos essenciais, compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance e outros produtos orgânicos para fins alimentícios ou utilizados em medicamentos, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário que utilizam precursores (ver nota) no processo de síntese química (fabricação) destes compostos. • Corantes e pigmentos orgânicos de origem animal, vegetal ou sintética em forma básica ou concentrada para fins alimentícios ou utilizados em medicamentos, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário. • Óleos essenciais para fins alimentícios ou utilizados em medicamentos, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário. • Outros compostos orgânicos para fins alimentícios ou utilizados em medicamentos, cosméticos ou outros produtos de interesse sanitário. <p>Nota</p> <p>O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.</p>		
-----------	--	---	--	--

1.1.1.8 Indústria de Produtos e Preparados Químicos Diversos/Precursores

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
2091-6/00	FABRICAÇÃO DE ADESIVOS E SELANTES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação de adesivos, colas, decalques e selantes para uso industrial e doméstico, de origem animal, vegetal e sintética, que utiliza precursores (ver notas 1 e 2) na síntese química destes compostos, conforme nota. <p>Notas</p> <p>1. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como, por exemplo, ácido fenil acético, piperonal, safrol.</p> <p>2. O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.</p>	1.1.1.8.1	1.74

2093-2/00	FABRICAÇÃO DE ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins diversos, tais como: insumos e componentes destinados à fabricação dos produtos saneantes domissanitários, cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes. 	1.1.1.8.2 - A	1,74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins alimentícios. 	1.1.1.8.2 - B	1,74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins diversos, tais como: produtos para saúde/correlatos, que utilizam precursores (ver notas 1 e 2) no seu processo de síntese química. • Corantes e pigmentos. • Essências e ácidos graxos. • Óleos essenciais. • Compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance como: conservadores e espessantes. • Outros compostos. <p>Notas</p> <p>1. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como, por exemplo, ácido fenil acético, piperonal, safrol.</p> <p>2. O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.</p>	1.1.1.8.2 - C	1,74

1.1.2 Subgrupo Distribuidor/Importador/Exportador

1.1.2.6 Comércio Atacadista de Diversas Classes de Produtos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4693-1/00	COMERCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, SEM PREDOMINÂNCIA DE ALIMENTOS OU DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários, exceto os produtos abrangidos pela Lei Federal 5991/73 (medicamentos, drogas), para os quais deve ser solicitado alvará sanitário exclusivo (4644-3/01). Os produtos devem ser de interesse sanitário. <p>Nota</p> <p>O comércio atacadista de produtos abrangidos pela Lei Fed. 6360/76 (medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, prod. de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética) necessita de prévia Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA.</p>	1.1.2.6.3	0,60

1.1.3 Subgrupo Comércio Varejista

1.1.3.2 Comércio Varejista de Medicamentos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4771-7/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, HOMEOPÁTICOS	<p>Contempla</p> <p>Atividade comercial diretamente ao público, de medicamentos homeopáticos</p>	1.1.3.2.3	1,17

1.1.3.7 Comércio Varejista de Diversas Classes de Mercadorias

Excluído

1.1.4 Subgrupo Outros

1.1.4.1 Depósito de Produtos Relacionados à Saúde

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
5211-7/99	DEPÓSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS – EXCETO ARMAZÉNS GERAIS E GUARDA-MÓVEIS	1.1.4.1.1	0,60
1.1.4.2 Transporte de Produtos Relacionados à Saúde			
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
5320-2/02	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	1.1.4.2.1	0,26
4930-2/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS MUNICIPAIS – EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS	1.1.4.2.2	0,60
4930-2/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL – EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS	1.1.4.2.3	0,60

4930-2/03	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • O transporte rodoviário de produtos considerados perigosos com base no tipo de risco que apresentam (segundo legislação específica), tais como: explosivos, gases, inflamáveis líquidos ou sólidos, substâncias oxidantes, tóxicas ou infectantes, matérias radioativas ou corrosivas e outras similares. <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • A coleta de resíduos perigosos (3812-2/00). <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário por veículo transportador. 2. Para o transporte de cargas radioativas exige-se prévia autorização do CNEN – Conselho Nacional de Energia Nuclear. <p>Os produtos devem ser de inerte sanitário (alimentos, medicamentos, saneantes, cosméticos, etc)</p>	1.1.4.2.4	1,17
-----------	---	---	-----------	------

1.2. Grupo Serviços

1.2.1 Subgrupo Serviços de Saúde				
1.2.1.1 Assistências de Saúde				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)	
8630-5/99	ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades prestadas por médicos autônomos ou constituídos como empresas individuais e que exercem a profissão em consultórios de terceiros ou em unidades hospitalares, inclusive os anestesistas - as atividades de atenção ambulatorial, não especificadas anteriormente 	1.2.1.1.29	0,60
1.2.1.6 Veterinários				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)	
7500-1/00	Excluído			
9609-2/03	Excluído			
9609-2/08	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> • Higiene e embelezamento de animais domésticos <p>Esta subclasse não contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades veterinárias (7500-1/00) • Os serviços de adestramento de cães de guarda (8011-1/02) • As atividades de alojamento para animais domésticos (9609-2/07) • Os serviços de adestramento de animais domésticos, exceto cães de guarda (9609-2/07) 	1.2.1.6.5	0,34
1.2.1.7 Estética				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)	
9609-2/05	ATIVIDADE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	<p>Esta Sub Classee compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as atividades de limpeza de pele, massagem facial, maquiagem, etc. - a atividade de depilação - as atividades de massagem estética e para emagrecimento - as atividades de spas que não operam estabelecimentos hoteleiros - outras atividades de tratamento de beleza não especificadas anteriormente <p>Esta subclasse não compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as clínicas dermatológicas com recursos para a realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares (8630-5/01) - as atividades de manicure e pedicure(9602-5/01) 	1.2.1.7.4	0,60

1.2.1.10 Esterilização, Sanitização, Limpeza e Controle de Pragas (Desinsetização e Desratização)			
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
8121-4/00	Excluído		
1.2.1.11 Saneamento			
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
3831-9/01	Excluído		
3831-9/99	Excluído		
3832-7/00	Excluído		
3839-4/99	Excluído		
1.2.1.12 Outros Serviços Descritos no Código CNAE			
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4731-8/00	Excluído		
4741-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA	1.2.1.13.10	0,60
	Contempla: -O comércio varejista especializado de materiais para pintura, tais como: tintas, esmaltes, lacas, vernizes, corantes, impermeabilizantes, solventes para tintas, massas, pincéis, brochas, rolos, etc. Esta subclasse compreende também: -O comércio varejista de tintas automotivas Esta subclasse não compreende: -O comércio varejista de materiais de construção em geral (4744-0/99)		
4784-9/00	Excluído		
4789-0/02	Excluído		
4789-0/06	Excluído		
8299-7/07	Excluído		
9603-3/03	SERVIÇOS DE SEPULTAMENTO	1.2.1.12.12	0,60
	Compreende: - Os serviços de sepultamento de cadáveres humanos.		

B) Outros (Contempla o alvará sanitário de veículos, aparelhos ou locais de interesse da saúde, quando esses não estão inseridos na atividade do estabelecimento descrita no código CNAE).

1.3 Veículos de Transporte			
Nota: O Alvará Sanitário deverá ser exclusivo para cada meio de transporte e conter a identificação da placa do mesmo.			
DESCRIÇÃO		TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS	Excluído		
1.4 Eventos em caráter não-permanente (período inferior a 01 ano).			
Nota: A data de Validade do Alvará Sanitário deverá coincidir com a data do término do evento.			
DESCRIÇÃO		TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
STAND DE EVENTO OU SHOW	Excluído		

2 VISTORIA SANITÁRIA EM EDIFICAÇÕES

2.1 Habite-se Sanitário			
DESCRIÇÃO		TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
Comercial por m2		2.1.1	0,008
Residencial por m2		2.1.2	0,004
Residência – Moradia econômica até 60 m2		2.1.3	ISENTO

Estabelecimento de propriedade da união, estado e município	2.1.4	ISENTO
Estabelecimento não especificado anteriormente – por m2	2.1.5	0,004
Apartamento/ residência- por m2	Excluído	
Estabelecimento de saúde - por m2	Excluído	
Estabelecimento de ensino - por m2	Excluído	
Estabelecimento de ginástica/natação/lazer e similar - por m2	Excluído	
Estabelecimentos e locais de trabalho - por m2	Excluído	
Maternal, creche, jardim de infância, asilo – por m2	Excluído	
Cemitérios e afins - por m2	Excluído	
Hotel, motel, cabanas - por m2	Excluído	
Hotel infantil - por m2	Excluído	
Salão de festa - por m2	Excluído	
Residência/ampliação - por m2	Excluído	
Sala comercial - por m2	Excluído	
Ginásio/estádio e similar - por m2	Excluído	
Galpão/depósito e similar - por m2	Excluído	
Garagem/estacionamento coberto - por m2	Excluído	
Habitação coletiva/internato e similar - por m2	Excluído	
Lava rápido	Excluído	
ETE - até 20 unidades habitacionais (casa/apto)	Excluído	
ETE - de 21 a 50 unidades habitacionais (casa/apto)	Excluído	
ETE - de 51 a 100 unidades habitacionais (casa/apto)	Excluído	
ETE - de 101 a 500 unidades habitacionais (casa/apto)	Excluído	
ETE - acima de 500 unidades habitacionais (casa/apto)	Excluído	
ETE - hospital/escola - até 1.000 m2	Excluído	
ETE - hospital/escola - acima de 1.000 m2	Excluído	
Estação de tratamento de água - ETA	Excluído	
Residência - habitação popular até 40 m2	Excluído	
Posto de combustível – por m2	Excluído	
Estabelecimentos comerciais – mercado – supermercado por m2	Excluído	
Ampliação – utilizar taxa de origem – por m2	Excluído	
Segunda via de habite-se	Excluído	
Estabelecimento de propriedade da união, estado e município	Excluído	
Estabelecimento não especificado anteriormente - por m2	Excluído	
2.2 Laudo de Conformidade do PBA		
DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
Estabelecimento de propriedade da união, estado e município	2.2.7	ISENTO

3 ANÁLISE DE PROJETOS

3.1 Projeto Hidrossanitário		
DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	
Residencial até 100 m2	3.1.1	0,17

Residência acima de 100m2 – por m2	3.1.2	0,0017	
Comercial até 100m2	3.1.3	0,25	
Comercial acima de 100m2 – por m2	3.1.4	0,0025	
Residência – moradia econômica até 60 m2	3.1.5	ISENTO	
Estabelecimento de propriedade da união, estado e município	3.1.6	ISENTO	
Apartamento/residência até 100 m2	Excluído		
Estabelecimento de saúde até 100 m2	Excluído		
Estabelecimento de ensino até 100 m2	Excluído		
Estabelecimento de ginástica/laser e similares até 100 m2	Excluído		
Estabelecimentos e locais de trabalho até 100 m2	Excluído		
Maternal, creche, jardim de infância, asilo até 100 m2	Excluído		
Cemitérios e afins até 100 m2	Excluído		
Hotel, motel, cabanas até 100 m2	Excluído		
Hotel infantil até 100 m2	Excluído		
Salão de festa até 100 m2	Excluído		
Residência/ampliação até 100 m2	Excluído		
Residência – habitação popular até 40 m2	Excluído		
Congêneres até 100 m2	Excluído		
Apartamento/ residência acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Estabelecimento de saúde acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Estabelecimento de ensino acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Estabelecimento de ginástica/natação/lazer e similar acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Estabelecimentos e locais de trabalho acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Maternal, creche, jardim de infância, asilo acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Cemitérios e afins acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Hotel, motel, cabanas acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Hotel infantil acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Salão de festa acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Residência/ampliação acima de 100 m2 - por m2	Excluído		
Sala comercial – por m2	Excluído		
Ginásio/estádio e similar - por m2	Excluído		
Galpão/depósito e similar - por m2	Excluído		
Garagem/estacionamento coberto - por m2	Excluído		
Habitação coletiva/internato e similar - por m2	Excluído		
Lava rápido	Excluído		
3.2 Projeto Básico de Arquitetura - PBA			
DESCRIÇÃO	TAXA		
	CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)	
Estabelecimentos de assistência à saúde – até 100 m2	3.2.1	0,25	
Estabelecimentos de assistência à saúde acima de 100 m2 – por m2	3.2.2	0,0025	
Reforma/ampliação – por m2 - usar taxa de origem	3.2.6	usar taxa de origem	
Substituição de projeto – por m2 - usar taxa de origem	Excluído		

DECRETO Nº 6.986

DECRETO Nº 6.986, de 23 de dezembro de 2016.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.355, de 22 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) nas seguintes modalidades de aplicação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.367.11.2.68 - Contribuição financeira para as Entidades de Apoio aos Portadores de Deficiência

3.3.50.00.00	-	0.1.00	-	Aplicações	Diretas
(169).....				R\$ 42.000,00	

Art. 2º Fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

1000 - PODER LEGISLATIVO

1001 - CÂMARA MUNICIPAL

1.31.1.1.191 - Modernização de Estrutura Patrimonial

3.3.90.00.00	-	0.1.00	-	Aplicações	Diretas
(305).....				R\$ 42.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.987

DECRETO Nº 6.987, de 23 de dezembro de 2016.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos, objetos das matrículas nºs 15.496 e 34.591, do Registro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de Fortt Caçador Construtora e Incorporadora Ltda, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), situado na Fazenda Campina, neste município, que parte do marco 0=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.495; deste, segue confrontando com o imóvel constante

da matrícula nº 15.495 com o azimute de 74°50'15" e a distância de 194.41m até o marco 1; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimute de 154°06'47" e a distância de 12.20 m até o marco 2; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimute de 196°01'01" e a distância de 15.71m até o marco 3; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimute de 108°50'03" e a distância de 44.36 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 34.593, 34.592, 34.591 e 34.590 com o azimute de 252°37'36" e a distância de 156.68m até o marco 9; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 321°46'41" e a distância de 8.36m até o marco 10; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 251°35'12" e a distância de 44.14m até o marco 11; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.497 com o azimute de 322°05'05" e a distância de 55.40m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – terreno urbano com 2.650,27m² (dois mil, seiscentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), que parte do marco 8=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.496; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimute de 72°37'36" e a distância de 53.51m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.592 com o azimute de 143°15'20" e a distância de 50.34m até o marco 6; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 5.163 e 7.667 e com a Rua Jaraguá do Sul com o azimute de 248°09'20" e a distância de 52.24m até o marco 7; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 323°15'20" e a distância de 54.65m até o marco 8=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 12.650,27m² (doze mil, seiscentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), que parte do marco 0=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.495; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.495 com o azimute de 74°50'15" e a distância de 194.41m até o marco 1; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimute de 154°06'47" e a distância de 12.20 m até o marco 2; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimute de 196°01'01" e a distância de 15.71m até o marco 3; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimute de 108°50'03" e a distância de 44.36m até o marco 4; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 34.593 e 34.592 com o azimute de 252°37'36" e a distância de 64.21m até o marco 5; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.592 com o azimute de 143°15'20" e a distância de 50.34m até o marco 6; deste, segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 5.163 e 7.667 e com a Rua Jaraguá do Sul com o azimute de 248°09'20" e a distância de 52.24m até o marco 7; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 323°15'20" e a distância de 54.65m até o marco 8; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 252°37'36" e a distância de 38.95m até o marco 9; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 321°46'41" e a distância de 8.36m até o marco 10; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 251°35'12" e a distância de 44.14m até o marco 11; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.497 com o azimute de 322°05'05" e a distância de 55.40m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição

deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.988

DECRETO Nº 6.988, de 23 de dezembro de 2016.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com superfície de 416,50m² (quatrocentos e dezesseis metros e cinquenta decímetros quadrados), devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 28.437, de propriedade de Adelina Retkva, Aires Pazuch e Reguina Retkva, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba A1 com 166,50m² (cento e sessenta e seis metros e cinquenta decímetros quadrados), inicia no marco denominado "m0=PP", dividindo-se com a Rua Timbó com a distância de 13,60m até o ponto "m1"; segue confrontando com a "GlebaA2" deste projeto de desmembramento com a distância de 14,30m até o ponto "m4"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 28.438 com a distância de 13,37m até o ponto "m5"; segue confrontando com a Rua Hermínio Maffessoni com a distância de 12,25m até o ponto "m0=PP"; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 166,50m².

II - gleba A2 com 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), inicia no marco denominado "m1=PP", dividindo-se com a Rua Timbó com a distância de 15,19m até o ponto "m2"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 5.367 com a distância de 16,68m até o ponto "m3"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 28.438 com a distância de 17,29m até o ponto "m4"; segue confrontando com a "Gleba A1" deste projeto de desmembramento com a distância de 14,30m até o ponto "m1=PP"; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 250,00m².

Art. 2º Fica aprovado o remembramento das áreas de terrenos urbanos abaixo descritas, com as seguintes medidas e confrontações:

I – a área descrita no art. 1º, inciso I, será lembrada ao terreno urbano com área de 416,50m² (quatrocentos e dezesseis metros e cinquenta decímetros quadrados), de propriedade de Adelina Retkva Pazuch e Aires Pazuch, devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 28.438, resultando em uma área total com superfície de 583,00m² (quinhentos e oitenta e três metros quadrados), inicia no marco denominado "m0=PP", dividindo-se com a Rua Timbó com a distância de 13,60m até o ponto "m1"; segue confrontando com a "GlebaA2" deste projeto de desmembramento com a distância de 14,30m até o ponto "m6"; segue confrontando com a "Gleba A2" deste projeto de desmembramento com a distância de 17,29m até o ponto "m3"; segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 5.367 e 11.720 com a distância de 13,51m até o ponto "m4"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.611 com a distância de 32,55m até o ponto "m5"; segue confrontando com a Rua Hermínio Maffessoni com a distância de 24,50m até o ponto "m0=PP"; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 583,00m².

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento e remembramento.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, DE 23 DEZEMBRO DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, de 23 de dezembro de 2016.
Convoca aprovados em Concurso Público nº 001/2015, de 23/04/2015, da Secretaria Municipal da Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

Os cidadãos a seguir relacionados, classificados em Concurso Público, conforme Edital nº 001/2015, de 23 de abril de 2015, da Secretaria Municipal da Educação, para TOMAREM POSSE DE SEUS RESPECTIVOS CARGOS, a contar do início do ano letivo de 2017, de acordo com cada cargo, conforme o Decreto nº 6.464, de 09 de julho de 2015, que homologou o resultado final do Concurso Público, conforme sequência de classificação para os seguintes cargos:

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

1. Francislaíne Tibes
2. Elizandra Pires de Moraes Balatka

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – 40 HORAS:

1. Aline Lima da Rocha
2. Eliane de Souza Luz dos Santos
3. Maria Cristina Maffessoni

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – 20 HORAS:

1. Cristiane Antunes Gonçalves
2. Silvana Alves Ribeiro Bardella
3. Vanessa Castro Gouveia

PROFESSOR DE CIÊNCIAS – 30 HORAS

1. Jalmei Estefano Hermann

PROFESSOR DE CIÊNCIAS – 20 HORAS

1. Vinicius Assis de Andrade

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 40 HORAS

1. Antonio Marcos Carlin do Prado
2. Aline Colla Hahn

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 30 HORAS

1. Rafael Savian Fernandes

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 20 HORAS

1. Agnaldo Pelegrini de Souza
2. Juliano Graciano Vaz
3. Luciana Aparecida da Silva Baldicera

PROFESSOR DE GEOGRAFIA – 20 HORAS

1. Maicon de Melo Koepf

PROFESSOR DE HISTÓRIA – 10 HORAS

1. Daniel Portella Nunes
2. Luciana Aparecida Weber

PROFESSOR DE INGLÊS – 40 HORAS

1. Michelle Kate Ramthun Bonette

PROFESSOR DE INGLÊS – 20 HORAS

1. Mozara Ferreira da Silva

PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 30 HORAS

1. Aline Balbinotto

PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 20 HORAS

1. Daniel Pereira Rafaeli Filho

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - 10 HORAS

1. Normelia Schumann
2. Antonio Esculápio

PROFESSOR DE PORTUGUÊS – 40 HORAS

1. Lucimara Ribeiro

PROFESSOR DE PORTUGUÊS – 20 HORAS

1. Angela Cristiane Lelli Gonzalez

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS

1. Priscila Nunes
2. Aline Aparecida Fraga
3. Rita Terezinha Galvan Morgenstern

4. Lira Cristina Szancoski de Souza

5. Silvana Maria Pereira Machado

6. Margara Cassol de Almeida Aimi

7. Marcieli Aparecida Rodrigues

8. Angela Maria Delazzari

9. Beatriz Alves de Oliveira

10. Carmelucia Maria Singer

11. Luiza Aparecida Zago Meira

12. Gisele de Almeida

13. Arielli Pacztuch

14. Eda Nair Baseggio

15. Zeli Pereira

16. Rosangela Fátima de Paula

17. Amanda Cristine Tavares Lima

18. Sandra Aparecida Peretti

19. Marinez Ozório

20. Elisabete Aparecida Lipka

21. Patrícia Laiane Boruch

22. Marcia Dalla Piccola Leonardo Gaio

23. Maria Teresinha Milan da Silva

24. Loline Porto Leite

25. Silmara Castilho

26. Eliane Salete Peretti

27. Maria Rosangela Chagas Faro

28. Roseli Kinak Golin

29. Marli Terezinha Riedi

30. Edia Aparecida Pacztuch

31. Bruna Rosa

32. Francieli Ribeiro Pires Pereti

33. Marta dos Santos de Lima

34. Iolanda Aparecida de Moraes

35. Angela dos Santos

36. Kautterine Broch

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 HORAS

1. Silvana Granemann

2. Katia Karla Moreira

3. Adeline Aparecida Ferrasso

4. Silvane Laskoski

5. Telma Nunes da Rosa Mallmann

6. Gisele de Oliveira Moraes Veiga

7. Natalia Eger

8. Silvana Solle Antunes

9. Ana Paula De Lima Pires

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.479-A - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 27.479-A, de 30 de novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, nos Setores de Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado durante o mês de novembro de 2016, especificando código, nomes, cargos e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	240h00min
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico	66h00min
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	66h00min
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnico em Enfermagem	184h00min
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	168h00min
6301	Nilo Sérgio Luz Amorin	Engenheiro Civil	78h00min
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	136h00min
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	Assistente Administrativo	222h00min
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	240hs00min

Art. 2º. CONCEDER ao Servidor Público Municipal, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado no mês de novembro de 2016, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
2512	Altino Inácio Carneiro	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	192h00min

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.543

PORTARIA Nº 27.543, de 22 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, da Secretaria Municipal da Saúde, pelo caráter essencial de atendimento à saúde da população, especificando código, nome, cargo, carga horária e período da prorrogação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Prorrogar até – Período
12884	Cícero Pereira	Médico	40	De 31/12/2016 a 31/01/2017
13474	Dílson Luiz Correa	Médico	40	De 31/12/2016 a 31/01/2017
13493	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	20	De 29/02/2016 a 31/01/2017
14595	Marcos Antonio Henning	Médico	20	De 31/12/2016 a 31/01/2017
12860	Oscar Armando Puin Manrique	Médico	20	De 30/06/2016 a 31/01/2017
13370	Raphael Salgado Pedroso	Médico	20	De 30/06/2016 a 31/01/2017

13569	Rodrigo Borsatti Neves da Fontoura	Médico	20	De 30/06/2016 a 31/01/2017
14645	Ricardo Rigo Burkle	Médico	20	De 31/12/2016 a 31/01/2017
12727	Rudyar Fausto Buba	Médico	40	De 31/12/2016 a 31/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.544

PORTARIA Nº 27.544, de 22 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 59, § 1º, I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

REMOVER DE OFÍCIO a Servidora Pública Municipal EDUARDA KUTCHER DA SILVA, matrícula 14507, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, para atuar junto à Procuradoria Geral do Município, a contar de 06 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.548

PORTARIA Nº 27.548, de 23 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato da Servidora Pública Municipal abaixo especificada, contratada pela Portaria nº 27.045, de 30 de junho de 2016, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo e carga horária semanal, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.
14670	Bruna Coelho de Rosário de Jesus	Auxiliar de Enfermagem	35

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.549

PORTARIA Nº 27.549, de 23 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado do Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura, especificando código, nome, cargo, referência, carga horária, motivo e período da prorrogação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período – A contar de:
14092	Anderson Roberto Goes	Pedreiro	05	44	Vaga Vinculada, Fernando Antônio Dal Puppo em licença Tratamento Saúde	18/11/2016 a 12/05/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.551

PORTARIA Nº 27.551, de 23 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 27.507, de 13 de dezembro de 2016, que exonera Servidores Públicos Municipais designados para ocuparem cargos Comissionados, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016,

CONSIDERANDO atestado médico apresentado pelo Servidor Carlos Alberto Pegoraro;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação funcional do Servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. EXCLUIR da Portaria nº 27.408, de 04 de novembro de 2016, o Servidor CARLOS ALBERTO PEGORARO, matrícula 14048, ocupante do cargo de Diretor do PROCON, em virtude de 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico apresentado ao Departamento de Pessoal em 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.552

PORTARIA Nº 27.552, de 23 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome do servidor, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
41	Aginaldo Pelegrini de Souza	21/03/2016 a 20/03/2017	02/01/2017 a 21/01/2017

42	Bruno José de Araújo Manente	13/04/2016 a 12/04/2017	02/01/2017 a 21/01/2017
33	Carine Marla Bosetti	11/02/2016 a 10/02/2017	02/01/2017 a 21/01/2017
32	Daniele Carlos da Silva	10/02/2016 a 09/02/2017	02/01/2017 a 21/01/2017
37	Edevan Perego	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2017 a 21/01/2017
40	Juliano Graciano Vaz	21/03/2016 a 20/03/2017	02/01/2017 a 21/01/2017
11373	Lisiane Souza Alves	24/01/2016 a 23/01/2017	30/12/2016 a 28/01/2017
39	Luciana Aparecida da Silva Baldicera	21/03/2016 a 20/03/2017	02/01/2017 a 21/01/2017
38	Mário Luiz Cachinski Júnior	21/03/2016 a 20/03/2017	02/01/2017 a 21/01/2017
36	Rodolfo Machado de Souza Segundo	21/03/2016 a 20/03/2017	02/01/2017 a 21/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.553

PORTARIA Nº 27.553, de 23 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal NEIVA TEIXEIRA DA ROSA, matrícula 7686, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nomeada pela Portaria nº 17.562, de 31 de julho de 2007, com efeitos a contar de 22 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.554

PORTARIA Nº 27.554, de 23 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã NEIVA TEIXEIRA DA ROSA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, posse e início do exercício a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.555

PORTARIA Nº 27.555, de 23 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão DOUGLAS DE LIMA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, posse e início do exercício a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.556

PORTARIA Nº 27.556, de 23 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, referência, carga horária, motivo e período da prorrogação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período – A contar de:
13776	Johny Maicou Damião da Silva	Bioquímico	34	20	Vaga Vinculada, Márcia Régia Mostiack em licença para tratamento de saúde	01/01/2016 a 05/01/2017
13926	Rosemari Santos de Oliveira	Enfermeiro	37	35	Vaga Vinculada, Dinamar Aparecida Gomes em licença para tratamento de saúde	30/10/2015
14123	Susana Ribeiro	Psicóloga	37	35	Vaga Vinculada, Valdicléia Aparecida Ferreira em licença para tratamento de saúde	18/07/2016 a 27/02/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.557

PORTARIA Nº 27.557, de 23 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado do Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Administração, especificando código, nome, cargo, referência, carga horária, motivo e período da prorrogação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período – A contar de:
14114	Jair de Azeredo	Motorista Utilitário	10	44	Vaga Vinculada, Klaiton Strey em licença Tratamento Saúde	01/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

LEI N.º 2.971/2016

LEI N.º 2.971/2016

Concede remissão de tributos municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a remissão do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU incidente sobre os imóveis com matrícula n.º 7992, Livro n.º 02, fl. 01 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Camboriú, com área total de 288,00 m² e o imóvel com matrícula n.º 16616, Livro n.º 02 BD, fl. 163, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Camboriú, com área total de 288,00 m², de posse com animus domini da Mitra Metropolitana de Florianópolis, organização religiosa, inscrita no CNPJ n.º 83.932.343/0001-11, com sede e foro na Rua Esteves Júnior, n.º 447, Centro, Florianópolis - SC.

Parágrafo único. A remissão prevista no caput deste artigo é autorizada por equidade e se fundamenta no fato da Mitra Metropolitana de Florianópolis ocupar a área com o propósito exclusivo de instalação e manutenção do seu templo religioso desde o ano de 1995, o qual goza da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 23 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2970/2016

LEI N.º 2.970/2016

Dispõe sobre a anuência prevista no § 4º do artigo 12 da Lei Complementar Municipal n.º 24/2009.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a aceitar o pagamento em espécie da empresa CR7 Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.802.214/0001-93, com sede administrativa na Rua Paraíba, n.º 395, 2º andar, Centro, Blumenau/SC, como forma de compensação da doação de área contígua, correspondente a 15% da área total a ser parcelada do condomínio horizontal residencial denominado "QUINTA DA NEVE" projetado pela referida empresa, nos termos do § 4º do artigo 12 da Lei Complementar Municipal n.º 24/2009.

Art. 2º O pagamento previsto no artigo 1º será realizado em parcela única, na forma que segue:

Projeto	Área Projetual (m²)	15% da Área (m²)	Pagamento em UFM
Condomínio Residencial Quinta da Neve	55.711,7688	8.356,7653	6.408,22

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 23 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

RESUMO DE CONTRATO MÊS 12

RESUMO DE CONTRATOS

FMS

Contrato nº 043/2016

Processo: Chamamento Público de Credenciamento nº006/2016

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CMB LTDA ME

Data: 20/12/2016

Prazo: 12 (doze) meses contados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Valor: R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais).

Objeto: A CONTRATADA se compromete a realizar para a CONTRATANTE, a prestação de serviços de exames laboratoriais na ÁREA DE ANÁLISES CLÍNICAS, a serem prestados a população do município que deles necessite, sendo os tipos de exames a serem realizados de acordo com, sendo distribuídos por níveis de complexidade e de acordo com as normas do SUS e necessidades da população.

ADITIVOS

FMS

Quarto Termo Aditivo ao
Contrato: 127/2013
Processo: Dispensa de Licitação nº. 023/2013
Locador: Sr. VALDELEIS CANDIDO DA SILVA
Data: 16/12/2016

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, visando à garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da lei federal 8.666/93 que permite prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua e garantindo assim comodidade da população que utiliza os serviços prestados neste local, pois o lugar é de fácil acesso para entrega de medicamentos e próximo a secretaria de saúde, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 01 (um) mês, vigorando de 28 de dezembro de 2016 a 27 de janeiro de 2017, e o valor contratual no correspondente a R\$ 2.567,45 (Dois mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

Primeiro Termo Aditivo ao
Contrato: 001/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 037/2015
Locador: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME
Data: 16/12/2016

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o prazo contratual de 08 de janeiro de 2017 até 07 de janeiro de 2018 e valor contratual em R\$ 58.800,00 (Cinquenta e oito mil e oitocentos reais), para a continuidade dos serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, dentre outros, suporte aos sistemas informatizados de contabilidade e compras, e-sfinge, lei de responsabilidade fiscal, diligências do TCE-SC e demais.

FME

Sétimo Termo Aditivo ao
Contrato: 12/2012
Processo: Dispensa de Licitação nº. 007/2012
Locador: Sr. AMILTON MARTINS MOZERLE
Data: 16/12/2016

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, para dar continuidade nos trabalhos desenvolvidos no local, visando à garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, inciso II da lei federal 8.666/93 que permite prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 01 (um) mês, vigorando de 27 de dezembro de 2016 até 23 de janeiro de 2017, data esta que finda os 60 meses permitidos para renovação deste contrato, e o valor contratual no correspondente a R\$ 2.590,37 (Dois mil quinhentos e noventa reais e trinta e sete centavos).

Primeiro Termo Aditivo ao
Contrato: 001/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 022/2015
Locador: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME
Data: 16/12/2016

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o prazo contratual de 09 de janeiro de 2017 até 08 de janeiro de 2018 e valor contratual em R\$ 58.800,00 (Cinquenta e oito mil e oitocentos reais), para a continuidade dos serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, que inclui, dentre outros, suporte aos sistemas informatizados de contabilidade e compras, e-sfinge, diligências do tce-sc e demais.

FMAS

Terceiro Termo Aditivo ao
Contrato: 017/2014
Processo: Dispensa de Licitação nº. 002/2014
Locador: Sr. TARCISIO BAUNER
Data: 22/12/2016

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, baseado no artigo 57, inciso II da lei federal 8.666/93 que permite prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual por mais 01 (um) mês, vigorando de 1º de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2017, e o valor contratual no

correspondente a R\$ 2.192,72 (Dois mil, cento e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), conforme solicitação da Secretaria.

FUCAM

Segundo Termo Aditivo ao

Contrato: 001/2016

Processo: Tomada de Preço nº. 001/2015

Contratado: A.J. POTTER & CIA LTDA

Data: 23/12/2016

Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução da obra dos serviços até 31 de março de 2017, em decorrência de grandes mudanças climáticas dificultando os serviços com ritmo lento para a execução deste contrato, conforme solicitação da FUCAM.

PMC

Quarto Termo Aditivo ao

Contrato: 088/2012

Processo: Tomada de Preço nº. 001/2012

Contratado: ECOLIBRA ENGENHARIA. PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA EPP

Data: 16/12/2016

Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL VOLTADO À AÇÃO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – PAC 2

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução dos serviços e prazo contratual até 31 de março de 2017, devido ao atraso no cronograma, conforme solicitação da Secretaria de Planejamento Urbano.

Primeiro Termo Aditivo ao

Contrato: 001/2016

Processo: Pregão Presencial Nº 097/2015

Locador: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME

Data: 16/12/2016

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o prazo contratual de 08 de janeiro de 2017 até 07 de janeiro de 2018 e valor contratual em R\$ 79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais), para a continuidade dos serviços de contratação de técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público tem como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos de controle e fiscalização de acordo com as normas legais que regem a matéria, incluindo a constituição federal, lei complementar nº 101/2000-Lrf, lei nº 4.320/64, lei nº 8.666/93 e atualizações, normas do conselho federal de contabilidade, portarias interministeriais e portarias complementares que dispõem sobre finanças públicas.

Oitavo Termo Aditivo ao

Contrato: 064/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 005/2014

Contratado: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Data: 23/12/2016

Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual até 30 de junho de 2017, por motivo de atraso no pagamentos e com o cronograma de obras deste contrato, conforme solicitação da secretaria de Planejamento Urbano.

Terceiro Termo Aditivo ao

Contrato: 023/2016

Processo: Concorrência Pública nº. 001/2016

Contratado: MULTIPLOS SERVICOS E OBRAS LTDA

Data: 15/12/2016

Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução da obra de até o dia 30 de junho de 2017, em decorrência de estar aguardando liberação e aprovação da última medição para emissão de nota fiscal e entrega da obra com demora no cronograma, conforme solicitação e justificativa da secretaria de Planejamento Urbano.

Quarto Termo Aditivo ao

Contrato: 053/2015

Processo: Concorrência Pública nº. 006/2015

Contratado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA NATINHO LTDA

Data: 23/12/2016

Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo

contratual e de execução da obra até o dia 30 de junho de 2017, pelo motivo de atrasos das obras nos períodos de chuvas e dificuldades executivas com as prestações de contas, conforme solicitação da Secretaria de Planejamento Urbano.

Quinto Termo Aditivo ao

Contrato: 028/2015

Processo: Tomada de Preço nº. 001/2015

Contratado: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Data: 23/12/2016

Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução da obra até o dia 30 de Junho de 2017, por ter atraso no cronograma da obra, conforme solicitação da secretaria de Planejamento Urbano.

Sexto Termo Aditivo ao

Contrato: 001/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 069/2013

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Data: 22/12/2016

Fundamento: artigo 57, IV c/c artigo 65, II, "b" todos da Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, de continuidade do serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta, baseado no artigo 57, inciso IV da lei federal 8.666/93, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 12 (doze) meses, vigorando de 04 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2018, e o valor contratual no correspondente a R\$ 197.215,44 (Cento e noventa e sete mil, duzentos e quinze reais, e quarenta e quatro centavos) conforme reajuste do IPCA no percentual de 6,9875%, conforme tabela e solicitação.

1. Locação dos Sistemas: Prefeitura Municipal

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	10	2.141,01	25.692,12
2.	12	Mês	Planejamento	02	528,95	6.347,40
3.	12	Mês	Compras e Licitações	16	1.070,50	12.846,00
4.	12	Mês	Patrimônio	02	360,20	4.322,40
5.	12	Mês	Folha de Pagamento	07	2.455,86	29.470,32
6.	12	Mês	Recursos Humanos	05	881,59	10.579,08
7.	12	Mês	Portal Transparência	-----	503,76	6.045,12
8.	12	Mês	Betha Servidor Público	-----	709,17	8.510,04
VALOR TOTAL R\$						103.812,48

2. Locação dos Sistemas: Fundação Municipal de Cultura

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	03	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	03	251,88	3.022,56
3.	12	Mês	Folha de Pagamento	03	277,06	3.324,72
4.	12	Mês	Recursos Humanos	01	189,11	2.269,32
VALOR TOTAL R\$						12.394,92

3. Locação dos Sistemas: Fundação do Meio Ambiente

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	03	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	03	251,88	3.022,56

3.	12	Mês	Folha de Pagamento	03	277,06	3.324,72
4.	12	Mês	Protocolo	03	340,04	4.080,48
5.	12	Mês	Recursos Humanos			2.269,32
01						
189,11						
VALOR TOTAL R\$						16.475,40

4Locação dos Sistemas: Fundação de Esportes

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	03	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	03	251,88	3.022,56
3.	12	Mês	Folha de Pagamento	03	277,06	3.324,72
VALOR TOTAL R\$						10.125,60

5. Locação dos Sistemas: Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	08	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	08	251,88	3.022,56
VALOR TOTAL R\$						6.800,88

6. Locação dos Sistemas: Fundo Municipal Agropecuário

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	08	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	08	251,88	3.022,56
VALOR TOTAL R\$						6.800,88

7. Locação dos Sistemas: Fundo Municipal de Assistência Social

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	08	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	08	251,88	3.022,56
VALOR TOTAL R\$						6.800,88

8. Locação dos Sistemas:Fundo Municipal da Criança e Adolescente

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	08	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	08	251,88	3.022,56
VALOR TOTAL R\$						6.800,88

9. Locação dos Sistemas: Fundo Municipal de Educação

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------	----	-----------	----------	------------------	-----------------

1.	12	Mês	Contabilidade Pública	08	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	08	251,88	3.022,56
VALOR TOTAL R\$						6.800,88

10. Locação dos Sistemas:Fundo Municipal de Saneamento Básico

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	08	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	08	251,88	3.022,56
VALOR TOTAL R\$						6.800,88

11. Locação dos Sistemas:Fundo Municipal de Saúde

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	08	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	08	251,88	3.022,56
VALOR TOTAL R\$						6.800,88

12. Locação dos Sistemas:Instituto de Previdência

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	08	314,86	3.778,32
2.	12	Mês	Compras e Licitações	08	251,88	3.022,56
VALOR TOTAL R\$						6.800,88

VALOR TOTAL R\$	197.215,44
-----------------	------------

FUNDESB

Sexto Termo Aditivo ao

Contrato: 016/2013

Processo: Carta Convite Nº. 010/2013

Contratado: ECOLIBRA ENGENHARIA. PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA EPP

Data: 16/12/2016

Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O TRABALHO SÓCIO AMBIENTAL DA OBRA DO PARQUE LINEAR COM BACIA DE DETENÇÃO DO RIO CAMBORIÚ - PAD DRENAGEM OGU CT Nº 02922759-20

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e execução do serviço de 25 de dezembro de 2016 até 31 de março de 2017, devido ao atraso no cronograma deste contrato.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.218 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.218 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 87.720,00 (oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
94.02 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319001.00.141 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 87.720,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
94.02 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319005.00.141 -	Outros Benefícios Previdenciários	R\$ 87.720,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

23 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.219 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.219 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com DOUGLAS HENRIQUE GOLOX, Registro no Sistema sob nº 955642, do Cargo Público de Médico IV, na Função de Médico Plantonista, a partir de 26 de dezembro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
26 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 154/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 154/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 154/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL, em data de 11 de novembro de 2016, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 155/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 155/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 155/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 16 de novembro de 2016, no valor de R\$ 64.266,75 (sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais, setenta e cinco centavos).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 156/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 156/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 156/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 09 de novembro de 2016, no valor de R\$ 50,70 (cincoenta reais, setenta centavos).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 157/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 157/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 157/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 10 de novembro de 2016, no valor de R\$ 2.092,11 (dois mil, noventa e dois reais, onze centavos).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 158/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 158/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 158/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 25 de novembro de 2016, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 159/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 159/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 159/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 28 de novembro de 2016, no valor de R\$ 1.014,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 160/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 160/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 160/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PROGRAMA SAÚDE BUCAL, em data de 28 de novembro de 2016, no valor de R\$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 161/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 161/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 161/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PMAQ – PROGRAMA DE MELHORIA ACESSO A QUALIDADE, em data de 28 de novembro de 2016, no valor de R\$ 15.130,00 (quinze mil cento e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 162/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 162/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 162/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 28 de novembro de 2016, no valor de R\$ 19.266,00 (dezenove mil, duzentos e sessenta e seis reais).

Campo Alegre/SC., 24 de novembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/11/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 163/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 163/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 163/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 05 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 164/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 164/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 164/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 14 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 64.674,40 (sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e quatro reais, quarenta centavos).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 165/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 165/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 165/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 07 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 10.887,32 (dez mil, oitocentos e oitenta e sete reais, trinta e dois centavos).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 166/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 166/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 166/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 16 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 3.057,96 (três mil, cinquenta e sete reais, noventa e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 167/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 167/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 167/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 07 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/12/2016.

TERMO ADITIVO Nº 005/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

TERMO ADITIVO Nº 005/2016

OITAVO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, no Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua gestora, Srª. Carolina da Costa Telma; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

A CLÁUSULA VI, item 11, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“11. O prazo final do presente Termo de Convênio encerra-se em 31 de dezembro de 2017.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 23 de dezembro de 2016.

Fundo Municipal de Saúde Instituto Santé

Testemunha

Testemunha

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios em data de vinte e seis de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.657/16 DE 21/12/2016 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

DECRETO Nº 7657/16 DE 21/12/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1958/16 de 06/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS integrante do Anexo I Nível I do quadro de pessoal – Lei nº 1.981/93 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria especial do titular, DORACI RODRIGUES MOREIRA, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

21 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.658/16 DE 21/12/2016 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

DECRETO Nº 7658/16 DE 21/12/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1959/16 de 06/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de OPERADOR DE MAQUINAS integrante do Anexo I Nível V do quadro de pessoal – Lei nº 1.981/93 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria especial do titular, PEDRO TOMAZ, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

21 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.659/16 DE 21/12/2016 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

DECRETO Nº 7659/16 DE 21/12/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1960/16 de 06/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, ILDA TEREZINHA DORINI, retroagindo seus efeitos a 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

21 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.660/16 DE 21/12/2016 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

DECRETO Nº 7660/16 DE 21/12/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 2193/16 de 21/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS integrante do Anexo I Nível I do quadro de pessoal – Lei nº 1.981/93 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria especial do titular, EDA APARECIDA CORREIA, retroagindo seus efeitos a 08 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

21 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.661/16 DE 21/12/2016 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

DECRETO Nº 7661/16 DE 21/12/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 2344/16 de 16/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, MARISTELA MASSON FOPPA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
21 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.662/16 DE 21/12/2016 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

DECRETO Nº 7662/16 DE 21/12/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 2345/16 de 16/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, GIRCE LUCIA MORCELI SANGUANINI, retroagindo seus efeitos a 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
21 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.663/16 DE 21/12/2016 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

DECRETO Nº 7663/16 DE 21/12/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 2389/16 de 21/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, MARISTELA APARECIDA FAGUNDES CASSIANO, com efeitos a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
21 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE DEZEMBRO 2016 - CULTURAL

Folha: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

CNPJ: 74.097.114/0001-38

PC: LAURO MULLER, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2016.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 3/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 18/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 11/2014, para o ano de 2017, com vencimento para 30 de março de 2017, referente a obra de construção do prédio da Biblioteca Pública Municipal, conforme especificações do projeto básico.Programa: Pacto dos Municípios - FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios
Convênio nº 2014TR000662 - Estado de Santa Catarina**Data da Assinatura:** 05/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2016**Vigência:** 05/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016 - FUNDECAMPOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/1

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CHIUMENTO E CIA LTDA**CNPJ:** 05.739.830/0001-59**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 1/2016**Número do Processo:** 5/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 09/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 03/2016, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de março de 2017, referente aquisição de máquinas e equipamentos para adequação da infraestrutura produtiva de Campos Novos, Convênio nº 470/2016 - Recurso Estadual.

Data da Assinatura: 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/12/2016**Vigência:** 12/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME**CNPJ:** 21.344.856/0001-54**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 2/2016**Número do Processo:** 7/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 10/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 03/2016, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de março de 2017, referente aquisição de máquinas e equipamentos para adequação da infraestrutura produtiva de Campos Novos, Convênio nº 470/2016 - Recurso Estadual.
Referente ao item 01: Grade Aradora intermediária acionamento mecânico
Quantidade de disco: 14 discos de 26 polegadas, recortados.
Espessura do disco: 6mm/ Espaçamento entre os dis

Data da Assinatura: 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/12/2016**Vigência:** 12/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016 - SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/1

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 12/2014**Número do Processo:** 18/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 28/2014, para o exercício de 2017, com vencimento em 3 de maio de 2017, para locação de softwares e sistemas para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundação do Meio Ambiente- FUNDEMA, Fundação Cultural de Campos Novos, Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Fundo Municipal Rotativo Habitacional, Funrebon e Fundo Municipal de Assistência Social.

Data da Assinatura: 01/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/12/2016**Vigência:** 01/12/2016 a 03/05/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** SOBERANA CONSTRUTORA LTDA EPP**CNPJ:** 11.203.149/0001-94**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2016**Número do Processo:** 8/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 23/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 28 de fevereiro de 2017, referente a obra de reforma e ampliação da edificação do Lar das Meninas, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 20/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/12/2016**Vigência:** 20/12/2016 a 28/02/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 207/2016

Fundamento Legal:

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Co-municação pela CONTRATADA:
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC
Gestão de Obras
Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional
Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA:
Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN

Data da Assinatura: 01/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/12/2016

Vigência: 01/12/2016 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 28/2013

Número do Processo: 82/2013

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 208/2016

Fundamento Legal:

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 253/2013 e seus aditivos, para o exercício de 2017, com vencimento em 3 de maio de 2017, para a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do Contratante, dos softwares e sistemas constantes no anexo I do contrato original e demais especificações.

Data da Assinatura: 01/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/12/2016

Vigência: 01/12/2016 a 03/05/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 76.323.633/0001-00**Modalidade:** Concorrência p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2012**Número do Processo:** 176/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 209/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 60/2013, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, para coleta, transporte e tratamento (reciclagem) de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do município e a disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, através de operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário, destruição térmica ou outra tecnologia ambiental aceita pelos órgãos ambient

Data da Assinatura: 01/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/12/2016**Vigência:** 01/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.**CNPJ:** 83.483.230/0001-86**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2013**Número do Processo:** 111/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 210/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 337/2013, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, para prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização, com fornecimento de equipamentos, suprimentos, software de gerenciamento de impressões, software de controle e gerenciamento de documentos e assistência técnica, para Prefeitura, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Campos Novos, conforme serviços e equip

Data da Assinatura: 01/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/12/2016**Vigência:** 01/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMACAO LTD**CNPJ:** 04.072.953/0001-16**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 18/2014**Número do Processo:** 37/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 211/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria da Educação, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 89/2014, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, objeto: contratação de empresa especializada na implantação e manutenção de sistema de administração escolar para as unidades escolares da rede municipal de ensino e Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 01/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/12/2016**Vigência:** 01/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ONSER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**CNPJ:** 83.411.025/0001-05**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 9/2013**Número do Processo:** 22/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 212/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 138/2013, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de março de 2017, para efetuar serviços de monitoramento, atendimento tático no Sine, Conselho Tutelar, Grupo Escolar de Campos Novos, Escola Itinerante, Creche Jubileu de Prata, Pré Escola Caminho do Futuro, Secretaria Municipal da Educação, Grupo Esc. Marilene Rupp Bagatini, Caic Ed. Infantil, Caic - ensino fundamental, Unidade Ed. Compl. Elie

Data da Assinatura: 01/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/12/2016**Vigência:** 01/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2015**Número do Processo:** 72/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 213/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 159/2015 e seus aditivos, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, referente contratação de seguros destinados aos veículos da frota municipal e aos cedidos ao município por outros órgãos da administração direta pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do termo de referência.

Data da Assinatura: 01/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/12/2016**Vigência:** 01/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** SOMPO SEGUROS S.A.**CNPJ:** 61.383.493/0001-80**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2015**Número do Processo:** 72/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 214/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 160/2015 e seus aditivos, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, referente contratação de seguros destinados aos veículos da frota municipal e aos cedidos ao município por outros órgãos da administração direta pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do termo de referência.

Data da Assinatura: 01/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/12/2016**Vigência:** 01/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 8/2016**Número do Processo:** 41/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 215/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar a vigência e o prazo de execução referente ao contrato original nº 134/2016, para o exercício de 2017, com vencimento para 15 de fevereiro de 2017, cujo objeto licitado foi: Contratação de empresa para execução de obra de implantação de praça pública no Bairro Boa Vista, conforme especificações do projeto básico. Recursos Próprios.

Data da Assinatura: 02/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/12/2016**Vigência:** 02/12/2016 a 15/02/2017**Programa de Trabalho:** 08.25 15.451.0019 1.010.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.578,40**Forma de Pagamento:** 30 dias**Contratado:** BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SE**CNPJ:** 10.665.295/0001-79**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2016**Número do Processo:** 27/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 216/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 85/2016 e seus aditivos, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, para prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho, a fim de elaborar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho (LTCAT), nas unidades da Prefeitura de Campos Novos.

Data da Assinatura: 02/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/12/2016**Vigência:** 02/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CN SYSTEM INFORMATICA LTDA - ME**CNPJ:** 04.966.414/0001-20**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 4/2013**Número do Processo:** 8/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 217/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 16/2013, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de abril de 2017, para manutenção em computadores, instalação e configurações de sistemas operacionais (windons e linux), instalação e configurações de aplicativos, atualizações de sistemas Betha, suporte à usuários, prestados no prédio da Prefeitura municipal de Campos Novos, Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura, Procon, Conselho Tutelar,

Data da Assinatura: 02/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/12/2016**Vigência:** 02/12/2016 a 30/04/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** AMPLAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA**CNPJ:** 08.184.812/0001-46**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 36/2013**Número do Processo:** 80/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 218/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 252/2013 e seus aditivos, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, para fornecimento de internet para as unidades de ensino e outros locais da Administração Municipal, conforme proposta padronizada.

Data da Assinatura: 05/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2016**Vigência:** 05/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA**CNPJ:** 08.543.640/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 11/2014**Número do Processo:** 24/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 219/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 97/2014, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, para fornecimento de link internet em fibra óptica para o prédio da prefeitura municipal de Campos Novos.

Data da Assinatura: 05/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2016**Vigência:** 05/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MAI COMERCIO E PREST.DE SERV.ELETRÔNICO LT-ME**CNPJ:** 07.936.711/0001-11**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2012**Número do Processo:** 28/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 220/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 152/2012 e seus aditivos, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de janeiro de 2017, para efetuar serviços de porteiro, vigia e monitoramento, conforme proposta padronizada, itens nº 1 e 2 do processo licitatório nº 28/2012.

Data da Assinatura: 05/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2016**Vigência:** 05/12/2016 a 30/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AQUABONA ASSESSORIA AMBIENTAL E SEGURANCA DO TRABA**CNPJ:** 14.521.409/0001-68**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 16/2016**Número do Processo:** 78/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 221/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Gabinete do Prefeito e da Secretaria de Planejamento, o Município resolve prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato original nº 170/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 31 de dezembro de 2017, para execução de obras de recuperação da área degradada da Bica - Projeto PAC II - Urbanização, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 05/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2016**Vigência:** 05/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** SETEP CONSTRUCOES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 86/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 222/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 213/2014 para o exercício de 2017, com vencimento para 30 de março de 2017, para execução de obra de pavimentação sobre calçamento, recapeamento e obras complementares em diversas ruas do município de Campos Novos, conforme especificações do projeto básico. Programa: Pacto dos Municípios - FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios - Estado de Santa Catarina

Data da Assinatura: 05/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2016**Vigência:** 05/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA - EPP**CNPJ:** 01.627.484/0001-66**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 15/2016**Número do Processo:** 76/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 227/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante solicitação do Gabinete do Prefeito e justificativa e planilhas orçamentárias da empresa executante em anexo, o município resolve aditar o valor total de R\$ 8.591,25 (Oito mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), ao contrato original nº 181/2016, referente a obra de instalação de rede elétrica no Parque Industrial e Ecológico Ernesto Zortea, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 06/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/12/2016**Vigência:** 06/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:** 08.25 25.752.0021 1.012.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.591,25**Forma de Pagamento:** mediante NF e MEdição**Contratado:** FORPLAN ENGENHARIA LTDA - EPP**CNPJ:** 12.587.884/0001-01**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 12/2016**Número do Processo:** 67/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 226/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 157/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 12 de fevereiro de 2017, referente a obra de implantação de Praça Pública no Distrito de Alto Bela Vista, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 06/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/12/2016**Vigência:** 06/12/2016 a 12/02/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CONSTRUTORA BRANGER LTDA - ME
CNPJ: 09.146.893/0001-52

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 18/2016

Número do Processo: 87/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 223/2016

Fundamento Legal:

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 187/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 8 de agosto de 2017, referente a obra de pavimentação com paralelepípedo nas Ruas Zenóbio Falcão e Elísio José Biolchi, conforme especificações do projeto básico. Convênio Ministério das Cidades. Programa: Planejamento Urbano - Convênio nº 1.024.660-30/2015.

Data da Assinatura: 06/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/12/2016

Vigência: 06/12/2016 a 08/08/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

Contratado: CONSTRUTORA SOLO LTDA

CNPJ: 07.706.125/0001-80

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 9/2016

Número do Processo: 44/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 224/2016

Fundamento Legal:

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato original nº 126/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 28 de fevereiro de 2017, para execução de obra de pavimentação em paralelepípedo com drenagem e obras complementares, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 06/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/12/2016

Vigência: 06/12/2016 a 28/02/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 11/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** FORPLAN ENGENHARIA LTDA - EPP**CNPJ:** 12.587.884/0001-01**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 17/2016**Número do Processo:** 80/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 225/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 171/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 30 de março de 2017, referente a obra de reforma e ampliação da E.M.E.F. André Rebouças, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 06/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/12/2016**Vigência:** 06/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2016**Número do Processo:** 49/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 228/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato original nº 135/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 28 de fevereiro de 2017, contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica sobre chão natural em ruas do Conjunto Habitacional Integração, conforme especificações do projeto básico. .

Data da Assinatura: 07/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/12/2016**Vigência:** 07/12/2016 a 28/02/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 12/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 19/2016**Número do Processo:** 90/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 229/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: : Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato original nº 190/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 07 de fevereiro de 2017, contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica nas Ruas Benito Faedo e Deputado Irai Zílio no Bairro Jardim Bela Vista. Conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 07/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/12/2016**Vigência:** 07/12/2016 a 07/02/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** SOBERANA CONSTRUTORA LTDA - EPP**CNPJ:** 11.203.149/0001-94**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 7/2015**Número do Processo:** 56/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 230/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 138/2015 para o exercício de 2017, com vencimento para 28 de fevereiro de 2017, referente a obra de reforma e ampliação do Parque Ambiental Ernesto Zortéa. Programa: Turismo Social no Brasil - Convênio - 373.598-91/2011.

Data da Assinatura: 07/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/12/2016**Vigência:** 07/12/2016 a 28/02/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 13/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2016**Número do Processo:** 15/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 231/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo de execução e vigência, do contrato original nº 32/16, com vencimento para 30 de março de 2017, referente a obra de execução e reforma de passeios nas Ruas Marechal Deodoro, Genovalves Sampaio e Apolinária Thibes, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 07/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/12/2016**Vigência:** 07/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2016**Número do Processo:** 66/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 232/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato original nº 156/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 12 de fevereiro de 2017, para execução de obra de implantação de Praça Pública no Bairro Jardim Bela Vista, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 07/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/12/2016**Vigência:** 07/12/2016 a 12/02/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 14/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.**CNPJ:** 09.223.659/0001-81**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 13/2016**Número do Processo:** 68/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 233/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato original nº 160/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 28 de fevereiro de 2017, referente a obra de pavimentação sobre calçamento na Rua Benoni de Oliveira Lemos, no Bairro Boa Vista, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 07/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/12/2016**Vigência:** 07/12/2016 a 28/02/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CLARO S.A.**CNPJ:** 40.432.544/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 68/2014**Número do Processo:** 143/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 234/2016**Fundamento Legal:****Objeto:**

Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 348/2014, para o exercício de 2017, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, para prestação de serviço de telefonia móvel pessoal para atender a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias do Município de Campos Novos, conforme especificações no termo de referência, integrante do edital do Pregão 68/2014.

Data da Assinatura: 08/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/12/2016**Vigência:** 08/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 15/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SETEP CONSTRUÇÕES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 14/2016**Número do Processo:** 69/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 235/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 159/2016 para o exercício de 2017, com vencimento para 12 de fevereiro de 2017, para execução de obra de recapeamento em diversas ruas do Município de Campos Novos, conforme especificações do projeto básico. Convênio Governo do Estado.

Data da Assinatura: 08/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/12/2016**Vigência:** 08/12/2016 a 12/02/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA**CNPJ:** 11.405.384/0001-49**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2016**Número do Processo:** 79/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 239/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 175/2016, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de março de 2017, referente aquisição de equipamentos hospitalares, adquiridos com Recurso Estadual - Convênio 786/2016. Objeto: Monitor Multiparâmetro com Capnografia.

Data da Assinatura: 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/12/2016**Vigência:** 12/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 16/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONKAST EQUIPAMENTOS TECNOLOGICOS LTDA - ME**CNPJ:** 06.127.890/0001-83**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2016**Número do Processo:** 79/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 236/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 176/2016, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de março de 2017, referente aquisição de equipamentos hospitalares, adquiridos com Recurso Estadual - Convênio 786/2016. Objeto: Negatoscópio 01 corpo.

Data da Assinatura: 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/12/2016**Vigência:** 12/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JD EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - ME**CNPJ:** 13.550.569/0001-72**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2016**Número do Processo:** 79/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 237/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ADQUIRIDOS COM RECURSO ESTADUAL- CONVÊNIO 786/2016.CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Data da Assinatura: 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/12/2016**Vigência:** 12/12/2016 a 30/03/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 17/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA. - EPP

CNPJ: 62.413.869/0001-15

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Número da Licitação: 3/2016

Número do Processo: 79/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 238/2016

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ADQUIRIDOS COM RECURSO ESTADUAL- CONVÊNIO 786/2016.CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Data da Assinatura: 12/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/12/2016

Vigência: 12/12/2016 a 30/03/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

Contratado: LUIZ CARLOS CAPELARI

C.P.F.: 020.762.509-30

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 9/2013

Número do Processo: 38/2013

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 240/2016

Fundamento Legal:

Objeto: Mediante necessidade, devido a convênio firmado que prevê prorrogação do contrato até o ano de 2017, o município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 58/2013 para o exercício de 2017, com vencimento em 31/12/2017 na locação de imóvel para atendimento do Senai/SC conforme prevê Convênio Nº 085/2012, a realização de cursos de aprendizagem, técnicos e de qualificação profissional.

Data da Assinatura: 14/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 14/12/2016

Vigência: 14/12/2016 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 141/2016**

PORTARIA SAMAE CNO 141/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

EXONERAR o servidor JOSUÉ FABIANO MELO, Engenheiro, Padrão 10.1, na forma da Lei, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 159/2016

DECRETO Nº 159, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente. Parágrafo único. O atendimento à saúde será prestado através do Sistema de Plantão 24 horas no Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 23 de dezembro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

PORTARIA 1150/2016

PORTARIA Nº 1150, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Francisco Dirceu de Araújo, matrícula nº 310050/09, ocupante do cargo de Coordenador Administrativo, nível CC - 5, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1151/2016

PORTARIA Nº 1151, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Israel Boniek Gonçalves, matrícula nº 397601/03, ocupante do cargo de Secretário da Educação, Cultura e Esportes, nível CC - 5, conforme o anexo IV - F da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1152/2016

PORTARIA Nº 1152, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Jaques Jose Garcia, matrícula nº 229644/02, ocupante do cargo de Assessor de Controle e Manutenção, nível CC - 4, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1154/2016

PORTARIA Nº 1153, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Tania Maria de Lima, matrícula nº 319651/04, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Desenvolvimento Comunitário, nível CC - 1, conforme anexo IV - E da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1154/2016

PORTARIA Nº 1154, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 028/2013, que designou Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, matrícula nº 121452/01 para responder pela Diretoria de Recursos Humanos e concedeu FC – 5.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1156/2016

PORTARIA Nº 1156, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 035/2013, que designou Andevir Isganzella matrícula nº 305812/03 para responder como Gestor do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal – FUNREBOM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1157/2016

PORTARIA Nº 1157, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 036/2013, que designou Eliana Luiza Durli, matrícula nº 309001/01 para responder pela Diretoria Financeira e concedeu gratificação de 20% à servidora, conforme o artigo 85, § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1158/2016

PORTARIA Nº 1158, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 037/2013, que designou Benjamim Arcangelo Borsoi, matrícula nº 94790/02 para responder pela Diretoria Contábil e concedeu gratificação de 20% ao servidor, conforme o artigo 85, § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1159/2016

PORTARIA Nº, 1159, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 039/2013, que designou Osvaldino Cardoso, matrícula nº 317217/01 para responder pelo Departamento de Manutenção do Parque de Exposições e concedeu FC – 3.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1160/2016

PORTARIA Nº 1160, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 42/2013, que designou Edgar Martins Silveira D'Ávila, matrícula nº 104329/01 para responder pelo Setor de Notas do Produtor e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1161/2016

PORTARIA Nº 1161, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 050/2013, que designou Idamir da Rosa, matrícula nº 322989/02 para responder pelo Setor de Patrimônio e concedeu gratificação de 20% ao servidor, conforme o artigo 85, § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1162/2016

PORTARIA Nº 1162, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 051/2013, que designou Marcos Roberto Antunes da Costa, matrícula nº 314684/01 para responder pelo Setor de Fiscalização de Obras e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1163/2016

PORTARIA Nº 1163, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 052/2013, que designou Ademir Jose Toigo, matrícula nº 304794/01 para responder pelo Setor de Administração de Fundos Especiais e concedeu gratificação de 20% ao servidor, conforme o artigo 85, § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1164/2016

PORTARIA Nº 1164, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 441/2016, que designou Leandro Jaco Paza, matrícula nº 313076/01 para responder pelo Departamento Administrativo e concedeu FC – 3.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1165/2016

PORTARIA Nº 1165, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 450/2016, que designou Sidnei Mantovani, matrícula nº 84751/01 para responder Diretoria de Orçamento e concedeu FC – 5.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1166/2016

PORTARIA Nº 1166, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 055/2013, que concedeu FC – 1 ao servidor Jorge Luiz Soldi, matrícula nº 312312/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1167/2016

PORTARIA Nº 1167, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 056/2013, que colocou o servidor Leandro Jaco Paza, matrícula nº 313076/01 à disposição da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1168/2016

PORTARIA Nº 1168, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 057/2013, que designou Eduardo Tonelo, matrícula nº 308803/01 para responder pelo Setor de Serviço de Inspeção Municipal e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1169/2016

PORTARIA Nº 1169, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 059/2013, que designou Kayçara Samaroni Morosini, matrícula nº 312886/01 para responder pelo Setor de Tesouraria e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1170/2016

PORTARIA Nº 1170, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 064/2013, que designou Leda Mara Poggere, matrícula nº 313106/01 para responder pelo Setor de Arquivo Público e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1171/2016

PORTARIA Nº 1171, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 141/2013, que designou Sirlei Marli Gerhardt da Rosa, matrícula nº 319341/01 para responder pela Direção da Escola Municipal Viver e Conhecer e concedeu gratificação de 70% à servidora, conforme o inciso III do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1172/2016

PORTARIA Nº 1172, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 145/2013, que designou

Salete Savaris de Araújo, matrícula nº 318558/01 para responder pela Direção da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing e concedeu gratificação de 70% à servidora, conforme o inciso III do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1173/2016

PORTARIA Nº 1173, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 146/2013, que designou Helena Dupont Leder, matrícula nº 310450/01 para responder pela Direção da Escola Municipal Ernesto Hachmann e concedeu gratificação de 25% à servidora, conforme o inciso I do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1174/2016

PORTARIA Nº 1174, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 148/2013, que designou Nemi Frühauf Reck, matrícula nº 316792/01 para responder pela Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço e concedeu gratificação de 25% à servidora, conforme o inciso I do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1175/2016

PORTARIA Nº 1175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 265/2015, que designou Iliane Aparecida dos Santos, matrícula nº 310743/01 para responder pela Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente e extensão, e concedeu gratificação de 50% à servidora, conforme o inciso II do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1176/2016

PORTARIA Nº 1176, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 150/2013, que designou Delci Macagnan da Costa, matrícula nº 308021/01 para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1177/2016

PORTARIA Nº 1177, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 154/2013, que designou Taise Maria Campioni Rostirola, matrícula nº 325325/01 para responder pela Coordenação Pedagógica de Séries Finais da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1178/2016

PORTARIA Nº 1178, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 155/2013, que designou Rafaela Daros Mergener, matrícula nº 317608/01 para responder pela Coordenação Pedagógica de Educação Infantil da Escola Municipal Dr. Wilson Pedro Kleinubing e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1179/2016

PORTARIA Nº 1179, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 159/2013, que designou Luciane Albina Vieceli Thomazoni, matrícula nº 313734/01 para responder pela Coordenação Pedagógica de Educação Infantil da Escola Municipal Viver e Conhecer e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1180/2016

PORTARIA Nº 1180, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 160/2013, que designou Adriana Surdi Martinelli, matrícula nº 309472/01 para responder pela Coordenação Pedagógica de Séries Finais da Escola Municipal Viver e Conhecer e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1181/2016

PORTARIA Nº 1181, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 161/2013, que designou Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini, matrícula nº 315966/01 para responder pela Coordenação Pedagógica de Séries Iniciais da Escola Municipal Viver e Conhecer e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1182/2016

PORTARIA Nº 1182, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 166/2013, que colocou a servidora Izoete dos Santos Riquetti, matrícula nº 311502/01 à disposição da Secretaria da Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1183/2016

PORTARIA Nº 1183, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Salete Aparecida Constantin de Mattos, matrícula nº 398640/03, ocupante do cargo de Assessor de Planejamento e Projetos, nível CC – 4, conforme o anexo IV - B da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1184/2016

PORTARIA Nº 1184, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 194/2013, que colocou o servidor Antonio Moacir Becher, matrícula nº 304158/01 à disposição da Delegacia de Polícia da Comarca de Capinzal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1185/2016

PORTARIA Nº 1185, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 242/2013, que designou a servidora Eliana Luiza Durli, matrícula nº 309001/01 para responder pela Tesouraria do Fundo de Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1186/2016

PORTARIA Nº 1186, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 243/2013, que designou a servidora Eliana Luiza Durli, matrícula nº 309001/01 para responder pela Tesouraria do Fundo de Reequipamento do Corpo de bombeiros - FUNREBOM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1187/2016

PORTARIA Nº 1187, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Reintegra servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Reintegra conforme Parecer jurídico nº 305/2016, a servidora Gracieli Rosseti Giumbelli, matrícula nº 177873/07, contratada para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1188/2016

PORTARIA Nº 1188, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 394/2013, que colocou o servidor Osvaldino Cardoso, matrícula nº 317217/01 à disposição da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1189/2016

PORTARIA Nº 1189, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 464/2013, que concedeu FC – 1 à servidora Cerli Fatima Rosa, matrícula nº 321990/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1190/2016

PORTARIA Nº 1190, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 466/2013, que concedeu FC – 1 à servidora Ivete Terezinha Rosseti Baretta, matrícula nº 311260/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1191/2016

PORTARIA Nº 1191, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 467/2013, que concedeu FC – 1 à servidora Janete Gotardo Rosa, matrícula nº 323233/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1192/2016

PORTARIA Nº 1192, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 467/2013, que concedeu FC – 1 à servidora Janete Gotardo Rosa, matrícula nº 323233/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1193/2016

PORTARIA Nº 1191, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 467/2013, que concedeu FC – 1 à servidora Janete Gotardo Rosa, matrícula nº 323233/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1194/2016

PORTARIA Nº 1194, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 549/2013, que designou Elio Gilioli, matrícula nº 309133/01 para responder pelo Setor de Almo-xarifado e concedeu gratificação de 20% ao servidor, conforme o artigo 85, § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1195/2016

PORTARIA Nº 1194, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 549/2013, que designou Elio Gilioli, matrícula nº 309133/01 para responder pelo Setor de Almo-xarifado e concedeu gratificação de 20% ao servidor, conforme o artigo 85, § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1196/2016

PORTARIA Nº 1196, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 566/2013, que designou Denise Costenaro Riquetti, matrícula nº 308099/01 para responder pelo Setor de Informática e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1197/2016

PORTARIA Nº 1197, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 568/2013, que colocou a servidora Denise Costenaro Riquetti, matrícula nº 308099/01 à disposição da Secretaria de Planejamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1198/2016

PORTARIA Nº 1198, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 587/2013, que colocou o servidor Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01 à disposição da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1199/2016

PORTARIA Nº 1199, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 660/2013, que concedeu FC – 1 à servidora Bernardete Terezinha Cavalli Conte, matrícula nº 306908/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1200/2016

PORTARIA Nº 1200, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 670/2013, que concedeu FC – 1 ao servidor Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1201/2016

PORTARIA Nº 1201, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 748/2013, que colocou a servidora Kátia Bazzo, matrícula nº 323586/01 à disposição da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1202/2016

PORTARIA Nº 1202, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 003/2014, que designou a servidora Eliana Luiza Durli, matrícula nº 309001/01 para responder pela Tesouraria do Fundo de Habitação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1203/2016

PORTARIA Nº 1203, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 056/2014, que designou Eliângela Aparecida Bagnolin, matrícula nº 309150/01 para responder pela Diretoria de Licitações e concedeu FC – 5.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1204/2016

PORTARIA Nº 1204, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 077/2014, que designou Suzana Andrade Alves, matrícula nº 319627/01 para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1206/2016

PORTARIA Nº 1206, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 088/2014, que designou Odílio Lins, matrícula nº 316938/01 para responder pelo Setor de Serviços Viários e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1207/2016

PORTARIA Nº 1207, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Alexandre Roca Nascimento, matrícula nº 407441/01, ocupante do cargo de Diretor do Sistema de Controle Interno, nível CC – 3, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1208/2016

PORTARIA Nº 1208, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 094/2014, que designou Rosilene Haus Pauly, matrícula nº 318345/01 para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Belisário Pena e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1209/2016

PORTARIA Nº 1209, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 1377/2015, que designou Belomi Maria Rossatto, matrícula nº 13285/02 para responder pela Diretoria de Transporte Escolar e concedeu FC – 5.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1211/2016

PORTARIA Nº 1211, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 516/2014, que designou Marli Dametto Morosini, matrícula nº 315745/01 para responder pela Coordenação Pedagógica do Ensino de Jovens e Adultos e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1212/2016

PORTARIA Nº 1212, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Orlando Tholl, matrícula nº 410021/01, ocupante do cargo de Secretário da Administração e Finanças, nível CC – 5, conforme o anexo IV - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1213/2016

PORTARIA Nº 1213, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 584/2014, que designou Orlando Tholl, matrícula nº 410021/01 como Gestor do Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1214/2016

PORTARIA Nº 1214, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 261/2015, que concedeu FC – 1 à servidora Giceli Aparecida Bergamo Dambrós, matrícula nº 328952/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1215/2016

PORTARIA Nº 1215, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Aldina da Silva, matrícula nº 321435/15, ocupante do cargo de Diretor de Cultura, nível CC – 3, conforme anexo IV – F da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1216/2016

PORTARIA Nº 1216, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 061/2015, que concedeu FC – 1 à servidora Ana Carolina Basquera Betiolo, matrícula nº 326380/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1218/2016

PORTARIA Nº 1218, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 249/2015, que designou Inês Rossetti Baron, matrícula nº 310794/01 para responder pela Direção das Escolas Municipais do Interior e concedeu gratificação de 25% à servidora, conforme o inciso I do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1219/2016

PORTARIA Nº 1219, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 254/2015, que designou Christiane Oliveira de Jesus, matrícula nº 327220/01 para responder pela Direção da Escola Municipal Ivo Silveira e concedeu gratificação de 25% à servidora, conforme o inciso I do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1220/2016

PORTARIA Nº 1220, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 255/2015, que designou Christiane Cássia Maris Wilbert Souza matrícula nº 307157/01 para responder pela Direção da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho e concedeu gratificação de 50% à servidora, conforme o inciso II do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1221/2016

PORTARIA Nº 1221, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 256/2015, que designou Andrea Aparecida Azevedo Scheuermann, matrícula nº 326623/01 para responder pela Coordenação Pedagógica de Séries Iniciais da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1222/2016

PORTARIA Nº 1222, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 258/2015, que designou Marcia Regina Melloto, matrícula nº 324116/01 para responder pela Direção da Escola Municipal Belisário Pena e concedeu gratificação de 50% à servidora, conforme o inciso II do artigo 24 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1223/2016

PORTARIA Nº 1223, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 262/2015, que concedeu FC – 1 à servidora Simone Salete Zapalalio de Oliveira Luz, matrícula nº 333492/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1224/2016

PORTARIA Nº 1224, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Ademir Crul, matrícula nº 222976/02, ocupante do cargo de Diretor de Agricultura, nível CC - 3, conforme o anexo IV - C da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1225/2016

PORTARIA Nº 1225, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 264/2015, que concedeu FC – 1 à servidora Christine Marly Kappes, matrícula nº 327239/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1226/2016

PORTARIA Nº 1226, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Gerson Luiz Valduga, matrícula nº 397571/02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Controle de Estoques, nível CC - 2, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1227/2016

PORTARIA Nº 1227, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 1240/2015, que designou Orlando Tholl, matrícula nº 410021/01 como Gestor do Fundo de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1228/2016

PORTARIA Nº 1228, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 1241/2015, que designou Orlando Tholl, matrícula nº 410021/01 como Gestor do Fundo Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1229/2016

PORTARIA Nº 1229, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 497/2015, que colocou a servidora Leila Vieira Kerschner Dambrós, matrícula nº 313165/01 à disposição da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1230/2016

PORTARIA Nº, 1230, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 925/2015, que designou Edeilson Jose Lopes, matrícula nº 327840/01 para responder pelo Setor de Limpezas Públicas e concedeu gratificação FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1231/2016

PORTARIA Nº 1231, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 880/2016, que designou o sevidor Paulo Joaquim Gralha Bragatto, matrícula nº 406660/01, como Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1232/2016

PORTARIA Nº 1231, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 880/2016, que designou o sevidor Paulo Joaquim Gralha Bragatto, matrícula nº 406660/01, como Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1233/2016

PORTARIA Nº 1233, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 1068/2015, que concedeu FC – 1 à servidora Ivani de Andrade Soccol, matrícula nº 311120/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1234/2016

PORTARIA Nº 1234, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 1378/2015, que colocou a servidora Keli Suzana Perin Thums, matrícula nº 330400/02 à disposição da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1236/2016

PORTARIA Nº 1236, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 004/2016, que colocou a servidora Ivone Salete Rosseti Chiamolera, matrícula nº 311430/01 à disposição da Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1237/2016

PORTARIA Nº 1237, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 044/2016, que concedeu FC – 1 à servidora Silvana Salete Bonato, matrícula nº 319104/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1238/2016

PORTARIA Nº 1238, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Francieli Dambrós, matrícula nº 174564/03, ocupante do cargo de Secretária Executiva de Gabinete, nível CC – 3, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1239/2016

PORTARIA Nº 1239, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 088/2016, que designou Jose Mario Laux, matrícula nº 312380/01 para responder pelo Setor de Terminais Rodoviários e concedeu FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1240/2016

PORTARIA Nº 1240, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 103/2016, que concedeu FC – 1 à servidora Maria Aparecida Dondoni Palmera, matrícula nº 331449/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1241/2016

PORTARIA Nº 1241, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 141/2016, que colocou a servidora Vivian Mafisa Golin, matrícula nº 320897/01 à disposição do EJA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1242/2016

PORTARIA Nº 1242, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 145/2016, que designou Roseli Rosalen Vagner, matrícula nº 333026/01 para responder pela Coordenação Pedagógica de Educação Infantil da Escola Municipal Belisário Pena e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1243/2016

PORTARIA Nº 1243, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 290/2016, que colocou a servidora Rosemeri Aparecida Mantovani Batista, matrícula nº 333115/01 à disposição do SINE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1244/2016

PORTARIA Nº 1244, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 348/2016, que designou Lilian Aparecida Dorini Stiimer, matrícula nº 313343/01 para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing e concedeu gratificação de 20% à servidora, conforme o artigo 85, § 3º, inciso III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1245/2016

PORTARIA Nº 1245, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 351/2016, que designou Carla Dambrós Vicari, matrícula nº 124052/01 para responder pela Assessoria Administrativa e concedeu FC – 6.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1246/2016

PORTARIA Nº 1246, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 354/2016, que designou a servidora Eliana Luiza Durli, matrícula nº 309001/01 para responder pela Tesouraria do Fundo de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1247/2016

PORTARIA Nº 1247 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 362/2016, que designou Elena Casagrande Reck, matrícula nº 173983/01 para responder pela Secretaria de Assistência Social e concedeu FC – 7.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1248/2016

PORTARIA Nº 1248, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 370/2016, que designou Carmem Maletzke Markus, matrícula nº 327131/01 para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Ernesto Hachmann e concedeu gratificação FC – 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1249/2016

PORTARIA Nº 1249 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 371/2016, que designou Gabriela Surdi, matrícula nº 328880/01 para responder pela Secretaria da Escola Municipal Belisário Pena e concedeu FC - 1.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1250/2016

PORTARIA Nº 1250, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 427/2016, que designou Eduardo Tonelo, matrícula nº 308803/01 para executar serviços de Defesa Sanitária Animal e/ou Inspeção de Produtos de Origem Animal na Empresa Romani Agroindustrial Ltda – ME, localizada na comunidade de São Roque, neste município, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica nº 132513 entre o município de Capinzal e a CIDASC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1251/2016

PORTARIA Nº 1251, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 493/2016, que designou Jociane Morosini Andreoni, matrícula nº 323357/01 para o Apoio Pedagógico da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1252/2016

PORTARIA Nº 1252, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 496/2016, que designou Francisco Dirceu de Araújo, matrícula nº 310050/09 como Gestor do Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1253/2016

PORTARIA Nº 1253, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 505/2016, que colocou a servidora Silvana Salete Bonato, matrícula nº 319104/01 à disposição da JUCESS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1254/2016

PORTARIA Nº 1254, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 537/2016, que colocou a servidora Katia Souza Duarte, matrícula nº 330345/01 à disposição do SINE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1255/2016

PORTARIA Nº 1255, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 596/2016, que designou Israel Boniek Gonçalves, matrícula nº 397601/03 para responder pela Superintendência Geral da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 31 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1256/2016

PORTARIA Nº 1256, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 597/2016, que designou Joice Aparecida Poggere, matrícula nº 312169/01 para responder pela Superintendência Administrativa da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1257/2016

PORTARIA Nº 1257, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 713/2016, que designou Ezequiel Ferreira de Lima, matrícula nº 328472/01 para responder pelo Setor de Pessoal e RH e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1258/2016

PORTARIA Nº 1258, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 717/2016, que designou Francisco Dirceu de Araújo, matrícula nº 310050/09 para responder interinamente pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1259/2016

PORTARIA Nº 1259, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 735/2016, que colocou o servidor Antoninho da Silveira, matrícula nº 229621/01 à disposição da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 29 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1260/2016

PORTARIA Nº 1260, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Antonio Valmir Guimarães, matrícula nº 410142/01, ocupante do cargo de Diretor de Trânsito e Transporte, nível CC – 3, conforme o anexo IV - E da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1261/2016

PORTARIA Nº 1261, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 785/2016, que designou Lilian Mendes Moreira Dalamaria, matrícula nº 323721/01 para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1262/2016

PORTARIA Nº 1262, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 786/2016, que designou Gecy Terezinha Debastiani Dambrós, matrícula nº 322849/01 para responder pela Direção da Creche Municipal Primeiros Passos e do Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos e concedeu gratificação de 25%.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1263/2016

PORTARIA Nº 1263, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 890/2016, que colocou o servidor Luiz Carlos Soares Golin, matrícula nº 313980/01, à disposição da Secretaria da Saúde, no setor de fichas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1264/2016

PORTARIA Nº 1263, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 890/2016, que colocou o servidor Luiz Carlos Soares Golin, matrícula nº 313980/01, à disposição da Secretaria da Saúde, no setor de fichas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1265/2016

PORTARIA Nº 1265, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 38/2016, Candido Antunes Basilio, matrícula nº 410076/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1266/2016

PORTARIA Nº 1266, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 104935 01 55 2016 4 00010 040 0003254 48, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito do pai, pelo período de 13 a 20 de dezembro de 2016, ao servidor Sidenei Bressan, matrícula nº 319023/01, ocupante do cargo de Motorista de ônibus do Transporte Coletivo, Nível 185, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1267/2016

PORTARIA Nº 1267, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 940/2015, que concedeu FC – 1 ao servidor Edson Francisco Ribeiro, matrícula nº 327972/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1269/2016

PORTARIA Nº 1269, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 840/2016, que readaptou a servidora Roselange Lancini Garcia, matrícula nº 333000/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 26 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

Catanduvas

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LAGISLATIVO Nº 64/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64/2016 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Estabelece ponto facultativo, e dá outras providências.”

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno, CONSIDERANDO, que neste ano de 2016, o dia 25 de dezembro (Natal) e o dia 1º de janeiro de 2017, feriados nacionais, acontecem ambos no domingo;

CONSIDERANDO, que a semana entre Natal e o dia 1º de janeiro (Confraternização Universal) do ano vindouro, tem demonstrado a pouca procura pelos cidadãos dos serviços públicos prestados pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO, que neste ano já é anunciada a paralisação das atividades em diversos órgãos da administração direta e indireta, situação esta que automaticamente se estende aos órgãos públicos ligados à Administração de Catanduvas /SC.

CONSIDERANDO, que o Decreto n. 2.222 de 20 de dezembro de 2016, de origem do Poder Executivo Municipal, estabelece ponto facultativo semelhante aos servidores municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC os dias 26 a 31 de dezembro de 2016, retornando ao expediente normal no dia 02 de janeiro de 2017 (segunda-feira).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 22 de dezembro de 2016.

MONALISA RUARO

Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

MONALISA RUARO

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO FINAL - EDITAL 01/2016

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL TORNA PÚBLICO que está disponível no site www.concursosss1.com.br e no Mural da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura EDITAL QUE DIVULGA HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO. Maiores informações poderão ser obtidas no site www.concursosss1.com.br.

Cocal do Sul, 23 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 52/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 52/2016

DATA: 07/DEZEMBRO/2016

CONTRATADA: LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA EM JUIZO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO.

VALOR: R\$ 1.333,32 (HUM MIL, TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: 02 (DOIS) MESES

DATA: 23/DEZEMBRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 53/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 53/2016

DATA: 16/DEZEMBRO/2016

CONTRATADA: LCC LOCATELLI CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA-ME

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE 700 HORAS DE PEDREIRO E 700 HORAS DE SERVENTE/AUXILIAR DE PEDREIRO, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS IMÓVEIS DESTA AUTARQUIA E PARA A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA SEDE E COMUNIDADES, CONFORME O ANEXO I DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016.

VALOR: R\$ 21.700,00 (VINTE E UM MIL E SETECENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 23/DEZEMBRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 54/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 54/2016

DATA: 22/DEZEMBRO/2016

CONTRATADA: TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA – EPP

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A ALTERAÇÃO DO PROJETO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, EMISSÁRIO, LINHA DE RECALQUE E ELEVATÓRIA DE ESGOTO FINAL (MEMORIAL DE CÁLCULO, PEÇAS GRÁFICAS, ESPECIFICAÇÕES E DESCRITIVO), ATUALIZAÇÃO DO RESTANTE DA REDE COLETORA A SER EXECUTADA NA PRIMEIRA ETAPA (MEMORIAL DE CÁLCULO, PEÇAS GRÁFICAS E ESPECIFICAÇÕES), ALTERAÇÃO DE PLANILHAS DE QUANTITATIVOS DA PRIMEIRA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DA REDE COLETORA EM VISTA DAS QUANTIDADES REAIS EXECUTADAS; E QUANTITATIVO DO QUE FALTA EXECUTAR, ATUALIZAÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA PRIMEIRA ETAPA VERIFICANDO A NECESSIDADE DE SUPRIMIR E ADITIVAR OS ITENS NECESSÁRIOS, BEM COMO INCORPORAÇÃO DE ITENS NÃO CONSTANTES NA PLANILHA, RESPEITANDO SEMPRE AS QUANTIDADES EXECUTADAS E AS NECESSÁRIAS PARA CONCLUIR A OBRA NA PRIMEIRA ETAPA, DE ACORDO COM O SINAPI, ATUALIZAÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO ONDE SERÃO FORNECIDOS TODOS OS PROJETOS ORIGINAIS, PLANILHAS E AS BUILT E AJUSTES NO PROJETO AO LONGO DA EXECUÇÃO, CONFORME O ANEXO I DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016.

VALOR: R\$ 13.800,00 (TREZE MIL E OITOCENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA: 23/DEZEMBRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2015 – IPRECON

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 1/2015 – IPRECON

Contrato nº: 1/2015, de 5 de janeiro de 2015

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: Clínica Médica São Roque S/S

Licitação: Processo Licitatório nº 3/2014, modalidade Convite nº 1/2014 – IPRECON

Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada para efetuar consultas e avaliações médicas em segurados do CONTRATANTE, com emissão de atestados e laudos médicos, através de profissionais devidamente habilitados na área médica

Alteração: prorroga o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017 e reajusta o valor contratual

Data da assinatura: 22 de dezembro de 2016

Dotação orçamentária nº: 333903956000000, código reduzido 332/2017

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2015 – IPRECON

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 2/2015 – IPRECON

Contrato nº: 2/2015, de 5 de janeiro de 2015

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: I P Tecnologia e Informática Ltda. – EPP

Licitação: Processo Licitatório nº 4/2014, modalidade Convite nº 2/2014 – IPRECON

Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de sistema (software) gerador de benefícios previdenciários objetivando a conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante alocação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema (software) específico para Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, incluindo licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento e suporte técnico/manutenção

Alteração: prorroga o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017 e reajusta o valor contratual

Data da assinatura: 22 de dezembro de 2016

Dotação orçamentária nº: 333903908000000, código reduzido 332/2017

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

PORTARIA FMEC Nº 41/2016 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 41/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor EDGAR PEREIRA DE ABREU, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 42/2016 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 42/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor ALADIR LUIZ POLETO, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no

Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 43/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 43/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora ANDRESSA FUCHINA, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 44/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 44/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor VALMIR CORASSA, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 45/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 45/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor ROBERTO DEL POZZO, do cargo de provimento em comissão de Encarregado de Seção, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 46/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 46/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor ITAMAR FRANCISCO FORNARI, do cargo de provimento em comissão de Encarregado de Seção, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 47/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 47/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora AMANDA CAROLINE SZLACHTA TECHIO, do cargo de provimento em comissão de Encarregado de Seção, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 48/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 48/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora VIRGÍNIA PEREIRA AMADOR, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 49/2016
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 49/2016, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 50/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 50/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, as gratificações concedidas a servidores municipais que atuam na Fundação Municipal de Esportes, pelas Portarias nºs. 13/2013, de 6 de fevereiro de 2013; 14/2013, de 28 de fevereiro de 2013; 16/2013, de 20 de março de 2013 e 11/2014, de 26 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 51/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 51/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 26 de dezembro de 2016, a Portaria nº 33/2014, de 1º de setembro de 2014 e a Portaria nº 08/2016 de 5 de fevereiro de 2016, que fixa horário especial de trabalho a servidores municipais que atuam na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA

Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA FMEC Nº 52/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 52/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, as Portarias nº 32/2014 e 35/2014 de 1º de setembro de 2014 e a Portaria nº 37/2014 de 20 de outubro de 2014, que fixa horário especial de trabalho a servidores municipais que atuam na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

DIOMAR JOSÉ PERIN

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 21 de dezembro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA

Fundação Municipal de Esportes

Corupá

PREFEITURA

CONTRATO 182/2016

CONTRATO Nº 182/2016

CONTRATO DE POSSE PROVISÓRIA COM POSSIBILIDADE DE DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRAS PELO MUNICÍPIO DE CORUPÁ A EMPRESA PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de posse provisória com possibilidade de doação de área de terras pelo Município de Corupá, à empresa PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA, que entre si celebram:

1) MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, estabelecida a Av. Getulio Vargas, 443 – Centro – Corupá/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ CARLOS TAMANINI.

2) A empresa PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.270.033/0001-02 e NIRE nº 422.0293.453-0, estabelecida a Rua Progresso, s/n lote 2-c, Distrito Industrial, Cep 89.278-000, no Município de Corupá/SC, neste ato representada por seu sócio o Sr Thiago Villela Kasmierski, inscrito no CPF sob o nº 058.179.299-88 e portador da Cédula de Identidade sob o nº 3.817.162-7 SSP/SC.

As partes contratantes têm como justas e contratadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 O presente contrato está amparado no Decreto nº 008/2000, com fundamento no Decreto-lei nº 3.365 de 21/06/41, modificado pela Lei Federal nº 4.132/62, pela Lei Federal 8.666/93 e ainda amparado pelas Leis Municipais nº 775/91, regulamentada pelo Decreto nº 016/95 e a Lei 1997 de 18 de Novembro de 2010, sendo que a empresa PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA, cumpriu todas as formalidades previstas no 3º e 4º do Decreto nº 016/95.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O objeto do presente contrato é o MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONCEDER POSSE PROVISÓRIA, com opção de doação 1(um) LOTE INDUSTRIAL com área m² SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL DO ANO BOM, localizado no Município de Corupá-SC, situado à Rua 147-Ano Bom.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOAÇÃO DEFINITIVA

3.1 O terreno descrito no parágrafo único do artigo anterior destina-se exclusivamente a ampliação, instalação e funcionamento da empresa beneficiada, não podendo ser dada outra utilização a dito imóvel, que não a industrial, comercial ou prestação de serviços, em todas as hipóteses visando à geração de empregos.

3.2 Após 05 (cinco) anos contados da concessão provisória da área de terras, a empresa PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA, estará habilitada a receber a doação definitiva das terras, desde que tenha cumprido o cronograma de instalação e os compromissos assumidos da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS A SEREM SUPOSTADOS PELA DONATÁRIA

4.1 São encargos da doação de que trata este Contrato, e que deverão ser suportados pela empresa beneficiada:

- I - A utilização do imóvel recebido de acordo com o projeto apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Incentivos Fiscais;
- II - Iniciar a execução do empreendimento no prazo de 6 (seis)

meses a contar da doação, podendo ser prorrogado com a Anuência da Comissão de Verificação e Avaliação dos Requisitos;

III - Apresentar índice positivo no movimento econômico, pelo menos durante 5 (cinco) anos, período no qual o imóvel permanecerá condicionado à observância dos encargos;

IV - Apresentação de relatório sobre o nível de empregos, movimento econômico, a ser apresentado anualmente, até o dia 30 de março;

V – Apresentar Laudos de Impactos Ambientais sempre até o dia 30 de março de cada ano, capaz de se verificar que a empresa apresenta projetos de prevenção e preservação da boa qualidade do meio ambiente.

VI – Apresentar sempre que solicitado pelo Poder Público, documentos capazes de comprovar a boa saúde financeira da empresa e ainda, certidões que comprovem situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

VIII – Cumprir com a quantidade de empregos a serem gerados, em conformidade com o que foi apresentado na Carta de Intenções firmada com o MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

4.2 A prova do cumprimento dos encargos será sempre documental e ficará a cargo da empresa beneficiada.

4.3 O descumprimento dos encargos previstos neste Contrato darão causa a reversão do bem ora doado a esfera patrimonial do MUNICÍPIO DE CORUPÁ, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

4.4 Toda e qualquer benfeitoria edificada pela empresa beneficiada sobre o imóvel ora doado, ficará incorporado ao terreno de que trata este Contrato, não subsistindo nenhum direito a indenização em favor da empresa beneficiada, caso esta dê azo a reversão do bem ora doado.

4.5 A empresa beneficiada ficará responsável pela obtenção de todas as licenças necessárias, ambientais inclusive, a implantação e funcionamento de seus serviços.

4.6 A presente doação deverá ficar gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade pelo prazo de cinco anos, a contar da lavratura da escritura pública.

4.7 Após o transcurso do prazo acima, a empresa beneficiada poderá alienar o imóvel ora doado, desde que as finalidades previstas nesta cláusula quarta persistam com o novo adquirente, e, após autorização expressa por parte deste Município, a qual se dará através de Lei.

4.8 Caso ocorra o fechamento da empresa ou o encerramento de suas atividades no imóvel objeto da presente lei, por qualquer motivo e a qualquer tempo, o imóvel ora doado bem como todas as benfeitorias nele edificadas reverterão ao patrimônio do Município de Corupá, independentemente de qualquer indenização ou pagamento por estas.

CLAUSULA QUINTA– DA OPÇÃO DE COMPRA

5.1 O Artigo 6º do Decreto nº 016/95, faculta a empresa PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA, antes do prazo legal para concretizar-se a doação, a opção de compra do imóvel mediante proposta à Comissão, cujo parecer deverá ser aprovado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA SEXTA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

6.1 Conforme previsto no Art. 8º do Decreto nº 016/95, caso a empresa PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA vier a descumprir quaisquer das obrigações que assumiu ou os prazos e condições da Lei 775/91 e Lei 1997/10 e ainda o Decreto Lei nº 016/95, perderá os benefícios da Lei e do Regulamento revertendo em favor do Município de Corupá as benfeitorias realizadas sem direito de

indenização e ou retenção por benfeitorias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 Este Contrato de Doação com Encargo, subordinado a Lei 1997/10, Lei Municipal 775/91 e Decreto Lei 016/95 entra em vigor no ato de sua homologação, com prazo de 05 (cinco) anos ou rescindindo automaticamente se os encargos a serem suportados não forem cumpridos nos prazos estipulados.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO COMPETENTE

8.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, a dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato, que não possam ser resolvidas amigavelmente.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que produza os desejados efeitos legais.

Corupá/SC em 22 de Dezembro de 2.016.

MUNICÍPIO DE CORUPÁ LORIANO ROGÉRIO COSTA PREFEITO MUNICIPAL	THIAGO VILLELA KASMIERSKI REPRESENTANTE LEGAL PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA
--	---

TESTEMUNHAS:

FERNANDO GEAN LUNELLI CPF: 004.211.819-07	Maria Celi do Nascimento da Costa CPF: 676.440.239-68
--	--

VISTO:

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 28.541

TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS E DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Aos Vinte e Dois dias do mês de Dezembro de 2016, no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 443 de ora em diante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado, a empresa PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.270.033/0001-02 e NIRE nº 422.0293.453-0, estabelecida a Rua Progresso, s/n lote 2-c, Distrito Industrial, Cep 89.278-000, no Município de Corupá/SC, neste ato representada por seu sócio o Sr Thiago Villela Kasmierski, inscrito no CPF sob o nº 058.179.299-88 e portador da Cédula de Identidade sob o nº 3.817.162-7 SSP/SC, de ora em diante denominado de INDÚSTRIA, celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS E DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA, cuja celebração foi autorizada pela Lei nº 775/91 de 28/08/91 a Lei Municipal 1997/10 e Decreto nº 016/95 de 17/05/95, convencionando as cláusulas e condições que seguem:

1) O presente TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS E DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS destina-se a regularizar a concessão de estímulos e incentivos a indústrias a instalarem-se no Município, bem como as já existentes, que ampliem seu parque fabril no mínimo em 1/3 (um terço) de sua área edificada e, ao mesmo tempo aumentarem proporcionalmente o seu número de empregos.

2) Constituem OBRIGAÇÕES da Indústria no desenvolvimento do presente Termo de Compromisso:

I - A utilização do imóvel recebido de acordo com o projeto apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Incentivos Fiscais;

II - Iniciar a execução do empreendimento no prazo de 6 (seis) meses a contar da doação;

III - Apresentar índice positivo no movimento econômico, pelo menos durante 5 (cinco) anos, período no qual o imóvel permanecerá condicionado à observância dos encargos;

IV - Apresentação de relatório sobre o nível de empregos, movimento econômico, a ser apresentado anualmente, até o dia 30 de março;

V – Apresentar Laudos de Impactos Ambientais sempre até o dia 30 de março de cada ano, capaz de se verificar que a empresa apresenta projetos de prevenção e preservação da boa qualidade do meio ambiente.

VI – Apresentar sempre que solicitado pelo Poder Público, documentos capazes de comprovar a boa saúde financeira da empresa e ainda, certidões que comprovem situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

VII – Cumprir com a quantidade de empregos a serem gerados, em conformidade com o que foi apresentado na Carta de Intenções firmada com o MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

§ 1º - A prova do cumprimento dos encargos será sempre documental e ficará a cargo da empresa beneficiada.

§ 2º - O descumprimento dos encargos previstos nesta Lei darão causa a reversão do bem ora doado a esfera patrimonial do Município de Corupá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

3) Constituem BENEFÍCIOS da Indústria no desenvolvimento do presente Termo de Compromisso:

a) Direito de posse provisória e uso do imóvel da municipalidade necessário à implantação do projeto declarado para, após 05 (cinco) anos contados da concessão do Alvará de Funcionamento, receber a doação definitiva das terras;

b) Terraplanagem e infra estrutura básica necessária;

c) Outros benefícios, a critério da Comissão sob sanção do Prefeito Municipal.

É parte integrante do presente TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS E DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS o decreto nº 016/95, A Lei Municipal 775/91 e ainda a Lei Municipal 1997/10.

Em caso da empresa vir a descumprir qualquer das obrigações que assumir ou os prazos e condições da Lei nº 1997/10, do Decreto 016/95 e ainda a Lei 775/91 e deste Termo, perderá os benefícios, revertendo em favor da municipalidade às benfeitorias realizadas sem direito de indenização e/ou retenção por benfeitorias.

Igualmente reverterão em favor da municipalidade as benfeitorias existentes no caso de a empresa proponente falir durante a vigência dos prazos legais.

As partes elegem Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente.

E, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres do termo de Compromisso de Concessão de Incentivos e de

Instalação de Indústrias, as partes acima afirmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Corupá/SC em 22 de Dezembro de 2.016.

MUNICÍPIO DE CORUPÁ LORIANO ROGÉRIO COSTA PREFEITO MUNICIPAL	THIAGO VILLELA KASMIERSKI REPRESENTANTE LEGAL PAMAX INDÚSTRIA DE FORMAS LTDA
--	---

TESTEMUNHAS:

FERNANDO GEAN LUNELLI CPF: 004.211.819-07	MARIA CELI DO NASCIMENTO DA COSTA CPF: 676.440.239-68
--	---

VISTO:

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 28.541

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2016.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal.

CONTRATADO: Gaia Rodovias Ltda.

Objeto: Contratação de empresa par, execução de pavimentação asfáltica em CBUQ em ruas do Município de Dionísio cerqueira. Origem: Processo Licitatório 122/2015 Concorrência: 122/2015. PMDC. Por esse instrumento fica aditivado o prazo do contrato principal ficando o mesmo vencível em 30/06/2017.

Dionísio Cerqueira. 21/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2012.

CONTRATANTE: Hospital Municipal.

CONTRATADO: Construtora Oliveira Ltda.

Objeto: Execução da Obra de Reforma do Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira SC.. Origem: Processo Licitatório 014/2012 Concorrência: 014/2012. PMDC. Por esse instrumento fica aditivado o prazo do contrato principal ficando o mesmo vencível em 30/03/2017. Dionísio Cerqueira 22/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2016.

CONTRATANTE: Hospital Municipal.

CONTRATADO: Rosinho O.Ferreira –Eirelli -ME.

Objeto: Aquisição de gramas, janelas, estrutura de elevador e calhas para a reforma e manutenção da estrutura do Hospital Municipal.

.Origem: Processo Licitatório 037/2016 Concorrência: 037/2016. PMDC. Por esse instrumento fica aditivado o prazo do contrato principal ficando o mesmo vencível em 30/06/2017.

Dionísio Cerqueira 22/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 073/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira

Contratado: Pirâmide Veículos Ltda.

Objeto: Aquisição de veículos para serviços de extensão rural na Agricultura Familiar no Município de Dionísio Cerqueira/SC. Origem: Processo Licitatório 074/2016 – Pregão 074/2016 PMDC – Valor R\$ 199.100,00 - Vigência: 22/12/16 à 30/03/2017.

Dionísio Cerqueira -- 22/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2015.

CONTRATANTE: Hospital Municipal.

CONTRATADO: Ativa Instalações Comerciais Ltda.

Objeto: aquisição e instalação de central de vácuo conforme orçamento e memorial descritivo. Para o Hospital Municipal.

.Origem: Processo Licitatório 009/2015 Concorrência: 009/2015.

PMDC. Por esse instrumento fica aditivado o prazo do contrato principal ficando o mesmo vencível em 30/06/2017.

Dionísio Cerqueira 22/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

RESULTADOS LICITAÇÕES 2016

.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC comunica aos interessados que o Processo Licitatório 131/2016 Concorrência: 131/2016 PMDC - Objeto: a presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, visando a doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizada no município de Dionísio Cerqueira. Foi Considerada DESERTA, (não se apresentou nenhum interessado). Dionísio Cerqueira - 22/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 02/2016

PORTARIA nº 02/2016, de 23 de dezembro de 2016

A Presidente da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho/ SC, no uso de sua competência, e CONSIDERANDO o cargo comissionado da Estrutura Administrativa do Poder Legislativo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor ARANY GUSTAVO DE BRITO LAUTH, do cargo em comissão de Assessor Jurídico;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, 23 de dezembro de 2016

Lúcia Fátima Kisner Moser

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 03/2016

PORTARIA nº 03/2016, de 23 de dezembro de 2016

A Presidente da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho/ SC, no uso de sua competência, e CONSIDERANDO que foi extinto o cargo da Estrutura Administrativa do Poder Legislativo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora JULIANA FRANCISCA RODE, do cargo em comissão de Assessora Legislativa;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, 23 de dezembro de 2016

Lúcia Fátima Kisner Moser

Presidente da Câmara

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CANCELAMENTO _1

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0039/2016
Processo licitatório nº: 0056/2016

Considerando que não houve nenhum participante, é decidido que seja cancelado este processo licitatório. Proceda-se as publicações legais.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de dezembro de 2016
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 240/2016

	PORTARIA Nº 240/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal SIRLANE MARIA PALINSKI, ocupante do Cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 26/12/2016 a 24/01/2017, relativo ao período aquisitivo 01/15 a 01/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 26 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 241/2016

	PORTARIA Nº 241/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias a Servidora Municipal JANICE KELLI DEFAVERI NYLAND, ocupante do Cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 26/12/2016 a 07/01/2017, a concessão é referente o período interrompido conforme a Portaria nº 204 de 04 de Outubro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 26 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 233, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 233, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

APLICA A PENA DE DEMISSÃO À SERVIDORA CLEUSA ESPINDOLA RAMOS, MATRÍCULA 4507, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2016,

CONSIDERANDO que o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pelo Decreto nº 152, de 27 de julho de 2016, bem como o Termo de Julgamento, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, concluíram que a servidora Cleusa Espindola Ramos, matrícula nº 4507, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação, infringiu os incisos I, IV, alínea "a" do V e IX do art. 88 da Lei 487/98, que por sua natureza poderão ocasionar pena de demissão de acordo com os incisos V e VII do art. 97 da Lei 487/98 e incisos V, VII e XIII do art. 123 da Lei 876/2002, em virtude ter ofendido fisicamente e verbalmente crianças submetidas aos seus cuidados,

DECRETA:

Art. 1º Aplico à servidora CLEUSA ESPINDOLA RAMOS, matrícula nº 4507, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação, conforme fundamentação do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Termo de Julgamento, a pena de DEMISSÃO com fundamento nos incisos V e VII do art. 97 da Lei 487/98 e incisos V, VII e XIII do art. 123 da Lei 876/2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Forquilha/SC, 23 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da Comissão de Processo Seletivo ACT 2016 nomeada pelo Decreto nº 164, DE 10 DE AGOSTO DE 2016, no uso de suas atribuições legais, e a empresa AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA (Através de seu departamento de pesquisas PS Concursos), TORNA PÚBLICO que conforme o Edital Processo Seletivo para admissão, em caráter temporário, de vagas existentes para o ano letivo de 2017 e cadastro de reserva do quadro de pessoal:

RESOLVE: ESCOLHA DE VAGA

CARGOS	DATA	HORÁRIO
ÁREA 1 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)	30/01/2017	8h00
ÁREA 2 – PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)	30/01/2017	8h30
ÁREA 3 – PROFESSOR DE APOIO PEDAGÓGICO INFORMATIZADO (PRÉ-ESCOLA AO 5º ANO)	30/01/2017	8h30
ÁREA 4 – PROFESSOR ARTES (PRÉ-ESCOLA AO 5º ANO)	30/01/2017	9h00
ÁREA 5 – PROFESSOR INGLÊS (PRÉ-ESCOLA AO 5º ANO)	30/01/2017	9h00
ÁREA 6 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA (PRÉ-ESCOLA AO 5º ANO)	30/01/2017	9h30
ÁREA 7 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO	30/01/2017	8h00
ÁREA 8 – AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	30/01/2017	10h00

Todo o processo da escolha de vaga será efetuado no Espaço Educacional – Avenida 25 de Julho, 3400 – Centro (Anexo ao Paço Municipal) – Forquilha – SC.

FORQUILHINHA/SC, em 26 de DEZEMBRO de 2016.

ROSANE GAVA PADOIN

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fraiburgo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2279/2016

PORTARIA Nº 2279, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARCELINO SANTIAGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 469.799.729-87, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2280/2016

PORTARIA Nº 2280, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADEMIR ALEXANDRE KUHN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 043.927.559-83, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2281/2016

PORTARIA Nº 2281, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADEMIR ESGANZELA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 568.254.129-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2282/2016

PORTARIA Nº 2282, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que a Unidade Escolar mudou de espaço físico, se tornando suscetível a depredação no período noturno, visto que o espaço é amplo, de fácil acesso, apresentando pouca segurança;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADILSE ELEODORO ALVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 899.054.319-34, contratado

em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2283/2016

PORTARIA Nº 2283, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que está por 40 horas semanais substituindo ADENILSON DA SILVA, o qual teve o contrato rescindido por cumprir o prazo de 2 anos;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALEXON CHAVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.625.739-65, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2284/2016

PORTARIA Nº 2284, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que está por 40 horas substituindo EDISON MARCOS WEBER, o qual teve o contrato rescindido por cumprir o prazo de 2 anos;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALÍPIO ADAUTO MACHADO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 434.572.159-87, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO

PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2285/2016

PORTARIA Nº 2285, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 809.726.089-15, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2286/2016

PORTARIA Nº 2286, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que essa prorrogação se faz necessária devido ao furto de grande monta ocorrido na Escola Arnaldo Frey, a fim de evitar futuras ocorrências;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO LUIZ BLEICHVHL, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 573.692.679-20,

contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2287/2016

PORTARIA Nº 2287, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 443.917.149-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2288/2016

PORTARIA Nº 2288, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que essa prorrogação se faz necessária devido ao furto de grande monta ocorrido na Escola Arnaldo Frey, a fim de evitar futuras ocorrências;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADEMIR SOUZA PONTE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 444.030.209-25, contratado em

caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2289/2016

PORTARIA Nº 2289, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARLOS EDUARDO PROENCIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.755.879-54, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2290/2016

PORTARIA Nº 2290, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CELSO ALVES RAMOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 866.729.679-15, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2291/2016

PORTARIA Nº 2291, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;
Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDIO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 072.439.559-83, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2292/2016

PORTARIA Nº 2292, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso

público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLÓVIS BATISTA DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 744.220.229-20, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2293/2016

PORTARIA Nº 2293, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;
Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DEJANDIR CAMARGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 866.800.309-78, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2294/2016

PORTARIA Nº 2294, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;
Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público

e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIEGO CAMPAGNARO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 080.087.499-46, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2295/2016

PORTARIA Nº 2295, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDNILSON FIGUEIREDO FRANÇA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 732.837.389-04, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2296/2016

PORTARIA Nº 2296, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDSON WALDER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 081.164.129-57, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

1 IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

1 ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
1 Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2297/2016

PORTARIA Nº 2297, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIAS CARREIRO MORELO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 091.048.379-59, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2298/2016

PORTARIA Nº 2298, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da

Secretaria de Infraestrutura Urbana;
Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GELSON COELHO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 027.882.329-77, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2299/2016

PORTARIA Nº 2299, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GILBERTO COROLESQUI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 020.769.279-30, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2300/2016

PORTARIA Nº 2300, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da

Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GILCEU DIAS MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 899.910.109-63, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2301/2016

PORTARIA Nº 2301, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOANIR FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 985.878.629-87, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2302/2016

PORTARIA Nº 2302, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em

conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 464.981.929-68, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2303/2016

PORTARIA Nº 2303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO NELSON SIQUEIRA ALVES, brasileiro, convivente em união estável, inscrito no CPF sob o n.º 020.150.669-69, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2304/2016

PORTARIA Nº 2304, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROMILDO DOS SANTOS RIBEIRO DAMACENO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 100.802.649-21, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2305/2016

PORTARIA Nº 2305, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, separad judicialmente, inscrito no CPF sob o n.º 560.765.929-15, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2306/2016

PORTARIA Nº 2306, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SELMO LUCIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 022.461.389-81, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2307/2016

PORTARIA Nº 2307, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TIAGO DA ROSA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 001.033.130-10, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2308/2016

PORTARIA Nº 2308, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VALDECIR FUNINI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 866.102.799-34, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2309/2016

PORTARIA Nº 2309, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VILSON MENEGAZZO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 594.442.319-68, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2310/2016

PORTARIA Nº 2310, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 487.197.739-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2311/2016

PORTARIA Nº 2311, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RODRIGO GABRIEL SEISL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 085.101.689-89, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2312/2016

PORTARIA Nº 2312, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PAULO SERGIO RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 022.222.959-47, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2313/2016

PORTARIA Nº 2313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ORLÍ NOTTAR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 300.259.749-04, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2314/2016

PORTARIA Nº 2314, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PAULO CESAR ANTUNES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 636.338.179-72, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2315/2016

PORTARIA Nº 2315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUIS DA COSTA RAYZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 471.061.159-91, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2316/2016

PORTARIA Nº 2316, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCELO ANTUNES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 009.504.979-75, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2317/2016

PORTARIA Nº 2317, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MIGUEL OTAVIO HÜNING, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 345.986.939-91, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2318/2016

PORTARIA Nº 2318, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILTON DOMINGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 445.512.669-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2319/2016

PORTARIA Nº 2319, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSE DE FREITAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 386.742.389-04, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2320/2016

PORTARIA Nº 2320, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 069/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DOLISETE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.843.939-68, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 318/2016



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Fisioterapeuta	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
Código:	1	Área de Atuação:	Geral
Disciplina:	Fisioterapeuta		

Critérios de Desempate

Disciplina: Fisioterapeuta

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	59	JAILE TORRI	28	10	10	0	NÃO	09/09/1983
2	86	JULIANA THIBES FLORIANO	16	10	4	1	NÃO	13/04/1992
3	122	SAMUARA DA CRUZ ROSA	9	0	8	2	NÃO	11/11/1990
4	35	JULIANA TARRAFA VALÉRIO	9	0	8	0	NÃO	21/11/1985

sexta-feira, 23 de dezembro de 2016

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Odontólogo 20H** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Odontólogo 20H**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato				
1	19	ROSECLER FLORIANI GERLACH				
2	61	KAMILA GRANDO				
		Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.
		20	10	10	2	NÃO
		19	10	4	0	NÃO
						Data Nascimento
						08/10/1967
						01/08/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempenho

Cargo: **Psicólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Psicólogo**

Critérios de Desempenho

Disciplina: **Psicólogo**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
1	9	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	27	10	10	0	NÃO	24/09/1985
2	24	SIMONE CONTE	26	10	10	0	NÃO	09/04/1986
3	120	CAROLINA FUMAGALLI TASCA HOFFMANN	25	10	10	2	NÃO	26/08/1983
4	23	ELISANGELA APARECIDA JAEGER	25	10	8	1	NÃO	22/06/1976
5	57	HEIDI APARECIDA DE BARROS	25	10	8	0	NÃO	04/03/1987
6	47	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	24	10	10	0	NÃO	24/05/1966
7	25	LUCIANE ESKELSEN OGLIARI	22	10	10	1	NÃO	05/07/1973
8	38	JARCIANE ZANON	22	10	6	0	NÃO	31/05/1988
9	124	ISABELLA ANGÉLICA NEUMANN	21	10	10	0	NÃO	29/03/1982
10	93	CAROLINE DA COSTA MANFREDI	20	10	8	0	NÃO	04/01/1991
11	110	DAIANE RAYZER DA CRUZ	20	10	6	0	NÃO	25/02/1986
12	74	MARIA HELENA MARCONDES	13	0	10	1	NÃO	27/01/1979
13	123	JULIANA DENISE STECKLING	13	0	10	0	NÃO	13/12/1986
14	75	FRANCIELI RIBEIRO CARDOSO	13	0	10	0	NÃO	16/03/1988
15	89	PATRICIA ZIMMERMANN MARTINS	12	0	10	0	NÃO	01/06/1987
16	119	CLEUNICE APARECIDA MARTINELLI	10	0	10	0	NÃO	06/07/1991
17	6	KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA	8	0	8	0	NÃO	20/03/1990
18	115	ELIANE INES TENCONI BORGES	6	0	2	1	NÃO	28/09/1972
19	118	LIA FREY	2	0	2	1	NÃO	18/01/1979



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Técnico em Higiene De** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Técnico em Higiene Dental**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: Técnico em Higiene Dental

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	56	FERNANDA NOIA DOS SANTOS	18	0	10	1	NÃO	30/08/1987
2	14	FRANCIANE HELENA BORTOLINI DOMINGUES	17	0	10	1	NÃO	17/03/1982
3	12	LUCILA CASAGRANDE	13	0	4	2	NÃO	30/11/1973
4	64	JULIANA APARECIDA VICENTE VELOSO	10	0	10	1	NÃO	28/03/1985
5	112	ELAINE CRISTINA DE CÓRDovas	8	0	2	2	NÃO	06/05/1989
6	98	CLAUDIA DE LIMA CHERET	4	0	4	1	NÃO	12/07/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Enfermeiro** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Enfermeiro**

Critérios de Desempate

Disciplina: Enfermeiro								
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
1	13	NATALIA FANTINEL BAHIA DOS SANTOS	32	10	10	1	NÃO	12/07/1985
2	37	LUCÉIA RINALDI RAMOS	32	10	10	0	NÃO	02/06/1978
3	55	VANESSA VICENTE	30	10	10	0	NÃO	11/04/1983
4	82	JORSYSLANE DE JESUS FERREIRA DURANS	30	10	10	0	NÃO	30/04/1988
5	42	MARILDE ANTUNES MOREIRA	28	10	10	1	NÃO	13/11/1964
6	72	FLAVIANA RIBEIRO DE DEUS	27	10	10	1	NÃO	19/07/1986
7	101	GRASIELA CORNELLI	25	10	10	0	NÃO	17/08/1982
8	117	INDAIARA VIERO PERAZZOLI	21	10	10	1	NÃO	24/04/1986
9	54	BRUNA APARECIDA SAVIAN	20	10	6	0	NÃO	27/04/1991
10	79	RUBIANE ZAGO	20	10	0	0	NÃO	15/05/1988
11	107	ELIANE DA CONCEIÇÃO	14	0	10	0	NÃO	09/04/1980
12	114	ELIANE MELO RIBEIRO	12	0	10	2	NÃO	13/06/1980
13	45	ANA CLAUDIA BRANDT	11	0	10	0	NÃO	14/03/1976
14	60	NEUSA ANTUNES DA SILVA	10	0	10	0	NÃO	22/01/1981
15	32	HELEN BALZAN	9	0	8	1	NÃO	12/05/1988
16	65	MAQUELI BORTOLINI	7	0	6	1	NÃO	06/02/1991
17	48	JANETE RODRIGUES GONÇALVES	5	0	4	0	NÃO	04/12/1969



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Terapeuta Ocupacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Terapeuta Ocupacional**

Crêterios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área
1	90	ÉRIKA VALENTE YOHEM	17	10	2
				Filhos	Portador Defic.
				0	NÃO
				Data Nascimento	
					04/02/1974



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º
	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	10	10	2	NÃO	25/01/1987
2	0	10	1	NÃO	01/01/1989
3	0	4	1	NÃO	03/06/1990

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	69	TACIANE MITTANCK	27
2	104	ARIANE LETICIA GARCIA DALMOLIN	10
3	43	ALINE SAVIAN CONCI	8



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Farmacêutico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

Disciplina: Farmacêutico								
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
1	63	SANDRA ZONTA	26	10	10	0	NÃO	06/11/1986
2	81	ELEIA REGINA DA ROSA LOCATELLI	20	10	6	1	NÃO	14/09/1985
3	29	MICHAEL EDMEICO RIBEIRO	9	0	6	1	NÃO	19/02/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N.º 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo:	Assistente Social	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
--------	-------------------	---------	-------------------------------

Código:	6	Área de Atuação:	Geral
----------------	----------	-------------------------	--------------

Disciplina: Assistente Social

Crêterios de Desempate

Disciplina: Assistente Social								
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
1	5	MARIE CRISTINA STOLZ MUNARETTO	27	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	40	ANETE ANTONIA MACAGNAN GONÇALVES LINS	27	10	10	0	NÃO	31/01/1960
3	1	DAYANE APARECIDA RUMPEL DALAGNOL	21	10	10	0	NÃO	26/09/1966
4	99	BRUNA DA FONSECA	19	10	4	1	NÃO	26/06/1981
5	108	JANAINA VARGAS	19	10	8	0	NÃO	26/02/1990
6	10	TEREZINHA APARECIDA DALLAZEM	17	10	4	1	NÃO	23/08/1985
7	121	VERA LUCIA DE OLIVEIRA	10	0	10	0	NÃO	16/11/1968
8	22	BRUNA EDINA DOS SANTOS	8	0	6	0	NÃO	11/04/1966
				0	6	0	NÃO	09/12/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Técnico em Enfermagem** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Técnico em Enfermagem**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	SIMONE DALAGNOL MACHADO	20	0	10	1	NÃO	19/04/1981
2	41	MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI	20	0	10	0	NÃO	23/06/1966
3	33	NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI	20	0	10	0	NÃO	04/08/1968
4	66	MARITANI MARIZA MARGREITER KAHER	20	0	10	0	NÃO	29/08/1971
5	49	ELAINE CRISTINA DREHER FAGUNDES	20	0	10	0	NÃO	19/01/1976
6	50	CRISTINE PRUNER	19	0	10	1	NÃO	25/09/1975
7	71	ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS	19	0	10	1	NÃO	22/04/1978
8	31	SIRLEI SCHABERLE GATTI	19	0	10	0	NÃO	07/03/1966
9	53	MARIA APARECIDA BORBA	18	0	10	0	NÃO	23/05/1961
10	76	NILVA TEREZINHA VERONEZE DA SILVA	18	0	10	0	NÃO	01/06/1971
11	94	ROSEMERI DOS SANTOS FERNEDA	17	0	10	0	NÃO	05/04/1971
12	102	ANTONIO IRINEU VICENTIN	15	0	10	2	NÃO	15/06/1973
13	2	GIOVANA CESCA	15	0	10	0	NÃO	27/12/1983
14	26	SILMARA DE OLIVEIRA	14	0	10	0	NÃO	28/08/1981
15	88	NEIVA ARTIFON VARELLA	13	0	10	1	NÃO	30/11/1978
16	7	LEA FERNANDA FANTIN FUCCINA	13	0	10	1	NÃO	05/06/1987
17	113	ELIZABETE CARLESSO	13	0	8	1	NÃO	03/05/1976
18	91	MARINES GOMES	12	0	8	0	NÃO	01/09/1972
19	39	MARLI SCHABERLE BILIK	11	0	10	1	NÃO	15/03/1972
20	58	MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL	11	0	10	0	NÃO	13/05/1977
21	28	ROSELI FIGUEIREDO FRANÇA KRIEGER	10	0	10	1	NÃO	30/10/1971
22	18	IVETE MISTURINI	10	0	10	1	NÃO	18/12/1981

sexta-feira, 23 de dezembro de 2016

Página 1 de 2

23	68	ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES	10	0	10	0	NÃO	12/01/1969
24	78	CANDIDA LUCIANA BECKER	10	0	10	0	NÃO	23/07/1973
25	46	INES RIBEIRO DA SILVA	10	0	10	0		12/12/1959
26	84	LIGIA DIAS DE ALMEIDA	7	0	4	0	NÃO	07/06/1993
27	15	JUCELITA CAMPAGNARO DALANHOL	7	0	2	0	NÃO	12/09/1989
28	30	TALITA CASSIA BARBOSA GATTI	6	0	6	0	NÃO	24/11/1992
29	100	ANDERSON MELO DE GODOI	5	0	2	2	NÃO	06/09/1984
30	16	VANESSA RIBEIRO	5	0	0	1	NÃO	15/01/1988
31	92	KAUANA KUHN	3	0	2	1	NÃO	11/07/1993
32	116	RAQUEL DE GOES	3	0	0	2	NÃO	28/02/1981
33	52	NAIR SILVA ROSA CORREA	2	0	2	0	NÃO	26/05/1971
34	103	KATIANE MUNARI	2	0	0	2	NÃO	19/08/1982
35	106	LOIVA APARECIDA SACRAMENTO DE MATOS	0	0	0	1	NÃO	27/05/1986
36	109	CLAUDIA BRANCO RIBEIRO	0	0	0	0	NÃO	01/10/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Epidemiológico	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
Código:	8	Área de Atuação:	Geral
Disciplina:	Agente Epidemiológico		

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					Portador Defic.	Data Nascimento
				Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	2º	3º	4º	5º
1	51	ARIANE CRISTINE CAMPOS	15	0	10	1	NÃO		NÃO	18/04/1983
2	11	ADRIANA APARECIDA GONÇALVES	13	0	10	3	NÃO		NÃO	28/06/1984
3	70	MARLI APARECIDA XAVIER	11	0	10	1	NÃO		NÃO	11/06/1973
4	80	LUZIANE DE OLIVEIRA	10	0	10	1	NÃO		NÃO	04/06/1983
5	62	JOÃO VITOR DE OLIVEIRA	7	0	2	0	NÃO		NÃO	06/05/1998
6	77	MARILDA APARECIDA BACH DOS SANTOS	6	0	6	1	NÃO		NÃO	27/07/1986
7	87	VIVIANE VAZ COSTA ALVES	6	0	6	1	NÃO		NÃO	25/02/1993
8	73	LEONARDO HENRIQUE DA SILVA	4	0	0	0	NÃO		NÃO	29/07/1994
9	34	ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI	2	0	2	2	NÃO		NÃO	04/05/1984
10	105	FLAVIO MATHEUS MALINOSKI	1	0	0	1	NÃO		NÃO	06/04/1990
11	44	JANICE GONÇALVES DA ROSA	0	0	0	2	NÃO		NÃO	08/06/1990
12	97	REGINALDO DE SOUZA	0	0	0	0	NÃO		NÃO	06/07/1953
13	3	MATHEUS IGNÁCIO FAPPI STRAGINSKI	0	0	0	0	NÃO		NÃO	22/02/1996



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0020 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	95	CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA	32	10	10	1	NÃO	27/04/1982
2	83	GIANA ROBERTA FURTADO	27	10	10	3	NÃO	14/06/1981
3	20	FRANCIANE GOMES	25	10	8	0	NÃO	26/03/1987
4	67	WENDY PATRÍCIA ROMANO	21	10	10	1	NÃO	04/02/1969
5	17	PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA	15	0	10	1	NÃO	29/07/1975
6	36	ALEXANDRE SAIA VALÉRIO	15	0	10	0	NÃO	08/01/1988
7	96	MAIKON PEDRO FABIAN	12	0	10	0	NÃO	30/06/1991
8	111	CATIÉLYS NIOBÉ MATELLO	12	0	10	0	NÃO	07/11/1992
9	27	ADRIA APARECIDA BIANCHI KURITA	8	0	8	1	NÃO	10/01/1976
10	21	ELOISE NATHALIA RUSCHEL	6	0	6	0	NÃO	21/12/1992

DECRETO Nº 318, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0020, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0020 de 8 de novembro de 2016, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 319/2016



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempenho

Cargo: **São Miguel/ Nossa Sra.** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **ESF 1/2**

Disciplina: **São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida**

Critérios de Desempenho

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
		Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	172	MARCIA EULINA LUCIANO	0	NÃO	0	05/01/1970	0
2	43	JOSIELE GUETTEN DE OLIVEIRA	0	NÃO	0	11/12/1984	1
3	77	JANILDES PIRES RIBEIRO RODRIGUES	2	NÃO	0	17/03/1971	0
4	128	ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS	2	NÃO	0	15/10/1971	0
5	76	MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA	2	NÃO	0	14/02/1978	3
6	99	CLEONICE FRANCIONE	1	NÃO	1	30/09/1980	2
7	139	DAIANA CAMARGO DOS SANTOS	1	NÃO	1	06/03/1989	2
8	161	MILENA MAYARA FURLAN	1	NÃO	1	25/07/1994	1
9	106	MISCHELI FAGUNDES	2	NÃO	1	15/05/1987	1
10	123	NEIDE APARECIDA TIEQUIN	1	NÃO	0	30/01/1982	2
11	5	SUZANE NOIA FERREIRA	1	NÃO	0	08/11/1985	2
12	140	DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	1	NÃO	0	29/06/1990	1
13	142	ANA PAULA MEIRELES	1	NÃO	0	25/06/1992	0
14	61	SILMARA DE OLIVEIRA	0	NÃO	1	28/08/1981	1
15	59	KARINE MULLER BARTOLOMEU	0	NÃO	1	01/08/1995	0
16	111	CLAUDETE ALVES SANTOS RODRIGUES	0	NÃO	0	26/04/1970	0
17	81	ELIZA CRISTINA CIRINO MAIA	0	NÃO	0	11/06/1975	0
18	143	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	0	NÃO	0	26/01/1986	1
19	71	ELENICE ANGÉLICA ZANELLA PERACHI	1	NÃO	0	04/05/1984	2
20	133	IVONE RIBEIRO ALVES	1	NÃO	1	07/06/1974	0
21	79	SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI	1	NÃO	1	14/07/1981	1
22	8	LEDA DE BASTIANI	0	NÃO	0	06/11/1989	0

sexta-feira, 23 de dezembro de 2016

Página 1 de 2

23	94	DAIANE APARECIDA BORGES DE BRITO	8	2	0	NÃO	0	12/04/1992	2
24	141	NOEMI BATISTA DE OLIVEIRA	8	2	0	NÃO	0	04/01/1996	0
25	178	CLAUDENISE DE LIZ SANTOS	7	1	0	NÃO	0	12/02/1990	1
26	28	FRANCIELE JACINTA MANFRON	7	1	0	NÃO	0	29/05/1990	2
27	13	DANIELE APARECIDA RICHTER	7	1	0	NÃO	0	10/11/1998	0
28	159	IVONETE TEREZINHA PAGANINI	7	0	0	NÃO	1	05/09/1973	1
29	19	ALINE HANAUR PEREIRA	7	0	0	NÃO	1	22/05/1998	0
30	115	JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA	6	4	2	NÃO	0	08/12/1970	0
31	20	RENILDA APARECIDA BORBA	6	0	0	NÃO	0	13/02/1968	0
32	40	TEREZINHA APARECIDA FUNINI	6	0	0	NÃO	0	19/07/1968	0
33	63	ELIANA PARECIDA ESGANZELA RALDI	6	0	0	NÃO	0	05/11/1973	0
34	14	HOSANA PEREIRA	6	0	0	NÃO	0	16/03/1976	1
35	48	DENIZETE DE SOUZA COSTA	6	0	0	NÃO	0	22/02/1986	1
36	62	MIRIAN GONÇALVES VIEIRA DOS SANTOS	6	0	0	NÃO	0	29/09/1986	3
37	58	CHAYANE ANTUNES	6	0	0	NÃO	0	29/05/1993	1
38	1	THALIA STEFFANIE DA ROSA GOES	6	0	0	NÃO	0	22/08/1997	0
39	124	KESIA REGINA ANTUNES MARTINS	6	0	0	NÃO	0	12/08/1998	1
40	170	SABRINA DO NASCIMENTO	2	1	1	NÃO	0	12/07/1996	1
41	6	ELISANDREA NOIA	1	0	0	NÃO	1	04/08/1982	3
42	46	ELISANGELA SOUZA DOS ANJOS DA SILVA	1	0	0	NÃO	1	01/05/1983	0
43	54	KATCHIRINI CRISTINA ALVES	0	0	0	NÃO	0	02/04/1990	2
44	15	CILEINI KELEM VELOSO	0	0	0	NÃO	0	15/06/1991	1
45	92	THAIS CAROLINE RIBEIRO	0	0	0	NÃO	0	14/11/1994	2
46	180	FERNANDA SOUZA TAVARES	0	0	0	NÃO	0	06/04/1997	1
47	10	JAQUELINE PEREIRA DA SILVA	0	0	0	NÃO	0	24/05/1997	1
48	31	LUANA MOREIRA ALVES	0	0	0	NÃO	0	10/10/1998	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempe

Cargo: **Bairro São Sebastião/** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **ESF 6**

Disciplina: **Bairro São Sebastião/ Mirassol**

Critérios de Desempe

Disciplina: **Barro Sáo Sebastiao/ Mirassol**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	132	JOSIANI TIBOLA	13	5	2	NÃO	0	30/06/1979	1
2	87	CLEUDE BIANCHI	12	5	1	NÃO	0	17/12/1964	0
3	108	EVA APARECIDA DA SILVA	11	5	0	NÃO	0	11/09/1982	1
4	118	FATIMA PAULINO IESBIK	10	2	2	NÃO	0	27/12/1972	3
5	57	ALTAIR GRACIOLLI	9	2	0	NÃO	1	17/11/1988	2
6	35	ANGELITA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS POSANSCKE	8	1	1	NÃO	0	30/06/1973	0
7	29	LUANA PADILHA DE OLIVEIRA	8	0	1	NÃO	1	13/03/1996	0
8	179	LUCIANA SILVEIRA	7	1	0	NÃO	0	16/10/1975	1
9	52	ELISANGELA DOS SANTOS FIGUEIREDO	7	1	0	NÃO	0	26/02/1996	0
10	53	EDINEIA APARECIDA DOS SANTOS	7	1	0	NÃO	0	26/04/1997	1
11	11	VERA LUCIA MOREIRA	7	0	0	NÃO	1	02/08/1970	1
12	154	MARISA APARECIDA DOMINGUES SANTIN	6	0	0	NÃO	0	03/09/1969	1
13	23	TANIA SALETE GRIZ PEPES	6	0	0	NÃO	0	15/02/1980	0
14	34	MARCIA NADAL	6	0	0	NÃO	0	24/01/1982	2
15	50	ANA PAULA DE SOUZA RICHTER	6	0	0	NÃO	0	05/08/1986	1
16	55	VANESSA DOS SANTOS WALTRICK	6	0	0	NÃO	0	26/12/1996	0
17	160	VANESSA CAROLINA MOZZER	6	0	0	NÃO	0	12/03/1998	0
18	67	GIOVANA OLIVEIRA MATTEUCCI	6	0	0	NÃO	0	27/10/1998	0
19	168	DENIZE OECKSLER	0	0	0	NÃO	0	28/03/1988	1
20	65	MAX UILLIAM CORREA PEREIRA	0	0	0	NÃO	0	23/01/1989	0
21	169	KELLY RODRIGUES SOUZA	0	0	0	NÃO	0	18/01/1996	0

sexta-feira, 23 de dezembro de 2016

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Localidade Dez de Nov Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 11 Área de Atuação: ESF 6

Disciplina: Localidade Dez de Novembro

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	27	3	2	NÃO	0	17/08/1974	1
2	26	3	2	NÃO	0	08/08/1976	2
3	21	0	0	NÃO	0	03/05/1980	1

		Soma de Pontos	
SUZILABIGAIL RONNAU		11	
CLARICE MARIA ANGOLERI		11	
SOLANGE DE FÁTIMA GOMES DE OLIVEIRA		6	



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Dandara e	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	12	Área de Atuação:	ESF 6					
Disciplina:	Localidade Dandara e Barro Preto							
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos				
1	25	CATIA ALVES VIEIRA		5				

		<i>Critérios de Desempate</i>					
1º	2º	3º	4º	5º	6º		
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos		
3	2	NÃO	0	15/09/1984	1		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Linha Baia	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	13	Área de Atuação:	ESF 6					
Disciplina:	Localidade Linha Baia e Baia I							

Critérios de Desempate									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	30	KARINA APARECIDA VANZ	8	1	1	NÃO	0	08/11/1978	0
2	60	GERDA SOARES DA SILVA DOS REIS	6	0	0	NÃO	0	01/04/1969	0
3	9	JESSICA FERREIRA DOS SANTOS	0	0	0	NÃO	0	27/12/1993	1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Bairro Bela Vista** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **14** Área de Atuação: **EACS**

Disciplina: **Bairro Bela Vista**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	127	RAFAELA CRISTINA FIORAVANTE	21	5	0	NÃO	0	09/07/1983	0
2	56	TEREZINHA RAIMUNDA BALDISSERA	12	5	0	NÃO	1	11/12/1961	0
3	114	MARIA ALECSANDRA BORGES DO NASCIMENTO	11	5	0	NÃO	0	29/04/1970	0
4	181	RAFAELLA BALDISSERA MOZZER	11	5	0	NÃO	0	18/07/1994	0
5	68	CINTIA APARECIDA OLIVIO	10	2	2	NÃO	0	15/12/1974	0
6	109	JULIANA MOREIRA VALTER	7	0	0	NÃO	1	26/02/1989	1
7	7	TEREZINHA VERGINIA ZANON	6	0	0	NÃO	0	15/01/1971	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Bairro Roland Mayer/** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **15** Área de Atuação: **EACS**

Disciplina: **Bairro Roland Mayer/ Vila Nova**

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato					
		Soma de Pontos					
1	131	CLARISSE MOREIRA					
2	116	DAIANI FERNANDES DE PAULA					

Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
2	2	NÃO	0	25/06/1985	1
0	0	NÃO	0	20/10/1987	1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Bairro Santa Mônica	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	16	Área de Atuação:	EACS					
Disciplina:	Bairro Santa Mônica							

Critérios de Desempate						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	5	2	NÃO	0	15/03/1972	1
2	0	0	NÃO	0	20/11/1991	2
3	0	0	NÃO	0	30/09/1997	1

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	75	MARLI SCHARBELE BILIK	13
2	72	FABIANA DE LARA	0
3	149	BRUNA PEPE	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Bairro São Cristóvão** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **17** Área de Atuação: **EACS**

Disciplina: **Bairro São Cristóvão**

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	89	5	2	NÃO	0	09/08/1984	2
2	90	5	1	NÃO	1	05/05/1984	2
3	175	1	0	NÃO	0	29/01/1984	1
4	39	1	0	NÃO	0	28/08/1987	3

		Soma de Pontos
1	CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI	13
2	ELIDIOMARA DE MORAES MELO PRATES	13
3	GISELI DE MATOS	7
4	JULIANA BOENO DA SILVA	7



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	176	JANETE TEREZINHA GIRADI BARON	7	0	1	NÃO	0	09/10/1971	1
2	2	FABIANA DIAS LEMOS	6	0	0	NÃO	0	30/03/1989	0
3	125	JAQUELINE APARECIDA ALIUNÇO DOS ANJOS	5	5	0	NÃO	0	06/11/1991	1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Localidade Butiá Verde Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 19 Área de Atuação: EACS

Disciplina: Localidade Butiá Verde Setor I e Vila Reflor

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
5	2	NÃO	0	16/10/1979	3
1	2	NÃO	0	15/04/1967	0

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	130	MARLI APARECIDA DOS SANTOS	13
2	47	GERALDO FRANCISCO DE PROENÇA	9



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Bairro Nações** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **ESF 3**

Disciplina: **Bairro Nações**

Crítérios de Desempate

Disciplina: **Barro Nações**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º		2º		3º		4º		5º		6º	
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos						
1	112	EDENILCE DALAGNOL	22	5	0	NÃO	1	29/09/1980	0	5	0	NÃO	1	29/09/1980	0
2	95	MARLENE DOMINGUES DA SILVA	13	5	2	NÃO	0	14/03/1968	0	5	2	NÃO	0	14/03/1968	0
3	150	HELENA CORREA MASSAROLI	13	5	2	NÃO	0	29/09/1968	0	5	2	NÃO	0	29/09/1968	0
4	85	IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCCO	12	5	1	NÃO	0	25/11/1969	0	5	1	NÃO	0	25/11/1969	0
5	105	MARINES ZONTA RAMALHO	12	5	1	NÃO	0	07/09/1976	0	5	1	NÃO	0	07/09/1976	2
6	117	LUCIANE DA SILVA	11	4	0	NÃO	1	26/03/1984	1	4	0	NÃO	1	26/03/1984	1
7	152	LUCÉLIA DOS SANTOS	8	1	1	NÃO	0	03/03/1997	0	1	1	NÃO	0	03/03/1997	0
8	45	VERA LUCIA FERREIRA	8	0	2	NÃO	0	12/02/1986	0	0	2	NÃO	0	12/02/1986	0
9	110	MICHAELA LETICIA LEMES	7	1	0	NÃO	0	16/01/1997	0	1	0	NÃO	0	16/01/1997	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Localidade Campina d

Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:

20

Área de Atuação:

EACS

Disciplina:

Localidade Campina do Serro/ Assentamento Contestado/ Sta. Helena

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
5	2	NÃO	0	28/03/1974	4
0	0	NÃO	0	13/11/1990	1

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	164	LENIR APARECIDA BLASIUS	13
2	146	DIANA MELO	6



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Faxinal dos	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO						
Código:	21	Área de Atuação:	EACS						
Disciplina:	Localidade Faxinal dos Domingues								
Ordem Classific.		Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos				
1		102	ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI		13				

Critérios de Desempate						
1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos	
5	2	NÃO	0	14/11/1967	0	



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Localidade Faxinal dos Quadros: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 22 Área de Atuação: EACS

Disciplina: Localidade Faxinal dos Domingues I e II

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	41	5	2	NÃO	0	06/07/1978	0
2	84	5	0	NÃO	1	05/09/1963	0
3	83	5	0	NÃO	0	28/04/1992	0

		Soma de Pontos
Nome do Candidato		
SOLANGE LAZZARETTI VACARIO		13
CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARIO		12
JOSIANE DA SILVA		11



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Gruta Noss	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	23	Área de Atuação:	EACS					
Disciplina:	Localidade Gruta Nossa Sra. de Lourdes/ Fazenda Conte							
Ordem Classific.		Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos			
1	80	ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO			13			

Critérios de Desempate						
1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos	
5	2	NÃO	0	11/02/1981	1	



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Lau Mello	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO									
Código:	24	Área de Atuação:	EACS									
Disciplina:	Localidade Lau Mello											

Critérios de Desempate									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	134	IRMA MORAES SIMOES	14	5	2	NÃO	1	12/08/1962	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Localidade Rio Mansin** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **25** Área de Atuação: **EACS**

Disciplina: **Localidade Rio Mansinho Fischer**

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato					
		Soma de Pontos					
1	173	SOILENE APARECIDA MORAIS DA SILVA					
2	93	MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO					

Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
0	0	NÃO	0	10/06/1964	0
5	2	NÃO	0	28/11/1968	1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Taquaruçu	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	26	Área de Atuação:	EACS					
Disciplina:	Localidade Taquaruçu de Cima							

Critérios de Desempate						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	4	0	NÃO	1	20/07/1995	0
2	3	2	NÃO	0	11/12/1985	2

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	129	KELLI TAIZE SANTOS ROSA	11
2	120	ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA	11



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Assentamento Butiá Ve	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	27	Área de Atuação:	EACS					
Disciplina:	Assentamento Butiá Verde							
Ordem Classific.		Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos			
1	86	ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA			13			

						Critérios de Desempate					
1º		2º		3º		4º		5º		6º	
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos						
5	2	NÃO	0	06/07/1972	1						



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVENBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade	Rio Mansin	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO						
Código:	28	Área de Atuação:	EACS							
Disciplina:	Localidade							Rio Mansinho		
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos						
1	44	LEONILDA ANTUNES PEREIRA		6						

Critérios de Desempate						
1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos	
4	2	NÃO	0	08/10/1952	0	



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Bairro Portal** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **ESF 3**

Disciplina: **Bairro Portal**

Crêterios de Desempate

Disciplina: **Barro Portal**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º		2º		3º		4º		5º		6º	
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	171	TANIA DIAS DE ALMEIDA	16	0	0	NÃO	0	23/11/1985	1	0	0	NÃO	0	23/11/1985	1
2	156	KARICE REGINA DE SOUZA	12	5	0	NÃO	1	22/01/1988	1	0	0	07/04/1981	1	22/01/1988	1
3	121	LISA ANDREIA THIBES DE MEIRA MUNHOZ	7	1	0	NÃO	0	NÃO	0	0	0	09/03/1967	2	09/03/1967	2
4	74	MARIZA COLLET MOREIRA KRENZ	6	0	0	NÃO	0	NÃO	0	0	0	20/06/1998	0	20/06/1998	0
5	91	EMERSON RUFINO DE OLIVEIRA	6	0	0	NÃO	0	NÃO	0	0	0	20/06/1998	0	20/06/1998	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Bairro Santo Antônio

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:

4

Área de Atuação:

ESF 3

Disciplina:

Bairro Santo Antônio

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
		Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
		5	2	NÃO	0	12/01/1969	0
		5	1	NÃO	0	23/12/1970	0
		5	0	NÃO	0	29/11/1971	2
		1	0	NÃO	0	26/11/1967	0
		1	0	NÃO	0	23/01/1994	1

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	157	ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES	13
2	122	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO	12
3	153	TERESINHA CATARINA RIBEIRO DA SILVA RENHOLD	11
4	42	MARCIA TORRI	7
5	51	VANESSA TELES SANTOS	1





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: <div>Bairro São José</div>		Quadro: <div>I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO</div>	
Código: <div>5</div>		Área de Atuação: <div>ESF 4</div>	
Disciplina: <div>Bairro São José</div>			

Critérios de Desempate									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos			
1	0	0	NÃO	1	21/09/1957	0			
2	5	2	NÃO	0	15/10/1985	1			
3	5	1	NÃO	1	30/08/1972	2			
4	3	2	NÃO	0	29/12/1993	0			
5	3	0	NÃO	1	20/11/1991	0			
6	1	1	NÃO	1	25/03/1979	1			
7	1	0	NÃO	0	08/10/1996	0			
8	1	0	NÃO	0	28/02/1997	0			
9	0	0	NÃO	1	14/03/1998	0			
10	0	0	NÃO	0	21/02/1972	0			
11	0	0	NÃO	0	12/04/1993	1			
12	0	0	NÃO	0	26/12/1994	1			
13	0	0	NÃO	0	16/11/1998	0			
14	1	1	NÃO	0	25/07/1993	0			
15	0	0	NÃO	0	08/04/1965	0			
16	0	0	NÃO	0	07/01/1993	2			



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Bairro Jardim América		Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO	
Código:	6	Área de Atuação:		ESF 4	
Disciplina:	Bairro Jardim América				

Critérios de Desempate									
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	98	JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA	13	5	2	NÃO	0	23/07/1993	0
2	78	MARISA FATTORI	13	5	1	NÃO	1	23/02/1967	0
3	137	JÉSSICA RODRIGUES BELLO	13	5	1	NÃO	1	09/05/1996	0
4	126	LORENI TEREZINHA POSSERA COLOMBELLI	12	5	0	NÃO	1	02/06/1969	1
5	88	ELLEN CRISTINE BALDO PRATES	11	5	0	NÃO	0	21/11/1996	0
6	167	MARISTELA CRUZ	10	3	0	NÃO	1	07/10/1987	1
7	97	KATIA DE SOUZA	7	1	0	NÃO	0	24/06/1981	2
8	155	JULIANA GOMES	7	1	0	NÃO	0	12/08/1983	1
9	174	JANAINA CARVALHO	7	1	0	NÃO	0	15/03/1997	0
10	73	MARINA LAZZAROTTO GARCES	7	1	0	NÃO	0	23/06/1998	0
11	166	ESTELA MARIS CRUZ CONRAD	7	0	0	NÃO	1	07/10/1987	2
12	162	KAROLINE MACIEL GONÇALVES	7	0	0	NÃO	1	14/06/1998	0
13	69	LUCIANA CAMARGO ROQUE	6	0	0	NÃO	0	16/08/1975	0
14	49	EDUARDA FURTADO	6	0	0	NÃO	0	23/03/1993	1
15	37	KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT	4	2	2	NÃO	0	14/01/1999	3
16	24	JOSIANE RIBEIRO	2	2	0	NÃO	0	03/10/1993	1
17	96	FLAVIA MOREIRA MARTINSON	2	2	0	NÃO	0	20/01/1994	1
18	16	JESSICA FERREIRA STEGUE	0	0	0	NÃO	0	15/09/1996	0
19	107	ANA CRISTIANE PIRES CAMARGO	0	0	0	NÃO	0	04/03/1998	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Bairro Macieira** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **ESF 5**

Disciplina: **Bairro Macieira**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	36	5	2	NÃO	0	05/02/1979	1
2	135	5	2	NÃO	0	04/06/1983	1
3	64	0	0	NÃO	0	24/08/1969	2

		Soma de Pontos
1	CARINA CRISTINA ALEXANDRE	1.3
2	LUZIANE DE OLIVEIRA	1.3
3	MARIA IVONE GONÇALVES	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Bairro Liberata/ São L	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	8	Área de Atuação:	ESF 5					
Disciplina:	Bairro Liberata/ São Luiz							

Critérios de Desempate									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	119	VALKIRIA REGINA NEVES	13	5	1	NÃO	1	16/10/1976	1
2	138	MARIA HELENA DOS SANTOS	11	3	2	NÃO	0	27/11/1979	2
3	163	LENI DA SILVA COELHO	5	3	2	NÃO	0	10/08/1972	0
4	12	NAIARA DE FATIMA DE MEIRA GONÇALVES	0	0	0	NÃO	0	16/07/1993	2



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0021 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Localidade Faxinal dos	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	9	Área de Atuação:	ESF 5					
Disciplina:	Localidade Faxinal dos Carvalhos							

		Critérios de Desempate					
		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	70	CAMILA RODRIGUES NATALIO	2	NÃO	0	30/04/1994	1
2	177	ANDREIA DA APARECIDA PADILHA	0	NÃO	0	02/07/1996	0

DECRETO Nº. 319, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0021, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0021 de 8 de novembro de 2016, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 320/2016



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0022 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Guarda do Patrimônio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Guarda do Patrimônio (masculino)**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	37	ANTONIO JOSÉ DA SILVA	32	10	7	2	NÃO	03/09/1970
2	31	MARCELO RIBEIRO	30	8	7	2	NÃO	05/09/1987
3	3	GASPARINO ALONSO	28	6	7	0	NÃO	15/06/1950
4	48	ALTAIR GRACIOLI	25	6	4	2	NÃO	17/11/1988
5	94	SÉRGIO DOS SANTOS	25	4	6	2	NÃO	01/09/1970
6	12	ALEXON CHAVES	25	4	6	1	NÃO	17/08/1987
7	26	MARCELO ANTUNES	23	6	7	2	NÃO	20/08/1986
8	32	ADEMIR ESGANZELA	22	10	7	2	NÃO	10/09/1970
9	81	CLODOIR BULOW	22	10	7	1	NÃO	15/08/1986
10	24	JANI PEDROSO DE MORAES	22	0	7	2	NÃO	08/02/1968
11	76	JOÃO PEDRO ALVES DOS SANTOS	22	0	7	0	NÃO	24/10/1970
12	59	SEBASTIÃO MACHADO DOS SANTOS	21	10	6	0	NÃO	04/10/1959
13	53	VILSON MENEGAZZO	21	10	6	0	NÃO	12/08/1966
14	102	FLAVIO MATHEUS MALINOSKI	21	4	7	0	NÃO	06/04/1990
15	17	ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAÚJO	20	8	7	0	NÃO	19/11/1966
16	28	ALESSON ALEXANDRE BOAVENTURA	20	4	1	2	NÃO	30/08/1988
17	20	ADRIANO DETOGNI	19	4	0	2	NÃO	08/05/1990
18	34	ILDO ANTONIO COUTO	18	10	3	2	NÃO	07/01/1972
19	95	REGINALDO DE SOUZA	18	6	7	0	NÃO	06/07/1983
20	85	EDSON WALDER	18	0	3	1	NÃO	22/02/1992
21	82	VALDEVINO BENTO	17	10	7	0	NÃO	06/10/1949
22	47	ADILSE ELEODORO ALVES	17	10	7	0	NÃO	03/10/1975

segunda-feira, 23 de dezembro de 2016

Página 1 de 4

23	65	JOÃO BATISTA TIBES	17	0	7	0	NÃO	28/09/1967
24	61	JOÃO FRANCISCO RODRIGUES	16	10	6	0	NÃO	02/09/1958
25	44	JEFFERSON ANTONIO DE NARDI	16	8	3	0	NÃO	18/07/1969
26	11	EMERSON FERREIRA	15	10	0	2	NÃO	28/08/1978
27	74	NORALDINO SILVA	15	8	7	0	NÃO	02/04/1951
28	87	ROBSON DOS SANTOS	15	0	5	2	NÃO	15/12/1987
29	64	EDEMILSON FERNANDO PEREIRA	15	0	5	0	NÃO	04/11/1977
30	55	LUCIANO MONTEIRO	15	0	0	1	NÃO	20/06/1983
31	96	PETERSON PATRICK LORENO DA ROSA	15	0	0	1	NÃO	04/12/1985
32	58	ARILSON DE LIMA CHERET	15	0	0	0	NÃO	03/12/1985
33	105	ROMILDO DOS SANTOS RIBEIRO DAMACENO	15	0	0	0	NÃO	20/04/1993
34	41	MATEUS GONÇALVES DE OLIVEIRA	15	0	0	0	NÃO	29/05/1994
35	42	PAULO SERGIO RODRIGUES	14	10	4	1	NÃO	24/02/1979
36	100	ENORI RONNAU	14	4	5	0	NÃO	12/11/1961
37	75	TIAGO DA ROSA SILVA	13	10	3	2	NÃO	07/10/1981
38	10	GILBERTO COROLESQUI	13	8	5	0	NÃO	14/12/1979
39	36	MARCELO CAMPOLIN DOS SANTOS	13	8	0	2	NÃO	22/04/1987
40	13	VILARDITO LUIS DE FREITAS	13	6	7	1	NÃO	19/11/1963
41	86	DIEGO CAMPAGNARO	13	4	4	1	NÃO	28/10/1991
42	67	WOLMIR DA SILVA	13	4	4	0	NÃO	29/05/1971
43	39	EDNILSO FIGUEIREDO FRANÇA	12	0	2	1	NÃO	20/10/1973
44	27	JOHN NATHAN ANTUNES DE LIMA	12	0	2	0	NÃO	22/11/1991
45	18	CLAUDIO RODRIGUES	11	8	3	0	NÃO	05/05/1984
46	35	SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	11	4	7	1	NÃO	23/02/1965
47	5	JOÃO NELSON SIQUEIRA ALVES	11	4	7	1	NÃO	30/06/1980
48	30	MILTON DOMÍNGUES DE OLIVEIRA	11	4	7	0	NÃO	29/04/1958
49	16	ANTONIO LUIZ BLEICHVHL	11	4	7	0	NÃO	24/02/1966
50	60	IVONEI ANTUNES DE LIMA	10	10	0	0	NÃO	26/11/1973
51	63	CLAUDINEI CORDEIRO	10	8	2	0	NÃO	10/06/1972
52	88	FABIO JUNIOR CAMARGO	10	5	0	0	NÃO	10/04/1987
53	1	JOÃO DE PROENÇA	10	0	0	0	NÃO	24/12/1960
54	80	SANDRO NATALINO ALIÃOÇO	10	0	0	0	NÃO	25/12/1982
55	8	ALUIR FRANCISCO DE GOIS	10	0	0	0	NÃO	09/10/1987
56	22	VALDECIR FUNINI	9	8	1	2	NÃO	24/01/1975
57	89	GILCEU DIAS MACHADO	9	4	5	1	NÃO	04/12/1974
58	69	ADEMIR SALVATI	9	4	0	2	NÃO	30/01/1962
59	40	ROBERTO PELENTIR	9	4	0	2	NÃO	26/09/1975

sexta-feira, 23 de dezembro de 2016

Página 2 de 4

60	84	EVERTON NEORI RIBEIRO	9	4	0	1	NÃO	09/04/1990
61	106	RICARDO LUIZ VICENTE	9	4	0	0	NÃO	25/07/1995
62	45	JARDEL LUCIANO SELIAS VAZ	9	4	0	0	NÃO	10/11/1995
63	7	JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA	8	8	0	1	NÃO	24/06/1981
64	15	ARCELINO SANTIAGO	8	6	2	0	NÃO	24/01/1954
65	51	AIRTON DOS SANTOS ORTIZ	8	5	3	0	NÃO	10/12/1973
66	2	ADAO VIEIRA PADILHA	7	5	2	0	NÃO	12/09/1950
67	99	ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA	7	4	3	0	NÃO	14/09/1952
68	43	JOSÉ DE FREITAS	7	0	7	0	NÃO	17/06/1949
69	103	ADEMAR LUIS MORESCO	7	0	7	0	NÃO	26/02/1960
70	73	ELIAS CARREIRO MORELO	7	0	2	0	NÃO	17/01/1995
71	83	PAULO CÉSAR ANTUNES	6	6	0	3	NÃO	28/12/1970
72	70	PAULO MOACIR NUNES PIRES	6	6	0	0	NÃO	12/08/1959
73	21	ANTONIO CARLOS FERNANDES DE OLIVEIRA	6	6	0	0	NÃO	02/11/1975
74	68	CLOVIS BATISTA DOS SANTOS	6	4	2	4	NÃO	12/06/1970
75	78	MARCOS DO PRADO	5	0	0	1	NÃO	14/08/1981
76	77	CARLOS ALEXANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA	5	0	0	1	NÃO	16/09/1982
77	104	VALDINEI LUIZ ROSA DO PRADO	5	0	0	1	NÃO	30/09/1983
78	54	AILAN FABRICIO PUTON	5	0	0	0	NÃO	17/08/1989
79	33	RUAN MICHEL FRIGOTTO	5	0	0	0	NÃO	05/09/1990
80	79	CLAUDINEI SIEBRE DE LIMA	4	4	0	0	NÃO	02/06/1996
81	97	CARLOS EDUARDO PROENCIO	4	0	4	2	NÃO	14/02/1983
82	57	PAULO ROBERTO PEREIRA	3	0	3	0	NÃO	22/11/1964
83	56	CELSON ALVES DE RAMOS	2	0	2	2	NÃO	25/08/1982
84	92	TEODORO DOMINGUES	2	0	2	0	NÃO	18/02/1950
85	6	VILSON CARREIRO MORELO	2	0	2	0	NÃO	14/12/1954
86	52	DARI ALVES PEREIRA	2	0	2	0	NÃO	12/06/1956
87	19	NELSON COEDEIRO	2	0	2	0	NÃO	11/10/1959
88	25	PEDRO TADEU DE OLIVEIRA	2	0	2	0	NÃO	28/10/1962
89	49	ALTAIR LEANDRO	1	0	1	0	NÃO	16/06/1966
90	101	DANIEL NUNES DE OLIVEIRA	0	0	0	2	NÃO	18/11/1969
91	91	VALDOMIRO DE OLIVEIRA	0	0	0	2	NÃO	25/02/1980
92	98	JOSE JUNIR DA CRUZ	0	0	0	1	NÃO	11/02/1969
93	71	GIOVANO DA SILVA	0	0	0	1	NÃO	19/12/1988
94	50	SIDNEI BORGES	0	0	0	1	NÃO	01/08/1991
95	93	THIAGO SILVEIRA FILHO	0	0	0	0	NÃO	23/07/1954
96	72	SÉRGIO DIAS DOS SANTOS	0	0	0	0	NÃO	07/08/1958

sexta-feira, 23 de dezembro de 2016

Página 3 de 4

97	9	ADAO BERNABÉ DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	NÃO	01/08/1962
98	23	ANTONIO LUIZ GOMES	0	0	0	0	0	NÃO	25/03/1965
99	29	ANTONIO CLAUDIO PEREIRA	0	0	0	0	0	NÃO	16/11/1965
100	66	MAX ULLIAM CORREA PEREIRA	0	0	0	0	0	NÃO	23/01/1989
101	14	TIAGO DA SILVA CUSTÓDIO	0	0	0	0	0	NÃO	07/06/1995
102	46	DIEGO WAGNER RIBEIRO	0	0	0	0	0	NÃO	14/08/1995
103	90	MAYCK BUENO DA SILVA	0	0	0	0	0	NÃO	23/08/1996
104	62	JONAS JACQUES DE MELO	0	0	0	0	0	NÃO	23/01/1997
105	4	WESLLEY MACHADO	0	0	0	0	0	NÃO	02/03/1998

DECRETO Nº. 320, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0022, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0022 de 8 de novembro de 2016, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 321/2016



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0027 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Engenheiro Civil - 40hs** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Engenheiro Civil - 40hs**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	PATRICIA GONÇALVES DA CUNHA	22	10	8	2	NÃO	03/09/1990
2	7	ALISON PAULO ZUCCO	13	0	10	0	SIM	11/06/1985
3	9	JOSUE FABIANO MELO	11	0	6	0	NÃO	10/09/1989
4	11	MAGNUN DINIZ GARDINE	11	0	6	0	NÃO	05/08/1991
5	3	LUCAS MAZZOLENI PINTO	10	0	10	0	NÃO	17/11/1992
6	1	ROGÉRIO BENDER	10	0	8	0	NÃO	01/06/1986
7	5	LUCAS JOSÉ ZAMBONIN	8	0	2	0	NÃO	01/02/1993
8	8	JESSIE CARVALHO BRUHN	7	0	4	0	NÃO	19/07/1990
9	12	IDENIR DE CAMPOS	6	0	2	0	NÃO	29/01/1981
10	6	TAISE BRESCIANI RINALDI	6	0	0	0	NÃO	11/10/1992
11	10	MAYARA ZAZO	3	0	2	0	NÃO	03/03/1995
12	4	PRISCILLA FAEDO LOHN	0	0	0	0	NÃO	24/03/1988

DECRETO Nº. 321, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0027, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0027 de 8 de novembro de 2016, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****EXTRATO PORTARIAS MÊS DE DEZEMBRO DE 2016****EXTRATO PORTARIAS MÊS DE DEZEMBRO DE 2016**

Número	Assunto	Resumo	Data
203/2016	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio proporcional no período de 06/12/2016 a 29/12/2016, 24 (vinte e quatro) dias, ao servidor GENÉSIO RINALDI, servidor efetivo no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 2013 a 2016.	06/12/2016
204/2016	Férias Normais e Coletivas	Concede férias as servidoras Andréia Paula Franz e Lucia Vezaro no período de 16/12/2016 a 14/01/2017 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	16/12/2016
205/2016	Progresso Funcional	Incorpora ao vencimento dos servidores Bernardo Ortlieb Fontana e Bernadete Teresinha Machry Duarte à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento dos respectivos cargos.	16/12/2016
206/2016	Exonerar	Exonera a partir de 31/12/2016 o senhor VALMOR ANGELO TAGLIARI ocupante do cargo de Assessor Jurídico nomeado através da portaria 006/2013.	19/12/2016
207/2016	Exonerar	Exonera a partir de 31/12/2016 o senhor HÉLIO OKI, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças nomeado através da portaria 003/2013.	19/12/2016
208/2016	Aposentadoria	Desliga do Quadro de Pessoal do Município a partir de 31/12/2016 o servidor GENÉSIO RINALDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, em virtude da Aposentadoria concedida pela Previdência Social através do Benefício nº 1684759312.	19/12/2016

Frei Rogério, 23 de dezembro de 2016.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO

Analista de Recursos Humanos

Garopaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 226/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 226/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
PAMELA ROQUE VENZON
Candidato(a): 247438
Cargo: PSICÓLOGO
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PSICÓLOGO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 227/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 227/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
BRUNA D'ANDREA DE ANDRADES
Candidato(a): 248832
Cargo: PSICÓLOGO
Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PSICÓLOGO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 228/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 228/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JULIANO FRONCHETTI
Candidato(a): 243468
Cargo: CONTADOR
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de CONTADOR para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 229/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 229/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARCOS ARAUJO BUZANELLO
Candidato(a): 261897
Cargo: CONTADOR
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de CONTADOR para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 230/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 230/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JONAS DE ABREU BENTO
Candidato(a): 263451
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 231/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 231/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LUAN GOMES SILVA
Candidato(a): 251736
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 232/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 232/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MIGUEL TONON
Candidato(a): 259944
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 12º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 12º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 233/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 233/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JADER GISLON DE MENEZES
Candidato(a): 240630
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 13º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 13º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 234/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 234/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
EDEMAR PINTO DA SILVA JUNIOR
Candidato(a): 257896
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 14º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 14º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 235/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 235/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ALEXANDRE JOSÉ ANTUNES
Candidato(a): 258820
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 15º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 15º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 236/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 236/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
PAULO ROBERTO MENA ARAUJO
Candidato(a): 260653
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 237/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 237/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ERIVELTO FERREIRA DE SOUZA
Candidato(a): 266009
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 238/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 238/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
TAISE MARQUES ALEXANDRE
Candidato(a): 252668
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ASSISTENTE SOCIAL para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 239/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 239/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
RAFAELLA ABADE ALVES
Candidato(a): 236839
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ASSISTENTE SOCIAL para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 240/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 240/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LEONARDO VARGAS SENER
Candidato(a): 240932
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A)

para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 241/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 241/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
DAIANA DA SILVA SILVEIRA
Candidato(a): 241566
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 242/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 242/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
DIEGO JOAO PEREIRA
Candidato(a): 258203
Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS
Classificação: 4º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 4º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 243/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 243/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
IVAN LADISLAU DE SOUSA
Candidato(a): 258203
Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS
Classificação: 5º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de OPERADOR DE

EQUIPAMENTOS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 5º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 244/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 244/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
FERNANDO PEREIRA COLODEL
Candidato(a): 246949
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 245/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 245/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ELISANGELA PACHECO FERREIRA
Candidato(a): 266964
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AGENTE ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 246/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 246/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JOSE ROBERTO DA SILVA
Candidato(a): 246423
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 247/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 247/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARIA CRISTIANE DUARTE DA SILVA
Candidato(a): 264912
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Classificação: 4º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 4º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 248/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 248/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LETICIA DAVID DE AMORIM
Candidato(a): 246836
Cargo: FONOAUDIÓLOGO
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de FONOAUDIÓLOGO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 229/2016

DECRETO N.º 229, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 9.100,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	100,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	100,00
3.3.90.0.1.15.000050 - Aplicações Diretas	100,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	5.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	5.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	4.000,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	4.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	100,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	100,00
3.3.50.0.1.15.000050 - Transf. A Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	100,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	5.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	4.000,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	4.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 230/2016

DECRETO N.º 230, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 140.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	140.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	140.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	140.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 231/2016

DECRETO N.º 231, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 18, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 18, de 13 de dezembro de 2016, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "Dispõe sobre aprovação de Entidades Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba – CMDCA", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo Único

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA - Garopaba – SC
Lei Municipal Nº 446/93

Resolução nº 18 de 13 de dezembro de 2016.
Dispõe sobre aprovação de Entidades Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba – CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o deliberado em reunião ordinária no dia 12 de dezembro de 2016 e resolução 001/2016 do CMDCA.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o cadastro da entidade: Ação Social e Cultural São Joaquim de Garopaba/SC no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Garopaba.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 13 de dezembro de 2016.
Luciana de Abreu Corrêa
Presidente do CMDCA

DECRETO Nº 232/2016

DECRETO N.º 232, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 28, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 28, de 09 de dezembro de 2016, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação da pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde – 2016," conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 28 de 09 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a aprovação da pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde – 2016

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba /SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 09 de dezembro de 2016, no uso de suas atribuições:

Resolvem aprovar a pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde – 2016.

ELSITA THORSTENBERG ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

GABARITO DEFINITIVO DA PROVA DE NIVEL ALFABETIZADO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

Estado de Santa Catarina

Município de GAROPABA

Edital n.º 003/2016 de PROCESSO SELETIVO

GABARITO DEFINITIVO

CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

01	A
02	C
03	A
04	A
05	B
06	D
07	B
08	C

09	D
10	A
11	B
12	B
13	A
14	C
15	A
16	B
17	D
18	A
19	A
20	A

GABARITO DEFINITIVO DA PROVA DE NIVEL ENSINO MEDIO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

Estado de Santa Catarina

Município de GAROPABA

Edital n.º 003/2016 de PROCESSO SELETIVO

GABARITO DEFINITIVO

CARGO: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

01	B
02	B
03	C
04	D
05	D
06	A
07	D
08	D
09	B
10	D
11	B
12	A
13	D
14	A
15	C
16	D
17	B
18	D
19	A
20	D
21	A
22	B
23	C
24	D
25	C

GABARITO DEFINITIVO DA PROVA DE NIVEL SUPERIOR PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

Estado de Santa Catarina

Município de GAROPABA

Edital n.º 003/2016 de PROCESSO SELETIVO

GABARITO DEFINITIVO

CARGO: PROFESSORES, COM ESPECIALIZAÇÃO DAS CONTADORAS DE HISTÓRIA E MUSICALIZAÇÃO - 2016

01	C
02	D
03	D

04	D
05	C
06	A
07	C
08	C
09	C
10	B
11	D
12	C
13	C
14	A
15	C
16	B
17	C
18	B
19	A
20	B
21	A
22	D
23	D
24	B
25	D

RESOLUÇÃO 28/2016 CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 28 de 09 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a aprovação da pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde - 2016

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba /SC , órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 09 de dezembro de 2016, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar a pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores de Saúde - 2016.

ELSITA THORSTENBE

RG ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 26/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO 18/2016 CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA - Garopaba – SC
Lei Municipal Nº 446/93

Resolução nº 18 de 13 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre aprovação de Entidades Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba – CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o deliberado em reunião ordinária no dia 12 de dezembro de 2016 e resolução 001/2016 do CMDCA.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o cadastro da entidade: Ação Social e Cultural São Joaquim de Garopaba/SC no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Garopaba..

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 13 de dezembro de 2016.

Luciana de Abreu Corrêa

Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 26/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 033/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 033/2016

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 038/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADO: Dicave Gartner Distribuidora Catarinense de Veículos Ltda

CNPJ: 83.740.456/0007-00

OBJETO: Manutenção do caminhão Volvo placa MLJ3150, incluindo o fornecimento de materiais, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo.

VIGÊNCIA: 23/12/2016 a 22/01/2017

VALOR: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016

AMPARO LEGAL: Art. 25 Inc. I da Lei nº 8.666/93

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO Nº 21/2016

DECRETO Nº 21, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

"APROVA PROJETO DE LOTEAMENTO URBANÍSTICO NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº 398, de 18 de dezembro de 1984,

DECRETA

Art. 1º. Fica APROVADO, nas condições propostas pelos proprietários e de acordo com o Parecer Técnico pela aprovação, o LOTEAMENTO VALENTINA, com a área total de 31.588,00m2 (trinta e um mil, quinhentos e oitenta e oito metros quadrados), constituída de 44 (quarenta e quatro) lotes, registrada e matriculada no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº 28.713, livro 2-DJ, localizado na Rodovia Estadual SC-370, s/n, Rio Pequeno, Grão-Pará, Santa Catarina.

§ 1º. A execução de todas as obras relativas ao Loteamento Valentina deverão obedecer à Planta de Loteamento respectiva, ao Levantamento Planimétrico, Memorial Descritivo e aos respectivos Projetos Elétrico, Hidráulico e Pluvial, os quais fazem parte deste Decreto como se nele estivessem transcritos.

§ 2º. A proprietária deverá realizar as obras de construção de vias públicas, meio fio de concreto, rede pluvial, execução da rede de abastecimento de água potável, rede de esgoto, energia elétrica, iluminação pública, dentre outras obras que se fizerem necessárias à boa execução dos trabalhos de implantação do referido Loteamento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, conforme solicitação efetuada pelos proprietários.

§ 3º. A proprietária doa, ao Município de Grão-Pará, as áreas pertinentes às vias públicas, que totalizam 7.553,12 m2 (sete mil, quinhentos e cinquenta e três metros e doze centímetros quadrados), e as áreas pertinentes à área verde e à área de utilidade pública, as quais totalizam, respectivamente, 1.766,85 m2 (um mil, setecentos e sessenta e seis metros e oitenta e cinco centímetros quadrados) e 1.289,42 m2 (um mil, duzentos e oitenta e nove metros e quarenta e dois centímetros quadrados), de acordo com a Planta de Loteamento apresentada, áreas estas que, desde já, ficam incorporadas ao patrimônio público municipal.

§ 4º. A proprietária deixa, em forma de caução, como garantia das obras de infraestrutura, os Lotes 02, 03 e 04 da Quadra C do Projeto de Loteamento de que trata este Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
05 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 05 de dezembro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - ALCEU

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que ALCEU GERALDI - ME, possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando a prestação de serviço, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário a continuidade da prestação de serviço e que essa prestação de serviço contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ALCEU GERALDI - ME

Restos a Pagar: 1143, 1235, 1252.

Ordem de Pagamento: 1878.

Valor: R\$ 2.800,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - ABALONI

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que ABALONI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALARMES LTDA, possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que a aquisição de que tratam os Empenhos abaixo citados vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ABALONI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALARMES LTDA

Resto a pagar: 1854, 0018, 0019, 0261, 0356, 0821, 0822, 0894, .

Ordem de Pagamento: 4753, 4754, 4935.

Valor: R\$ 2.324,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - ADRINAO BATISTA STANGE

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ADRINAO BATISTA STANGE 03088950967 possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando a prestação de serviço, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário a continuidade da prestação de serviço e que essa prestação de serviço contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ADRINAO BATISTA STANGE 03088950967
Ordens de Pagamento: 4774, 4775, 5138, 5139, 5870, 5871.

Valor: R\$ 940,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - BRINPEL

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa BRINPEL COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA - ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano 2015 e, também, de 2016, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: BRINPEL COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA - ME
Restos a Pagar: 1147, 1148, 1276, 1277, 1371, 1397, 1399.
Ordem de Pagamento: 0029, 0048, 0175, 0176, 0237, 0238, 0474, 0422, 0431, 0432, 0608, 0613, 0472, 0688, 0855, 0845, 0950, 0948, 1309, 1437, 1310, 1386, 1469, 1549, 1673, 1752, 1659, 1788, 1789, 2029, 2028, 2191, 2192, 2427, 2371, 2730, 2729, 2731, 3137, 3161, 3160, 3162, 3218, 3322, 3468, 3467, 3662, 3692, 3804, 3830, 4182, 4218, 4284, 4281, 4593, 4555, 4554, 4741, 4742, 4746, 4903, 5249, 5491, 5553, 5982, 5998, 6219.

Valor: R\$ 13.653,64

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de novembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - DANILO BORGES

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que DANILO BORGES, possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que a aquisição de que tratam os Empenhos abaixo citados vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: DANILO BORGES
Resto a pagar: 5872.
Valor: R\$ 980,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - DELAMAR

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Delamar Alberton Demay EPP possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Delamar Alberton Demay EPP
Ordem de Pagamento: 0689, 0690, 0691, 0692, 0693, 0694, 0696, 0734, 0735, 0736, 0772, 0774, 0775, 0776, 0777, 0771, 1281, 1283, 1288, 1290, 1292, 1293, 1295, 1318, 1463, 1464, 1465, 1466, 1831, 2169, 2170, 2171, 2172, 1910, 1963, 1976, 1977, 2020, 2053, 2054, 2091, 2092, 2093, 2097, 2133, 2134, 2135, 2136, 2138, 2347, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2547, 2570, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2635, 2636, 2647, 2749, 2750, 2751, 2753, 2754, 2755, 2756, 2757, 2758, 2759, 2777, 2802, 2957, 3158, 3205, 3206, 3207, 3208, 3209, 3274, 3232, 3233, 3241, 3242, 3243, 3268, 3666, 3667, 3673, 3675, 3676, 3727, 3728, 3729, 4137, 4148, 4165, 4166, 4285, 4286, 4287, 4288, 4302, 4312, 4313, 4314, 4323, 4359, 4361, 4362, 4364, 4365, 4366, 4427, 4666, 4670, 4671, 4672, 4673, 4674, 4675, 4438, 4448, 4449, 4450, 4594, 4595, 4596, 4667, 4668, 4669, 4447, 4939, 4961, 4962, 4963, 4964, 4966, 4967, 4968, 4969, 5477, 5423, 5424, 5425, 5444, 5447, 5515, 5526, 5528, 5529, 5466, 5472, 5478, 5479, 5514, 5516, 5517, 5527, 5556, 5559, 5801, 5816, 5817, 5818, 5819, 5839, 5840, 5841, 5842, 6116, 6129, 6130, 6132, 6148, 6149, 6193, 6215, 6216, 6222, 6223, 6225, 6128.

Valor: R\$ 35.013,28

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - EDUARDO DACOREGIO ALBINO

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Eduardo Dacoregio Albino possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que a aquisição de que tratam os Empenhos abaixo citados vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: EDUARDO DACOREGIO ALBINO
Resto a pagar: 0535, 0799, 0796.
Ordem de Pagamento: 1502, 1503, 1985, 2055, 2395, 3007, 3008, 3681, 3682, 3698, 4367, 4368, 4430, 5239, 5548, 5850, 5861, 6220.

Valor: R\$ 5.229,30

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - EZEQUIEL

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Ezequiel de Souza Kulkamp condicionou o fornecimento de 01 (um) impressora multifuncional para o Setor de Contabilidade da Prefeitura, ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota de Empenho nº 100/16 e da Nota Fiscal nº 000299; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: EZEQUIEL DE SOUZA KÜLKAMP
Restos a pagar: 1146, 1352.
Ordem de Pagamento: 6115, 0055, 0058, 0197, 0356, 0791, 0649, 0836, 0862, 1439, 1028, 1331, 1823, 1672, 1824, 1753, 1990, 2186, 2397, 2642, 3035, 3036, 2680, 2792, 3037, 3107, 3465, 5215, 5826.

Valor: R\$ 10.030,65

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - GILVANE

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que GILVANE COSTA KOCH ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará que

se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que tratam as Ordens de Pagamento abaixo descritas vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: GILVANE COSTA KOCH ME
Ordem de Pagamento: 5780, 6000, 6001, 6002, 6003, 6004, 6005, 6006.

Valor: R\$ 3.161,63

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - GL ESPORTES

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que GL Esportes Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando-se que vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará o fornecimento de produtos pela empresa fornecedora, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: GL Esportes Ltda
Restos a Pagar: 1783, 0406, 1226.
Ordem de Pagamento: 2149, 5692, 5693.

Valor: R\$ 9.915,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - GRASITANO

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Grasitano Comércio de Gás Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata o Empenho nº 84/16 vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: GRASITANO COMÉRCIO DE GÁS LTDA
Ordem de Pagamento: 0046, 1775, 1848, 2716, 3463, 4066, 4110, 4599, 4600, 4601, 4602, 4603, 5416, 5417, 5418, 5419, 5420, 5421, 5422, 6143, 6144, 6145, 6146, 6147.

Valor: R\$ 3.990,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - HELTON BLAZIUS

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Helton Blazius Guisi possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando a continuidade de fornecimento dos produtos, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: HELTON BLAZIUS GUISI

Ordens de Pagamento: 5409, 5410, 5411, 5412, 5413, 5414, 5415, 5403, 5404, 5405, 5406, 5511, 5512, 5508, 5510, 5884, 5885, 5886, 5887, 5888, 5889, 5890, 6118, 6119, 6121, 6122, 6126.

Valor: R\$ 3.268,94

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - JOACIR BONIN

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa JOACIR BONIN - ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde os anos de 2014 e 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: JOACIR BONIN - ME

Restos a Pagar: 0073, 0558, 0560, 0561, 0652, 0903, Ordem de pagamento: 1456, 3154, 3189, 3204, 3275, 3277, 4997, 5146, 5147, 5148, 6040, 6141, 6150, 6151.

Valor: R\$ 11.500,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - JOÃO BATISTA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que JOÃO BATISTA DE MORAIS 03222962936 possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015; considerando que se faz necessária a purgação da mora, haja vista que o fornecedor condicionou a continuidade de fornecimento, em 2016, mediante o pagamento das despesas em atraso, indo o pagamento ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: JOÃO BATISTA DE MORAIS 03222962936

Ordem de Pagamento: 4436, 4437, 4155, 4156, 4752, 4781, 5753, 5877, 5878.

Valor: R\$ 3.800,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - JUNIOR BROLEZ

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que JUNIOR BROLEZ CAMACHO 07291001978 possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015; considerando que se faz necessária a purgação da mora, haja vista que o fornecedor condicionou a continuidade de fornecimento, em 2016, mediante o pagamento das despesas em atraso, indo o pagamento ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: JUNIOR BROLEZ CAMACHO 07291001978

Restos a Pagar: 0370, 0381, 0797, 0800, 1112, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1372, 1373, 1374, 1970, 1971, 1969.

Ordem de Pagamento: 1982, 2052, 2396, 3009, 3010, 3680, 3697, 4021, 4429, 5240, 5547, 5851.

Valor: R\$ 12.853,50

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - NUTRI MEURER

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que AGROPECUARIA NUTRI MEURER LTDA-ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, no ano de 2015, que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata a Ordem de Pagamento abaixo descrita vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: AGROPECUARIA NUTRI MEURER LTDA-ME
Restos a Pagar: 0072

Valor: R\$ 520,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - RODRIGO FOLCHINI

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que RODRIGO FOLCHINI DACOREGGIO possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando o fornecimento de produtos, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: RODRIGO FOLCHINI DACOREGGIO
Ordem de Pagamento: 0732, 1005, 1320, 1815, 2076, 2124, 2131, 2368, 2533, 3269, 4687, 5864, 5866.

Valor: R\$ 3.890,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - ROSEANI BRAND

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do Artigo 5º, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ROSENI BRAND BET 02736086902 possui valores em haver do Município de Grão-Pará, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante

descrito:

Fornecedor: ROSENI BRAND BET 02736086902

Ordem de Pagamento: 0975, 0976, 0977, 0987, 0988, 2022, 2025, 2047, 2048, 2088, 2175, 2176, 2389, 2584, 2648, 2740, 2768, 2769, 3271, 3295, 3296, 3297, 4016, 4022, 4343, 4371, 4372, 4987, 4988, 5017, 5018, 5019, 5020, 5454, 5561, 5564, 5565, 6017, 6127, 6134, 6135, 6136.

Valor: R\$ 5.670,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - ROSENI

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do Artigo 5º, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ROSENI BRAND BET 02736086902 possui valores em haver do Município de Grão-Pará, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ROSENI BRAND BET 02736086902
Ordem de Pagamento: 1312

Valor: R\$ 1.001,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - RUDNELI

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Rudneli Silva possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando o fornecimento de produtos, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: RUDNELI SILVA

Ordem de Pagamento: 4900, 4901, 4943, 4948, 4993, 4995, 5442, 5449.

Valor: R\$ 1.114,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - SILVA E VITORASSI

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que SILVA E VITORASSI INFORMÁTICA E REMANUFATURAMENTOS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando o fornecimento de produtos, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SILVA E VITORASSI INFORMÁTICA E REMANUFATURAMENTOS LTDA.

Ordem de Pagamento: 5263, 5857.
Valor: R\$ 1.865,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - VALDAIR FOLQUINI

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que VALDAIR FOLQUINI 76756882953 possui valores em haver do Município de Grão-Pará, condicionando o fornecimento de produtos, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: VALDAIR FOLQUINI 76756882953.
Restos a pagar: 1789, 1790, 0901, 0908, 0910, 0651, 1717, 1719.
Ordem de Pagamento: 2167.
Valor: R\$ 1.200,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA QUIMIGRAP

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Quimigrap Comércio e Representação de Produtos de Limpeza Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, no ano de 2015 e 2016, que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata a Ordem de Pagamento abaixo descrita vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: QUIMIGRAP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Restos a Pagar: 0484, 0537, 0560, 0640, 0476, 0725
Ordens de Pagamento: 0206, 0355, 0475, 0617

Valor: R\$ 3.098,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 23 de dezembro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 196/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 196/2016 – PMG

Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços de retirada (desmontagem) de divisórias e retirada (desinstalação) de aparelhos de ar condicionado tipo split, para retirada desses bens do prédio antigo da Delegacia de Polícia Civil de Guaramirim (SC).

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Art Brasil Transporte Ltda – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.784.248/0001-68, situada na Rua José Narloch, nº 2565, apto 02, bairro Tifa Martins, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina. ContrCon

Valor: R\$ 2.200,05 (dois mil duzentos reais e cinco centavos)

Guaramirim (SC), 23 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 201/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 201/2016 – PMG

Objeto: Aquisição de 4 (quatro) pneus 205x65 R15 em caráter de emergência para substituição na viatura prefixo PM20687, placa MKD – 2978 da Polícia Militar do município de Guaramirim (SC).

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Auto Center e Mecânica Zezinho Ltda – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.389.011/0001-21, situada na Rua Wolf Heinz Antonius, nº 50, bairro Amizade, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. ContrCon

Valor: R\$ 1.540,00 (mil quinhentos e quarenta reais)

Guaramirim (SC), 23 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 210/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 210/2016 – PMG

Objeto: Aluguel de mesas e cadeiras para a formatura do PROERD onde se formarão 600 (seiscentas) crianças das escolas no município de Guaramirim (SC).

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: FT Segurança e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 85.355.600/0001-25, situada na Rua Anita Garibaldi, nº 795, bairro Anita Garibaldi, município de Joinville, estado de Santa Catarina. ContrCon

Valor: R\$ 16.896,00 (dezesesseis mil oitocentos e noventa e seis reais)

Guaramirim (SC), 23 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 50/2016-PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 050/2016- PMG

Processo Licitatório nº: 131/2016 PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA NOVO (ZERO KM), MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 45 CV, CONFORME CONVENIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA Nº 000417/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: TLM COMERCIAL EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.758.964/0001-61, estabelecida na Rua 30 de dezembro nº 265, Jardim Elizabeth, município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 30/11/2017 (de 01/01/2017 a 30/11/2017)

Data da Assinatura: 16/12/2016 Vigência 30/11/2017

GUARAMIRIM (SC), 23/12/2016
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2016 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Objeto da Licitação: Aquisição de 1 (um) trator agrícola novo (zero Km), motor a diesel, potência mínima de 45 cv, conforme convênio com o governo do estado de Santa Catarina nº 000417/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: TLM Comercial EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.758.964/0001-61, estabelecida na Rua 30 de Dezembro, nº 265, bairro Jardim Elizabeth, município de Içara, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato até o dia 30 de novembro de 2017.

Data da Assinatura: 13/12/2016 Vigência: 30/11/2017.

Guaramirim (SC), 23 de dezembro de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2014 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa provedora de data-center para o fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de gestão pública em ambiente web, para a administração do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: IPM Informática Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, estabelecida na Avenida Trompowsky, nº 344, 7º andar, bairro Centro, município de

Florianópolis, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato em 12 (doze) meses e o reajuste anual em 7,38884 %.

Data da Assinatura: 08/12/2016 Vigência: 08/12/2017.

Guaramirim (SC), 23 de dezembro de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4386/2016

LEI Nº. 4386/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE GERAÇÃO MELHOR IDADE.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Declarado de Utilidade Pública o CLUBE GERAÇÃO MELHOR IDADE, inscrito no CNPJ sob Nº 24.395.525/0001-31, fundado em 07 de Agosto de 2015, com sede e foro na Rua Aldano José Vieira Nº 276, Bairro Avai, Município de Guaramirim – SC.

Art. 2º. A entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara de Vereadores até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle sob pena de revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I – relatório anual de atividades do exercício anterior;

II – atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Nº 4198/2015;

III – certidão atualizada do registro da entidade no cartório de registro de pessoa jurídica; e

IV – balancete contábil.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de dezembro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 712/2016

PORTARIA Nº. 712/2016

Estabelece Lotação da servidora Doris Cord Sprung.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer lotação da servidora Doris Cord Sprung, Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, na EMEF Lauro Carneiro de Loyola.

Art. 2º. Revoga a Portaria nº. 281/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 713/2016

PORTARIA Nº. 713/2016

Concede licença sem vencimento para Márcio José Vieira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença sem vencimento para Márcio José Vieira, Agente Administrativo II, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 30 de dezembro de 2016 até 21 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 714/2016

PORTARIA Nº. 714/2016

Concede licença para tratamento de saúde de familiar à Francieli Assis Camargo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 7º, § 3º da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde de familiar à Francieli Assis Camargo, na função de Cirurgiã Dentista PSF, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 16 de novembro de 2016, até 14 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 715/2016

PORTARIA Nº. 715/2016

Concede licença para tratamento de saúde de familiar à Tatiana Fernandes Guenther.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 7º, § 3º da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde de familiar à Tatiana Fernandes Guenther, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de dezembro de 2016, até 21 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 719/2016

PORTARIA Nº. 719/2016

Concede licença saúde para Rogério Rufino.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Rogério Rufino, na função de Recepcionista, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 08 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - (PREF CT 09/2016 CA 01 / CT 10/2016 TA 03 / CT 11/2016 TA 03 / CT 32/2009 TA 09) (FMS CT 03/2016 TA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 09/2016.
PROCESSO LICITATORIO Nº . 64/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2015.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: TAFEDI TRANSPORTES LTDA ME
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço Transporte Escolar de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sem reajuste
VALOR TOTAL R\$ 106.304,40
Guarujá do Sul, 23 de dezembro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
TERCEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 10/2016.
PROCESSO LICITATORIO Nº . 64/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2015.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: GSTUR TRANSPORTES LTDA ME
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço Transporte Escolar de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sem reajuste
VALOR TOTAL R\$ 319.031,32
Guarujá do Sul, 23 de dezembro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
TERCEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 11/2016.
PROCESSO LICITATORIO Nº . 64/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2015.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: HELENA BATISTA GOMES 09670248973
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço Transporte Escolar de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sem reajuste
VALOR TOTAL R\$ 61.670,02
Guarujá do Sul, 23 de dezembro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
NONO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 32/2009.
PROCESSO LICITATORIO Nº . 18/2009 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2009.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: BENO BLAU – ESPOLIO ROBERTO CASARIN
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Locação de prédio (Prefeitura Municipal) de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sem reajuste
VALOR TOTAL R\$ 32.429,40
Guarujá do Sul, 23 de dezembro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 03/2016.
PROCESSO LICITATORIO Nº . 12/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR GUARU-JA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Plantão médico e sobre aviso, de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sem reajuste.
VALOR TOTAL R\$ 336.000,00
Guarujá do Sul, 23 de dezembro de 2016.
Rosmeri K. Vergutz,
Secretária Municipal.

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO 086-2016

CONTRATAÇÃO DIRETA DO CIMCATARINA POR ENTE CONSORCIADO
nº . 086/2016

Pelo presente instrumento de contratação direta de consórcio público, pelo ente consorciado, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº01.612.745/0001-74, com sede na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, na cidade de Ibiam - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Clovis Busatto, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Ibiam - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 1, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. - Aplicam-se a esta contratação direta de consórcio público, pelo ente consorciado, as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07, a Portaria STN nº 274/2016, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 546/2014.

1.2 - A presente contratação direta do CIMCATARINA é celebrada por dispensa de licitação, por se tratar de ente consorciado, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN n. 274/16.

1.3 - Nas contratações diretas de consórcios públicos, pelo ente consorciado, para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Esta contratação direta tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das despesas dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública.

2.2 - O CONTRATADO utilizará os recursos financeiros repassados, exclusivamente para pagamento do valor das despesas constantes na fatura dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública que foi utilizada pela CONTRATANTE, em conformidade com os contratos celebrados entre o CIMCATARINA e a empresa contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de até R\$21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O CONTRATANTE deverá repassar através de boleto bancário, débito autorizado ou depósito em conta, o valor correspondente às despesas de sua responsabilidade pela utilização dos serviços e materiais de iluminação pública disponibilizados pelo CONTRATADO.

4.2 - O CONTRATANTE deverá repassar valor estimado de R\$1.800,00 (Mil e oitocentos reais) com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do fechamento da fatura da iluminação pública. A assinatura da contratação direta ensejará o início da disponibilização dos serviços e por consequência seu uso estará gerando despesas até o fechamento do ciclo mensal.

4.3 - Caso a estimativa seja deficitária ou superavitária, durante a execução das despesas deverão ocorrer os ajustes necessários ao equilíbrio das contas.

4.4 - O CONTRATADO fará o controle de recebimento e aplicação e demonstrará os saldos mensalmente.

4.5 - Havendo atrasos nos repasses do CONTRATANTE que comprometa a execução das despesas o CONTRATADO suspenderá os serviços até regularização.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

5.1 - Os serviços e o fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública, foram contratados através de licitação pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para atender as necessidades dos entes consorciados.

5.2 - Os serviços serão prestados e os materiais fornecidos pelo fornecedor contratado e o CIMCATARINA será o gestor do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto desta contratação, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização da presente contratação ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 - O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4 - O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude desta contratação, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Repassar os recursos financeiros decorrentes dos serviços utilizados;
- e) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação terá a seguinte classificação orçamentária:

Classificação	Denominação/Valor		
Órgão 02	Chefia do Executivo		
Unidade 02.05	Sec. Municipal de Infraestrutura Obras e Transportes		
Funcional	15.452.1001		
Dotação	53 (337200000000)		
Recurso	Próprio		
3.3.93.30	MATERIAL DE CONSUMO	R\$	9.600,00
3.3.93.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$	12.000,00
TOTAL		R\$	21.600,00

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - A presente contratação entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 - O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – A presente contratação poderá ser rescindida por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes da presente Contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam a presente Contratação em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ibiam – SC, 14 de Dezembro 2016.

Município de Ibiam - SC CLOVIS BUSATTO Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
---	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:
Gustavo Henrique Perin-OAB 45.267

Olivo Ceron: CPF 304.876.849-15

2ª –

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 079/2016

Objeto – Contratação direta dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do Município de Ibiam

Dispensa de Licitação nº 024/2016

PARECER JURÍDICO

Trata-se de exame prévio a assinatura da Contratação Direta entre o Município de Ibiam e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIM-CATARINA, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n. 8.666/93.

Passamos a análise dos requisitos legais para concretização da contratação direta, os quais entendemos estarem devidamente preenchidos, senão vejamos.

O município foi um dos subscritores do Protocolo de Intenções do CIMCATARINA. Através da Lei Municipal n. 546/2014 o protocolo de intenções foi ratificado, sem qualquer ressalva.

O consórcio público foi constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inclusive, passando a integrar a administração indireta do Município de Ibiam.

O objeto da contratação está de acordo com as disposições legais e regulamentares. O protocolo de intenções, o contrato de consórcio público e o estatuto do CIMCATARINA estão de acordo com as disposições legais (Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN 274/16).

A licitação poderá ser dispensada, nos termos do artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal 8.666/93, incluído pela Lei Federal 11.107/05:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

A Lei Federal 11.107/05 prevê ainda:

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Por sua vez, o Decreto Federal n. 6017/07, prevê que:

Art. 32. O contrato de programa poderá ser celebrado por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei no 8.666, de 1993. Parágrafo único. O termo de dispensa de licitação e a minuta de contrato de prestação de serviços deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

Prevê ainda o supracitado Decreto:

Art. 18. O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107, de 2005.

Parágrafo único. O contrato previsto no caput, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

Esta previsto na Portaria n. 274/16 da Secretaria do Tesouro Nacional:

Art. 5º O ente da Federação consorciado consignará em sua lei orçamentária anual ou em créditos adicionais, por meio de programações específicas, dotações suficientes para suportar as despesas com transferências a consórcio público.

[...]

§ 2º A contratação direta de consórcios públicos, pelo ente consorciado, será identificada por meio de modalidade de aplicação específica.

O Prejulgado n. 1776, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estabelece, entre outras condições:

6. Os Gestores Públicos devem considerar as alterações promovidas pela Lei Federal nº 11.107, de 2005, na Lei nº 8.666, de 1993, pertinentes aos consórcios públicos, destacando-se:

[...]

c) é previsto dispensa de licitação para os consórcios públicos contratarem "programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada", conforme inciso XXVI da Lei n. 8.666/93, incluído pelo art. 17 da Lei n. 11.107/2005. No mesmo sentido, a norma do inc. III, § 1º, do art. 2º, da Lei n. 11.107, de 2005;

Dessa forma, restou examinado e aprovado a respectiva minuta do contrato de prestação de serviços, por ser realizado por dispensa de licitação, nos termos acima, estando de acordo com os as disposições legais e princípios que regem a Administração Pública em geral. Este é o parecer.

Ibiam (SC), 14 de Dezembro de 2016.

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 079/2016

Objeto – Contratação direta dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do Município.

Dispensa de Licitação nº 024/2016

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa referente à contratação direta dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública que foram contratadas através de licitação, pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA (gestor do contrato), para atender as necessidades dos entes consorciados.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, destinado prestação de serviços, atende às necessidades precípua da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Ibiam (SC), 14 de Dezembro 2016.

CLOVIS BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATO 087/2016

CONTRATO Nº087/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 078/2016

PREGÃO PRESENCIAL 043/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIAM.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.
2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:
 - a. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
 - b. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
 - c. Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
 - d. Suporte Técnico e Treinamento reforço, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
 - e. Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

3. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. A vigência do presente instrumento para o exercício financeiro de 2017, compreendido o período de 01/01/2017 até 31/12/2017. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.
2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt" ou "csv".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.
2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.
3. O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.
4. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.
5. O pagamento dos serviços técnicos eventuais de suporte técnico, treinamento de reforço ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.
6. Os pagamentos dos serviços de implantação do sistema gerenciador de banco de dados serão efetuados em parcela única, com vencimento do boleto bancário programado para 15 (quinze) dias da emissão da nota fiscal devidamente liquidada pelo setor responsável.
7. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.
8. Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGP-M acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecidos.
9. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até 10 (dez) dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Atividade: 2018 – Manutenção das atividades administrativas;
Reduzido: 13;
Detalhamento: 339033911– locação de softwares;
2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 078/2016 cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.
2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.
3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a de compilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).
4. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:
 - a. Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no prazo avençado.
 - b. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.
 - c. Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.
 - d. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.
 - e. Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.
 - f. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.
 - g. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.
 - h. Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.
 - i. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.
 - j. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Caberá a CONTRATADA:
 - a. Quando contratados, conforme valores dispostos no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
 - b. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.

- c. Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.
- d. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- e. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços, caso viável.
- f. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até cinco dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.
- g. Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

1. O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.
2. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.
3. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.
4. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.
5. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e sim como Treinamento de Reforço deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO.

1. As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
2. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
3. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
4. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
5. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
6. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.
7. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
8. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
9. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
2. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos
3. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
4. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
5. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
6. Desenvolver relatórios específicos.
7. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
8. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
9. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.
10. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
2. A rescisão contratual poderá ser:
 - a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
 - b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.
2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
3. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias).
4. Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
5. Multa de 10% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
6. A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
8. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Tangará - SC. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.
2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ibiam, 23 de dezembro de 2016.

CONTRANTE
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

BETHA SISTEMAS LTDA
JULIO CEZAR BERNADINO
COORDENADOR DE FILIAL

TESTEMUNHAS:

Olivo Ceron
CPF: 304.876.849-15

Sérgio Antônio Ramos
CPF: 693.254.489-04

ANEXO I

1. Licenciamento de uso dos aplicativos, para a Prefeitura Municipal de Ibiam:						
Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Usuários	Valor Unitário	Valor Total
1	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	----	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
2	12	Mês	Compras e Licitações	3	R\$ 990,00	R\$ 11.880,00
3	12	Mês	Contabilidade Pública	3	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
4	12	Mês	Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	----	R\$ 525,00	R\$ 6.300,00
5	12	Mês	Folha de Pagamento	1	R\$ 840,00	R\$ 10.080,00
6	12	Mês	Gestão de Frotas	1	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
7	12	Mês	Patrimônio	1	R\$ 440,00	R\$ 5.280,00
8	12	Mês	Planejamento Municipal	1	R\$ 490,00	R\$ 5.880,00
9	12	Mês	Protocolo via Internet	5	R\$ 390,00	R\$ 4.680,00
10	12	Mês	Recursos Humanos	1	R\$ 580,00	R\$ 6.960,00

11	12	Mês	Gestão de Saúde Pública	13	R\$ 970,00	R\$ 11.640,00
12	12	Mês	Portal da Transparência	----	R\$ 431,00	R\$ 5.172,00
13	12	Mês	Tributação Pública	1	R\$ 920,00	R\$ 11.040,00
14	12	Mês	Procuradoria	2	R\$ 570,00	R\$ 6.840,00
15	12	Mês	Gerenciamento Inteligente	1	R\$ 392,00	R\$ 4.704,00
16	12	Mês	Gestão de Informação e Custos	1	R\$ 392,00	R\$ 4.704,00
17	12	Mês	Gestão de assistência Domiciliar	5	R\$ 294,00	R\$ 3.528,00
18	12	Mês	Atendimento ao cidadão via internet	----	R\$ 472,00	R\$ 5.664,00
19	12	Mês	Atendimento ao servidor público via internet	----	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
20	12	Mês	Almoxarifado	1	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
21	12	Mês	Controle de Leis	1	R\$ 380,00	R\$ 4.560,00
22	12	Mês	Tesouraria	1	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00

VALOR TOTAL:

R\$ 146.952,00

2. Licenciamento de uso dos aplicativos, para o Fundo Municipal de Assistência Social Ibiã:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Usuários	Valor Unitário	Valor Total
23	12	Mês	Compras e Licitações	3	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
24	12	Mês	Contabilidade Pública	3	R\$ 555,00	R\$ 6.660,00

VALOR TOTAL R\$

R\$ 12.060,00

3. Licenciamento de uso dos aplicativos, para o Fundo Municipal de Saúde Ibiã:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Usuários	Valor Unitário	Valor Total
25	12	Mês	Compras e Licitações	3	R\$ 450,00	R\$ 5.400,00
26	12	Mês	Contabilidade Pública	3	R\$ 555,00	R\$ 6.660,00

VALOR TOTAL R\$

R\$ 12.060,00

4. Serviços Técnicos:

Item	Qtd.	Unid.	Serviços	Valor Unitário	Valor Total
27	1	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	R\$ 14.759,30	R\$ 14.759,30
28	1	Serv.	Implantação e licenciamento de sistema gerenciador de Banco de Dados.	R\$ 3.429,42	R\$ 3.429,42
29	200	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	R\$ 80,00	R\$ 16.000,00
30	5000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	R\$ 0,80	R\$ 4.000,00
31	30	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	R\$ 151,00	R\$ 4.530,00

VALOR TOTAL R\$

R\$ 42.718,72

VALOR GLOBAL R\$

R\$ 213.790,72

Ibiã, 23 de dezembro de 2016.

CONTRATO 088/2016

CONTRATO Nº 088/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 052/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2015

SRP Nº 025/2015

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1 em exercício o Sr. de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa C.S Net Informática e Tecnologia Ltda, CNPJ10.482.451/0001-66, estabelecida na Rua XV de Novembro, 105 centro, Arroio Trinta-SC, CEP 89.590-000, representada neste ato por seu Jandir Antonio Crepaldi, CPF 715.611.029-20, RG10/C 2.405.607/SSP-SC, de ora em diante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 052/2015 e Pregão Presencial nº 036/2015, SRP 025/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de link de internet, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR MENSAL MÁXIMO POR ITEM	QUANT. ESTIMADA
1	CONTRATAÇÃO DE LINK EM RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 5MB, COM 50% DE GARANTIA DE BANDA, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 5120KBPS, DOWN, GARANTIA DE 50% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS.	12 MESES	R\$ 165,00	5
2	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET, E REDUNDACIA DE LINK DE RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 5MBS FULL , COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 5120KBPS, UP E DOWN. GARANTIA DE 100% DE BANDA MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, COM GARANTIA DE UPTIME MÍNIMO DE 99% MÊS, Qos (PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADES DE SERVIÇO ATRAVÉS DE MANGLE E QUEUE.	12 MESES	R\$ 210,00	0
3	CONTRATAÇÃO DE LINK EM RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 10MB, COM 50% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 10240KBPS, DOWN, GARANTIA DE 50% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS.	12 MESES	R\$ 990,00	
4	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET, E REDUNDACIA DE LINK DE RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 10MBS FULL , COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 10240KBPS, UP E DOWN. GARANTIA DE 100% DE BANDA MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, COM GARANTIA DE UPTIME MÍNIMO DE 99% MÊS, Qos (PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADES DE SERVIÇO ATRAVÉS DE MANGLE E QUEUE.	12meses	R\$ 990,00	1

CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(QUARENTA E OITO) horas, para fornecer os itens que foi vencedor, conforme solicitado na respectiva Autorização de Fornecimento-AF. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas.

A empresa obriga-se a manter serviços de internet de excelente qualidade, com garantia de funcionamento de no mínimo 99%(noventa e nove por cento) do Uptime mês. Para cada dia de atraso na solução de problemas(ou sem sinal), com a internet, objeto desta licitação, poderá o Município de Ibiã, cobrar multa de R\$ 3.000,00(Três mil reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 5(cinco) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

Todos os equipamentos ficam em caráter de comodato, sendo substituídos caso apresentem algum tipo de problema. SLA admitido de até 8 horas conforme normas da Anatel.

Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

DESPESAS ELEMENTOS DESCRIÇÃO C. EMENTOS

13 3390000000000000 MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS 33903997000000

79 3390000000000000 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL 33903997000000

10 3390000000000000 MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE 33903997000000

2 3390000000000000 MANUT. DAS ATIV. DO FMAS 33903997000000

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica impressa e devidamente recebida e aceita pelo secretário responsável. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. Na nota fiscal o fornecedor deve indicar os dados bancários para depósito (nome do banco Agência, Conta corrente)

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

1. A vigência do presente instrumento para o exercício financeiro de 2017, compreendido o período de 01/01/2017 até 31/12/2017. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretiva por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 036/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes sanções, isolada ou conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos/serviços a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) multa de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), que o Município poderá cobrar da empresa vencedora, conforme previsto no item 11.8 do edital e conforme o constante neste item.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO – Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTO – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 036/2015, Processo Licitatório nº 052/2015, SRP: 025/2015, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05., bem como pelo constante no Edital de Pregão Presencial 036/2015, Processo Licitatório 052/2015, SRP 025/2015.

CLÁUSULA VIGESIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 23 de Dezembro de 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

C.S Net Informática e Tecnologia
CNPJ:40.482.451/0001-66
Sócio Adm:Jandir Antonio Crepaldi
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceron
CPF: 004.157.709-30

CONTRATO 85/2016

CONTRATO DE RATEIO
Contrato nº. 085/2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº01.612.745/0001-74, com sede na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, na cidade de Ibiam - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Clovis Busatto, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Ibiam - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 1, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönnau, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 546/2014, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2014–108.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2017, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 27.456,00 (Vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$2.288,00 (Dois mil duzentos e oitenta e oito reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário, depósito em conta do PROLICITA ou através de autorização de debito automático.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 – Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação/Valor		
Órgão	02 - Chefia do Executivo		
Unidade	03 Secretaria de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	20.18 Manutenção das atividades administrativas		
Despesa	9,11 e 15		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	20.280,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	6.240,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	936,00
TOTAL		R\$	27.456,00

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLENCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Ibiam - SC, 15 de Dezembro de 2016.

Município de Ibiam - SC CLOVIS BUSATTO Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
---	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

Gustavo Henrique Perin- OAB 45.267

1ª –Olivo Ceron CPF: 304.876.849-15
2ª –

TERMO ADITIVO 01-2016 CT 02-2016

TERMO ADITIVO N.º 1/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 002/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de IBIAM, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.612.745/0001-74, com sede Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, CEP 89652-000, na cidade de IBIAM, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor(a) CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 002/2016, celebrado em 2016, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 002/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) – R\$ 0,00

Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia

útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 0737-4, Conta Corrente n.º 612.163-2, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal n.º _____ (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 002/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Ibiam – SC, 19 de Dezembro de 2016.

CLOVIS JOSE BUSATTO Prefeito(a) de IBIAM CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

OLIVO CERON Secretario de Educação	FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA
---------------------------------------	---

TERMO ADITIVO 01-2016 CT 03-2016

TERMO ADITIVO N.º 1/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 003/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de IBIAM, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.612.745/0001-74, com sede Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, CEP 89652-000, na cidade de IBIAM, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor(a) CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 003/2016, celebrado em 2016, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 003/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º , Conta Corrente n.º , de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal n.º _____ (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que

mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 003/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Ibiã - SC, 19 de Dezembro de 2016.

CLOVIS JOSE BUSATTO Prefeito (a) de IBIAM CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

OLIVO CERON Secretario de Educação	FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA
---------------------------------------	---

Ilhota

PREFEITURA

TERMO DE SUSPENSÃO PP 032 - 2016 PMI - ASSESSORIA JURÍDICA

TERMO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016

Alex Miranda, Pregoeiro Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, resolve:

SUSPENDER, o Processo Licitatório nº 204/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016, tendo por objeto: SELEÇÃO DE PESSOA JURÍDICA A SER CONTRATADA PARA PRESTAR SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA AO MUNICÍPIO DE ILHOTA PERANTE AS JUSTIÇAS: COMUM, FEDERAL E ESPECIALIZADA DO TRABALHO, COM ATUAÇÃO EM TODAS AS INSTANCIAS DOS TRIBUNAIS SEDIADOS NO ESTADOS DE SANTA CATARINA, E INSTANCIAS SUPERIORES, ASSIM COMO EM QUESTOES ADMINISTRATIVAS COMPLEXAS, até que seja feita uma análise mais detalhada da impugnação, considerando sua complexidade, e posteriormente a resposta seja devidamente concluída.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

Ilhota, 22 de dezembro de 2016.
ALEX MIRANDA
Pregoeiro Municipal

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº 81 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 81 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na importância de R\$ 107.200,00 (cento e sete mil e duzentos reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	14	0.1.064	Aplicações Diretas	107.200,00
Total				107.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurados até o mês corrente.

Total Suplementação	107.200,00
---------------------	------------

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 15 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

ERRATA DA PORTARIA GP Nº 819/2016

ERRATA DA PORTARIA GP Nº 819/2016 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS NA EDIÇÃO 2140, PÁGINA 257.

ONDE SE LÊ: Cargo de Assistente

LÊ-SE: Cargo de Coordenador de Patrimônio

Imaruí, 20 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT

Coordenadora de Planejamento e Gestão

ERRATA DA PORTARIA GP Nº 820/2016

ERRATA DA PORTARIA GP Nº 820/2016 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS NA EDIÇÃO 2140, PÁGINA 257.

ONDE SE LÊ: Responsável pela Coordenação de Patrimônio

LÊ-SE: Responsável pelo Leilão Público PMI N. 001/2016

Imaruí, 20 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

MORGANA MEDEIROS BITTENCOURT

Coordenadora de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 215, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 215, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) para reforço de dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Assistência Farmacêutica		
10.303.0014-2.120		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0377 (0037)	Aplicações Diretas	30.000,00
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0360 (0046)	Aplicações Diretas	100.000,00
Total		130.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes dos excessos de arrecadações dos recursos conforme demonstrativo a seguir:

Demonstrativo das Fontes de Recursos - Excesso		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Fonte de Recurso R\$
01.0377	Farmácia Básica - Estado	30.000,00
01.0360	Piso de Atenção Básica/PAB – União	100.000,00
	Total	130.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 216, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 216, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Define o valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM, em atendimento ao disposto no Artigo 408 da Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro 2006 alterada pela Lei Complementar nº 3.598 de 10 de dezembro de 2009, que trata sobre a atualização monetária dos créditos fiscais de qualquer natureza, inclusive, dos valores da Planta de Valores Genéricos constantes na Lei Complementar nº 3.018 de 28 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 4.318 de 20 de dezembro de 2013.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM em R\$ 3,17 (três reais e dezessete centavos).

Parágrafo único. O valor fixado no “caput” decorre da atualização em 7,3888%, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado no período de dezembro/2015 à novembro/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 217, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 217, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Assist. Ambul. e Hospitalar		
10.303.0014-2.120		
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0002 (0027)	Transfer. a Instituições Priv. Sem Fins Lucrativ.	35.000,00
Total		35.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 218, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 218, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 121.951,88 (cento e vinte e um mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos), para novos itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares - Pré-escola		
12.365.0009-1.049		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0030 (0181)	Aplicações Diretas	32.451,88
Reequipamento de CEIS - Creches		
12.365.0009-1.004		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0030 (0182)	Aplicações Diretas	89.500,00
Total		121.951,88

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superavit Financeiro de exercícios anteriores do recurso federal do Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina– DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 219, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 219, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e para o Fundo Municipal da Procuradoria Geral do Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$523.900,00 (quinhentos e vinte e três mil e novecentos reais), para reforço de dotações orçamentárias, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
Manutenção da Secretaria da Fazenda		
04.123.0004-2.004		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (00171)	Aplicações Diretas	132.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (0186)	Aplicações Diretas	115.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (0185)	Aplicações Diretas	77.000,00
Manutenção das Estradas		
15.451.0007-2.018		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0090)	Aplicações Diretas	15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Urbanização da Orla Marítima		
15.451.0008-1.022		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (0183)	Aplicações Diretas	73.000,00
Implantação de Ciclovias / Ciclofaixas		

27.813.0007-1.108			
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0172 (0184)		Aplicações Diretas	39.000,00
Subtotal		451.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUBIC. DE IMBITUBA – FPGM			
Manutenção do Fundo da Procuradoria			
02.062.0005-2.150			
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0707 (0004)		Aplicações Diretas	27.900,00
Manutenção do Fundo da Procuradoria			
02.062.0005-2.150			
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0222 (0005)		Aplicações Diretas	45.000,00
Subtotal			72.900,00
Total Geral			523.900,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superavit Financeiros de recursos próprios (Tabela A) e anulação de dotação demonstrativo (Tabela B) a seguir:

Tabela A:

Demonstrativo das Fontes de Recursos		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Fonte de Recurso R\$
03.0172	Superavit	508.900,00
	Total	508.900,00

Tabela B:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Manutenção das Estradas		
15.451.0007-2.018		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0089)	Aplicações Diretas	15.000,00
Total		15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

PORTARIA PMI/GGP Nº 701/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 701, de 23 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a destituição de servidores de carreira, ocupantes de funções gratificadas, integrantes da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei nº 4.519, de 05 de março de 2015, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Destituir, os servidores de carreira abaixo descritos, ocupantes de funções gratificadas que integram a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária.

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA			
Nome	Órgão Superior	CPF	Destituição
Adécio Duarte de Oliveira	SEFAZ	472.331.419-91	29/12/2016
Jailson Maria	SEFAZ	507.284.589-34	29/12/2016
Ricardo Luiz da Silva	SEFAZ	432.872.719-20	29/12/2016
Cristiano Abílio João	SEFAZ	888.355.969-04	29/12/2016
Euclides de Oliveira Porto	PGM	578.638.069-68	29/12/2016
Albertina da Silveira Domingos Gonçalves	SEFAZ	003.616.819-09	28/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 702/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 702, de 23 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a destituição de servidores de carreira, ocupantes de funções gratificadas, integrantes da Comissão Municipal de Licitações e Equipe de Apoio ao Pregoeiro, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei nº 4.405, de 23 de maio de 2014, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Destituir, os servidores de carreira abaixo descritos, ocupantes de funções gratificadas que integram a Comissão Municipal de Licitações e Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO			
Nome	Órgão Superior	CPF	Destituição
Dilson Petrassem Júnior	SEAGP	041.069.429-09	30/12/2016
Valdete de Souza Pires	SEAGP	216.128.469-04	30/12/2016
Edson Romário de Oliveira	SEAGP	003.604.609-41	30/12/2016
Ana Maria Espíndola	PGM	578.446.159-15	30/12/2016
Daniel Henrique de Sá	SEAPI	578.341.649-53	30/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2335/16

. DECRETO Nº 2335/16

. De 23 de dezembro de 2016

ALTERA DECRETO Nº 2321/16 – QUE EXONERA ASSESSOR TÉCNICO / ANISIO TESTONI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 2321/16 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assessor Técnico (CC-6), nomeado nos termos do Decreto nº 411/09, ANISIO TESTONI.”

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 23 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 23 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2336/16

. DECRETO Nº 2336/16

. De 23 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5261 de 21 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.290,00 (seis mil, duzentos e noventa reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE

30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MOBILIA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03335406	UNIAO – ESTRUT. REDE SERV. ABS
	R\$ 6.290,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2337/16

. DECRETO Nº 2337/16

. De 23 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT. CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAIS EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381707	MAC/FAEC
	Valor: (445,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 181/16

. LEI COMPLEMENTAR Nº 181

. de 24 de dezembro de 2016

Concede Incentivos Fiscais à Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam concedidos incentivos fiscais à SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA.

Parágrafo Único - Os incentivos de que trata o caput do artigo abrangem a isenção de 100% (cem por cento) do ISS - Imposto Sobre Serviços, relativo ao CNPJ 01.894.432/0001-56 (Matriz), CNPJ 01.894.432/0004-07 (NEAD), CNPJ 01.894.432/0010-47 (Pós Presencial), CNPJ 01.894.432/0012-09 (Pós EAD), pelo período de 01 (um) ano, referente ao exercício de 2017.

Art. 2º - Em contrapartida a isenção de que trata o artigo anterior, fica a SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA. obrigada a repassar o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a título de aporte financeiro à Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos de Indaial, sendo:

I - R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) até dezembro de 2016;

II - R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) até fevereiro de 2017.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 24 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5384/16

. LEI Nº 5384

. de 24 de dezembro de 2016

Altera dispositivo da Lei nº 2979/2001 - Que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e estímulos econômicos.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a alínea "a" do inciso I do artigo 4º da Lei nº 2979/01 que passa a vigorar com a seguinte redação:

-Art. 4º - (...)

I - (...)

a)" isenção de até 100% (cem por cento) dos impostos municipais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos por solicitação de incentivo" .

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 24 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144-2016 VENCEDOR

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundação Municipal de Esportes Vereador MaroMarcos Hadlich

DECLARAÇÃO DE VENCEDOR.

Processo Licitatório nº 144/2016

Concorrência nº 001/2016-37941

Objeto: Concessão de espaço público para exploração dos serviços de bar e lanchonete no Ginásio Sérgio Luiz Petters.

Vencedora Licitante: FABIO DE OLIVEIRA 04846642984

Valor total: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme ata lavrada dia 21/12/2016 com início as 11h30m.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Ademir Packer

Diretor Executivo

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 27/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 027/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório n. 027/2016

Termo de Dispensa no: 019/2016

Contratada: HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA

Objeto: Aquisição de Placas de Homenagens e Plaquetas de Identificação dos Vereadores Eleitos para a Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 12/12/2016.

Término de vigência: 31/12/2017.

Valor: R\$ 2.993,00 (dois mil, novecentos e noventa e três reais).

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2016.

EXTRATO CONTRATO 28/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 028/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório n. 028/2016

Termo de Dispensa no: 020/2016

Contratada: COMPUTIM COMERCIAL LTDA EPP

Objeto: Aquisição de equipamentos e softwares de informática para a Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 21/12/2016.

Término de vigência: 31/12/2017.

Valor: R\$ 7.456,00 (sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2016.

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 2891/2016

PORTARIA Nº 2891 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal EDUARDO PAULO RIEDTMANN DA SILVA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2015 a 31/10/2016 a contar de 26/12/2016 a 24/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 20 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2892/2016

PORTARIA Nº 2892 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MAURA RENATA TRAGANCIN PERAZZOLI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/04/2016 a 01/04/2017 a contar de 26/12/2016 a 24/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 20 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO 184/2016- PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA

DECRETO 0184/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADMITIDA EM CARATER TEMPORÁRIO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado o contrato da Servidora abaixo relacionada admitida em caráter temporário (ACT):

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
Zenilda Bigolin Gamba	Professor-II-20h	16/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu - SC,
em 16 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretaria de Administração e fazenda

DECRETO Nº. 176/2016- RECESSO

DECRETO 0176/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTABELECE RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido RECESSO em todas as repartições públicas municipais no período de 16/12/2016 a 02/01/2017, em função das festividades natalinas e de final de ano.

Parágrafo único. As secretarias e setores municipais da Agricultura, Saúde, Assistência Social, Administração e fazenda devem organizar o atendimento em regime de plantão conforme a necessidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu - SC,
em 15 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

DECRETO Nº. 178/2016- EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

DECRETO Nº 0178/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos Incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam os Servidores abaixo relacionados, EXONERADOS dos respectivos cargos em Comissão:

NOME	CARGO	DATA
Dalvana Parecida De Oliveira	Coordenadora de programas de esporte	16/12/2016
Gilmar Ferreira	Diretor de esporte e lazer	16/12/2016
Isotele Terezinha Barbosa Vizolli	Diretor de desenvolvimento Social	16/12/2016
Itacir Rodrigues	Coordenador de educação indígena	16/12/2016
Jaime Block	Diretor de comércio	16/12/2016
Juliana Ferreira	Diretor de assuntos administrativos e financeiros	16/12/2016
Judite Mocelin	Coordenadora de comunicação social	16/12/2016
Lediane Charla Tretto	Coordenadora do CRAS	16/12/2016
Levanildo de Campos Fernandes	Coordenador de agricultura e desenvolvimento rural	16/12/2016
Marcio Palhano	Coordenador de cultura, esporte e lazer indígena	16/12/2016
Marcos Sezar Tonin	Diretor de obras	16/12/2016
Valdir Mario Boiani	Diretor de agricultura e desenvolvimento social	16/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu - SC,
em 16 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº. 180/2016- PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA

DECRETO 0180/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADMITIDA EM CARATER TEMPORÁRIO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado o contrato da Servidora abaixo relacionada

admitida em caráter temporário (ACT):

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
Lucivania Mick Serena	Professor II-10h	21/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 16 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

DECRETO Nº. 181/2016- PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA

DECRETO 0181/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.
PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADMITIDA EM CARATER TEMPORÁRIO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado o contrato da Servidora abaixo relacionada admitida em caráter temporário (ACT):

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
Josmari Binotto Ramos	Agente de copa e Limpeza	26/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 26 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC, em 16 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

DECRETO Nº. 182/2016- EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

DECRETO Nº 0182/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos Incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam os Servidores abaixo relacionados, EXONERADOS do respectivos cargos em Comissão:

NOME	CARGO	DATA
Laerte Cassildo Morchheiser	Contador Geral	30/12/2016
Silvanir Santana Levinski	Assessor de Administração Geral	30/12/2016

Saionara Vargas	Chefe de Gabinete	30/12/2016
Mônica Brisola	Diretor Financeiro	30/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 16 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

DECRETO Nº. 183/2016- PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

DECRETO 0183/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.
PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado o contrato do Servidor abaixo:

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
Maico Antonio Bevilaqua	Motorista	30/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 16 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

DECRETO Nº.177/2016- PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATOS DE SERVIDORES PÚBLICOS

DECRETO 0177/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.
PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATOS DE SERVIDORES (AS) PÚBLICOS (AS) MUNICIPAIS ADMITIDOS EM CARATER TEMPORÁRIO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam encerrados os contratos dos (as) Servidores (as) abaixo relacionados admitidos em caráter temporário (ACT):

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
Alex Sandra Bisolo	Professor II-20h	16/12/2016
Aline Assumpção Borges	Agente de Copa e Limpeza-40h	16/12/2016

Aline Pompermayer Balastrelli Pedroso	Professor II-30h	16/12/2016
Andre Fernando De Biazzi	Professor II-30h	16/12/2016
Andressa Iohana Gonçalves Prezotto	Auxiliar de Informática-20h	16/12/2016
Camila Riboldi	Professor II-20h	16/12/2016
Carmem Saugo Rissi	Professor II-40h	16/12/2016
Denise Dias de Oliveira	Professor II-40h	16/12/2016
Edwin Ricardo Basi	Professor II-30h	16/12/2016
Franciane Bazzi	Professor-II-20h	16/12/2016
Gabriela Mick	Farmacêutica-20h	16/12/2016
Giovano Vizolli	Professor-II-40h	16/12/2016
Ilvo Tedesco	Motorista-40h	16/12/2016
Ivanete Maria Strapasson Vuelma	Agente de Copa e Limpeza-40h	16/12/2016
Ivania Paula Rovani	Professor-II-40h	16/12/2016
Jaqueline Aparecida Bueno	Professor-II-20h	16/12/2016
Julian Thiago Maria	Auxiliar de informática-40h	16/12/2016
Juliana dos Santos Rodrigues	Professor-II-20h	16/12/2016
Juliana Aparecida Mendes	Professor-II-40h	16/12/2016
Juliana Carlesso	Auxiliar de informática-40h	16/12/2016
Kaiana Rodrigues de Carvalho	Professor-II-40h	16/12/2016
Leia Aparecida Pagliarini	Agente de copa e limpeza	16/12/2016
Leticia Mick	Professor sem titulação -20h	16/12/2016
Marian Cristina Gonçalves	Professor-II-20h	16/12/2016
Marili Julio Ribeiro	Professor-II-20h	16/12/2016
Marilu Shaitel	Agente de Copa e Limpeza-40h	16/12/2016
Marinize Fiorini da Rosa Poggere	Professor-II-30h	16/12/2016
Mirian da Silva	Agente de Copa e Limpeza-40h	16/12/2016
Rosana Cristina Zorzi Semi-notti	Agente de Copa e Limpeza-20h	16/12/2016
Roseli da Silva Tedesco	Professor-II-40h	16/12/2016
Sidiana Gaio	Professor-II-40h	16/12/2016
Silvane Helena Lunedo Costa	Professor-II-20h	16/12/2016
Tamara Vizolli	Odontologa-20h	16/12/2016
Vagner Piana	Professor-II-20h	16/12/2016
Vera Lucia Carlesso Magioni	Professor-II-40h	16/12/2016
Vilmariza Compagnoni Mocellin	Professor-II-20h	16/12/2016
Vilmariza Compagnoni Mocellin	Monitor de PETI	16/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 16 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

DECRETO Nº.179/2016- PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

DECRETO 0179/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PROMOVE A RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADMITIDA EM CARATER TEMPORÁRIO.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado o contrato da Servidora abaixo relacionada admitida em caráter temporário (ACT):

SERVIDOR (A)	CARGO	DATA
Patricia Tonello de Biasi	Professor II-30h	19/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 19 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 16 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-MAT nº. 704

LEI COMPLEMENTAR Nº. 0059/2016- REVOGA §2 DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 38/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 0059/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA §2º DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 038/2012.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado, na integra, o §2º do Art. 1º da Lei complementar nº. 0038/2012, que possui a seguinte redação:

"§2º A gratificação prevista neste artigo poderá ser concedida a servidor efetivo ainda que submetido a estágio probatório."

Art. 2º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu - SC,
em 15 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Lei complementar foi registrada e publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº. 0060/2016- PROMOVE A EXTINÇÃO, CRIA NOVOS E DÁ NOVA NOMENCLATURA A CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 0060/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Promove a extinção, cria novos e dá nova nomenclatura a cargos de provimento em comissão (C.C.) previstos na Lei Complementar Municipal n. 13, de 14 de junho de 2005 e dá outras providências.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão, constantes dos anexos I e III da Lei Complementar Municipal n. 13, de 14 de junho de 2005:

I – Diretor Financeiro;

II – Diretor de Assuntos Administrativos e Financeiros;

III – Diretor de Obras;

IV – Diretor de Comércio;

V – Diretor de Urbanismo;

VI – Diretor de Desenvolvimento Habitacional;

VII – Diretor de Esporte Lazer.

Art. 2º Fica alterada a nomenclatura dos seguintes cargos de provimento em comissão, constantes dos anexos I e III da Lei Complementar Municipal n. 13, de 14 de junho de 2005, os quais cumularão as competências e atribuições então individualizadas por diretorias, previstas e descritas na mencionada Lei Complementar Municipal consolidada, sem qualquer alteração do atual vencimento para cada cargo:

Cargo	Nova nomenclatura
Diretor de Transportes	Diretor de Transportes e Obras
Diretor de Indústria	Diretor de Indústria, Comércio e Urbanismo
Diretor de Desenvolvimento Comunitário	Diretor de Desenvolvimento Comunitário e Habitacional
Diretor de Cultura	Diretor de Cultura, Esporte e Lazer

Art. 3º Ficam criados nos anexos I e III da Lei Complementar Municipal n. 13, de 14 de junho de 2005, os seguintes cargos de provimento em comissão, vinculados diretamente ao Gabinete do Prefeito:

Cargo	Vagas	Padrão	Nível	Vencimento
Assessor de Gabinete	01	C.C.	02	5.139,75
Assessor Financeiro	01	C.C.	02	5.139,75

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu-SC,
em 23 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI

Prefeito Municipal

Esta Lei complementar foi registrada e publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 841/2016- AUTORIZA BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E OBSOLETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI MUNICIPAL N.º 0841/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza a baixa de bens patrimoniais inservíveis e obsoletos e dá outras providências.

JAIR BIANCHINI, Prefeito Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa do sistema de patrimônio público municipal dos bens inservíveis e obsoletos constantes do anexo único à presente Lei.

Parágrafo único. Fica também o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a doação dos bens que por ventura possuam algum valor econômico, previstos no anexo único desta Lei, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipuacu, inscrita no CNPJ nº. 06.080.502/0001-56.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu-SC, em 15 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado-Mat. nº. 704

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU
LEVANTAMENTO PATRIMONIAL

ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI 0026/2016
RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

IPUAÇU, DEZEMBRO DE 2016.
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGEADO GRANDE
LEVANTAMENTO PATRIMONIAL
RELATÓRIO DE BENS INSERVÍVEIS

BENS INSERVÍVEIS POR UNIDADE RESPONSÁVEL

UNIDADE: ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
946	01	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN MARROM
2243	01	FORNO ELETRICO
485	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO ASSENTO EM FORMICA
3111	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
2733	01	APARELHO DE SOM PORTATIL BS MP3 USB
3122	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA
	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA
2955	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
2972	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
2963	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
3118	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
482	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
2950	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
3113	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
	01	TELEVISOR CCE 29 POLEGADAS LT290
2228	01	ESTANTE EM MADEIRA 4 PRATELEIRAS
	01	LAVA JATO DE PRESSAO KARCHER, SERIE: 016827
	01	IMPRESSORA HP DESKJET 1000, PRINTER J110A, SERIE: BR34AFN57U
2407	01	RETROPROJETOR GARFASCOPE 600
1589	01	RETROPROJETOR VISOGRAF VGS 250
	01	VENTILADOR DE PAREDE ARGE
1490	01	MESA PARA PROFESSOR EM FERRO PRETO E MADEIRA ENVERNIZADA
944	01	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO MARROM
1247	01	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO ASSENTO EM FORMICA
1243	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
1244	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
1062	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
622	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
674	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
	01	IMPRESSORA SAMSUNG ELETRONICA, MODELO ML2851NDL/SED

--	--	--

UNIDADE: CRECHE BRANCA DE NEVE

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
3352	01	MONITOR DE VIDEO DELL, MODELO: E771P
	01	MICROCOMPUTADOR SEM IDENTIFICACAO – PAUTA CONENT
631	01	ESTABILIZADOR PANTON PEONIX
	01	IMPRESSORA XEROX PHASER E120
	01	NOBREAK TS SHARA 600VA, MODELO: UPS COMPACT, SERIE: 70701987
	01	MICROCOMPUTADOR DELL,SERIE: B1NZ01
398	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO ASSENTO EM FORMICA

UNIDADE: CENTRO DE MULTIPLO USO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
	01	ROUPEIRO EM MDF BRANCO 6 PORTAS SENDO 2 COM ESPELHO 3 GAVETAS PUXADOR DOURADO
	01	BEBEDOURO DE GARRAFA BRITANIA AGUA
	01	TELEVISOR 20 POLEGADAS SEMP
	02	ARMARIO EM MADEIRA E FORMICA BRANCA 2 PORTAS

UNIDADE: PRE ESCOLA COLIBRI

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
1015	01	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS DE CORRER
1005	01	MESA PARA PROFESSOR EM MADEIRA 3 GAVETAS
3277	01	MIMEOGRAFO COPIATIC
	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA TAMPO EM FORMICA

UNIDADE: SALA DENTISTA TOLDO VELHO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
343	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
255	01	BALCAO PIA PARA BANHEIRO EM MDF BRANCO 2 PORTAS 1 GAVETA TAMPO EM PLASTICO
2310	01	BALCAO PIA PARA BANHEIRO EM MDF BRANCO 2 PORTAS 1 GAVETA TAMPO EM PLASTICO

UNIDADE: UNIDADE BASICA DE SAÚDE SAMBURA

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
	01	MICROCOMPUTADOR SEM IDENTIFICAÇÃO
160	01	IMPRESSORA HP BR15V1S1XV C6464A
214	01	VENTILADOR DE MESA MALLORY

UNIDADE:UNIDADE BASICA DE SAÚDE DE IPUAÇU

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
2115	01	ESCADA AUXILIAR EM FERRO BRANCO COM 2 DEGRAUS
2857	01	APARELHO DE SOM PORTATIL RARAAKE MD-682G
2791	01	CUBA EM LOUÇA PARA BALCAO PIA
2125	01	IMPRESSORA HP LASERJET 3015 SERIE: CNBM272400
2093	01	NEGATOSCOPIO DE PAREDE 1 CORPO
2617	01	NOBRAK NET STATION
1260	01	SUPORTE PARA SORO EM FERRO MARROM
298	01	SUPORTE PARA SORO EM INOX COM RODINHAS
2177	01	BEBEDOURO DE GARRAFA MASTER FRIIO
	01	ESTUFA PARA ESTERELIZAÇÃO MODELO 311CG
2146	01	AUTO CLAVE CRISTOFOLI VITALE 12

3247	01	AUTO CLAVE STERMAX, 12 LITROS SERIE: 0702X3976
	01	SELADORA ALT-SEAL, SERIE 39584
2778	01	APARELHO DE FAX PANASONIC KX-FT938

UNIDADE:SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
2566	01	MONITOR DE VIDEO AOC 17 POLEGADAS, MODELO: TFT17W80PS
	01	MICROCOMPUTADOR POSITIVO INTEL CELERON
	01	MICROCOMPUTADOR MULTIMIDEA
2454	01	MONITOR DE VIDEO POSITIVO 15 POLEGADAS, MODELO: P015T105S
2923	01	ESTABILIZADOR SOL 1000 MICROSOL
	01	MONITOR DE VIDEO 15 POLEGADAS MODELO: KX552K – PROVIEW
2913	01	MONITOR DE VIDEO 15 POLEGADAS POSITIVO MODELO: CT510P
3275	01	LIQUIDIFICADOR MALLORY

UNIDADE: BIBLIOTECA MUNICIPAL PAULO FREIRE

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM FORMICA
2197	01	ESTANTE EM MADEIRA 3 PRATELEIRAS

UNIDADE:PRE ESCOLA BRANCA DE NEVE

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
2215	01	RELOGIO PONTO
	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA VERDE
462	01	BANCO EM FERRO PRETO COM ENCOSTO DE COSTAS ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN PRETO
	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
429	01	ARMARIO EM MDF BRANCO 2 PORTAS COM PUXADOR EM PLASTICO 3 PRATELEIRAS
602	01	ESTABILIZADOR NHS
556	01	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO ASSENTO EM FORMICA VERDE

UNIDADE: ESCOLA SERENITA F.C. DA SILVA

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
	01	MESA PARA PROFESSOR EM FERRO PRETO E MADEIRA MARROM
	01	MICROCOMPUTADOR POSITIVO INTEL CELERON
	01	RETROPROJETOR VISOG
	03	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA

UNIDADE:UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL CISNEI BRANCO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
	02	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE ASSENTO EM FORMICA
1227	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
1260	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
1101	01	MIMIOGRAFO FACIT
1170	01	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
1160	01	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
1181	01	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
1167	01	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA

1207	01	BEBEDOURO DE GARRAÇÃO BELLIERE 2 SAÍDAS

UNIDADE: GARRAGEM E OBRAS

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
2258	01	RELOGIO PONTO MCP LIGHT TECNIBRA
1139	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA ASSENTO EM FORMICA
	01	LONGARINA EM FERRO PRETO 2 ASSENTOS EM PLASTICO VERMELHO
	01	LONGARINA EM FERRO PRETO 2 ASSENTOS EM PLASTICO VERMELHO
611	01	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS DE CORRER
	01	REFRIGERADOR PROSDOCIMO
	01	BALCAO PIA EM MADEIRA 6 PORTAS 3 GAVETAS 1 CUBA EM INOX
3462	01	FOGAO A GAS 4 BOCAS COM FORNO, MILLE DAKO
	06	CPU SEM IDENTIFICAÇÃO
2039	01	LONGARINA EM FERRO PRETO 3 ASSENTOS ESTOFADOS EM TECIDO AZUL
	01	CADEIRA GIRATORIA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO VERMELHO
3460	01	MONITOR DE VIDEO LG, STUDIOWORKS 440Si

UNIDADE: CENTRO CULTURAL PINHALZINHO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
780	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO VERDE E FORMICA
	01	BALCÃO PIA EM MDF MARROM E BRANCO 2 PORTAS 3 GAVETAS 1 CUBA
	01	ARMARIO AEREO EM MDF BRANCO 3 PORTAS

UNIDADE: SECRETARIA DE AGRICULTURA

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
16	01	MESINHA EM FERRO PRETO E FORMICA COM RODINHAS
573	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE

UNIDADE: CENTRO DE EVENTOS – CTG

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
	03	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM FIO PLASTICO
	11	MESA EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA BORDA EM MADEIRA
	01	FOGÃO A GAS INDUSTRIAL 4 BOCAS, FORNO E CHAPA

UNIDADE:SALA ARQUIVO MORTO 3 ANDAR – SOBRADO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
	06	ARQUIVO EM AÇO CINZA 4 GAVETAS COM CHAVE
2151	01	CADEIRA DE RODAS EM FERRO CINZA ASSENTO EM TECIDO
280	01	CADEIRA DE RODAS EM FERRO CINZA ASSENTO EM TECIDO
	02	CADEIRA DE RODAS EM FERRO CINZA ASSENTO EM TECIDO
1302	01	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO EM FERRO PRETO E FORMICA
2822	01	MESA PARA ESCRITORIO EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA
2754	01	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN PRETO
2585	01	NOBREAK NET STATION
	01	MICROCOMPUTADOR SAMSUNG HDD
	01	VIDEO CASSETE SANYO 4 HEAD
	02	MAQUINA DE ESCREVER MANUAL OLIVETTI LINEA 98
3351	01	MICROCOMPUTADOR DELL INTEL INSIDE PENTIUM
	01	MICROCOMPUTADOR DELL INTEL INSIDE PENTIUM
423	01	IMPRESSORA HP DESKJET 840C

	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA
3415	01	IMPRESSORA HP DESKJET 3920
	01	IMPRESSORA HP DESKJET F2050
	01	IMPRESSORA EPSON XP-214
	01	CADEIRA GIRATÓRIA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO PRETO
	01	MICROCOMPUTADOR POSITIVO INTEL CELERON
2223	01	CPU DR.HANK AMD SEMPRON
2912	01	ESTABILIZADOR MICROSOL
3222	01	ESTABILIZADOR REVOLUTION III
2758	01	NOBREAK NET STATION
	01	NOBREAK NET STATION
2847	01	MONITOR DE VIDEO 14 POLEGADAS POSITIVO
	01	MICROCOMPUTADOR INFOWAY INTEM PENTIUM 4
2124	01	MONITOR AOC
	01	IMPRESSORA XEROX 5021
	01	MAQUINA DE ESCREVER OLIVETTI LINEA 98
1323	01	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO AZUL
1360	01	CADEIRA GIRATORIA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO AZUL COM ENCOSTO DE BRAÇO

UNIDADE:PRE ESCOLA (SEDE)

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
3242	01	MESA EM MADEIRA E FORMICA BRANCA
3240	01	BANCO EM MADEIRA 2 PES
3237	01	BANCO EM MADEIRA 2 PES
3239	01	BANCO EM MADEIRA 2 PES
3238	01	BANCO EM MADEIRA 2 PES
1119	01	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS PES EM FERRO
19	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE
	01	BALCAO PIA EM MDF BRANCO E PRETO 7 PORTAS 3 GAVETAS 1 CUBA EM INOX
1938	01	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM FIO PLASTICO
	01	CADEIRA FIXA EM MADEIRA ASSENTO EM FIO PLASTICO

UNIDADE:RECEPÇÃO PREFEITURA 1 PISO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
1751	01	RELOGIO PONTO CARTÃO MCP LIGHT TECNIBRA
	01	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTA

UNIDADE:ARQUIVO MORTO 1 PISO

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
	01	MAQUINA DE ESCREVER OLIVETTI LINEA 98
	01	CADEIRA GIRATORIA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN PRETO ALTA
1297	01	CADEIRA GIRATORIA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EMCOURVIN PRETO
	01	NOBREAK UPS INTEC
	01	NOBREAK INTERACTIVE, RAGTECH SAVE
	01	MAQUINA PARA AUTENTICAR , GENERAL G-8900
	01	NOBREAK KCE 1000VA, SERIE 0651
	01	MICROCOMPUTADOR COMPAQ DESK PRO INTEL INSIDE
	01	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA
	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA
	01	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA VERDE

	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA

UNIDADE:CONSELHO TUTELAR

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
2739	01	IMPRESSORA HP DESKJET 3920
	01	IMPRESSORA HP DESKJET INK ADVANTAGE 3546, PRINT SCAN COPY PHOTO

UNIDADE:CAPELA MORTUARIA

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
1092	01	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO CINZA E FORMICA

UNIDADE: IDENTIDADE E JUNTA SERVIÇO MILITAR

Nº PAT	QTDE	DESCRIÇÃO.
3362	01	ESTABILIZADOR ENERMAX
128	01	MICROCOMPUTADOR SATELITTE

PORTARIA Nº. 133/2016- FERIAS DE SERVIDORA

PORTARIA Nº 0133/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

RESOLVE CONCEDER:

Art. 1º. FÉRIAS, de 30 (trinta) dias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

N O M E	C A R G O	REFERÊNCIA	G O Z O
Caroline Valgoi	Enfermeira	03/11/2015 a 02/11/2016	13/12/2016 a 11/01/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu- SC, em 13 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

JULCEMAR COMACHIO
Advogado - Mat. nº 704

PORTARIA Nº. 134/2016- CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES

PORTARIA Nº 0134/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES

JAIR BIANCHINI, Prefeito do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

RESOLVE CONCEDER:

Art. 1º. FÉRIAS, de 30 (trinta) dias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

N O M E	C A R G O	REFERÊNCIA	G O Z O
Almiro Turossi	Motorista	06/05/2014 a 05/05/2015	20/12/2016 a 19/01/2017
Alaerte Guisso	Motorista	08/07/2015 a 07/07/2016	20/12/2016 a 19/01/2017
Uilson Luiz Cunico	Motorista	01/07/2014 a 30/06/2015	20/12/2016 a 19/01/2017

Dalto Mezzalira	Auxiliar de serviços gerais	08/07/2015 a 07/07/2016	20/12/2016 a 19/01/2017
Clair Soares	Motorista	06/05/2015 a 05/05/2016	20/12/2016 a 19/01/2017
Ladair Colpo	Operador de máquinas rodoviária	02/05/2013 a 01/05/2014	20/12/2016 a 19/01/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu- SC, em 20 de dezembro de 2016.

JAIR BIANCHINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e fazenda

Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PL Nº 58, TP Nº 5-2016-PM

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS COMERCIAIS, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2016, TOMADA DE PREÇOS 5/2016.

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis às quatorze horas, a Comissão de Licitação reuniu-se para dar prosseguimento a Licitação supramencionada. Entretanto, esgotado o prazo para a interposição de recursos das licitantes participantes, do Processo acima transcrito, a Comissão decide marcar a abertura dos envelopes de proposta das licitantes para o dia treze de dezembro do ano em curso, às quatorze horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal. Comunica-se dessa forma todas as licitantes. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata, que será assinada pela Comissão.

Laudecir Frâncio Jucilene Caliar
Presidente da Comissão Membro de Apoio

DECRETO N. 2.263 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2.016 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADACÃO NO VALOR DE R\$ 510.077,58.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.765 de 19 de outubro de 2.015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.016 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.772 de 22 de dezembro de 2.015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.016 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

- I. Código reduzido 1, Projeto/Atividade 04.122.0002.2.002 - Gestão das Políticas e Ações Vinculadas ao Gabinete do Prefeito e Vice, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 3.000,00.
- II. Código reduzido 9, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 29.100,00.
- III. Código reduzido 10, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 6.000,00.
- IV. Código reduzido 30, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal,

elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 16.650,00.

V. Código reduzido 31, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 10.000,00.

VI. Código reduzido 36, Projeto/Atividade 12.361.0012.1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 5.000,00.

VII. Código reduzido 37, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.036 - Gestão das Políticas do Ensino Público Municipal, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 1.550,00.

VIII. Código reduzido 39, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 20.000,00.

IX. Código reduzido 40, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 25.545,82.

X. Código reduzido 41, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 22.654,11.

XI. Código reduzido 141, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 54.825,00.

XII. Código reduzido 52, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 12.000,00.

XIII. Código reduzido 53, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 20.594,68.

XIV. Código reduzido 54, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO,

CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 41.500,00.

XV. Código reduzido 62, Projeto/Atividade 27.812.0025.2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 18.700,00.

XVI. Código reduzido 68, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0027 - Recursos Fundo Agropecuário, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 9.500,00.

XVII. Código reduzido 76, Projeto/Atividade 08.243.0032.2.069 - Gestão das Ações do Conselho Tutelar e CMDCA, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 1.042,00.

XVIII. Código reduzido 79, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.095 - Assistência Social Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 22.120,00.

XIX. Código reduzido 102, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 5.000,00.

XX. Código reduzido 2, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPs 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 66.621,62.

XXI. Código reduzido 6, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPs 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 47.431,86.

XXII. Código reduzido 10, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.026 - Gestão das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPs 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 24.338,87.

XXIII. Código reduzido 12, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.027 - Gestão das Ações Básicas de Odontologia, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPs 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 29.944,66.

XXIV. Código reduzido 26, Projeto/Atividade 10.303.0005.2.031 - Gestão das Ações de Suporte Profilático e Terapêutico, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPs 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 7.112,69.

XXV. Código reduzido 27, Projeto/Atividade 10.304.0005.2.072 - Gestão das Ações de Vigilância Sanitária, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPs 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 9.846,27.

TOTAL GERALR\$ 510.077,58

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou

sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 111.612,00.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 38.550,00.

III. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 46.140,50.

IV. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 118.979,11.

V. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0027 - Recursos Fundo Agropecuário, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 9.500,00.

VI. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002 - Recursos ASPs 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 185.295,97.

TOTAL GERALR\$ 510.077,58

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Ipumirim-SC, 14 de dezembro de 2016

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.264 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 28.522,49

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.765 de 19 de outubro de 2015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.772 de 22 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2016 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 128, Projeto/Atividade 12.361.0012.1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0023 - Exerc. Ant. - Conv. Educação Estado, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 8.842,11.

II - Código reduzido 142, Projeto/Atividade 12.361.0012.1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0076 - Exerc. Ant. Conv. Transp. Escolar Médio, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 19.680,38.

TOTAL GERALR\$ 28.522,49

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0023 - Exerc. Ant. - Conv. Educação Estado, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 8.842,11

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0076 - Exerc. Ant. Conv. Transp. Escolar Médio, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 19.680,38

TOTAL GERAL R\$ 28.522,49

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 14 de dezembro de 2.016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 14 de dezembro de 2.016

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12-BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL- HOSP. SÃO FRANC./FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 12/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016, Processo de Licitação nº 19/2016, homologado em 08 de dezembro de 2016.

Objeto: estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o MUNICÍPIO/FMS e o HOSPITAL, objetivando a manutenção de atendimento médico de urgência e emergência aos habitantes do MUNICÍPIO/FMS, em regime de sobreaviso, no Pronto Socorro do HOSPITAL.

Valor: R\$ 40.548,84 (Quarenta Mil Quinhentos e Quarenta e Oito Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Assinatura: 09/12/2016 Vigência: 01/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM
DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFIC. CAMILIANA. DO SUL- H. S. FRANC., situada na RUA MARECHAL DEODORO,915, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0002-82.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13-BETHA SISTEMAS LTDA-2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 13/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016, Processo de Licitação nº 9/2016, homologado em 07 de março de 2016.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 06/2016/FMS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 14/12/2016 Vigência: 01/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BETHA SISTEMA LTDA, situada na RUA JOAO PESSOA, 134, 1º ANDAR, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE CRICIÚMA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14-CIS-AMOSC-RATEIO-2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 14/2016/RATEIO

Objeto: assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Ipumirim, integrante da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.

Valor: R\$ 80.200,00 (Oitenta Mil Duzentos Reais)

Assinatura: 15/12/2016 Vigência: 02/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC- CIS-AMOSC, situada na AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 571S, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.336.261/0001-40.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15-CIS-AMOSC-RATEIO-2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 15/2016/RATEIO

Objeto: assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Ipumirim, integrante da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.

Valor: R\$ 10.800,00 (Dez Mil Oitocentos Reais)

Assinatura: 15/12/2016 Vigência: 02/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC-CIS-AMOSC, situada na AVENIDA GETÚLIO VARGAS,571S, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.336.261/0001-40.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16-SELECTA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA-2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 16/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 1/2015, homologado em 03 de fevereiro de 2015.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº05/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA SELEC-TA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 16/12/2016 Vigência: 01/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: SELECTA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, situada na RUA MARECHAL DEODORO Nº 915, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.599.817/0001-32.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17-CORDINTERV CLINICA MEDICA LTDA-ME-2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 17/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 1/2015, homologado em 03 de fevereiro de 2015.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 04/2.015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CORDINTERV CLÍNICA MÉDICA LTDA.

Valor: R\$ 34.560,00 (Trinta e Quatro Mil Quinhentos e Sessenta Reais)

Assinatura: 19/12/2016 Vigência: 01/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: CORDINTERV CLINICA MEDICA LTDA-ME, situada na RUA DR. SELISTRE DE CAMPOS Nº 179, AP 70, BAIRRO: BORTOLON, CIDADE DE XANXERÊ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.102.521/0001-20.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18-CLINICA VITA LUCE. LOCAÇÃO SALA COMERCIAL-PARA 2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 18/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016, Processo de Licitação nº 20/2016, homologado em 21 de dezembro de 2016.

Objeto: Locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256m² destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatas a área de saúde pública, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA, para o exercício de 2017.

Valor: R\$ 34.596,00 (Trinta e Quatro Mil Quinhentos e Noventa e Seis Reais)

Assinatura: 22/12/2016 Vigência: 01/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: CLINICA VITA LUCE LTDA., situada na RUA BENTO GONÇALVES, Bairro :CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.755.911/0001-17.

EXTRATOS DE CONTRATO NºS 02, 03 E 04-2016-CMV CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

IPUMIRIM – SC

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2/2016

CONTRATANTE – Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA – Ful Tech Equipamentos Ltda. OBJETO – Aquisição computadores - VALOR – R\$ R\$ 7.890,00 (sete mil oitocentos e noventa reais). VIGÊNCIA - até o dia 30 de janeiro de 2017 ou até o entrega dos equipamentos, o que primeiro se verificar. PAGAMENTO – ate 30 dias após a entrega dos equipamentos. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE - Efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda. II – Fiscalizar a entrega dos bens. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA - fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo com todos os documentos da Licitação e especificados pelo CONTRATANTE, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição. II – A contratada obriga-se a entregar o objeto num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato. PENALIDADES – a) advertência; b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato; c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores por um período de 2 (dois) anos; d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Vereadores. FORO. Foro da Comarca de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Ipumirim, SC, 19 de dezembro de 2016. Osmar José

Simon-Presidente.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
IPUMIRIM – SC**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 3/2016

CONTRATANTE – Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA – Concórdia Sistemas Ltda. OBJETO – Aquisição de aparelho televisor Smart TV. VALOR – R\$ R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais). VIGÊNCIA - até o dia 30 de janeiro de 2017 ou até o entrega dos equipamentos, o que primeiro se verificar. PAGAMENTO – ate 30 dias após a entrega dos equipamentos. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE - Efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda. II – Fiscalizar a entrega dos bens. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA - fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo com todos os documentos da Licitação e especificados pelo CONTRATANTE, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição. II – A contratada obriga-se a entregar o objeto num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato. PENALIDADES – a) advertência; b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato; c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores por um período de 2 (dois) anos; d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Vereadores. FORO. Foro da Comarca de Ipumirim, Estado de Santa Catarina. Ipumirim, SC, 19 de dezembro de 2016. Osmar José Simon-Presidente.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
IPUMIRIM – SC**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 4/2016

CONTRATANTE – Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA – Maxi Moveis e Papelaria. OBJETO – Aquisição de notebook. VALOR – R\$ R\$ 4.240,00 (quatro mil duzentos e quarenta reais). VIGÊNCIA - até o dia 30 de janeiro de 2017 ou até o entrega dos equipamentos, o que primeiro se verificar. PAGAMENTO – ate 30 dias após a entrega dos equipamentos; RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE - Efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda. II – Fiscalizar a entrega dos bens. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA - fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo com todos os documentos da Licitação e especificados pelo CONTRATANTE, que passa a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição. II – A contratada obriga-se a entregar o objeto num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato. PENALIDADES – a) advertência; b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato; c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Câmara de Vereadores por um período de 2 (dois) anos; d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Vereadores. FORO. Foro da Comarca de Ipumirim, Estado de Santa Catarina. Ipumirim, SC, 19 de dezembro de 2016. Osmar José Simon-Presidente.

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DO PL N° 58, TP N° 5-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2016 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2016 Data do Processo: 03/11/2016

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para elaboração e regularização e projetos até a obtenção da Licença Ambiental de Operação Corretiva, nos moldes da Instrução Normativa nº. 52, da Fatma/SC, de 12 (doze) cemitérios municipais, para atender os termos do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública nº. 242.07.000458-7, em tramitação perante a Comarca de Ipumirim, observada as características constantes nos anexos que integram o presente edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 41/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 24 de Novembro de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 002/2016, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 58/2016, Licitação nº. 5/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

ALTO URUGUAI ENGENHARIA & PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA neste ato representado pelo Srº MARCOS ROBERTO BORSATTI e PROBIO AMBIENTAL LTDA-ME neste ato representado pelo Srº LUIZ FERNANDO BROETTO.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 02/2016, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: ALTO URUGUAI ENGENHARIA & PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA neste ato representado pelo Srº MARCOS ROBERTO BORSATTI e PROBIO AMBIENTAL LTDA-ME neste ato representado pelo Srº LUIZ FERNANDO BROETTO. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato continuo a Presidente apresenta os envelopes da documentação e da proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados por todos os presentes e comissão. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão e os representantes presentes. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresas acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. A empresa ALTO URUGUAI ENGENHARIA & PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA através de seu responsável o Srº MARCOS ROBERTO BORSATTI, manifestou interesse em interpor recurso em face da decisão que habilitou a empresa PROBIO AMBIENTAL LTDA-ME, por entender que: no item 5.3 do edital o detentor do Atestado de Capacidade Técnica não é responsável Técnico da empresa e no item 6 subitem 6.1 do edital a empresa não apresentou Garantia. Entretanto abre-se prazo de 5(cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109 parágrafo 6º da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes das empresas presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM		TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2016 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02		
AV. DOM PEDRO II, 230		
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC		Processo Administrativo: 58/2016 Processo de Licitação: Data do Processo: 03/11/2016
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 24 de Novembro de 2016

COMISSÃO:

LAUDECI R FRANCIO	-	- Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	-	- MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
ROSELI SALETE ZANATTA	-	- MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLLI	-	- MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 58, TP Nº 5-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 5/2016 - TP

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 58/2016
 Data do Processo: 03/11/2016

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para elaboração e regularização e projetos até a obtenção da Licença Ambiental de Operação Corretiva, nos moldes da Instrução Normativa nº. 52, da Fatma/SC, de 12 (doze) cemitérios municipais, para atender os termos do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública nº. 242.07.000458-7, em tramitação perante a Comarca de Ipumirim, observada as características constantes nos anexos que integram o presente edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 44/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 13 de Dezembro de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 002/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 58/2016, Licitação nº 5/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Dando prosseguimento ao presente embate licitatório, a Comissão de Licitação da início a abertura dos envelopes das Propostas Comerciais, das empresas: ALTO URUGUAI ENGENHARIA & PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA neste ato sem representante presente e PROBIO AMBIENTAL LTDA-ME neste ato representado pelo Srº LUIZ FERNANDO BROETTO, onde as mesmas foram rubricadas e conferidas pela Comissão de Licitação e o representante da empresa presente. Após análise criteriosa das propostas constatou-se que as empresas estavam em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedora a empresa PROBIO AMBIENTAL LTDA-ME, com o valor de R\$ 65.988,0000 (sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais), os preços de todos os licitantes encontram-se descritos no quadro comparativo de preços, anexo ao processo licitatório. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes das empresas presentes.

Participante: 9971 - PROBIO AMBIENTAL LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Elaboração e regularização de projetos até a obtenção da Licença Ambiental de Operação Corretiva, nos moldes da Instrução Normativa nº. 52, da Fatma/SC, de 12 (doze) cemitérios municipais, para atender os termos do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública nº. 242.07.000458-7, em tramitação perante a Comarca de Ipumirim, observada as características constantes nos anexos que integram o presente edital.	UN	1,00		0,0000	65.988,00	65.988,00

Total do Participante ———> 65.988,00

Total Geral —————> 65.988,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 13 de Dezembro de 2016

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação
 JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
 ROSELI SALETE ZANATTA - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
 CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 71, PP Nº 37-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 37/2016 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 71/2016 Data do Processo: 07/12/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de 1 (um) caminhão novo de no mínimo 150cv, com capacidade mínima de carga líquida de 8,5 toneladas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 835651/2016 operação 1034478-80.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 50/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 22 de Dezembro de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 71/2016, Licitação nº 37/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2016, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Juliene Goldoni Callari, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: IRMÃOS SPERANDIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, PÉRSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e SOMEVAL SOCIDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA nesse ato sem representante presente. A empresa SOMEVAL SOCIDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA encaminhou os envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação via correio por sedex e foi recebido pelo setor de protocolos da prefeitura sob o nº 1166/2016 no dia vinte e um de dezembro do ano em curso. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim, o Sr. WILLIAN DE LIMA representante credenciado da empresa: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, o Sr. PAULO CEZAR DIAS BAPTISTA representante credenciado da empresa PÉRSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e a Sr. PATRICIA RATTI representante credenciada da empresa IRMÃOS SPERANDIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. Indagados pelo pregoeiro sobre a opção de Micro empresa ou empresa de Pequeno Porte, nem uma das empresas acima transcritas se credenciam como Micro Empresa ou empresa de Pequeno Porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas IRMÃOS SPERANDIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e SOMEVAL SOCIDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, apresentaram propostas cujo veículo não atende as especificações do edital, já que o mesmo solicita caminhão com capacidade mínima de carga líquida de 8,5 toneladas, sendo que o veículo cotado por ambas, FORD Cargo 1119 apresenta carga útil de 7.167/7.154, segundo prospecto que acompanhou as propostas. A proposta da empresa PÉRSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, não veio acompanhada de prospecto, motivo pelo qual foi diligenciado pelo Pregoeiro, que obteve o prospecto do veículo cotado junto ao site de internet da fabricante www.fotonmotors.com.br, onde constatou-se que o caminhão FOTON 10-16DT possui capacidade de carga (carga legal útil + carroceria) de 6.560/6.460kg. O representante da empresa PÉRSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, Sr. Paulo Cesar Dias Baptista afirmou que o prospecto que consta do site da internet esta desatualizado, já que o veículo modelo 2017 terá capacidade de carga líquida de 9.500kg, porém o prospecto não se encontra disponível. Em razão da indisponibilidade do prospecto não foi possível apurar a afirmação do representante da referida empresa. A proposta da empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA constou na especificação do modelo como sendo o caminhão IVECO TECTOR 150E21, porém o prospecto apresentado retrata o caminhão modelo TECTOR 170E21. Assim, o Pregoeiro diligenciou junto ao site de internet da IVECO, no endereço eletrônico www.iveco.com.br, onde constatou que o caminhão cotado TECTOR 150E21, no entre eixos especificado possui carga útil de 10.300/9.900 kg. Os prospectos consultados junto a internet foram impressos e acompanham a documentação das propostas das empresas correspondentes. Desta forma restaram desclassificadas as propostas das empresas IRMÃOS SPERANDIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, PÉRSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e SOMEVAL SOCIDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. Assim, apenas a proposta da empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA cumpre as exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante vencedora não manifestou interesse na redução dos preços, mantendo o valor da proposta inicial e por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro sua equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 9328 - CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	caminhão novo de no mínimo 150cv, com capacidade mínima de carga líquida de 8,5 toneladas.	UN	1,00	IVECO T.150E21 AT.	0,0000	149.900,00	149.900,00
Total do Participante —>							149.900,00
Total Geral —>							149.900,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 37/2016 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 71/2016
Data do Processo: 07/12/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 22 de Dezembro de 2016

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 72, PP Nº 38-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2016 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2016 Data do Processo: 08/12/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de peças e mão de obra para conserto trator de esteira modelo komatsu D51EX, serie B13912, destinado as atividades do DMER.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 49/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 21 de Dezembro de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 72/2016, Licitação nº 38/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2016, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, e COSTA & CIA LTDA- EPP. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº VALDECIR JOÃO DUTKEVICZ representante credenciado da empresa: COSTA & CIA LTDA- EPP e o Srº MARCOS AUGUSTO JONES procurador da empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Indagados pelo pregoeiro sobre a opção de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte somente a empresa COSTA & CIA LTDA- EPP se credencia como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro sua equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

LOTE: 1

Participante: 6865 - COSTA & CIA LTDA EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	600-319-3610- Cartucho	UN	1,00		0,0000	141,30	141,30
2	6764-11-3101- Bico Injetor	UN	6,00		0,0000	1.451,9668	8.711,80
3	6754-11-8180- Gaxeta	UN	1,00		0,0000	167,8349	167,83
4	6754-11-8211- Isolador	UN	6,00		0,0000	11,7094	70,26
5	6754-72-1210- sensor - converte p/6754-72-1212	UN	1,00		0,0000	1.487,095	1.487,10
6	6754-72-1220- Sensor	UN	1,00		0,0000	765,0148	765,01
7	6754-79-6140- Filtro combustivel	UN	1,00		0,0000	76,5015	76,50
8	- INSTALAÇÃO DAS INIDADES INJETORAS NOVAS COM CALIBRAÇÃO MODELO D51EX-22 KOMATSU. - INSTALAÇÃO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO, SENSORES DO SISTEMA E FILTROS . - RETIRADA DO COMBUSTIVEL DO RESERVATÓRIO. - LIMPEZA NAS LINHAS DO SISTEMA DE COMBUSTIVEL, COMPONENTES PRINCIPAIS, RESERVATÓRIO DE COMBUSTIVEL, CANETAS DE ALIMENTAÇÃO, REGUA DO RAIL E DEMAIS. - AJUSTES DO SISTEMA ELÉTRICO COM OS COMPONENTES INSTALADOS PARA CALIBRAÇÃO FINAL MANTENDO EQUIPAMENTO EM CONDIÇÕES IDEAIS EM FORÇA, POTÊNCIA E ECONOMIA DE COMBUSTIVEL.	SER	1,00		0,0000	5.230,203	5.230,20

Total do Participante ———> 16.650,00

Total Geral ———> 16.650,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 38/2016 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 72/2016
Data do Processo: 08/12/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 21 de Dezembro de 2016

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 20, DL N° 6-2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 20/2016 Data do Processo: 21/12/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 20/2016
b) Licitação Nr.: 6/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 21/12/2016
e) Objeto da Licitação: locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256,00 m² destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatas a área de saúde pública, para o exercício de 2017.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CLINICA VITA LUCE LTDA. (6366)

- 1 Locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256m² destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatas a área de saúde pública, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA, para o exercício de 2017. SER 12,00 0,0000 2.883,00 34.596,00

Total do Fornecedor: 34.596,00

Total Geral: 34.596,00

Ipumirim, 21 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 58, TP Nº 5-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2016 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2016 Data do Processo: 03/11/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2016
b) Licitação Nr.: 5/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 22/12/2016
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para elaboração e regularização e projetos até a obtenção da Licença Ambiental de Operação Corretiva, nos moldes da Instrução Normativa nº. 52, da Fatma/SC, de 12 (doze) cemitérios municipais, para atender os termos do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública nº. 242.07.000458-7, em tramitação perante a Comarca de Ipumirim, observada as características constantes nos anexos que integram o presente edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

PROBIO AMBIENTAL LTDA - ME (9971)

1 Elaboração e regularização de projetos até a obtenção da Licença Ambiental de Operação Corretiva, nos moldes da Instrução Normativa nº. 52, da Fatma/SC, de 12 (doze) cemitérios municipais, para atender os termos do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública nº. 242.07.000458-7, em tramitação perante a Comarca de Ipumirim, observada as características constantes nos anexos que integram o presente edital.	UN	1,00	0,0000	65.988,00	65.988,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 65.988,00

Total Geral: 65.988,00

Ipumirim, 22 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 71, PP Nº 37-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 37/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 71/2016 Data do Processo: 07/12/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 71/2016
b) Licitação Nr.: 37/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/12/2016
e) Objeto da Licitação: aquisição de 1 (um) caminhão novo de no mínimo 150cv, com capacidade mínima de carga líquida de 8,5 toneladas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 835651/2016 operação 1034478-80.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA (9328)

1 caminhão novo de no mínimo 150cv, com capacidade mínima de carga líquida de 8,5 toneladas. - Marca: IVECO T.150E21 AT.	UN	1,00	0,0000	149.900,00	149.900,00
				Total do Fornecedor:	149.900,00
				Total Geral:	149.900,00

Ipumirim, 23 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 72, PP N° 38-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2016 Data do Processo: 08/12/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 72/2016
b) Licitação Nr.: 38/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 22/12/2016
e) Objeto da Licitação aquisição de peças e mão de obra para conserto trator de esteira modelo komatsu D51EX, serie B13912, destinado as atividades do DIMER.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**COSTA & CIA LTDA EPP (6865)**

1	600-319-3610- Cartucho	UN	1,00	0,0000	141,30	141,30
2	6764-11-3101- Bico Injetor	UN	6,00	0,0000	1.451,9668	8.711,80
3	6754-11-8180- Gaxeta	UN	1,00	0,0000	167,8349	167,83
4	6754-11-8211- Isolador	UN	6,00	0,0000	11,7094	70,26
5	6754-72-1210- sensor - converte p/6754-72-1212	UN	1,00	0,0000	1.487,095	1.487,10
6	6754-72-1220- Sensor	UN	1,00	0,0000	765,0148	765,01
7	6754-79-6140- Filtro combustivel	UN	1,00	0,0000	76,5015	76,50
8	- INSTALAÇÃO DAS INIDADES INJETORAS NOVAS COM CALIBRAÇÃO MODELO D51EX-22 KOMATSU. - INSTALAÇÃO DA BOMBA DE ALTA PRESSÃO, SENSORES DO SISTEMA E FILTROS. - RETIRADA DO COMBUSTIVEL DO RESERVATÓRIO. - LIMPEZA NAS LINHAS DO SISTEMA DE COMBUSTIVEL, COMPONENTES PRINCIPAIS, RESERVATÓRIO DE COMBUSTIVEL, CANETAS DE ALIMENTAÇÃO, REGUA DO RAIL E DEMAIS. - AJUSTES DO SISTEMA ELÉTRICO COM OS COMPONENTES INSTALADOS PARA CALIBRAÇÃO FINAL MANTENDO EQUIPAMENTO EM CONDIÇÕES IDEAIS EM FORÇA, POTÊNCIA E ECONOMIA DE COMBUSTIVEL.	SER	1,00	0,0000	5.230,203	5.230,20

Total do Fornecedor: 16.650,00

Total Geral: 16.650,00

Ipumirim, 22 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 75, DL Nº 21-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 21/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 75/2016 Data do Processo: 21/12/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 75/2016
b) Licitação Nr.: 21/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 21/12/2016
e) Objeto da Licitação: a seleção de empresa para outorga de concessão administrativa de uso remunerado de lanchonete e agência para venda de passagens e bilheteria do Terminal Rodoviário de Passageiros, situado na Avenida Brasil, esquina com a Rua Bento Gonçalves.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

MARCOS MAURICIO HELBING ME (8597)

1 concessão administrativa de uso remunerado do Terminal Rodoviário de Passageiros, situado na Avenida Brasil, esquina com a Rua Bento Gonçalves	UN	6,00	0,0000	880,00	5.280,00
--	----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 5.280,00

Total Geral: 5.280,00

Ipumirim, 21 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 76, DL Nº 22-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 22/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 76/2016 Data do Processo: 21/12/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 76/2016
b) Licitação Nr.: 22/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 21/12/2016
e) Objeto da Licitação: Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves destinado ao funcionamento da Secretaria de Assistência Social e CRAS, com área de 281m², piso parte superior e mais 110m². piso parte inferior, para o exercício de 2017.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CLINICA VITA LUCE LTDA (7970)

2 Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves destinado ao funcionamento da Secretaria de Assistência Social e CRAS, com área de 281m², piso parte superior e mais 110m², piso parte inferior, para o exercício de 2017, sendo que já está sendo utilizadas por particulares, contratos estes já existentes anteriormente, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA.	SER 12,00 0,0000 2.560,00 30.720,00
---	-------------------------------------

Total do Fornecedor: 30.720,00

Total Geral: 30.720,00

Ipumirim, 21 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 77, DL N° 23-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 23/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 77/2016 Data do Processo: 22/12/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 77/2016
b) Licitação Nr.: 23/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 22/12/2016
e) Objeto da Licitação: aluguel de imóvel para abrigar a Sede do Conselho Tutelar do Município de Ipumirim, para o exercício de 2017.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ANGELINA TOMASONI BALDISSARELLI (9596)

1 aluguel de imóvel para abrigar a Sede do Conselho Tutelar do Município de Ipumirim, para o exercício de 2017.	UN	12,00	0,0000	942,00	11.304,00
---	----	-------	--------	--------	-----------

Total do Fornecedor: 11.304,00

Total Geral: 11.304,00

Ipumirim, 22 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao Contrato de prestação de serviços Nº 06/2014. Objeto: Referente a contratação de serviços de fisioterapia para os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS em Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro 2017. Itaiópolis, 23/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato Nº 04/2016. Objeto: Referente a prestação de serviços de Vigilância Eletrônica nas dependências da Unidades Básica de Saúde no Bairro Lucena em Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para 20 de abril 2017. Itaiópolis, 23/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao Contrato de prestação de serviços Nº 07/2014. Objeto: Referente a prestação de serviços de atendimento Pré-Hospitalar de Salvamento e Resgate para os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS em Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro 2017. Itaiópolis, 23/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato Nº 07/2016. Objeto: Referente a prestação de serviços de Vigilância Eletrônica nas dependências da Unidades Básica de Saúde no Bairro Bom Jesus em Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para 31 de maio 2017. Itaiópolis, 23/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato Nº 05/2016. Objeto: Referente a prestação de serviços de Vigilância Eletrônica nas dependências da Unidades Básica de Saúde no Bairro Vila Nova em Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para 20 de abril 2017. Itaiópolis, 23/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato Nº 09/2016. Objeto: Referente a prestação de serviços de monitoramento 24 (vinte e quatro) horas, nas Unidades Sanitárias Central e Paraguaçu da Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do mesmo para o dia 31 de dezembro de 2017. Itaiópolis, 23/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao Contrato de prestação de serviços Nº 09/2014. Objeto: Referente a contratação de serviços de Laboratório regional de Próteses Dentárias – LRDP com Serviço de Protética para Confecção de Próteses Dentárias para os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS em Itaiópolis/SC. CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro 2017. Itaiópolis, 23/12/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 384 - 2016

DECRETO Nº 384/2016

DECLARA DE NECESSIDADE PÚBLICA PARA FINS DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, A FIM DA LIMPEZA, DESASSOREAMENTO E TUBULAÇÃO DE CÓRREGO EM ÁREAS URBANAS QUE ESPECÍFICA.

CONSIDERANDO o disposto pelo Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO que o Poder Público tem a necessidade de usar, por tempo determinado, área urbana a fim de lhe ser permitida a execução de serviços da regularização e canalização de tubulações;

CONSIDERANDO que a ocupação temporária é a forma de intervenção pela qual o Poder Público usa transitoriamente imóveis ou áreas privadas, como meio de apoio à execução de obras e serviços públicos;

CONSIDERANDO que a atividade de retificação de qualquer tipo em Cursos D`água é atividade licenciável pelo Estado, no caso, pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA;

CONSIDERANDO os relatórios da Defesa Civil no Município de Itapema, parte integrante desse Decreto, em razão das várias casas atingidas devido o transbordamento e subdimensionamento, o qual observa a urgência da presente medida a integridade estrutural dos imóveis localizados na região objetivada e à população local;

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - Declara de necessidade pública para fins de ocupação temporária, a fim da limpeza, desassoreamento e tubulação de córrego das áreas urbanas que especifica localizada na Rua 900-D, de acordo com relatório da Defesa Civil, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo Único – O relatório para colocação de tubos descrita no caput deste artigo, consta no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias da Secretaria de Obras e Transportes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 22 de dezembro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 385 - 2016

DECRETO Nº 385/2016

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE DO FUNCIONALISMO PÚBLICO DURANTE AS FESTIVIDADES DE NATAL E FINAL DE ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica suspenso o expediente de trabalho nas repartições públicas da administração direta e indireta do Município de Itapema, no período de 26 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2016, em virtude das festividades de Final de Ano.

Parágrafo Único – A Secretaria de Saúde organizará escalas para que os serviços essenciais sejam prestados de forma regular.

Art. 2º - As demais Secretarias e seus respectivos departamentos, poderão, a critério de cada Secretário, realizar expediente interno, visando o trabalho relativo ao término do mandato (gestão 2013 - 2016).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 22 de dezembro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3005/2016 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 3005/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando CI/DO/114/2016,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal 635/2015 – LOA 2016, conforme abaixo:

Suplementação

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

02708120016.2031 Folha de Pagamento do Departamento de Esporte

33191 Aplicações Diretas Dec Op entre Órgãos(314) FR 10000
..... R\$ 50.000,00

Anulação

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

02708120016.2031 Folha de Pagamento do Departamento de Esporte

33190 Aplicações Diretas (337) FR 10.000
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

##ATO EXTRATO ATA REGISTRO DE PRECO 50/2016

##TEX Pregao n. 61/2016 - Registro de Preco n. 32/2016 - Processo n. 79/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA. Contratado: COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF sob o n. 03.800.317/0001-09. Objeto: Aquisicao de material de procedimento para uso nas Unidades Basicas de Saude (PSF), Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitacao, conforme especificacoes constantes no Edital e seus Anexos. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alteracoes. Vigencia: ate 20/12/2017. Fonte: 6380600 e 638700. Valor Total: R\$ 63.300,00. Data de Assinatura 20/12/2016.

##DAT 20 de dezembro de 2016

##ASS SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

##CAR Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

##ATO EXTRATO ATA REGISTRO DE PRECO 51/2016

##TEX Pregao n. 61/2016 - Registro de Preco n. 32/2016 - Processo n. 79/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA. Contratado: EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF sob o n. 11.101.480/0001-01. Objeto: Aquisicao de material de procedimento para uso nas Unidades Basicas de Saude (PSF), Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitacao, conforme especificacoes constantes no Edital e seus Anexos. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alteracoes. Vigencia: ate 20/12/2017. Fonte: 6380600 e 638700. Valor Total: R\$ 41.293,00. Data de Assinatura 20/12/2016.

##DAT 20 de dezembro de 2016

##ASS SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

##CAR Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

##ATO EXTRATO ATA REGISTRO DE PRECO 52/2016

##TEX Pregao n. 61/2016 - Registro de Preco n. 32/2016 - Processo n. 79/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA. Contratado: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA-ME, CNPJ/MF sob o n. 12.069.550/0001-01. Objeto: Aquisicao de material de procedimento para uso nas Unidades Basicas de Saude (PSF), Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitacao, conforme especificacoes constantes no Edital e seus Anexos. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alteracoes. Vigencia: ate 20/12/2017. Fonte: 6380600 e 638700. Valor Total: R\$ 13.948,00. Data de Assinatura 20/12/2016.

##DAT 20 de dezembro de 2016

##ASS SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

##CAR Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

##ATO EXTRATO ATA REGISTRO DE PRECO 53/2016

##TEX Pregao n. 61/2016 - Registro de Preco n. 32/2016 - Processo n. 79/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA. Contratado: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF sob o n. 83.157.032/0001-22. Objeto: Aquisicao de material de procedimento para uso nas Unidades Basicas de Saude (PSF), Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitacao, conforme especificacoes constantes no Edital e seus Anexos. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alteracoes. Vigencia: ate 20/12/2017. Fonte: 6380600 e 638700. Valor Total: R\$ 67.092,753. Data de Assinatura 20/12/2016.

##DAT 20 de dezembro de 2016

##ASS SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

##CAR Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

298/2016 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 298/2016/PMJ – TA 02

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede à Av. XV de Novembro, 378, CEP 89600-000, na cidade de Joaçaba, SC, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito em exercício, Senhor MARCOS WEISS, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2410031, inscrito no CPF sob o nº 923.685.229-72, e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis, SC, CEP 88070-800, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Sr. GILSONI LUNARDI ALBINO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, ajustam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 298/2016/PMJ, firmado em 04/01/2016, originário do Processo Licitatório nº 24/2015/PMJ, Dispensa de Licitação nº 125/2015/PMJ, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo nº 298/2016/PMJ, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA nº 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 8.280,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 3.840,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 3.300,00
4. Gestão de Obras - R\$ 7.140,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil quinhentos e sessenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 1.880,00 (mil oitocentos e oitenta reais), cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal nº 5.045, de 25 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 298/2016/PMJ.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Joaçaba, SC, 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS Prefeito em exercício de JOACABA CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

JOSÉ OTÁVIO DALMÉDICO Técnico em Administração Prefeitura de Joaçaba	FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa CIGA
--	---

COMUNICAÇÃO ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Considerando a caracterização do descumprimento ao Processo Licitatório nº 54/2016/PMJ – Pregão Presencial nº 34/2016/PMJ por parte desta empresa;

Considerando o relatório final exarado no processo administrativo nº 6.469/2016, o qual foi acatado pelo Prefeito na data de 25 de outubro de 2016.

O Município de Joaçaba, com fulcro no disposto no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, comunica à empresa Astor Staudt - ME, CNPJ nº 91.824.383/0001-78, a aplicação da seguinte penalidade:

a) ADVERTÊNCIA, nos termos da fundamentação do relatório final; Salienta-se que, a aplicação da penalidade também foi disponibilizada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Joaçaba, 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

COMUNICAÇÃO ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO**CIENTIFICAÇÃO**

Cientificamos que o Processo Administrativo, iniciado pelas portarias nº 6316 e 6331 ambas de 2016, foi encerrado e arquivado no Setor de Compras e Licitações, estando disponíveis para consulta pública, servindo este documento como cientificação dos interessados sobre o proferimento de decisão final no procedimento.

A) Interessado: Angeomed Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. – Penalizada com ADVERTÊNCIA;

B) Interessado: Angaí Distribuidora de Medicamentos Ltda. – Penalizada com Suspensão temporária em participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo período de um ano;

C) Interessado: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos – Penalizada com Suspensão temporária em participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo período de um ano (Obs. Empresa já cientificada anteriormente, inclusive com apresentação de recurso administrativo);

Joaçaba, 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

COMUNICAÇÃO REVISÃO DE PENALIDADE APLICADA

Considerando o teor da decisão sobre o pedido de reconsideração, expedido no processo administrativo instaurado pela portaria nº 6.197/2016.

O Município de Joaçaba, com fulcro no disposto pelo princípio administrativo da autotutela, comunica à empresa SOLO ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 08.743.714/0001-00, que a aplicação das penalidades arrolados no ofício nº 625/2016 e na decisão de fls. 50 foram revogadas.

Joaçaba, 21 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

EXTRATO HOMOLOG PL 82/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016/PMJ

O Prefeito em Exercício do Município de Joaçaba, Marcos Weiss, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 82/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 47/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

-Empresas Vencedoras:

POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA

VALOR R\$ 1.468.420,00

COM. DE COMBUSTIVEIS E TRANSP. ARALDI LTDA.

VALOR R\$ 49.770,00

POSTO ESTRELA LTDA

VALOR R\$ 43.225,00

MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EM MAQ. PESADAS LTDA.

VALOR R\$ 156.300,30

FISCAL: ILTON A. SCHMITZ

VIGÊNCIA: 12 MESES A PARTIR DE 01/01/2017.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Prefeito Em Exercício

Marcos Weiss

25/2016 PMJ

Página: 1/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016 **Data do Registro:** 21/12/2016 **Válido até:** 21/12/2017
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	GASOLINA COMUM	LTO	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	3,3900	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	3,4350	2
			COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	3,5600	3
2	ÓLEO DIESEL S-10	LTO	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	2,7900	1
			COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	2,7950	2
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	2,8400	3
			POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	2,8500	4
3	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL 15W40 API CI-4 (BALDE 20 LITROS)	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	198,5000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	199,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	235,0000	3
4	ÓLEO LUBRIFICANTE DE BASE MINERAL SAE 15W40 CF14 ACEA E2/B3 PARA MOTORES A DIESE (LITRO)	LT	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	10,9000	1
			POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	11,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	22,0000	3

Página: 2/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 21/12/2016		Válido até: 21/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

5	Óleo Lubrificante 100% Sintético 5W30 (litro)	LTR	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	24.5000	1
2			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	25.0000	2
3			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	25.5000	3
1			POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	19.0000	1
2			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	19.5000	2
3			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	21.0000	3
4			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	22.5000	4
1			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	13.4900	1
2			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	13.5000	2
3			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	15.0000	3
1			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	10.8000	1
2			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	11.0000	2

Página: 3/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 21/12/2016		Válido até: 21/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A 02 TEMPOS (500ml)	FRC	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	11.5000	3
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETROBRAS	0	6,8900	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	6,9000	2
			COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	11,0000	3
10	ÓLEO THF 11 PARA TRANSMISSÃO - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	12,0000	4
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETROBRAS	0	238,9000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	239,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	247,0000	3
11	ÓLEO ATF PARA TRANSMISSÃO HIDRÁULICA API 30 TDTO - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	270,0000	4
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	LION	0	259,0000	1
			POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	260,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	280,0000	3

Página: 4/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 21/12/2016		Válido até: 21/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Óleo transmissão SAE 40 TDTO TO-4 (balde 20 litros)	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	344,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	345,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	450,0000	3
13	ÓLEO TRANSMISSÃO SAE 30 TDTO TO-4 - BALDE 20 LITROS	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	259,0000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	260,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	299,0000	3
14	ÓLEO TRANSMISSÃO SAE 50 TDTO TO-4 - BALDE 20 LITROS	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	228,9000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	229,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	295,0000	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	460,0000	4
15	ÓLEO HIDRÁULICO 68 API - 10 W - BALDE 20 LITROS	BDE	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	PETROBRAS	0	140,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	141,0000	2

Página: 5/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016 **Data do Registro: 21/12/2016** **Válido até: 21/12/2017**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 API GL 5 PARA ENGRENAGENS - BALDE 20 LITROS	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	BR	0	148,0000	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	170,0000	4
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	189,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	198,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	230,0000	3
					0	240,0000	4
17	ÓLEO LUBRIFICANTE GL 5 80W/90 (BALDE 20 LITROS)	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	199,0000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	280,0000	2
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	318,0000	3
18	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 140 API GL 5 PARA ENGRENAGENS - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	190,0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	198,0000	2
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	199,0000	3
19	Óleo Lubrificante SAE 80W/140 API GL 5 para Engrenagens (balde 20 litros)	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	209,0000	1

Página: 6/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016 Data do Registro: 21/12/2016 Válido até: 21/12/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	218,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	240,0000	3
20	GRAXA AZUL - BALDE 20 KG	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	LION	0	278,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	279,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	370,0000	3
21	GRAXA GRAFTADA INDUSTRIAL COMUM - TAMBOR COM 170 QUILOS	TBR	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)	PETROBRAS	0	2,450,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	2,500,0000	2
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	3,589,3900	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	3,600,0000	4
22	GRAXA GRAFTADA NLG#2 COM 3% DE MOLIBDÊNIO - BALDE 20 KG	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	INGRAX	0	334,9000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	335,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	715,0000	3

Página: 7/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016 Data do Registro: 21/12/2016 Válido até: 21/12/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	LÍQUIDO DE FREIO DOT 3 - FRASCOS 500 ML	FRC	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	BOSCH	0	10,4000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	10,5000	2
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	12,0000	3
24	LÍQUIDO DE FREIO DOT 4 - FRASCOS 500 ML	FRC	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	14,5000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	17,5000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	18,0000	3
25	ARLA 32 PARA VEÍCULO A DIESEL SCR (REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA) - LITRO	LTO	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	ACQUA BLUE	0	2,3990	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	2,4000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	3,0000	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	3,6000	4
26	Aditivo para radiador 40°C + 125°C (litro)	LTO	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PARAFU	0	17,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	17,5000	2
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	17,9000	3

Página: 8/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016 Data do Registro: 21/12/2016 Válido até: 21/12/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	22.0000	4
27	Óleo Hidráulico Advanced 309 6942 (balde com 20 litros) - equipamentos Caterpillar	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	GENUINO	0	398,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	399,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	460,0000	3
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	462,5000	4
28	Óleo Hidráulico 10 W HYDO (balde com 20 litros) - equipamentos Caterpillar	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	299,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	310,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	314,0000	3
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	357,5000	4
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	358,0000	5
29	Óleo Transmissão 42520 (balde com 20 litros) - equipamentos JCB	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	GENUINO	0	458,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	459,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	475,0000	3

Página: 9/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 21/12/2016		Válido até: 21/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Óleo Diferencial 42220 (balde com 20 litros) - equipamentos JCB	BDE	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	475,0000	4
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	GENUINO	0	467,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	468,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	500,0000	3
31	Óleo 4002/0500 DE ALTA PERFORMANCE PARA SISTEMA DE FREIOS- EQUIPAMENTOS JCB	LTR	POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	500,0000	4
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	GENUINO	0	49,5000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	50,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	50,0000	3
32	Óleo mineral para freio NH610A - Brake (balde com 20 litros) - equipamentos LHM/AMBRA	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	AMBRA	0	394,5000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	530,0000	2
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	550,0000	3
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	550,0000	4

Página: 10/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016 **Data do Registro: 21/12/2016** **Válido até: 21/12/2017**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Óleo Hitech 646A (balde com 20 litros) - equipamentos LHM AMBRA	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	AMBRA	0	394,5000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	515,0000	2
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	525,0000	3
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	525,0000	4
34	Catade and brake Oil Additive 1970017 (balde com 20 litros)	BDE	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)	PETROBRAS	0	550,0000	1
35	Óleo TRC 30 (balde com 20 litros) - linha Tutela	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	338,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	339,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	480,0000	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	490,0000	4
36	Óleo TRC 50 (balde com 20 litros) - linha Tutela	BDE	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)	PETRONAS	0	378,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	379,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	438,0000	3

Página: 11/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016 **Data do Registro: 21/12/2016** **Válido até: 21/12/2017**

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	495,0000	4
37	OLEO HIDRAULICO BIOLOGICO ISSO VG46 PANOLIN HLP SYNTH	LTR	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM LTDA (6322)	PETRONAS	0	37,5000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	38,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	50,0000	3
38	OLEO ESPECIAL 1238051 - EQUIPAMENTOS HAMM	LTR	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM LTDA (6322)	PETRONAS A/	0	34,5000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)		0	35,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	40,0000	3
39	Graxa MRM2 grafiada (balde com 20 quilos) - linha Tutela	BDE	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)	TUTELA	0	500,0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	549,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	795,0000	3
40	Graxa MP2 comum (tambor com 170 quilos) - linha Tutela	TBR	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066)	TUTELA	0	2.300,0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	2.399,0000	2

Página: 12/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 21/12/2016		Válido até: 21/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	2.800,0000	3

Página: 13/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 21/12/2016		Válido até: 21/12/2017				
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP				(10926)		0	3.070.0000	4

POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)

3.070.0000

0

4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Página: 14/14

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 21/12/2016		Válido até: 21/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016

PROCESSO Nº 82/2016

- (6322) - MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM
- (8523) - POSTO ESTRELA LTDA
- (9776) - POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA.
- (10066) - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA
- (10926) - POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP

Joaçaba, 21 de Dezembro de 2016.

BALANCETE FINANCEIRO 11/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Novembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	41.143,83	ORÇAMENTÁRIAS	289.469,22
RECEITA PATRIMONIAL	9.395,12	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	261.202,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.748,71	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	166.904,08
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.599,50
		INVESTIMENTOS	5.699,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	28.266,64
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.946,23
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.320,41
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	220.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	220.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	336.431,89	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	339.927,89
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	29,16	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	29,16
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	46.933,51	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	47.926,40
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	289.469,22	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	291.972,33
SALDOS ANTERIORES	359.834,40	SALDOS ATUAIS	328.013,01
BANCO C/ MOVIMENTO	257.719,08	BANCO C/ MOVIMENTO	275.949,91
BANCOS C/ VINCULADAS	102.115,32	BANCOS C/ VINCULADAS	52.063,10
TOTAL	957.410,12	TOTAL	957.410,12

JOACABA, 23/12/2016

ADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4

GREGORIO LUIZ
Ordenador de Despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Novembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.619,61		
RECEITA PATRIMONIAL	1.519,61		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100,00		
SALDOS ANTERIORES	211.923,05	SALDOS ATUAIS	213.542,66
BANCO C/ MOVIMENTO	211.923,05	BANCO C/ MOVIMENTO	213.542,66
TOTAL	213.542,66	TOTAL	213.542,66

JOACABA, 23/12/2016

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO	ADONES MARGIANO
SECRETARIO GESTAO FINANCEIRA	Contador CRCSC 028953/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Novembro
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	38.637,76	ORÇAMENTÁRIAS	39.896,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	35.578,42	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	39.809,27
RECEITA PATRIMONIAL	3.059,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.074,71
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.265,56
		INVESTIMENTOS	6.469,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	87,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	750,07		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	750,07		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	40.209,35	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	40.209,35
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	313,08	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	313,08
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	39.896,27	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	39.896,27
SALDOS ANTERIORES	342.105,23	SALDOS ATUAIS	341.596,79
BANCO C/ MOVIMENTO	342.020,55	BANCO C/ MOVIMENTO	341.511,50
BANCOS C/ VINCULADAS	84,68	BANCOS C/ VINCULADAS	85,29
TOTAL	421.702,41	TOTAL	421.702,41

JOACABA, 23/12/2016

MARCOS WEISS Prefeito Municipal Em Exercício	ADONES MARCIANO Contador CRC.028953/0-4	IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO Secretária de Gestão Financeira
---	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Novembro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	7.251.296,07	ORÇAMENTÁRIAS	5.314.233,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.684.456,56	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.792.900,57
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	184.091,85	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.444.529,65
RECEITA PATRIMONIAL	98.779,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.173.294,24
RECEITA DE SERVIÇOS	28.938,66	INVESTIMENTOS	98.642,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.472.835,25	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	76.434,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	191.988,72	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	521.333,08
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	11.614,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	363.222,03
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	569.999,89	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	158.111,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.591,31		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	300.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.430.565,15
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	300.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.430.565,15
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.188.602,58	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.920.299,25
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.353,86	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.353,86
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	639.100,84	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	646.147,52
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	6.541.147,88	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	6.686.389,10
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	579.408,77
SALDOS ANTERIORES	10.221.432,32	SALDOS ATUAIS	10.296.232,92
BANCO C/ MOVIMENTO	6.415.522,36	BANCO C/ MOVIMENTO	6.525.102,52
BANCOS C/ VINCULADAS	3.039.813,96	BANCOS C/ VINCULADAS	2.999.751,37
POUPANÇA	766.096,00	POUPANÇA	771.379,03
TOTAL	24.961.330,97	TOTAL	24.961.330,97

JOACABA, 23/12/2016

CLAUDETE M T SILVA
TEC ADMINISTRAÇÃO

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO JHL 0112/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0112/2016

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0095/2015

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0053/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0073/2015

PROTOCOLO Nº 3241/2015

Data assinatura: 23/12/2016

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, referente à prestação de serviços de ginástica laboral a serem desenvolvidos na sede administrativa do SIMAE.

Contratado: TRAVERSO DURAN LTDA - ME

Valor Contratado: R\$ 859,04 (oitocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos) mensais.

Projeto/Atividade: 14.01

Função/Programa: 2.060/2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.99.00.00.00.

Prazo de vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 251/2016 DE 22/12/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCIA DE SOUSA NUNES RAMPAZZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 251/2016
DE 22/12/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCIA DE SOUSA NUNES RAMPAZZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal MARCIA DE SOUSA NUNES RAMPAZZO por 60 dias a partir 21/12/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 22 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 252/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JANAINÉ BARELA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 252/2016
DE 23/12/2016

“EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JANAINÉ BARELA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 047/2016 de 15/02/2016.

DECIDE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal JANAINÉ BARELA, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 253/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JESSICA FRESCHI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 253/2016
DE 23/12/2016

“EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JESSICA FRESCHI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 046/2016 de 15/02/2016.

DECIDE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal JESSICA FRESCHI, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 254/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARILETE MARIA MARASCHIN VARNIER, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 254/2016
DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARILETE MARIA MARASCHIN VARNIER, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 043/2016 de 15/02/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal MARILETE MARIA MARASCHIN VARNIER, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 255/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL THAIS DEBASTIANI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 255/2016
DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL THAIS DEBASTIANI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 041/2016 de 15/02/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal THAIS DEBASTIANI, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 256/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDA TREVISAN, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 256/2016
DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDA TREVISAN, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 050/2016 de 16/02/2016 E 160/2016 DE 22/07/2016..

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal FERNANDA TREVISAN, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 257/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JANAINÉ BARELA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 257/2016
DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JANAINÉ BARELA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 061/2016 de 17/02/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal JANAINÉ BARELA, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 258/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JESSICA FRESCHI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 258/2016

DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JESSICA FRESCHI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 060/2016 de 17/02/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal JESSICA FRESCHI, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 259/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL THAIS DEBASTIANI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 259/2016

DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL THAIS DEBASTIANI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme

portaria n. 049/2016 de 16/02/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal THAIS DEBASTIANI, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 260/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VERA LUCIA BRASSO SANTIN, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 260/2016

DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VERA LUCIA BRASSO SANTIN, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 042/2016 de 15/02/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal VERA LUCIA BRASSO SANTIN, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 261/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SORAIA NATANA BIFFI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 261/2016
DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SORAIA NATANA BIFFI, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 115/2016 de 20/05/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal SORAIA NATANA BIFFI, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.
Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 262/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROSANE FATIMA CORREA TOFFOLO, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 262/2016
DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROSANE FATIMA CORREA TOFFOLO, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 156/2016 de 12/07/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal ROSANE FATIMA CORREA TOFFOLO, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.
Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 263/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEVERSON ANTUNES DA SILVA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE ARTES - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 263/2016
DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEVERSON ANTUNES DA SILVA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE ARTES - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 090/2016 de 25/04/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal CLEVERSON ANTUNES DA SILVA, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.
Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 264/2016 DE 23/12/2016 EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOAREZ XAVIER DOS SANTOS, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 264/2016
DE 23/12/2016

"EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOAREZ XAVIER DOS SANTOS, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do contrato temporário.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal JOAREZ XAVIER DOS SANTOS, da função temporária de motorista junto a Secretaria Municipal de Transportes, Educação e Cultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 265/2016 DE 23/12/2016 EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU MORAS, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 265/2016

DE 23/12/2016

"EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU MORAS, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do contrato temporário.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal NEREU MORAS, da função temporária de motorista junto a Secretaria Municipal de Transportes, Educação e Cultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 266/2016 DE 23/12/2016 EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ERIBERTO MADALOSSO, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 266/2016

DE 23/12/2016

"EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ERIBERTO MADALOSSO, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do contrato temporário.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal ERIBERTO MADALOSSO, da função temporária de motorista junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 267/2016 DE 23/12/2016 EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDO MARINHO DE MELLO, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE OPERADOR DE MAQUINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 267/2016

DE 23/12/2016

"EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDO MARINHO DE MELLO, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE OPERADOR DE MAQUINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do contrato temporário.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal FERNANDO MARINHO DE MELLO, da função temporária de operador de máquina junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Fomento agropecuário e Meio Ambiente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 268/2016 DE 23/12/2016 ALTERA PORTARIA N. 048/2016 DE 15/02/2016 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARA RITA MARASCHIN PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA n. 268/2016

DE 23/12/2016

“ALTERA PORTARIA N. 048/2016 DE 15/02/2016 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARA RITA MARASCHIN PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0002/2014 e

CONSIDERANDO o estado de gravidez da servidora, atestado pelo Drº Tales José Lunardi CRM/SC 2915 e futura licença maternidade da servidora.

DECIDE:

Art. 1º - Alterar a portaria n. 048/2016 de 15/02/2016 que contrata em caráter temporário, MARA RITA MARASCHIN, para o função de excepcional interesse público de PROFESSOR ACT, com carga horária de 20 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 15 de fevereiro de 2016 até o prazo final da licença maternidade.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 269/2016 DE 23/12/2016 ALTERA PORTARIA N. 062/2016 DE 17/02/2016 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARA RITA MARASCHIN PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA n. 269/2016

DE 23/12/2016

“ALTERA PORTARIA N. 062/2016 DE 17/02/2016 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARA RITA MARASCHIN PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0002/2014 e

CONSIDERANDO o estado de gravidez da servidora, atestado pelo Drº Tales José Lunardi CRM/SC 2915 e futura licença maternidade da servidora.

DECIDE:

Art. 1º - Alterar a portaria n. 062/2016 de 17/02/2016 que contrata em caráter temporário, MARA RITA MARASCHIN, para o função de excepcional interesse público de PROFESSOR ACT, com carga horária de 20 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 17 de fevereiro de 2016 até o prazo final da licença maternidade.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 270/2016 DE 23/12/2015 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BEATRIZ MUNIZ, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 270/2016

DE 23/12/2015

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BEATRIZ MUNIZ, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 044/2016 de 15/02/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal BEATRIZ MUNIZ, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 271/2016 DE 23/12/2016 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDA TREVISAN, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 271/2016

DE 23/12/2016

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDA TREVISAN, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o término do prazo de contratação, conforme portaria n. 045/2016 de 15/02/2016.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal FERNANDA TREVISAN, exercendo a função temporária de professor pedagogia, em virtude do término do prazo de contratação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

Lebon Regis

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 27/2016. LICITAÇÃO: TP01/2016.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 27/2016. Licitação: TP01/2016.

Objeto: Fica alterada a cláusula terceira do Contrato em epígrafe, para aditar o prazo do período de execução da obra em mais 30 dias, ou seja, fica prorrogado até 31/01/17, que não se confunde com o prazo de vigência do contato que passa a ser até 31/03/2017, justificada pelo art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: CONSTRUIR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - EPP - 02.448.659/0001-30.

Vigência: 12/12/2016. Término: 31/03/2016

Lebon Régis, 12/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 37/2016. LICITAÇÃO: CC01/2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 37/2016. Licitação: CC01/2016.

Objeto: Fica alterada a cláusula terceira do Contrato em epígrafe, para aditar o prazo do período de execução da obra em mais 90 dias, ou seja, fica prorrogado até 22/03/17, que não se confunde com o prazo de vigência do contato que passa a ser até 12/12/2017, justificada pelo art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA - 07.455.659/0002-62.

Vigência: 12/12/2016. Término: 12/12/2017

Lebon Régis, 12/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 32/2016. LICITAÇÃO: PR08/2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 32/2016. Licitação: PR08/2016.

Objeto: Fica alterada a cláusula segunda do Contrato Nº32/2016 para aditar o valor contratual em R\$2.167,20 (dois mil cento e sessenta e sete reais com vinte centavos), em razão do acréscimo de 09 dias de prestação dos serviços para conclusão do ano letivo, conforme solicitação interna do Diretor de Transportes.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

Contratado: FULVIO BEZ - ME - 10.596.375/0001-10.

Valor: R\$ 2.167,20

Vigência: 21/12/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 22/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 62/2017. LICITAÇÃO: TP08/2016.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 62/2017. Licitação: TP08/2016.

Objeto: Contratação de empresa especializada para REFORMA E ADAPTAÇÃO DE SALA incluindo fornecimento de materiais, para implantação da nova sede do Conselho Tutelar deste Município, a qual deverá ser realizada na rua Waldir Ortigari, Centro, no Município de Lebon Régis/SC, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo e Projeto Básico (anexo I), partes integrantes deste Edital..

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

Contratado: LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP - 22.783.640/0001-58.

Valor: R\$ 49.845,53 (quarenta e nove mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

Vigência: 22/12/2016. Término: 01/04/2017

Lebon Régis, 23/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 63/2016. LICITAÇÃO: TP09/2016.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 63/2016. Licitação: TP09/2016.

Objeto: Processo Licitatório competente para contratação de empresa especializada para execução de obra de esgotamento sanitário, incluindo o fornecimento de materiais, de acordo com o termo de audiência Autos nº 0900010-47.2016.8.24.0088 de autoria do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e conforme projeto básico, memorial e planilhas (anexo I) deste Edital.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

Contratado: LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP - 22.783.640/0001-58.

Valor: R\$ 71.095,44 (setenta e um mil e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência: 22/12/2016. Término: 01/04/2017

Lebon Régis, 23/12/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº TP08/201653/2016

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço Nº TP08/201653/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para REFORMA E ADAPTAÇÃO DE SALA incluindo fornecimento de materiais, para implantação da nova sede do Conselho Tutelar deste Município, a qual deverá ser realizada na rua Waldir Ortigari, Centro, no Município de Lebon Régis/SC, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo e Projeto Básico (anexo I), partes integrantes deste Edital. Data de Homologação: 21/12/2016. Licitantes Homologados:

Fornecedor vencedor	Menor valor (R\$)	Valor negociado (R\$)
LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	49.845,53	-

Lebon Regis, 21/12/2016

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO
Nº TP09/2016 PROCESSO Nº54/2016****HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Tomada de Preço Nº TP09/2016 PROCESSO Nº54/2016

OBJETO: Processo Licitatório competente para contratação de empresa especializada para execução de obra de esgotamento sanitário, incluindo o fornecimento de materiais, de acordo com o termo de audiência Autos nº 0900010-47.2016.8.24.0088 de autoria do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e conforme projeto básico, memorial e planilhas (anexo I) deste Edital. Data de Homologação: 22/12/2016

Licitantes Homologados:

Fornecedor vencedor	Menor valor (R\$)
LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP	71.095,44

Lebon Regis, 22/12/2016

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016-FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I e II, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS.

Aos 08 (oito) dias do mês de novembro do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais médico-hospitalares e equipamentos, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I e II, que acompanha este edital.

QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP

CNPJ: 10.763.524/0001-98

RUA ANTONIO SCHROEDER, Nº 960, BELA VISTA, CEP: 88.110-401, SÃO JOSÉ/SC

FUFA SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

CNPJ: 07.164.711/0001-40

RUA JOAQUIM NABUCO, Nº 1595, CAPOEIRAS, CEP: 88.090-060, FLORIANÓPOLIS/SC

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 03.033.589/0001-12

VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHNRIICH, Nº 1515, ITROUPAVA NORTE, CEP: 89.052-381, BLUMENAU/SC

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320, FUNDO CANOAS, CEP: 88.163-554, RIO DO SUL/SC

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP

CNPJ: 05.077.346/0001-01

RUA TUIUTI, Nº 165, CENTRO, CEP: 89.160-045, RIO DO SUL/SC

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 1918, FUNDO CANOAS, CEP: 89.163-920, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais médico-hospitalares e equipamentos, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I e II, que acompanha este edital, a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR

ITEM	MATERIAL	QUANT	UNIDADE	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	MARCA	EMPRESA VENCEDORA
01	ABOCATH Nº 16	100	UNIDADE	1,00	100,00	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
02	ABOCATH Nº 18	100	UNIDADE	1,02	102,00	POLYON	OLIMED MATERIAL HOSPI-TALAR LTDA.

03	ABOCATH Nº 20	100	UNIDADE	1,00	100,00	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
04	ABOCATH Nº 22	100	UNIDADE	1,00	100,00	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
05	ABOCATH Nº 24	80	UNIDADE	1,00	80,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
06	AGUA PARA INJEÇÃO, ESTÉRIL, AMPOLA 10 ML	2.500	AMPOLA	0,42	1.050,00	FARMACE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
07	AGULHA DESCARTÁVEL 13 x 4,5	20	CAIXA	6,90	138,00	SR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
08	AGULHA DESCARTÁVEL 20 x 5,5	10	CAIXA	7,30	73,00	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
09	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 6,0	05	CAIXA	7,33	36,35	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
10	AGULHA DESCARTÁVEL 25 x 7,0	50	CAIXA	7,56	378,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
11	AGULHA DESCARTÁVEL 25X8	10	CAIXA	7,21	72,10	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
12	AGULHA DESCARTÁVEL 40 x 12	35	CAIXA	8,60	301,00	SOLIDOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
13	AGULHA DESCARTÁVEL 30X7	10	CAIXA	7,37	73,70	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
14	ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70%, FRASCO 1.000ML	60	FRASCO	5,37	322,20	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
15	ALCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70% FRASCO 50ML	100	FRASCO	2,49	249,00	RIOQUÍMICA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
16	ÁLCOOL EM GEL 70%	100	FRASCO	8,08	808,00	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
17	ALGODÃO HIDRÓFILO EM ROLO	15	ROLO	8,85	132,75	MELHORMED	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
18	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM 420GR	05	ROLO	8,90	44,50	NEVE	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
19	ALMOTOLIAS CAPACIDADE 250ml, COR ESCURA, FRASCO FLEXÍVEL, BICO COM TAMPA	10	UNIDADE	2,75	27,50	J.PROLAB	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
20	ALMOTOLIAS CAPACIDADE 250ml, TRANSPARENTE, FRASCO FLEXÍVEL, BICO COM TAMPA	10	UNIDADE	2,84	28,40	J.PROLAB	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
21	AMBU DE SILICONE ADULTO COM RESERVATÓRIO	03	UNIDADE	190,00	570,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
22	AMBU DE SILICONE INFANTIL COM RESERVATÓRIO	03	UNIDADE	199,50	598,50	SAFTI	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
23	APARELHO DE PRESSÃO COM ESFIGNOMOMETRO E ESTETOSCÓPIO ADULTO	10	UNIDADE	79,90	799,00	PREMIUM	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
24	APARELHO DE PRESSÃO COM ESFIGNOMOMETRO E ESTETOSCÓPIO INFANTIL	05	UNIDADE	80,00	400,00	ACCUMED	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.

25	APARELHO DE PRESSÃO COM ESFIGNOMAMÔMETRO E ESTETOSCÓPIO OBESO	02	UNIDADE	99,00	198,00	SOLIDOR OB	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
26	APARELHO PARA NEBULIZAÇÃO	15	UNIDADE	128,00	1.920,00	DARU	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
27	ATADURA CREPOM 4 cm x 3,0 m (ESTICADA)	200	PACOTE	4,95	990,00	TEXCARE	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
28	ATADURA CREPOM 6 cm x 3,0 m (ESTICADA)	400	PACOTE	5,99	2.396,00	MELHORMED	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
29	ATADURA CREPOM 12 cm x 4,5 m (ESTICADA)	400	PACOTE	8,27	3.308,00	TEXCARE	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
30	ATADURA CREPOM 15 cm x 4,5 m (ESTICADA)	400	PACOTE	11,00	4.400,00	CREMER	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
31	ATADURA CREPOM 20 cm x 4,5 m (ESTICADA)	400	PACOTE	12,00	4.800,00	CREMER	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
32	AUTOCLAVE HORIZONTAL DIGITAL 30 LITROS	01	UNIDADE	3.555,00	3.555,00	STERMAX/DIGITAL EX	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
33	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA	50	UNIDADE	13,96	698,00	OLIMED	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
34	BACIA INOX 41CM – 6300 LITROS	01	UNIDADE	189,90	189,90	FAMITA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
35	BACIA INOX 35CM – 4700 LITROS	02	UNIDADE	112,00	224,00	FAMI ITA	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP.
36	BANDEJA PEQUENA DE INOX	03	UNIDADE	29,00	87,00	ARTINOX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
37	BANDEJA MÉDIA DE INOX	03	UNIDADE	68,00	204,00	FAMI/LUMINOX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
38	BENGALA DE ALUMÍNIO COM REGULAGEM	02	UNIDADE	36,85	73,70	CARCI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
39	BENGALA DE MADEIRA EM T	02	UNIDADE	21,90	43,80	INDAIA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
40	BOLSA DE COLOSTOMIA DESCARTÁVEL 37MM	20	UNIDADE	12,90	258,00	CONVATEX	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
41	BOLSA TÉRMICA DE GEL QUENTE E FRIA PARA FREEZER E MICROONDAS	05	UNIDADE	24,00	120,00	HORCOLD	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
42	BRAÇADEIRA P/ INJEÇÃO COM CONCHA ESTOFADA	02	UNIDADE	102,00	204,00	OLIMEDIC	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP.
45	CADEIRA DE BANHO GRANDE	01	UNIDADE	248,50	248,50	OLIMEDIC	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
46	CADEIRA DE BANHO MÉDIA	01	UNIDADE	210,00	210,00	CDS	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.

47	CADEIRA DE RODAS GAZELA, CONSTRUÍDA EM AÇO, COM PINTURA EPÓXI, DOBRÁVEL EM "L" TIPO MONOBLOCO, ROLAMENTOS BLINDADOS NAS 4 RODAS, E NO EIXO VERTICAL DO GARFO, EIXOS REFORÇADOS EM AÇO, COM SISTEMA DE DESMONTAGEM RÁPIDA QUICK RELEASE NAS 4 RODAS, RODAS TRASEIRAS DE 24 INFLAVEIS E DIANTEIRAS DE 6 MACIÇAS, APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS COM PROTETOR DE ROUPAS INCORPORADO, PEDAL FIXO E REGULÁVEL NA ALTURA, FAIXA DE PANTURRILHA, FREIOS BILATERAIS, TRÊS POSIÇÕES DE REGULAGEM DO CENTRO DE GRAVIDADE, ESTOFAMENTO 100% CAPOTA IMPERMEÁVEL ACOLCHADO, COM ARO DE IMPULSÃO EM LIGA DE ALUMÍNIO TEMPERADO COM MESMO ACABAMENTO DA ESTRUTURA.	01	UNIDADE	1.290,50	1.290,50	ORTOBRAS	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
48	CAIXA TÉRMICA PARA SALA DE VACINA MATERIAL PLÁSTICO 24 LITROS.	02	UNIDADE	308,00	616,00	NEWPRO	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
49	CANULA DE GUEDEL nº 0	02	UNIDADE	3,70	7,40	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
50	CANULA DE GUEDEL nº 1	02	UNIDADE	3,71	7,42	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
51	CANULA DE GUEDEL nº 2	02	UNIDADE	3,69	7,38	PROTEC	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
52	canula de guedel nº 3	02	UNIDADE	3,70	7,40	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
53	canula de guedel nº 4	02	UNIDADE	3,71	7,42	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
54	canula de guedel nº 5	02	UNIDADE	3,72	7,44	PROTEC	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
55	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS	150	UNIDADE	0,99	148,50	MEDSONDA	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
56	CATETER NASAL NEONATAL Nº6	10	UNIDADE	1,19	11,90	MEDSONDA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
57	CATETER NASAL Nº8	10	UNIDADE	1,26	12,60	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
58	CATETER NASAL Nº 12	10	UNIDADE	1,32	13,20	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
59	CATGUT SIMPLES 1-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES.	02	CAIXA	109,88	219,76	TECHNO-FIO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
60	CATGUT SIMPLES 2-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES.	02	CAIXA	108,00	216,00	TECHNO-FIO	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
61	CATGUT SIMPLES 4-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES.	02	CAIXA	108,00	216,00	TECHNO-FIO	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
62	CATGUT SIMPLES 5-0 TIPO A, 75CM, NÃO FERÍVEL, ESTÉRIL, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, CAIXA C/24 UNIDADES.	02	CAIXA	115,00	230,00	TECHNO-FIO	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
63	CLOREXIDINA 4% SOLUÇÃO DEGERMANTE, FRASCO 1.000ML.	05	FRASCO	16,35	81,75	RIOQUÍMICA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.

64	CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE, FRASCO 100 ML.	50	FRASCO	12,70	635,00	RIOQUIMICA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
65	COLAR CERVICAL DE ESPUMA PEQUENO.	05	UNIDADE	15,86	79,30	TECNIMED	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
66	COLAR CERVICAL DE ESPUMA MEDIO.	05	UNIDADE	15,80	79,00	MARIMAR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
67	COLAR CERVICAL DE ESPUMA GRANDE.	05	UNIDADE	15,86	79,30	TECNIMED	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
68	COLETOR DE URINA INFANTIL.	100	UNIDADE	0,94	94,00	MARKMED	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
69	COLETOR UNIVERSAL , OPACO, C/ PAZINHA, CAPACIDADE 80 ML, TAMPA ROSCA.	5.000	UNIDADE	0,51	2.550,00	J.PROLAB	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
70	COLETOR UNIVERSAL, TRANSPARENTE, CAPACIDADE 80ML, TAMPA ROSCA.	5.000	UNIDADE	0,45	2.250,00	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
71	COMPRESSA DE GAZE.	500	PACOTE	13,40	6.700,00	MDA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
72	CUBA RIN 16X12 CM INOX.	10	UNIDADE	25,00	250,00	FAMI ITA	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP.
73	CUBA REDONDA 10X 5 CM.	10	UNIDADE	14,87	148,70	FAMI ITA	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP.
74	CUBA REDONDA 13 X 6 CM.	10	UNIDADE	22,60	226,00	FAMI/LUMINOX	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
75	CUMADRE DE PLÁSTICO.	05	UNIDADE	14,00	70,00	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
76	CUMADRE DE INOX.	05	UNIDADE	109,04	545,20	FAMI ITA	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA EPP.
77	CURATIVO AUTO ADESIVO C/ 35 UNIDADES.	50	CAIXA	3,30	165,00	HIGIE TOP	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
78	detector fetal de mesa.	05	UNIDADE	640,00	3.200,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
80	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº. 19. / ENTRE 26 A 31 cm / AGULHA RETA C/COMPRIMENTO DE 1,9 a 2,3 cm.	150	UNIDADE	0,15	22,50	MEDGOLD-MAN	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
81	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº. 21. / ENTRE 26 A 31 cm /.	250	UNIDADE	0,33	82,50	VITALGOLD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
82	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº. 23. / ENTRE 26 A 31 cm /.	300	UNIDADE	0,31	93,00	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
83	DISPOSITIVO P/ PUNÇÃO VENOSA Nº. 25. / DIÂMETRO INTERNO DE NO MÁXIMO 1,0 mm / COMPR. DE 20 A 25 cm./ AGULHA RETA COMPRIMENTO ENTRE 15 A 20 mm.	300	UNIDADE	0,30	90,00	LAMEDID	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
84	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 01.	10	UNIDADE	4,80	48,00	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.

85	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 02.	10	UNIDADE	4,80	48,00	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
86	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 03.	10	UNIDADE	4,80	48,00	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
87	DRENO DE PENROSE COM GASE ESTÉRIL Nº 04.	10	UNIDADE	4,80	48,00	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
89	ELETRODO PRÉ-CORDIAL COM PERA/ PACOTE COM 6 UNIDADES.	02	PACOTE	120,00	240,00	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
90	EQUIPO SIMPLES PARA SOLUÇÕES PARENTAIS.	500	UNIDADE	1,45	725,00	CIRUSET	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
91	EQUIPO MACROGOTAS PARA ADMINISTRAÇÃO ENDOVENOSA.	500	UNIDADE	1,45	725,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
92	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL.	500	UNIDADE	1,12	560,00	DESCAR-PACK	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
93	ESCOVA CERVICAL	500	UNIDADE	0,56	280,00	KOLPLAST	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
94	ESPARADRÁPO IMPERMEÁVEL 10MX4,5CM.	300	UNIDADE	5,14	1.542,00	MISSNER ADPELE	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
95	ESPÁTULA (ABAIXADOR DE LÍNGUA).	30	PACOTE	3,04	91,20	THEOTO	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
96	ESPÁTULA DE AYRES.	10	PACOTE	7,12	71,20	THEOTO	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
97	ESPÉCULO DESCARTAVEL P	500	UNIDADE	1,37	685,00	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
98	ESPÉCULO DESCARTAVEL M	500	UNIDADE	1,60	800,00	CRALPLAST	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
99	ESPECULO DESCARTAVEL G	300	UNIDADE	1,76	528,00	CRAL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
100	ESTETOSCÓPIO ADULTO.	02	UNIDADE	12,10	24,20	ADVANTIVE	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
101	ESTETOSCOPIO PEDIATRICO.	02	UNIDADE	12,10	24,20	ADVANTIVE	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
102	ESTETOSCÓPIO ADULTO.	05	UNIDADE	13,00	65,00	ADVANTIVE	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
103	FIO DE SUTURA NYLON 0 - CAIXA COM 24 UNIDADES/ EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	05	CAIXA	28,45	142,25	PROCARE	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
104	FIO DE SUTURA NYLON 2.0 – CAIXA COM 24 UNIDADES/ EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	05	CAIXA	32,00	160,00	PROCARE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
105	FIO DE SUTURA NYLON 3.0 – CAIXA COM 24 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	07	CAIXA	32,80	229,60	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.

106	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 – CAIXA COM 24 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	07	CAIXA	31,50	220,50	PROCARE	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
107	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 – CAIXA COM 24 UNIDADES/EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	07	CAIXA	32,70	228,90	PROCARE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
108	FIO DE SUTURA NYLON 6.0 – CAIXA COM 24 UNIDADES / EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	07	CAIXA	32,24	225,68	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
109	FITA ADESIVA CIRURGICA MICROPOROSA 5,0 cm x NO MÍNIMO 9 m.	100	ROLO	3,90	390,00	MISSNER	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
110	FITA ADESIVA CIRURGICA MICROPOROSA 2,5 cm x NO MÍNIMO 10 m.	300	ROLO	1,85	555,00	MISSNER	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
111	FITA ADESIVA EM PAPEL CREPADO - 1,9 cm x NO MÍNIMO 50m.	100	ROLO	2,80	280,00	CIEX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
112	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - 1,9 cm x NO MÍNIMO 30 m.	100	ROLO	3,75	375,00	POLI TAPE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
113	FITA MÉTRICA.	05	UNIDADE	4,44	22,20	CADENA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
114	FIXADOR CELULAR, FRASCO 100 ML.	20	FRASCO	6,77	135,40	ADLIN	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
115	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO P	2.000	UNIDADE	2,25	4.500,00	DESCAR-PACK	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
116	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO M	3.000	UNIDADE	1,00	3.000,00	DESCAR-PACK	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
117	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G	4.000	UNIDADE	0,98	3.920,00	DESCAR-PACK	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
118	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO XG	4.000	UNIDADE	1,35	5.400,00	MEDIHOU-SE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
119	FRALDA INFANTIL TAMANHO P	3.000	UNIDADE	1,99	5.970,00	DESCAR-PACK	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
120	FRALDA INFANTIL TAMANHO M	4.000	UNIDADE	0,90	3.600,00	MEDIHOU-SE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
121	FRALDA INFANTIL TAMANHO G	4.000	UNIDADE	0,99	3.960,00	DESCAR-PACK	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
122	FRALDA INFANTIL TAMANHO XG	4.000	UNIDADE	0,91	3.640,00	MEDIHOU-SE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
123	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 250 ML	250	UNIDADE	0,80	200,00	BIOSANI	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
124	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 500 ML	250	UNIDADE	1,11	277,50	BIOBASE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
125	GAZE TIPO QUEIJO 13 FIOS 91MM X 91 METROS	05	ROLO	29,40	147,00	TEXCARE	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
126	GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA - 5 LITROS	20	FRASCO	18,85	377,00	VIC PHAR-MA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.

127	GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA – 100 ML	100	FRASCO	1,32	132,00	MULTIGEL	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
128	GORRO DESCARTÁVEL	50	PACOTE	9,91	495,50	EMBRAMAC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
129	HASTE FLEXÍVEL PARA HIGIENE DAS ORELHAS CAIXA C/ 75	10	CAIXA	0,92	9,20	HIGIETOPP	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
130	KIT PARA NEBULIZADOR (MASCARA, EXTENSOR, CACHIMBO)	05	UNIDADE	8,52	42,60	DARU	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
131	LANCETA ESTÉRIL PARA TESTE DE GLICEMIA CAPILAR, SISTEMA DE PUNÇÃO DE USO ÚNICO, DIÂMETRO DA AGULHA 0,36MM (28G), RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA, ATENDE AS NORMAS REGULADORAS ISO 13485 E NR 32, ESTERILIZADO POR RAIOS GAMA. DEVE CONTER CAPA DE ESTERILIDADE, CORPO DO LANCETADOR E GATILHO COMPOSTO POR POLIPROPILENO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	100	CAIXA	8,00	800,00	GTECH	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
132	LÂMINA BISTURI Nº. 10 C/ 100	05	CAIXA	22,00	110,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
133	LÂMINA BISTURI Nº. 11 C/ 100	05	CAIXA	23,03	115,15	MAXICOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
134	LÂMINA BISTURI Nº. 15 C/ 100	05	CAIXA	22,99	114,95	LABORIM-PRO	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
135	LÂMINA DE VIDRO FOSCA 26X76 MM CAIXA C/ 50 UNIDADES	20	CAIXA	3,72	74,40	ADLIN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
136	LAMPADA PARA LARINGOSCÓPIO	10	UNIDADE	26,00	260,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
137	LARINGOSCÓPIO STANDARD	01	UNIDADE	712,00	712,00	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
138	LARINGOSCOPIO INFANTIL	01	UNIDADE	649,62	649,62	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
139	LARINGOSCÓPIO ADULTO	01	UNIDADE	648,99	648,99	OXIGEL	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
140	LENÇOL DESCARTÁVEL 2,0 METROS POR 0,90 CM COM ELÁSTICO	100	UNIDADE	0,15	15,00	CLEAN	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
141	LENÇOL DESCARTÁVEL 2,0 METROS POR 0,90 CM SEM ELÁSTICO	100	UNIDADE	0,14	14,00	CLEAN	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
142	LENÇOS UMEDECIDOS PARA BEBES, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	200	PACOTE	17,00	3.400,00	FEEL	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
143	LIXEIRA COM PEDAL INOX 30 litros	10	UNIDADE	209,90	2.099,00	MOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
144	LUVA CIRURGICA Nº 6,5	200	PAR	0,92	184,00	MAXITEX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
145	LUVA CIRÚRGICA Nº. 7,0	300	PAR	0,92	276,00	MAXITEX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

146	LUVA CIRÚRGICA Nº. 7,5	300	PAR	0,92	276,00	MAXITEX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
147	LUVA CIRÚRGICA Nº. 8,0	150	PAR	0,92	138,00	MAXITEX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
148	LUVA DE NITRILICA TAMANHO EXTRA PEQUENO CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	20,88	417,60	NUGARD NITRIL	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
149	LUVA DE NITRILICA TAMANHO PEQUENO CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	20,88	417,60	NUGARD NITRIL	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
150	LUVA DE NITRILICA TAMANHO MÉDIO CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	20,88	417,60	NUGARD NITRIL	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
151	LUVA DE NITRILICA TAMANHO GRANDE CAIXA COM 100 UNIDADES	20	CAIXA	19,99	399,80	NUGARD NITRIL	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
152	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO EXTRA PEQUENO	100	CAIXA	14,99	1.499,00	NUGARD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
153	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PEQUENO	100	CAIXA	15,14	1.514,00	NUGARD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
154	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO MÉDIO	100	CAIXA	15,14	1.514,00	NUGARD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
155	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO GRANDE	25	CAIXA	15,14	378,50	NUGARD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
156	MALHA TUBULAR 10 cm x 25 m	05	UNIDADE	8,45	42,25	ORTOFEN	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
158	MALHA TUBULAR 4 cm x 25 m	10	UNIDADE	6,79	67,90	ORTOFEN	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
160	MANTA TÉRMICA	20	UNIDADE	6,05	121,00	MARIMAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
161	MÁSCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL CAIXA C/ 50	80	CAIXA	5,19	415,20	OLIMED	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
162	MÁSCARA PARA AMBÚ DE SILICONE ADULTO	03	UNIDADE	25,59	76,77	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
163	MÁSCARA PARA AMBÚ DE SILICONE INFANTIL	03	UNIDADE	25,59	76,77	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
164	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO ADULTO	05	UNIDADE	6,84	34,20	NEVONI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
165	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO INFANTIL	05	UNIDADE	6,84	34,20	NEVONI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
166	MASCARA LARÍNGEA Nº 1,0	20	UNIDADE	49,90	998,00	WELL LEAD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
167	MASCARA LARÍNGEA Nº 1,5	20	UNIDADE	19,90	398,00	WELL LEAD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
168	MASCARA LARÍNGEA Nº 2,0	20	UNIDADE	50,00	1.000,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
169	MASCARA LARÍNGEA Nº 2,5	20	UNIDADE	50,10	1.002,00	WELL LEAD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

170	MASCARA LARÍNGEA Nº 3,0	20	UNIDADE	49,90	998,00	WELL LEAD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
171	MASCARA LARÍNGEA Nº 4,0	20	UNIDADE	50,00	1.000,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
172	MASCARA LARÍNGEA Nº 5,0	20	UNIDADE	49,90	998,00	WELL LEAD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
173	MASCARA LARÍNGEA Nº 6,0	20	UNIDADE	50,10	1.002,00	WELL LEAD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
175	MULETA DE MADEIRA COM REGULAGEM	05	UNIDADE	43,00	215,00	INDAIA	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
176	OTOSCOPIO CLÍNICO CABO DE INOX	05	UNIDADE	385,00	1.925,00	MD	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
177	OXIMETRO PULSO PORTÁTIL DE DEDO ADULTO	03	UNIDADE	229,00	687,00	MOREFIT-NESS	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
178	OXIMETRO PORTÁTIL DE DEDO INFANTIL	02	UNIDADE	230,31	460,62	EIMETA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
179	PAPAGAIO DE PLÁSTICO	05	UNIDADE	5,00	25,00	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
180	PAPAGAIO DE INOX	05	UNIDADE	62,10	310,50	FAMI	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
181	PAPEL TOALHA FARDO COM 500 FOLHAS	200	FARDO	6,50	1.300,00	DAMAS	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
182	PAPEL PARDO ROLO 1,20mts x250 mts - 80 gr/m2	20	ROLO	15,00	300,00	KLABIN	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
183	PINÇA KELI RETA 12 CM	10	UNIDADE	26,90	269,00	RICHARDS	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
184	PINÇA MOSQUITO 12 CM	10	UNIDADE	21,90	219,00	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
185	PÊRA PARA ELETROCARDIOGRAMA	20	UNIDADE	4,70	94,00	MISSOURI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
186	PÊRA PARA APARELHO DE PRESSÃO	10	UNIDADE	9,00	90,00	ACCUMED	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
187	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 12 CM	10	UNIDADE	10,40	104,00	RICHARDS	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
188	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 18 CM	10	UNIDADE	17,95	179,50	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
189	PLACA DE ALGINATO DE CÁLCIO	50	UNIDADE	27,50	1.375,00	KALTOSTAT 75X12	FUFA SC COMÉRCIO E REPR. LTDA.
190	PLACA DE CARVÃO ATIVADO	50	UNIDADE	42,00	2.100,00	CARBOFLEX	FUFA SC COMÉRCIO E REPR. LTDA.
191	POLIFIX CONEXÃO COM 2 VIAS	100	UNIDADE	0,93	93,00	VITALGOLD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
192	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCALTÉRIO (AGULHA)	02	UNIDADE	34,30	68,60	EMAI	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.

193	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCALTÉRIO (ARGOLA)	02	UNIDADE	34,30	68,60	EMAI	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
194	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCALTÉRIO (BOLINHA)	02	UNIDADE	34,00	68,00	EMAI	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
195	PONTEIRA PARA CANETA DE ELETROCALTÉRIO (FACA)	02	UNIDADE	34,30	68,60	EMAI	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
196	PORTA LAMINA	10	UNIDADE	13,99	139,90	CRAL	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
197	POVIDINE TÓPICO – POLIVINILPIRROLIDONA – IODO (PVP-I) / FRASCO DE 1000 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	10	FRASCO	19,80	198,00	RIOQUIMICA	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
198	POVIDINE DEGERMANTE – POLIVINILPIRROLIDONA – IODO (PVP-I) / FRASCO DE 1000 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE E LOTE.	15	FRASCO	18,42	276,30	VIC PHARMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
199	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁVEL Nº 03 MM	01	UNIDADE	71,00	71,00	ABC	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
200	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁVEL Nº 04 MM	01	UNIDADE	70,00	70,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
201	PUNCH P/ BIÓPSIA DE PELE ESTERILIZÁVEL Nº 05 MM	01	UNIDADE	70,00	70,00	ABC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
202	RECIPIENTE PARA MATERIAIS PÉRFURO CORTANTES E BIOLÓGICOS, CAPACIDADE. 13 LITROS	30	UNIDADE	3,99	119,70	EMBALAIRE	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
203	RECIPIENTE PARA MATERIAIS PÉRFURO CORTANTES E BIOLÓGICOS, CAPACIDADE. 20 LITROS	100	UNIDADE	5,90	590,00	EMBALAIRE	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
204	SABONETE LIQUIDO, TIPO REFIL 1.000ML	20	LITROS	13,98	279,60	COSMODERMA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
205	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 030/040 LITROS	500	UNIDADE	0,26	130,00	RAVA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
206	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 050/060 LITROS	100	UNIDADE	0,35	35,00	ARAKEN	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
207	SACO DE LIXO BRANCO HOSPITALAR 090/100 LITROS	100	UNIDADE	0,50	50,00	NEKPLAST	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
208	SELADORA PARA EMBALAGENS UTILIZADAS NOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO (AUTOCLAVE). VOLTAGEM 220 V. ESPESSURA DE SELAGEM 12 MM. DIMENSÕES APROXIMADAS 9,5 CM ALTURA X 8,2 CM LARGURA X 37 CM COMPRIMENTO. CAPACIDADE PARA BOBINAS DE GRAU CIRURGICO DE ATÉ 25 CM.	02	UNIDADE	229,00	458,00	ECEL	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
209	SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA COM AGULHA ACOPLADA 1 ML	5.000	UNIDADE	0,29	1.450,00	SR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
210	SERINGA DESCARTÁVEL 3 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	1.000	UNIDADE	0,12	120,00	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
211	SERINGA DESCARTÁVEL 05 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	3.000	UNIDADE	0,14	420,00	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.

212	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	5.000	UNIDADE	0,22	1.100,00	SR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
213	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ml – BICO C/ ADAPTAÇÃO SIMPLES E SEGURA (NÃO LUER LOK)	3.000	UNIDADE	0,44	1.320,00	SR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
214	SERINGA PARA LAVAGEM DE OUVIDO EM AÇO INOX 100 ML, ACOMPANHA 2 OPÇÕES DE BICO	01	UNIDADE	399,50	399,50	STYLLE	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
215	SOLUÇÃO OLEOSA (ÓLEOS VEGETAIS POLI-INSATURADOS), À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS. FRASCO 100 ML.	400	FRASCO	5,96	2.384,00	MOPH	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
216	SOLUÇÃO DE RINGER + LACTATO (LACTATO DE SÓDIO 3MG/ML + CLORETO DE SÓDIO 6 MG/ML+ CLORETO DE POTÁSSIO 0,3MG/ML + CLORETO DE CÁLCIO 0,2MG/ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL LÍMPIDA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. EMBALAGEM DE 500 ML.	50	FRASCO	6,78	339,00	SEGMENTA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
217	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº18.	100	UNIDADE	2,20	220,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
218	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 22.	100	UNIDADE	2,29	229,00	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
219	SONDA DE FOLEY Nº 18, FEITA EM LATEX DE BORRACHA 10% NATURAL, COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTICO, BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30 CC. COM 2 VIAS, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO BLISTER ATOXICO, ESTERELIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	100	UNIDADE	6,28	628,00	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
220	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 8	20	UNIDADE	0,95	19,00	BIOSANI	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
221	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº10	20	UNIDADE	0,90	18,00	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
222	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº12	20	UNIDADE	0,94	18,80	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
223	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº16	20	UNIDADE	0,92	18,40	BIOSANI	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
224	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 100 ML SISTEMA FECHADO	500	UNIDADE	3,20	1.600,00	BASA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
225	SORO FISIOLÓGICO 0,9% – FRASCO C/ 250 ML SISTEMA FECHADO	3.000	UNIDADE	4,18	12.540,00	SANOBIOL	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
226	SORO FISIOLÓGICO 0,9% – FRASCO C/ 500 ML SISTEMA FECHADO	3.000	UNIDADE	5,25	15.750,00	BASA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
227	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 250 ML SISTEMA ABERTO	2.000	UNIDADE	2,80	5.600,00	FARMAX-AMARA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
228	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - FRASCO C/ 500 ML SISTEMA ABERTO	2.000	UNIDADE	3,70	7.400,00	FARMAX	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
229	SORO GLICOSADO – FRASCO 250 ML.	450	UNIDADE	5,23	2.353,50	SANOBIOL	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
230	SORO GLICOSADO – FRASCO 500 ML.	600	UNIDADE	6,78	4.068,00	BASA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
231	SORO GLICOFISIOLÓGICO – FRASCO 500ML	1.500	UNIDADE	7,06	10.590,00	BASA	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
232	SUPORTE para SORO COM RODINHAS	10	UNIDADE	130,00	1.300,00	OLIMEDIC	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
237	TAMPÃO OCLUSIVO (PROTETOR OCULAR ADULTO), PRODUZIDO COM FITA MICROPORE CAIXA C/ 20 UNIDADES	10	CAIXA	18,48	184,80	CRAL	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
238	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL DE PRECISÃO	50	UNIDADE	14,60	730,00	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
239	TERMÔMETRO DE MÁX./ MÍN.	05	UNIDADE	50,00	250,00	CAPELA	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
240	TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁX./MÍN.	15	UNIDADE	54,00	810,00	J.PROLAB	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.

241	TERMÔMETRO CLÍNICO / VIDRO/MERCURIO	100	UNIDADE	6,50	650,00	PREMIUM	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
242	TERMO- HIGRÔMETRO DIGITAL	05	UNIDADE	65,00	325,00	J.PROLAB	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
243	TESOURA ESMARCH 20 CM PARA GESSO	05	UNIDADE	69,27	346,35	MD	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
244	TESOURA PONTA FINA E RETA CIRURGICA ROMBA 17 CM	05	UNIDADE	31,90	159,50	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
245	TESOURA PONTA RETA 15 CM	10	UNIDADE	18,40	184,00	RICHARDS	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
246	TESOURA PONTA RETA 12CM	10	UNIDADE	18,02	180,20	ABC	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
247	TORNIQUETE ADULTO PARA GARROTEAMENTO. GARROTE EM TECIDO ELÁSTICO, RESISTENTE, PROCESSO DE AUTO TRAVA, COM BOTÃO DE REGULAGEM DE TENSÃO, SIMPLES MANIPULAÇÃO, HIGIÊNICO E LAVÁVEL.	06	UNIDADE	8,90	53,40	GLICOMED-ACCU	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
248	TORNIQUETE INFANTIL PARA GARROTEAMENTO. GARROTE EM TECIDO ELÁSTICO, RESISTENTE, PROCESSO DE AUTO TRAVA, COM BOTÃO DE REGULAGEM DE TENSÃO, SIMPLES MANIPULAÇÃO, HIGIÊNICO E LAVÁVEL.	03	UNIDADE	6,99	20,97	GTECH	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
249	TUBO CIRÚRGICO PARA GARROTEAR.	02	PACOTE	18,40	36,80	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
250	TUBO DE LÁTEX.	01	PACOTE	20,00	20,00	TAYLOR	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
251	TUBO PARA COLETA DE SANGUE – CAPACIDADE APROXIMADA 10 ML SEM ANTICOAGULANTE.	05	CAIXA	65,00	325,00	VACU PLAST	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
252	TUBO PARA COLETA DE SANGUE – CAPACIDADE APROXIMADA 05 ML SEM ANTICOAGULANTE.	05	CAIXA	64,00	320,00	VACU PLAST	PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP.
253	TUBO OROTRAQUEAL INFANTIL Nº 2,5	20	UNIDADE	11,90	238,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
254	TUBO OROTRAQUEAL INFANTIL Nº 3,0	20	UNIDADE	4,54	90,80	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
255	TUBO OROTRAQUEAL INFANTIL Nº 3,5	20	UNIDADE	4,55	91,00	VITALGOLD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
256	TUBO OROTRAQUEAL INFANTIL Nº 4,0	20	UNIDADE	4,54	90,80	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
257	TUBO OROTRAQUEAL INFANTIL Nº 4,5	20	UNIDADE	4,54	90,80	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
258	TUBO OROTRAQUEAL INFANTIL Nº 5,0	20	UNIDADE	4,50	90,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
259	TUBO OROTRAQUEAL INFANTIL Nº 5,5	20	UNIDADE	4,55	91,00	VITALGOLD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
260	TUBO OROTRAQUEAL INFANTIL Nº 6,0	20	UNIDADE	4,55	91,00	VITALGOLD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
261	TUBO OROTRAQUEAL Nº 6,5 C/ BALÃO	50	UNIDADE	4,50	225,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
262	TUBO OROTRAQUEAL Nº 7,0 C/ BALÃO	50	UNIDADE	4,49	224,50	VITALGOLD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
263	TUBO OROTRAQUEAL Nº 7,5 C/ BALÃO	50	UNIDADE	4,54	227,00	LAMEDID-SOLIDOR	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
264	TUBO OROTRAQUEAL Nº 8,0 C/ BALÃO	50	UNIDADE	4,50	225,00	SOLIDOR	METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
265	TUBO OROTRAQUEAL Nº 8,5 C/ BALÃO	50	UNIDADE	4,55	227,50	VITALGOLD	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

266	PÁS PARA DESFIBRILADOR ISIS ADULTO (CONJUNTO DE 2 ELETRODOS MULTIFUNÇÕES PRÉ-CONECTADOS)	30	UNIDADE	599,00	17.970,00	INSTRAMED	ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA.
267	CURATIVO EXTRA COM TECNOLOGIA DE CAMADA DUPLA HIDROFIBER, UNIDOS POR PONTOS COM FIO DE CELULOSE REGENRADA TENCEL, COMPOSTO POR 100 % CARBOXIMETILCELULOSE E COM, 1 A 2% DE PRATA IÔNICA. CURATIVO RESISTENTE A TRAÇÃO, FORMA UM GEL COESO QUE PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS NECRÓTICOS E FAVORECE A CICATRIZAÇÃO. TAMANHO 10 X 10 CM.	200	UNIDADE	56,00	11.200,00	AQUACEL AG EXTRA	FUFA SC COMÉRCIO E REPR. LTDA.

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas

nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Saúde
 05.01.10.301.0006.2.016 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.08 – PAB FIXO
 05.01.10.301.0006.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.13 – PMAQ
 05.01.10.301.0006.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.064.43 – NASF
 05.01.10.301.0006.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.064.72 – Cofin. da Atenção Básica do Estado

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 10 de novembro de 2016.
 JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
 PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

QUALYMEDIC COM. E ASSIST. TÉCNICA LTDA EPP
 EMPRESA VENCEDORA

OLIMED MAT. HOSP. LTDA
 EMPRESA VENCEDORA

ALTERMED MAT. MÉD. HOSP. LTDA
 EMPRESA VENCEDORA

FUFA SC COM. E REPR. LTDA
 EMPRESA VENCEDORA

PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MÉD. E ODONT. EIRELI EPP
 EMPRESA VENCEDORA

METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA
 EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
 CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016 - FMS**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016.

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventuais aquisições parceladas de materiais e equipamentos para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 019/2016.

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

CNPJ: 20.081.724/0001-14

RUA ADERBAL DE OLIVEIRA, Nº 136, CENTRO, CEP: 89.170-000, LAURENTINO/SC

SANDRO VILMAR PIRES ME

CNPJ: 09.253.952/0001-91

RUA JOÃO TEOFILO DEUCHER, Nº 29, CENTRO, CEP: 88.680-000, BOM RETIRO/SC

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

CNPJ: 09.053.748/0001-27

RUA MARCOS HOSANG, Nº 18, SEMINÁRIO, CEP: 89.190-000, TAIÓ/SC

GILMAR SANI ME

CNPJ: 14.588.459/0001-62

RUA ANITÁPOLIS, Nº 135, CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais e equipamentos para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 19/2016, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte para todos os efeitos desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ITEM	QNT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNT. R\$	VALOR TOTAL R\$	MARCA	EMPRESA VENCEDORA
01	01	Mobiliário Com 25 Peças Idade: A partir de 4 anos Material: M.D.F. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível. Descrição do Produto: O conjunto de mobiliários irá enriquecer a brincadeira, tornando-a mais criativa e interativa. Descritivo detalhado: Mobiliário com 25 peças em M.D.F. composto por: 1 estante (7,5 x 3,5 x 12,5 cm), 2 sofás (12 x 6 x 6 cm e 8 x 6 x 6 cm), 1 mesinha de centro (4,5 x 3 cm), 1 gangorra (16 x 3 x 3 cm), 1 balanço (12 x 2,5 x 16 cm), 1 guarda-roupa (8 x 3,5 x 10 cm), 1 berço (8 x 5,5 x 6 cm), 1 pia (11 x 4 x 4 cm), 1 fogão (7,5 x 4 x 4 cm), 1 geladeira (4 x 4 x 11 cm), 1 mesa (11,5 x 6,5 cm), 4 cadeiras (4 x 4,5 x 9 cm), 1 cômoda (6 x 2 x 8 cm), 1 armário (4 x 4 x 7 cm), 1 penteadeira (8 x 3,5 x 8 cm), 2 camas (12 x 10 x 7 cm e 11 x 7 x 7 cm), 2 vasos de flor, 1 banheira (9 x 6 x 3 cm), 1 pia de banheiro com vaso sanitário (9 x 7 x 12 cm). Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.	267,00	267,00	CARLU 1229	GILMAR SANI ME.

2

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02	03	Mesa com 4 Cadeiras DESCRIÇÃO RÁPIDA: Tampo da mesa quadrada em M.D.F., ao redor do tampo, fita de borda e pés da mesa coloridos. Bases de sustentação da mesa branca, acompanha 4 cadeiras coloridas medindo 60 x 30 x 25 cm. Medidas da mesa 60 x 60 x 55 cm	516,00	1.548,00	CARLU 5017	GILMAR SANI ME.
03	01	Alfabeto Prancha Descrição do Produto: Manipular as letras, reconhecendo seus sons e montando palavras, é a forma mais divertida de desenvolver a linguagem escrita. Descritivo detalhado: Confeccionado em E.V.A. colorido, composto por 1 base de 22,5 x 30 cm vazada, contendo 26 letras que se encaixam na base medindo aproximadamente 4,5 cm de altura. Embalagem: Saco plástico com solapa colorida em papel couchê.	8,30	8,30	CARLU 102	GILMAR SANI ME.
04	01	Hipo Baú Laranja Detalhes: Indicação de idade: 1 ano Medidas: 73 x 48 x 57 cm	302,93	302,93	XALINGO	GILMAR SANI ME.
05	01	Prateleira com Telhado Idade: Todas as idades. Material: M.D.F. Embalagem: Caixa de papelão. Descrição do Produto: O quarto do seu pequeno ficará mais alegre e organizado com os mobiliários da Carlu, proporcionando segurança e criatividade para suas brincadeiras. Descritivo detalhado: Prateleira imitando o formato de uma casinha. Confeccionada em M.D.F.	399,00	399,00	CARLU 5020	GILMAR SANI ME.

3

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Conjunto de prateleira colorida com telhado azul; 02 laterais vermelhas com a face interna branca; 04 prateleiras com a face superior amarela e face inferior branca, todas pintadas com tinta ultravioleta atóxica, medindo 93,5 x 30 x 161 cm. Embalagem: Caixa de papelão.				
06	01	Separador de Livros Lápis DESCRIÇÃO RÁPIDA Separador de livros com 4 bases em forma de lápis, que desliza e forma as repartições. Medidas variando entre 22 x 16 x 57 cm (aberto) a 22 x 16 x 31 cm (fechado).	68,00	68,00	CARLU 5007	GILMAR SANI ME.
07	01	Cantinho de Leitura DESCRIÇÃO RÁPIDA Possui 4 suportes para guardar livros. Acompanha: 2 penduradores metálicos fixados na parte superior do móvel, mais 4 parafusos para pendurá-lo na parede e 8 parafusos acondicionados em saco plástico. Medida total do "Cantinho" - 55 x 110 x 7 cm.	169,56	169,56	CARLU	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME.
08	03	Tapete Liso com Bordas DESCRIÇÃO RÁPIDA Composto por 20 bases coloridas (cores alternadas) de 31 x 31 cm, que se encaixam entre si, sendo 18 peças que formam as bordas e 4 cantoneiras. Tamanho do tapete: 1,39 x 1,67 m.	306,00	918,00	CARLU 349	GILMAR SANI ME.
09	15	Colchonete 100x60x3 cm DETALHES COLCHONETE 100 X 60 X 3 CM Descrição do produto: Colchonete de espuma, com revestimento em NAPA. Material com BRILHO e muito fácil de limpar, garantimos que não mofa e não prolifera ácaros. - Super confortável. - Produto 100% Nacional. - Costuras Reforçadas com ótimo acabamento. Medidas: 100 x 60 x 3 cm - Sem Zíper. Ideal para	50,40	756,00	REICHEL	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		descanso e atividades no solo. Disponibilidade na cor azul, se houver preferência por outras cores, entrar em contato com televendas que fizemos na cor de sua preferência.				
14	01	Painéis Psicomotores DESCRIÇÃO RÁPIDA O conjunto é confeccionado em madeira, contendo 04 painéis de estimulação com diferentes formatos e movimentos. Acondicionado em caixa de papelão.	216,00	216,00	CARLU 1589	GILMAR SANI ME.
15	01	Alinhavos Sortidos DESCRIÇÃO RÁPIDA Contém 10 bases perfuradas de 16 x 16 cm, serigrafadas com ilustração de modelos de desenhos sortidos, mais 10 cadarços de poliéster coloridos (medindo 70 cm), que alinham as figuras da base.	93,00	93,00	CARLU 1088	GILMAR SANI ME.
16	01	Família Terapêutica Negra DESCRIÇÃO RÁPIDA Composto por 7 personagens, personalizados conforme característica: Vovô; Vovó; Papai; Mamãe; Bebê; Menina; Menino DETALHES: Produto com certificação do INMETRO. Material Madeira, Tecido e M.D.F. A partir de 4 Anos Embalagem Caixa de madeira medindo 30 x 16 x 5 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	176,00	176,00	CARLU 1162	GILMAR SANI ME.
17	01	Família Terapêutica Inclusão Social DESCRIÇÃO RÁPIDA Composto por 10 personagens, personalizados conforme característica: gordinha; magrinha; surdo; cadeirante; idosa; negra; mendigo; índio; deficiente físico; cego. DETALHES: Produto com certificação do INMETRO. Material Madeira, Tecido e M.D.F.	253,00	253,00	CARLU 1531	GILMAR SANI ME.

5

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
 LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
 FONE : 48 3268 1212
 CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		A partir de 4 Anos Embalagem Caixa de M.D.F. medindo aproximadamente 30 x 23 x 6 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.				
18	01	Fantoches Higiene Bucal DETALHES: Medindo: 35 a 39 cm de altura. Produto com certificação do INMETRO. Material: Feltro e E.V.A. A partir de 3 Anos Embalagem: Saco plástico grampeado com solapa colorida em papel couchê.	51,00	51,00	CARLU 1436	GILMAR SANI ME.
19	01	Fantoches Animais Selvagens DETALHES: Kit composto por 7 personagens em feltro costurado: Elefante, Macaco, Sapo, Girafa, Lobo, Onça e Jacaré. Material Feltro e E.V.A. A partir de 3 Anos Embalagem Plástica	155,00	155,00	CARLU 1217	GILMAR SANI ME.
20	01	Dedoches Contos e Estórias Infantis DETALHES: Kit composto por 28 personagens, que variam entre 9 e 12 cm de altura. Corpo, cabeça e detalhes dos personagens em feltro, olhos de plástico. Personagens: - Branca de neve e os sete anões; - João e Maria (pai, madrastra e bruxa); - Chapeuzinho Vermelho (vovó, caçador e lobo); - 3 porquinhos; Gata borralheira - Cinderela (gata borralheira em 2 versões: fase 1 e fase 2, madrastra, fada e príncipe); - 1 Palhaço, 1 papai e 1 mamãe OBS: As cores podem variar. Material Feltro A partir de 4 Anos Embalagem Saco Plástico	129,50	129,50	CARLU 1532	GILMAR SANI ME.
21	01	Troque e Encaixe as Cores - Peixe Idade: A partir de 3 anos Material: M.D.F. e madeira	61,00	61,00	CARLU 1601	GILMAR SANI ME.

6

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

		<p>Embalagem: Película de P.V.C. encolhível. Descrição do Produto: Com as peças de encaixe, os pequenos devem montar a figura e encaixá-la na base, estimulando coordenação motora fina e raciocínio lógico. Na separação das peças, trabalha-se a classificação, estimulando o aprendizado de cores e das habilidades visuais. Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de Peixe e 16 peças coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida: 18 x 14 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.</p>				
22	01	<p>Troque e Encaixe as Cores - Palhaço</p> <p>Idade: A partir de 3 anos Material: M.D.F. e madeira Embalagem: Película de P.V.C. encolhível</p> <p>Descrição do Produto: Com as peças de encaixe, os pequenos devem montar a figura e encaixá-la na base, estimulando coordenação motora fina e raciocínio lógico. Na separação das peças, trabalha-se a classificação, estimulando o aprendizado de cores e das habilidades visuais. Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de Palhaço e 12 peças</p>	61,00	61,00	CARLU 1600	GILMAR SANI ME.

7

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida: 13 x 18,5 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.				
23	01	<p>Troque e Encaixe as Cores - Casa</p> <p>Idade: A partir de 3 anos</p> <p>Material: M.D.F. e madeira</p> <p>Embalagem: Película de P.V.C. encolhível</p> <p>Descrição do Produto: Com as peças de encaixe, os pequenos devem montar a figura e encaixá-la na base, estimulando coordenação motora fina e raciocínio lógico. Na separação das peças, trabalha-se a classificação, estimulando o aprendizado de cores e das habilidades visuais.</p> <p>Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de casa e 20 peças coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida: 18 x 16,5 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.</p>	87,00	87,00	CARLU 1603	GILMAR SANI ME.
24	01	<p>Troque e Encaixe as Cores - Avião</p> <p>Idade: A partir de 3 anos</p> <p>Material: M.D.F. e madeira</p> <p>Embalagem: Película de P.V.C.</p>	61,00	61,00	CARLU 1602	GILMAR SANI ME.

8

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>encolhível</p> <p>Descrição do Produto:</p> <p>Com as peças de encaixe, os pequenos devem montar a figura e encaixá-la na base, estimulando coordenação motora fina e raciocínio lógico. Na separação das peças, trabalha-se a classificação, estimulando o aprendizado de cores e das habilidades visuais.</p> <p>Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de Avião e 16 peças coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida: 18,5 x 14,5 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.</p>				
25	01	<p>Super Vinte</p> <p>Idade: A partir de 4 anos Material: M.D.F e E.V.A. Embalagem: Papelão.</p> <p>Descrição do Produto:</p> <p>Traz 20 diferentes atividades que podem ser desenvolvidas dentro ou fora de casa ou sala de aula. Chame a sua turma e divirta-se.</p> <p>Descritivo detalhado: Kit composto por 20 jogos: Tangram tradicional, tangram ovo, tangram coração, tangram círculo, dominó tradicional, torre de Hanói, jogo do mico, pega varetas, ludo, trilha, resta um, xadrez, damas, raquetes, jogo da velha, jogo da forca, dama chinesa, pula corda, memória e dominó. Acondicionados em uma maleta de M.D.F. com tampa pintada e serigrafada em policromia ultravioleta atóxica com alças de sisal nas laterais e 1 tranca cadeado medindo 40 x 33 x 9,5</p>	347,00	347,00	CARLU 1020	GILMAR SANI ME.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

26	01	<p>cm. Embalagem: Papelão.</p> <p>Sequência Lógica Tempo</p> <p>Idade: A partir de 5 anos</p> <p>Material: M.D.F.</p> <p>Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C encolhível. Descrição do Produto: As atividades de sequência-lógica contribuem no desenvolvimento cognitivo das crianças, induzindo a organização do pensamento e das ideias. Descritivo detalhado: Confeccionada em M.D.F. composta por 16 peças de 7 x 7 cm representando as sequências e os momentos de cada um em figuras, pintadas e serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica em uma das faces. Embalagem: Caixa de madeira medindo 17 x 9,5 x 4,5 cm, com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C encolhível.</p>	26,00	26,00	CARLU 1111	GILMAR SANI ME.
27	01	<p>Sequência Lógica Derivados</p> <p>Idade: A partir de 5 anos</p> <p>Material: M.D.F.</p> <p>Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C encolhível. Descrição do Produto: As atividades de sequência-lógica contribuem no desenvolvimento cognitivo das crianças, induzindo a organização do pensamento e das ideias. Descritivo detalhado: Confeccionada em M.D.F. composta por 16 peças de 7 x 7 cm representando os momentos de cada um em figuras, pintadas e serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica em uma das faces. Embalagem: Caixa de madeira medindo 17 x 9,5 x 4,5 cm, com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C encolhível.</p>	26,00	26,00	CARLU 1115	GILMAR SANI ME.

10

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Caixa de madeira medindo 17 x 9,5 x 4,5 cm, com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C encolhível.				
28	01	Sequência Lógica Vida Idade: A partir de 5 anos Material: M.D.F. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C encolhível. Descrição do Produto: As atividades de sequência-lógica contribuem no desenvolvimento cognitivo das crianças, induzindo a organização do pensamento e das ideias. Descritivo detalhado: Confeccionado por 16 peças de 7 x 7 cm representando os momentos de cada um em figuras, com tinta ultravioleta atóxica em um Caixa de madeira medindo 17 x 9,5 serigrafada. Lacrada com película de	26,00	26,00	CARLU 1114	GILMAR SANI ME.
29	01	Sequência Lógica Atividades Idade: A partir de 5 anos Material: M.D.F. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C encolhível. Descrição do Produto: As atividades de sequência-lógica contribuem no desenvolvimento cognitivo das crianças, induzindo a organização do pensamento e das ideias. Descritivo detalhado: Confeccionado por 16 peças de 7 x 7 cm representando os momentos de cada um em figuras, com tinta ultravioleta atóxica em um Caixa de madeira medindo 17 x 9,5 serigrafada. Lacrada com película de	26,00	26,00	CARLU 1113	GILMAR SANI ME.
30	01	Vira os Personagens Idade: A partir de 5 anos Material: M.D.F. Embalagem: Caixa de	68,00	68,00	CARLU 1414	GILMAR SANI ME.

11

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>madeira, lacrada com película de P.V.C. encolhível</p> <p>Descrição do Produto: Esse quebra-cabeça diferente possibilita a montagem de diversos personagens. Um jogo divertido que pode virar competição quando as crianças tentarem adivinhar à quem pertence cada peça do vestuário dos personagens. Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. 01 suporte mais 15 peças pintadas e serigrafadas em ambas as faces com tinta ultravioleta atóxica, com a ilustração do personagem a ser montado. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 22 x 22 x 4 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.</p>				
31	01	<p>Quebra-Cabeça Evolutivo - Kit com 6 jogos - Caixa Papel</p> <p>Idade: A partir de 4 anos Material: Madeira e M.D.F. Embalagem: Caixa de papel microondulado ilustrado. Lacrada com película de P.V.C. encolhível. Descrição do Produto: Esse tradicional jogo ficou ainda mais dinâmico, com 4 camadas de montagem e diferentes graus de dificuldade. Ele estimula a atenção, análise de problema, raciocínio lógico e também ajuda a desenvolver habilidades espaciais nas crianças. Descritivo Detalhado: Kit confeccionado em madeira e</p>	159,90	159,90	19,22	GILMAR SANI ME.

12

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
 LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
 FONE : 48 3268 1212
 CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		M.D.F. Composto por 6 kits com base em baixo relevo medindo: 22,5 x 22,5 x 1,5 cm, com 24 jogos de quebra-cabeça, totalizando 122 peças, cada jogo com 04 estágios de evolução, ex: Semente-broto-botão-flor. Jogos pintados e serigrafados com tinta ultravioleta atóxica colorida ilustrando os estágio de evolução de uma Flor, Boi, Galo, Sapo, Milho e Borboleta. Os Jogos variam entre 01 até 07 peças. Embalagem: Caixa de papel microondulado ilustrado medindo: 23 x 23 x 11 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.				
32	01	<p>Quebra-Cabeça Elementos da Natureza - Kit com 8 jogos</p> <p>Idade: A partir de 5 anos Material: M.D.F. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.</p> <p>Descrição do Produto: Esse quebra-cabeça mostra para as crianças quais os elementos da natureza: terra, ar, água e fogo, abordando também os desastres ambientais.</p> <p>Descritivo Detalhado: Confeccionado em M.D.F. composto por 8 quebra-cabeças, com 42 peças cada. Peças pintadas e serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica, os seguintes elementos da natureza: terra, ar, água e fogo. A cada elemento, 2 quebra cabeças: 1 com uso correto e 1 com o uso incorreto (exemplo: 1 água potável e 1 água poluída). Medidas do quebra-cabeça montado: 30 x 23 cm. 8 Bases de M.D.F. com fundo em baixo relevo</p>	298,40	298,40	CARLU 1494	GILMAR SANI ME.

13

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		(para montar o quebra-cabeça), Cada base mede: 33,5 x 26,5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.				
33	01	<p>Sequência de Unidades</p> <p>Idade: A partir de 4 anos Material: Madeira e M.D.F. Embalagem: Película de P.V.C. Encolhível.</p> <p>Descrição do Produto: Possibilita o reconhecimento de numerais e suas quantidades, proporcionando atividades de seriação, classificação e cálculos.</p> <p>Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. e madeira. 9 varetas de madeira medindo de 1 a 6,5 cm, com 45 argolinhas coloridas de M.D.F. Base serigrafada com tinta atóxica os numerais de 1 a 9. Medida total: 37 x 7 x 7,5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. Encolhível.</p>	54,00	54,00	CARLU 1250	GILMAR SANI ME.
34	01	<p>Futebol de Botão</p> <p>Idade: A partir de 5 anos Material: M.D.F. Embalagem: Papelão.</p> <p>Descrição do Produto: Um tradicional jogo que diverte a família toda. Auxilia no desenvolvimento das habilidades motoras finas. Descritivo detalhada: Confeccionado em M.D.F. imitando um campo de</p>	74,00	74,00	CARLU 1203	GILMAR SANI ME.

14

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		futebol pintado com tinta verde e linhas brancas serigrafadas com tinta atóxica delimitando as áreas do campo. Acompanha 2 pinos de plástico resistente. Medida total do campo 92 x 63 x 3 cm. Embalagem: Papelão.				
35	01	<p>Jogo Pega Varetas Gigante</p> <p>Idade: A partir de 4 anos Material: Madeira e M.D.F. Embalagem: Caixa de M.D.F. com tampa serigrafada e fecho metálico, lacrada com película de P.V.C. encolhível. Descrição do Produto: O jogo de varetas ficou ainda mais divertido. Estimula a coordenação motora fina e concentração. Descritivo detalhado: Jogo composto por 31 varetas coloridas de madeira, medindo aproximadamente 55 cm sendo 5 varetas azul, 10 vermelhas, 10 amarelas, 5 verdes e 1 na cor preta, pintadas com tinta atóxica. Embalagem: Caixa de M.D.F. com tampa serigrafada e fecho metálico, medindo 60 x 11 x 6 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.</p>	151,30	151,30	CARLU 1197	GILMAR SANI ME.
36	01	<p>Jogo de Ludo</p> <p>Idade: A partir de 5 anos Material: M.D.F. Embalagem: Sacola de P.V.C. transparente com alça e zíper</p> <p>Descrição do Produto: Raciocínio</p>	69,00	69,00	CARLU 1604	GILMAR SANI ME.

15

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		lógico e estratégico serão exigidos nesse tradicional jogo de tabuleiro. Reúna a família toda e comece a aventura. Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. Composto por 4 peças que formam um tabuleiro de 44 x 44 cm, mais 16 peças de posicionamento de plástico coloridas (4 vermelhas, 4 verdes, 4 amarelas e 4 azuis) mais 1 dado de plástico. Embalagem: Sacola de P.V.C. transparente com alça e zíper.				
37	01	Jogo de Argolas Liso Idade: A partir de 4 anos Material: Madeira e M.D.F. Embalagem: Envolto com película de P.V.C. encolhível. Descrição do Produto: Chame seus amigos e faça incríveis competições, desenvolvendo suas habilidades motoras. Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. e madeira. 5 pinos de madeira coloridos pintados com tinta atóxica, medindo 10 x 2 cm. 5 argolas de plástico resistente e coloridas. Base + pinos mede: 58 x 7 x 11 cm. Embalagem: Envolto com película de P.V.C. encolhível.	36,00	36,00	CARLU 109410	GILMAR SANI ME.
38	01	Jogo de Argolas Graduado Idade: A partir de 4 anos	183,10	183,10	CARLU 1573	GILMAR SANI ME.

16

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>Material: M.D.F.</p> <p>Embalagem: Caixa de M.D.F., lacrada com película de P.V.C. encolhível. Descrição do Produto: Organização espacial e temporal, coordenação motora e controle da força são umas das habilidades que serão exigidas nesse divertido lazer. Pode ser jogado individualmente ou em competições. Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. 14 peças serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica. 3 Andares. 1º andar - 33 x 7 cm, com 2 pinos e pontuação 15; 2º andar - 43 x 7 cm, com 3 pinos - 2 com a pontuação 50 e 1 com a pontuação 30; 3º andar - 62,5 x 7 cm, com 4 pinos - 2 com a pontuação 70 e 2 com a pontuação 100. Acompanha 15 argolas coloridas de plástico resistente, sendo 9 argolas de 10 cm de diâmetro e 6 argolas de 8 cm de diâmetro. Medida da base graduada montada: 63 x 36 x 39 cm. Embalagem: Caixa de M.D.F. medindo 43 x 33 x 7,5 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.</p>				
39	01	<p>Léxico Arena</p> <p>Idade: A partir de 7 anos</p> <p>Material: M.D.F.</p> <p>Embalagem: Caixa de papel microondulado ilustrado, lacrada com película de P.V.C. encolhível. Descrição do Produto: Esse jogo soma diversão e aprendizado, enriquecendo o vocabulário, estimulando raciocínio, concentração e memória de curto e longo prazo. Indicado para o aprendizado da língua portuguesa. Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. 513 peças, sendo: 01 tabuleiro que montado mede 50 x 50 cm, 400 letrinhas medindo 2 x</p>	129,20	129,20	CARLU 1896	GILMAR SANI ME.

17

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		2 cm, 4 placares (7 peças cada um) montado mede 16 x 4 x 6 cm. 60 números medindo 2 x 2,5 cm. 20 cubos coloridos medindo 1,5 x 1,5 cm, acompanha um saco de T.N.T. colorido medindo aproximadamente 27,5 x 30 cm, serigrafados com tinta ultravioleta atóxica. Tabuleiro + placares mede: 50 x 50 x 7,5 cm. Embalagem: Caixa de papel microondulado ilustrada, medindo 32 x 34 x 7,5 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.				
40	01	<p>Super-Pistas</p> <p>Idade: A partir de 5 anos Material: M.D.F. Embalagem: Caixa de papel cartão ilustrado, lacrada com película de P.V.C. encolhível</p> <p>Descrição do Produto: Com esse jogo, você irá acelerar sua imaginação, pois poderá montar sua própria pista de corrida. Ele estimula a criatividade, a imaginação e a concentração.</p> <p>Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. 184 peças - composto por 100 peças que formam as pistas cortadas a laser que se encaixam entre si (encaixe quebra-cabeça), de vários formatos, 76 peças de sinalização, 06 retângulos ilustrando o modelo do carrinho e 02 dados. Embalagem: Caixa de papel cartão ilustrado medindo 35 x 25 x 6 cm. Lacrada com película</p>	220,00	220,00	CARLU 1519	GILMAR SANI ME.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

41	01	de P.V.C. encolhível. Acerte o Lance Idade: A partir de 4 anos Material: M.D.F. e madeira Embalagem: Caixa de papel cartonado ilustrada, lacrada com película de P.V.C. encolhível Descrição do Produto: Sozinho ou acompanhado, você poderá se divertir com esse brinquedo que tem como objetivo acertar a bolinha na cesta de basquete. Desenvolve concentração e controle motor. Descritivo detalhado: Tabela de basquete com base e aro, confeccionada em M.D.F. pintada e serigrafada com tinta ultravioleta atóxica. Bolinha de madeira presa na base com cordinha de nylon. Medida da tabela montada (tabela+base): 25 x 8 x 19,5 cm. Embalagem: Caixa de papel cartonado ilustrada, medindo 8,5 x 6 x 26 cm . Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	56,80	56,80	CARLU 1808	GILMAR SANI ME.
42	01	Acerte o Alvo Idade: A partir de 4 anos Material: M.D.F. madeira e E.V.A. Embalagem: Sacola de P.V.C. transparente com alça e zíper Descrição do Produto: Prepare-se, chame seus amigos que o	111,00	111,00	CARLU 1554	GILMAR SANI ME.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>campeonato irá começar. Acerte o alvo é uma divertida competição que estimula habilidades como coordenação motora e viso motora. Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. madeira e E.V.A. Base de apoio usinada e pintada na cor verde com tinta esmalte sintético atóxico. Base "chute" usinada e pintada com fundo branco ultravioleta atóxico e serigrafia de uma perna com bola em policromia ultravioleta atóxica. Alvo: Pintado com fundo branco ultravioleta atóxico, com 6 orifícios/alvos, cortados a laser e gravados abaixo as pontuações (100, 200, 300 e 400 pontos). Medida do alvo: 23 x 17 x 10 cm. Medida da Base "chute": 16,5 x 22,5 x 8 cm. Embalagem: Sacola de P.V.C. transparente com alça e zíper.</p>				
43	01	<p>Quebra-cabeça Casal - Kit com 10</p> <p>Idade: A partir de 4 anos Material: M.D.F. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.</p> <p>Descrição do Produto:Esse tradicional brinquedo ficou ainda mais atrativo e fácil de manusear. Esse simples entretenimento ajuda a desenvolver a concentração, o raciocínio lógico, a percepção visual, a</p>	217,90	217,90	CARLU 1013	GILMAR SANI ME.

20

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		coordenação motora e noção espacial da garotada. Descritivo Detalhado: Kit de quebra-cabeça Casal, contendo 10 jogos, sendo cada quebra-cabeça um casal de animal com corte diferenciado (Casal de gatos, casal de elefantes, casal de patos, casal de peixes, casal de ratos, casal de sapos, casal de tartarugas, casal de ursos, casal de cachorros e casal de ovelhas). Peças de M.D.F. pintadas e serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica conforme ilustrações acima citadas. 10 Bases de M.D.F. com fundo em baixo relevo (para montar o quebra-cabeça), cada base mede: 33,5 x 26,5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.				
44	01	Memória Kit Com 10 Jogos Idade: A partir de 3 anos Material: M.D.F. e madeira Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada, lacrada com película de P.V.C. encolhível Descrição do Produto: O kit memória com 10 abrange vários temas, para trabalhar com diferentes grupos em sala de aula. Estimula a memória, concentração e percepção visual. Descritivo detalhado: Kit com 10 jogos de memória sortidas.	222,30	222,30	CARLU 1124	GILMAR SANI ME.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Confeccionado em M.D.F. Cada Jogo composto por 20 pares totalizando 40 peças de 5 x 5 cm cada, serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 12,5 x 12,5 x 5 cm cada. Medida do kit embalado: 12,5 x 25 x 25 cm lacrada com película de P.V.C. encolhível.				
45	01	<p>Kit de Provas Piagetianas</p> <p>Idade: A partir de 5 anos Material: M.D.F., madeira e vidro Embalagem: Caixa de papelão</p> <p>Descrição do Produto: São instrumentos utilizados para avaliação do pensamento lógico da criança, as provas são desenvolvidas em seriação, classificação, conservação e provas do pensamento formal.</p> <p>Descritivo detalhado: Kit de provas Piagetianas, composto por 13 provas acondicionadas em maleta de M.D.F. com tampa serigrafada medindo 40 x 33 x 9,3 cm, fecho com porta-cadeado e alças de sisal. Provas: Prova 1 - Conservação de pequenos conjuntos discretos de elementos, Prova 2 - Conservação da superfície, Prova 3 - Conservação de quantidade de líquido, Prova 4 - Conservação de</p>	574,85	574,85	CARLU 125	GILMAR SANI ME.

22

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		quantidade de matéria, Prova 5 - Conservação de peso, Prova 6 - Conservação de volume, Prova 7 - Conservação do comprimento, Prova 8 - Mudança de critério (Dicotomia), Prova 9 - Inclusão de classes, Prova 10 - Interseção de classes, Prova 11 - Seriação de Palitos, Prova 12 - Combinação de fichas e Prova 13 - Predição. Embalagem: Papelão.				
46	01	<p>Conectando Formas - 150 Peças</p> <p>Idade: A partir de 5 anos Material: Plástico Embalagem: Sacola de P.V.C. transparente com alça e zíper</p> <p>Descrição do Produto: As peças plasticas de montar estimulam a criatividade, a coordenação motora fina, a concentração e o raciocínio lógico, levando as crianças a buscarem soluções de forma independente e terem o prazer de alcançar os resultados que imaginavam antes de iniciar cada montagem. Descritivo detalhado: Composto por 150 peças coloridas de plástico em 06 formatos, 21 peças em curva com 3 pinos, 23 peças em I com 3 pinos, 15 peças em L com 3 pinos, 15 peças em L com 4 pinos, 28 peças em I com 2 pinos e 48 peças com 1 pino. Embalagem: Sacola de P.V.C.</p>	38,00	38,00	CARLU 1934	GILMAR SANI ME.

23

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		transparente com alça e zíper, medindo aproximadamente: 26,5 x 8 x 20 cm.				
47	01	<p>Sítio Encantado</p> <p>Idade: A partir de 4 anos Material: M.D.F. Embalagem: Caixa de papelão ondulado Lacrada com película de P.V.C. encolhível.</p> <p>Descrição do Produto: O sítio encantado possibilita brincadeiras e interação das crianças no mundo da imaginação, além de estimular o aprendizado sobre animais e seus habitats.</p> <p>Descritivo detalhado: Confeccionado em M.D.F. composto por 50 peças com 3 bases cortadas a laser sem pintura que se encaixam entre si (chão do sítio), Base/chão mede: 75 x 50 cm. Descrição das peças: 1 estábulo composto por 6 peças usinadas (4 paredes; 2 telhados pintados com tinta atóxica). Estábulo montado mede: 25 x 49,5 x 27 cm, 1 galpão composto por 5 peças usinadas (1 suporte, 3 paredes e 1 telhado pintado com tinta atóxica). Galpão montado mede: 26 x 17,5 x 16 cm, 4 cerquinhas medindo 16 x 4 cm e 10 cerquinhas de 10 x 6 cm, pintadas com tinta branca ultravioleta atóxica. 1 lago de 18 x 14 cm cortado a laser e pintando com tinta azul ultravioleta atóxica;</p>	417,20	417,20	CARLU 1376	GILMAR SANI ME.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		1 pastagem verde de 17,5 x 14 cm, 2 árvores e 18 bichinhos usinados (2 cavalos, 2 vacas, 1 boi, 4 porcos, 2 ovelhas, 1 tartaruga, 2 peixes, 2 patos, 1 coelho e 1 cachorro) pintados com tinta atóxica. Medida Sítio montado: 75 x 50 x 27 cm. Embalagem: Caixa de papelão ondulado medindo 55,5 x 32,5 x 8,5 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.				
48	01	Bandinha Rítmica DESCRIÇÃO RÁPIDA O conjunto contm 20 instrumentos musicais. Acondicionado em sacola de PVC transparente com zíper e alça.	546,48	546,48	BM	GILMAR SANI ME.
54	01	Sacolão Monta Tudo DESCRIÇÃO RÁPIDA: O conjunto é confeccionado em plástico polipropileno, de alto brilho, contendo 1000 peças de encaixe, com formatos quadrangular, retangular, curvo e triangular. Acondicionado em sacola de PVC cristal, transparente, com bordas em vivo brilhante e alça de nylon.	198,00	198,00	ALEGRIS BRINQUEDOS	GILMAR SANI ME.
55	01	Carimbos Letras e Números DETALHES: Além das crianças as professoras também irão adorar! As crianças agora vão poder aprender brincando com os divertidos carimbos Letras e Números. Fabricados com cabo de madeira, os carimbos possuem letras e números e você ainda pode colorir com os giz de cera que vem com eles. Aproveite não deixe de adquirir o seu e criar várias formas divertidas de alfabetizar!	49,38	49,38	XALINGO	GILMAR SANI ME.
56	01	Cangorra DETALHES: Indicação de idade:	325,60	325,60	XALINGO	GILMAR SANI ME.

25

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
 LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
 FONE : 48 3268 1212
 CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		3 anos Medidas: 120 x33 x 52 cm				
57	02	Poltrona estofada com branco em madeira.	215,38	430,76	QUALYFLEX	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME.
58	01	Divã estofado, cor cinza.	1.399,97	1.399,97	QUALYFLEX	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME.
59	01	Tapete Galax 200x250cm, Natural.	860,00	860,00	SÃO CARLOS	GILMAR SANI ME.
60	03	Armário Office 2 Portas Alto. Com chave. Cor branco.	785,00	2.355,00	SANI MÓVEIS	GILMAR SANI ME.
61	03	Prateleira Colorida DESCRIÇÃO RÁPIDA: Conjunto de prateleiras fixadas com suporte em forma de lápis de cor, que se encaixam entre si com parafusos fixados no lápis, sendo a parte superior do lápis imitando o grafite e a parte inferior protegida por plástico resistente preto. Conjunto formado por 4 prateleiras, medido 102 x 60 x 25 cm.	315,00	945,00	CARLU 5016	GILMAR SANI ME.
62	01	A Caixa Mágica de Perguntas para Crianças Descrição Rápida A CAIXA MÁGICA DE PERGUNTAS PARA CRIANÇAS Autor: PAULO TADEU Editora: MATRIX	46,00	46,00	SARAIVA	GILMAR SANI ME.
64	01	Detox Mental Autora: Lippi, Flávia Editora: Matrix	52,00	52,00	SARAIVA	GILMAR SANI ME.
65	01	O que Você Faria ? - 100 Perguntas para Iniciar uma Conversa Editora: Matrix, Equipe	52,00	52,00	SARAIVA	GILMAR SANI ME.
66	01	Era Uma Vez Autor: Tadeli, Paulo Editora: Matrix	46,00	46,00	SARAIVA	GILMAR SANI ME.
67	01	A Fantástica Fábrica de	46,00	46,00	SARAIVA	GILMAR SANI

26

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
 LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
 FONE : 48 3268 1212
 CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Histórias Para Crianças - Vol. 2 Autor: Tadeu, Paulo Editora: Matrix				ME.
68	01	Gerador de Histórias Divertidas Autor: Tadeu, Paulo Editora: Matrix	52,00	52,00	SARAIVA	GILMAR SANI ME.
69	01	Puxa Conversa Família Autor: Tadeu, Paulo Editora: Matrix	52,00	52,00	SARAIVA	GILMAR SANI ME.
70	01	Puxa Conversa Casal - 100 Cartas Para Falar de Amor e Sexo Autoras: Denise Miranda de Figueiredo / Simas De Lima, Marina Editora: Matrix	52,00	52,00	SARAIVA	GILMAR SANI ME.
72	02	Geladeira Capacidade mínima de 280 litros; Cor branca; Tipo de refrigerador duplex Tipo de degelo frost free Eficiência energética classe A Refrigerador 220 litros Freezer 60 litros Refrigerador + freezer 280 litros Portas 02 Prateleiras de vidro 03 Gavetas 01 Potência 160 w. Alimentação 110 Volts Peso do produto 52,5 kg. Largura 60 cm. Altura 172,3 cm. Profundidade 70,7 cm.	1.679,00	3.358,00	CONSUL	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME.
73	02	Aparelho de DVD Cor preto; Informações da tela - Visor LCD; - Visor Alpha Numérico; - Formato de tela: 16x9 / 4x3. Reproduz - DVD-Video; - CD (CD-DA); - Video CD; - SVCD (Super VCD); - DVD-R; - DVD-RW; - DVD; - Dual Layer; - DVD+R; - DVD+RW;	160,00	320,00	LG	IMPÉRIO DO PAPEL COM. DE PAPEIS LTDA ME.

27

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
 LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
 FONE : 48 3268 1212
 CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		- DVD+R Double Layer; - DVD Camcorder 8 cm DVD; - Formatos de vídeo: MPEG-1 (Cybershot), MPEG-4 (simple profile)/Xvid; - Formatos de Áudio: MP3, WMA, AAC/LPCM/WAVE; - Formatos de foto: JPEG (padrão DCF). Funções- Função Instant Replay; - Função Instant Skip. Karaokê não Progressive Scan não Ripping Não Entrada USB sim Frontal. Entrada HDMI Não Leitura de cartões de memória Não Bloqueio dos Pais Sim Imagem Função Zoom: Sim, (JPEG: x2, x4/ Vídeo: x2, x4). Função Game não Closed caption não Alimentação Aparelho Bivolt. Consumo aproximado de energia Operação 50W/60Hz. Stand-by Menos de 0.5W. Região do DVD 04 Sistema de reprodução de discos: Laser Semi Condutor. Conexões Entradas - 01 Entrada USB Frontal. Saídas - Saída de áudio e vídeo; - Saída de Áudio Analógico L/R; - Coaxial. Peso do produto: 950 gramas. Dimensões aproximadas Produto (L x A x P): 27 x 3,8 x 20,7 cm. Itens inclusos- 01 DVD Player; - Controle remoto; - Manual de instruções; - Cabo de áudio e vídeo.				
74	02	Televisor Controle remoto Sim Full HD sim Conversor para TV digital integrado sim Características Gerais Design e estilo - Bordas ultrafinas, linhas suaves, base	2.568,00	5.136,00	AOC	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>futurista. Um design pensado tanto para valorizar as imagens, como para se integrar a qualquer ambiente da sua casa.</p> <p>Full HD 1080p - Full HD (Full High-Definition) é a resolução de altíssima definição com 1920 x 1080 pixels, que garante maior riqueza de detalhes da imagem. Para sua TV conseguir reproduzir o sinal Full HD, a fonte do sinal tem que ser digital e com resolução máxima.</p> <p>DTV - É o recurso de interatividade da TV Digital que permite acessar informações mais detalhadas dos programas, comprar conteúdo e ter acesso a serviços de utilidade pública como trânsito, clima e mercado financeiro. A interatividade depende da disponibilização de cada emissora e é um complemento da programação habitual da TV aberta.</p> <p>HDMI 2x - Com apenas um cabo HDMI*, você tem áudio e vídeo juntos, com a máxima qualidade de som e imagem para jogar e assistir a filmes conectando à sua TV aparelhos Blu-ray*, DVD Players*, PS3*, Xbox 360*, entre outros.</p> <p>LED - TV LED de alto contraste, com imagens que trazem maior profundidade, além de cores mais vivas.</p> <p>Easy Menu - Menu dinâmico de fácil compreensão e operação.</p> <p>Real Color Engine - A tecnologia que eleva a TV a um novo patamar, com cores mais vivas, vibrantes, especialmente com imagens de alta definição (1080p ou 1080i), provavelmente de fontes como Blu-ray players* e vídeo games*.</p> <p>Painel FRC 8-bits - 500 mil cores a mais que o painel TN 6-bits, totalizando mais de 16,7 milhões de cores.</p> <p>ECO Display - Economia de até 50% de energia.</p> <p>Ultra High DCR - A Alta Relação de Contraste Dinâmico (DCR) serve para você ver a uma razão de 100.000 para 1, os mais finos</p>				
--	--	---	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>detalhes e as áreas mais escuras da imagem com maior profundidade.</p> <p>Troca de Formato de Tela - Permite trocar, sempre que você precisar, o formato de tela, de full screen para 4:3 sem distorção de imagem, apertando apenas uma tecla de ajuste.</p> <p>Hg Free - Uma responsabilidade AOC de contribuir com o planeta não utilizando Mercúrio (Hg) na composição das TVs.</p> <p>Outras especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Digital Noise Reduction (redução digital de ruído na imagem) - Parental Control (controle dos pais) - Sleep Timer - EPG (Electronic Program Guide) - Guia Eletrônico de Programação - Produto ecológico (menor consumo de energia) <p>Estéreo Sim</p> <p>Função SAP Sim</p> <p>Entrada USB 1</p> <p>Entrada HDMI 2</p> <p>Tamanho da tela 43"</p> <p>Conexões</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 Vídeo composto - 2 HDMI - 1 USB - 1 Saída de áudio/vídeo (digital áudio - SPDIF) - 1 Entrada para fone de ouvido <p>Cor Preto</p> <p>Resolução Full HD - 1.920 x 1.080 linhas (2.073.600 pixels)</p> <p>Tempo de resposta 7ms</p> <p>Potência de áudio total (RMS) 5 W + 5 W</p> <p>Taxa de atualização 60 Hz</p> <p>Contraste dinâmico 200 000:1</p> <p>Conexão p/ fone de ouvido Sim</p> <p>Consumo de energia < 85W</p> <p>Brilho 300 cd/m²</p> <p>Dimensões s/ base (LxAxP) mm 968,2 x 559,4 x 77,2</p>				
76	03	<p>Ar condicionado</p> <p>Tipo de ar condicionado: Split</p> <p>Capacidade: 9.000 BTU</p> <p>Ciclo Frio</p> <p>Eficiência energética: classe A</p> <p>Modos de operação: Refrigera, Aquece, Climatiza, Ventila,</p>	1.467,00	4.401,00	ELGIN	IMPÉRIO DO PAPEL COM. DE PAPÉIS LTDA ME.

30

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		Automático, Desumidifica, Velocidades: Sim, Automático. Controle Remoto: Sim Recursos: Filtro: sim Timer: sim Ajustes automáticos: Sim, reinício automático. Compressor: Rotativo. Direcionadores de ar: Multidirecional Funcionamento: Alimentação / 220 Volts Nível de ruído - Unidade Interna (alto/baixo): 35 / 27 dBA; - Unidade Externa: 50 dBA.				
77	02	Computador portátil Tipo de produto (notebook) Sistema operacional Windows 10 Home Edição 64-bit Processador / Chipset CPU Intel Core i3 5ª Geração 5005U / 2 GHz Número de Núcleos Dual-Core Cache 3 MB Computação de 64 bits Sim Memória RAM 4 GB (1 x 4 GB) Tecnologia DDR3L SDRAM Fator de forma SO DIMM 204-pinos Armazenamento principal 500 GB HDD / 5400 rpm Interface SATA Drive Óptica DVD±RW (±R DL) / DVD-RAM Visor Tipo 14" Tecnologia de Luz Posterior de LCD Luz posterior de LED Resolução 1366 x 768 (HD) Tela Panorâmica Sim Recursos HD BrightView Áudio & Vídeo Processador Gráfico Intel HD Graphics 5500 Som Alto-falantes estéreo Padrões de Conformidade Áudio de Alta Definição Entrada Tipo Teclado, touchpad Características Touchpad multi-	2.194,00	4.388,00	MGB	SANDRO VILMAR PIRES ME.

31

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
 LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
 FONE : 48 3268 1212
 CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		toque Comunicações Sem Fios 802.11n, Bluetooth 4.0 Interface de Rede10/100 Ethernet Bateria Tecnologia4 células ion- lítio Capacidade 41 Wh Adaptador AC Saída45 Watt Conexões & Expansão Interfaces HDMI Conector combo de auricular/microfone 2 x USB 2.0 USB 3.0 LAN VGA Leitor de Cartão de Memória Sim (Cartão SD) Dimensões (LxPxA) 34.54 cm x 24.15 cm x 2.39 cm Peso 1.91 kg Cor Prata.				
--	--	--	--	--	--	--

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

32

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde

33

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

34

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

35

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br – www.leobertoal.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”.

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

36

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.1.057.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0033 – Vigilância em Saúde – Comp. Vig. Epid. e Amb. em Saúde

05.01.10.301.0006.2.053.3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.72 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.053.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.72 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.053.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.72 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.053.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.72 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 16 de dezembro de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

37

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br – www.leobertoal.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ALINE KRAUS
MEMBRO

MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO

IMPÉRIO DO PAPEL COM. DE PAPÉIS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

GILMAR SANI ME
EMPRESA VENCEDORA

BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

SANDRO VILMAR PIRES ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONE : 48 3268 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br

38

CONTRATO Nº 008/2016 - FMS

CONTRATO Nº 008/2016 - FMS

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2015 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhora Irene Maria da Cunha Otto, doravante denominado CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ – HOSPITAL BOM JESUS, sediada na Praça Irmã Paulina, nº 470, Centro, Município de Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.185.220/0006-67, representada neste ato pela Presidente Irmã Maria de Fátima Schwamberger, a seguir denominada CONTRATADA:

Considerando que, a Secretária Municipal da Saúde na data de 19 de dezembro de 2016, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 007/2015, através da CI nº 121/2016, em virtude da Prestação de Serviços para a utilização dos espaços físicos, dos serviços hospitalares, dos serviços médicos, dos serviços de enfermagem e exames de análises clínicas para o atendimento aos pacientes de Leoberto Leal quando encaminhados em atendimento de urgência e emergência que não poderem ser realizados pela estrutura existente no Município;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 19 de dezembro de 2016, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 007/2015, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 003/2015, homologado em 06/02/2015, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2015 – Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 007/2015, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

II- "Fica o Contrato nº 007/2015 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2017, a partir de 01 de janeiro de 2017, através do aditivo de Contrato nº 008/2016, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 007/2015, permanece no valor total estimado de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 007/2015.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2016.

IRENE MARIA DA CUNHA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	IRMÃ MARIA DE FÁTIMA SCHWAMBERGER Presidente Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 035/2016 - PMLL
CONTRATO Nº 035/2016 - PMLL

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2013 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e JACKSON MARCONDES CALBUSCH, pessoa física, sito a Rua Felix Zimmermann, nº 397, Bairro Centro, Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 018.035.559-71, neste ato representado pelo Senhor JACKSON MARCONDES CALBUSCH, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO:

Considerando que, a Secretária Municipal da Administração, Contabilidade e Finanças, na data de 19 de dezembro de 2016, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 004/2013, através da CI nº 053/2016, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 494/2013, em virtude de o Município não possuir em seus quadros de servidores efetivos um engenheiro civil para responder tecnicamente sobre as obras municipais;

Considerando que, o Município possui no momento vários convênios os quais estão sendo acompanhados tecnicamente pelo engenheiro, a exemplo da finalização do convênio do ginásio, continuação da Rua Mainolvo Lehmkuhl e convênio de manutenção de estradas;

Considerando que, é o setor de engenharia o responsável pela avaliação dos projetos de construção civil para aprovação de alvará e habite-se;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 19 de dezembro de 2016, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 494/2013, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 004/2013, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 003/2013, homologado em 1º/02/2013, celebrar o Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2013 – Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 004/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso IV, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

IV- “Fica o Contrato nº 004/2013 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2017, a partir de 01 de janeiro de 2017, através do aditivo de Contrato nº 035/2016, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Terceira do Contrato nº 004/2013, permanece no valor mensal de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 004/2013.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratado assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	JACKSON MARCONDES CALBUSCH Engenheiro Civil CREA/SC 55.384-3 Contratado
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 036/2016 - PMLL
CONTRATO Nº 036/2016 – PMLL

5º Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015 - Aditivo de Prazo.

Por este instrumento particular de Termo de Aditivo ao Contrato nº 009/2015 de Empreitada por Preço Unitário, que fazem entre si, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 065/2014, homologado em 09/02/2015:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 – Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A EMPRESA A.R.G INDUSTRIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rodovia SC 302, nº 1860 – Bairro Barragem, CEP 89.190-000, Taió/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, neste ato representada pelo Senhor ALMIR RENI GUSKI doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

Considerando a, solicitação da Empresa A.R.G Industrial LTDA EPP, com data de 19 de dezembro de 2016, anexada ao Protocolo/Processo Interno nº 1118/2015, que solicita Prorrogação na Vigência do Contrato nº 009/2015, devido a tempo necessário para aprovação e execução do aditivo financeiro e o aditivo da obra, o qual o município requereu junto ao Fundam;

Considerando o, parecer da Assessoria Jurídica, na data de 19 de dezembro de 2016, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 1118/2015, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 009/2015, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 065/2014, celebrar o Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015 – Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, a Concorrência nº 001/2014, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1. A Cláusula Sétima do Contrato nº 009/2015, passa a vigorar com o acréscimo do Item nº 11 com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO”:

11. A obra deverá ser entregue até o dia 31 de março de 2017, salvo motivos de força maior devidamente justificado.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORO:

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

Assim acordadas e ajustadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	ALMIR RENI GUSKI A.R.G INDUSTRIAL LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

CONTRATO Nº 037/2016 - PMLL

CONTRATO Nº 037/2016 - PMLL

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2013 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e ALORI MARIAN, sito a Avenida Adolfo Scheidt, nº 458, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 543.553.469-00, neste ato representado pelo Senhor ALORI MARIAN, doravante denominado simplesmente de LOCADOR:

Considerando que, a Coordenadora do CRAS, na data de 21 de dezembro de 2016, solicitou elaboração do 4º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 007/2013, através da Comunicação Interna nº 085/2016, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 495/2013, em virtude de o Município não possuir espaço próprio para o funcionamento adequado do CRAS;

Considerando que, compete ao órgão a oferta do Programa de Atendimento Integral a Família – PAIF, o serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos, e demais atendimentos com famílias que estão em vulnerabilidade social e com laços familiares fragilizados;

Considerando que, o valor do aluguel é o praticado no mercado;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 21 de dezembro de 2016, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 495/2013, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 007/2013, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 012/2013, homologado em 26/02/2013, celebrar o Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2013 – Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 007/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso IV, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

IV- “Fica o Contrato nº 007/2013 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2017, a partir de 01 de janeiro de 2017, através do aditivo de Contrato nº 037/2016, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Terceira do Contrato nº 007/2013, permanece no valor mensal de R\$ 695,42 (seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 007/2013.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Locador assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 21 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Locatário	ALORI MARIAN Locador
---	-------------------------

Testemunhas:

JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF Nº005.166.179-90	SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09
--	---

DECRETO N.º 136/2016

DECRETO N.º 136, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL POR CONTA DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 15.500,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	2.500,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	2.500,00
Função	04	Administração	2.500,00
Sub-Função	122	Administração Geral	2.500,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	2.500,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	2.500,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	2.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	2.500,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	7.000,00
Função	04	Administração	7.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	7.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	7.000,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	7.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	7.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	7.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Função	12	Educação	6.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	6.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			15.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação verificado na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários/Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0.1.0000.00	15.500,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		15.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 23 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3393 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3393 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1793 de 20 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 674.845,00 (Seiscentos e Setenta e Quatro Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0601 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde
 0601 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 34.000,00
 0601 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 1.500,00

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 183.900,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 5.500,00
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 47.045,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 146.000,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 4.500,00
 0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 222.000,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 9.600,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 800,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 674.845,00 (Seiscentos e Setenta e Quatro Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0101 – CÂMARA DE VEREADORES
 0101 – CÂMARA DE VEREADORES
 0101.001.031.0010.1002 – Construção da Sede da Câmara de Vereadores
 0101 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0101 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 350.000,00

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.015.451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
 0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 206.772,55

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 3.000,00
 0602.010.301.0190.2100 – Manutenção da Farmácia Básica
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 2.512,25
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 37100000 – Transferência a Consórcios Públicos
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 9.654,09
 0602.010.302.0191.1113 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 335000000 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 39.990,00
 0602.010.302.0191.1102 – Aquisição de Equipamentos para o Hospital
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 1.850,00
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 2.451,80
 0602.010.305.0192.2105 – Promoção do Controle Epidemiológico
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 5.984,40
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 3.000,00
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 3.300,00

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.241.0180.2085 – Apoio a Integração de Idosos
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.671,55
 0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias Carentes
 0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 9.000,00
 0701.008.244.0180.2090 – Manutenção do Tele Centro Casa da Juventude
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.400,76
 0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
 0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.378,10
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.200,00
 0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 16.000,00
 0701.008.243.0181.2092 – Orientação e Apoio Familiar
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.719,50
 0701.008.243.0181.2093 – Gestão do FIA
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas

0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.960,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 3394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1794 de 20 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 755.663,58 (Setecentos e Cinquenta e Cinco Mil Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0023.2008 – Manutenção da Assessoria Jurídica

0201 – 31900000 – Aplicações Diretas

0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0201.004.124.0024.2009 – Gerenciamento do Controle Interno

0201 – 31900000 – Aplicações Diretas

0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

0302 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

0302.004.122.0030.2013 – Administração dos Serviços Gerais

0302 – 31900000 – Aplicações Diretas

0302 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.300,00

0403 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0403 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.1782.0060.2029 – Conservação de Estradas Vicinais

0403 – 31900000 – Aplicações Diretas

0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 50.700,00

0403 – 33900000 – Aplicações Diretas

0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.0361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 126.818,58

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 115.000,00

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 17.000,00

0501.012.0361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 6.000,00

0501.012.0365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré Escola

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 6.300,00

0501.012.0365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 338.845,00

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 31.900,00

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 13710 - Outros Recursos Educação – FNDE R\$ 6.000,00

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.0606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural

0901 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 34.300,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 755.663,58 (Setecentos e Cinquenta e Cinco Mil Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.0451.0050.1020 – Pavimentação de Vias

0401 – 44900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 124.474,62

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.0361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 2.024,03

0501 – 13710 – Outros Recursos Educação – FNDE R\$ 6.000,00

0501.012.0361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 7.141,38

0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 18.762,62

0501.012.0361.0091.2049 – Manutenção do Ensino Infantil Pré-Escola

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 17.902,13

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 30.000,00

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 12.408,19

0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 6.688,25

0501.012.0361.0096.2053 – Manutenção do Ensino Infantil Creche

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 11.648,15

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 20.243,83

0304 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.0123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 12.315,92
 0304 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 76.054,46

0090 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 0090 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 0090.099.0999.0900.9084 – Reserva de Contingência
 0090 – 99990000 – Reserva de Contingência
 0090 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 410.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE
 Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1793 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº. 1793 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
 Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 674.845,00 (Seiscentos e Setenta e Quatro Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0601 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde
 0601 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 34.000,00
 0601 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 1.500,00

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 183.900,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 5.500,00
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 47.045,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 146.000,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 4.500,00
 0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 222.000,00

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 10.000,00
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 9.600,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 800,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 674.845,00 (Seiscentos e Setenta e Quatro Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0101 – CÂMARA DE VEREADORES
 0101 – CÂMARA DE VEREADORES
 0101.001.031.0010.1002 – Construção da Sede da Câmara de Vereadores
 0101 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0101 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 350.000,00

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.015.451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
 0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 206.772,55

0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 3.000,00
 0602.010.301.0190.2100 – Manutenção da Farmácia Básica
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 2.512,25
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 37100000 – Transferência a Consórcios Públicos
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 9.654,09
 0602.010.302.0191.113 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 335000000 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 39.990,00
 0602.010.302.0191.1102 – Aquisição de Equipamentos para o Hospital
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 1.850,00
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 2.451,80
 0602.010.305.0192.2105 – Promoção do Controle Epidemiológico
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 5.984,40
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 3.000,00
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 3.300,00

0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.241.0180.2085 – Apoio a Integração de Idosos
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.671,55
 0701.008.244.0180.2089 – Assistência Social as Famílias Carentes
 0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 9.000,00
 0701.008.244.0180.2090 – Manutenção do Tele Centro Casa da Juventude
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas

0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.400,76
 0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
 0701 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.378,10
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.200,00
 0701 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 16.000,00
 0701.008.243.0181.2092 – Orientação e Apoio Familiar
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.719,50
 0701.008.243.0181.2093 – Gestão do FIA
 0701 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.960,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1794 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº. 1794 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

VANDERLEI SASSE, Prefeito Interino do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 755.663,58 (Setecentos e Cinquenta e Cinco Mil Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0023.2008 – Manutenção da Assessoria Jurídica
 0201 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00
 0201.004.124.0024.2009 – Gerenciamento do Controle Interno
 0201 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

0302 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
 0302.004.122.0030.2013 – Administração dos Serviços Gerais
 0302 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0302 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.300,00

0403 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0403 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
 0403.026.1782.0060.2029 – Conservação de Estradas Vicinais
 0403 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 50.700,00
 0403 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.0361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 126.818,58
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 115.000,00
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 17.000,00
 0501.012.0361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 6.000,00

0501.012.0365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré Escola
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 6.300,00
 0501.012.0365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 338.845,00
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 31.900,00
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 13710 - Outros Recursos Educação – FNDE R\$ 6.000,00

0901 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.0606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural

0901 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 34.300,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 755.663,58 (Setecentos e Cinquenta e Cinco Mil Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Cinquenta e Oito Centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.015.0451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
 0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 124.474,62

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.0361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 2.024,03
 0501 – 13710 – Outros Recursos Educação – FNDE R\$ 6.000,00
 0501.012.0361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 7.141,38
 0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 18.762,62
 0501.012.0361.0091.2049 – Manutenção do Ensino Infantil Pré-Escola
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 17.902,13
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino) R\$ 30.000,00
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)

..... R\$ 12.408,19
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 6.688,25

0501.012.0361.0096.2053 – Manutenção do Ensino Infantil Creche
0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11800 –Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)
..... R\$ 11.648,15
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 20.243,83

0304 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.0123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
0304 – 31900000 – Aplicações Diretas
0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 12.315,92
0304 – 33900000 – Aplicações Diretas
0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 76.054,46

0090 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
0090 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
0090.099.0999.0900.9084 – Reserva de Contingência
0090 – 99990000 – Reserva de Contingência
0090 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 410.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

VANDERLEI SASSE
Prefeito Interino

Publicado no expediente na data supra
VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO PROPOSTAS CARTA CONVITE Nº 073

Ata Julgamento propostas Carta Convite nº 073/2016

As 09h30min horas do dia 22 de dezembro de 2016 o departamento jurídico da prefeitura entregou para a comissão de licitação o parecer jurídico quanto à verificação da legalidade referente à discrepância entre os valores apresentados pelas empresas.

Segundo o parecer jurídico apresentado o mesmo opina pela desclassificação da empresa Acesse Concursos Ltda ME do processo, justificando que o valor global cotado pela empresa que foi de R\$ 4.470,00 (quatro mil quatrocentos e setenta reais) é considerado inexequível, por ser abaixo do preço de mercado.

Por conta disso, a comissão de acordo com o parecer jurídico desabilita e conseqüentemente desclassifica do processo a empresa Acesse Concursos Ltda ME e declara vencedora automaticamente a segunda proposta vencedora do processo que é da empresa Air Soluções em Pesquisa e Tecnologia Ltda ME com o valor global de R\$ 6.389,00 (seis mil trezentos e oitenta e nove reais).

Em nada mais havendo a tratar o presidente da comissão encerrou a sessão às 10h30min horas do dia 22 de dezembro de 2016, sendo que a decisão será encaminhada por email as empresa participantes, bem como publicada no diário oficial dos municípios - DOM.

Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

Meleiro/SC, 22 de dezembro de 2016

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

INEXISTÊNCIA DE RECURSOS RELATIVOS À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR - PROCESSO SELETIVO 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 001/2016

Nos termos do Edital N º 001/2016, o Instituto de Consultoria em Administração Pública, ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, tornam público A INEXISTÊNCIA DE RECURSOS RELATIVOS À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR.

Modelo, SC, 23 de dezembro de 2016.

PORTARIA Nº 0196/2016

PORTARIA Nº 0196/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal, Título IV Capítulo I da Lei Municipal nº 1.513/2002, Portaria Municipal nº 183/2016 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, em especial considerando o interesse público e a necessidade do serviço,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal ALBIO SCHILD FILHO, matrícula nº 154-6, o exercício das funções do cargo efetivo de Odontólogo, para atendimento no Centro Municipal de Saúde, a partir de 02.01.2017.

Art. 2º - A jornada de trabalho do Servidor mencionado no Art. 1º desta Portaria, com carga horária de 20 horas semanais, será desempenhada nos horários conforme abaixo especificado:

Jornada 01 – Cirurgião Dentista/Odontólogo
Segunda a sexta-feira: Turno Matutino: 08h00min às 12h00min

§ 1º - O registro da frequência será feito através do relógio ponto digital no Centro de Saúde.

§ 2º - O controle e a coleta de dados para encaminhamento ao Setor de Pessoal serão efetuados pelo responsável do controle de frequência do Departamento Municipal de Saúde com o acompanhamento do Diretor Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 23 de dezembro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra: FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Depto

De conformidade com as disposições da presente Portaria, fica estabelecido o presente termo de acordo, na forma disposta no Estatuto dos Servidores, estando cientes e de acordo:

ERNO MICHIELIN ALBIO SCHILD FILHO
Diretor Mun. De Saúde Servidor

PORTARIA Nº 0197/2016

PORTARIA Nº 0197/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias dos respectivos Departamentos e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Adrieli Oltramari	03.02.2016 a 02.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Agostinho Soares	03.07.2015 a 02.07.2016	02.01.2017 a 23.01.2017 (22 dias)
Alidiane Zamprogna	24.08.2014 a 23.08.2015	04.01.2017 a 13.01.2017 (10 dias)
Alidiane Zamprogna	24.08.2015 a 23.08.2016	16.01.2017 a 25.01.2017 (10 dias)
Antonio Marcio Silva Aretz	27.03.2016 a 26.03.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Carla da Silva	24.03.2015 a 23.03.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Carmelito Fentzke	04.05.2015 a 03.05.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Catiane Aparecida Begnini	04.05.2015 a 03.05.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Cinaide Baldina Lambrecht	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Cintia Viviane Quevedo Durel	02.02.2015 a 01.02.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Claudinei Marins	17.03.2015 a 16.03.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Cleci Luvizon Moreira da Silva	11.05.2015 a 10.05.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Cleiton Luiz Onghero	04.06.2015 a 03.06.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Cleucir Vasiak	03.07.2015 a 02.07.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)

Cleunice Maria Hoss Schuh	24.04.2014 a 23.04.2015	02.01.2017 a 11.01.2017 (10 dias)
Cleunice Maria Hoss Schuh	24.04.2015 a 23.04.2016	12.01.2017 a 31.01.2017 (20 dias)
Cristiane Fuzinato	03.02.2016 a 02.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Daniela Frandoloso Marins (matr. 1880-5)	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Daniela Frandoloso Marins (matr. 2188-1)	04.05.2015 a 03.05.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Diana Centa Bernardy	24.03.2015 a 23.03.2016	02.01.2017 a 11.01.2017 (10 dias)
Donisete Euzebio	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Dulce Helena Reinehr (matr. 908-3)	04.02.2016 a 03.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Dulce Helena Reinehr (matr. 1349-8)	26.07.2015 a 25.07.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Elenice Rucks	30.06.2015 a 29.06.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Eliane Fatima Hanauer Chaves	01.02.2016 a 31.01.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Eliane Fatima Hanauer Cha- ves (20hs alt.)	02.02.2016 a 01.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Elis Raquel Sehnem	02.03.2015 a 01.03.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Elis Raquel Sehnem (10hs alteração ch)	02.02.2016 a 01.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Elizabete Cristina Borre	03.03.2015 a 02.03.2016	02.01.2017 a 11.01.2017 (10 dias)
Elizete Pavalicini Rauber	24.04.2015 a 23.04.2016	05.01.2017 a 24.01.2017 (20 dias)
Eloir Rucks	01.04.2015 a 31.03.2016	05.01.2017 a 03.02.2017 (30 dias)
Gelci Maria Vogel	20.04.2015 a 19.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Gilmar Boiani	04.10.2015 a 03.10.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Gilneide Madalena Vogel Braun	11.10.2015 a 10.10.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Gilson Hister	03.07.2015 a 02.07.2016	09.01.2017 a 28.01.2017 (20 dias) + 10 dias abono pecuniário
Glaci Baldin Siebauer	24.03.2015 a 23.03.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Grasiele Luiza Zambiasi	03.07.2015 a 02.07.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Helena Frey Werlang (matr. 719-6)	15.04.2016 a 14.04.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Helena Frey Werlang (matr. 1376-5)	14.02.2016 a 13.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Iliana M. Pegoraro Casa- grande	01.02.2016 a 31.01.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Ione Trevisan	03.03.2016 a 02.03.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Irma Alice Rintzel Conrado	05.02.2016 a 04.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Itamar Facco	08.05.2015 a 07.05.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias) + 10 dias abono pecuniário
Ivone Walter	30.05.2015 a 29.05.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Jandira Maria Lara Heckler	15.03.2016 a 14.03.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)

Janete Tiecker	01.09.2015 a 31.08.2016	02.01.2017 a 11.01.2017 (10 dias)
Josefina Scatolin	10.02.2016 a 09.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Juliane Piccoli Schmitt	04.05.2015 a 03.05.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Jussane M. Toseto Frando- loso	02.02.2015 a 01.02.2016	11.01.2017 a 30.01.2017 (20 dias)
Katia Regina Schlosser	01.02.2016 a 31.01.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Katia Regina Schlosser (10 hs alt CH)	02.02.2016 a 01.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Linete Rintzel Noronha de Freitas	04.11.2015 a 03.11.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Loraci Maura da Silva Bellaver	12.04.2015 a 11.04.2016	12.01.2017 a 31.01.2017 (20 dias)
Lori Helena Maldaner	09.03.2016 a 08.03.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Lucia Cecilia Urban	09.02.2016 a 08.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Lucia Ilete Kirch Frandoloso	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Lucimar F. R. Dalagnol (matr. 1324-2)	09.02.2016 a 08.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Lucimar F. R. Dalagnol (matr. 1599-7)	07.02.2016 a 06.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Luiz Bianchetto	15.02.2015 a 14.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Marcia Ines Linke Riboli	24.04.2015 a 23.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Margarete Schlintwein Turela	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Margarete Schlintwein Turela (20hs alt)	03.02.2016 a 02.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Maria Lucia Frey	24.03.2015 a 23.03.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Marivete Ana Santolin	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 28.01.2017 (27 dias)
Marizete Maria Floss	24.04.2015 a 23.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Marledi Decker Fritzen	24.04.2015 a 23.04.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Marlene Frida Oldenburg	01.07.2015 a 30.06.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Marlise Lindemann	03.02.2015 a 02.02.2016	02.01.2017 a 21.01.2017 (20 dias)
Mauricio Antonio Metdler	02.04.2015 a 01.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Miriam Frey Cecatto	02.03.2016 a 01.03.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Nei Zanchett	03.07.2015 a 02.07.2016	19.01.2017 a 07.02.2017 (20 dias)
Nilva Fatima Alebrandt (matr. 1874-0)	11.02.2015 a 10.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Nilva Fatima Alebrandt (matr. 1877-5)	13.02.2015 a 12.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Otavio Timm	11.03.2015 a 10.03.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Patricia Jomertz Machado	02.03.2015 a 01.03.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Paulo Salvatori	03.01.2016 a 02.01.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Rosane Borre Ferronato (matr. 1596-2)	01.02.2016 a 31.01.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Rosane Borre Ferronato (matr. 1876-7)	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)

Salete Ragazzon Decker	24.04.2015 a 23.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Silvana Albani	25.06.2015 a 24.06.2016	17.01.2017 a 05.02.2017 (20 dias)
Sirlei Gonçalves da Silva	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Sirlei Marins	14.02.2016 a 13.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Sirlene Adelia Debus Soares	01.10.2015 a 30.09.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Valdecir Euzebio	12.04.2015 a 11.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Valdir Werlang	10.07.2015 a 09.07.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Veronica Cherizoli Valmorbida	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Vilson José de Freitas	16.08.2015 a 15.08.2016	11.01.2017 a 09.02.2017 (30 dias)
Viviane Cunico Carneiro	13.02.2016 a 12.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Viviane Cunico Carneiro (20hs alt ch)	02.02.2016 a 01.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Volnei Albani	06.05.2015 a 05.05.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Zilda Noeli Horbach Schlin- tvein	03.07.2015 a 02.07.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)
Zilda Noeli Horbach Schlint- vein (20hs alt)	03.02.2016 a 02.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 23 de dezembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4913/2016

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 4.913, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Processo Licitatório nº. 097/2016, Dispensa de Licitação nº. 007/2016 - Contratação do SEBRAE visando à prestação de serviços de consultoria destinada para roteirização turística da região da AMEOSC."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve agir em conformidade com os princípios básicos previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que compete ao Prefeito exercer a administração superior do Município e cuidar da sua organização administrativa, nos termos da Lei Orgânica do Município de Mondaí, que está em consonância com as demais normas constitucionais e legais aplicáveis ao caso.

CONSIDERANDO, o disposto na Súmula 473 do STF, lavrada nos seguintes termos:

"A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

CONSIDERANDO, por fim, a inconveniência de continuidade do referido certame licitatórios nos termos do parecer jurídico elaborado.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, como revogado está, por razões de conveniência e oportunidade o Processo Licitatório nº. 097/2016, Dispensa de Licitação nº. 007/2016 – Contratação do SEBRAE visando à prestação de serviços de consultoria destinada para roteirização turística da região da AMEOSC.

Art. 2º Nos termos do artigo 109, I "c" da Lei 8.666/93, eventuais interessados poderão apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação do presente decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, restando revogadas eventuais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, (SC), 21 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

MATHEUS BACKENDORF

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO Nº. 056/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.

VALOR: R\$ 20.542,17 (vinte mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 057/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: BAVARESCO & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.

VALOR: R\$ 2.895,00 (dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 058/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI

OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.

VALOR: R\$ 6.575,00 (seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 059/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ
CONTRATADO: INFORMÁTICA MONDAÍ LTDA ME
OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.
VALOR: R\$ 15.410,00 (quinze mil, quatrocentos e dez reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 060/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ
CONTRATADO: JOÃO MANUEL SEABRA BARBOSA 01145139965
OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.
VALOR: R\$ 1.725,00 (um mil, setecentos e vinte e cinco reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 061/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ
CONTRATADO: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.
VALOR: R\$ 6.075,00 (seis mil e setenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 062/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ
CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME
OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.
VALOR: R\$ 2.865,00 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 063/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ
CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA EPP
OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.
VALOR: R\$ 8.406,00 (oito mil, quatrocentos e seis reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 064/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ
CONTRATADO: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME
OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.
VALOR: R\$ 13.685,00 (treze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua

assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 065/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS
LTDA

OBJETO: Aquisição DE equipamentos E MATERIAIS PERMANENTES destinados para MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE do Município de Mondaí, conforme PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, do Edital ante referenciado.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 043/2016.

VALOR: R\$ 11.130,00 (onze mil, cento e trinta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2017.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2016 - PR
CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondaí - SC	Processo Administrativo: 56/2016 Processo de Licitação: 56/2016 Data do Processo: 07/12/2016
	Folha: 1/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 56/2016
b) Licitação Nr.: 43/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/12/2016
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, CONFORME PROPOSTA Nº. 11386.903000/1150-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/FNS, REFERENTE À EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL Nº. 81002052, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, deste Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (6003)

4	NEGATOSCÓPIO. Material de confecção: aço/ferro pintado; Tipo: parede/ 1 corpo. - Marca: Nspr	UN.	1,00	0,0000	274,00	274,00
15	ESCADA COM 2 DEGRAUS. Material de confecção: aço inoxidável. - Marca: Olimedic	UN.	1,00	0,0000	160,00	160,00
17	COMADRE. Material de Confecção: aço inoxidável; Capacidade: mínimo de 02 litros. - Marca: Fami/Luminos	UN.	1,00	0,0000	121,64	121,64
18	PAPAGAIO. Material de confecção: aço inoxidável. - Marca: Fami/Luminos	UN.	1,00	0,0000	82,91	82,91
39	OTOSCÓPIO. Composição: mínimo de 05 espéculos reusáveis; Bateria: convencional. - Marca: MD	UN.	7,00	0,0000	347,95	2.435,65
40	DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO. Acessórios: um eletrodo; Bateria: mínimo de 50 (cinquenta) choques; Tela de ECG: não possui. - Marca: Heartsine	UN.	1,00	0,0000	5.999,00	5.999,00
41	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL. Iluminação: halogênio; Haste: flexível. - Marca: Vagalumi	UN.	7,00	0,0000	313,00	2.191,00
46	OFTALMOSCÓPIO. Bateria convencional, com no mínimo de 3 aberturas e 19 lentes. - Marca: MD	UN.	3,00	0,0000	675,92	2.027,76

Mondaí, 23 de Dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2016 - PR Processo Administrativo: 56/2016 Processo de Licitação: 56/2016 Data do Processo: 07/12/2016
Folha: 2/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (6003)

47	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL. Material de confecção: tecido em algodão; Braçadeira/fecho: metal. - Marca: Glicomed-Accumed-Pre	UN.	1,00	0,0000	79,53	79,53
48	CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS (DIVERSOS). Tipo: aberto; 3 prateleiras; Aço inox. - Marca: Agrupador	UN.	1,00	0,0000	962,00	962,00
49	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO. Modo de operação digital. - Marca: Welmy	UN.	1,00	0,0000	1.200,00	1.200,00
51	MESA GINECOLÓGICA. Material de confecção: aço/ferro pintado; Posição do leito: móvel. - Marca: Marcos Moveis	UN.	2,00	0,0000	960,00	1.920,00
52	LANTERNA CLÍNICA. Material de confecção alumínio e tipo LED. - Marca: Missouri	UN.	6,00	0,0000	46,78	280,68
54	CRIOCAUTÉRIO. Tipo de gás: nitrogênio; Suporte com rodízios: possui; Quantidade de ponteiros: mínimo de 05. - Marca: Xolani	UN.	1,00	0,0000	2.500,00	2.500,00
56	NEBULIZADOR PORTÁTIL. Tipo ultrassônico; número de saídas simultâneas: 01. - Marca: Rossmax	UN.	2,00	0,0000	154,00	308,00
Total do Fornecedor:						20.542,17

ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME (11327)

33	COMPUTADOR DESKTOP. Processador no mínimo Intel Core i3 ou AMD A10; memória ram 4gb - ddr3 - 1600mhz; disco rígido mínimo de 500gb; monitor de 18,5" (1366 x 768); mouse USB - 800dpi - 02 botões - scroll (com fio); fonte compatível com o item; sistema operacional S.O. Windows 7 (64bits) ou superior; teclado USB - ABNT2 - 107 teclas (com fio); interfaces de rede 10/100/1000 e WiFi; interface de vídeo integrada; unidade de disco ótico CD/DVD ROM; garantia mínima de 12 meses. - Marca: WISE-ATUAL	UN.	7,00	0,0000	1.955,00	13.685,00
Total do Fornecedor:						13.685,00

BAVARESCO & CIA LTDA (6501)

16	MESA PARA COMPUTADOR. Base: madeira/MDP/MDF/Similar; Material de confecção: madeira/MDP/MDF/similar; Divisões: de 03 a 04 gavetas; Suporte para CPU: possui; Suporte para teclado: possui; Suporte para impressora: possui. - Marca: DELUS	UN.	1,00	0,0000	395,00	395,00
24	TELA DE PROJEÇÃO. Tipo: tripé; Área visual: mínima de 1,80M x 1,80M; Tecido: Matte White (branco opaco); Garantia: mínima de 12 meses. - Marca: VISOGRAF	UN.	1,00	0,0000	572,00	572,00
27	ARQUIVO. Material de confecção: aço; Gavetas: 4 gavetas para pasta suspensa; Deslizamento da gaveta: trilho telescópico. - Marca: CELI	UN.	1,00	0,0000	389,00	389,00

Mondai, 23 de Dezembro de 2016.

 Lenoir da Rocha
 Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2016 - PR Processo Administrativo: 56/2016 Processo de Licitação: 56/2016 Data do Processo: 07/12/2016
Folha: 3/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

BAVARESCO & CIA LTDA (6501)

29 ARMÁRIO. Dimensões mínimas: 1,80 x 0,75 M; Material de confecção: aço. - Marca: CELI	UN.	3,00	0,0000	513,00	1.539,00
---	-----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 2.895,00

DENTAL OESTE EIRELI (6601)

38 AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS). Modo de operação digital; câmara de esterilização aço inoxidável; capacidade mínima de 10 litros. - Marca: Stermax	UN.	2,00	0,0000	2.300,00	4.600,00
---	-----	------	--------	----------	----------

53 BISTURI ELÉTRICO (ATÉ 165W). Função bipolar: possui; Microprocessado: sim; Potência: mínimo de 100W; Alarques: possui. - Marca: Emai BP100	UN.	1,00	0,0000	1.975,00	1.975,00
---	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 6.575,00

DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (11366)

3 AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO. Tipo: capsular; Modo de Operação: digital. - Marca: RHOS	UN.	1,00	0,0000	700,00	700,00
--	-----	------	--------	--------	--------

6 COMPRESSOR ODONTOLÓGICO. Capacidade: mínimo de 30 litros; Potência: 1HP. - Marca: FIAC BRASIL	UN.	1,00	0,0000	1.930,00	1.930,00
---	-----	------	--------	----------	----------

7 CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA (EQUIPO/SUGADOR/REFLETOR). Cabeceira: articulada; Unidade Auxiliar: 1 ponta; Equipo: acoplado pneumático; Cuba: porcelana/cerâmica; Terminais: mínima de 02; Seringa tríplice: possui; Caneta de Rotação: não possui; Contra ângulo: não possui; Peça reta: não possui; Micro motor: não possui; Comando: base (botão); Refletor: monofocal (20.000 Lux) - Marca: DENTEMED	UN.	1,00	0,0000	8.500,00	8.500,00
--	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 11.130,00

GESUL COMERCIAL LTDA - ME (11317)

2 MOCHO. Material de confecção: aço/ferro pintado; Encosto: possui; Regulagem de altura: a gás. - Marca: LG	UN.	1,00	0,0000	220,00	220,00
---	-----	------	--------	--------	--------

8 ARMÁRIO VITRINE. Número de portas: 02 portas; Material de Confecção: aço/ferro pintado; Laterais de vidro: possui. - Marca: RCH	UN.	1,00	0,0000	689,00	689,00
---	-----	------	--------	--------	--------

12 BALDE/LIXEIRA. Material de confecção: aço inoxidável; Capacidade: mínimo de 10 litros; Tampa: possui. - Marca: UTZ	UN.	2,00	0,0000	102,50	205,00
---	-----	------	--------	--------	--------

13 CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA. Material de confecção polipropileno; possui balde espremedor; possui kit com MOPs líquido e pó, placa sinalização e pá; possui saco de vinil. - Marca: BRALIMPIA	UN.	1,00	0,0000	1.000,00	1.000,00
---	-----	------	--------	----------	----------

23 LONGARINA. Assento/encosto: polipropileno; Número de assentos: 02 lugares. - Marca: PLAX	UN.	16,00	0,0000	264,00	4.224,00
---	-----	-------	--------	--------	----------

Mondai, 23 de Dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAÍ CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2016 - PR Processo Administrativo: 56/2016 Processo de Licitação: 56/2016 Data do Processo: 07/12/2016
Folha: 4/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GESUL COMERCIAL LTDA - ME (11317)

31 CADEIRA. Material de confecção: aço/ferro pintado; Rodízios: não possui; Braços: não possui; Regulagem de altura: não possui; Assento/encosto: polipropileno. - Marca: PLAX	UN.	8,00	0,0000	75,50	604,00
36 BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO. Tipo: pressão coluna simples aço pintado. - Marca: LIBELL	UN.	3,00	0,0000	488,00	1.464,00
Total do Fornecedor:					8.406,00

INFORMATICA MONDAI LTDA ME (6796)

10 LEITOR DE CÓDIGO DE BARRA. Tipo manual; feixe de luz bidirecional; fonte de luz laser 650 nm; velocidade de leitura 100 p/s; interface USB; garantia mínima 12 meses. - Marca: BEMATECH	UN.	1,00	0,0000	310,00	310,00
11 GELADEIRA/REFRIGERADOR. Capacidade: mínimo de 280 litros. - Marca: CONSUL	UN.	1,00	0,0000	935,00	935,00
21 COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK). Processador: mínimo Intel Core i3 ou AMD A10; Memória RAM: 4GB - DDR3 - 1600MHz; Disco Rígido: mínimo de 500GB; Unidade de disco ótico: CD/DVD ROM; Interfaces de rede: 10/100/1000 e WiFi; Webcam: possui; Garantia mínima: 12 meses; Bateria: 6 células; Tamanho da tela: LCD de 14" ou 15"; Interface: USB, HDMI, Display Port ou VGA e leito de cartão; Sistema Operacional: Windows 8 PRO (64bits); Mouse: touchpad; Teclado: ABNT2. - Marca: ACER	UN.	1,00	0,0000	2.099,00	2.099,00
22 APARELHO DE DVD. Possui controle remoto; portas USB; reprodução de DVD/CD/CD-R/CD/SVCD/DVCD/JPG/MP3. - Marca: LENOX	UN.	2,00	0,0000	127,00	254,00
25 PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW). Tecnologia LCD; resolução mínima nativa de 1024 x 768; entrada de VGA a FullHD; luminosidade de no mínimo 2500 lúmens; conectividade entrada/saída RGB 15 pinos e HDMI; garantia de no mínimo 12 meses. - Marca: OPTOMA	UN.	1,00	0,0000	1.975,00	1.975,00
30 AR CONDICIONADO. Climatização: apenas frio; Tipo: SPLIT mínimo de 7000 BTU - Marca: COMFEE	UN.	6,00	0,0000	980,00	5.880,00
35 IMPRESSORA LASER. Padrão de cor monocromático; memória 16mb; resolução 600 x 600; velocidade 33ppm; capacidade 100 páginas/bandeja; ciclo de 25.000 páginas/mês; interface USB e rede; frente e verso automático; garantia mínima de 12 meses. - Marca: HP	UN.	1,00	0,0000	996,00	996,00
37 NOBREAK (para computador). Potência de 1kva; tensão de entrada/saída bivolt; alarmes audiovisuais; 01 bateria interna selada; garantia mínima de 12 meses. - Marca: TS SHARA	UN.	7,00	0,0000	423,00	2.961,00
Total do Fornecedor:					15.410,00

Mondai, 23 de Dezembro de 2016.

 Lenoir da Rocha
 Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI CNPJ: 11.386.903/0001-79 RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 43/2016 - PR Processo Administrativo: 56/2016 Processo de Licitação: 56/2016 Data do Processo: 07/12/2016
Folha: 5/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME (11096)

14 BALDE A PEDAL. Capacidade: mínimo de 05 litros; Material de confecção: polipropileno. - Marca: Guarani	UN.	7,00	0,0000	82,00	574,00
20 MESA PARA REUNIÃO. Material de confecção: madeira/MDP/MDF/similar; Tipo: redonda de 1,20M x 1,20M. - Marca: JP Móveis	UN.	1,00	0,0000	390,00	390,00
26 ESTANTE. Capacidade/prateleiras: mínimo 100kg / 06 prateleiras; Reforço: possui. - Marca: JP Móveis	UN.	6,00	0,0000	248,00	1.488,00
28 MESA PARA IMPRESSORA. Estrutura: aço/ferro pintado; Dimensões mínimas: mínimo de 80 x 60 x 70 CM; Tampo: madeira/MDP/MDF/Similar - Marca: JP Móveis	UN.	1,00	0,0000	137,00	137,00
32 MESA PARA ESCRITÓRIO. Base: aço/ferro pintado; Composição: simples; Material de confecção: madeira/MDP/MDF/similar; Divisões: de 01 a 02 gavetas. - Marca: JP Móveis	UN.	1,00	0,0000	276,00	276,00
Total do Fornecedor:					2.865,00

JOÃO MANUEL SEABRA BARBOSA (7924)

9 IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX). Tecnologia: laser; Padrão de cor: monocromático; Tipo: multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); Memória: 64MB; Resolução de Impressão: 600 x 600; Resolução de Digitalização: 1200 x 1200; Resolução de Cópia: 600 x 600; Velocidade de impressão: 18 PPM; Capacidade da bandeja: 150 páginas; Ciclo mensal: 8.000 páginas; Fax: 33,6Kbps ou Não possui; Interfaces USB e Rede; Frente e Verso: Automático; Garantia mínima de 12 meses. - Marca: RICOH	UN.	1,00	0,0000	1.270,00	1.270,00
34 ROTEADOR (WAN). Portas: WAN/LAN: 1/4; Antena: mínimo 2; Tipo: Wireless IEEE 802.11 b/g/n; Frequência: 2.4 a 2.4835 GHz; Segurança: WPA/ WPA2; Taxa: sinal de 300 Mbps (dinâmico); Garantia: mínimo de 12 meses. - Marca: TP-LINK	UN.	1,00	0,0000	455,00	455,00
Total do Fornecedor:					1.725,00

MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA (8408)

1 SELADORA. Aplicação: Grau cirúrgico; Tipo: automática/contínua; Controle de temperatura: analógico. - Marca: Tecfag ST150LW	UN.	1,00	0,0000	2.878,00	2.878,00
19 ESTETOSCÓPIO ADULTO. Auscultador aço inoxidável; tipo duplo. - Marca: Diasyst	UN.	7,00	0,0000	72,00	504,00
42 ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO. Com as seguintes características mínimas: material de confecção: tecido em algodão; Tipo de feixe: metal. - Marca: P.A.Med	UN.	7,00	0,0000	93,00	651,00
43 ESTETOSCÓPIO INFANTIL. Auscultador aço inoxidável; tipo duplo. - Marca: Bic	UN.	1,00	0,0000	82,00	82,00
45 ESFIGMOMANÔMETRO OBESO. Material de confecção: tecido em algodão; Braçadeira/fecho: metal. - Marca: P.A.Med - Velcro	UN.	5,00	0,0000	131,00	655,00

Mondai, 23 de Dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI**

CNPJ: 11.386.903/0001-79
RUA CRISTIANO WANDSCHEER, 27
C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 43/2016 - PR**

Processo Administrativo: 56/2016
Processo de Licitação: 56/2016
Data do Processo: 07/12/2016

Folha: 6/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA (8408)**

50	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL. Modo de operação digital. - Marca: Welmy	UN.	1,00	0,0000	800,00	800,00
55	MESA DE EXAMES. Posição do leito: móvel; Material de confecção: aço/ferro pintado; Gabinete com portas e gavetas: não possui; Acessórios: suporte para papel. - Marca: Renascer RN080070	UN.	1,00	0,0000	505,00	505,00

Total do Fornecedor: 6.075,00**Total Geral: 89.308,17**

Mondai, 23 de Dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO Nº 241 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 241 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3155 de 23/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 281.720,00 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Setecentos e Vinte Reais) das seguintes dotações, na fonte de recursos: 10000 – Recursos Ordinários.

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

04 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 1.720,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

22 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 46.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

02 – Diretoria de Bens Materiais e Serviços

04.122.0005 – 2.015 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

34 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 14.844,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.243.0032 – 2.023 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar

53 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 8.950,00

08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

64 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 34.850,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – EF

102 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 55.000,00

12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – EI

104 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 5.882,00

12.306.0013 – 2.051 – Programa Merenda Escolar – Creches

106 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 62.143,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

01 – Diretoria de Apoio a Pesca Artesanal

20.605.0029 – 2.058 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal

134 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 7.000,00

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social

06.182.0016 – 2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social

148 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 8.675,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

174 – 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 10.000,00

04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação de Vias Públicas

180 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 20.048,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

01 – Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente

08.243.0065 1.003 – Construção de Centros de Atenção a Criança e ao Adolescente

226 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 6.608,00

Total Recursos Ordinários R\$ 281.720,00

Art. 2º Os Recursos anulados da fonte de recursos: 10000 – Recursos Ordinários, serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

01 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 93.110,00

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 – 2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município

25 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 67.720,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro

48 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 83.000,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

01 – Diretoria de Apoio a Agricultura e Pecuária

20.606.0028 – 2.057 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria

de Apoio à Agricultura e à Pecuária

139 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas
R\$ 37.890,00

Total Recursos Ordinários R\$ 281.720,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 307.090,00 (Trezentos e Sete Mil e Noventa Reais) das seguintes dotações, na fonte de recursos: 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação.

Fonte de Recursos – 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa

12.361.0008 – 2.037 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - Ensino Fundamental

67 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 99.550,00

69 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 9.900,00

12.365.0007 – 2.054 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - Ensino Infantil

70 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 103.850,00

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Fundamental

86 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 4.512,00

12.365.0007 – 2.055 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Infantil

110 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 50.000,00

03 – Diretoria de Projetos Educacionais

12.361.0008 – 2.039 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais - Ensino Fundamental

114 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 25.398,00

12.365.0007 – 2.056 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais - Ensino Infantil

131 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 10.000,00

12.361.0014 – 2.026 - Transporte p/Todos – Município

113 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 3.880,00

Total Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 307.090,00

Art. 4º Os Recursos anulados da fonte de recursos: 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação, serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 - Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

02 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas –
Op. Intra Orçamentárias R\$ 8.600,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

21 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas -
Op. Intra Orçamentárias R\$ 19.360,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 – 2.014 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

32 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas -
Op. Intra Orçamentárias R\$ 122.700,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro

49 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas -
Op. Intra Orçamentárias R\$ 2.500,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 – 2.035 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

63 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas -
Op. Intra Orçamentárias R\$ 15.050,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

01 – Diretoria de Apoio a Agricultura e Pecuária

20.606.0028 – 2.057 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio à Agricultura e à Pecuária

139 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas
R\$ 10.450,00

140 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas -
Op. Intra Orçamentárias R\$ 1.770,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

172 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas -
Op. Intra Orçamentárias R\$ 89.800,00

30 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

02 – Diretoria de Adm. Financeira e de Planejamento

04.122.0061 – 2.136 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Adm., Financeira e de Planejamento

207 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas
R\$ 22.050,00

208 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas -
Op. Intra Orçamentárias R\$ 650,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

04 – Diretoria de Indústria e Comércio

11.334.0056 – 2.141 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio

221 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas -
Op. Intra Orçamentárias R\$ 14.160,00

Total Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 307.090,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 255.530,00 (Duzentos e Cinquenta e Cinco Mil, Quinhentos e Trinta Reais) das seguintes dotações, nas fontes de recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação/33600 – Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação.

Fonte de Recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – Ensino Infantil

79 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 144.530,00

Fonte de Recursos: 33600 – Recursos Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – Ensino Infantil
241 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 111.000,00

Total Recursos Salário Educação/Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação R\$ 255.530,00

Art. 6º Os Recursos anulados das fontes de recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação/33600 – Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação, serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 2.046 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EI
100 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 144.530,00
Fonte de Recursos: 33600 – Recursos Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação – EF
243 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 111.000,00

Total Recursos Salário Educação/Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação R\$ 255.530,00

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 153.361,00 (Cento e Cinquenta e Três Mil, Trezentos e Sessenta e Um Reais) das seguintes dotações, nas fontes de recursos: 11800 – Transferências do Fundeb – 60% / 11900 – Transferências do Fundeb – 40%.

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb - 60%
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
03 – Diretoria de Projetos Educacionais
12.367.0009 – 2.047 - Manutenção e Funcionamento da Educação Especial
118 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 5.384,00
12.366.0010 – 2.048 - Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – EF
124 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 60.500,00
126 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra - Orçamentárias R\$ 14.000,00

Total Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb - 60% R\$ 79.884,00

Fonte de Recursos: 11900 – Transferências do Fundeb - 40%
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.041 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EF
94 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 3.477,00
12.365.0007 – 2.043 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EI
97 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 70.000,00

Total Recursos: 11900 – Transferências do Fundeb - 40% R\$ 73.477,00

Art. 8º Os Recursos anulados das fontes de recursos 11800 – Transferências do Fundeb – 60% / 11900 – Transferências do Fundeb – 40% , serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb - 60%
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 2.042 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 60% - EI
96 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra - Orçamentárias R\$ 153.361,00

Total Recursos Fundeb 60% R\$ 153.361,00

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos dos Souza
Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC., 23 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária da Administração e Logística

DECRETO Nº 242 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 242 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
Função: 06 – Segurança Pública
Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar
Subfunção: 181 – Policiamento
2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM
Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos
07 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

T O T A L R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 – Segurança Pública
Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar
Subfunção: 181 – Policiamento
2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM
Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos
04 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

T O T A L R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 23 de Dezembro de 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de Dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 259/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 259/2016.
ATRAVÉS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 117/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Processo de alienação de imóvel nº 117/2016 DL.
Adquirente: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.
CNPJ: 14823518/0001-30.
Objetivo: ALIENAÇÃO DE IMÓVEL, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E ARTIGO 17 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, CONFORME AUTORIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI Nº 3120 DE 11 DE AGOSTO DE 2016.
Valor: R\$ 823.755,00.
Vigência: 12 meses.
*FUNDAMENTO: NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ARTIGO 17 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E CONFORME AUTORIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI Nº 3120 DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito do Município
Navegantes, 19 de dezembro de 2016.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 017/2016

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N.º 017/2016.
Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e o Município de Navegantes, inscrito no CNPJ n.º 83.102.855/0001-50. Objetivo: A implementação de monitoramentos e outras medidas de melhoria para regularização ambiental da área objeto do Termo de Embargo n. 032 e do Auto de Infração n. 0153/2015, conforme Processo Administrativo n. 004/2015. Vigência do Termo: 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura, que se deu em 23 de dezembro de 2016, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas:

Paulo Celso Mafra, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente FUMAN - Compromitente e o Município de Navegantes, inscrito no CNPJ n.º 83.102.855/0001-50, neste ato representado por seu Prefeito Roberto Carlos de Souza, como Compromissários. Navegantes, 23 de dezembro de 2016.

LEI Nº 3155 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 3155 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 281.720,00 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Setecentos e Vinte Reais) das seguintes dotações, na fonte de recursos: 10000 – Recursos Ordinários.

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários
02 – GABINETE DO PREFEITO
01 – Gabinete do Prefeito
04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
04 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 1.720,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
01 – Diretoria de Projetos
04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos
22 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 46.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
02 – Diretoria de Bens Materiais e Serviços
04.122.0005 – 2.015 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços
34 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 14.844,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – Diretoria de Programas Sociais
08.243.0032 – 2.023 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar
53 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 8.950,00
08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
64 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 34.850,00

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.306.0011 – 2.049 – Programa Merenda Escolar – EF
102 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 55.000,00
12.306.0012 – 2.050 – Programa Merenda Escolar – EI
104 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 5.882,00
12.306.0013 – 2.051 – Programa Merenda Escolar – Creches
106 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 62.143,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA

E PESCA

01 – Diretoria de Apoio a Pesca Artesanal
20.605.0029 – 2.058 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal
134 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 7.000,00

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social
06.182.0016 – 2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social
148 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 8.675,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações
15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações
174 – 3.3.91.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 10.000,00
04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços
26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação de Vias Públicas
180 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 20.048,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

01 – Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente
08.243.0065 1.003 - Construção de Centros de Atenção a Criança e ao Adolescente
226 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 6.608,00

Total Recursos Ordinários R\$ 281.720,00

Art. 2º Os Recursos anulados da fonte de recursos: 10000 – Recursos Ordinários, serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO
01 – Gabinete do Prefeito
04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
01 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 93.110,00

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município
03.092.0004 – 2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município
25 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 67.720,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro
04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro
48 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 83.000,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

01 – Diretoria de Apoio a Agricultura e Pecuária
20.606.0028 – 2.057 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio à Agricultura e à Pecuária
139 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 37.890,00

Total Recursos Ordinários R\$ 281.720,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 307.090,00 (Trezentos e Sete Mil e Noventa Reais) das seguintes dotações, na fonte de recursos: 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação.

Fonte de Recursos – 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – Diretoria Administrativa
12.361.0008 – 2.037 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - Ensino Fundamental
67 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 99.550,00
69 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 9.900,00
12.365.0007 – 2.054 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - Ensino Infantil
70 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 103.850,00
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.038 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Fundamental
86 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 4.512,00
12.365.0007 – 2.055 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Infantil
110 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 50.000,00
03 – Diretoria de Projetos Educacionais
12.361.0008 – 2.039 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais - Ensino Fundamental
114 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 25.398,00
12.365.0007 – 2.056 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais - Ensino Infantil
131 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 10.000,00
12.361.0014 – 2.026 - Transporte p/Todos – Município
113 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 3.880,00

Total Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 307.090,00

Art. 4º Os Recursos anulados da fonte de recursos: 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação, serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO
01 – Gabinete do Prefeito
04.122.0002 – 2.002 - Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
02 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orçamentárias R\$ 8.600,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 – Diretoria de Projetos
04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos
21 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentárias R\$ 19.360,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
04.128.0005 – 2.014 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
32 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentárias R\$ 122.700,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro

49 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentárias R\$ 2.500,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

63 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentárias R\$ 15.050,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

01 – Diretoria de Apoio a Agricultura e Pecuária

20.606.0028 – 2.057 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio à Agricultura e à Pecuária

139 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 10.450,00

140 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentárias R\$ 1.770,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

172 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentárias R\$ 89.800,00

30 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

02 – Diretoria de Adm. Financeira e de Planejamento

04.122.0061 – 2.136 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Adm., Financeira e de Planejamento

207 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 22.050,00

208 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentárias R\$ 650,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

04 – Diretoria de Indústria e Comércio

11.334.0056 – 2.141 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio

221 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas - Op. Intra Orçamentárias R\$ 14.160,00

Total Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 307.090,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 255.530,00 (Duzentos e Cinquenta e Cinco Mil, Quinhentos e Trinta Reais) das seguintes dotações, nas fontes de recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação/33600 – Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação.

Fonte de Recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – Ensino Infantil

79 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 144.530,00

Fonte de Recursos: 33600 – Recursos Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 1.018 – Programa Escola Nova – Ensino Infantil

241 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 111.000,00

Total Recursos Salário Educação/Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação R\$ 255.530,00

Art. 6º Os Recursos anulados das fontes de recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação/33600 – Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação, serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 2.046 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EI

100 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 144.530,00

Fonte de Recursos: 33600 – Recursos Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação – EF

243 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 111.000,00

Total Recursos Salário Educação/Superávit Financeiro/2015 – Salário Educação R\$ 255.530,00

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 153.361,00 (Cento e Cinquenta e Três Mil, Trezentos e Sessenta e Um Reais) das seguintes dotações, nas fontes de recursos: 11800 – Transferências do Fundeb – 60% / 11900 – Transferências do Fundeb – 40%.

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb - 60%

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03 – Diretoria de Projetos Educacionais

12.367.0009 – 2.047 - Manutenção e Funcionamento da Educação Especial

118 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 5.384,00

12.366.0010 – 2.048 - Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – EF

124 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 60.500,00

126 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra - Orçamentárias R\$ 14.000,00

Total Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb - 60% R\$ 79.884,00

Fonte de Recursos: 11900 – Transferências do Fundeb - 40%

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.041 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EF

94 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 3.477,00

12.365.0007 – 2.043 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EI

97 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 70.000,00

Total Recursos: 11900 – Transferências do Fundeb - 40% R\$ 73.477,00

Art. 8º Os Recursos anulados das fontes de recursos 11800 – Transferências do Fundeb – 60% / 11900 – Transferências do Fundeb – 40% , serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb - 60%
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.365.0007 – 2.042 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 60% - EI
96 - 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra - Orçamentárias R\$ 153.361,00

Total Recursos Fundeb 60% R\$ 153.361,00

Art. 9 º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos dos Souza
Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes-SC, 23 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária da Administração e Logística

PORTARIA 2547/2016 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA N º 2547 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Eliza Aurelia Romão, ocupante da função de Professora Efetiva 281205, no período de 01/12/2016 a 29/05/2017.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a 01/12/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2572/2016 READAPTA

PORTARIA N º 2572 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora MARIA BERNADETE ROSA , função AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS Efetiva 6301601 pelo período de 12 (doze) meses a partir de 09 de dezembro de 2016, conforme ofício 135 da junta médica.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2573/2016 EXONERA

PORTARIA N º 2573 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 72 de 08/01/2010, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) JOICE LARGURA OLIVEIRA, da função de Diretora de Escola, CEI,EJA (DESC V) a partir de 31.12.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2548,2549,2550,2551,2552,2553,2554,2555,2556,2557,2558,2559,2560,2561,2562,2563,2564,2565,2566,2567,2568,2569,2570,2571/2016 LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N º 2548 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora CRISTINA MARIA ROSA , ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 335709 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 09/12/2016 a 14/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2549 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora EVANIR DA SILVA , ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 466402 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 06/09/2016 a 16/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2550 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora CINTIA CARDOSO , ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 6278701 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 26/08/2016 a 19/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2551 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora CINTIA CARDOSO , ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 6278702 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 26/08/2016 a 19/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2552 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora RUBIA DOS SANTOS COSTA , ocupante do cargo de TECNICA EM ENFERMAGEM Efetiva 138402 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/11/2016 a 28/11/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2553 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora RUBIA DOS SANTOS COSTA , ocupante do cargo de TECNICA EM ENFERMAGEM Efetiva 138402 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 07/12/2016 a 07/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2554 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora MAGDA MARÇALBAGATINI MEDEIROS, ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 52206 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 18/10/2016 a 15/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2555 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora CLAUDIA APARECIDA DE GEORGE GONÇALVES, ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 165910 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 30/09/2016 a 14/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2556 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora LUCILE PATRICIA FONSECA, ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 359417 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 30/11/2016 a 14/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2557 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora GISELE DE FATIMA BALDO, ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 1708302 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 19/10/2016 a 12/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2558 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora ARIANE SOARES ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 6287504 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 15/11/2016 a 07/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2559 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora JACI DE JESUS DOS SANTOS , ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS Efetiva 6209302 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/03/2015 a 15/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2560 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora CLAUDIA LENIRA HOEIR , ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 6240901 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05/10/2016 a 16/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2561 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA , ocupante do cargo de PROFESSORA Efetiva 426816 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/11/2016 a 07/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2562 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA , ocupante do cargo de PROFESSORA ACT 1511216 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 26/02/2016 a 21/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2563 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor WILLIAMS JUNIOR FUCKS DE OLIVEIRA , ocupante do cargo de SECRETARIO ESCOLAR efetivo do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 28/11/2016 a 09/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2564 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora ELAINE PEREIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS efetiva 6195101 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 02/09/2016 a 14/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2565 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO, ocupante do cargo de PROFESSORA efetiva 6262904 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/11/2016 a 15/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2566 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora MARISTELA SOUZA COUTO, ocupante do cargo de SUPERVISORA ESCOLAR efetiva 143703 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 18/10/2016 a 15/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2567 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora GIOVANA PEREIRA DE SOUZA COSTA, ocupante do cargo de PROFESSORA efetiva 331506 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 01/08/2016 a 07/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2568 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor WILSON ESPERANDIO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS efetivo 251602 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 27/03/2016 a 14/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2569 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora IZALENE TEREZINHA ROCHA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 26901 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08/08/2016 a 07/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2570 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora VERANIZ SOMAVILLA, ocupante do cargo de PROFESSORA efetiva 225902 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/11/2016 a 24/11/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2571 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - SC,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora ZENILDA MORO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS efetiva 481101 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08/04/2015 a 28/11/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº. 35/2016, instaurado pela Portaria nº. 1634 de 29 de junho de 2016.

Indiciado: A apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1634 de 29 de junho de 2016, instaurou-se Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a apurar responsabilidade por multa infligida ao veículo KIA K2500 placa MLL 6493. Os servidores A.C.S.; M.C.M e V.M.. foram citados/intimados, compareceram na audiência, com exceção do senhor V.M., suposto condutor do veículo.

É o Relatório.

Analizando os autos não há provas para penalizar servidor diante denúncia de fls. 07.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes/SC).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo, no que concerne ao ARQUIVAMENTO do processo.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 13 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO TA FMS PARA 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 003 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 007/2014

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: NOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA-ME

Valor : 15.426,72 (quinze mil quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos)

Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 685.345,21

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 4 Mbps (Full), COM FORNECIMENTO DE 08 (OITO) ENDEREÇOS DE IP PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE, terá vigência de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Novo Horizonte/SC, em 23 de Dezembro de 2016 – DIRCEU MEZOMO – Gestor FMS

EXTRATO TA PARA 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 001/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA

Valor : 7.860,00 (sete mil oitocentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12)

Objeto : O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 001/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017 –Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela

CONTRATADA, que disponibiliza:-Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;-2.Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;e Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Termo Aditivo Nº : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 008/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA

Valor : 19.279,00 (dezenove mil duzentos e setenta e nove reais)

Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2013

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (31)

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na

alteração da CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E CARTUCHOS E SERVIÇOS DE RECARGA DE TONER E CARTUCHOS, PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, terá vigência de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Termo Aditivo Nº : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 060/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: NOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - ME

Valor : 12.855,60 (doze mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 246.235,00

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 6 Mbps (Full), ATRAVÉS DE RÁDIO DIGITAL DE NO MÍNIMO 5,8ghz E RÁDIO BACKUP, COM FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) ENDEREÇOS DE IP PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE NOVO

HORIZONTE/SC, terá vigência de 01/01/2017 até 30/06/2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 004 ao Contrato Administrativo Nº: 013/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Valor : 83.946,60 (oitenta e três mil novecentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (109) Saldo: 665.500,00

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO, do Contrato para a prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final de lixo domiciliar, comercial e de lixo proveniente dos serviços de saúde, no perímetro urbano de Novo Horizonte, terá vigência de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Termo Aditivo Nº : 006 ao Contrato Administrativo Nº: 026/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA

Valor : 12.500,00 (doze mil quinhentos reais)

Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2013

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (31)

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO para a prestação de serviços de impressão, c/ fornecimento

de Impressoras c/ tecnologia de impressão a laser e manutenção relativa aos mesmos, terá vigência de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 023/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: CLOVIS ZANKOSKI 69444498972
Valor : 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (36), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (109)
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUINTA- DO PRAZO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS E TERRENOS MUNICIPAIS, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, terá vigência de 01/01/2017 até 31/12/2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 022 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME
Valor : 705.386,54 (setecentos e cinco mil trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013
Recursos : Dotação: 40.01-039-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-110-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-040-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-116-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-041-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-130-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-042-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-134-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-045-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-109-Manutenção Ensino Médio
40.01-046-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-134-Manutenção Ensino Médio; 40.01-052-12.367.0008-2.017.3.3.90.00-109-Manutenção APAE
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA para serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, terá vigência de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Termo Aditivo Nº : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 009/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: NOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA- ME
Valor : 136.269,36 (cento e trinta e seis mil duzentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 246.235,00
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA DO CONTRATO - para prestação de serviços de acesso à rede mundial de computadores, visando atender ao Programa "Cidade Digital" do município de Novo Horizonte - SC, terá vigência de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Novo Horizonte/SC, em 23 de Dezembro de 2016 – Eli Mariott –
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

ERRATA TERMO ADITIVO CONTRATO 149/2013

ERRATA – TERMO ADITIVO

Contrato Nº.: 149/2013 – ERRATA (ERRO DE DIGITAÇÃO)

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratado...: BETHA SISTEMAS LTDA

Onde se Lê na Edição nº 2151 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na Página 1054 "CONTRATO 149/2013-3", leia-se: CONTRATO 149/2013-5

Orleans, 22 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 133/2016

DECRETO Nº 133/2016.
De 15 de dezembro de 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABER-TURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.937/2016, de 30 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2010 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(34) R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2013 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(57) R\$ 56.000,00

TOTAL R\$ 56.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 04.01 – Departamento de Educação

Projeto: 2.015 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(68) R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.009 – Divulgação de Atos Oficiais do Poder Executivo Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.0000.0(20) R\$ 23.000,00

TOTAL R\$ 23.000,00

DECRETO Nº 133/2016.

De 15 de dezembro de 2016.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários

Projeto: 1.022 – Obras de Saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(121) R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Transportes e Serviços Viários

Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (142) R\$ 22.000,00

TOTAL GERAL R\$ 22.000,00

ÓRGÃO: 09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 09.01 – Encargos Gerais do Município

Projeto: 0.002 – Amortização de Dívida Pública

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.01.0000 (149) R\$ 400,00
Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.01.0000 (150) R\$ 600,00
TOTAL GERAL R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmito/SC, em 15 de dezembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 154/2015

DECRETO Nº 154/2015. De 08 de dezembro de 2015.	APROVA COM RESTRIÇÕES, O LOTEAMENTO MALVESSI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pelos incisos VI e XXII do art. 60 da Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 044/2012, de 13 de junho de 2012:
--	---

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto, APROVADO COM RESTRIÇÕES, o LOTEAMENTO MALVESSI, de propriedade de Antonio Décimo Malvessi, portador do RG nº 1.230.458 SSI/SC e inscrito no CPF sob o nº 469.257.759-20, e sua esposa Clarete Ana Blanger Malvessi, portadora do RG nº 3.221.818-4 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 871.627.509-82, brasileiros, agricultores, residentes e domiciliados na Linha Pavão, interior, no município de Palmitos/SC, a ser executado sobre o imóvel denominado de PARTE SUL DA PARTE MAIOR DA CHACARA RURAL Nº (20), sem benfeitorias, com área total de 8.479,00m² (oito mil quatrocentos e setenta e nove metros quadrados), situado neste Primeiro Distrito do Município e Comarca de Palmitos – SC, objeto da matrícula nº 13.841, situado no perímetro urbano do município de Palmitos/SC, localizado na Zona de Ocupação e Densificação Urbana prioritária II-ZODUP II.

Art. 2º. A área total de escritura é de 8.479,00m², sendo que será loteada a sua totalidade, sendo: 924,97m² de APP, correspondente a 10,91%; restando a área parcelável de 7.554,04m², assim distribuída: a) área de ruas: 2.433,93m², correspondente a 32,29%; b) área de 5.120,11m² em lotes urbanos numerados de 01 a 09, localizados em 3 (três) quadras, correspondendo a 67,78% da área parcelável; b.1) área verde com 414,79m², que corresponde a 5,49% da área parcelável; b.2) área Institucional de 378,06m², que corresponde a 5,00% da área parcelável; e, b.3) lote de interesse social medindo 232,38m² (1 lote) que corresponde a 10% dos lotes.

Art. 3º. A divisão dos lotes e quadras se dará da seguinte forma:

1. LOTES DA QUADRA 01:

1.1 Lote Urbano nº 01 da Quadra 01, com área de 787,17m².

Confrontações:

Partindo do vértice M6 de coordenadas X=285340,0490 Y=7002817,8685 segue confrontando ao NORTE: com a Rua Bento Gonçalves por uma linha de 21,80m, até o vértice M1 de coordenadas X=285360.8841 Y=7002825.8438; deste segue confrontando ao LESTE com o Lote nº 06 da Quadra 'D' do Loteamento Parque Progresso por uma linha de 38,70m, até o vértice M2 de coordenadas X=285366,5636 Y=7002787,5628; deste segue confrontando ao

DECRETO Nº 154/2015.

De 08 de dezembro de 2015.

SUL com o Lote Urbano nº02 da quadra 01 por uma linha de 21,32m, até o vértice M5 de coordenadas X=285345,2222 Y=7002782,999; deste segue confrontando ao OESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 35,33m, até o vértice M6, ponto inicial da descrição deste perímetro.

1.2 Lote Urbano no 02, da Quadra 01 com área de 376,04m².

Confrontações:

Partindo do vértice M5 de coordenadas X=285345,2222 Y=7002782,999 segue confrontando ao NORTE: com Lote Urbano no 01 da quadra 01 por uma linha de 21,32m até o vértice M2 de coordenadas X=285366,5636 Y=7002787,5628; deste segue confrontando ao LESTE com o Lote nº07 da Quadra 'D' do Loteamento Parque Progresso por uma linha de 18,60m até o vértice M3 de coordenadas X=285369,2937 Y=7002769,1609; deste segue confrontando ao SUL com a Rua Chapecó por uma linha de 21,29m, até o vértice M4 de coordenadas X=285347,6724 Y=7002766,4843; deste segue confrontando ao OESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 16,74m, até o vértice M5, ponto inicial da descrição deste perímetro

2. LOTES DA QUADRA 02:

2.1 Lote Urbano no 01 da Quadra 02, com área de 319,27m².

Confrontações:

Partindo do vértice M10 de coordenadas X=285350,0212 Y=7002750,652 segue confrontando ao NORTE Com a Rua Chapecó por uma linha de 21,28m até o vértice, M1 de coordenadas X=285371,6425 e Y=7002753,3297 deste segue confrontando ao LESTE com o Lote nº 7 da Quadra 'F' do Loteamento Parque Progresso por uma linha de 15m até o vértice M2 de coordenadas X=285373,8445 Y=7002738,4876, deste segue confrontando ao SUL: com Lote Urbano no 02 da Quadra 02 por uma linha de 21,85m até o vértice M9 de coordenadas X=285352,2232 Y=7002735,8110; deste segue confrontando ao OESTE: com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 15,00m, até o vértice M10, ponto inicial da descrição deste perímetro.

2.2 Lote Urbano no02 da Quadra 02, com área de 255,35m².

Confrontações:

Partindo do vértice M9 de coordenadas X=285350,0212 Y=7002750,652 segue confrontando ao NORTE com Lote Urbano no 01 da quadra 02 por uma linha de 21,29m até o vértice M2 de coordenadas X=285373,8445 Y=7002738,4876; deste segue confrontando ao LESTE com o Lote nº 7 da Quadra 'F' do Loteamento Parque Progresso por uma linha de 12m, até o vértice M3 de coordenadas X=285375,6061 Y=7002726,6141; deste segue confrontando ao SUL com o Lote Urbano nº03 da quadra 02, por uma linha de 21,29m, até o vértice M8 de coordenadas X=285353,9841 Y=7002723,9418; deste segue confrontando ao OESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 12m, até o vértice M9 ponto inicial da descrição deste perímetro.

2.3 Lote Urbano no 03 da Quadra 02, com área de 279,89m².

Confrontações:

DECRETO Nº 154/2015.

De 08 de dezembro de 2015.

Partindo do vértice M8 de coordenadas X=285353,9841 Y=7002723,9418 segue confrontando ao NORTE com o Lote Urbano no02 da quadra 02, por uma linha de 21,29m, até o vértice M3 de coordenadas X=285375,6061 Y=7002726,614; deste segue confrontando ao LESTE com o Lote nº 7 da Quadra 'F' do Loteamento Parque Progresso por uma linha de 13,19m, até o vértice M4 de coordenadas X=285377,5962 Y=7002713,1999; deste segue confrontando ao SUL com o Lote Urbano nº04 da quadra 02 destinado a Área Institucional, por uma linha de 21,29, até o vértice M7 de coordenadas X=285355,9659 Y=7002710,5843; deste segue confrontando ao OESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 13,12m, até o vértice M8; ponto inicial da descrição deste perímetro.

2.4 Lote Urbano nº 04 destinado a Área Institucional, com área de 378,06m². Confrontações:

Partindo do vértice M7 de coordenadas X=285355,9659 Y=7002710,5843 segue confrontando ao NORTE com Lote Urbano nº 03 da quadra 02, por uma linha de 21,29, até o vértice M4 de coordenadas X=285377,5962 Y=7002713,1999; deste segue confrontando ao LESTE com o Lote nº 7 da Quadra 'F' do Loteamento Parque Progresso por uma linha de 18,19m, até o vértice M5 de coordenadas X=285380,2093 Y=7002695,5873; deste segue confrontando ao SUL com Área de Preservação Permanente por uma linha de 21,33m, até o vértice M6 de coordenadas X=285358,4530 Y=7002693,8205; deste segue confrontando ao OESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 17,35m, até o vértice M7; ponto inicial da descrição deste perímetro.

3. LOTES DE QUADRA 03:

3.1 Lote Urbano no 01 da Quadra 03, com área de 393,84m².

Confrontações:

Partindo do vértice M20 de coordenadas X=285302,0673 Y=7002803,3298 segue confrontando ao NORTE com a Rua Bento Gonçalves por uma linha de 23,67m, até o vértice M1 de coordenadas X=285323,7864 Y=7002811,6434; deste segue confrontando ao LESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 19,70m, até o vértice M2 de coordenadas X=285326,6593 Y=7002792,2793; deste segue confrontando ao SUL com o Lote Urbano no 02 da quadra 03 por uma linha de 23,21m até o vértice M19 de coordenada X=285304,1513 Y=7002789,2468; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural no 17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 14,24m até o vértice M20; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Obs: Lote a ser caucionado em favor do Município de Palmitos, conforme Lei 1503/88.

3.2 Lote Urbano no 02 da Quadra 03, com área de 278,56m².

Confrontações:

Partindo do vértice M19 de coordenadas X=285304,1513 Y=7002789,2468 segue ao NORTE confrontando com Lote Urbano no 01 da quadra 03 por uma linha de 23,21m, até o vértice M2 de coordenadas X=285326,6593 Y=7002792,2793; deste segue confrontando ao LESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 12,00m até o vértice M3 de coordenadas

DECRETO Nº 154/2015.

De 08 de dezembro de 2015.

X=285328,4206 Y=7002780,4082; deste segue confrontando ao SUL com Lote Urbano no 03 da quadra 03 por uma linha de 23,22m até o vértice M18 de coordenadas X=285305,9081 Y=7002777,3750; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural no 17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 12,00m, até o vértice M19; ponto inicial da descrição deste perímetro.

3.3 Lote Urbano no 03 da Quadra 03, com área de 289,85m².

Confrontações:

Partindo do vértice M18 de coordenadas X=285305,9081 Y=7002777,3750 segue ao NORTE confrontando com o Lote Urbano no 02 da quadra 03 por uma linha de 23,22m até o vértice M3 de coordenadas X=285328,4206 Y=7002780,4082; deste segue confrontando ao LESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 12,29m até o vértice de M4 de coordenadas X=285330,2240 Y=7002768,2526; deste segue confrontando ao SUL com Lote Urbano no 04 da quadra 03 por uma linha de 23,22m, até o vértice M17 de coordenadas X=285307,7672 Y=7002764,8124; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural no 17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 12,70m até o vértice M18; ponto inicial da descrição deste perímetro.

3.4 Lote Urbano no04 da Quadra 03, com área de 278,66m²,

Confrontações:

Partindo do vértice M17 de coordenadas X=285307,7672 Y=7002764,8124 segue ao NORTE confrontando com Lote Urbano no03 da quadra 03 por uma linha de 23,22m, até o vértice M4 de coordenadas X=285330,2240 Y=7002768,2526; deste segue confrontando ao LESTE

com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 12,00m, até o vértice M5 de coordenadas X=285331,9851 Y=7002756,3824; deste segue confrontando ao SUL com Lote Urbano nº05 da quadra 03 por uma linha de 23,22m até o vértice M16 de coordenadas X=285333,7462 Y=7002744,5122; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural no 17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 12,00m até o vértice M17; ponto inicial da descrição deste perímetro.

3.5 Lote Urbano nº05 da Quadra 03, com área de 278,71m².

Confrontações:

Partindo do Vértice M16 de coordenadas X=285309,5238 Y=7002752,9416 segue confrontando ao NORTE com Lote Urbano nº04 da quadra 03 por uma linha de 23,22m, até o vértice M5 de coordenadas X=285331,9851 Y=7002756,3824; deste segue confrontando ao LESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 12,00m até o vértice M6 de coordenadas X=285333,7462 Y=7002744,5122; deste segue confrontando ao SUL com Lote Urbano nº06 da quadra 03 por uma linha de 23,22m, até o vértice M15 de coordenadas X=285311,2805 Y=7002741,0707; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural nº17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 12m até o vértice M16; ponto inicial da descrição deste perímetro.

DECRETO Nº 154/2015.

De 08 de dezembro de 2015.

3.6 Lote Urbano nº 06 da Quadra 03, com área de 278,73m².

Confrontações:

Partindo do Vértice M15 de coordenadas X=285311,2805 Y=7002741,0707 segue confrontando ao NORTE com Lote Urbano nº 05 da quadra 03 por uma linha de 23,22m, até o vértice M6 de coordenadas X=285333,7462 Y=7002744,5122; deste segue confrontando ao LESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 12,00m até o vértice M7 de coordenadas X=285335,5073 Y=7002732,6420; deste segue confrontando ao SUL com Lote Urbano nº 07 da quadra 03 por uma linha de 23,23m até o vértice M14 de coordenadas X=285313,0372 Y=7002729,1998; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural nº17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 12m até o vértice M15; ponto inicial da descrição deste perímetro.

3.7 Lote Urbano nº 07 da Quadra 03, com área de 278,81m²

Confrontações:

Partindo do Vértice M14 de coordenadas X=285313,0372 Y=7002729,1998 segue confrontando ao NORTE com Lote Urbano nº06 da quadra 03 por uma linha de 23,23m até o vértice M7 de coordenadas X=285335,5073 Y=7002732,6420; deste segue confrontando ao LESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 12m, até o vértice M8 de coordenadas X=285337,2684 Y=7002720,7718; deste segue confrontando ao SUL com Lote Urbano nº 08 da quadra 03 por uma linha de 23,23m até o vértice M13 de coordenadas X=285314,7938 Y=7002717,3289; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural nº17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 12,00m, até o vértice M14; ponto inicial da descrição deste perímetro.

3.8 Lote Urbano nº 08 da Quadra 03, com área de 232,38m² (Lote de interesse social). Confrontações:

Partindo do vértice M13 de coordenadas X=285314,7938 Y=7002717,3289 segue confrontando ao NORTE com o Lote Urbano nº 07 da quadra 03 por uma linha de 23,23m até o vértice M8 de coordenadas X=285337,2684 Y=7002720,7718; deste segue confrontando ao LESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 10,00m, até o vértice M9 de coordenadas X=285338,7358 Y=7002710,8808; deste segue confrontando ao SUL com o Lote Urbano nº 09 destinado a Área Verde por uma linha de 23,24m até o vértice M12 de coordenadas X=285316,2577 Y=7002707,4365; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural nº17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 10,00m até o vértice M13 ponto inicial da descrição deste perímetro.

3.9 Lote Urbano nº 09 da quadra 03 destinado a Área Verde, com área de 414,79m². Confrontações:

Partindo do vértice M12 de coordenadas X=285316,2577 Y=7002707,4365 segue confrontando ao NORTE com Lote Urbano nº 08 da quadra 03 por uma linha de 23,24m até o vértice M9 de coordenadas X=285338,7358 Y=7002710,8808; deste segue confrontando ao LESTE com a Rua Caetana Garcia por uma linha de 18,68m, até o vértice M10 de coordenadas X=285341,4715 Y=7002692,4415; deste segue confrontando ao SUL com a Área de

DECRETO Nº 154/2015.

De 08 de dezembro de 2015.

Preservação Permanente - APP por uma linha de 23,30m, até o vértice M11 de coordenadas X=285318,7498 Y=7002690,5963; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural nº17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 17,02m até o vértice M12 ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 4º A área de Preservação Permanente – APP terá uma área de 924,97 m², confrontando: Partindo do vértice M11 de coordenadas X=285318,7498 Y=7002690,5963 segue confrontando ao NORTE com o Lote Urbano nº 09 da quadra 03 destinado a Área Verde por uma linha de 23,30m até o vértice M10 de coordenadas X=285341,4715 Y=7002692,4415 deste, até o vértice M6 de coordenadas X=285358,4530 Y=7002693,8205 confronta com a Rua Caetana Garcia numa extensão de 17m, deste, até o vértice M5 de coordenadas X=285380,2093 Y=7002695,5873 confronta com o Lote Urbano nº 04 da quadra 02, destinado a área Institucional por uma linha de 21,23m, deste segue confrontando ao LESTE com o Lote nº 7, Quadra " F" do Loteamento Parque Progresso por uma linha de 15,03m, até o vértice M1 de coordenadas X=286219,0185 Y=7002749,1399; deste segue confrontando ao SUL com o Arroio da Roça por uma extensão de 61,67m, até o vértice M2 de coordenadas X=286157,5534 Y=7002744,1484; deste segue confrontando ao OESTE com Parte da Chácara Rural nº17 de Floricultura Cibelle por uma linha de 15,10m, até o vértice M11 ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 5º A nomeação e confrontação das se dará da seguinte forma:

4. ÁREA DE RUAS

4.1 Rua Caetana Garcia, com área de 2.093,41m². Confrontações:

Partindo do vértice M1 de coordenadas X=285323,7864 Y=7002811, segue confrontando ao NORTE com a Rua Bento Gonçalves por uma linha de 17,00m até o vértice M6 de coordenadas X=285340,0490 Y=7002817,8685 deste, segue confrontando LESTE com os Lotes 01 e 02 da quadra 01, por uma linha de 52,07m até o vértice M4 de coordenadas X=285347,6724 Y=7002766,4843; deste segue confrontando com

a Rua Chapecó por uma linha de 16m até o vértice M10 de coordenadas X=285350,0212 Y=7002750,652 deste segue confrontando com os lotes 01, 02, 03 e 04 da quadra 02 por uma linha de 57,47m até o vértice M6 de coordenadas X=285358,4530 Y=7002693,8205 deste segue confrontando ao SUL com a Área de Preservação Permanente por uma linha de 17m, até o vértice M10 de coordenadas X=285341,4715 Y=7002692,4415; deste segue confrontando ao OESTE com os lotes 09, 08, 07, 06, 05, 04, 03, 02 e 01, todos da quadra 03, por uma linha de 120,67m, até o vértice M1 ponto inicial da descrição deste perímetro.

4.2 Rua Chapecó, com área de 340,64m². Confrontações:

Partindo do vértice M4 de coordenadas X=285347,6724 Y=7002766,4843, segue confrontando ao NORTE com o Lote 02 da quadra 01 por uma linha de 21,29m até o vértice M3 de coordenadas X=285369,2937 Y=7002769,1609 deste, segue confrontando LESTE com a mesma Rua Chapecó, por uma linha de 16m até o vértice M1 de coordenadas X=285371,6425 e Y=7002753,3297; deste segue confrontando ao SUL com o lote 01 da

DECRETO Nº 154/2015.

De 08 de dezembro de 2015.

quadra 02 por uma linha de 21,28m até o vértice M10 de coordenadas X=285350,0212 Y=7002750,652 deste segue confrontando ao OESTE com a Rua Caetana Garcia, por uma linha de 16m, até o vértice M6 ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 6º A não apresentação das alterações exigidas pelo Parecer Técnico nº 264/2015, do Departamento de Obras e Engenharia, até 31 de janeiro de 2016, terá como consequência, a revogação deste Decreto.

Art. 7º Não poderão os loteadores requererem o registro imobiliário do loteamento, sem que haja declaração/certidão/Parecer Técnico firmado pelo Departamento de Obras e Engenharia do Município de Palmitos, de que as exigências constantes no Parecer Técnico nº 264/2015, foram integralmente cumpridas.

Art. 8º É parte integrante do presente Decreto: mapas, memorial descritivo, A.R.T. firmado por Engenheiro Eletricista CREA/SC 068655-4, R.R.T Firmado por Arquiteto e Urbanista CAU/BR A44173-2, Pareceres Técnicos de nº 260/2015 e 264/2015, do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico, cópia da Matrícula nº 13.841 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos, Termo de compromisso e Licença ambiental de nº 733/2012 juntamente com o deferimento de prorrogação da validade da mesma até 02/02/2016, para todos os efeitos legais.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 08 de dezembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Nilton César Rigoni

Assessor Jurídico – OAB/SC 14059-B

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 094/2016

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 090/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/11/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa MODELO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 94.510.682/0001-26, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de pneus novos sem uso, para os veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes na Relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento do item adjudicado somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – No caso de impossibilidade na entrega do item adjudicado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste item e assim sucessivamente;
- 1.4 – o valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 12.042,00 (doze mil e quarenta e dois reais), relativos aos itens 01 e 06, objeto do processo licitatório pregão presencial 090/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos itens, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela contratada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela

estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- 3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 090/2016 e seus anexos;
- 3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 – As entregas deverão ser realizadas conforme necessidade do município, cuja Contratada, terá o prazo de 07 (sete) dias consecutivos contados da data da solicitação, para entregar o objeto desta licitação na sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, sito à Rua Sérgio Glevinski 134, Centro, Papanduva/SC, conforme a solicitação;
- 4.2 – Não serão aceitos os itens que a contratada entregar fora da especificação do edital e anexo I do edital.
- 4.3 – Os itens adjudicados somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;
- 4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato;
- 5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 090/2016 e seus anexos;
- 5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o item que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
 - 7.1.1 – Houver desistência na entrega do item após a adjudicação da licitação;
 - 7.1.2 – Não for entregue o item no prazo estabelecido neste Instrumento;
 - 7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.
- 7.2 – A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
 - 7.2.1 – Advertência;
 - 7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
 - 7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco)

anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contrata nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) item(ns) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papan-
duva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, re-
nunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado
que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.
Papanduva, 29 de novembro de 2016.

_____ – Márcio Wisniewski – Pregoeiro
_____ – ErliEdivinaWunscheBacellar –

Equipe de Apoio

– ElitonLuis de Souza Prestes –

Equipe de Apoio

_____ – Otávio Hunka – Equipe de Apoio
_____ – Igelso Ludovico Cecon – Pela

Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO N°: 016/2016

Nº DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: INFOPLAN LTDA - ME
CNPJ: 04.622.715/0001-37

PROCESSO LICITATÓRIO VINCULADO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA USO DOS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EXCLUSIVAMENTE NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, NO PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 23/12/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 23/12/2016 À 22/12/2017

VALOR ORIGINAL: R\$ 25.650,00

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: ---

VIGÊNCIA DO ADITIVO: ---

VAI OR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA
LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

PROCESSO LICITATÓRIO 005/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 003/2016 - ATA 1

PROCESSO LICITATÓRIO 005/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 003/2016

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR. 1/2016 (SEQUÊNCIA: 1)

AO(S) 22 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS, NA SEDE DA(O) CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 41/2015, PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO DAS PROPONENTES HABILITADAS PARA FORNECIMENTO E/OU EXECUÇÃO DOS ITENS DESCRITOS NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2016, LICITAÇÃO Nº 3/2016 - PR, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS PROPOSTAS PARA ESTUDO E ANÁLISE DE PREÇO E OUTROS FATORES PREVISTOS NO EDITAL. LOGO APÓS JULGADAS AS PROPOSTAS, A COMISSÃO EMITIU O PARECER DISCRIMINANDO O(S) VENCEDOR(ES), CONFORME SEGUE ABAIXO: PARECER DA COMISSÃO: AOS 22 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 08:30 DA MANHA COMPARECERAM À SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA OS MEMBROS DA EQUIPE DO PREGÃO NOMEADOS MEDIANTE A PORTARIA Nº 040/2015 DE 17/12/2015 O SENHOR PREGOEIRO JAMES MICHEL CERNAK MATRÍCULA 118, E OS MEMBROS NOELI CRISTINA DA SILVA MATRÍCULA 134 E JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA MATRÍCULA 123. FORAM RECEBIDOS OS ENVELOPES DAS EMPRESAS INFOPLAN LTDA ME, REPRESENTADA PELO SENHOR MARCIO JORGENSEN, PORTADOR DO CPF: 720.191.409-00; CEK INFORMÁTICA EIRELI ME, REPRESENTADA PELO SENHOR CARLOS EDUARDO KELLNER, PORTADOR DO CPF: 041.176.599-01; NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME, REPRESENTADA PELO SENHOR JORGE PERELLES NETO, PORTADOR DO CPF: 810.432.109-97. TODAS AS EMPRESAS APRESENTARAM OS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DENTRO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. NA SEQUENCIA FOI INICIADA A ABERTURA DOS ENVELOPES REFERENTE A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS INICIAIS, AS QUAIS FORAM APRESENTADAS NA SEGUINTE FORMA E ORDEM: INFOPLAN LTDA ME QUE APRESENTOU O VALOR INICIAL PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.880,00 E GLOBAL DE R\$ 25.920,00, CEK INFORMÁTICA EIRELI ME QUE APRESENTOU O VALOR INICIAL PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.885,00 E GLOBAL DE R\$ 25.965,00, NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME QUE APRESENTOU O VALOR INICIAL PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.890,00 E GLOBAL DE R\$ 26.010,00, NA SEQUENCIA FOI REALIZADA A ABERTURA DA FASE DE LANCES. RESTANDO ASSIM DENTRO DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO TODAS AS EMPRESAS A EMPRESA NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME APRESENTOU O LANCE PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.858,00 E GLOBAL DE R\$ 25.722,00. CEK INFORMÁTICA EIRELI ME APRESENTOU O LANCE PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.856,00 E GLOBAL DE R\$ 25.704,00, INFOPLAN LTDA ME APRESENTOU O LANCE PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.850,00 E GLOBAL DE R\$ 25.650,00. NA NOVA FASE DE LANCES AS EMPRESAS NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME E CEK INFORMÁTICA EIRELI ME DECLINARAM E NÃO OFERECERAM NOVOS LANCES, SENDO DECLARADO O MELHOR PREÇO GLOBAL DA EMPRESA INFOPLAN LTDA ME NO IMPORTE GLOBAL DE R\$ 25.650,00. NA SEQUENCIA INICIOU-SE A FASE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA INFOPLAN LTDA ME COM A MELHOR PROPOSTA NO VALOR GLOBAL DE R\$ 25.650,00, ONDE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA EM PRIMEIRO MOMENTO ATENDEU ÀS SOLICITAÇÕES DO EDITAL CORRESPONDENTE. SENDO ASSIM A EMPRESA FICA CONSIDERADA HABILITADA E VENCEDORA NO REFERIDO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PARA FINALIZAR A SESSÃO PÚBLICA O PREGOEIRO ABRIL O ESPAÇO PARA OS PARTICIPANTES APRESENTAREM O INTERESSE DE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO, ONDE NA OPORTUNIDADE NENHUMA EMPRESA APRESENTOU NENHUMA INTENÇÃO DE ENTRAR COM RECURSO NO REFERIDO PROCESSO SENDO QUE REAFIRMAM TAL DECISÃO COM A ASSINATURA DA ATA. SEM MAIS NADA PARA O MOMENTO A ATA VAI ASSINADA PELO PREGOEIRO, PELOS MEMBROS DA EQUIPE DO PREGÃO PRESENTES E PELOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DO CERTAME. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO DE JULGAMENTO, DA QUAL FOI ASSINADA A PRESENTE ATA PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E PELOS REPRESENTANTES DAS PROPONENTES. PAPANDUVA, 22 DE DEZEMBRO DE 2016

JAMES MICHEL CERNAK- - PREGOEIRO(A)
JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA- - MEMBRO EQUIPE DE APOIO
NOELI CRISTINA DA SILVA- - MEMBRO EQUIPE DE APOIO
ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO DE JULGAMENTO:
MARCIO JORGENSEN - - SOCIO DIRETOR
CARLOS EDUARDO KELLNER - - SOCIO DIRETOR
JORGE PERELLES NETO - - SOCIO DIRETOR

PROCESSO LICITATÓRIO 005/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 003/2016 - ATA 2

PROCESSO LICITATÓRIO 005/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 003/2016

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 2/2016 (SEQUÊNCIA: 2)

AO(S) 22 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 09:15 HORAS, NA SEDE DA(O) CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 41/2015, PARA DAR CONTINUIDADE NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2016, LICITAÇÃO Nº. 3/2016 - PR, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, OS MEMBROS DA COMISSÃO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: INFOPLAN LTDA ME, REPRESENTADA; CEK INFORMÁTICA EIRELI ME; E NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO: AOS 22 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 08:30 DA MANHA COMPARECERAM À SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA OS MEMBROS DA EQUIPE DO PREGÃO NOMEADOS MEDIANTE A PORTARIA Nº 040/2015 DE 17/12/2015 O SENHOR PREGOEIRO JAMES MICHEL CERNAK MATRÍCULA 118, E OS MEMBROS NOELI CRISTINA DA SILVA MATRÍCULA 134 E JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA MATRÍCULA 123. FORAM RECEBIDOS OS ENVELOPES DAS EMPRESAS INFOPLAN LTDA ME, REPRESENTADA PELO SENHOR MARCIO JORGENSEN, PORTADOR DO CPF: 720.191.409-00; CEK INFORMÁTICA EIRELI ME, REPRESENTADA PELO SENHOR CARLOS EDUARDO KELLNER, PORTADOR DO CPF: 041.176.599-01; NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME, REPRESENTADA PELO SENHOR JORGE PERELLES NETO, PORTADOR DO CPF: 810.432.109-97. TODAS AS EMPRESAS APRESENTARAM OS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DENTRO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. NA SEQUENCIA FOI INICIADA A ABERTURA DOS ENVELOPES REFERENTE A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS INICIAIS, AS QUAIS FORAM APRESENTADAS NA SEGUINTE FORMA E ORDEM: INFOPLAN LTDA ME QUE APRESENTOU O VALOR INICIAL PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.880,00 E GLOBAL DE R\$ 25.920,00, CEK INFORMÁTICA EIRELI ME QUE APRESENTOU O VALOR INICIAL PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.885,00 E GLOBAL DE R\$ 25.965,00, NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME

QUE APRESENTOU O VALOR INICIAL PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.890,00 E GLOBAL DE R\$ 26.010,00, NA SEQUENCIA FOI REALIZADA A ABERTURA DA FASE DE LANCES. RESTANDO ASSIM DENTRO DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO TODAS AS EMPRESAS A EMPRESA NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME APRESENTOU O LANCE PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.858,00 E GLOBAL DE R\$ 25.722,00. CEK INFORMÁTICA EIRELI ME APRESENTOU O LANCE PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.856,00 E GLOBAL DE R\$ 25.704,00, INFOPLAN LTDA ME APRESENTOU O LANCE PARA O ITEM 1, SENDO UNITÁRIO DE R\$ 2.850,00 E GLOBAL DE R\$ 25.650,00. NA NOVA FASE DE LANCES AS EMPRESAS NUVEMPRIME INFORMÁTICA LTDA - ME E CEK INFORMÁTICA EIRELI ME DECLINARAM E NÃO OFERECERAM NOVOS LANCES, SENDO DECLARADO O MELHOR PREÇO GLOBAL DA EMPRESA INFOPLAN LTDA ME NO IMPORTE GLOBAL DE R\$ 25.650,00. NA SEQUENCIA INICIOU-SE A FASE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA INFOPLAN LTDA ME COM A MELHOR PROPOSTA NO VALOR GLOBAL DE R\$ 25.650,00, ONDE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA EM PRIMEIRO MOMENTO ATENDEU ÀS SOLICITAÇÕES DO ETITAL CORRESPONDENTE. SENDO ASSIM A EMPRESA FICA CONSIDERADA HABILITADA E VENCEDORA NO REFERIDO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PARA FINALIZAR A SESSÃO PÚBLICA O PREGOEIRO ABRIL O ESPAÇO PARA OS PARTICIPANTES APRESENTAREM O INTERESSE DE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO, ONDE NA OPORTUNIDADE NENHUMA EMPRESA APRESENTOU NENHUMA INTENÇÃO DE ENTRAR COM RECURSO NO REFERIDO PROCESSO SENDO QUE REAFIRMAM TAL DECISÃO COM A ASSINATURA DA ATA. SEM MAIS NADA PARA O MOMENTO A ATA VAI ASSINADA PELO PREGOEIRO, PELOS MEMBROS DA EQUIPE DO PREGÃO PRESENTES E PELOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DO CERTAME. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO DE JULGAMENTO, DA QUAL FOI ASSINADA A PRESENTE ATA PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E PELOS REPRESENTANTES DAS PROPONENTES. PAPANDUVA, 22 DE DEZEMBRO DE 2016

JAMES MICHEL CERNIAK- - PREGOEIRO(A)

JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA- - MEMBRO EQUIPE DE APOIO

NOELI CRISTINA DA SILVA- - MEMBRO EQUIPE DE APOIO

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO DE JULGAMENTO:

MARCIO JORGENSEN - - SOCIO DIRETOR

CARLOS EDUARDO KELLNER - - SOCIO DIRETOR

JORGE PERELLES NETO - - SOCIO DIRETOR

PROCESSO LICITATÓRIO 005/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 003/2016 - ADJUDICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CNPJ: 83.493.726/0001-30
 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78
 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 3/2016 - PR

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 5/2016

Data do Processo: 08/12/2016

Folha: 1/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2016
- b) Licitação Nr.: 3/2016-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/12/2016
- e) Data da Adjudicação: 23/12/2016 Sequência: 1
- f) Objeto da Licitação NOTEBOOK "TOUCH SCREEN"; ÁREA VISÍVEL 14"; PROCESSADOR 2.0 GHZ E CACHE DE 3 MB; PROCESSADOR I3 OU SUPERIOR, 5ª GERAÇÃO; MEMÓRIA RAM 08 GB DDR3; HD 500 GB, 5400 RPM; TECLADO LÍNGUA PORTUGUESA, COM "Ç"; MOUSE SEM FIO, 800 DPI, C BOTÃO DE ROLAGEM; INTERFACE DE ÁUDIO ESTÉREO; 03 INTERFACES USB; INTERFACE DE REDE, INTEGRADA A PLACA MÃE; SO WINDOWS 10, 64 BITS EM PORTUGUÊS (BRASIL); GARANTIA DE 1 ANO.


g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

Papanduva, 23 de Dezembro de 2016.

 GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

	ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR
	CNPJ: 83.493.726/0001-30 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2016 Data do Processo: 08/12/2016
		Folha: 2/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**INFOPLAN LTDA ME (6636)**

1	NOTEBOOK "TOUCH SCREEN"; ÁREA VISÍVEL DE NO MÍNIMO 14 POLEGADAS; PROCESSADOR OPERANDO NO MÍNIMO A 2.0 GHZ E CACHE DE 3 MB; PROCESSADOR INTEL I3 OU SUPERIOR, 5ª GERAÇÃO OU SUPERIOR; MEMÓRIA RAM CONTENDO 08 (OITO) GBYTES DE MEMÓRIA DDR3; UNIDADE DE DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 GBYTES, 5400 RPM; TECLADO LÍNGUA PORTUGUESA, COM "Ç"; MOUSE SEM FIO, 800 DPI, ÓTICO DE DOIS BOTÕES, COM BOTÃO DE ROLAGEM; INTERFACE DE ÁUDIO ESTÉREO; 03 INTERFACES USB, SENDO PELO MENOS UMA USB 3.0 E AS DEMAIS 2.0; INTERFACE DE REDE FAST ETH ERNET PADRÃO IEEE 802.3 COMPATÍVEL COM AS VELOCIDADES 10/100/1000, AUTOSENSE, COM CONECTOR RJ-45, INTEGRADA A PLACA MÃE; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10, 64 BITS EM PORTUGUÊS (BRASIL); GARANTIA DE 1 ANO; ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM TEMPO DE SOLUÇÃO EM ATÉ 30 DIAS ÚTEIS CONTADOS A PARTIR DO COMUNICADO EFETUADO NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE. O DESCUMPRIMENTO DO PRAZO ESTIPULADO IMPLICA NA SUBSTITUIÇÃO DO EQUIPAMENTO. - Marca: LENOVO	UN	9	-	2.850,00	25.650,00
---	--	----	---	---	----------	-----------

Total do Fornecedor: 25.650,00**Total Geral: 25.650,00**


02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.4.4.90.00.00.00.00 (7) Saldo: 47.116,86

Papanduva, 23 de Dezembro de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

PROCESSO LICITATÓRIO 005/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 003/2016 - HOMOLOGAÇÃO

 ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA CNPJ: 83.493.726/0001-30 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2016 Data do Processo: 08/12/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:


- a) Processo Nr.: 5/2016
- b) Licitação Nr.: 3/2016-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/12/2016
- e) Objeto da Licitação: NOTEBOOK "TOUCH SCREEN"; ÁREA VISÍVEL 14"; PROCESSADOR 2.0 GHZ E CACHE DE 3 MB; PROCESSADOR I3 OU SUPERIOR, 5ª GERAÇÃO; MEMÓRIA RAM 08 GB DDR3; HD 500 GB, 5400 RPM; TECLADO LÍNGUA PORTUGUESA, COM "Ç"; MOUSE SEM FIO, 800 DPI, C BOTÃO DE ROLAGEM; INTERFACE DE ÁUDIO ESTÉREO; 03 INTERFACES USB; INTERFACE DE REDE, INTEGRADA A PLACA MÃE; SO WINDOWS 10, 64 BITS EM PORTUGUÊS (BRASIL); GARANTIA DE 1 ANO.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Papanduva, 23 de Dezembro de 2016.

 GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
 PRESIDENTE

	ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2016 - PR
	CNPJ: 83.493.726/0001-30 RUA SERGIO GLEVINSKI, 78 C.E.P.: 89370-000 - Papanduva - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2016 Data do Processo: 08/12/2016
		Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**INFOPLAN LTDA ME (6636)**

1	NOTEBOOK "TOUCH SCREEN"; ÁREA VISÍVEL DE NO MÍNIMO 14 POLEGADAS; PROCESSADOR OPERANDO NO MÍNIMO A 2.0 GHZ E CACHE DE 3 MB; PROCESSADOR INTEL I3 OU SUPERIOR, 5ª GERAÇÃO OU SUPERIOR; MEMÓRIA RAM CONTENDO 08 (OITO) GBYTES DE MEMÓRIA DDR3; UNIDADE DE DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 GBYTES, 5400 RPM; TECLADO LÍNGUA PORTUGUESA, COM "Ç"; MOUSE SEM FIO, 800 DPI, ÓTICO DE DOIS BOTÕES, COM BOTÃO DE ROLAGEM; INTERFACE DE ÁUDIO ESTÉREO; 03 INTERFACES USB, SENDO PELO MENOS UMA USB 3.0 E AS DEMAIS 2.0; INTERFACE DE REDE FAST ETH ERNET PADRÃO IEEE 802.3 COMPATÍVEL COM AS VELOCIDADES 10/100/1000, AUTOSENSE, COM CONECTOR RJ-45, INTEGRADA A PLACA MÃE; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10, 64 BITS EM PORTUGUÊS (BRASIL); GARANTIA DE 1 ANO; ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM TEMPO DE SOLUÇÃO EM ATÉ 30 DIAS ÚTEIS CONTADOS A PARTIR DO COMUNICADO EFETUADO NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE. O DESCUMPRIMENTO DO PRAZO ESTIPULADO IMPLICA NA SUBSTITUIÇÃO DO EQUIPAMENTO. - Marca: LENOVO	UN	9,00	0,0000	2.850,00	25.650,00
---	---	----	------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 25.650,00

Total Geral: 25.650,00

Papanduva, 23 de Dezembro de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1859/2016

DECRETO Nº 1859/2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418/2015 de 28 de novembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º Fica abertura Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 72.460,81 (setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e oitenta e um centavos) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.02 – GABINETE DO VICE PREFEITO

02.02.04.122.1010.2.011 – Manut.do Gabinete do Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0258 – Aplicações Diretas(168)
..... R\$ 660,81

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.03.04.122.1030.2.020 – Manut.da Divisão de Adminis.Fazenda e Planej.

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0258 – Aplicações Diretas(163)
..... R\$ 8.300,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0258 – Aplicações Diretas(161)
..... R\$ 3.500,00

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

05.03.12.361.1031.2.035 – Manut.do Programa Educação Para Todos

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0212 – Aplicações Diretas(37)
..... R\$ 60.000,00

Total da AdiçãoR\$ 72.460,81
(sessenta mil reais)

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) será utilizado os recursos provenientes ao provável excesso de arrecadação, referente as fontes de recursos 0.1.0212 e 0.1.0213(TCE 18 e 19) Transf. de Recursos do FUNDEB, e até o valor de R\$ 12.460,81 (doze mil, quatrocentos e sessenta reais e oitenta e um centavos) será utilizados o recurso proveniente ao provável excesso de arrecadação, referente a fonte de recurso 0.1.0258(TCE 89) Alienação de bens Moveis, conforme Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418/2015 de 28/11/2015 e o inciso II , do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 08 dezembro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secr Mun de Adm,Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra Paraíso (SC) 08 de dezembro de 2016.
Servidor Responsável

DECRETO 1860/2016

DECRETO Nº 1860/2016.

"Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira, para o exercício de 2017, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 64 Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no caput do art. 8º e 13, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

DECRETA:

Art 1º A movimentação e o empenhamento de dotações Orçamentárias do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, relativamente aos seus Órgãos e Fundos, constantes da Lei Municipal nº 1440/2016, de 17 de novembro de 2016, ficam limitados em conformidade com o disposto aos Anexos, parte integrante deste Decreto.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as dotações:

I - relativas aos grupos de despesa:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida;
- c) obrigações tributárias e contributivas;
- d) precatórios e despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado; e,
- e) amortização da dívida.

II - à conta de recursos de doações consignadas no orçamento com saldo suficiente ao cumprimento deste ato;

§ 2º O empenhamento e pagamento de despesas à conta das fontes de recursos constantes dos Anexos deste Ato, somente poderão ocorrer, respeitadas as dotações aprovadas, até o montante da efetiva arrecadação das receitas correspondentes no presente exercício.

§ 3º No processo regular de empenhamento de despesas por estimativa e global, considera-se para efeitos deste artigo, as despesas propriamente liquidadas dentro dos respectivos períodos.

Art 2º Fica vedada a transferência de recursos ou o empenhamento de novas despesas, exceto as nos casos previstos no art. 1º deste Decreto, para as unidades orçamentárias que ultrapassarem o limite de pagamento estabelecido neste Ato, enquanto perdurar a situação de excesso de pagamentos, em obediência aos prescritos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art 3º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos durante o exercício, bem como nos casos dos créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos " e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art 4º A execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos sociais dos órgãos do Município no exercício de 2017, obedecerá, em cada mês, ao cronograma estabelecido nos respectivos Anexos integrantes deste Ato.

§ 1º Somente será admitida despesa superior ao limite estabelecido no caput com o objetivo de pagamento da folha normal e seus respectivos encargos.

§ 2º As demais despesas com pessoal somente poderão ser realizadas, em cada mês, depois de assegurado o pagamento das despesas previstas no § 1º.

§ 3º Para efeito deste Decreto, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo-terceiro salário e férias.

§ 4º A ocorrência da situação prevista no § 1º deste artigo deverá ser objeto de justificativa junto à Secretaria Municipal da Fazenda, quando do encaminhamento das informações sobre a execução de despesas de pessoal e encargos sociais do mês correspondente.

Art 5º Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária de 2017 e seus créditos adicionais, dos Poderes deste Ente Federado, inclusive, créditos recebidos mediante descentralização, ser-lhes-ão entregues até o último dia de cada mês.

Art 6º Os Órgãos deste Ente Federado, no âmbito de suas respectivas competências, adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, 13 de dezembro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garido De Togni

Secretário Municipal de Administração,

Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e

Publicado na data supra.

Paraíso, 13 de dezembro de 2015.

Servidor Responsável

DECRETO 1861/2016

DECRETO Nº 1861/2016

"Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 63.493,60 (sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta centavos), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.03.04.122.1030.2.020 – Manut.da Divisão de Adminis.e Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(16)

..... R\$ 6.000,00

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO. CULTURA, DESPORTO E TURISMO

05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

05.03.12.361.1031.2.035 – Manut.do Programa Educação p/Todos
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0231 – Aplicações Diretas(42)

..... R\$ 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0212 – Aplicações Diretas(37)

..... R\$ 17.493,60

07.00 – SECR.MUN.DO DESEN.SOCIAL, DA FAM.E ASS.DA JUVENTUDE

07.04 – FDO. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.04.08.244.1080.1080.2.107 – Serv.de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0308 – Aplicações Diretas(167)

..... R\$ 25.000,00

Total das Adições
..... R\$ 63.493,60 (sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 63.493,60 (sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta centavos), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418 de 28 de novembro de 2015 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.03.04.122.1030.2.020 – Manut.da Divisão de Adminis.e Fazenda

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(18)

..... R\$ 6.000,00

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO. CULTURA, DESPORTO E TURISMO

05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

05.03.12.361.1031.2.035 – Manut.do Programa Educação p/Todos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0231 – Aplicações Diretas(39)

..... R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0213 – Aplicações Diretas(41)

..... R\$ 17.493,60

07.00 – SECR.MUN.DO DESEN.SOCIAL, DA FAM.E ASS.DA JUVENTUDE

07.04 – FDO. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.04.08.244.1080.1080.2.107 – Serv.de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0308 – Aplicações Diretas(88)

..... R\$ 25.000,00

Total das Subtrações
..... R\$ 63.493,60 (sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 16 de dezembro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Municipal de Administração,

Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra
Paraíso (SC) de 16 dezembro de 2016

Servidor Responsável

DECRETO 1862/2016

DECRETO Nº 1862/2016

“Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 19.996,02(dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais e dois centavos).no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1071.2.093 – Programa Vigilância Sanitária
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0419 – Aplicações Diretas(76)
..... R\$ 10.480,02
10.301.1071.2.101 – Manut.do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0242 – Aplicações Diretas(75)
..... R\$ 9.516,00
Total das Adições
..... R\$ 19.996,02 (dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais e dois centavos).
Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 19.996,02(dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais e dois centavos), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418 de 28 de novembro de 2015 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1071.2.093 – Programa Vigilância Sanitária
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0419 – Aplicações Diretas(45)
..... R\$ 10.480,02
10.301.1071.2.101 – Manut.do Programa Saúde da Família
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0242 – Aplicações Diretas(26)
..... R\$ 9.516,00
Total das Subtrações
..... R\$ 19.996,02 (dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais e dois centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC),20 de dezembro de 2016.
Erni Giacomini
Prefeito Municipal

Garrido de Togni
Secretário Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra

Paraíso (SC) 20 de dezembro de 2016

Servidor Responsável

DECRETO 1863/2016

DECRETO Nº 1863/2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418/2015 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica abertura Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 90.484,00(noventa mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1071.2.101 – Manutenção do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0242 – Aplicações Diretas(75)
..... R\$ 90.484,00 Total da Adição
..... R\$ 90.484,00
(noventa mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 90.484,00(noventa mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais) será utilizado os recursos provenientes ao provável excesso de arrecadação, referente a fonte de recurso 0.1.0242(TCE 38) Recursos SUS - Piso Atenção Básica - PAB, conforme Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418/2015 de 28/11/2015 e o inciso II , do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 20 de dezembro de 2016.
Erni Giacomini
Prefeito Municipal

Garrido de Togni
Secr Mun de Adm,Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra
Paraíso (SC) 20 de dezembro de 2016.

Servidor Responsável

DECRETO 1864/2016

DECRETO Nº 1864/2016

“Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$

4.000,00(quatro mil reais), no orçamento da Câmara Municipal de vereadores de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 01.01.01.03.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200(4)
 R\$ 4.000,00
 Total da Adição
 R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de de R\$ 4.000,00(quatro mil reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418 de 28 de novembro de 2015 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

01.01– CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO
 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES
 01.01.01.03.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200(3)
 R\$ 4.000,00
 Total da Subtração
 R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 22 de dezembro de 2016.
 Erni Giacomini
 Prefeito Municipal

Garrido de Togni
 Secretário Municipal de Administração,
 Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e
 publicado na data supra
 Paraíso (SC) 22 de dezembro de 2016

Servidor Responsável

DECRETO 1865/2016

DECRETO Nº 1865/2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABER-
 TURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE
 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATA-
 RINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei
 Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de
 R\$ 6.000,00(seis mil reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso
 (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a
 seguir:

04.00 – SECR MUN. DE ADM. FAZENDA E PLANEJAMENTO
 04.03- DIVISÃO DE AMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 04.03.28.846.0001.0.002 – Contribuição ao PASEP
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0200 - Aplicações Diretas (169)
 R\$ 6.000,00
 Total da Adição
 R\$ 6.000,00

(seis mil reais).

Art. 2º Fica , autorizada a utilização como fonte de cobertura do
 Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exer-
 cício anterior, em conformidade com a LOA nº 1418/2015 e o dis-
 posto nos incisos I , do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64
 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à aber-
 tura do respectivo Crédito Autorizado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 22 de dezembro de 2016.
 Erni Giacomini
 Prefeito Municipal

Garrido de Togni
 Secretário Municipal de Administração,
 Fazenda e Planejamento.
 Este Decreto foi registrado e
 publicado na data supra
 Paraíso (SC), 22 de dezembro de 2016.

Servidor Responsável

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0028/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0028/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0009/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, à empresa CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 02.792.912/0001-79, sediada na Rua Prefeito Zeno Germano Etges, n. 154, centro, Cidade Comarca de São Lourenço do Oeste – Estado de Santa Catarina representado neste ato por, FRANCISCO ANTONIO ABATTI, brasileiro separado judicialmente, portador do CPF nº 656.857.929-72, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Ivandre Bocalon Contratante	CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA. – EPP Francisco Antonio Abatti Contratada
--	---

Testemunhas:

Karina Ap. Marini Ribeiro CPF: 008.042.129-61	Edson Salvadego CPF: 067.004.859-32
--	--

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 416/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 416/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na Lei Municipal Vigente, resolve:

CONSTITUIR:

A Comissão de Alteração de Carga Horária 001/2016, integrada pelos seguintes servidores deste município, Osnila Vieira Rodrigues, matrícula nº 686, Luana Gonçalves Miguel matrícula nº 11254, Fernanda Rodrigues Leite nº 1010. Ficando sob a responsabilidade do primeiro, executar e julgar, com os demais, a Alteração de Carga Horária nº 001/2016, respeitando as disposições legais em vigor, para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Município de Paulo Lopes-SC, em 13 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 417/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 417/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Gustavo Borba Benetti, brasileiro, ocupante do Cargo de Procurador do Município, portador do CPF nº 054.359.549-83, matrícula nº 10820, contratado pela portaria nº 234/2013, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 15 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 418/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 418/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Cleusa Antônio Vieira, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 566.731.409-68, matrícula nº 729, ocupante do Cargo de Enfermeira, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde com gozo no período de 15/12/2016 á 13/01/2017, referente ao quinquênio 02/04/2002 á 01/04/2007, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 15 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

3051

DECRETO Nº. 3051/2016.

“PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso das atribuições que lhe confere art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista as disposições do art. 451, da Lei Complementar nº 013, de 16 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º No exercício de 2017, os prazos de lançamento dos tributos especificados nos incisos deste artigo ficam prorrogados:

I – A partir do dia 30 de janeiro de 2017:

- a) a taxa de fiscalização para o funcionamento de estabelecimentos (TFFE), prevista no art. 330 da Lei Complementar nº 013, de 16 de novembro de 2009;
- b) a taxa de vigilância sanitária para o funcionamento de estabelecimentos, na hipótese do art. 357, IV, “a” da Lei Complementar da 013, de 16 de novembro de 2009.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º ficam prorrogados os prazos de vencimento dos respectivos tributos, a saber:

I – após 28 (vinte e oito) dias da data do lançamento, para os seguintes tributos:

- a) taxa de fiscalização para o funcionamento de estabelecimentos para a hipótese prevista no art. 1º, inciso II, alínea b; e
- b) taxa de vigilância sanitária para o funcionamento de estabelecimentos para a hipótese prevista no art. 1º, inciso II, alínea c.

Art. 3º Aos contribuintes dos tributos cujos prazos de vencimento estão sujeitos à prorrogação nos termos do art. 2º são asseguradas as condições previstas na legislação para o pagamento à vista ou parcelado, inclusive quanto aos descontos concedidos para cada situação específica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Penha,

Em 21 de dezembro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e um dias do ano de dois mil e dezesseis.

Danielle S. de S. Lunge

Secretária da Administração

CONTRATO 190/2016 - PMP

CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE OBRA E/OU SERVIÇO PÚBLICO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – ME

Nº 190/2016 - PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para Execução de Obra e/ou Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, infra-assinado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06, neste ato representada pelo Sr. Claudio Daniel Moser, inscrito sob o CPF de nº 072.925.449-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 70/2016 - PMP, modalidade Convite nº 07/2016 - PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a executar para a PREFEITURA a obra e/ou serviço adiante discriminado:

A presente Licitação tem por objeto Contratação de prestação de serviço de engenharia com fornecimento de material para pavimentação em lajotas sextavadas e drenagem pluvial do pátio da Creche do Bairro Gravatá, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATADA obriga-se a executar a obra e/ou serviços mencionados na Cláusula Primeira segundo as normas técnicas adequadas,

fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários.

CLÁUSULA TERCEIRA

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA QUARTA

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA

Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia global acordada na Cláusula Sexta, desde que concluídos a obra e/ou serviço contratado.

CLÁUSULA SEXTA

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 112.426,52 (cento e doze mil e quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos), a ser pago, após relatório de execução dos serviços no Banco Bradesco, Agência:2548-8, Conta corrente 7808-5.

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

10 – Secretaria de Educação e Cultura

10.02 – Departamento de Ensino

12.361.0009 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.027 – Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

4.4.90.00.00.00.00.0617 – Aplicações Diretas

Código Reduzido 89

CLÁUSULA OITAVA

As obras e/ou serviços ora contratados terão início contados a partir desta data e deverão ser executados em até 45 (quarenta e cinco) dias de acordo com as solicitações da Secretaria de Planejamento, é a vigência do contrato é de 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura.

CLÁUSULA NONA

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

1- alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;

2- superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;

3- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

4- aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento

5- impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;

6- omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

Toda prorrogação de prazo, por parte da CONTRATADA, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As obras e/ou serviços ora contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Planejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores

alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A perícia a que se refere a Cláusula anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

a- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

a- quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

b- quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c- para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

No caso de suspensão das obras e/ou serviços ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

A CONTRATADA deverá apresentar "DIÁRIO DE OBRA" ou "REGISTRO DE OCORRÊNCIA", sendo estes documentos rotineiros de comunicação entre a fiscalização e o responsável técnico da CONTRATADA e elementos hábeis para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra, onde tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização, deverão proceder as anotações, visando a comprovação real do andamento das obras e execução dos termos do contrato, sendo, ainda, visados diariamente por profissionais credenciados por ambas as partes. No "DIÁRIO DE OBRAS" será anotado, diariamente, o andamento dos serviços: os períodos com chuvas que impeçam a execução normal dos serviços; o número de operários em atividade; os problemas ocorridos; as solicitações de providências pela CONTRATADA e as determinações de fiscalização. A disponibilidade do "DIÁRIO DE OBRA" é de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá mantê-lo no escritório do canteiro de obra. Será elaborado em formulário apropriado, em folhas avulsas e numeradas sequencialmente, ou em caderno/livro (tipo capa dura). Para medição de Obra, a Secretaria de Planejamento deverá indicar o Responsável Técnico pela medição de cada obra. A primeira medição está sujeita a colocação, pela Contratada, de Placa de Obra e do Responsável Técnico pela execução, no canteiro de obra. Para cada medição, a Contratada deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-financeiro assinado pelo Responsável Técnico da execução. A Secretaria do Planejamento realizará a conferência da medição e encaminhar Relatório assinado pelo profissional fiscalizador à Secretaria da Fazenda. Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

I- o não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;

II- o cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;

III- a lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra ou do serviço, nos prazos estipulados;

IV- o atraso injustificado no início da obra ou serviço;

V- a paralização da obra ou do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;

VI- a subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

VII- o desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

VIII- o cometimento reiterado de faltas na execução do presente;

IX- a decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;

X- a dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;

XI- a alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;

XII- o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

XIII- razões de interesse do serviço público;

XIV- a supressão, por parte da PREFEITURA, de obras ou serviços, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;

XV- a suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XVI- o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de obras e/ou serviços já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XVII- a não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra ou serviço, nos prazos contratuais; e

XVIII- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Píçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 23 de dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Nome:

CPF:

DANIELE S. DE S. LUNGE
Secretária da Administração

WAGNER BORGES FIGUEIREDO
Procurador Jurídico

EDITAL 06/2016 EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 06/2016 – PMP

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº. 2775/2015 faz saber a quem interessar possa, que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº. 06/2016 - PMP, destinado ao preenchimento de vagas de professores bem como à formação de cadastro de reserva, visando atender uma necessidade de excepcional interesse público, em caráter temporário, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e artigo 37, inciso ix, da Constituição Federal, no período de 09/01/2017 a 13/01/2017, mediante as condições determinadas neste Edital e demais disposições legais aplicadas à espécie.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas bem como à formação de cadastro de reserva visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e Constituição Federal, destina-se à contratação de Professores.

1.2 O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital e coordenado por Comissão Organizadora.

1.3 O resultado da seleção dos candidatos será publicado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Penha e no site www.penha.sc.gov.br.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, bem como o prazo de eventual contratação, será até dia 01 (um) de fevereiro de 2018.

1.5 O período de validade estabelecido para este certame não gera, para o Município de Penha, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados, nem por todo período.

1.6 As vagas, respectiva remuneração, carga horária semanal e habilitação mínima estão estabelecidas no Anexo I deste Edital.

1.7 Os Candidatos classificados e contratados estarão sujeitos ao regime de contratação instituído pelo Município de Penha.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1 Para inscrever-se o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra e preencher as condições especificadas a seguir:

2.1.1 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.1.2 Estar em dia com o Serviço Militar, para o sexo masculino;

2.1.3 Apresentar documento de identidade válido e com foto.

3. DAS INSCRIÇÕES/DOCUMENTAÇÃO

3.1 As inscrições serão realizadas, pessoalmente ou por procuração, no período de 09/01/2017(segunda-feira) até dia 13/01/2017(sexta-feira), na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua José João Batista nº 115, nos horários compreendidos entre 12h e 18h, quando o candidato poderá inscrever-se nas seguintes áreas de ensino:

A) Educação Infantil:

A.1 - 0 a 03 anos (creche)

A. 2- 04 a 06 anos (Pré- escola)

B) Anos Iniciais: 1º ao 5º ano

B. 1 - 1º ao 3º ano (Alfabetização)

B. 2 - 4º e 5º ano

C) Anos Finais: 6º ao 9º ano

C. 1 - Língua Portuguesa

C. 2 - Matemática

C.3 - História

C.4 - Geografia

C.5 - Ciências

C. 6 - Ensino Religioso

C. 7 – Inglês

D) Educação de Jovens e Adultos (EJA)

E) Educação Física (para atuar em Educação infantil, Anos Iniciais e / ou Anos Finais);

F) Arte (para atuar no Ensino Fundamental I e II e Educação Infantil).

3.1 Os cargos/áreas/disciplinas e respectivas formações mínimas exigidas, objeto do presente processo seletivo, são os seguintes:

ÁREA /DISCIPLINA	HABILITAÇÃO	CARGA/HORÁRIA
Professor de Educação Infantil A1 e A2	Curso superior completo em Pedagogia com habilitação em Ed. Infantil ou Cursando a partir do 5º período em Pedagogia com habilitação em Ed. Infantil para os não habilitados	20 horas semanais ou 40 horas semanais
Professor de Anos Iniciais B1 e B2	Curso superior completo em Pedagogia com habilitação em anos iniciais ou Cursando a partir do 5º período em Pedagogia com habilitação em anos Iniciais para os não habilitados	20 horas semanais ou 40 horas semanais
Professor de Anos Finais C1, C2, C3, C4, C5, C6 e C7	Curso superior completo específico na disciplina ou Ensino Médio completo	10 , 20, 30 ou 40 horas semanais
Educação Física	Curso superior completo específico na disciplina ou Cursando a graduação na área específica a partir do 5º período	10 , 20, 30 ou 40 horas semanais
Arte	Curso superior completo na disciplina específica Ensino médio completo	10 , 20, 30 ou 40 horas semanais

3.2 No caso de inscrição por procuração pública ou particular será exigida a entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato, e a apresentação de identidade do procurador. No caso de procuração por instrumento particular, deverá ter a firma do outorgado reconhecida. O Candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.

3.3 No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição disponível no site da Prefeitura Municipal (www.penha.sc.gov.br) ou fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, assumindo conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital e deverá obrigatoriamente, sob pena de não ter a sua inscrição homologada, anexar os seguintes documentos:

3.3.1 Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada à mão (Anexo III);

3.3.2 Fotocópia Carteira de Identidade/Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

3.3.3 Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);

3.4 Não serão recebidas inscrições feitas por fax, e-mail ou fora do período estabelecido neste capítulo;

3.5 Não haverá cobrança de taxa de inscrição no presente certame.

3.6 A assinatura da Ficha de Inscrição implicará na satisfação das exigências relacionadas no item 2. Das Condições para a Inscrição;

3.7 As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão Organizadora do Processo Seletivo o direito de excluir do certame aquele que preenchê-la com dados incorretos ou rasurados, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente;

2.8 Cada candidato poderá optar por duas modalidades de ensino.

3.9 Os candidatos com deficiência deverão obrigatoriamente, encaminhar, no ato da contratação, laudo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.9.1 A data de emissão do laudo não poderá ser superior a noventa (90) dias da data de publicação deste edital.

3.9.2 Serão reservados 10% das vagas que vierem a surgir aos portadores de deficiência, desde que compatíveis às atribuições do cargo pretendido e, na hipótese de não haver compatibilidade do exercício das atribuições, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado para assumir o cargo o próximo candidato classificado na lista dos portadores de deficiência, caso exista.

3.9.3 Se classificado para o cargo pretendido, o candidato portador de deficiência será submetido à avaliação a ser realizada pela Junta Médica do Município de Penha, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade dos exercícios das atribuições do cargo com a deficiência de que é portado

4. DA ANÁLISE CURRICULAR

4.1 O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá, com base em critérios objetivos de pontuação, na análise de currículo dos candidatos.

4.2 Os documentos necessários para fins da análise curricular deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do Processo no ato da inscrição.

4.3 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

4.4 Somente serão aceitos documentos para fins de análise curricular entregues no ato inscrição, sendo vedada a entrega posterior.

4.5 Os documentos previstos nos quadros do item 4.8, devem estar em perfeitas condições de modo a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis, serão desconsiderados.

4.6 No ato da inscrição o candidato declarará, sob pena de indeferimento, que as fotocópias apresentadas são fiéis à via original.

4.7 A análise de currículo dos candidatos será dividida em três vertentes, quais sejam:

- a) qualificação da habilitação;
- b) experiência na área de atuação e
- c) cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização.

4.8 Os critérios objetivos analisados, de acordo com os quadros abaixo, serão os seguintes:

TÍTULO – QUALIFICAÇÃO ACIMA DA HABILITAÇÃO MÍNIMA	Pontuação	Número Máximo de títulos
Cursando a partir do 5º período em pedagogia com habilitação em Anos Iniciais para os não habilitados.	10	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Graduação, na modalidade de ensino escolhida.	100	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de especialização, na área da Educação.	70	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de mestrado, na área da Educação.	100	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós-graduação, em nível de doutorado, na área da Educação	100	1

TÍTULO – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO	Pontuação	Pontuação Máxima
Abaixo de 2 (dois) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	10	50
Entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	30	
Entre 5 (cinco) e 10(dez)anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	40	
Acima de 10(dez) anos de efetivo serviço em atividade privativa da Educação	50	

TÍTULO – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO	Pontuação	Pontuação Máxima
Certificado ou Diploma de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na área da Educação, com somatório de duração dos cursos de 40 a 200 horas, contando 01 ponto para cada 40 horas apresentadas, válidos com data a partir setembro de 2014.	1	5

4.9 Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma e curso de pós-graduação, o segundo certificado terá o valor 50% da pontuação do primeiro, fixando no limite de dois certificados, podendo atingir a pontuação máxima de 500 pontos acrescidos de eventuais pontos à título de experiência na área de atuação e cursos de aperfeiçoamento e atualização.

4.10 Para comprovação do período de "Experiência na Área de Atuação" serão admitidos os seguintes documentos:

- a) fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal;
- b) declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública e/ou entidade privada.

5. DO JULGAMENTO

5.1 A análise curricular terá caráter classificatório e eliminatório.

5.2 A pontuação final será calculada somando-se os pontos obtidos pelo candidato em cada uma das três vertentes estabelecidas no item 4.7, na forma estabelecida pelos quadros do item 4.8 e critérios estabelecidos no item 4.9.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

6.1 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação.

6.2 O resultado do Processo Seletivo será afixado no Mural da Secretaria de Administração, situado na Avenida Nereu Ramos, nº 8, Bairro Centro, no Diário Oficial dos Municípios, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha (www.penha.sc.gov.br) e caberá recurso nos termos deste edital, conforme cronograma estabelecido no Anexo II.

6.3 Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, caso haja alguma alteração, será publicada nova lista de classificação definitiva, não cabendo mais recursos administrativos, conforme estabelecido no Anexo II.

6.4 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6.4.1 Aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.4.2 Para os candidatos que não estão sob amparo do subitem anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior pontuação na vertente "Qualificação Acima da Habilitação Mínima";
- b) Maior pontuação na vertente "Experiência da Área de Atuação";
- c) Maior pontuação na vertente "Cursos de Aperfeiçoamento e/ou Atualização";
- d) Maior idade;

e) Número de dependentes.

6.4.3 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da abertura do certame.

6.5. A classificação no presente Processo não gera aos candidatos direito à contratação para o cargo, cabendo a Prefeitura Municipal de Penha, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, de acordo com a necessidade temporária de excepcional interesse público, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos aprovados, respeitada sempre a ordem de classificação no Processo Seletivo.

7. DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recurso quanto:

a) ao edital, em até 02 (dois) dias úteis após publicação;

b) ao indeferimento da inscrição em até 02 (dois) dias úteis após a publicação da homologação das inscrições;

c) ao resultado preliminar, em até 02 (dois) dias úteis após publicação da lista de classificação e resultados seja por conta de erro no resultado da pontuação ou à aplicação dos critérios de desempate.

7.2 O candidato que desejar interpor pedido de revisão deverá fazê-lo, na forma do item 7.3, nas datas constantes do Anexo II (Cronograma), devendo o candidato protocolá-lo obrigatoriamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Secretaria da Fazenda, Av. Nereu Ramos, 181, em horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Penha, dirigidos a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, obedecendo os prazos e requisitos elencados neste item.

7.3 O recurso deve observar, entre outros, os seguintes requisitos:

a) folha de rosto, constando o nome, número de inscrição, cargo, função, disciplina e assinatura do candidato;

b) ser digitado, em letra Arial ou Times New Roman, tamanho 12, e assinado em duas vias;

c) ser fundamentado, com argumentação lógica, objetiva e consistente.

7.4 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet, ou qualquer meio postal;

7.5 Os pedidos de recurso serão indeferidos quando intempestivos, considerados inconsistentes ou em desacordo com o presente capítulo;

7.6 Após a avaliação pela Comissão Organizadora os resultados dos mesmos serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

7.7 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

7.8 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.9 Uma vez julgado recurso, não serão admitidos pedidos de revisão do julgamento realizado administrativamente.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação do cargo específico, observada a necessidade da Prefeitura Municipal de Penha.

8.2 Para a contratação, o candidato deverá apresentar:

8.2.1 Fotocópia da Carteira de Identidade;

8.2.2 Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);

8.2.3 Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;

8.2.4 Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

8.2.5 Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;

8.2.6 Fotocópia Título de Eleitor;

8.2.7 Fotocópia do documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

8.2.8 Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação se for masculino;

8.2.9 Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; (ANEXO IV)

8.2.10 Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, devidamente preenchida e assinada; (ANEXO V)

8.2.11 Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

8.2.12 Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada; (ANEXO VI)

8.2.13 Fotocópia Carteira de trabalho onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

8.2.14 Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

8.2.15 Atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho, o qual é de responsabilidade do candidato;

8.3 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade do Município, sendo a primeira convocação através de Chamada Pública por área de atuação, conforme calendário a ser definido pela Secretaria da Educação.

8.4 Cada chamada pública deverá constar de ATA de participação, devidamente assinada pelos convocados presentes. Em caso de ausência de candidato aprovado no ato da chamada, o mesmo passará para o final da lista de classificação e será convocado o próximo na lista de classificação.

8.5 Para a primeira CHAMADA PÚBLICA, de cada área de atuação, serão respeitadas as vagas previamente divulgadas pela Secretaria Municipal de Educação no sítio da Prefeitura Municipal de Penha www.penha.sc.gov.br e no mural da Secretaria Municipal de Educação até o dia 30 de janeiro de 2017.

8.6 Após a primeira chamada pública, as vagas seguintes poderão acontecer através de nova chamada ou por contato direto com os classificados, conforme número de vagas restantes e respeitando a lista de classificação.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Todas as convocações, avisos e resultados finais serão publicados de acordo com este Edital.

9.2 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a classificação publicada.

9.3 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

9.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9.5 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Balneário Piçarras.

9.6 São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II e III.

PENHA/SC, 22 de dezembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA/SC

ANEXO I - CARGO EM DISPUTA

CARGO	VAGAS	CH	ESCOLARIDADE MÍNIMA	REMUNERAÇÃO
Professor Educação Infantil	01	20h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil ou	PROFESSOR NÍVEL 03 40h R\$ 2.456,00 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
		40h	- Cursando a partir do 5ª período em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil	PROFESSOR NÍVEL 01 40h R\$ 2.135,65 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental	01	20h	- Curso superior completo em Pedagogia com Habilitação em anos iniciais	PROFESSOR NÍVEL 03 40h R\$ 2.456,00 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
		40h	- Cursando a partir do 5ª período em Pedagogia com Habilitação em Anos Iniciais, para os não habilitados.	PROFESSOR NÍVEL 01 40h R\$ 2.135,65 + Gratificação de Regência de Classe e Prêmio Assiduidade
Professor de Arte	01	10h	- Curso superior completo com Habilitação em Arte ou	Professor Nível 03 Habilitado 20h = R\$ 1.228,00
		20h 30h ou 40h	- Ensino Médio Completo	Professor Nível 01 Não habilitado 20h = R\$ 1.067,83
Professor de Educação Física	01	10h	- Curso superior completo com Habilitação em Educação Física ou	Professor Nível 03 Habilitado 20h = R\$ 1.228,00
		20h 30h ou 40h	- Cursando a graduação na área específica a partir do 5º período	Professor Nível 01 Não habilitado 20h = R\$ 1.067,83
Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Português Matemática História Geografia Ciências Inglês Ensino Religioso	01	10h	- Curso superior completo com Habilitação na disciplina escolhida ou	Professor Nível 03 Habilitado 20h = R\$ 1.228,00
		20h 30h ou 40h	- Ensino Médio Completo	Professor Nível 01 Não habilitado 20h = R\$ 1.067,83

ANEXO II - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

DATA	ATO
23/12/2016	Publicação do Edital
27/12/2016	Prazo para impugnações do Edital
09 a 13/01/2017	Período de inscrições
16/01/2017	Publicação da lista de inscrições deferidas
18/01/2017	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
19/01/2017	Homologação das Inscrições
23/01/2017	Publicação da lista de classificação com nota da prova de títulos e tempo de serviço
25/01/2017	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
26/01/2017	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final dos aprovados
26/01/2017	Homologação do resultado final

ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2016

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº

DADOS PESSOAIS

NOME

CPF

RG

ÓRGÃO EXP. UF

DATA DE NASCIMENTO

ENDEREÇO

BAIRRO

COMPLEMENTO

MUNICÍPIO/UF

CEP

E-MAIL UTILIZADO PARA FINS DE INSCRIÇÃO

TELEFONE FIXO / CELULAR

CARGO PRETENDIDO

DECLARO, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL, QUE AS FOTOCÓPIAS DE TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO SÃO FIEIS ÀS VIAS ORIGINAIS, BEM COMO CONHEÇO E ESTOU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO.

DATA E ASSINATURA DO CANDIDATO

PROTOCOLO CANDIDATO

NOME

Nº INSCRIÇÃO

ANEXO IV - DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.
Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____ * ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: _____ * ____/____/____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____ * ____/____/____
() Efetivo em função gratificada Cargo: _____ * ____/____/____

() Comissionado Cargo: _____ * ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

*A data da posse deverá ser preenchida no ato da assinatura do Contrato Temporário de Trabalho.

ANEXO VI - DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N.º 92/2016

TERMO ADITIVO N.º 92/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO ORÇAMENTARIA

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CONTRATADO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
CONTRATO:	92/2015 ADITIVO 62/2015
OBJETO:	Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública – MIP.
VIGÊNCIA:	13/03/2015 A 31/12/2016

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam de comum acordo a alteração na Cláusula Terceira reduzindo o valor de R\$38.900,00 (trinta e oito mil e novecentos reais), para R\$37.440,14 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e quatorze centavos).

Art. 2º - Altera no item 4.2 da cláusula passando os valores das parcelas para o ano de 2016 conforme tabela abaixo:

Tabela 01

EXERCÍCIO	PARCELA	VALOR DA PARCELA		TOTAL
		MATERIAL (3.3.72.30)	SERVIÇO (3.3.72.39)	
2016	1	800,00	900,00	1.700,00
2016	2	800,00	900,00	1.700,00
2016	3	1.016,93	921,30	1.938,23
2016	4	800,00	900,00	1.700,00
2016	5	800,00	900,00	1.700,00
2016	6	800,00	900,00	1.700,00
2016	7	2.627,84	935,84	3.563,68
2016	8	800,00	900,00	1.700,00
2016	9	1.155,23	1.095,80	2.251,03
2016	10*	979,54	7,66	987,20
Total				18.940,14

As parcelas de 1 e 9 já foram pagas

(*) Parcelas ainda não pagas

Art. 3º Altera a classificação orçamentária na clausula oitava do exercício de 2016.

Classificação	Denominação/Valor		
2006	Secretaria de Transporte e Obras		
15	Urbanismo		
451	Infra-Estrutura Urbana		
16	Serviços de Utilidade Pública		
2.38	Manutenção dos Serviços de utilidade Pública		
3.3.72.30	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos/Material de consumo	R\$	10.579,54
3.3.72.39	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos/Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	8.360,60
TOTAL		R\$	18.940,14

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Pinheiro Preto (SC), 22 de Dezembro de 2016.

Município de Pinheiro Preto -SC EUZEBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA GILBERTO AMARO COMAZZETTO Presidente do CIMCATARINA
--	--

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

CONTRATO ADMINISTRATIVO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS N.º 357/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS N.º 357/2016

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE BENS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, autorizado através do Processo nº 244/2016, Licitação 069/2016 modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
CNPJ-MF n.º. 85.248.680/0001-10
Endereço: Av. XV de Novembro, 818, sala 06, CEP 89600-000 – Joaçaba Centro - SC
Representada por: ROBERTO ANTONIO TESSARO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 069/2016, datado de 08/12/2016 e homologado em data de 19 de dezembro de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.O presente contrato tem por objeto a aquisição dos seguintes bens destinados à sala de fisioterapia na Unidade Básica de Saúde.

LOTE 02	01	Refrigerador 01porta, com capacidade de 300 litros, cor branca, 220 volts, frost free.	Marca Consul	R\$ 1.453,00
	VALOR LOTE 02			R\$ 1.453,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 1.453,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0.1.38-PMAQ - 0.1.38

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato, prazo este contado do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) início: 19/12/2016
- b) término: 19/12/2017 com o término da validade.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.**4.1. DAS PENALIDADES****DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste pregão, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 069/2016 obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

§ 2º A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes dos móveis e da confecção dos itens acima descritos, necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 3º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 4º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 5º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 6º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 7º - A Contratada fica obrigada a aceitar a devolução e a realizar nova confecção, caso os móveis não estiverem conforme o solicitado.

VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 19 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 361/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 361/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE CURSO DE CONFEITARIA BÁSICA OFERECIDO PARA A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, autorizado através do Processo nº 258/2016, Dispensa de Licitação nº. 0161/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

CNPJ: 03.774.688/0008-21

Endereço: Rua Josefina Henn, nº 85 – Bairro São Cristóvão - CEP 89558-000 – Videira – SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE CURSO DE CONFEITARIA BÁSICA OFERECIDO PARA A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2.950,00 (dois mil, novecentos e cinquenta reais)

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.64 - Manutenção Programas Assistência Social Estadual

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DAS PEÇAS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 363/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 363/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO VEÍCULO MCA2714, autorizado através do Processo nº 257/2016, Dispensa de Licitação nº. 0160/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MECANICA ATLAS LTDA

CNPJ: 86.547.601/0001-34

Endereço: Rod SC 453 - CEP 89560-000 – Videira – SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO VEÍCULO MCA2714, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 5.535,25 (cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DAS PEÇAS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
 - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
 - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
MECANICA ATLAS LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 364/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 364/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, autorizado através do Processo nº 258/2016, Dispensa de Licitação nº. 0162/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CIDIMAR DA ROSA ME

CNPJ: 11.312.247/0001-60

Endereço: AVENIDA LEBON REGIS, 479, SALA COMERCIAL 02 – FRAIBURGO - CEP 89.580-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2.799,20 (dois mil, setecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saude Com Qualidade

Ação: 2.53 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL – ESTADO

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DAS PEÇAS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
 - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
 - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
CIDIMAR DA ROSA ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 366/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 366/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO VEÍCULO PLACA MAY1604 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, autorizado através do Processo nº 256/2016, Dispensa de Licitação nº. 0159/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: RETIFICA VIDEIRA EIRELLI – ME

CNPJ: 08.777.292/0001-85

Endereço: RODOVIA SC 453, SN, RIO DAS PEDRAS - CEP 89560-000 – Videira – SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO VEÍCULO PLACA MAY1604 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 3.355,00 (três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais)
- 2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.
- 2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 23 - Estradas Vicinais
Ação: 2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DAS PEÇAS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

- 4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.
- 4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.
- 4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:
- 4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:
- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
 - b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
 - c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
 - d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - e) a dissolução da empresa;
 - f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
 - g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
 - h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- 4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.
- 4.8. PENALIDADES
- 4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:
- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
 - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
RETIFICA VIDEIRA EIRELLI – ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 4.510, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.510, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 6 - Segurança Pública
Subfunção: 181 - Policiamento
Programa: 4 - Segurança Municipal
Ação: 2.23 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
4490 - 0000 Aplicações Diretas
Fonte de Recurso 0310

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) conforme abaixo discriminado;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 181 - Policiamento
Programa: 4 - Segurança Municipal
Ação: 2.23 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
3390 -0000 Aplicações Diretas
Fonte de Recurso 0310

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 569 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 569 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA NEILA REGINA BONADIMAN NORA da função temporária DE atendente de creche.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a partir de 21 de dezembro de 2016, NEILA REGINA BONADIMAN NORA, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 950.766.709-15, da função temporária de atendente de creche, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 21 de dezembro de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 567, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 567, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 069/2016 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 069/2016, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado à empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.248.680/0001-10, referente Lote 02, 01 refrigerador, pelo preço global de R\$ 1.453,00;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 93/2016

TERMO ADITIVO 093/2016

CONTRATO ADITADO DE FORNECIMENTO 195/2016

Termo de aditivo do Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA – PAVIMENTAÇÃO DE COM PEDRAS IRREGULARES NA LINHA NAVEGANTES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME, autorizado através do Processo n. 121/2016 e Licitação n. 009/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME

CNPJ-MF nº. 07.481.358/0001-22

Endereço: Rua General Osório 382 – Bairro Aves do Paraíso –

Vitorino/PR, CEP 85.520-000

Representada por: Célio Rodrigues

CLAUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO A SER ADITADO

O Município de Pinheiro Preto firmou contrato com a empresa RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME, na data de 31/05/2016, cujo objeto visa a execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação de rua com pedras irregulares localizada na Linha Navegantes, na forma do Projeto Básico aprovado através do Processo nº 121/2016, Licitação n. 009/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITAMENTO

2.1 Considerando a execução física das obras de pavimentação em pedras em rua na Linha Navegantes, verificou-se a execução de serviços além dos previstos no contrato inicial, conforme planilhas em anexo com a finalidade de além de cumprir o projeto estes serviços servem como ampliação de metas ao projeto inicial.

2.2 Considerando que não serão executados o itens de compactação de solo por conta da prefeitura, execução de pavimentação em pedras irregulares com base em pedrisco e meio-fio em ardósia, sendo as especificações de todos os serviços conforme o projeto inicial.

Fica o Contrato Administrativo nº 195/2016, acrescido no montante de R\$ 29.480,11(Vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta reais, com onze centavos) conforme parecer técnico. Logo, o valor global da referida obra, no contrato administrativo nº 195/2016, passa a ser R\$ 211.231,96(Duzentos e onze mil, com duzentos e trinta e um reais, e noventa e seis centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 195/2016, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 22 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
RODRIGUES & DA SILVA LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 085/2016

TERMO ADITIVO nº 085/2016
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 315/2014
TOMADA DE PREÇOS 017/2014

Termo Aditivo do contrato de execução de obra de engenharia, consistente na construção de passeios para acessibilidade urbana no Bairro São José, na forma do Projeto Básico anexo ao presente processo nº 253/2014, Licitação n. 017/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por:

CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME
CNPJ-MF n.º E OU CPF. 09.428.416/0001-80
Endereço: Rua Prefeito José Acco, 250 Bairro Dona Helena
Ibicaré-SC
Representada por: José Luiz Policeno da Silva

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia, consistente na construção de passeios para acessibilidade urbana no Bairro São José, na forma do Projeto Básico anexo ao presente processo nº 253/2014, Licitação n. 017/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 017/2014 tem seu termo final para 08/12/2016;

2.2. Considerando o deferimento do engenheiro responsável pela fiscalização da obra;

2.3 Considerando a solicitação e justificativa da empresa, onde verificou-se que devido ao período com chuvas excessivas, acarretaram na interrupção dos trabalhos, desmobilização de pessoal e maquinários, gerando lapso negativo no cronograma inicialmente previsto.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de execução de obra de engenharia 315/2014, onde seu término será para 08/06/2017.

O presente termo aditivo tem data retroativa para 08/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. As demais cláusulas do contrato nº 0315/2014, continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 13 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 091/2016

TERMO ADITIVO nº 091/2016

CONTRATO ADITADO N.º 41 /2014

Termo Aditivo do contrato de execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de ruas do Loteamento Público Tranquilo Benjamin Guzzi (Ruas A, D, E, F, G), na forma do Projeto Básico anexo ao presente processo nº 241/2014, Licitação n. 016/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por:

CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

CNPJ-MF n.º E OU CPF. 09.428.416/0001-80

Endereço: Rua Prefeito José Acco, 250 Bairro Dona Helena

Ibicaré-SC

Representada por: José Luiz Policeno da Silva

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de ruas do Loteamento Público Tranquilo Benjamin Guzzi (Ruas A, D, E, F, G), na forma do Projeto Básico anexo ao presente processo nº 241/2014, Licitação n. 016/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 016/2014 tem seu termo final para 08/12/2016;

2.2. Considerando o deferimento do engenheiro responsável pela fiscalização da obra;

2.3 Considerando a justificativa da empresa, onde verificou-se que devido ao período com chuvas excessivas, acarretaram na interrupção dos trabalhos, desmobilização de pessoal e maquinários, gerando lapso negativo no cronograma inicialmente previsto.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de execução de obra de engenharia 041/2014, onde seu término será para 08/06/2017.

O presente termo aditivo tem data retroativa para 08/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. As demais cláusulas do contrato nº 041/2014, continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 094/2016

TERMO ADITIVO Nº 094/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 041/2015

Termo Aditivo celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, autorizado através do Processo nº 0241/2014, Licitação nº 016/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME
CNPJ-MF nº. E OU CPF. 09.428.416/0001-80
Endereço: Rua Prefeito José Acco, 250 Bairro Dona Helena
Ibicaré-SC
Representada por: José Luiz Policeno da Silva

BASE LEGAL: O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º).

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Contrato Administrativo, Licitação nº 016/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, contrato nº 041/2015, cujo objeto visa a execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de ruas do Loteamento Público Tranquilo Benjamin Guzzi (Ruas A, D, E, F e G), num total de 3.135,87m.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Considerando a execução física das obras de pavimentação em pedras nas ruas A e G, verificou-se a execução de serviços além dos previstos no contrato inicial, conforme planilhas em anexo com a finalidade de além de cumprir o projeto estes serviços servem como ampliação de metas ao projeto inicial.

2.2 Considerando que não serão executados os itens de compactação de solo por conta da prefeitura ,execução de pavimentação em pedras irregulares com base em pedrisco e meio fio concreto ,sendo as especificações de todos os serviços conforme projeto inicial.

2.3 Desta forma fica aditado do contrato nº. 41/2015 o valor de R\$ 51.247,82 (Cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e sete reais com

oitenta e dois centavos), adição está a ser efetivada na obra da Rua "A" e "G", o valor total do contrato nº 041/2015 fica no valor de R\$ 305.227,84(trezentos e cinco mil, duzentos e vinte e sete reais com oitenta e quatro centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

As demais cláusulas do contrato de execução de obra de engenharia nº 041/2015 continuam inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 22 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.478 - 2016

DECRETO Nº 1.478, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ESTABELECE EXPEDIENTE INTERNO NOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS ENTRE OS DIAS 26 A 30 DE DEZEMBRO DE 2016".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado expediente interno nos órgãos da administração pública entre os dias 26 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - A Secretaria de Assistência Social e seus equipamentos CRAS E CREAS manterão plantão pelo fone (47) 992193528.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação manterá atendimento nas creches de verão em expediente normal - 07:30 às 19:30 e plantão na sede da Secretaria.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde manterá o Pronto Atendimento em horário normal - 08:00 às 00:00 horas durante toda a semana.

Parágrafo Único - As unidades básicas de atendimento dos bairros Vila Nova, Jardim Dourado e Perequê funcionarão em horário normal de atendimento - 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas entre os dias 26 a 28 de dezembro.

Art. 5º - Os serviços públicos de limpeza urbana e coleta de lixo funcionarão normalmente.

Art. 6º - Os demais órgãos da administração pública manterão expediente interno.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PARLAMENTAR Nº 067/2016

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PARLAMENTAR Nº 067/2016

"Altera a Redação do Caput do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo e dá outras providências".

Art. 1º - Fica alterada a redação do caput do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"Art. 59 – No primeiro ano de cada legislatura, a primeiro de janeiro, às dezoito horas, independentemente de convocação, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, os Vereadores eleitos reunir-se-ão em Reunião Solene, com a seguinte ordem do dia":

Art. 2º - Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o artigo 6º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Belo

Sala das Sessões, aos 28 dias do mês de outubro de 2016

Elias Cabral Jonas Amadeu Raulino Joel Orlando Lucinda

Vereador – PSD Vereador – PMDB Vereador – PTB

Ailton Neckel de Souza João Mendes Frank Max Marques

Vereador – PSD Vereador – PP Vereador - PTB

João Paulo Serpa Estevão B. Guerreiro

Vereador – PP Vereador - REDE

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

LEI Nº 4.439/2016

LEI Nº 4.439, de 21 de dezembro de 2016.

Aprova o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS – do Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS – do Município de Porto União, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, para a execução de serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana no âmbito do município de Porto União, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, e Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 2º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos instituído nesta Lei será revisto periodicamente, no máximo a cada 04 (quatro) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá ser elaborada em articulação com os prestadores de serviços e estar em conformidade com as diretrizes, metas e objetivos e com o estabelecido na Lei Federal 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal, com a participação das Secretarias Municipais, da Câmara de Vereadores, do Conselho Municipal de Meio Ambiente e da sociedade civil, realizará o acompanhamento e a avaliação da implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.440/2016

LEI Nº 4.440, de 21 de dezembro de 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder à Empresa LUIZ SERGIO BECKER DOS SANTOS – ME, o Direito Real de Uso da área de terras que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o Direito Real de Uso à Empresa LUIZ SERGIO BECKER DOS SANTOS – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.188.263/0001-27, de uma área de terras urbanas situada no Distrito Industrial, neste Município, com as seguintes metragens e confrontações: FRENTE: 59,00 metros confrontando com a Rua Wenzel Rulf; FUNDOS: 42,90 metros confrontando com terras da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – R.F.F.S.A, LADO DIREITO: 90,43 metros confrontando com terras de Gilson Rockenbach; LADO ESQUERDO: 90,79 metros confrontando com terras de Wellington Danielak.; perfazendo o total de 4.571,13 m2 (quatro mil, quinhentos e setenta e um metros e treze decímetros quadrados), constante da matrícula no Ofício do Registro de Imóveis sob o nº 11.628, pelo prazo de 10 (dez) anos, ocasião em que poderá ser prorrogado automaticamente por igual período, desde que a concessionária esteja em regular operação e cumprindo a presente Lei.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo destina-se à instalação de Empresa dedicada ao comércio atacadista de madeira e produtos derivados, e extração de madeira plantada e nativa.

Art. 2º A concessionária deverá cumprir, sob pena de reversão, os encargos a seguir relacionados, nos seguintes prazos:

I- 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de Direito Real de Uso junto ao Registro de Imóveis;

II- 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida;

III- 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;

IV- 06 (seis) meses para iniciar suas atividades.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de aterro da área concedida, bem como, licença ambiental ou outros ônus decorrentes da presente concessão, as obrigações serão da empresa concessionária, não havendo qualquer ônus ao Município de Porto União.

Art. 3º A concessionária não poderá, sob pena de reversão:

I- desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes à presente concessão de Direito Real de Uso;

II- hipotecar, penhorar, alugar, vender, permutar ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, os direitos referentes a presente concessão de Direito Real de Uso do imóvel.

III- em hipótese alguma construir estrutura que sirva de moradia, pois a construção de residências na área industrial é incompatível com o artigo 57 do Plano Diretor Municipal.

Art. 4º Os prazos referidos no artigo 2º contar-se-ão da data da publicação da presente Lei.

Art. 5º A retomada por descumprimento desta Lei se fará independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art. 6º As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta da concessionária.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração e Esporte fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 8º Em caso de reversão da presente concessão, as benfeitorias efetuadas incorporar-se-ão ao mesmo em favor do Concedente, sem direito de indenização ao Concessionário.

Art. 9º Em caso de descumprimento das obrigações que condicionam a validade da presente Lei, dispostas nos art. 2º e art. 3º, a reversão ocorrerá independente de nova lei de retrocessão ou de revogação, bastando Decreto Municipal para retomada do imóvel, sem indenizações por benfeitorias, conforme previsto no art. 5º desta Lei e no que prevê a técnica do Direito Administrativo.

Parágrafo único. Este artigo deverá ser mencionado integralmente no corpo da Matrícula no momento da averbação da concessão real de uso, demonstrando expressamente a possibilidade de Decreto de reversão em caso do descumprimento das obrigações ou desvio de finalidade.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de dezembro de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.442/2016

LEI Nº 4.442, de 21 de dezembro de 2016.

Denomina uma das vias públicas de nossa cidade de "Leopoldo Otto Gajdeczka".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada uma das vias públicas de nossa cidade de "Leopoldo Otto Gajdeczka".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de dezembro de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO I

Leopoldo Otto Gajdeczka nasceu no dia quatorze de novembro de um mil novecentos e doze, na Polônia. Filho de Francisco e Carolina Gajdeczka. Chegou ao Brasil no ano de um mil novecentos e vinte e oito. Desembarcou com sua família na Lagoa dos Patos, depois seguiram para o Rio de Janeiro e posteriormente vieram para Comunidade de Nova Galícia, Município de Porto União.

Casou-se aos vinte e seis anos com Martha Rucinski. Desta união tiveram dez filhos: Helena, Eugênia, Henrique, Eleonora, Ana,

Siguismundo, Antônio, Eulália, João e Pedro. Teve vinte e quatro netos e cinco bisnetos.

Trabalhou com agricultura e para facilitar o fluxo da produção agrícola ajudou a comunidade abrir novas estradas da Fazenda Santa Maria até a estrada de Palmas. Encontraram muitos animais peçonhentos e todas as cobras capturadas eram enviadas ao Instituto Butantã, para fabricação do soro.

Seu Leopoldo era um homem dedicado e trabalhador, dentre suas atividades podemos citar:

- Voluntário na aplicação de injeções subcutâneas e intramuscular.
- Representante como delegado do Sindicato Rural de Nova Galícia.
- Ajudou na construção do Clube da Comunidade e também em reformas inclusive de escolas.
- Trabalhou com transporte de madeira e matéria prima para serra e na confecção de dormentes para os trilhos de trem.

Em reconhecimento ao valoroso trabalho e esforço, sua propriedade foi escolhida como modelo de técnica e agricultura.

Dedicou sua vida ao trabalho e à família. Deixou exemplos de solidariedade, honestidade, perseverança, amor e respeito ao próximo.

Este reconhecimento é confortante para toda a família e amigos que conheceram sua dedicação a Comunidade.

Sua trajetória, ensinamentos das tradições polonesas e exemplo de vida ficou marcada para sempre.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 100/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA.
OBJETO:	Objeto do presente Contrato consiste na aquisição de veículo novo, a fim de atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1140-01, conforme especificações e valores abaixo:
VALOR:	R\$ 40.059,99 (Quarenta mil cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos)
VIGÊNCIA:	20/12/2016 à 30/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 99/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME.
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração e execução plena do Processo Seletivo para provenientes cargos, conforme segue:
VALOR:	R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)
VIGÊNCIA:	09/12/2016 à 30/02/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 91-2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 91/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:	O presente Termo Aditivo constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.
VIGÊNCIA:	19/12/2016 á 31/12/2017

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 89-2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 89/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA EPP
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto a contratação de serviços de construção com fornecimento de materiais e mão de obra para a construção civil da terceira etapa do Centro de Lazer, onde abrange 320 m ² de piscina incluindo piso e cortinas em concreto armado, drenagem pluvial e junta de dilatação. Em conformidade com as especificações e quantitativos contidos no Anexo I do presente Edital, em regime de empreitada global.
VIGÊNCIA:	20/12/2016 á 31/12/2017

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 98-2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 98/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução (material e mão-de-obra) de uma cabeceira EM concreto armado para apoio de ponte pré-fabricada, sobre o Rio Rancho Grande, sito na Comunidade de Linha Divisa, interior do Município de Presidente Castello Branco, conforme projeto especificações e quantitativos constantes no Anexo I do presente Edital em regime de empreitada global.
VIGÊNCIA:	20/12/2016 á 31/12/2017

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130-2014EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 130/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
OBJETO:	Contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução (material e mão-de-obra) de um Abatedouro de Peixes, composto por área de produção em concreto pré-moldado e área administrativa em concreto armado, com área de 211,08 m ² , localizado em Linha Cabeceira Dois Irmãos, Condomínio Industrial, atendendo ao Convênio Nº 049/2011, Ministério da Pesca e Aquicultura.
VIGÊNCIA:	19/12/2016 á 31/12/2017

Claudio Sartori
Prefeito Municipal**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15-2013**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 15/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
OBJETO:	O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), que desde já integra este instrumento.
VIGÊNCIA:	19/12/2016 á 31/12/2017

Claudio Sartori
Prefeito Municipal**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155-2013**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 155/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RCM COMÉRCIO E CONserto DE BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP
OBJETO:	Constitui objeto da presente licitação a aquisição de equipamentos para o abate e processamento de pescados, destinados ao Abatedouro de Peixes a ser construído no município, atendendo ao Convênio nº 49/2011, Ministério da Pesca e Aquicultura.
VIGÊNCIA:	20/12/2016 á 31/12/2017

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69-2013EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 69/2013

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	GENESIS INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objetivo a locação mensal de sistemas de informática, prestação de serviços técnicos de implantação, conversão e treinamento do sistema locado, destinado ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, utilizado para informatizar as atividades das Unidades de Saúde do município.
VIGÊNCIA:	19/12/2016 á 31/12/2017

Marisa Petkow Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83-2016**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 83/2013

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	ATITUDE AMBIENTAL LTDA
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto a contratação de empresa para realizar coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos oriundos das instalações da Unidade de Saúde do município de Presidente Castello Branco/SC, que deverão ser removidos conforme o que determina a Resolução 358/05 do CONAMA.
VIGÊNCIA:	19/12/2016 á 31/12/2017.

Marisa Petkow Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48-2014**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 48/2014

CONTRATANTE:	O MUNICIPIO PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	DULIAN FRANÇA ME

OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objetivo a contratação de empresa especializada em desenvolver sistema web, oferecendo locação deste sistema, com prestação de serviços técnicos de implantação, conversão e treinamento do sistema locado, destinado a todo o órgão público do Município de Presidente Castello Branco/SC, sem a incidência de reajuste, conforme item X do Processo Licitatório nº 26/2015-Carta Convite nº 07/2015, situação esta expressamente reconhecida e ajustada entre as partes.
VIGÊNCIA:	21/12/2016 á 31/12/2017

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 145/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 145, de 23 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERA 02.001.0004.0122.1201.2002.33900000000000.01000000 15.000,00

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2003.33900000000000.01000000 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERA 02.001.0004.0122.1201.2002.31900000000000.01000000 15.000,00

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2003.31900000000000.01000000 10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 23 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

DECRETO 146/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 146, de 23 de dezembro de 2016
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.33900000000000.01000000 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$15.000,00 (quinze mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor
Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01000000 15.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 23 de dezembro de 2016
ANTONIO F. COMANDOLI ALINE L. TILLMANN
Prefeito Municipal Contadora

DECRETO 147/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC
Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br
Numero Lei: 1482
Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 147, de 23 de dezembro de 2016
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 14.493,00 (quatorze mil e quatrocentos e noventa e tres reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor
DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERA 02.001.0004.0122.1201.2002.31900000000000.01000000 14.493,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$14.493,00 (quatorze mil e quatrocentos e noventa e tres reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor
DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERA 02.001.0004.0122.1201.2002.33900000000000.01000000 14.493,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 23 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO 2016.36 PM

Extrato de Publicação de Contrato/Termo Aditivo

Contratada: PEREIRA E SCHWARZ SERVIÇOS LTDA - ME

Termo Aditivo: 2016.36-PM

Contrato Original: 103/2014-PM

Processo Licitatório: 52/2014-PM

Concorrência Pública : 03/2014-PM

Fundamento Legal: Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: "Terceiro Termo Aditivo para prorrogação de prazo do Contrato 103/2014-PM, que tem como objeto "execução do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Princesa/SC".

Data da Assinatura: 20/12/2016

Data da Publicação: 26/12/2016

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5728, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5728, de 23 de dezembro de 2016.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2016. ”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 109/2016, de 23 de dezembro de 2016.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude que não houve interessados em participar do certame licitatório.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Rio Fortuna

PREFEITURA

2º ADT VALOR ARAUJO PONTE

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO 2º ADITIVO VALOR AO CONTRATO Nº 075/2015

OBJETO: Execução de Obra de Engenharia para construção de uma ponte de concreto armado na Barra do Rio Chapéu.

CONTRATADO: ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA.

NATUREZA: Aditivo de valor.

VALOR: R\$ 22.409,61.

Rio Fortuna/SC, 01 de dezembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1548/2016

DECRETO Nº 1548, DE 22 DE DEZEMBRO 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 53.037,00 (cinquenta e três mil e trinta e sete reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

(96) 3.3.91.39.00.00.00 0100 - Outros Serviços Terc. PJ R\$ 6.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(115) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 2.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(313) 3.1.91.13.00.00.00 0017 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 1.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(324) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 37.500,00

(334) 3.3.90.46.00.00.00 0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 4.487,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo- DETUR

(474) 3.1.91.13.00.00.00 0100 - Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentária R\$ 1.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(499) 3.1.90.13.00.00.00 0100 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00

(509) 3.3.90.46.00.00.00 0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 50,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

(92) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serviços Terc. PJ R\$ 6.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(120) 3.3.90.14.00.00.00 0100 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(315) 3.3.90.36.00.00.00 0017 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(323) 3.1.90.16.00.00.00 0100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 23.000,00

(328) 3.3.90.32.00.00.00 0100 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 5.987,00

(333) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 13.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo- DETUR

(476) 3.3.90.14.00.00.00 0100 - Diárias - Civil R\$ 1.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(504) 3.3.90.30.00.00.00 0100 - Material de Consumo R\$ 550,00

(505) 3.3.90.33.00.00.00 0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 236/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 236/2016

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO RURAL ONDULADO, PARCIALMENTE CERCADO E CONSTRUÇÃO), COM ÁREA APROXIMADA DE 31.200 M², SENDO PARTE IDEAL DE UM TERRENO MAIOR COM ÁREA TOTAL DE 74.526,69 M², LOCALIZADO NA ESTRADA DONA FRANCISCA. S/Nº, BAIRRO BELA ALIANÇA - SÃO BENTO DO SUL-SC, QUE SERÁ USADO PARA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA, INSTALAÇÃO DE UM BRITADOR DE PEDRAS, DEPÓSITO DE MATERIAIS, GUARITA E SALA DE ADMINISTRAÇÃO, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, A CONTAR DE 01/01/2017 A 30/06/2017.

CONTRATADO: PAULINA RUDNICK ESPÓLIO OSVALDO RUDNICK

Valor: R\$ 10.308,30

SÃO BENTO DO SUL, 20 de dezembro de 2016.
JOCEMARI TELMA TEIXEIRA – DIRETORA DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO
OSMAR TELMA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

São Bento do Sul, 23 de dezembro de 2016.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 236/2016

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO RURAL ONDULADO, PARCIALMENTE CERCADO E CONSTRUÇÃO), COM ÁREA APROXIMADA DE 31.200 M², SENDO PARTE IDEAL DE UM TERRENO MAIOR COM ÁREA TOTAL DE 74.526,69 M², LOCALIZADO NA ESTRADA DONA FRANCISCA. S/Nº, BAIRRO BELA ALIANÇA - SÃO BENTO DO SUL-SC, QUE SERÁ USADO PARA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA, INSTALAÇÃO DE UM BRITADOR DE PEDRAS, DEPÓSITO DE MATERIAIS, GUARITA E SALA DE ADMINISTRAÇÃO, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES A CONTAR DE 01/01/2017 A 30/06/2017.

II – Contratado: PAULINA RUDNICK – ESPÓLIO DE OSWALDO RUDNICK

III – Caracterização da situação que justifica a dispensa de licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado é utilizado como pedreira pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para a retirada de saibro a ser utilizado nas vias municipais, sendo fácil o acesso de máquinas e caminhões, e se adéqua perfeitamente às necessidades da secretaria para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha), quanto pelo espaço físico do terreno e da área construída, atendendo as finalidades precípuas da locação pretendida pela administração municipal.

IV – Razão da escolha do fornecedor: A contratada Paulina Rudnick – Espólio de Oswaldo Rudnick, foi quem ofereceu um dos melhores imóveis, e melhor localizado para exploração de pedreira, e ainda o que melhor se adequou às necessidades, pelos motivos acima elencados.

V – Justificativa de preço: O preço contratado para locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel e/ou reajuste de preço conforme IGPM.

OSMAR TELMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PORTARIAS/SEMED Nº 2694/2016

PORTARIA/SEMED No 2694, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA PORTARIA

A Secretária Municipal de Educação do município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 0096, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º – REVOGAR, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria/SEMED nº 2644, de 16 de dezembro de 2016, que concedeu Remoção, por concurso, à servidora DIRCE MALACHOVSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, emitida por equívoco.

São Carlos

PREFEITURA

EXT TA CIGA-

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO ADITIVO

Contrato Nº.: 02/2016- PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Contratada...: Consorcio Informática na Gestão Pública Municipal
-CIGA

Objeto : prestação de serviços de tecnologia da informação
e comunicação-DOM-GCIM-Gestão Simples Nacional

Valor : R\$9.285,00(nove mil duzentos e oitenta e cinco re-
ais)

PROCESSO DISPENSA LICITAÇÃO N.02/2016

Vigência : -31.12.2017

SÃO CARLOS, 20 de dezembro de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONTRATO N.36/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 036/2016

Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada...: AIRTON KERBES ME

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZA-
ÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIM-
PLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Valor : R\$7.200,00(sete mil e duzentos reais)

Vigência : 90 dias

Licitação : AF

SAO CARLOS, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

RELATORIO COMPRAS ADM -11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/28

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Novembro/2016**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORREIA	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	3,00	pc	72,00	216,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA E TROCA DE CHAPA NA TAMPA DA CAÇAMBA	IRMÃOS HERBERT LTDA	81.539.843/0001-62	1,00	S	250,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	600,00	600,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	16,00	pc	5,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO ROLETE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	13,00	78,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VIDRO PORTA ESQUERDA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	836,00	836,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO LAMINA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	16,00	un	13,50	216,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CANTO LAMINA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	277,00	554,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MAÇARICO OXIGÊNIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	130,00	130,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	55,00	55,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	410,00	410,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO ROLETE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	12,00	un	12,00	144,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA CALÇO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	10,00	un	2,25	22,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OXIGENIO MAÇARICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA ELÉTRICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	80,00	80,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 2/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SUORTE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	258,00	258,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	2,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAPA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	28,00	28,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO 18 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	9,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	75,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	POXIPOL	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	40,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA PEDAL	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA TRAVANTE 8 MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	1,50	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAMPO 5/8X92X460	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	38,00	38,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 8 X 60	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	3,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 5/8 DUPLA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	un	3,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REBITE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	6,00	pc	0,50	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA 5/16"	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	un	0,50	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE AR EXTERNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	71,10	71,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE TORNO INDUSTRIAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	150,00	150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA PRETA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	0,50	un	24,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA DA DESCARGA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	12,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE AR INTERNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	44,50	44,50

Folha: 3/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	170,00	170,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOBERBO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	pc	0,50	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FECHADURA PORTA L.DIREITO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	48,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FECHADURA PARA PORTA L. ESQUERDO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	48,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA ALTA TEMPERATURA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	210,00	210,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JUNTA DIFERENCIAL	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAMPA DIFERENCIAL	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	118,00	118,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MAÇANETA DO VIDRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	13,00	13,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MAÇANETA - PORTA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	13,00	13,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	305,00	305,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LIMITADOR DA PORTA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	23,00	23,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO DE CORTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	7,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 8 X 30	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	pc	2,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COXIM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	7,00	un	112,00	784,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	160,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 5/8	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	2,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA TRAVANTE 8 MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	pc	1,50	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVETA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	8,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONTRA-PINO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	3,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAPA DE REFORÇO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	5,00	kg	12,00	60,00

Folha: 4/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OXIGENIO MAÇARICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REBITE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	10,00	pc	1,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA ESPECIAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA TRAVA ROSCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	0,50	un	20,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	5,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TUCHO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	2,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO HIDRAULICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,50	un	16,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARANHA TRAVA CUBO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	6,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	495,00	495,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	32,00	32,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RETENTOR CUBO TRASEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	8,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MAÇANETA DO VIDRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	112,00	un	0,09	10,08
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REBITES PARA LONA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BORRACHA DA CUIÇA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 10	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	312,00	312,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VALVULA RELE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	172,00	172,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO LONA FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CENTRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	85,00	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REPARO TRAZEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	2,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	NIPEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	151,30	151,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO CUBO TRASEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	151,30	151,30

Folha: 5/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	pc	1,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT BATENTE CABINE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	96,00	192,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DIESEL PSA 331	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	47,00	47,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT VEDAÇÃO CUIÇA FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	23,00	23,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 14 X 90	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	5,00	un	6,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA E DESBASTE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO DE AÇO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	7,00	un	4,285	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA ELÉTRICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA MIG	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	190,00	190,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDADA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OXIGENIO MAÇARICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAXA - KG	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	kg	18,00	36,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDADA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO EMENDA ESTEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	95,30	95,30
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	480,00	480,00

Folha: 6/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	INFRAÇÃO DE TRANSITO	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	106,40	106,40
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	TAXAS DETRAN/SC	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	74,20	74,20
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SEGURO DPVAT	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	105,25	105,25
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL PRENS UNIV FG RETA	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	34,59	34,59
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA GOLDEN 4060 PSI	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,83	m	250,00	457,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL PRENS UNIV FG RETA JIC 37	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	27,67	27,67
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAPA 422	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	un	36,855	73,71
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORREIA 10 X 1325 AUTOMOTIVA	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	50,10	50,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CAPA PRENS. M00910	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	4,00	un	18,165	72,66
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL PRENS UNIV FG RETA	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	2,00	un	18,955	37,91
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ADAPTADOR RETO MACHO	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,00	un	14,82	14,82
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA 4 ESPIRAIS	VAL TER EBERT & FILHO LTDA - ME	00.252.033/0001-29	1,02	un	135,85	138,57
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS	SERVINO BOITT 43084982953	23.221.657/0001-84	1,00	un	400,00	400,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÁO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	160,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA MB 120.3	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	190,00	190,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA MB 7.3	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	170,00	170,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA DUPLA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	un	3,50	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA MB 120.1	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	325,00	325,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO MOLA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	20,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAMPO 3/4 X 82 X 340	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	37,00	74,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	SERVIÇOS DE MÁO DE OBRA MECANICA	ELE TRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	45,00	45,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	ELE TRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	lg	130,00	130,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMEN	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TECNICA/ INFORMATICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	9,50	h	37,00	351,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TECNICA/ INFORMATICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	5,50	h	37,00	203,50

Folha: 7/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SILENCIOSO TRASEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	200,00	200,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/INFORMÁTICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	6,00	h	37,00	222,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LAVAGEM DE VEÍCULOS	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	8,00	un	14,00	112,00
PODER EXECUTIVO	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	IMPrensa NACIONAL	04.196.645/0001-00	1,00	un	455,55	455,55
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO AÇO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	8,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO AÇO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	8,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	5,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12X90	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	6,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	65,00	65,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	2,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CINTAS PLÁSTICAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	10,00	un	1,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGATE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	293,60	293,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA RODA OSCILANTE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	7,50	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO RODA COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	28,00	168,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OXIGENIO MAÇARICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	110,00	110,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 8/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 10MM TRAVANTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	1,50	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 10 X 30 MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	2,50	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MAÇANETA DO VIDRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	13,50	27,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	1,50	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO MOLA DIANTEIRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA EM CHAPEAÇÃO E PINTURA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO TRAVA MOLA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA PINO MOLA DIANTEIRA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	3,50	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO PSL 283	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	83,00	83,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	NIPLE ENCANAMENTO 12 MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	16,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	65,00	65,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FECHADURA PARA PORTA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	55,00	55,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO LUBRIFICANTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	13,00	26,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO PSL 519	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	27,00	27,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGATE RÁPIDO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	3,00	un	9,00	27,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MAÇANETA DO VIDRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 10 X 30 MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	2,50	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA 7/16	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	un	0,50	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	160,00	160,00

Folha: 9/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	400,00	400,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JUNTA SEMI EIXO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	6,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TAMPA CUBO TRASEIRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SEMI EIXO MB 1513	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	463,00	463,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 12	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	un	1,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12 X 40	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	pc	4,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT EMBREAGEM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	1.255,00	1.255,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO 18MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATENTE DA PORTA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	23,00	23,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE DIREÇÃO LE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	116,00	116,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA DUPLA 3/4	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	3,50	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TRAVA FIXAÇÃO MAÇANETA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA 13 X 19	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 10 X 70	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	3,50	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DIREÇÃO LD	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	116,00	116,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FECHADURA PARA PORTA L. ESQUERDO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	53,00	53,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA TRAVANTE 10 MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	un	2,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	60,00	60,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 10/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 8 X 30	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	5,00	pc	2,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA 5/16"	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	10,00	un	0,50	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA TRAVANTE 8 MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	5,00	pc	1,50	7,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CENTRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	145,00	145,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 12MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO AÇO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	6,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOCORRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	350,00	350,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORRIDA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	km	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO EMENDA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	90,00	90,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OXIGENIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	tb	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	8,00	pc	5,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA 3/4	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	8,00	pc	2,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO AÇO 3/4 X 15	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	12,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO COMPLETO 18 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	16,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 10MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO DE CORTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	9,00	18,00

Folha: 11/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	UNIÃO COM PORCA 8	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	12,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 8X10	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	2,50	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CINTA PARA BARRICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 8	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	12,00	un	0,50	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA TRAVANTE 8 MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	1,50	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CANTONEIRA 1 1/4X3/16	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	5,00	kg	10,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORREIA MUL TI V	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CINTA BARICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	26,00	26,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 8 X 30	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	12,00	pc	2,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA HIDRÁULICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	m	190,00	190,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 8 X 100	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	3,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	INSERTO PARA TUBO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	6,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA TRAVANTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	1,50	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO EMBUCHAMENTO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	54,00	108,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BADANA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,70	m	70,37	190,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	390,00	390,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TRAVA PINO EMBREAAGEM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	2,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 12 X 60	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO SECADOR AR	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	118,00	118,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGATE RAPIDO 12	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	6,50	13,00

Folha: 12/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGATE RAPIDO 12	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	6,50	6,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA MIG	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA MASSARICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO H 215 WK	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	65,00	65,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	93,00	93,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	55,00	55,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	130,00	130,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	38,00	38,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MANGUEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	63,00	63,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 3/8	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	2,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA TRAVA ROSCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CENTRAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MASSARICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	24,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	1,00	1,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	220,00	220,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	160,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO DE CORTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	7,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA MB 120.1	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	395,00	395,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	1,00	1,00

Folha: 13/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CENTRO 12 X 7	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	95,00	95,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RETENTOR CUBO TRASEIRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	28,00	28,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO PL 366	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	23,00	23,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO RODA 22 X 90	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	4,00	pc	18,00	72,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JUNTA TAMPA DE VÁLVULA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	22,00	22,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA 1/4	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	5,00	un	0,40	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT GRAXA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 6MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	5,00	un	0,50	2,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 6 X 30	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	5,00	pc	1,50	7,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 3/8	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	1,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 3/8 X 4	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	4,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 12	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	1,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CENTRO 12 X 6	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	pc	11,00	22,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SEPARADOR FEIXE DE MOLA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	74,00	74,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO TRAVA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	5,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA PINO MOLA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	16,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA MB 975.1	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	186,00	186,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 22 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	10,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	pc	1,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	pc	2,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO 16 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	12,00	12,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 14/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE AÇO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	14,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	140,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OXIGENIO MAÇARICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	5,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCAS DUPLAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	4,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAMPO MOLA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	38,00	76,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONTRA-PINO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	1,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO AÇO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	7,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OXIGENIO MAÇARICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 8MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	6,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	48,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDADA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 12	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	1,00	1,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA TRAVANTE 16MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	3,50	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDADA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO LUBRIFICANTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO DE CORTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	8,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA MB 113.1	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	382,00	382,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 16 X 70	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	5,50	11,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CENTRO 12 X 8	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA BARRA ESTABILIZADORA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	16,00	16,00
	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO CARLOS	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA - ME	01.240.071/0001-24	1.865,00	km	3,50	6.527,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 15/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TRANSPORTE DE ALUNOS - SÃO JOSÉ - ALTO SAO PEDRO	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA - ME	01.240.071/0001-24	2.146,00	km	3,30	7.081,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	200,00	200,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA MIG	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	48,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA MIG	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVETAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	5,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	2,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	210,00	210,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	230,00	230,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO 90	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO 90	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	15,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGRAXADEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	2,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	115,00	115,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RETENTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	23,00	23,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	73,40	73,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO AÇO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	2,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO DIFERENCIAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	121,20	121,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO LATERAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	495,80	495,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 16/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	EIXO DO CARDÃ	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	112,00	112,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JUNTA DIFERENCIAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUJAO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	147,20	147,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAXA - KG	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	kg	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	l	51,00	51,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	l	6,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE TORNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	275,00	275,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 16 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	8,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO ESPECIAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	85,00	85,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE TORNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA ELÉTRICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	65,00	65,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO DE AÇO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	6,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	pc	2,00	8,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO ESTRANGULADOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	58,00	58,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PONTEIRA DE DIREÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	88,10	88,10
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	48,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO 10MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	8,00	un	3,00	24,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO 8MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	3,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	pc	28,20	112,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SPRAY	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	7,40	7,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOCORRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	350,00	350,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	120,00	120,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 17/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA HW-6001216	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	6,90	13,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA DE OXIGÊNIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	S	135,00	270,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO CT	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	19,00	76,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	118,00	118,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA HW-6001167	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	9,80	39,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO BOLA HW 6100223	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	107,60	107,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO 06 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	6,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO COMPLETO 12 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	13,00	un	4,00	52,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SAIDA COLETOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	212,60	212,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LONA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	6,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORRENTE 50 ELOS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	618,00	618,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 01 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	8,00	48,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CALÇO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	pc	17,00	68,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BRAÇO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	218,00	218,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	6,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PONTA DE EIXO DIANTEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	914,60	914,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CASTANHA RODA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	7,00	42,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA DE SILICONE PRETA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	24,40	24,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COLA DESCARGA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	4,50	4,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GRAXA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	lt	10,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CALÇO LATERAL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	119,80	479,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DE REGULAGEM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORREIA 128	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	270,00	270,00

Folha: 18/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA DY - 303160008	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	198,60	198,60
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA CARDAN ROLO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	52,00	52,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO REGULAGEM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SOLDA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	I	17,00	17,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PORCA 12MM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	1,00	1,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CENTRO 12 X 6	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	11,00	11,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA DE PINO DE MOLA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	12,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO DE MOLA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA MB 125.1	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	335,00	335,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	270,00	270,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REBITE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	200,00	pc	0,23	46,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE LONA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	3,00	lg	175,00	525,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE BOVINA SEM OSSO, PURA (ACÉM), SEM GORDURA, PELANCA,	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	20,00	kg	17,80	356,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARGA DE GAS COM 13 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	un	65,00	650,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE DE FRANGO, TIPO COXA E SOBRE COXA	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	36,00	kg	7,80	280,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE BOVINA MOIDA (PATINHO OU COXÃO MOLE)	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	20,00	kg	17,75	355,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO LATA 250 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	15,00	un	8,55	128,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BANANA CATURRA 1ª QUALIDADE E CLASSIFICADA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	280,00	kg	3,75	1.050,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	OLEO DE SOJA - 900 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	24,00	un	4,54	108,96
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE EM PÓ SEM LACTOSE, LATA DE 300 ML	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	3,00	un	27,22	81,66
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MAÇA FUGI OU GALA, TAMANHO MÉDIO	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	288,00	kg	6,60	1.900,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	GELATINA, UND 35 GR, SABORES: MORANGO, UVA E ABACAXI	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	60,00	un	1,29	77,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Folha: 19/28

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SAL AMONIACO - PCT C/ 100 GR	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	pt	2,24	22,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ÓLEO DE SOJA - 900 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	un	4,54	45,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO LATA 250 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	10,00	un	8,55	85,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE DE FRANGO, TIPO COXA E SOBRE COXA	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	18,00	kg	7,80	140,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM TETRA PACK 1 LITRO COM DATA DE	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	188,00	l	2,80	470,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DOCE DE FRUTAS CREMOSO EMBALAGEM 400 GR	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	un	5,88	29,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE DE FRANGO, TIPO COXA E SOBRE COXA	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	6,00	kg	7,80	46,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE BOVINA SEM OSSO, PURA (ACÉM), SEM GORDURA, PELANCA, ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1, PCT 5 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	6,00	kg	17,80	106,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	APRESUNTADO DEVE CONTER DATA DE FABR. E DE VAL E ETIQ. PESO	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	pt	15,60	78,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE BOVINA MOIDA (PATINHO OU COXÃO MOLE)	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	1,00	kg	17,70	17,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BEBIDA LÁCTEA EMBALAGEM 900 GR DIVERSOS SABORES	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	10,00	kg	17,75	177,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BISCOITO SORTIDO PACOTE 400 GRAMAS	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	12,00	un	4,40	52,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AMIDO DE MILHO COM 100 % MILHO - PCT 01 KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	pt	5,60	56,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM TETRA PACK 1 LITRO COM DATA DE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	3,00	pt	7,30	21,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MAÇA FUGI OU GALA, TAMANHO MÉDIO VALIDADE	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	84,00	l	2,80	235,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	QUEIJO TIPO MUSSARELA COM DATA DE VALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	60,00	kg	6,60	396,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CEREAL MATINAL (FLOCOS DE MILHO) - PCT COM 02 KG	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	1,00	kg	30,90	30,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AÇÚCAR REFINADO PCT 5 KG	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	1,00	pt	26,80	26,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BATATA INGLESA DE BOA QUALIDADE	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	4,00	pt	16,72	66,88
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	POLVILHO AZEDO - PCT COM 500 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	9,00	un	4,95	44,55
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ÓLEO DE SOJA - 900 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	pt	4,95	24,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BANANA CATURRA 1ª QUALIDADE E CLASSIFICADA	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	6,00	un	4,54	27,24
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	NATA PASTEURIZADA EMBALAGEM DE 900 GR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	73,00	kg	3,75	273,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PAO FRANCÊS - 50 GR CADA	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	3,00	un	13,25	39,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO LATA 250 GR	PADARIA LOHMANN LTDA - ME	05.248.376/0001-33	14,00	kg	9,80	137,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	un	8,55	42,75

Folha: 20/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO - 500 ML	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	8,00	un	2,07	16,56
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AGUA SANITÁRIA - 02 LT (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	5,00	gl	8,12	40,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ÓLEO DE SOJA - 900 ML	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	7,00	un	4,54	31,78
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE BOVINA SEM OSSO, PURA (ACEM), SEM GORDURA, PELANCA, TOMATE PRIMEIRA QUALIDADE TIPO LONGA VIDA	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	11,481	kg	17,80	204,36
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MAÇA FUGI OU GALA, TAMANHO MÉDIO	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	12,00	kg	6,40	76,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1, PCT 5 KG	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	12,00	kg	6,60	79,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BANANA CATURRA 1ª QUALIDADE E CLASSIFICADA	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	3,00	pt	15,60	46,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	BATATA INGLESA DE BOA QUALIDADE	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	91,00	kg	3,75	341,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PÃO FRANCÊS - 50 GR CADA	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	20,00	un	4,95	99,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARNE BOVINA MOIDA (PATINHO OU COXÃO MOLE)	PADARIA LOHMANN LTDA - ME	05.248.376/0001-33	16,00	kg	9,80	156,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM TETRA PACK 1 LITRO COM DATA DE	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	10,00	kg	17,75	177,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CARGA DE GAS COM 13 KG	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	120,00	l	2,80	336,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE AR	MERCADO IDEAL LTDA - ME	02.832.394/0001-70	10,00	un	65,00	650,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	150,00	150,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO MANEJO COMPELTO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVE 8 MM L	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	12,90	12,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA DE ARRANQUE	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORDA DO ARRANQUE	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE LIMPEZA DECARBURADOR	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	95,00	95,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE REGULAGEM DE ROÇADEIRA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE AFIAÇÃO DE NAVALHA DE ROÇADEIRA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	20,00	20,00

Folha: 21/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO 2 T	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	2,00	un	18,00	36,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE AR	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO PARA ROÇADEIRA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	I	14,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO MANEJO COMPELTO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAVE 8 MM L	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	12,90	12,90
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA DE ARRANQUE	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORDA PARA MOTOSSERRA	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE LIMPEZA DECARBURADOR	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	40,00	40,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	SONORIZAÇÃO NA ABERTURA DOS JOGOS DA OLESC	MARIETA MARTA HANS - ME	96.760.468/0002-71	1,00	un	250,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE AFIAÇÃO DE CORRENTE	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	10,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE LIMPEZA DECARBURADOR	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	S	75,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARRETEL	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	pc	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LUVA DO CARRETEL	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	4,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABECOTE ASPIRAÇÃO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	12,50	12,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	MOLA DA EMBREAGEM	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	10,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE ENGATE RAPIDO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	9,00	9,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ANEL DE VEDAÇÃO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENGATE RÁPIDO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VALVULA 900 KM	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	100,00	100,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VELA IGNIÇÃO	RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	82.945.551/0001-92	1,00	un	15,00	15,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO DE DOC. COLORIDOS	TONERTECH COM. MÁQUINAS LTDA ME	06.337.774/0001-99	4.000,00	un	0,20	800,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS DIVERSOS	TONERTECH COM. MÁQUINAS LTDA ME	06.337.774/0001-99	15.682,00	un	0,04	627,28
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	115,00	115,00

Folha: 22/28

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VENTILADOR DE PAREDE	CONSTRULAR COM. MAT. CONSTR. LTDA	83.225.599/0001-99	1,00	un	210,00	210,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LONA PRETA 6 X 100 - 26/46/45	CONSTRULAR COM. MAT. CONSTR. LTDA	83.225.599/0001-99	900,00	m2	1,30	1.170,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE CHAVE DA IGNIÇÃO PARA TRATOR	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	2,00	S	7,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE CHAVE DA IGNIÇÃO DA PATROLA	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	1,00	S	13,00	13,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE CHAVE PARA VEÍCULO	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	1,00	un	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE CHAVE DA IGNIÇÃO CAMINHÃO FORD	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	1,00	S	78,00	78,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE REGULAGEM E LIMPEZA DE FILTRO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	25,00	25,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARRUELA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	10,00	pc	0,40	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 10 X 25	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	10,00	un	0,90	9,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REPARO DO CARBURADOR	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	20,00	20,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CARBURADOR COM MOLA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	19,20	19,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	DISCO DE DESBASTE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	14,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AFIAÇÃO DE NAVALHA DE ROÇADEIRA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	107,00	107,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FLANGE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	96,40	96,40
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	218,00	218,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE REGULAGEM DA BANDEJA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	60,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 3/4 X 48 COM PORCA TRAVANTE	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	10,00	un	4,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO 19211	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	46,80	46,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	95,00	95,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO DO PINO TRASEIRO COM ROSCA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	10,00	un	8,10	81,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARDÁ COMPLETO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	840,00	840,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 9 MM COM PORCA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	8,00	un	0,80	6,40

Folha: 23/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO TRAVA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	27,00	27,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TERMINAL DE CRUZETA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	83,00	83,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CRUZETA CC - 36	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	69,00	69,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DIESEL	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CARETEL DE FIO PARA ROÇADEIRA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	75,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CHAPISCO IMPERMEÁVEL CLAR 1:3	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	m2	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ESPISSURA 7 MM (PEG	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	21,00	21,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VELA PARA SOPRADOR	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	72,00	72,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REPARO DO CARBURADOR	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	21,00	21,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VELA IGNIÇÃO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	8,70	8,70
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LIMA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	8,50	8,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	2,00	un	7,00	14,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO ELÁSTICO 8 X 70	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	87,00	87,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TUBO BARRA CARDÁ	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	3,80	3,80
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO ELÁSTICO 9 MM	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	165,00	165,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ENTRADA DE TUBO CARDÁ	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	3,00	pc	4,00	12,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	QUEBRA DEDO	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	2,00	un	5,00	10,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PINO CARDÁ	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	35,00	35,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	un	40,00	40,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE REGULAGEM	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	pc	19,50	19,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VELA	AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	04.727.968/0001-75	1,00	S	120,00	120,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	80,00	80,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	80,00	80,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 24/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	RELE DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	21,50	21,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TOMADA BOMBA DE COMBUSTÍVEL	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	10,38	10,38
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SENSOR DE ROTAÇÃO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	pc	59,00	59,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	BALANCEAMENTO DAS RODAS	ODA AUTO CENTER LTDA - ME	09.255.476/0001-48	8,00	un	7,50	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	GEOMETRIA EM VEÍCULOS	ODA AUTO CENTER LTDA - ME	09.255.476/0001-48	2,00	un	35,00	70,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	MICRÔMETRO EM INÓX	ELMOR ALOISIUS TROJACK - ME	83.693.077/0001-11	1,00	un	500,00	500,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	PORTÃO BASCULANTE FERRO - TAM 2,50x4,70	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	1,00	un	2.920,00	2.920,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	PORTÃO BASCULANTE FERRO - TAM 2,50x4,77	METALURGICA DIEL LTDA - ME	81.549.891/0001-31	1,00	un	2.937,00	2.937,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS DIVERSOS	TONERTECH COM. MAQUINAS LTDA ME	06.337.774/0001-99	26.437,00	un	0,04	1.057,48
PODER EXECUTIVO	SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS DIVERSOS	TONERTECH COM. MAQUINAS LTDA ME	06.337.774/0001-99	16.500,00	un	0,04	660,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	290,00	290,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	180,00	180,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FILTRO DE ÓLEO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	16,00	16,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	KIT EMBREAGEM	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	250,00	250,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	lg	75,00	75,00
PODER EXECUTIVO	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	60,00	60,00
PODER EXECUTIVO	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	30,00	30,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO DE EMBREAGEM	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	75,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	70,00	70,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	105,00	105,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SANFONA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	45,00	45,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	LAJE TRELIÇADA	CONCRETOS E PROJETOS LTDA	07.239.625/0001-50	35,00	m2	35,00	1.225,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TAXA DE BOMBA	CONCRETOS E PROJETOS LTDA	07.239.625/0001-50	1,00	S	200,00	200,00

Folha: 25/28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TAXA DE BOMBA	CONCRETOS E PROJETOS LTDA	07.239.625/0001-50	1,00	S	200,00	200,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SPRAY DESINGRIPANTE	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	2,00	un	13,00	26,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	VALVULA PARA TANQUE 7/8	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	5,00	5,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TE INTERNO TRIPLIO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	2,50	2,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TRENA 8MM X 25MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	21,00	21,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LUVA PVC SOLDÁVEL 25 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	4,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SILICONE 50 G	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	4,00	4,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BROCA DE AÇO RÁPIDO 4 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	5,50	5,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BROCA DE AÇO RÁPIDO 5 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	6,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BROCA DE AÇO RÁPIDO 6MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TORNEIRA PARA TANQUE	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ABRAÇADEIRA SEM FIM 1/2 X 3/4	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	2,00	un	1,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	UNIÃO INTERNA PARA MANGA 3/4	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	1,00	1,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOELHO INTERNO P MANGA3/4 X 90	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	2,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ADAPTADOR PARA MANGA ROSCA EXTERNA 3/4	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	1,00	1,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LANTERNA RECARREGÁVEL COM LED	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	29,00	29,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PLUG MACHO PARA EXTENÇÃO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	2,00	pc	3,00	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PLUG FÊMEA PARA EXTENÇÃO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	pc	3,00	3,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GARFO GAIOLA 23 CM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA 6MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	70,00	un	0,10	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	NIPEL ROSCÁVEL	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	1,50	1,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA REDUÇÃO C ROSCA 1	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	1,00	1,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BUCHA REDUÇÃO C ROSCA 1	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	1,00	1,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BROCA 5MM X 110MM SDS	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	11,00	11,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**

Folha: 26/28

CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PÁ DE BICO C/ CABO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	2,00	un	25,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	PARAFUSO 4 X 35 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	30,00	un	0,20	6,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	FORÇADO RETO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	18,00	18,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO PARA PÁ	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	11,00	11,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TORNEIRA BOIA 1/2	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	7,00	7,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	LÁPIS DE CARPINTEIRO	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	2,00	2,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	OLEO SPRAY	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	9,00	9,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ALAVANCA REDONDA 150 CM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	75,00	75,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REBITE ALUMÍNIO 4,0 X 16	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	20,00	un	0,06	1,20
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	REBITE DE ALUMÍNIO 4,8X12	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	10,00	un	0,07	0,70
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	ENGATE FLEXÍVEL 40 CM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	3,00	3,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	CORDA POLIESTER 5MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	50,00	un	0,55	27,50
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE SUSPENSÃO	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	S	313,00	313,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE CABEÇOTE	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	S	400,00	400,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE RETIFICA DE CABEÇOTE	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	un	1.800,00	1.800,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇO DE CAMBAGEM	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	S	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	TENSOR	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	pc	195,00	195,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORREIA	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	pc	125,00	125,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ROLAMENTO	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	pc	62,00	62,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	GEOMETRIA EM VEÍCULOS	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	un	50,00	50,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE DISCO DE FREIO	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	lg	220,00	220,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	lg	95,00	95,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	COXIM AMORTECEDOR	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	2,00	un	80,00	160,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ARTICULADOR	SERVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	1,00	pc	75,00	75,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15
 Rua Demétrio Lorenz, 747
 C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 27/28

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATENTE DA ASTE TRASEIRA	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	2,00	un	30,00	60,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	BATENTE DA ASTE DIANTEIRA	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	2,00	un	70,00	140,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AMORTECEDOR TRASEIRO	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	2,00	un	275,00	550,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	AMORTECEDOR DIANTEIRO	SELVINO DE MOURA NECKER - ME	04.657.574/0001-98	2,00	un	210,00	420,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CORDA DE NYLON	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE c	83.731.927/0016-05	15,00	kg	17,50	262,50
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	JANELA BASCULANTE EM FERRO COM VIDRO INCOLOR 3 MM DE	METALWICK - METALURGICA E VIDRACARIA LTDA - ME	18.412.038/0001-37	7,00	un	771,43	5.400,01
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E REPAROS ELÉTRICOS NA REDE DE ÁGUA	MARCIO ZART ELETROELETRONICA - ME	13.665.603/0001-54	1,00	S	395,00	395,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE DESLOCAMENTO TÉCNICO	MARCIO ZART ELETROELETRONICA - ME	13.665.603/0001-54	1,00	km	100,00	100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ROLAMENTO 6402	MARCIO ZART ELETROELETRONICA - ME	13.665.603/0001-54	1,00	un	25,00	25,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ROLAMENTO 6306	MARCIO ZART ELETROELETRONICA - ME	13.665.603/0001-54	1,00	un	45,00	45,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇO TÉCNICO DE LOCAÇÃO, PROJETO, AUTORIZAÇÃO PRÉVIA	PROJETAR - PROJETO DE ASSESSORIA RURAL LTDA - ME	05.311.762/0001-22	2,00	S	1.700,00	3.400,00
PODER EXECUTIVO	GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ARQUIVO DIGITAL PELO SISTEMA	BETHA SISTEMAS LTDA	00.458.865/0001-67	1,00	un	230,13	230,13
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	INSCRIÇÃO NO CAMPEONATO ESTADUAL	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO	82.896.739/0001-98	1,00	un	480,00	480,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	INSCRIÇÃO DE ATLETA SUB-13	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO	82.896.739/0001-98	16,00	un	25,00	400,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	REGISTRO DE ATLETA CBFS	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO	82.896.739/0001-98	4,00	un	35,00	140,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	REGISTRO DE ATLETA FCFS	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO	82.896.739/0001-98	3,00	un	25,00	75,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	REVALIDAÇÃO DE ATLETA CAT. SUB-13 MASCULINO	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO	82.896.739/0001-98	12,00	un	25,00	300,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	TRANSFERENCIA DE ATLETA CAT. SUB-13 MASCULINO	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO	82.896.739/0001-98	3,00	un	25,00	75,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	ANUIDADE CAMPEONATO ESTADUAL DE FUTSAL REVALIDAÇÃO	FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO	82.896.739/0001-98	1,00	un	400,00	400,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS DIVERSOS	TONERTECH COM. MAQUINAS LTDA ME	06.337.774/0001-99	29.311,00	un	0,04	1.172,44
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/INFORMÁTICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	0,80	h	37,00	29,60
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	SACO DE SEIXOS	CELSON BOITT - ME	06.100.947/0001-50	2,00	un	20,00	40,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLOR BUXOS GRANDES	CELSON BOITT - ME	06.100.947/0001-50	2,00	un	120,00	240,00
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLOR FENIX GRANDE	CELSON BOITT - ME	06.100.947/0001-50	1,00	un	110,00	110,00

ESTADO DE SANTA CATARINA										Folha: 28/28
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS										
CNPJ: 82.945.718/0001-15										
Rua Demétrio Lorenz, 747										
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC										
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLOR CALANDIVA	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	3,00	un	12,00	36,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLOR CRISANTEMO	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	2,00	un	18,00	36,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	MUDA DE CANELA	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	5,00	un	15,00	75,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLORES DIVERSAS CX C/ 15 UND	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	112,00	cx	13,00	1.456,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLORES DA ÉPOCA - CX COM 15 UND	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	11,00	un	13,00	143,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLORES ORNAMENTAIS	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	10,00	un	8,50	85,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLORES DA ÉPOCA - VERÃO CX COM 15 UND	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	6,00	cx	13,00	78,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLORES DA ÉPOCA INVERNO - CX COM 15 UND	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	70,00	cx	13,00	910,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	CESTA DE FLORES	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	2,00	un	60,00	120,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLOR BROMÉLIA	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	3,00	un	70,00	210,00			
SEC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS	FLOR GERBERA	CELSO BOITT - ME	06.100.947/0001-50	1,00	un	35,00	35,00			
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	80,00	80,00			
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	ALAVANCA FREIO DE MÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	130,00	130,00			
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CABO DE FREIO DE MAO DIANTEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	70,00	70,00			
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOGO DE SAPATA DO FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	jg	145,00	145,00			
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PLACA IDENTIFICAÇÃO DE CONVÊNIO	LORIZ JOSE BLANGER 65761120925	18.662.518/0001-56	1,00	un	240,00	240,00			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS - SÃO JOSÉ - ALTO SAO PEDRO	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA - ME	01.240.071/0001-24	1.092,00	km	3,30	3.603,60			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÃO CARLOS	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA - ME	01.240.071/0001-24	900,00	km	3,50	3.150,00			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TRANSPORTE DE ALUNOS - MADEIRA/BAIRRO OLARIA	JOSE HOSS - ME	76.569.987/0001-21	1,00	km	2.458,50	2.458,50			
						Total Geral ---->	109.039,22			

RELATORIO COMPRAS FMS -11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/1

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Novembro/2016**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	EXAMES LABORATORIAIS CFME RELATORIO MENSAL EM ANEXO	JUSTINA INES WICKERT ROHR - ME	09.389.607/0001-80	1,00	un	6.597,69	6.597,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DISJUNTOR TRIPOLAR 40 A	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	pc	72,00	72,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SONORIZAÇÃO	ELETRONICA DIGITAL SYSTEMS LTDA - ME	16.579.470/0001-91	1,00	un	400,00	400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VEICULO NOVO/ZERO KM, FABRICAÇÃO NACIONAL, TIPO FURGÃO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0011-34	0,379	un	139.900,00	53.001,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VEICULO NOVO/ZERO KM, FABRICAÇÃO NACIONAL, TIPO FURGÃO	DE MARCO LTDA	84.584.556/0011-34	0,621	un	139.900,00	86.898,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BALANCEAMENTO DAS RODAS	ODA AUTO CENTER LTDA - ME	09.255.476/0001-48	4,00	un	7,50	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GEOMETRIA EM VEICULOS	ODA AUTO CENTER LTDA - ME	09.255.476/0001-48	1,00	un	35,00	35,00
						Total Geral ---->	147.064,69

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 032/2016 I

No dia 23 de dezembro de 2016, às 08:30 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 032/2016, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 004/2016 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JUNTO AO BAIRRO ARI BORTOLI, OBJETO DA PROPOSTA N. 11888327000115001, HABILITADA PELA PORTARIA N. 1.741 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015. Realizaram visita técnica e apresentaram envelopes de n. 01 e n. 02 as empresas: Luhema Construtora e Incorporadora LTDA ME., CNPJ n. 16.580.176/0001-08, a qual não credenciou participante; Visoli Construtora LTDA. EPP., CNPJ n. 02.131.315/0001-01, o qual não credenciou participante; LSW SERVIÇOS LTDA., CNPJ n. 01.614.299/0001-37, a qual não credenciou participante; MASB Engenharia LTDA ME., CNPJ n. 22.271.913/0001-85, credenciado o Sr. Marco Antonio Schmidt Barea, CPF n. 065.988.909-93; Brava Construções LTDA ME., CNPJ n. 07.830.558/0001-43, credenciado o Sr. Guilherme Sobieray Szymanski, CPF n. 055.504.889-65; Global Edificações LTDA ME., CNPJ n. 25.230.468/0001-01, credenciado o Sr. Antonio Evaldo Viana, CPF n. 052.267.919-68 e; Construtora e Incorporadora Bigolin LTDA., CNPJ n. 14.494.057/0001-57, o qual não credenciou participante. Somente a licitante Construtora e Incorporadora Bigolin LTDA., não comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, item 5.9 do Edital. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelope n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e credenciados. Realizou-se a abertura dos envelopes n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente, membros da Comissão e credenciados. Ato contínuo, foi constatado pelas participantes que a empresa Luhema Construtora e Incorporadora LTDA ME., não anexou aos seus documentos habilitatórios a Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal (6.2.1.2 item "c") do Instrumento Convocatório, sendo portanto, a referida empresa considerada INABILITADA para a apresentação da sua respectiva proposta de preços. As licitantes Global Edificações LTDA ME. e Construtora e Incorporadora Bigolin LTDA., do mesmo modo, restaram INABILITADAS, por não cumprirem com o disposto no item "c" do item 6.2.1.4 (Comprovação da existência em quadro permanente da licitante, na data de entrega da proposta, de engenheiro civil ou arquiteto, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico — CAT), uma vez que as certidões de acervo apresentadas pelas referidas empresas não foram devidamente atestadas pelo órgão competente. As demais licitantes cumpriram integralmente com os requisitos editalícios, sendo declaradas HABILITADAS para apresentação das propostas de preço. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 02 de janeiro de 2017, às 14:00 horas, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, as participantes serão comunicadas via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. Os envelopes de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerão em poder da Comissão de Licitações e será mantido intacto. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios. Nada mais.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2016

OBJETO: Aquisição de: TRATOR AGRÍCOLA NOVO, para atendimento ao Convênio do Contrato 833072/2016 Processo 1033000-55/2016 junto à Caixa Econômica Federal e o município de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: Ituara Ltda Me

VIGÊNCIA: 22/12/2016 à 30/12/2017.

VALOR: R\$ 89.699,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 61/2016 – Pregão Presencial nº 30/2016 de 17/12/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1001 – 20.606.0133.1047 – 4.4.90.52.40.00.00.00.0024; 1001 – 20.606.0133.1047 – 4.4.90.52.40.00.00.00.0080.

São João do Sul, 22 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

LEI Nº 4.460/2016

LEI Nº 4.460/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A SER VERIFICADO ATÉ 31/12 NA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS E NA FONTE DE RECURSOS DO FUNDEB NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI 4.383/2015 DE 23/12/2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação a ser verificado até 31/12 na fonte de recursos próprios e na fonte de recursos do FUNDEB.

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.383/2015, de 23/12/2015, nas seguintes dotações:

03- PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade 2.006- MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL

(36)3.1.90.00.00.00.00.0015-Aplicações Diretas 150.000,00

03- PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade 2.018- MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(23)3.1.90.00.00.00.00.0011-Aplicações Diretas 750.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 900.000,00

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ser verificado até o dia 31/12 na fonte de recursos próprios e na fonte de recursos do FUNDEB.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário..

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.461/2016

LEI Nº 4.461/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A SER VERIFICADO ATÉ 31/12 NA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI 4.383/2015 DE 23/12/2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação a ser verificado até 31/12 na fonte de recursos próprios.

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.383/2015, de 23/12/2015, na seguinte dotação:

03- PODER EXECUTIVO

03.10 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Atividade 2.014- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO

(1)3.1.90.00.00.00.00.0024-Aplicações Diretas 90.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 90.000,00

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ser verificado até o dia 31/12 na fonte de recursos próprios.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.462/2016

LEI Nº 4.463/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A SER VERIFICADO ATÉ 31/12 NA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI 4.383/2015 DE 23/12/2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação a ser verificado até 31/12 na fonte de recursos próprios.

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.383/2015, de 23/12/2015, na seguinte dotação:

03- PODER EXECUTIVO

03.02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Atividade 2.003- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(4)3.1.90.00.00.00.00.00160-Aplicações Diretas 450.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 450.000,00

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ser verificado até o dia 31/12 na fonte de recursos próprios.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.463/2016

LEI Nº 4.463/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A SER VERIFICADO ATÉ 31/12 NA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI 4.383/2015 DE 23/12/2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação a ser verificado até 31/12 na fonte de recursos próprios.

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.383/2015, de 23/12/2015, na seguinte dotação:

03- PODER EXECUTIVO
03.02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Atividade 2.003- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
(4)3.1.90.00.00.00.00.00.0160-Aplicações Diretas 450.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 450.000,00

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ser verificado até o dia 31/12 na fonte de recursos próprios.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.464/2016

LEI Nº 4.464/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇADA COM A FONTE DE RECURSOS TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PRÓPRIOS PARA A EDUCAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI 4.383/2015 DE 23/12/2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta da anulação de dotação orçada com a fonte de recursos Transferência de Recursos Próprios para a Educação.

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.383/2015, de 23/12/2015, na seguinte dotação:

03- PODER EXECUTIVO
03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade 2.006- MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL
(36)3.1.90.00.00.00.00.00.0015-Aplicações Diretas 100.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 100.000,00

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

03- PODER EXECUTIVO
03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade 2.039- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO
(28)3.3.90.00.00.00.00.00.0015-Aplicações Diretas 100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 100.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.465/2016

LEI Nº 4.465/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇADAS COM A FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI 4.383/2015 DE 23/12/2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta da anulação de dotações orçadas com a fonte de recursos próprios

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 255.895,04 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quatro centavos) no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.383/2015, de 23/12/2015, na seguinte dotação:

03- PODER EXECUTIVO
03.02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Atividade 2.003- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(4)3.1.90.00.00.00.00.00.0160-Aplicações Diretas 255.895,04
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 255.895,04

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03- PODER EXECUTIVO

03.01 – GABINETE DO PREFEITO

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.002.0160-Aplicações Diretas 355,78

03- PODER EXECUTIVO

03.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

(8)3.1.90.00.00.00.00.00.2.004.0160-Aplicações Diretas 13.567,06

03- PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(19)3.1.90.00.00.00.00.00.2.007.0160-Aplicações Diretas 572,84

(14)3.3.90.00.00.00.00.00.2.008.0160-Aplicações Diretas
114.609,64

03- PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(36)3.1.90.00.00.00.00.00.2.009.0160-Aplicações Diretas 231,78

03- PODER EXECUTIVO

03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

(59)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011.0160-Aplicações Diretas 666,85

03- PODER EXECUTIVO

03.09 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(64)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013.0160-Aplicações Diretas 2.446,48

(85)4.4.90.00.00.00.00.00.1.033.0160-Aplicações Diretas
23.000,00

03- PODER EXECUTIVO

03.11 – SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

(67)3.1.90.00.00.00.00.00.2.017.0160-Aplicações Diretas 444,61

03- PODER EXECUTIVO

03.99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

(70)9.9.90.00.00.00.00.00.2.099.0160-Reserva de Contingência
444,61

TOTAL DA ANULAÇÃO 255.895,04

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Dezembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

São José

PREFEITURA

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciado em local incerto e não sabido, a Comissão de Processos Disciplinares, em razão do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2016, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, o servidor JOSÉ RODOLFO GIL BIANCHINI, matrícula 876, ocupante do cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 07 de dezembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA
Comissão de Processos Disciplinares
Membro - Relator

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5922/2016

DECRETO Nº 5.922, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE O REMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o REMEMBRAMENTO dos Lotes Urbanos nº 05, da quadra 02, com área de 475,55m² (quatrocentos e setenta e cinco metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados) e Lote Urbano nº 06, com área de 522,15m² (quinhentos e vinte e dois metros e quinze decímetros quadrados), totalizando uma área de 997,70m² (novecentos e noventa e sete metros e setenta decímetros quadrados), de propriedade de PORTAL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA – ME, CNPJ Nº 20.445.608/0001-37, pertencentes às matrículas nº 7.736 e 8.873, respectivamente, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro. Após a fusão resultará um único lote com as dimensões e confrontações a seguir descritas:

LOTE PRIMITIVO 01 – MATRÍCULA Nº 7.736

Lote Urbano nº 05, da quadra 02, com área de 475,55m² (quatrocentos e setenta e cinco metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), situado na Avenida Rio Grande do Sul, Município de São José do Cedro, com as confrontações a seguir especificadas:

NORTE: Com os lotes urbanos nº12 e nº13, medindo 16,00 metros;

SUL: Com a Avenida Rio Grande do Sul, medindo 16,04 metros;

LESTE: Com o lote urbano nº 06, medindo 30,02 metros;

OESTE: Com o lote urbano nº 04, medindo 28,91 metros, fechando assim o perímetro.

LOTE PRIMITIVO 02 – MATRÍCULA Nº. 8.873

Lote Urbano nº 06, da quadra 02 com área de 522,15m² (quinhentos e vinte e dois metros e quinze decímetros quadrados), situado na Avenida Rio Grande do Sul, Município de São José do Cedro, com as medidas e confrontações a seguir descritas:

NORTE: Com os lotes urbanos nº 11 e 12, medindo 18,13 metros;

SUL: Com a Avenida Rio Grande do Sul, medindo 16,02 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 05, medindo 32,02 metros;

LESTE: em 31,20 metros, com parte do mesmo lote urbano nº 06 e lote urbano nº 25, fechando assim o perímetro.

ÁREA REMEMBRADA

Lote urbano nº 05, da quadra 02, com área de 475,55m² (quatrocentos e setenta e cinco metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), unificado com o Lote Urbano nº 06, da quadra 02 com área de 522,15m² (quinhentos e vinte e dois metros e quinze decímetros quadrados), agora formando um único lote, com área total de 997,70m² (novecentos e noventa e sete metros e setenta decímetros quadrados), situado na Avenida Rio Grande do Sul, a uma distância de 50,17metros da esquina formada pela Avenida

Rio Grande do Sul e a Rua João Buzatto, Município de São José do Cedro, SC, com as medidas e confrontações a seguir descritas:

NORTE: Com os lotes urbanos nº 11, 12 e 13, medindo 34,13 metros;

SUL: Com a Avenida Rio Grande do Sul, medindo 32,06 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 04, medindo 28,91 metros;

LESTE: em 31,20 metros, com parte do lote urbano nº06 e lote urbano nº25, fechando assim o perímetro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5923/2016

DECRETO Nº 5.923, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

“FIXA O VALOR DA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016”.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº. 3.492, de 11 de março de 2008,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 101,46 (cento e um reais e quarenta e seis centavos), o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal para o exercício de 2017.

Art. 2º. O valor acima fixado tem como base o índice acumulado do IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que foi de 7,12%.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 1º de Janeiro de 2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 128.2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº128/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº128/2016, Edital de Pregão Nº128/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS DA CRECHE MUNICIPAL PINGO DE GENTE. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 06 de Janeiro de 2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:00hrs até as 13:00hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br . Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129.2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº129/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº129/2016, Edital de Pregão Nº129/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE SÊMEN PARA USO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE BOVINOCULTURA DE LEITE DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 09 de Janeiro de 2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:00hrs até as 13:00hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.570, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.570, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito especial, por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.308 de 22 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial, por excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 3.375,27 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.30.00.00.00.00.01.0000 202 Aplicação Direta R\$ 3.375,27

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.308, de 22 de dezembro de 2016 e o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.571, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.571, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.047 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0038	10	Aplicação Direta	R\$ 55.000,00	
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.302.4506.2.021 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0038	22	Aplicação Direta	R\$ 31.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro 2015 e o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.572, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.572, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito especial, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.309, de 22 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 22.020,59 (vinte e dois mil, vinte reais e cinquenta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.30.00.00.00.00.03.0000 201 Aplicação Direta R\$ 22.020,59

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.309, de 22 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 168 Aplicação Direta R\$ 22.020,59

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.573, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.573, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
06.122.4503.2.008	3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000	168	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
06.122.4503.2.008	4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000	177	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 220/2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 220/2016.

Origem: Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19/09/1990; Lei 8.142, de dezembro de 1990; e Lei Estadual nº 5.089, de 30/04/1975.

Cedente: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, CNPJ nº 80.673.411/0001-87.

Cessionário: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Cessão de Uso de Bem Móvel de caráter permanente, adquirido com recursos do financiamento do Programa Caminhos Estratégicos II, referente ao Programa de Modernização do Acesso na Rede Ambulatorial e Hospitalar no eixo de modernização estrutural e tecnológica, para a utilização exclusiva do CESSIONARIO no desenvolvimento das ações em saúde, sendo vedada a utilização para outros fins. Veículo tipo Ambulância com numero de controle patrimonial /SES: 284267.

Data da assinatura: 07/12/2016.

Vigência: até a data de 31/12/2021.

Signatários: João Paulo Karam Kleinubing - Secretário de Estado da Saúde (pelo Cedente) e Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste (pelo Cessionário)

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

47/2016, PEIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 37/2016

47/2016 01 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, estabelecida na Avenida Araucária, nº596, Centro, CEP 89879-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 80.095.466/0001-57, inscrição estadual sob o nº251.591.867, neste ato representado pelo Sr. LENOIR JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado na Rua José de Anchieta, nº 345, apartamento 501, Centro, CEP 89879-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 477.440.909-00 e RG 1.381.281, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem prorrogar o prazo do contrato 37/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 49/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 37/2016, prolongando-o até 28 de dezembro de 2016, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do prazo de vigência tendo em vista a solicitação e justificativa por parte da empresa (conforme documento em anexo), em virtude do aumento no quantitativo da obra, e chuvas torrenciais no período, resultando em prazo insuficiente para conclusão da obra, pagamento e prestação de contas, portanto necessário firmar o presente aditivo para prosseguimento dos trâmites legais.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 19 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER
Prefeito Municipal em exercício

CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA
CNPJ nº. 80.095.466/0001-57
Representante Legal

GILBERTO JOSE MIORANDO

Assessoria Jurídica

Testemunhas

SILVIO RICHARDT
CPF: 401.225.739-00

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, a ANULAÇÃO do processo licitatório 61/2016, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de um Veículo 0 Km, em virtude de adequações do objeto, sendo que em breve será reaberto novo processo licitatório. Maiores informações poderão ser obtidas com o setor de compras e licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente anulação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 23 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER – Prefeito Municipal em exercício.

CONTRATO ADMINISTRATIVO 48/2016.**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2016.**
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Gilnei Antonio Guth**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF nº. 469.398.579-15, RG nº. 5.041.812, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 08.985.825/0001-14, com sede na Rua Santa Terezinha, nº 87, Centro, na cidade de Jaborá, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu procurador Sr. **VIVALDINO PASQUALOTTO**, brasileiro, casado, gerente administrativo, portador do CPF sob nº. 655.988.909-25 e RG sob nº. 2.136.277, residente na Rua Elirio A. Poyer, nº 222, centro da cidade de Jaborá – SC, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital de Pregão Presencial n.º 62/2016, pelo regime de preços unitários, pelas seguintes cláusulas que seguem:


DO OBJETO**CLAUSULA PRIMEIRA**

Aquisição de academia ao ar livre para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, conforme descritivo e valor abaixo.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor total
01	01	Und.	Academia ao ar livre para até 10 usuários simultâneos composta dos seguintes equipamentos: Barra Fixa (ou Espaldar) Descrição Técnica: Fabricado com tubos de aço SAE 1020 diâmetro de 1" e 3 ½", espessura do aço de 2mm, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% Poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados. Altura: 2,31m Compr.: 1,10m Largura: 1,10m Peso: 36,5Kg. Elíptico – Individual Descrição Técnica: Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 1 ½" e 2 ½" e tubo retangular de 50x30mm, espessura do aço de 2mm, manípulos em Polímero de PVC com proteção UV, pedaleira em Aço Carbono SAE 1020 na cor prata, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster	TRYANON	16.200,00

		<p>(conforme ABNT -NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), rolamentos de esferas blindados tipo ZZ, tampões em aço SAE 1020 para proteção, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes). Individual: Altura: 1,40m Compr.: 0,65m Largura: 0,90m Peso: 27,5Kg</p> <p>Esquiador – Individual Descrição Técnica: Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 1 ½" e 2 ½" e tubo retangular de 50x30mm, espessura do aço de 2mm, manípulos em Polímero de PVC com proteção UV, pedaleira em Aço Carbono SAE 1020 na cor prata, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT -NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), rolamentos de esferas blindados tipo ZZ, tampões em aço SAE 1020 para proteção, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes). Individual: Altura: 1,40m Compr.: 0,65m Largura: 0,90m Peso: 28,5Kg</p> <p>Giro Diagonal com Vertical Descrição Técnica: Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 1 ¼", 4" e tubo retangular 50x30mm, espessura do aço de 2mm a 3mm, manopla emborrachadas com proteção UV, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT -NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990) , tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esfera blindados tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes). Altura: 1,40m Compr.: 2,00m Largura: 0,75m Peso: 43Kg</p> <p>Placa Orientativa 1x1 adesivada frente e verso Altura: 2,90m Compr.: 1,10m</p>		
--	--	--	--	--

		<p>Largura: 0,30m Peso: 28Kg</p> <p>Estrutura de apoio fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 2", 1 ¼", espessura do aço de 2mm a 3mm, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT -NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção. Bordas arredondadas, parafusos e porcas (zincados) antioxidantes.</p> <p>Orientações visuais produzidas com Adesivo Alta Performance, impressão em alta resolução fotográfica com 1440dpi e equipamento Roland VP 540, material especial para suportar as condições climáticas. Com o logotipo/brasão do local, são produzidas de acordo com as cores escolhidas pelo cliente.</p> <p>Contém informações de ambos os lados, sendo:</p> <p>Lado 1: Exercícios para alongamento sugeridos para antes e depois da utilização dos equipamentos;</p> <p>Lado 2: Modo de utilização dos equipamentos escolhidos pelo cliente.</p> <p>Puxador Costas com Peitoral</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 1 ¼", 4" e tubo retangular 50x30mm, espessura do aço de 2mm a 3mm, manopla emborrachadas com proteção UV, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT -NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esfera blindados tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).</p> <p>Altura: 1,40m Compr.: 2,00m</p> <p>Largura: 0,75m Peso: 43Kg</p> <p>Remador – Individual</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 1 ¼", 2" e tubo retangular 50x30mm, espessura do aço de 2mm a 3mm, manípulos e apoio para os pés em Polímero de</p>		
--	--	--	--	--

			<p>PVC com proteção UV, banco anatômico estampado em chapa de aço SAE 1020 isento de estofamento, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT -NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esferas blindados tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).</p> <p>Individual: Altura: 0,90m Compr.: 0,85m Largura: 1,10m Peso: 22Kg</p> <p>Simulador de Percurso - Individual</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 2", 1 ¼", espessura do aço de 2mm a 3mm, pedaleira em Aço Carbono SAE 1020 na cor prata, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esferas blindado tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).</p> <p>Individual: Altura: 1,22m Compr.: 0,95m Largura: 0,81m Peso: 33Kg.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p> 		
02	01	Und.	<p>Academia ao ar livre para até 21 usuários simultâneos composta dos seguintes equipamentos:</p> <p>Barra Fixa (ou Espaldar)</p> <p>Alongamento dos membros inferiores e superiores.</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Fabricado com tubos de aço SAE 1020 diâmetro de 1" e 3 ½", espessura do aço de 2mm, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% Poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE</p>	TRYANON	28.150,00

1020 para proteção, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados.

Altura: 2,31m Compr.: 1,10m

Largura: 1,10m Peso: 36,5Kg

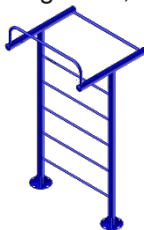


Imagem meramente ilustrativa.

Bicicleta – Dupla

Melhora a resistência aeróbica e a coordenação dos membros inferiores.

Descrição Técnica:

Fabricado com tubos de aço SAE 1020 1", 1 ¼", 2 ½" e tubo retangular de 40x20mm, espessura do aço de 2mm, pedal em alumínio com esferas para rolamento, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% Poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esferas blindados ZZ, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados.

Dupla: Altura: 0,84m Compr.: 1,10m

Largura: 1,65m Peso: 51,2Kg



Imagem meramente ilustrativa.

Elíptico – Duplo

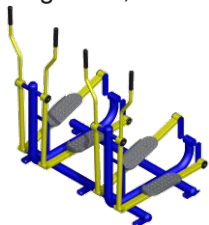
Estimula a coordenação motora, aumenta a resistência muscular dos membros inferiores e desenvolve o trabalho aeróbico.

Descrição Técnica:

Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 1 ½" e 2 ½" e tubo retangular de 50x30mm, espessura do aço de 2mm, manípulos em Polímero de PVC com proteção UV, pedaleira em Aço Carbono SAE 1020 na cor prata, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster

(conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), rolamentos de esferas blindados tipo ZZ, tampões em aço SAE 1020 para proteção, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).

Duplo: Altura: 1,40m Compr.: 1,20m
Largura: 0,90m Peso: 53,5Kg



Imagem

meramente ilustrativa.

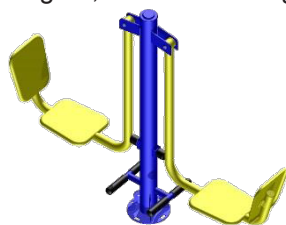
Exercitador de Pernas – Duplo

Fortalece a musculatura dos membros inferiores e coxas.

Descrição Técnica:

Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 2" e 4", espessura do aço de 2mm, Banco anatômico estampado em aço SAE 1020 isento de estofamento, rolamentos de esferas blindados tipo ZZ, apoio para os pés em Polímero de PVC com proteção UV, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% Poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).

Duplo: Altura: 1,55m Compr.: 2,00m
Larg.: 0,50m Peso: 35Kg

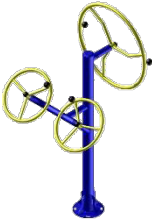


Imagem

meramente ilustrativa.

Giro Diagonal com Vertical

Vertical: Melhora a flexibilidade das articulações dos ombros - Diagonal: Aumenta a mobilidade das

		<p>articulações dos ombros e cotovelos.</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 2" e 3 ½", espessura do aço de 2mm a 3mm, apoio para as mãos em Esferas de Baquelite, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esferas blindados tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).</p> <p>Altura: 1,85m Compr.: 1,10m Largura: 1,10m Peso: 24Kg</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa.</p> <p>Peitoral – Duplo</p> <p>Fortalece os membros superiores: ombros, braços e peitoral.</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 1 ¼", 2", 4" e tubo retangular 50x30mm, espessura do aço de 2mm a 3mm, manípulos em Polímero de PVC com proteção UV, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esferas blindados tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).</p> <p>Altura: 1,37m Compr.: 1,87m Largura: 0,60m Peso: 42,5Kg</p>		
--	--	---	--	--



Imagem

meramente ilustrativa.

Placa Orientativa 2x1 adesivada frente e verso

Estrutura de apoio fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 2", 1 1/4", espessura do aço de 2mm a 3mm, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção. Bordas arredondadas, parafusos e porcas (zincados) antioxidantes.

Orientações visuais produzidas com Adesivo Alta Performance, impressão em alta resolução fotográfica com 1440dpi e equipamento Roland VP 540, material especial para suportar as condições climáticas. Com o logotipo/brasão do local, são produzidas de acordo com as cores escolhidas pelo cliente.

Contém informações de ambos os lados, sendo:

Lado 1: Exercícios para alongamento sugeridos para antes e depois da utilização dos equipamentos;

Lado 2: Modo de utilização dos equipamentos escolhidos pelo cliente

Altura: 2,90m Compr.: 2,40m

Largura: 0,30m Peso: 38Kg.



Imagem meramente

ilustrativa.

Prancha Lateral – Dupla

Melhora a agilidade e flexibilidade da região lombar.

Descrição Técnica:

Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 2", 3 1/2", 4" e

tubo retangular 50x30mm, espessura do aço de 2mm a 3mm, pedaleira em Aço Carbono SAE 1020 na cor prata, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esferas blindados tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).
Altura: 1,22m Compr.: 1,17m
Largura: 0,60m Peso: 30Kg



Imagem

meramente ilustrativa.

Puxador Costas – Duplo

Fortalece os músculos dos braços e costas.

Descrição Técnica:

Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1", 1 ¼", 4" e tubo retangular 50x30mm, espessura do aço de 2mm a 3mm, manopla emborrachadas com proteção UV, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esfera blindados tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).

Altura: 1,40m Compr.: 2,00m
Largura: 0,70m Peso: 45Kg.

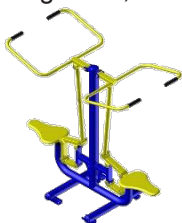




Imagem meramente

ilustrativa.

Simulador de Percurso – Duplo

		<p>Aumenta a mobilidade dos membros inferiores e melhora a capacidade cardiorrespiratória.</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 2", 1 1/4", espessura do aço de 2mm a 3mm, pedaleira em Aço Carbono SAE 1020 na cor prata, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esferas blindado tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em alumínio com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).</p> <p>Duplo: Altura: 1,22m Compr.: 1,71m Largura: 0,81m Peso: 55Kg.</p>  <p>Imagem meramente ilustrativa.</p> <p>Twist – Triplo</p> <p>Trabalha os músculos do quadril e cintura, possibilitando a melhoria da articulação do tronco.</p> <p>Descrição Técnica:</p> <p>Fabricado com tubos de aço SAE 1020 de diâmetro 1" e 4", espessura do aço de 2mm a 3mm, manípulos em Polímero de PVC com proteção UV, pedaleira em Aço Carbono SAE 1020 na cor prata, pintura eletrostática à pó de alta resistência 100% poliéster (conforme ABNT - NBR 10443/2008 e NBR 11003/1990), tampões em aço SAE 1020 para proteção, rolamentos de esferas blindados tipo ZZ com lubrificação permanente, plaquetas em aço inox com especificação dos músculos trabalhados, porcas tipo PARLOCK auto-travante e parafusos zincados (antioxidantes).</p> <p>Triplo: Altura: 1,25m Compr.: 1,50m Largura: 1,50m Peso: 36Kg.</p>		
--	--	--	--	--

			Imagem		
			meramente ilustrativa.		
				Total	44.350,00

Parágrafo primeiro: Os itens constantes neste termo contratual estarão condicionados a uma garantia, mínima, de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONOMICO-FINANCEIROS.

DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados para empresa é de R\$ **44.350,00** (quarenta e quatro mil trezentos e cinquenta reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal, em moeda corrente nacional, através de Depósito Bancário, após a entrega do(s) objeto(s) licitado(s), apresentação do Certificado de Garantia e Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor da Prefeitura de São Miguel da Boa Vista/SC (fiscal do contrato), observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

DO REAJUSTAMENTO OU REDUÇÃO DE PREÇO

Não há previsão de reajuste ou reequilíbrio.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além das condições incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - realizar a entrega/execução do objeto da presente licitação, no prazo estabelecido na cláusula quinta deste Contrato e nas condições especificadas no Objeto do Edital e deste Contrato;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

IV - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

V - assumir todos os gastos e despesas que fizer para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, material e demais custos que se fizerem necessários para a execução do bem.

VI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Edital de Pregão Presencial nº. 62/2016.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
1.040 – Aquisição de equipamento e material permanente.	44900000000000	Aplicação direta.

Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente Edital.

Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o objeto licitado.

Formar o quadro de pessoal necessário para a entrega do objeto contratado, pagando os salários as suas exclusivas expensas.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

I – Fiscalizar, através do Secretário(a) Municipal de Saúde, a execução do objeto licitado e a comprovação dos documentos.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

CLAUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

A entrega/execução do objeto deste Edital será conforme solicitação da contratante, imediatamente após a assinatura do Contrato Administrativo, a qual será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Saúde.

O prazo para entrega/execução do objeto deste Edital será de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e emissão da Autorização de Fornecimento que poderá ser via fax ou e-mail.

O prazo para correção/substituição do objeto defeituoso ou recusado pela fiscalização do contrato é de 15 dias a partir da notificação forma da contratada, que poderá ser via fax ou e-mail.

A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) Multa de 1% (um por cento), calculado sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto deste termo contratual.

b) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) Multa de 20% (um por cento), sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito ou substituição do itens recusadas ou rejeitadas pela fiscalização do contrato;

d) Multa de 80% (oitenta por cento), sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de rescisão unilateral por interesse da contratada.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas no inciso, I poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, da Clausula Sexta.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSICOES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente às clausulas fixadas no Edital do Processo Licitatório nº.62/2016.

CLAUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado,

nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

CAUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 26 de dezembro de 2016.

GILNEI ANTÔNIO GUTH Prefeito Municipal	DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA-ME CNPJ sob nº. 08.985.825/0001-14 Representante Legal
--	--

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessor Jurídico

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2016.
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 20/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 1/8
Processo Nº.: 60/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2016

No dia 26 do mês de Dezembro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, 210, bairro Centro, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). GILNEI ANTONIO GUTH, inscrito no CPF sob o nº. 469.398.579-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 40/2016, Processo Licitatório nº. 60/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de peças novas e serviços para concerto de veículos e máquinas da municipalidade, nas quantidades estimadas para o período de 01 (um) ano, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
655	AUTO MECANICA IVAL LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 28, 29, 30, 31, 32, 49, 50, 51, 52, 53
12	MECANICA BOAVISTENSE LTDA	9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO MECANICA IVAL LTDA ME	02.735.563/0001-53	CLAUDINEI STAUDT	020.762.699-59
MECANICA BOAVISTENSE LTDA	73.860.868/0001-35	CLECI MULLER	861.646.439-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de peças novas e serviços para concerto de veículos e máquinas da municipalidade, nas quantidades estimadas para o período de 01 (um) ano, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12 - MECANICA BOAVISTENSE LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	Jogo de pastilha de freio PD-82 Cassic/Celta.	un	FRASLE	2,000	80,0000	160,00
10	Jogo de pastilha de freio PD-338 Logan.	un	FRASLE	2,000	70,0000	140,00
11	Parafuso 5/8x3.	un	CISER	10,000	5,8000	58,00
12	Porca 5/8 trava.	un	CISER	10,000	3,9000	39,00
13	PARAFUSO 3/4 X 3	un	CISER	10,000	7,9500	79,50
14	Porca ¾ trava.	un	CISER	10,000	5,8000	58,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 2/8
 Processo Nº.: 60/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

Fornecedor: 12 - MECANICA BOAVISTENSE LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	Tubo quadrado cardã CC07.	un	AEMCO	4,000	90,0000	360,00
16	Tubo quadrado cardã CC28A.	un	AEMCO	4,000	99,0000	396,00
17	Vidro espelho retrovisor caminhão MBB/CARGO	un	TEMPEVITE	2,000	90,0000	180,00
18	Correia do AR condicionado 13X925.	un	GATES	4,000	30,0000	120,00
19	Anel sincronizador 3812620037 MBB.	un	IMC	4,000	118,0000	472,00
20	Retentor cambio piloto G50-G60.	un	SABÓ	4,000	20,0000	80,00
21	Retentor cambio traseiro G50-G60.	un	SABÓ	4,000	26,0000	104,00
22	Correia C-130 Rolo compactador.	un	GRC	2,000	220,0000	440,00
34	Bateria 100AH para veiculo Renault Boxer ou Fiat Ducato.	un	MAXION	2,000	545,0000	1.090,00
35	Eixo da coroa para o distribuidor de calcário ISOL.	un	ISOL	2,000	608,0000	1.216,00
36	Rolamento 32209 cônico.	un	NSK	2,000	137,0000	274,00
37	Retentor 01711.	un	SABÓ	4,000	38,0000	152,00
38	Retentor 00995.	un	SABÓ	4,000	21,0000	84,00
39	Jogo de juntas para motor complete, para ônibus VOLARE cod. 80277.	un	SABÓ	1,000	485,0000	485,00
40	Kit superior MWM co. 961080130156.	un	MWM	2,000	150,0000	300,00
41	Pivô Logan inferior LD/LE 503172.	un	NAKATA	2,000	80,0000	160,00
42	Fechadura LE Master 8200147149.	un	RENAULT	1,000	650,0000	650,00
43	Fechadura LD Master 8200147150.	un	RENAULT	1,000	650,0000	650,00
44	Batente porta LE/LD Master 7700310536.	un	RENAULT	2,000	150,0000	300,00
45	Jogo de lóbulos A4 distribuidor liquido orgânico.	un	LUMECO	2,000	870,0000	1.740,00
46	Kit original WEV BR 5024 e BR 1004 distribuidor liquido orgânico.	un	LUMECO	2,000	135,0000	270,00
47	Tampa da frente chapa 102, distribuidor liquido orgânico.	un	LUMECO	2,000	264,0000	528,00
48	Botão ar condicionado A958545097 para caminhão Mercedes.	un	MERCEDES	2,000	159,0000	318,00

Fornecedor: 6 - AUTO MECANICA IVAL LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Válvula de controle de comando 3375100 para retroescavadeira Caterpillar 416E.	un	KNORR	2,000	1.246,0000	2.492,00
2	Jogo de reparo de comando 3385290 para retroescavadeira Caterpillar 416E.	un	VED SYSTEM	1,000	1.590,0000	1.590,00
3	Hélice 10 pas 18" 339/01027 para retroescavadeira JCB 3C.	un	GUARATO	2,000	430,0000	860,00
4	Vidro lateral traseiro 827/30530 para retroescavadeira JCB 3C.	un	AMERICA	2,000	970,0000	1.940,00
5	Mangueira radiador superior para retroescavadeira JCB 3C.	un	JCB	2,000	550,0000	1.100,00
6	Mangueira radiador inferior para retroescavadeira JCB 3C.	un	JCB	2,000	690,0000	1.380,00
7	Bobina do reverso cod. 2807009 para Retroescavadeira Caterpillar 416E.	un	ENGEPEÇAS	2,000	780,0000	1.560,00
8	Jogo de reparo da direção para pá carregadeira Case W-18.	un	VED SYSTEM	2,000	790,0000	1.580,00
28	RECARGA DE ÓLEO DO COMPRESSOR DO AR CONDICIONADO PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA MUNICIPALIDADE.	un	IVAL	5,000	50,0000	250,00
29	RECARGA DE GÁS R134A DO AR CONDICIONADO PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA MUNICIPALIDADE.	un	IVAL	5,000	120,0000	600,00
30	SOLDA DE ALUMÍNIO DO AR CONDICIONADO PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA MUNICIPALIDADE.	un	IVAL	5,000	100,0000	500,00
31	TESTE DE ESTANQUEIDADE DO AR CONDICIONADO PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA MUNICIPALIDADE.	un	IVAL	5,000	20,0000	100,00
32	MANGUEIRA DO AR CONDICIONADO PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA MUNICIPALIDADE.	MT	IVAL	15,000	60,0000	900,00
49	Sensor de pressão do óleo motor 320/04038	un	WILLTEC	2,000	310,0000	620,00
50	Sensor de temperatura da agua 320/04544	un	WILLTEC	2,000	250,0000	500,00
51	Sensor de temperatura da agua 320/04545	un	WILLTEC	2,000	280,0000	560,00
52	Relógio horímetro CAT. 416E.	un	WILLTEC	2,000	250,0000	500,00
53	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA AR CONDICIONADO PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA MUNICIPALIDADE.	Hrs	IVAL	20,000	110,0000	2.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 3/8
Processo Nº.: 60/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 4/8
Processo Nº.: 60/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 5/8
Processo Nº.: 60/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 6/8
Processo Nº.: 60/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será 48 h para início dos serviços, 72 horas fornecimento de peça.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, até o 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 7/8
Processo Nº.: 60/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACR SCIMOS E SUPRESS ES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 8/8
Processo Nº.: 60/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 26 de Dezembro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUT
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AUTO MECANICA IVAL LTDA ME

CNPJ: 02.735.563/0001-53 _____

MECANICA BOAVISTENSE LTDA

CNPJ: 73.860.868/0001-35 _____

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO 19/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2016
Processo Licitatório nº 23/2016
Dispensa de Licitação nº 10/2016
OBJETO: Contratação de empresa especializada para recolhimento, transporte e deposição final de lixo(louças, moveis) mediante utilização de caminhão próprio com capacidade de carregamento de no mínimo 20m³ por carga, disponibilizando pessoal para sua execução.
CONTRATADO: TRANSPORTES SERNI LTDA - EPP
VIGENCIA: Prorrogado até 28/02/2017.
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: SERGIO OSVINO MALLMANN
São Miguel do Oeste, SC., 15 de dezembro de 2016.

2º TERMO ADITIVO 75/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 75/2016
Processo Licitatório nº 171/2015
Tomada de Preço nº 27/2015
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para a obra de ampliação e reforma da Creche Tio Patinhas, da Rede Municipal de Ensino, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.
CONTRATADO: ALEX CONSTRUTORA LTDA - ME
VIGENCIA: Prorrogado até 29/01/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: RENATO ROQUE GUSI
São Miguel do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2016.

3º TERMO ADITIVO 77/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2016
Processo Licitatório nº 72/2016
Concorrência Pública nº 01/2016
OBJETO: Contratação de serviços de pavimentação asfáltica, recapeamento, reparos isolados e drenagem pluvial em diversas ruas do Centro e bairros, Município de São Miguel do Oeste, com Recursos provenientes do Governo do Estado de Santa Catarina/SDR/SMOeste/SC, Convênio nº 2016TR0921, Processo nº SDR0100001129/2016 (ERO11084160), conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.
CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA
VIGENCIA: Prorrogado até 24/03/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI
São Miguel do Oeste, SC, 23 de dezembro de 2016.

7º TERMO ADITIVO 179/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2014
Processo Licitatório nº 150/2014
Tomada de Preço nº 20/2014
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais e aquisição de equipamentos/aparelhos destinados para academias ao ar livre no Bairro São Luiz e no Bairro São Jorge conforme Contrato de repasse nº 795142/2013/Ministério do Esporte/Caixa, Processo nº 2623.1011304-31/2013, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.
CONTRATADO: RS CONSTRUÇÕES LTDA EPP
VIGENCIA: Prorrogado até 30/04/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ANTONIO PADILHA ALVES
São Miguel do Oeste, SC, 23 de dezembro de 2016.

7º TERMO ADITIVO 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2015
Processo Licitatório nº 04/2015
Tomada de Preço nº 03/2015
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para pavimentação com pedras irregulares, drenagem pluvial e passeio na Comunidade Vila Nova no Bairro São Luiz, nas Ruas B,C,D,F,G,H,I de acordo com Contrato de Repasse nº 297.916.31/2209/MCidades/Caixa, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.
CONTRATADO: BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA- EPP
VIGENCIA: Prorrogado até 30/04/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: RICARDO BARAZZETTI
São Miguel do Oeste, SC, 23 de dezembro de 2016.

DECRETO Nº 8.795/2016 DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO EX-PREFEITO LUIZ BASSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.795/2016
DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO EX-PREFEITO LUIZ BASSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO o falecimento do ex-vereador e ex-prefeito do Município de São Miguel do Oeste e ex-deputado estadual, no dia de hoje (22/12/2016), Sr. Luiz Basso.

DECRETA

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial de três (03) dias no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, em decorrência do passamento do SR. Luiz Basso, ex-prefeito e ex-vereador do Município de São Miguel do Oeste e ex-Deputado Estadual.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-- SC.

Em, 22 de dezembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.999/2016 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.999/2016 de 22 de dezembro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 504,01 (quinhentos e quatro reais e um centavo) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5,40

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 358,21

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 140,40

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 5,40

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 358,21

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 140,40

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Auxiliar de Expediente

TERMO ADITIVO Nº. A115/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A115/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2016 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcidir Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63, portador da carteira de identidade nº. 11R/383.364-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 31/2016-PMS, celebrado em 06 de abril de 2016, Processo de licitação nº. 35/2016– PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 06/2016–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gustavo Streit, Est.54 à Est. 72+15m, Bairro Rancho Bom, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 375m e área total de 3.750m², de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.140/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita Secretaria de Obras e Serviços Urbanos frente à prorrogação da vigência do contrato para o período de 1º. de janeiro de 2017 até 30 de março de 2017.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Décima Sexta “da vigência” no item 16.1, prorrogando-se a vigência do contrato para o período de 1º. de janeiro de 2017 até 30 de março de 2017.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 31/2016-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de dezembro de 2016.
CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA
Alcidir Boaretto
CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

Seara

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 75

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Institui a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar.

TÍTULO I DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º O controle do uso e da ocupação do solo municipal visa promover a redução das desigualdades territoriais garantindo a função social da Cidade e da propriedade entendendo-se como tal, a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e comunitários e sua articulação com a área rural.

§ 1º Zoneamento é a divisão da área do Perímetro do Município, em zonas, para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo.

I – uso do Solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, podendo esses usos ser definidos como: permitidos, permissíveis e proibidos;

II – ocupação do Solo é a maneira que a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros urbanísticos incidentes sobre os mesmos, que são: índice de aproveitamento, número de pavimentos/gabarito, recuo, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade.

§ 2º Dos índices urbanísticos:

I – Índice de Aproveitamento: é o valor que se deve multiplicar pela área do terreno para se obter a área máxima a construir, variável para cada Zona. No cálculo do índice de aproveitamento, conforme a fórmula abaixo, não serão computados os seguintes elementos:

- a) hall de entrada e área de escadaria;
- b) área de estacionamento/garagens obrigatórias;
- c) área de recreação e lazer comum com no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento tipo coberto;
- d) floreiras;
- e) caixa d'água;
- f) poço de elevador e casa de máquinas;
- g) sacadas, desde que não vinculadas a área de serviço.

II – número de Pavimentos/gabarito: é a altura medida em pavimentos, contados a partir do pavimento térreo. Será considerado como pavimento térreo o pavimento mais próximo do nível da rua;

III – recuo: é a distância entre o limite extremo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;

IV – taxa de Ocupação: é a proporção entre a área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área deste mesmo lote, a ser calculada conforme a fórmula abaixo, sendo que não serão computados para efeito de cálculo da taxa de ocupação:

- a) hall de entrada, área de escadaria e poço de elevador;
- b) sacadas não vinculadas a área de serviço;
- c) beiral com até 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- d) marquises;
- e) pérgulas de até 5,00m (cinco metros) de largura;
- f) áreas destinadas obrigatoriamente à circulação e estacionamento de veículos;

V – taxa de Permeabilidade: é a proporção de área do lote que não recebe pavimentação para absorção de águas pluviais.

§ 3º Dos usos do solo urbano:

I – uso Permitido: é o uso adequado às zonas, sem restrições;

II – uso Permissível: é o uso passível de ser admitido nas zonas, a critério do órgão responsável do Município e do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

III – uso Proibido: uso inadequado às zonas.

§ 4º Da terminologia:

I – Alvará de Construção: documento expedido pelo Município que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização;

II – Consulta de Viabilidade Técnica: documento indispensável, prioritário de encaminhamento à municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona;

III – Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade, sujeita à regulação por Lei;

IV – Habite-se: autorização concedida pelo Município para utilização de uma edificação;

V – Ampliação ou Reforma em Edificações: obra destinada a melhorias em edificações já existentes, sujeitas também a regulação pelo Código de Obras do Município;

VI – Equipamentos Comunitários: são os equipamentos de uso público de educação, cultura, saúde, lazer, segurança, assistência social, treinamento profissional, associativismo e similares, quando pertencentes ao Poder Público;

VII – Equipamentos Urbanos: são os equipamentos de

abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais;

VIII – Faixa de Proteção e Drenagem: faixa paralela a um curso d'água medida a partir de sua margem, destinada à proteção de erosão e a amenizar o problema das cheias;

IX – Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;

X – Faixa de Domínio: área contígua marginal às vias de tráfego intermunicipal e interestadual, e paralelas às redes de energia de alta tensão, sendo vedada a construção, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 2º. O controle do uso e da ocupação do solo tem por objetivos:

I – estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o ambiente, e das atividades que os permeia;

II – promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético, paisagístico, naturais ou culturais;

III – prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com a necessidade de crescimento ordenado;

IV – compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;

V – aplicar os instrumentos jurídicos da Outorga Onerosa, do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir, IPTU Progressivo, Estudo do Impacto de Vizinhança, Direito de Preempção e outros previstos na Lei do Plano.

CAPÍTULO II DO ZONEAMENTO

Art. 3º. O Zoneamento consiste na divisão do território em macrozonas e zonas, estabelecendo as diretrizes para o uso e ocupação do solo do município, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.

§ 1º As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, definido uma visão de conjunto que integra todo o município.

§ 2º As zonas são subdivisões das macrozonas em unidades territoriais que servem como referencial mais detalhado para a definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, definindo as áreas de interesse de uso onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

SEÇÃO I DAS MACROZONAS

Art. 4º. O território do Município de Seara fica dividido em seis macrozonas:

I – MU: Macrozona Urbana, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada, sendo as áreas do perímetro urbano da Sede e Distritos de Caraíba e Nova Teutônia;

II – MR: Macrozona Rural, que corresponde às áreas localizadas fora das áreas urbanas da Sede e Distritos;

III – MEUM: Macrozona de Expansão Urbana Mista, que corresponde a áreas rurais passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso misto, localizada, conforme Mapa de Macrozoneamento, Anexo III;

IV – MEUI: Macrozona de Expansão Urbana Industrial, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso industrial, conforme Mapa de Macrozoneamento, Anexo III;

V – MEUR: Macrozona de Expansão Urbana Residencial, que corresponde a áreas rurais passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso residencial, conforme Mapa de Macrozoneamento, Anexo III: área compreendida entre o futuro contorno viário, depois da faixa da MEUM, até o atual perímetro urbano e a SC 155, uma faixa de 200 metros, depois da faixa da MEUM, sentido oeste do futuro contorno viário, uma faixa de 1000 metros da SC 155, sentido leste, depois da faixa da MEUM;

VI – MQU: Macrozona de Qualificação Urbana, que corresponde a área do perímetro urbano dos Distritos de Caraíba e Nova Teutônia, com tendência à ocupação e adensamento com características mista, conforme Mapa de Macrozoneamento, Anexo III.

Parágrafo único. Os perímetros dos elementos dos zoneamentos estão definidos nos Mapas de Macrozoneamento constante do Anexo III e Mapa de Zoneamento constante no Anexo IV, parte integrante desta lei.

Art. 5º. São objetivos da Macrozona Urbana:

I – controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas com melhores condições de urbanização, adequando-o à infraestrutura disponível;

II – possibilitar a instalação de uso misto;

III – orientar os planos, projetos e ações, relacionados à implantação e manutenção da infraestrutura;

IV – implantar novos usos e atividades, inclusive o habitacional de interesse social;

V – incrementar a capacidade da infraestrutura de saneamento;

VI – implantar os espaços de lazer, preferencialmente de uso público;

VII – melhorar a integração das áreas consolidadas e demais;

VIII – reordenar os usos e atividades existentes a fim de evitar conflitos;

IX – incentivar a ocupação de vazios urbanos.

Art. 6º. A Macrozona Urbana é delimitada pela área do perímetro urbano da sede do município de Seara, e fica subdividida nas seguintes Zonas:

ZMC – Zona Mista Comercial

ZMD1 – Zona Mista Diversificada 1

ZMD2 – Zona Mista Diversificada 2

ZIF – Zona Industrial Fechada

ZIP – Zona Industrial Predominante

ZIR1 – Zona de Interesse Residencial 1

ZIR2 – Zona de Interesse Residencial 2

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

ZPP – Zona de Preservação Permanente

§ 1º As zonas são delimitadas por limites do perímetro urbano, vias e por divisa de lotes.

§ 2º O Regime Urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da Zona de Parâmetro Urbanístico menos restritivo.

§ 3º Para efeito do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior à profundidade média dos lotes da zona.

Art. 7º A Zona Mista Comercial tem por objetivo incentivar a instalação de atividades comerciais e de prestação de serviços, fortalecendo a área comercial existente, compatibilizando com a infraestrutura e sistema viário existente, viabilizando maior adensamento.

Art. 8º A Zona Mista Diversificada tem por objetivo concentrar atividades de uso misto e diverso de natureza comercial, prestação de serviços e indústrias de baixo impacto ambiental e outros compatíveis, toleráveis e admissíveis, dadas as condições de acessibilidade. Parágrafo Único. A Zona Mista Diversificada, subdivide-se em:

ZMD I – Zona Mista Diversificada I, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo IV.

ZMD II – Zona Mista Diversificada II, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo IV.

Art. 9º A Zona Industrial Fechada tem por objetivos delimitar a área existente da indústria local.

Art. 10. A Zona Industrial Predominante tem por objetivos estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas.

Art. 11. A Zona de Interesse Residencial tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das redes de infraestrutura urbana, do sistema viário e configuração da paisagem.

Parágrafo único. A Zona de Interesse Residencial, subdivide-se em:

ZIR I – Zona de Interesse Residencial I, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo IV.

ZIR II – Zona de Interesse Residencial II, conforme Mapa de Zoneamento, Anexo IV.

Art. 12. A Zona de Especial de Interesse Social tem por objetivo destinar prioritariamente a produção de Habitações de Interesse Social e ampliação de equipamentos urbanos beneficiando a população de menor renda.

Art. 13. A Zona de Preservação Permanente tem por objetivo proteger as áreas definidas como preservação ao longo dos rios, nascentes e encostas.

§ 1º Ficam proibido qualquer uso, salvo a execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de Interesse Social, com prévia autorização de órgão ambiental, após realização de estudos ambientais pertinentes nas áreas:

I – Áreas Urbanas Consolidadas: Será respeitado uma faixa de preservação de 15,0m (quinze metros) de largura para cada lado do leito dos rios e um raio de 30,0m (trinta metros) das nascentes, salvo legislação superior;

II – Áreas Urbanas Não Consolidadas: uma faixa de 30,0m (trinta metros) para cada lado do leito dos rios e córregos e um raio de 50m (cinquenta metros) das nascentes, salvo legislação superior;

III – Córregos canalizados - uma faixa de 5,0m (cinco metros) para cada lado da canalização, salvo legislação superior.

§ 2º Entende-se como consolidadas, as áreas com ruas abertas e com construções e usos consolidados.

§ 3º Serão permitidas reformas em prédios existentes nesta zona, sem acréscimo de área.

§ 4º Os rios canalizados deverão respeitar da área de 5,0 (cinco metros) de faixa de preservação permanente.

§ 5º Consideram-se canalizados os rios que tem fechamento lateral e superior.

Art. 14. São objetivos da Macrozona Rural:

I – garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;

II – garantir a proteção dos mananciais;

III – garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;

IV – promover o desenvolvimento econômico sustentável;

V – incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias;

VI – promover e incentivar a diversificação da Propriedade Rural;

VII – dotar a Macrozona Rural de infraestrutura básica;

VIII – incentivar o desenvolvimento do turismo.

Art. 15. A Macrozona Rural é delimitada pela área rural do município, com características de desenvolvimento de atividade agropecuária.

Art. 16. São objetivos da Macrozona de Expansão Urbana Mista:

I – direcionar e incentivar o adensamento, após a ocupação da Zona Urbana;

II – promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado;

III – melhorar a infraestrutura urbana;

IV – implantar novos usos e atividades, incentivando o uso misto;

V – urbanizar as áreas passíveis de ocupação, próximo ao perímetro urbano.

Art. 17. A Macrozona de Expansão Urbana Mista é delimitada pelas

áreas rurais do Município:

I – uma faixa de 150 metros para cada lado do eixo da SC 283 sentido Concórdia, do perímetro urbano por uma extensão de 2500 metros;

II – uma faixa de 300 metros para cada lado do eixo da SC 155 sentido Itá, do perímetro urbano até o encontro do futuro contorno viário;

III – uma faixa de 150 metros para cada lado do eixo do futuro contorno viário.

Art. 18. São objetivos da Macrozona de Expansão Urbana Industrial:

I – promover a implantação de indústrias;

II – promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento da área industrial e dotar a mesma de infraestrutura;

III – conservar os recursos naturais;

IV – implantar novos usos e atividades, incentivando o uso industrial.

Art. 19. A Macrozona de Expansão Industrial é delimitada pela área adquirida pelo Município para esta finalidade, localizada nas margens da SC 155, à oeste do Distrito de Caraíba.

Parágrafo único. Poderão ser demarcadas novas áreas industriais, desde que, aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 20. São objetivos da Macrozona de Expansão Urbana Residencial:

I – direcionar e incentivar o adensamento, após a ocupação da zona urbana consolidada;

II – promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado;

III – viabilizar a regularização urbanística e fundiária de área irregulares;

IV – implantar e qualificar a infraestrutura urbana;

V – conservar os recursos naturais;

VI – implantar novos usos e atividades, incentivando o uso residencial.

Art. 21. A Macrozona de Expansão Urbana Residencial é delimitada pelas áreas rurais do município:

I – área compreendida entre o futuro contorno viário, depois da faixa da MEUM, até o atual perímetro urbano e a SC 155;

II – uma faixa de 200 metros, depois da faixa da MEUM, sentido oeste do futuro contorno viário;

III – uma faixa de 1000 metros da SC 155, sentido leste, depois da faixa da MEUM.

Art. 22. São objetivos das Macrozonas de Qualificação Urbana:

I – promover o Desenvolvimento Econômico sustentável;

II – viabilizar a Regularização urbanística e fundiária dos Distritos;

III – pavimentar as Estradas Municipais definidas com Eixos Estruturantes;

IV – fomentar o turismo;

V – conservar os Recursos Naturais.

Art. 23. A Macrozona de Qualificação Urbana é delimitada pelos perímetros urbanos de:

I – Distrito de Caraíba;

II – Distrito de Nova Teutônia.

CAPÍTULO III

DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 24. Em todo o edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

I – quota de 6m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia, nunca menor que 40m² (quarenta metros quadrados), podendo ser subdividida em no máximo 02 (duas) áreas;

II – localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso a veículos e de estacionamento;

III – superfície permeável com areia ou grama de no mínimo de 12m² (doze metros quadrados), incluída na quota estipulada no inciso I.

Art. 25. As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso da Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VI, parte integrante a esta Lei.

Art. 26. A fim de garantir o estacionamento dos veículos particulares fora das vias públicas, serão exigidas vagas de estacionamento em garagens, abrigos ou áreas descobertas, de conformidade com a Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VI, parte integrante desta Lei.

§ 1º As vagas devem possuir dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) x 5,00m (cinco metros), devidamente demonstrados no projeto, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo, ou equivalente a 12,50m² (doze e cinquenta metros quadrados) por vaga, incluindo área necessária à manobra.

§ 2º Nas garagens ou estacionamentos de usos coletivos, será admitido que as vagas sejam vinculadas entre si, quando se tratar das vagas da mesma unidade.

§ 3º O número de vagas para o uso de atividades não especificadas na Tabela II – Garagens / Vagas de Estacionamento, Anexo VI será calculado por analogia.

§ 4º Deverão ser demarcados os acessos por meio de rebaixo de meio fio, admitindo-se, no máximo 2 (dois) acessos, entrada e saída, com no mínimo 3,00 m (três metros) de largura cada um.

§ 5º Os espaços destinados aos estacionamentos e pátios de carga e descarga, deverão estar situados totalmente dentro dos limites do lote.

Art. 27. Os espaços destinados à garagem ou estacionamento não

poderão sofrer modificações de uso.

Art. 28. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento deverão ser reservadas vagas para deficientes físicos, localizadas próximo das entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:

I – até 25 vagas: 1 vaga;

II – de 25 a 50 vagas: 2 vagas;

III – de 51 a 75 vagas: 3 vagas;

IV – de 76 a 100 vagas: 4 vagas;

V – de 101 a 150 vagas: 5 vagas;

VI – de 151 a 200 vagas: 6 vagas;

VII – de 201 a 300 vagas: 7 vagas;

VIII – mais de 300 vagas: 8 vagas e mais uma para cada 100 (cem) vagas ou fração.

Art. 29. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei, que forem objeto de obras de reforma, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança de uso não será exigido o provimento de vagas de estacionamento, devendo permanecer as vagas de garagem pré-existentes.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no artigo anterior, não se aplica para os usos: Uso 5B, Uso 5C, Uso 6, Uso 7 e especificamente para bancos.

§ 2º As edificações de que trata o caput deste artigo, que receberem obras de ampliação da área construída, será exigido o provimento de vagas de estacionamento, calculado sobre a área acrescida, na proporção estabelecida na Tabela II - Garagem / Vagas de Estacionamento, Anexo VI, parte integrante desta Lei.

§ 3º As vagas de estacionamento de que trata o parágrafo anterior, poderá localizar-se em outro imóvel, a uma distância máxima de 100,00m (cem metros), desde que vinculada à edificação, por intermédio de averbação na escritura pública anterior ao registro da ampliação.

CAPÍTULO IV DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 30. A classificação e a relação dos usos do solo do município de Seara constam no Anexo VII, parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO V DOS RECUOS E AFASTAMENTOS

Art. 31. Os recuos frontais e afastamentos laterais e de fundos mínimos de cada edificação, com relação ao alinhamento predial e às divisas laterais e de fundos, serão sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação, devendo ser respeitados, para cada zona, conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Anexo V desta Lei.

Parágrafo único. Os proprietários de terras fronteiriças as estradas municipais, terão um prazo de 3 (três) anos para se adequarem aos recuos estabelecidos no Mapa dos Eixos de Desenvolvimento, para as estradas municipais.

Art. 32. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes conforme taxa de permeabilidade especificada na Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, desta lei, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I – muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II – central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

III – poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

IV – sacadas desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s);

V - nas divisas de lotes, não são permitidos o uso de elementos vazados e tijolos de vidro para fins de ventilação e iluminação;

VI – lojas e sobrelojas/mezaninos contarão como um único pavimento desde que, a área construída da sobreloja/mezanino possua no máximo 50% (cinquenta por cento) da área da loja.

Art. 33. Nos terrenos de esquina deverão ser respeitados 100% (cem por cento) do recuo frontal estipulado para sua zona na rua considerada como principal e, 50% (cinquenta por cento) do recuo estipulado para sua zona na rua considerada secundária, de acordo com a Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Anexo V desta Lei.

CAPÍTULO VI DOS ALVARÁS

Art. 34. Nos casos de edificações irregulares, antigas ou não, sua regularização dependerá de parecer do setor competente da Prefeitura Municipal mediante a apresentação de projetos e laudos técnicos da edificação, documento de posse do imóvel e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de profissional habilitado.

§ 1º O setor competente do Município emitirá parecer favorável ou não à regularização da edificação com base nos projetos e laudos técnicos apresentados;

§ 2º. Para as edificações existentes, cujo usos, contrariam as normas do novo Plano Diretor, são objetos de regularização estabelecida em lei específica;

§ 3º Será proibida a ampliação nas edificações cujos usos contrariam as disposições desta Lei. As ampliações só serão permitidas com a observância das normas da nova lei.

Art. 35. Para as edificações existentes que contrariam as disposições de permeabilidade, taxa de ocupação e índice de aproveitamento, poderão ser aprovados mediante apresentação de laudo técnico que comprove a existência da edificação em data anterior à aprovação desta Lei.

Art. 36. A concessão de alvará para construir ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, parte integrante desta Lei.

Art. 37. Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de publicação desta Lei.

§ 1º Uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrame estiverem concluídos.

§ 2º Todos projetos protocolados até publicação desta Lei, para sua aprovação, serão levados em consideração as regras da Lei vigente na época do protocolo.

Art. 38 Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto ao uso do solo previsto para cada zona.

Art. 39. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo único. Os alvarás a que se refere o presente artigo poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando as disposições desta Lei, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 40. A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Para as mudanças de ramo, poderão ser dispensadas, desde que plenamente justificadas, as vagas de garagem/estacionamento.

Art. 41. A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências específicas de cada caso, podendo ser aplicado o instituto legal da Outorga Onerosa do Direito de Construir, Estudo de Impacto de Vizinhança e de alteração de uso, conforme Lei Municipal específica baseada neste Plano Diretor.

Parágrafo único. São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:

- I – coloquem em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;
- II – possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;
- III – possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação;
- IV – produzam gases, poeiras e detritos;
- V– impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos;
- VI – produzam ruídos e conturbem o tráfego local.

Art. 42. Toda a atividade considerada de grande porte dependerá de aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal para a sua localização.

Parágrafo único. É atribuição do Conselho, estabelecer, por resolução, quanto ao Porte Pequeno, Médio ou Grande, as atividades comerciais, prestação de serviços ou industriais.

TÍTULO II

DO PARCELAMENTO DO SOLO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. As normas de parcelamento do solo previstas nesta Lei são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estas pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à Legislação superior vigente que regule a matéria, seja em âmbito federal ou estadual, em especial a Lei Federal N.º 6766/79 com alterações dadas pela Lei 9785/99, e Lei Estadual 6063/82 e suas alterações, bem como, ainda as demais normas que as substituírem ou complementarem.

§ 1º A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no âmbito do Município, depende de aprovação pelo Poder Público.

§ 2º As normas de parcelamento do solo estarão submetidas à regulamentação própria nos casos de regularização de parcelamentos clandestinos ou irregulares implantados no Município, bem como nos casos de empreendimentos de habitação de interesse social com intervenção do Poder Público Municipal.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Loteamento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, ou prolongamento, modificação, ou ampliação das vias existentes;

II – Desmembramento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

III – Remembramento é a junção de dois ou mais lotes para formar apenas um imóvel;

IV – Desdobro é a divisão de um lote urbano destinado e já individualizado em dois lotes, em unidades autônomas, desde que os mesmos, tenham área mínima estabelecida para a zona a qual está inserida.

§ 4º Serão permitidas servidões somente para atender dois lotes, desde que os mesmos tenham área mínima estabelecida para zona a qual está inserida, tendo a servidão no mínimo largura de 3,0 (três) metros para um lote e 5,0 (cinco) metros para mais de um.

Art. 44. Os Parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Mista, Macrozona de Expansão Urbana Residencial e Macrozona de Qualificação Urbana de acordo com os limites e parâmetros estabelecidos na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V e nos Mapas de Macrozoneamento e Zoneamento, constante nos Anexos III e IV da presente Lei.

Art. 45. Os Loteamentos serão divididos em três categorias:

- I – Loteamentos Convencionais;
- II – Loteamentos Populares;
- III – Loteamentos de Interesse Social.

§ 1º Loteamentos Convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infraestrutura completa, sendo os mesmos realizados por particulares.

§ 2º Loteamentos Populares são aqueles em que são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas, devendo ter a participação do Poder Público, através dos Instrumentos de Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social e Operações Urbanas Consorciadas, conforme estabelecido na Lei do Plano Diretor, Capítulos VIII e IX, podendo ser vendido somente para pessoas de baixa renda e que não possuam outra propriedade, devendo para tanto ter anuência do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 3º Loteamentos de Interesse Social são aqueles executados pelo Poder Público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar a implantação da infraestrutura, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de baixa renda.

§ 4º Os Loteamentos de Interesse Social e os Loteamentos Populares só poderão ser realizados nas Zonas Especiais de Interesse Social.

§ 5º Lei Municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o Loteamento Popular com infraestrutura mínima.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES E OBJETOS

Art. 46. Para efeito de aplicação das normas de parcelamento são adotadas as seguintes definições:

I – área Total do Parcelamento é a área que o loteamento, desmembramento ou remembramento abrange;

II – área de Domínio Público é a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter seu acesso restrito;

III – área Total de Lotes é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público;

IV – arruamento é o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;

V – desmembramento é a subdivisão de áreas em lotes com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

VI – equipamentos comunitários são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;

VII – equipamentos urbanos são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;

VIII – faixa não edificável, área do terreno onde não será permitida qualquer construção;

IX – loteamento é a subdivisão de áreas em lotes, com abertura e efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes;

X – remembramento é a fusão de lotes com aproveitamento do sistema viário existente;

XI – via de circulação, é a via destinada a circulação de veículos e pedestres.

Art. 47. As normas de Parcelamento do Solo têm como objetivos:

I – orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento

que implique parcelamento do solo para fins urbanos;

II – prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;

III – evitar a comercialização de lotes desprovidos de condições para o desempenho de atividades urbanas;

IV – assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

CAPÍTULO III DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 48. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas definidas em Lei Municipal de Perímetro Urbano e nas Macrozonas de Expansão Urbana Mista, Macrozonas de Expansão Urbana Industrial, Macrozonas de Expansão Urbana Residencial e Macrozonas de Qualificação Urbana.

Parágrafo único. Na Zona Rural, só será admitido o parcelamento com a prévia anuência do Município e aprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou dos órgãos Estadual e Federal de controle do meio ambiente, conforme Legislação Federal.

Art. 49. Não será permitido o parcelamento do solo:

I – em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;

II – nas nascentes, mesmo os chamados “olhos d’água”, seja qual for a sua situação topográfica;

III – em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;

IV – nas partes do terreno com declividade acima de 30% (trinta por cento), salvo nas condições onde o terreno for superior a 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), devendo ser respeitada a legislação vigente referente a matéria;

V – em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo o Município exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

VI – em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência do Município;

VII – em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da Legislação Federal e Estadual;

VIII – em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;

IX – em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;

X – em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana;

XI – em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências específicas dos órgãos competentes;

XII – em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

XIII – em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais;

XIV – em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das estações de tratamento de esgoto.

CAPÍTULO IV DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

Art. 50. Os loteamentos deverão atender os seguintes requisitos:

I – só poderão ser loteadas áreas com acesso direto a via pública em boas condições de trafegabilidade a critério do Município;

II – o proprietário cederá ao Município, sem ônus para este, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área utilizável à lotear e, destes, devem ser destinados, o percentual conforme Lei Federal para uso institucional, com declividade máxima de 20% (vinte por cento), tais como, implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, salvo loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores que 1.000m² (um mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida, assim distribuídas:

III – em loteamentos industriais quando se tratar de interesse público, a porcentagem cedida ao Município poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) com mínimo de 20% (vinte por cento) após análise e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

IV – as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;

V – todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que o Município indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade;

VI – os parcelamentos situados ao longo de Rodovias Federais e Estaduais, deverão conter ruas marginais paralelas com largura mínima de 16,00m (dezesseis metros);

VII – as áreas mínimas dos lotes bem como as testadas, válidas para lotes em novos loteamentos e para desmembramentos e remembramentos, são as estipuladas na Tabela I De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano - Anexo V, parte integrante desta lei;

VIII – os requisitos mínimos de acessibilidade às áreas de uso público estão determinados no Código de Edificações do Município.

§ 1º O Município para aprovação do loteamento a reserva de faixa não edificável, quando conveniente e necessário na frente, lado ou fundo do lote para rede de água e esgoto e outros equipamentos urbanos.

§ 2º Os lotes de esquina terão obrigatoriedade de testada mínima de 15m (quinze metros) e profundidade de, no mínimo, 25m (vinte e cinco metros).

§ 3º Nos desmembramentos dos quais resultem até 5 (cinco) lotes, fica o proprietário isento da obrigação da cessão de áreas públicas ao município.

CAPÍTULO V DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 51. A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas desta Lei e dependerá de aprovação prévia do Município.

Art. 52. Na área urbana as seções transversais, longitudinais e dimensionamento das ruas serão definidas conforme hierarquização viária definida nos Artigos 53 e 54 desta Lei.

Art. 53. As vias que integram o sistema viário do Município de Seara ficam assim classificadas funcionalmente de acordo com suas características:

I – arteriais;

II – coletoras;

III – locais;

Art. 54. As vias a que se refere o artigo anterior deverão respeitar as seguintes dimensões:

§ 1º Na Sede do Município, as vias deverão ser classificadas como:

I – ARTERIAIS: não menos que 14,0 m (quatorze metros), sendo 10,0 m (dez metros) de caixa e 2,0 m (dois metros) de passeio para cada lado;

II – COLETORAS: não menos que 12,0 m (doze metros), sendo 9,0 m (nove metros) de caixa e 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado;

III – LOCAIS: não menos de 12,0 m (doze metros), sendo 9,0 m (nove metros) de caixa e 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado.

§ 2º Nos Distritos do Município, as vias deverão ser classificadas como:

I – PRINCIPAIS: não menos que 14,00 m (quatorze metros), sendo 10,0m (dez metros) de caixa e 2,0 m (dois metros) de passeio para cada lado;

II – SECUNDÁRIA: não menos que 12,00 m (doze metros), sendo 9,0m (nove metros) de caixa e 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de passeio para cada lado.

§ 3º Os novos loteamentos deverão, obrigatoriamente, definir a hierarquização de suas vias, conforme esta Lei, em seus projetos, para aprovação dos mesmos.

Art. 55. As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo ou interessar ao desenvolvimento urbano do Município.

Parágrafo único. Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária pelo Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, esta deverá terminar em praça de retorno.

Art. 56. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa de rua.

Art. 57. As vias projetadas e previstas serão definidas em Lei Complementar, e deverão ser observadas quando da aprovação de um projeto de parcelamento.

Art. 58. Os loteamentos com testada para a Rodovia Federal e

Estadual deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.

Parágrafo único. Os acessos de que trata este artigo deverão ser sinalizados, e terem tratamento paisagístico conforme normas estabelecidas pelo Município.

Art. 59. Todas as vias de circulação a serem projetadas e construídas devem atender os seguintes requisitos:

I – a declividade longitudinal mínima, não poderá ser inferior a 1% (um por cento);

II – a declividade transversal máxima permitida será de 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento) e esta poderá ser do centro da caixa de rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra.

§ 1º Nos movimentos de terra ocasionados pela implantação das vias, deverão ser previstas obras e tratamentos de superfície para conter a erosão.

§ 2º Nas áreas onde houver necessidade da retirada da cobertura vegetal existente, deverão ser projetadas obras de contenção de erosão.

Art. 60. A largura da via que constituir prolongamento de outra já existente, ou constante de plano de loteamento já aprovado pelo Município, não poderá ser inferior a largura desta, ainda que pela função e características possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 61. Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de raio mínimo.

Art. 62. A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, poderá ser feita por meio de números.

Art. 63. Os passeios públicos, vias destinadas a circulação exclusiva de pedestres deverão respeitar as larguras estabelecidas no art. 54 desta Lei e declividade máxima de 25% (vinte e cinco por cento), a partir desta inclinação deverão ser utilizadas escadas de acordo com projeto e/ou normas estabelecidas pelo Município.

Art. 64. Quando da ocupação de terrenos lindeiros as vias do sistema viário básico, com previsão de alargamento, deverá ser observado o nível do pavimento futuro da via para definição dos acessos da edificação, uma vez que estes não poderão ter rampas ou escadas dentro da área de alargamento da via.

Art. 65. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro do passeio oficial previsto para esta via.

CAPÍTULO VI DAS QUADRAS E LOTES

Art. 66. Na área urbana, as quadras normais não poderão ter comprimento superior a 290,00 m (duzentos e noventa metros), salvo quando para incorporar no traçado do sistema viário existente, desde que não ultrapasse o dobro desta exigência e determinado pelo Município.

Art. 67. Para efeito desta lei, os parâmetros para o dimensionamento dos lotes na área urbana, sejam eles de propriedade pública ou privada, deverão observar o estabelecido na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei.

Art. 68. O lote mínimo para efeito de novas aprovações de parcelamento no Município é de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados) de área com testada mínima de 12,00 m (doze metros) e profundidade mínima de 30,00 m (trinta metros), com exceção das ZEIS.

§ 1º Os parâmetros de que trata este artigo poderão ser alterados em casos de lotes com figura geométrica de forma irregular, desde que, possuam testada não inferior a 12,00 m (doze metros) e profundidade média de 16,00 m (dezesseis metros).

§ 2º Os lotes de esquina terão obrigatoriedade de testada mínima de 15,0 m (quinze metros) e profundidade de 25,0 m (vinte e cinco metros).

Art. 69. Serão permitidas construções ou edificações em lotes existentes que não se encontram nos parâmetros estabelecidos nesta Lei, devendo ser respeitados os índices urbanísticos estabelecidos na Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei, para os lotes mínimos da respectiva zona.

Art. 70. Quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, poderá haver redução das exigências das Normas Técnicas desta Lei Complementar, sendo que:

I – o lote poderá ter a área reduzida para no mínimo 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 12,00m (doze metros);

II – a localização deste deverá obedecer ao mapa de Zoneamento, Anexo IV desta Lei, bem como ser aprovado pelo Município.

Art. 71. Para locação de equipamentos urbanos e serviços públicos será permitido o Parcelamento do Solo com áreas inferiores às fixadas por esta Lei, desde que com aprovação de uso pelo Município.

Art. 72. Nenhum lote terá como testada principal, vias de circulação exclusiva para pedestres.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica as ruas existentes por ocasião da aprovação desta Lei, que venham a ser transformadas pelo poder público em vias exclusivas para pedestres.

CAPÍTULO VII DA INFRAESTRUTURA

Art. 73. Para os efeitos desta lei, a infraestrutura será composta por:

I – vias de circulação, com meio-fio e sarjeta;

II – escoamento das águas pluviais;

III – rede para abastecimento de água potável;

IV – energia elétrica pública e domiciliar;

V – rede coletora de esgoto com solução de tratamento de esgoto;

VI – iluminação pública padrão que garanta a segurança;

VII – pavimentação das vias de circulação, que deverá ser asfalto, calçamento, paver ou outro tipo de pavimentação, que respeite as normas da ABNT.

Art. 74. Enquanto o parcelamento do solo estiver em fase de implantação da infraestrutura, será dever e responsabilidade do

promotor do parcelamento do solo urbano a conservação das vias de circulação.

CAPÍTULO VIII DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 75. O interessado em elaborar projeto de loteamento deverá solicitar ao Município, em consulta prévia, a viabilidade do mesmo e as diretrizes para uso do solo urbano e sistema viário, apresentando para este fim os seguintes elementos:

I – requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;

II – planta planialtimétrica da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), dependendo do tamanho da área, assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário ou seu representante, indicando:

a) divisas da propriedade perfeitamente definidas;

b) localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundação, bosques, árvores de grande porte e construções existentes;

c) arruamentos contíguos a todo perímetro, a localização de vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências num raio de 500m (quinhentos metros) com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

d) esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas dos lotes e quadras.

III – o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

IV – planta de situação da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:500 (um por quinhentos) até 1:2000 (um por dois mil), com indicação do norte magnético, da área total e dimensões dos terrenos e seus principais pontos de referência.

Parágrafo único. As pranchas de desenho devem obedecer a normatização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 76. Havendo viabilidade de implantação, o Município, de acordo com as diretrizes de planejamento Municipal e demais legislações superiores, após consulta aos órgãos setoriais responsáveis pelos serviços e equipamentos urbanos, indicará na planta apresentada na consulta prévia:

I – as vias de circulação existentes ou projetadas que compõe o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;

II – a fixação da zona ou zonas de uso predominante de acordo com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo Urbano;

III – localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários, das áreas livres de uso público e das áreas verdes;

IV – as faixas do terreno para o escoamento de águas pluviais e outras faixas não edificáveis;

V – relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado.

§ 1º O prazo máximo para estudos e fornecimento das diretrizes será de 45 (quarenta e cinco) dias, neles não sendo computados,

o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.

§ 2º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de um ano, após o qual deverá ser solicitada nova Consulta Prévia.

§ 3º A aceitação da consulta prévia não implica em aprovação da proposta de loteamento.

CAPÍTULO IX DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 77. Cumpridas as etapas do Capítulo anterior e havendo a viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará anteprojeto, de acordo com as diretrizes definidas pelo Município, composto de:

§ 1º Planta de situação da área a ser loteada em 02 (duas) vias com as seguintes informações:

I – orientação magnética;

II – equipamentos públicos e comunitários existentes num raio de 500m (quinhentos metros).

§ 2º Os desenhos do anteprojeto de loteamento, na escala de 1:1000 (um por mil), em duas vias, com as seguintes informações:

I – orientação magnética;

II – subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações e dimensões;

III – dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias e cotas do projeto;

IV – sistema de vias com as respectivas larguras;

V – curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de 1,00m (um metro);

VI – perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, sendo que os perfis transversais serão apresentados na escala mínima de 1:500 (um por quinhentos) e as longitudinais na escala de 1:2000 (um por dois mil);

VII – indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

VIII – a indicação das áreas que perfazem no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do Município, e outras informações, em resumo, sendo:

a) área total do parcelamento;

b) área total dos lotes;

c) área institucional;

d) áreas destinadas à circulação;

e) áreas verdes;

f) áreas destinadas a equipamentos comunitários;

g) praças e jardins.

§ 3º As pranchas de desenho devem obedecer a normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 4º O prazo máximo para estudos e aprovação do anteprojeto, após cumpridas todas as exigências do Município pelo interessado, será de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO X DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 78. Aprovado o anteprojeto, o interessado apresentará o projeto definitivo, contendo:

§ 1º Plantas e desenhos exigidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 77 desta Lei, em 04 (quatro) vias;

§ 2º Memorial Descritivo, em 04 (quatro) vias contendo obrigatoriamente:

I – denominação de loteamento;

II – a descrição sucinta do loteamento com suas características;

III – as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

IV – indicação das áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;

V – a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências, e dos que serão implantados;

VI – limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área total do destinado ao domínio público, discriminando as áreas de sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidade pública, com suas respectivas percentagens.

§ 3º Deverão, ainda, fazer parte do projeto de loteamento, as seguintes peças gráficas referentes a obras de infraestrutura exigida, que deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes:

I – anteprojeto da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais, canalização em galerias ou canal aberto, com indicação das obras de sustentação, muros de arrimo, pontilhões e demais obras necessárias a conservação dos novos logradouros;

II – anteprojeto da rede de abastecimento d'água;

III – anteprojeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

IV – anteprojeto do sistema de esgotamento sanitário e sistema de tratamento do mesmo;

V – anteprojeto da pavimentação de ruas, com a pavimentação exigida no Art. 73, Inciso VII e meio-fio;

VI – anteprojeto de outras infraestruturas que o Município julgue necessárias.

§ 4º As pranchas devem obedecer às características indicadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

§ 5º Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo requerente e responsável técnico devendo o último mencionar o número de seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo

- CAU desta região, e o número de seu registro no Município.

§ 6º Documentos relativos à área em parcelamento a serem anexados ao projeto definitivo:

I – título de propriedade;

II – certidões negativas de tributos municipais.

§ 7º O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências do Município, será de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO XI DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 79. O pedido de desmembramento, remembramento e/ou desdobro será feito mediante requerimento do interessado ao Município, acompanhado de certidão atualizada da matrícula da área, certidões negativas de débitos perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e da planta do imóvel a ser desmembrado e/ou remembrado na escala da ABNT, contendo as seguintes indicações:

I – situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;

II – áreas e testadas mínimas, determinadas por esta Lei, válidas para a(s) zona(s) a qual esta afeta o imóvel;

III – divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;

IV – dimensões lineares;

V – perfis do terreno;

VI – indicação das edificações existentes.

Parágrafo único. Todas as peças gráficas e demais documentos exigidos terão a(s) assinatura(s) do(s) responsável(veis) e deverão estar dentro das especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 80. Após examinada e aceita a documentação, será concedida "licença de desmembramento, remembramento e desdobro" para averbação no registro de imóveis.

Parágrafo único. Somente após averbação dos novos lotes no registro de imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.

Art. 81. A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior, só poderá ser permitida quando:

I – os lotes desmembrados, remembrados e/ou desdobrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Anexo V da presente Lei.

II – a parte restante do lote ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 82. Será permitida servidão, com largura mínima de 3,0m (três metros) e 5,0 m (cinco metros) para mais de um, apenas para o desmembramento de dois lotes, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 83. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo pelo interessado, após cumpridas todas as exigências pelo interessado, será de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO XII DA APROVAÇÃO E DO REGISTRO DE LOTEAMENTO

Art. 84. Recebido o projeto definitivo de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, o Município procederá:

I – exame de exatidão da planta definitiva com a aprovada como anteprojecto;

II – exame de todos os elementos apresentados, conforme exigência.

§ 1º O Município poderá exigir as modificações que se façam necessárias.

§ 2º O Município disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se ouvidas as autoridades competentes, no que lhes disser respeito, importando o silêncio na aprovação, desde que o projeto satisfaça as exigências e não prejudique o interesse público (Decreto Federal nº 3.079 de 15/09/38) e Lei nº 6.766/79 com alterações inseridas pela Lei nº 9.785/99.

Art. 85. Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, o Município baixará decreto de aprovação de loteamento e expedirá o alvará de loteamento.

Parágrafo único. No decreto de aprovação do projeto deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado e as obras a serem realizadas, o prazo de execução, bem como a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do Município no ato de seu registro.

Art. 86. O loteador deverá apresentar ao Município antes da liberação do alvará de loteamento, os seguintes projetos de execução, previamente aprovados pelos órgãos competentes, sob pena de caducar a aprovação do projeto de loteamento.

I – projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios-fios e sarjetas;

II – projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais e das obras complementares necessárias;

III – projeto de abastecimento de água potável;

IV – projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

V – projeto da rede de distribuição de gás, quando este conste do memorial descritivo ou do anteprojecto;

VI – projeto do sistema e tratamento do esgotamento sanitário;

VII – projeto da pavimentação de ruas, sendo no mínimo, o exigido no Art. 73, Inciso VII e meio-fio;

VIII – os projetos de execução, citados neste artigo, deverão ser acompanhados de:

a) orçamentos;

b) cronograma físico-financeiro.

Parágrafo único. Deverá ser apresentado em meio eletrônico todo o projeto do loteamento.

Art. 87. No ato de recebimento do Alvará de Loteamento e da cópia do projeto aprovado pelo Município, o interessado outorgará Escritura Pública de Caução, no qual se obrigará :

I – executar as obras de infraestrutura referidas nos Art. 73 e 74 desta Lei, conforme cronograma, observando o prazo máximo disposto no § 2º deste artigo;

II – executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis a vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;

III – facilitar a fiscalização permanente do Município durante a execução das obras e serviços;

IV – não efetuar venda de lotes antes da apresentação dos projetos definitivos da infraestrutura e da assinatura da caução, a que se refere o Art. 89 para garantia da execução das obras;

V – não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras previstas nos incisos I e II deste artigo e de cumpridas as demais obrigações exigidas por esta Lei ou assumidas no Termo de Compromisso.

§ 1º As obras que constam no presente artigo deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes.

§ 2º O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II deste artigo a partir da aprovação do projeto de loteamento, não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

Art. 88. No Termo de Compromisso, Anexo VIII, desta Lei deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador é obrigado a executar e o prazo fixado para sua execução.

Art. 89. Para fins de garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigida para o loteamento, antes da sua aprovação, deverá ser firmado a escritura de Caução, onde ficará caucionada a quantidade de lotes necessários, cujo valor corresponda ao custo dos serviços e obras.

Parágrafo único. O valor dos lotes será calculado, para efeito deste artigo, pelo preço da área sem considerar as benfeitorias previstas no projeto aprovado.

I – o Município poderá liberar proporcionalmente a garantia da execução, à medida que os serviços e obras forem concluídos;

II – concluídos todos os serviços e as obras de infraestrutura exigidas para o loteamento, o Município liberará as garantias de sua execução.

Art. 90. Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao registro de imóveis, apresentando:

I – título de propriedade do imóvel;

II – histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes;

III – certidões negativas:

a) de tributos Federais, Estaduais e Municipais incidentes sobre o

imóvel; em nome do proprietário e do casal, se for o caso;

b) de ações reais referentes ao imóvel pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a administração pública;

IV – certidões:

a) dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, (do casal se for o caso) e em nome de todos os que tenham sido proprietários do imóvel nos últimos dez (10) anos;

b) de ações pessoais relativa ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ônus reais relativos ao imóvel;

d) de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.

V – cópia do ato de aprovação do loteamento;

VI – cópia do termo de compromisso e cronograma de execução das obras exigidas;

VII – exemplar do modelo de contrato de compra e venda;

VIII – declaração do cônjuge do requerente de que consente o registro do loteamento.

IX – Planta do Loteamento, assinada por profissional habilitado;

X – Registro de Responsabilidade Técnica – RRT e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, assinada por profissional habilitado.

XI – Licença Ambiental Prévia - LAP, e a licença Ambiental de Instalação LAI, expedidas pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, sendo facultada a apresentação da segunda quando expressamente dispensada pela primeira (Provimento 75/98).

XII – Cópia do Edital de Publicação (os desmembramentos até dez terrenos são dispensados de publicação de edital), conforme art. 6º do provimento nº 75/98 e conforme as disposições da Circular 145/98 de 17/12/98, da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina.

XIII – parecer favorável do Ministério Público;

XIV – demais exigências legais.

§ 1º No ato do registro do projeto de loteamento, o loteador transferirá ao Município, mediante escritura pública e sem qualquer ônus ou encargo para este, o domínio das vias de circulação e das demais áreas, conforme inciso II do art. 50 desta Lei.

§ 2º O prazo máximo para que o loteamento seja submetido ao registro de imóveis é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo.

Art. 91. Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá ao Município, que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.

§ 1º O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta retificada do loteamento, que será considerada oficial

para todos os efeitos.

§ 2º Após a vistoria, o Município expedirá um laudo de vistoria e caso todas as obras estejam de acordo com as exigências municipais baixará também decreto de aprovação de implantação do traçado e infraestrutura do loteamento.

§ 3º O loteamento poderá ser liberado em etapas, desde que na parcela, em questão, esteja implantada e em perfeito funcionamento toda a infraestrutura exigida por Lei.

§ 4º Não poderá ser efetuada a comercialização de lotes sem a averbação no Registro Imobiliário da Licença Ambiental de Operação – LAO, expedida pela FATMA.

Art. 92. Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o Município executá-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados na forma do artigo 85, que se constituirão em bem público do Município.

Art. 93. Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação do Município, e deverão ser averbados no registro de imóveis, em complemento ao projeto original.

§ 1º Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na Lei, para que seja feita a anotação de modificação no alvará de loteamento pelo Município.

§ 2º Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada observando as disposições desta Lei e aquelas constantes do alvará ou do decreto de aprovação expedindo-se então novo alvará e baixando-se novo decreto.

Art. 94. A aprovação do projeto de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte do Município, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem aos arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO XIII DAS SANÇÕES

Art. 95. Fica sujeito a cassação do alvará, embargo administrativo da obra e a aplicação de multa, todo aquele que, a partir da data de publicação desta Lei:

I – der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do Município ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda das normas federais e estaduais pertinentes;

II – der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;

III – registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.

§ 1º A multa a que se refere este artigo corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor total do investimento (loteamento, desmembramento ou remembramento).

§ 2º O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais obrigações legais, ficando o infrator na obrigação de executar as obras de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão da sua licença para o exercício de suas atividades para construir no Município pelo prazo de dois anos.

Art. 96. Tão logo chegue ao conhecimento do Município após a publicação desta Lei, a existência de arruamento, loteamento ou desmembramento do terreno, construído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade será notificado pelo Município para pagamento da multa prevista e terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para regularizar a situação do imóvel, ficando proibida a continuação dos trabalhos.

Parágrafo único. Não cumpridas as exigências constantes da notificação de embargo, será lavrado o auto de infração, podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais do Estado.

Art. 97. São passíveis de punição a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores do Município que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 98. O Poder Executivo poderá baixar normas complementares a execução da presente Lei Complementar, com parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 99. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei integram os seguintes anexos:

I – Anexo I: Mapa dos Eixos de Desenvolvimento Municipal

II – Anexo II: Mapa dos Eixos Urbanos

III – Anexo III: Mapa de Macrozoneamento

IV – Anexo IV: Mapa de Zoneamento

V – Anexo V: Tabela I – Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

VI – Anexo VI: Tabela II – Garagens / Vagas de Estacionamento

VII – Anexo VII: Classificação dos Usos

VIII – Anexo VIII: Termo de Compromisso – Loteamentos

Art. 100. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 101. Ficam revogadas a Lei nº 543, de 18 de abril de 1986, Lei nº 34, de 26 de abril de 1988 e Lei Complementar nº 41, de 28 de outubro de 2010.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

ANEXO VI - TABELA II – DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTO

TABELA I I

DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS

PADRÕES PARA GARAGENS RESIDENCIAIS		
NO-TAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTA-CIONAMENTO
1*	Unifamiliar	1 vaga p/ unidade
2*	Multifamiliar até 180m ² de área constr. p/ apto.	1 vaga p/ unidade habitacional
-	Multifamiliar acima de 180m ² de área constr. p/ apto.	2 vagas p/ unidade habitacional

PADRÕES P/ GARAGENS COMERCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTA-CIONAMENTO
-	Comércio Varejista até de 150m ²	1 vaga p/ 150m ² ou fração de área adicionada
-	Centro Comercial, Loja de Departamento.	1 vaga p/ 100m ² de área constr.
-	Supermercados acima de 75 a 100m ²	1 vaga p/ cada 50m ² área de área constr. 1 vaga p/ caminhões p/ área constr. Acima de 500m ² .
-	Comércio de Materiais de Constr.	1 vaga p/ 150m ² de área constr.
-	Depósitos acima de 250m ²	1 vaga p/ 250m ² de área constr.; 1 vaga p/ caminhões 250m ²
-	Comércio Atacadista acima de 500m ²	1 vaga p/ 200m ² ou fração de área adicionada; 1 vaga p/ caminhão/500m ² área constr.

1* Para unidades habitacionais unifamiliares populares/ZEIS não será exigido vaga de estacionamento.

2* Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.

PADRÕES P/ GARAGENS SERVIÇOS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTA-CIONAMENTO
-	Consultórios e Escritórios em geral	1 vaga p/ 100m ² de área constr.
-	Oficinas de reparos e Serviços de manutenção em veículos	1 vaga p/ 150m ² de área constr.
-	Oficina de Reparos em geral	1 vaga p/ 150m ² de área constr.

-	Laboratórios, Casas de Repouso, Ambulatórios, Clínica, Policlínica, Hospital, Maternidade e Similares	1 vaga p/ 100m ² de área constr.
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	1 vaga p/ cada unid. de alojamento; 1 vaga p/ ônibus/ 40 unid. alojamento.
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga p/ caminhão 200m ² de área constr.
-	Motéis	1 vaga p/ cada unid. Alojamento
-	Quadras para Esporte, Estádios, Ginásios Cobertos e Similares	1 vaga p/ cada 40m ² de arquibancada
-	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga p/ 100m ² de área constr.
*	Ensino de 3º Grau, 2º Grau, Particular e Cursinhos	1 vaga p/ 150m ² de área constr.
-	Cemitérios	1 vaga p/ 300m ² de terreno com o mínimo de 10 vagas

* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

PADRÕES P/ GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Atividades industriais acima de 250m ²	1 vaga p/ 250m ² de área constr.; 1 vaga p/ caminhão/500m ² de área constr.

ANEXO VIII - TERMO DE COMPROMISSO – LOTEAMENTOS

TERMO DE COMPROMISSO

A QUE SE REFERE O ARTIGO 88 DESTA LEI COMPLEMENTAR

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM LOTEAMENTO, QUE PERANTE O MUNICÍPIO DE SEARA SC SE OBRIGA _____

(Nome do Proprietário e/ou Responsável)

I - Partes, Fundamental Legal, Local e Data

01. Partes: De um lado, o Município de Seara/SC, neste termo simplesmente nomeada Município, representada por sua Prefeita Municipal, _____, e o Secretário Municipal Responsável, _____, e por outro lado, _____, doravante designado Loteador, proprietário e/ou responsável pelo Loteamento _____, constante do Processo Nº. _____ / _____.

02. Fundamento Legal: Este termo de Compromisso tem seu

fundamento legal no artigo 88 da Lei Municipal Nº. _____ de ____/____/____, de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

03. Local e Data: Lavrado e Assinado aos _____ Dias do Mês de _____ do Ano de _____.

II - Finalidade e Objeto

04. Finalidade: O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o loteador de executar, sem quaisquer ônus para o Município, das obras de infraestrutura em Loteamento por ela aprovado.

05. Objeto: É objeto deste Termo de Compromisso a execução das Obras de Infraestrutura do Loteamento _____ (Nome do Loteamento) Requerido pelo Processo Nº. _____ / _____.

III - Obrigações e Prazos

06. Obrigações e Prazos: Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se o loteador, concomitantemente ao cumprimento de todas as disposições legais pertinentes, a:

a) Executar, no prazo de 2 (dois) anos e consoante cronograma aprovado, os seguintes serviços:

- ü Abertura das vias e praças, com respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;
- ü Movimento de terra previsto;
- ü Rede de distribuição de água;
- ü Rede de energia elétrica;
- ü Rede de esgoto pluvial;
- ü Rede e tratamento do esgotamento sanitário;
- ü Sistema de drenagem;
- ü Pavimentação das ruas.

b) Facilitar a fiscalização permanente por parte do Município durante a execução das obras e serviços;

c) Fazer constar dos compromissos e/ou escrituras de compra e venda de lotes a condição de que estes só poderão receber construções depois da execução das obras de infraestrutura, ao menos em toda a extensão do logradouro onde estiverem localizados, sob vistoria e recebimento pela Municipalidade, consignando inclusive a responsabilidade solidária dos compromissários compradores ou adquirentes, na proporção da área de seus respectivos lotes;

d) Requerer, contando da data do Alvará de Licença para a execução das obras, a inscrição do loteamento no Registro de Imóveis no prazo de 90 (noventa) dias;

e) Solicitar, caso não concluídos os serviços no prazo estipulado, a prorrogação deste, antes do seu término, mediante ampla justificativa que não sendo aceita pela Municipalidade, sujeita-lo-á a multa no valor de 1000 UFRM por dia útil de atraso seguinte.

f) Requerer, tão logo concluída a execução dos serviços, a entrega, total ou parcial, e sem quaisquer ônus para o Município, das vias, logradouros e áreas reservadas ao uso público, após vistoria que os declare de acordo, através do termo de cessão, recebimento e homologação.

IV - Eficácia, Validade e Revogação

07. Eficácia e Validade: O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data da sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de licença pelo órgão competente do Município e terá seu encerramento após verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

08. Rescisão: São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em consequência, na cassação do Alvará de Licença para a execução das obras constantes do seu Projeto.

V- Foro e Encerramento

09. Foro: Para as questões decorrentes deste Termo é competente o foro legal da Comarca de Seara/SC.

10. Encerramento: E por estarem acordes, assinam este Termo de Compromisso os representantes das partes e das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Seara/SC _____ de _____ de

Prefeita Municipal Loteador e/ou Proprietário

LEI COMPLEMENTAR Nº 75 - ANEXO USOS DO SOLO

USO 1 - RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES USO 2 - RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES

USO 3 - CONJUNTOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA (Vila, Condomínio Horizontal, Condomínio Vertical)

USO 4 - COMÉRCIO VICINAL

Mini Mercados até A= 100,00 m² Feiras-Livres

Banca de revista / Jornal

Padarias Farmácias Aviamentos Sapatarias

Bares / Lanchonetes / Sorveterias

Escritórios Profissionais / Liberais / Consultórios Salão de Beleza / Barbearia

Ateliês Profissionais Quitanda

Açougue

Mercearia

USO 5.A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1

Lojas /Butiques Vidraçarias Academias AutoPeças

Lotéricas / Jogos Eletrônicos / Lan House

Floriculturas

Bancos / Agencias Similares Ópticas / Joalherias Restaurantes

Escritório de Imobiliária

Vídeos Locadoras

Representações Comerciais / Microempresa Empreendedora

Centro de Treinamento de Condutores Estacionamento

Comércio Varejista de Institores Livraria

Transportadora EPP – Somente representação comercial

USO 5.B - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2

Lojas de Departamentos Supermercados

Centros Comerciais

Lojas de Material de Construção Construtoras

Distribuidoras de Peças Shopping Centers

USO 5.C - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 3

Comércio Varejista de Produtos Perigosos (GásGLP, Fogos)

USO 6 - COMÉRCIO ATACADISTA

Deposito de Materiais de Construção e Ferragens

Armazéns Gerais de Estocagem Depósito de Aparas de Papel Distribuidora de Alimentos Depósito de Plásticos

USO 7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIAIS

Armazém de GLP

Postos de Serviços Pesados Depósitos Pesados (Sucatas)

Transportadoras de Médio e Grande Porte

Oficinas de Máquinas Pesadas

Revenda de Caminhões e Máquinas Pesadas Guinchos

Prédios de Garagens

Garagens de Empresa de Ônibus Ferro Velho

USO 8 - PARA VEÍCULOS

Postos de Serviços Leves (Abastecimentos, Lubrificação, Borracharia e Lavação)

Oficina Mecânica Chapeação e Pintura

Retífica de Automóveis / Motores

USO 9 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES

Revenda de Automóveis Revenda de Motocicletas

USO 10 - EDUCACIONAL

Creche

EstabelecimentodeEnsino(1º/2ºe3ºGrause Específicos)

Centros Comunitários Cursos Profissionalizantes

USO 11 - INSTITUCIONAL

Sede de Órgãos Públicos e Autarquias Correios

Telecomunicações Terminal Rodoviário

USO 12.A - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 1

Quartéis Bombeiros Delegacias

Fórum de Justiça

USO 12.B - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 2

Cemitério

Capela Mortuária

USO 13 - SAÚDE / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Asilos / Orfanatos Hospitais Sanitárias

Clínicas com Internação Clínicas sem Internação Abrigos / Albergues CRASS / CREAS

Ambulatórios / Postos de Saúde

USO 14 - RELIGIOSOS

Templos

Igreja

Salões Paroquiais

USO 15 - CULTURAL

Museus Teatro Cinema Auditórios Bibliotecas

USO 16.A - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 1

Ginásios

Pequenas Feiras (Eventuais)

Parques Ambientais Praças e Áreas de Lazer

USO 16.B - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 2

Camping

Parques de Diversão Circos

Associações de Funcionários (Sede Campestre)

Parques de Exposições e Feiras de Evento

USO 17 - ATIVIDADES NOTURNAS / COMÉRCIO NOTURNO

Boates Discotecas Danceterias

Casas de Espetáculos Salões de Baile e Similares

USO 18 - HOTÉIS E Pousadas USO 19 - MOTÉIS

USO 20 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 1

Indústria de materiais elétricos e de comunicações com exceção de pilhas, baterias e acumuladores;

Fabricação de artigos de madeiras para uso residencial, comercial ou industrial; Fabricação de artefatos de papel ou papelão não associados a produção de papel ou papelão;

Fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral;

Indústrias de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuários; Fabricação de massas alimentícias, doces em geral, balas, biscoitos e produtos de padaria;

Indústrias Editoriais e Gráficas; Fabricação de Produtos de Perfumaria; Fabricação de Velas;

Vidraçaria.

USO 21 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 2

Todas as atividades de extração de produtos vegetais;
Fabricação de peças, ornamentais e ou estruturais de cimento, gesso e /ou amianto;
Fabricação de máquinas de artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;
Desdobramentos de madeiras, inclusive serraria; Fabricação de madeira aglomerada ou prensada; Fabricação de artigos de borracha em geral; Fiação ou tecelagem;
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
Usina de produção de concreto;
Indústrias que produzem artigos de material plástico, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas;
Fabricação de móveis e artigos de mobiliário;
Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, granito e outras pedras; Fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e / ou galvanotécnico e / ou pintura de aspersão e / ou aplicação de verniz e / ou esmaltação;
Fabricação de máquina sem tratamento galvanotécnico e fundição;
Fabricação de cerveja , chopes, maltes e bebidas;
Ferro Velho; Jato de Areia.

USO 22 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 3

Fabricação de Papel e Pasta Mecânica; Fabricação de Carvão Vegetal;
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido; Secagem e salga de couros e peles;
Produção de fundidos ou forjados de ferro e aço com tratamento superficial e/ou galvanotécnico;
Metalúrgica dos metais não ferrosos em forma primária;
Produção de formas, moldes e peças de metais não ferrosos, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico;
Fabricação de Celulose;
Curtimento e outras preparações de couros ou peles;
Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; Britamento de pedra / extração mineral;
Abate e industrialização de produtos animais; Indústria Naval / Estaleiro

USO 23 - COMÉRCIO PERIGOSO

Produtos Tóxicos e Químicos Explosivos

LEI COMPLEMENTAR Nº 76

LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Institui o Código de Posturas do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os Habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a presente Lei.

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta lei complementar, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, contém medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os munícipes, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

Art. 2º Todas as funções referentes à execução desta Lei, bem como a aplicação das penalidades nela previstas, serão exercidas por órgãos municipais, cuja competência, para tanto, estiver definida na legislação municipal.

Art. 3º Os casos omissos, serão resolvidos por analogia às disposições concernentes e não as havendo, pelos princípios gerais de direito.

Art. 4º Fica sujeita a regulamentação pelo presente Código, a forma de utilização de todas as Áreas de Domínio Público e demais espaços de utilização pública, quer pertencentes a entidades públicas ou privadas, ou assim caracterizadas.

Parágrafo único. Disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas nos espaços referidos no caput deste artigo.

Art. 5º Estão sujeitas a regulamentação pelo presente Código, no que couber, edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano.

**CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA**

Art. 6º Ao Chefe do Poder Executivo e em geral aos servidores municipais, incumbe zelar pela observância dos preceitos desta Lei.

Art. 7º Esta lei não compreende as infrações previstas no Código Penal e outras leis federal e estadual, bem como a legislação sanitária em vigor no país.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS**

Art. 8º As disposições sobre as normas arquitetônicas e urbanísticas, contidas neste Código e complementares às Leis do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e Código de Edificações, visam assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município.

Art. 9º As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o art. 4º desta Lei, e do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais, visam:

I – Garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas da região;

II – Estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;

III – Promover a segurança e harmonia entre os municípios.

**TÍTULO II
DA HIGIENE PÚBLICA****CAPÍTULO I
DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Art. 10. As vias e logradouros públicos urbanos do Município de Seara/SC, devem ser utilizados, para o fim básico a que se destinam, respeitadas as limitações e restrições prescritas nesta lei.

Art. 11. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, salvo nos casos previstos, na presente Lei e desde que antecipadamente autorizado pela Municipalidade ou órgão competente afim:

I – abrir ruas, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela Municipalidade;

II – deixar em mau estado de conservação as calçadas e passeios fronteirios, paredes frontais das edificações e dos muros que fazem frente para as vias públicas;

III – danificar ou alterar de qualquer modo, calçamento, passeios, calçadas e meio-fio;

IV – danificar por qualquer modo, postes, fios e instalações de energia elétrica, televisão a cabo, fibra ótica, telefone, antenas de televisão nas zonas urbanas e rurais;

V – deixar de remover os restos de entulhos resultantes de construção e reconstrução, bem como de podas de jardins e cortes de árvores;

VI – deixar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública;

VII – estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos;

VIII – colocar quaisquer elementos que impeçam ou dificultem a acessibilidade em ruas, estradas e caminhos públicos;

IX – danificar por qualquer forma, as ruas, estradas de rodagem e caminhos públicos;

X – embaraçar ou impedir por qualquer meio, a acessibilidade de pedestres ou veículos nas vias, praças, passeios e logradouros públicos;

XI – impedir que se façam escoadouros de águas pluviais por dentro de propriedades marginais das estradas e caminhos públicos, desde que devidamente tubulados;

XII – pintar faixas de sinalização de trânsito, ou qualquer símbolo ou identificação, ainda que junto ao rebaixo do meio-fio, sem prévia autorização do Município;

XIII – inserir quebra-molas, redutores de velocidade ou quaisquer objetos afins no leito das vias públicas sem autorização do Município.

XIV – utilizar janelas, escadas, saliências, terraços, balcões etc., com frente para logradouro público, para colocação de objetos que apresentem perigo aos transeuntes.

§ 1º Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 2º As autorizações previstas no caput deste artigo deverão ser requeridas pelos interessados, acompanhadas de uma descrição ou croqui do ato a ser praticado e de sua finalidade.

§ 3º Excetuam-se deste artigo, quando se tratar de caçambas de recolhimento individual de lixo de grande porte, entulhos ou outros inservíveis, desde que comprovadamente seja impossível seu acesso ao interior do lote.

§ 4º Para a utilização das vias públicas por caçambas devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I – somente ocuparem área de estacionamento permitido;

II – serem depositadas, rentes ao meio-fio, na sua maior dimensão;

III – quando excederem as dimensões máximas das faixas de estacionamento, estarem devidamente sinalizadas;

IV – estarem pintadas com tinta ou película refletida;

V – observarem a distância mínima de 10m (dez metros) das esquinas;

VI – não permanecerem estacionadas por mais de 72h (setenta e duas horas).

Art. 12. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 13. É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.

Art. 14. Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I – consentir o escoamento de águas servidas das residências para as ruas;

II – consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;

III – queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

IV – conduzir, em veículos abertos, materiais que possam, sob a incidência do vento ou trepidações, comprometer o passeio das vias públicas;

V – aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos.

Art. 15. O lixo das habitações deverá ser acondicionado em sacos de plástico ou vasilhas apropriadas servidas de tampa, separadamente quando houver coleta seletiva, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

§ 1º É expressamente proibido a fixação de lixeiras de uso particular, nos passeios públicos.

§ 2º O lixo das habitações acondicionados deverão ser colocados em lixeiras elevadas, devendo as mesmas ser fixadas dentro do lote ou do tipo móvel – gaveta – fixadas nas cercas.

Art. 16. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo a população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância nociva à população.

Parágrafo único. Aplicam-se estas medidas nas áreas situadas à montante e à jusante dos cursos d'água que passam dentro do perímetro urbano.

Art. 17. Não é permitido, dentro do perímetro urbano, a instalação de estrumeiras ou depósito de estrume animal.

Art. 18. É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências comerciais determinarem.

Art. 19. Nos casos de descarga de materiais que não possam ser feitas diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, em horário estabelecido pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 20. É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 21. A Prefeitura Municipal impedirá o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 22. Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados palcos, ou palanques provisórios ou estruturas específicas nos logradouros públicos, desde que solicitada à Prefeitura a autorização de sua localização.

Parágrafo único. Para a autorização do disposto neste artigo deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – aprovado pela prefeitura quanto à sua localização;

II – Não prejudicarem a pavimentação nem o escoamento das águas pluviais, vegetação e outros bens públicos correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos porventura verificados;

III – serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades;

IV – não perturbar o trânsito público.

V – sejam aprovados previamente pelo órgão sanitário competente da Municipalidade;

VI – responsabilizar-se pela limpeza do local utilizado.

Art. 23. Nas construções e demolições não será permitido, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

CAPÍTULO II DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO

Art. 24. A instalação de mobiliário ou equipamentos urbanos que comporte os usos: telefone, correio, segurança, comércio de jornais, revistas, cigarros, doces embalados, café e similares, flores, lanchonete, sucos, sorvete e outros do gênero em logradouros públicos, reger-se-á por esta lei, obedecidos aos critérios de localização e usos aplicáveis a cada caso, e só será permitido quando não acarretar:

I – prejuízo a circulação de veículos e pedestres ou ao acesso de bombeiros e serviços de emergência;

II – interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;

III – interferência em toda extensão da testada de escolas, templos de culto, prédios públicos e hospitais;

IV – interferência nas redes de serviços públicos;

V – obstrução ou diminuição do panorama significativo ou eliminação de mirante;

VI – redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, recreação pública ou eventos sociais e políticos;

VII – prejuízo à escala, ao ambiente e as características naturais do entorno.

Art. 25. A instalação de equipamento, além das condições exigidas no artigo anterior, pressupõe:

I – diretrizes de planejamento da área ou projeto existente de ocupação;

II – características do comércio existente no entorno;

III – diretrizes de zoneamento e uso do solo;

IV – riscos para o equipamento.

Parágrafo único. A instalação de equipamentos, em parques, praças, largos e jardins públicos, depende da anuência prévia da Municipalidade.

Art. 26. Os padrões para o equipamento serão estabelecidos em projetos do órgão de planejamento competente.

Art. 27. A ocupação do logradouro público com mesas e cadeiras poderá ser permitida, em caráter provisório, através de autorização expressa do poder público, desde que, satisfeitas as seguintes condições:

I – preservem uma faixa mínima para o trânsito público, não inferior a 2,00m (dois metros);

II – corresponderem, apenas, às testadas dos estabelecimentos comerciais para os quais forem licenciados;

III – não exceder a linha média dos passeios, de modo a ocuparem no máximo a metade desses, a partir da testada;

IV – guardem as mesas, entre si, distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

V – sua instalação estando em concordância com a Legislação Sanitária vigente no Município, Estado ou Federação, seja previamente aprovada pelo órgão sanitário competente no Município.

Parágrafo único. O pedido de licença será acompanhado de uma planta ou desenho cotado, indicando a testada da casa comercial, a largura do passeio, o número e a disposição das mesas e cadeiras, bem como de uma declaração do proprietário ou responsável legal sobre o fluxo, metodologia empregada e tipo de gênero alimentício envolvido, quando for o caso.

Art. 28. Através de requerimento à Municipalidade, poderão ser permitidos, nos logradouros públicos, a instalação de relógios, estátuas, fontes e qualquer monumento, se comprovado o seu valor artístico ou cívico a juízo da Municipalidade, da qual dependerá a aprovação do local para instalação dos mesmos.

§ 1º Os relógios colocados nos logradouros públicos ou em qualquer ponto exterior de edifícios, serão obrigatoriamente mantidos em perfeito estado de funcionamento e precisão horária pelo requerente.

§ 2º As fontes ou similares de que trata este artigo serão obrigatoriamente mantidas em perfeitas condições materiais e sanitárias

pelo requerente, de modo a não causar risco a saúde da população.

Art. 29. As infrações dos dispositivos constantes deste Capítulo serão punidas com multa de 20 UFRMs, elevadas em 20% (vinte por cento) nas reincidências, sem prejuízos das responsabilidades criminal e civil cabíveis.

CAPÍTULO III DAS CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 30. Calçada é a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação do mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros. Passeio é a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres.

Parágrafo único. Em relação a vegetação nas calçadas, as mesmas deverão ser plantadas conforme determinação de Lei Complementar.

Art. 31. A manutenção das calçadas públicas são de responsabilidade exclusiva dos proprietários dos lotes fronteiros ao passeio, possuidores do domínio útil ou a qualquer título, no tocante a sua construção, restauração, conservação e limpeza, observando as normas e padrões fixados pela Municipalidade.

Art. 32. Em relação às calçadas públicas, é expressamente proibido:

I – depositar lixo ou detritos sólidos e líquidos de qualquer natureza;

II – o revestimento das calçadas formando superfície inteiramente lisa, ou com desnível que possa produzir escorregamento ou queda;

III – qualquer tipo de letreiro ou anúncio de caráter permanente ou não no piso das calçadas dos logradouros públicos;

IV – escoar rejeitos e dejetos líquidos de qualquer natureza;

V – transitar com qualquer tipo de meio de transporte, exceto carrinhos de crianças e cadeiras de portadores de necessidades especiais;

VI – conduzir pelas calçadas volumes de grande porte, que possam embaraçar o trânsito de pedestres;

VII – estacionar temporária ou permanentemente qualquer tipo de meio de transporte;

VIII – depositar materiais ou entulhos provenientes de construções, sem o uso de acondicionantes e protetores adequados (tapumes) e autorização prévia e por escrito da Municipalidade;

IX – executar qualquer benfeitoria ou modificação nas calçadas que impliquem na alteração de sua estrutura normal, sem prévia autorização por escrito, da Municipalidade;

X – implantar ou instalar equipamentos que possam afetar prejudicialmente a espacialidade horizontal e vertical e a circulação natural de transeuntes, observando-se no caso dos equipamentos de ar condicionado, uma altura não inferior a 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e a adoção de dutos para condução de água ao solo;

XI – instalar nas fachadas dos prédios e edificações, elementos que coloquem em risco a integridade física dos transeuntes;

XII – preparar materiais para a construção de obra, na calçada pública;

XIII – lavar veículos ou outros equipamentos nas calçadas públicas;

XIV – executar qualquer tipo de obra, para a implantação de infraestrutura ou serviço de utilidade pública sem a prévia autorização por escrito da Municipalidade;

XV – colocar mesas e cadeiras para atendimento ao público, sem autorização prévia da Municipalidade.

Art. 33. As calçadas deverão apresentar uma declividade de 2 % (dois por cento) do alinhamento para o meio fio, de acordo com regulamentação do poder executivo.

Art. 34. Os proprietários são obrigados a manter as calçadas permanentemente em bom estado de conservação, sendo expedidas a juízo do setor competente, as intimações necessárias aos respectivos proprietários, para consertos ou para reconstrução dos mesmos.

Parágrafo único. Caberá à Municipalidade o conserto ou reconstrução das calçadas, quando forem por ela danificados, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 35. As canalizações para escoamento das águas pluviais dos lotes ou edificações, passarão sob as calçadas.

Parágrafo único. Quando se tornar necessário fazer escavação nas calçadas dos logradouros, para assentamento de canalização, galerias, instalações de subsolo ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento das calçadas deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações.

Art. 36. Se intimados pela Municipalidade a executar o fechamento de terrenos, a manutenção e a construção de calçada, outras obras necessárias ou serviços, os proprietários que não atenderem a intimação, no prazo de 30 (trinta) dias, ficarão sujeitos a pagar, o valor do mercado dos serviços efetuados pela municipalidade.

Parágrafo único. Excetuam-se do pagamento da taxa adicional relativa à administração, os proprietários cuja renda familiar não ultrapassem a 3 (três) salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel.

Art. 37. Quando, em virtude dos serviços de calçamento executados pela Municipalidade em logradouro situado em qualquer das zonas da cidade, em que forem alterados o nível ou largura das calçadas, cujos serviços já tenham sido realizados sem que a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anterior, competirá, aos proprietários a reposição destas calçadas em bom estado, de acordo com a nova posição dos meios-fios.

Parágrafo único. Caso a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anteriormente e tenha modificado o projeto inicial, competirá à mesma a reposição destas calçadas em bom estado de acordo com o novo projeto.

Art. 38. Não poderão ser feitas rampas de acesso nos passeios dos logradouros destinadas à entrada de veículos.

Parágrafo único. Tendo em vista a natureza dos veículos que tenham de trafegar sobre a calçada, a Municipalidade indicará, no alvará de licença a ser concedido, a espécie de calçamento que neles deva ser adotado, bem como a faixa das calçadas destinadas

a esse tráfego de veículos.

Art. 39. O rampeamento das soleiras e o rebaixamento do meio-fio são obrigatórios sempre que tiver entrada de veículos nos terrenos ou prédios com travessia de calçada de logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas ou rampas de madeira ou de outros materiais fixos ou móveis, nas sarjetas ou sobre a calçada, junto às soleiras de alinhamento para o acesso de veículos.

Art. 40. As intimações para correção dos rampeamentos objetivando obedecer este Capítulo, quando necessárias, deverão ser cumpridas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IV

DO FECHAMENTO E CONSERVAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO

Art. 41. Os terrenos não construídos, na zona urbana, com testada para logradouro público, loteados ou não, serão obrigatoriamente fechados no alinhamento, desde que o logradouro público seja pavimentado.

Art. 42. O fechamento permitirá o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva.

Parágrafo único. A utilização de outros materiais para o fechamento, não citados neste artigo, deverá ser submetida à aprovação da Municipalidade.

Art. 43. Os terrenos que margeiam as estradas de rodagem serão obrigatoriamente fechados, permitido o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva no alinhamento frontal.

Parágrafo único. Os proprietários lindeiros as estradas municipais, terão um prazo de 3 (três) anos para adequar seus recuos conforme o Mapa dos Eixos de Desenvolvimento, parte integrante da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo.

Art. 44. Nas áreas de uso residencial poderá ser dispensado o fechamento frontal dos terrenos construídos, desde que nos mesmos seja mantido um ajardinamento rigoroso e permanentemente conservado, e que o limite entre o logradouro e o terreno fique marcado com meio-fio, cordão de cimento ou processo equivalente.

Art. 45. Para fechamento de terrenos, não será permitido o emprego de espinheiros, ou de qualquer solução que coloque em risco a saúde e o bem estar.

Art. 46. Quando os terrenos forem fechados por meio de cercas vivas e estas não forem convenientemente conservadas, a Municipalidade poderá exigir a substituição desse fechamento por outro.

Art. 47. Os terrenos não construídos dentro do perímetro urbano deverão ser mantidos limpos, capinados e drenados.

Art. 48. Os terrenos pantanosos ou alagados, situados nas zonas urbanas, serão drenados pelos respectivos proprietários, quando intimados pela Municipalidade.

Art. 49. É proibido colocar cacos de vidro e arames farpados, nos muros frontais, laterais e fundos.

Parágrafo único. Os proprietários que tenham colocado materiais especificados no caput deste artigo, antes da vigência desta lei complementar, têm prazo de 90 (noventa) dias para retirá-los, sob pena de incidirem nas sanções cabíveis.

CAPÍTULO V

DOS TERRENOS BALDIOS

Art. 50. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

Art. 51. O descumprimento das obrigações de que trata o artigo anterior, importará em:

I – intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno;

II – execução dos serviços de limpeza pela Municipalidade, se o intimado não realizar a limpeza do terreno no prazo determinado na intimação, ficando sujeito os proprietários ou responsáveis do terreno a pagar o valor de mercado dos serviços efetuados, acrescidos das taxas e despesas administrativas e multas.

Art. 52. Compete à Municipalidade:

I – fiscalizar, controlar, notificar e aplicar as penalidades;

II – executar ou contratar a limpeza do terreno no caso previsto no inciso II do art. 51 desta Lei.

Art. 53. O proprietário ou responsável infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia de conclusão da limpeza do terreno, para recolher o valor devido.

Parágrafo único. Terminado o prazo previsto neste artigo, o proprietário ou responsável pelo terreno terá seu débito inscrito em dívida ativa.

CAPÍTULO VI DAS EDIFICAÇÕES

Art. 54. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na Macrozona Urbana.

Art. 55. Os reservatórios de água deverão obedecer os seguintes requisitos:

I – vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;

II – facilidade de sua inspeção;

III – tampa removível;

IV – outras exigências do Plano Municipal de Saneamento Básico e Código de Edificações.

Parágrafo único. Nas novas edificações será obrigatório a instalação de cisternas.

Art. 56. Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibido, a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer sejam coletivos ou individuais.

Art. 57. As chaminés, de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 58. É proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados, onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes locais: elevadores, transportes coletivos municipais, auditórios, museus, cinemas, teatros,

estabelecimentos comerciais, estabelecimentos públicos, hospitais e escolas.

§ 1º Nos locais descritos neste artigo deverão ser afixados avisos indicativos da proibição em locais de ampla visibilidade ao público.

§ 2º Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

§ 3º O Título V deste Código determina as sanções penais previstas para os infratores.

CAPÍTULO VII DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 59. No interesse do controle da poluição do ar e da água, a Prefeitura exigirá parecer técnico da FATMA, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 60. É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar espécies da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas às disposições do Código Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja menor possível da antiga posição.

Art. 61. Não será permitida a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 62. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

§ 1º O interessado deverá obter das autoridades municipais a autorização antecipadamente;

§ 2º A autorização não inibe a responsabilidade do requerente quanto ao controle e medidas de precaução para evitar a propagação do fogo.

Art. 63. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhados ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

- I – preparar aceiros de no mínimo 7 (sete) metros de largura;
- II – mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 64. A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições constantes do Código Florestal Brasileiro.

Art. 65. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 66. O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

CAPÍTULO VIII DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 67. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades

sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, destinadas ao preparo e consumo alimentar, excetuados os medicamentos.

Art. 68. Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados pela fiscalização e removidos para local destinado à inutilização das mesmas.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 69. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I – o estabelecimento que possuir exposição de frutas, legumes, verduras e/ou hortaliças, serão colocados, sobre mesas e estantes de superfície impermeável, afastadas um metro, no mínimo, das portas externas;

II – as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente;

III – os alimentos que independam de cozimento deverão ser depositados em recipientes fechados que evitem o acesso de impurezas e insetos.

Art. 70. É proibido ter em depósito ou expostos à venda:

- I – aves doentes;
- II – legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 71. Toda a água que tenha de servir para a manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não venha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 72. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 73. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste código, que lhes são aplicáveis, deverão ainda observar o seguinte:

I – zelarem para que os gêneros alimentícios não estejam deteriorados, nem contaminados e apresentarem perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;

II – ter carrinhos para perfeito acondicionamento;

III – ter os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;

IV – manter-se rigorosamente asseados.

§ 1º Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias.

§ 2º Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 3º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda, ou em pontos vedados pela Saúde Pública.

Art. 74. A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e apreensão de mercadorias.

§ 1º É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente, e sempre, as tampas das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, poderá ser feita em vasilhas abertas.

§ 3º É obrigatório o selo com informações de data de fabricação/validade e ingredientes utilizados.

Art. 75. Na infração de qualquer artigo desse Capítulo, será imposta multa correspondente 4,0 a 20,0 UFRM's.

CAPÍTULO IX DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 76. Os hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres, deverão observar as seguintes prescrições:

I – a lavagem da louça e talheres deverá ser feita com água corrente não sendo permitida sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II – a higienização da louça e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervente em seguida;

III – os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV – a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e às moscas;

V – os utensílios de copa e cozinha, os copos, as louças, talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendido e inutilizado imediatamente, o material que estiver danificado, lascado ou trincado;

VI – as mesas e os balcões deverão possuir tampas impermeáveis; VII - Nos salões de consumo, não será permitido o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

§ 1º Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se nesta proibição os descartáveis.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons observando os devidos cuidados de higiene pessoal, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 77. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos

congêneres é obrigatório o uso de toalhas.

Parágrafo Único. Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jaleco rigorosamente limpo.

Art. 78. Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização deverão ser mergulhados em solução anti-séptica e lavados em água corrente.

Art. 79. As casas de carnes e peixarias deverão atender às seguintes condições:

I – ter balcões com tampa de aço inoxidável, mármore ou fórmica;

II – utilizar utensílios de manipulação, ferramentas ou instrumentos de corte feitos de material apropriado e conservado em rigoroso estado de limpeza;

III – não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial;

IV – os móveis de madeira devem ter revestimento impermeável;

V – manter o estabelecimento em perfeito estado de asseio e limpeza;

VI – os funcionários devem usar aventais, gorros brancos e luvas;

VII – manter coletores de lixo e resíduos com tampa a prova de moscas e roedores;

VIII – vender apenas carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados e carimbados;

IX – os estabelecimentos devem manter um funcionário exclusivo para o caixa.

Art. 80. Nos estabelecimentos tratados neste Capítulo é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

I – manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;

II – o uso de aventais e gorros brancos;

III – manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de moscas e roedores.

Art. 81. Os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, da modalidade de panificadoras, lancherias e /ou confeitarias e similares, devem observar no mínimo, o seguinte:

I – piso revestido por material lavável, impermeável, resistente e não corrosível;

II – paredes de material resistente, lavável, impermeável, não corrosível;

III – as salas de manipulação devem ter aberturas (portas e janelas) teladas;

IV – as chaminés devem ficar no mínimo 5,00 m (cinco metros) acima da cumeeira;

V – os fornos não devem produzir fumaça aos compartimentos de trabalho;

VI – não se permite construção alguma sobre fornos, a não ser a cobertura para protegê-los;

VII – ter depósito ou local diferenciado, adequado para armazenamento de combustível, nos estabelecimentos que lidam com carvão, lenha, gás e similares;

VIII – ter depósito especial para farinhas, açúcar e outros, com pisos e paredes impermeabilizadas e protegidas de insetos e animais, com telas, estrados e aberturas especiais;

IX – é obrigatório o emprego de amassadeiras mecânicas;

X – a secagem dos produtos será levada a efeito em ambiente e equipamento adequado e protegido;

XI – o preparo das massas, doces, salgados e demais produtos, será, realizado por processo mecânico, evitando o uso das mãos;

XII – todos os aparelhos e utensílios de trabalho serão de material inoxidável e de fácil limpeza;

XIII – os equipamentos estarão sempre em boas condições de higiene;

XIV – os produtos prontos para uso devem ficar abrigados de contaminação exterior;

XV – as embalagens a serem utilizadas devem estar protegidas da poeira, insetos, animais e serem registradas no órgão competente;

XVI – é obrigatório o uso de estilete inoxidável, não se permitindo, em hipótese alguma, o emprego de qualquer outro material, sobretudo os comumente encontrados, rústicos, perigosos e sem higiene;

XVII – só é permitido o uso de aditivos intencionais previstos na legislação sanitária federal;

XVIII – a manipulação dos produtos prontos para o consumo, na impossibilidade do uso de pegadores de inox, será feita com as mãos protegidas por luvas de material aprovado pelo órgão competente.

Art. 82. Nos hospitais, postos de saúde, casas de saúde e maternidades, além das disposições em geral desta lei e das legislações federal e estadual específicas, que lhes forem aplicáveis é obrigatório no mínimo:

I – a existência de depósito para roupa servida;

II – a existência de uma lavanderia com água quente com instalação de esterilizador;

III – a esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;

IV – a desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;

V – a instalação de necrotério;

VI – processo especial para eliminação de lixo hospitalar;

VII – a manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente asseada e em condições de completa higiene.

Art. 83. Na infração de qualquer dispositivo deste Capítulo, será imposta a multa de 10,0 UFRM's.

TÍTULO III DO BEM ESTAR PÚBLICO

Art. 84. É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos.

Parágrafo único. A Prefeitura estabelecerá, para cada atividade que pela sua característica produza ruídos excessivos, horários e localização permitidos, tendo em conta o disposto neste Código relativo à matéria e demais Leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes.

Art. 85. É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados por esta Lei.

§ 1º As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem-estar público.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I – som: é toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas;

II – poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança, ao sossego e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei;

III – ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;

IV – ruído impulsivo: som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo;

V – ruído contínuo: aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação;

VI – ruído intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém constante diferente daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais;

VII – ruído de fundo: todo e qualquer som que seja emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;

VIII – distúrbio sonoro e distúrbio por vibrações: significa qualquer ruído ou vibração que:

a) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público;

b) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;

c) possa ser considerado incômodo;

d) ultrapasse os níveis fixados nesta lei.

IX – nível equivalente (LEQ): o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-A;

X – decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;

XI – níveis de som dB (A): intensidade do som, medido na curva de ponderação A, definido na norma NBR 10.151 – ABNT;

XII – zona sensível a ruído ou zona de silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 100,00m (cem metros) de distância de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos;

XIII – limite real da propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;

XIV – serviço de construção civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura ou de um terreno;

XV – centrais de serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;

XVI – vibração: movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer.

§ 3º Para fins de aplicação deste Título ficam definidos os seguintes horários:

I – diurno: compreendido entre às 7h e 18h;

II – vespertino: compreendido entre às 18h e 22h;

III – noturno: compreendido entre às 22h e 7h.

Art. 86. Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta lei, bem como o nível equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as orientações das Resoluções CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, e as recomendações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 87. A emissão de sons ou ruídos produzidos por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão as normas expedidas respectivamente pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, pelo Ministério do Trabalho e pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do Contran.

§ 1º No tocante à emissão de ruídos emitidos por veículos automotores, decorrentes do escapamento, descarga ou buzina, aplica-se, no que, couber as resoluções, normas do CONAMA e do Código Brasileiro de Trânsito.

Art. 88. As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora, classificadas como Incômodas (I), Nocivas (NO) ou Perigosas (PE), dependem de prévia autorização da Municipalidade, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização.

Art. 89. Fica proibida a utilização de fogos de artifício, serviços de alto-falantes e outras fontes que possam causar poluição sonora, fixas ou móveis, como meio de propaganda ou publicidade, inclusive, a de cunho político, nos logradouros públicos, devendo os casos especiais serem analisados e autorizados pela Municipalidade.

Parágrafo único. Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva C do medidor de intensidade de som, à distância de 7,00m (sete metros) da origem do som, salvo casos especiais devidamente analisados e autorizados pela Municipalidade.

Art. 90. Os serviços de alto-falantes externos em veículos ficam sujeitos à concessão de alvará pela municipalidade, e ao pagamento do tributo respectivo, desde que atendam aos seguintes princípios:

I – estejam os equipamentos de reprodução de som calibrados pelo decibelímetro da Municipalidade;

II – respeitem como limite máximo, o índice de ruído de 70 (setenta) decibéis;

III – limitem suas atividades, de 2ª a sábado, das 08:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 18:00 horas;

IV – atendam a proibição da veiculação do serviço de som num raio de 200 metros de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 91. Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança que apresentarem dispositivo de controle que limite o tempo de duração do sinal sonoro de 03 (três) minutos a 05 (cinco) minutos.

Art. 92. Não se compreende nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:

I – por aparelhos sonORIZADORES, carros de som e similares, usados nas propagandas eleitoral e política e nas manifestações coletivas, desde que ocorram somente nos períodos diurno e vespertino e sejam autorizados nos termos desta lei;

II – por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III – por fanfarras ou bandas de músicas em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;

IV – por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora, utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;

V – por explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizados pela Municipalidade, não sendo permitido nos domingos e feriados;

VI – por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue, respectivamente, por mais de 03 (três) minutos e 01 (um) minuto.

Art. 93. Por ocasião das comemorações de Natal, Ano Novo, aniversário do Município e em eventos considerados especiais, serão toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente proibidas por esta lei, devendo ser autorizadas e fiscalizadas pela Municipalidade.

Parágrafo único. Excetuam-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone, água, esgoto e sistema viário.

Art. 94. Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer a Municipalidade a certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:

I – tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos

sonoros utilizados;

II – zona e categoria de uso do local;

III – horário de funcionamento do estabelecimento;

IV – capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;

V – níveis máximos de ruídos permitidos;

VI – laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado ou empresa idônea;

VII – descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;

VIII – declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.

Parágrafo único. A certidão a que se refere o caput deste artigo deverá ser afixada na entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

Art. 95. O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de 02 (dois) anos, expirando nos seguintes casos:

I – mudança de usos dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do artigo anterior;

II – mudança da razão social;

III – alterações físicas do imóvel, tais como reformas, ampliações ou qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na proteção acústica instalada;

IV – qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na certidão;

V – qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas no mesmo.

§ 1º Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão competente, que providenciará vistoria técnica.

§ 2º A renovação da certidão será aprovada pelo órgão competente após prévia vistoria no imóvel, atestando-se sua conformidade com a legislação vigente.

§ 3º O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido três meses antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento através de prazos ou prorrogações.

§ 4º A renovação da certidão ficará condicionada à liquidação, junto à Municipalidade, de todos os débitos fiscais que incidirem sobre o imóvel.

Art. 96. Os técnicos ou fiscais terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem fontes localizadas de poluição sonora, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário; devendo se apresentar devidamente credenciados e após a vistoria fornecer cópia ao proprietário do laudo emitido.

§ 1º A Municipalidade deverá celebrar Convênio, ou outra forma de cooperação, com o Estado, a União e seus órgãos, e universidades, visando legitimar as ações objeto desta lei.

§ 2º Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais poderão solicitar auxílio às autoridades competentes para a

execução da medida ordenada.

Art. 97. A pessoa física ou jurídica que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independentemente da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:

I – notificação por escrito;

II – multa simples ou diária;

III – embargo da obra;

IV – interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;

V – cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;

VI – perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

VII – Paralisação da atividade poluidora.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo, poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção imediata de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição sonora. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a multa terá uma redução de até 90% (noventa por cento) do valor original.

Art. 98. Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta lei serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, assim definidas:

I – leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II – graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;

III – gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 99. A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

I – nas infrações leves, de 2,0 a 28,0 UFRM's;

II – nas infrações graves, de 28,0 a 48,0 UFRM's;

III – nas infrações gravíssimas, de 48,0 a 80,0 UFRM's.

Art. 100. Para imposição da pena e graduação da multa, a municipalidade deverá observar o princípio do contraditório, concedendo ao infrator a ampla defesa dos seus direitos e interesses, e também:

I – as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II – a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde ambiental e o meio ambiente;

III – a natureza da infração e suas consequências;

IV – o porte do empreendimento;

V – os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais.

Art. 101. São circunstâncias atenuantes:

- I – menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II – arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;
- III – ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 102. São circunstâncias agravantes:

- I – ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
- II – ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.

§ 1º A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo.

§ 2º No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 103. Compete a Municipalidade:

- I – estabelecer o controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;
- II – aplicar sanções e interdições, parciais ou totais, previstas na legislação vigente.

Art. 104. A Municipalidade, disponibilizará infraestrutura necessária para o cumprimento desta Lei.

Art. 105. As pessoas físicas ou jurídicas que estejam em desacordo com as disposições deste Título, terão prazo para adaptar-se as suas exigências conforme segue:

- I – até 06(seis) meses para iniciar os trabalhos de adaptação, com o projeto devidamente protocolado na Prefeitura Municipal;
- II – até 01(um) ano para estar completamente adaptado a esta lei.

CAPÍTULO I DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 106. Para realização de divertimentos e festejos públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.

Parágrafo único. Para o caso do disposto no caput deste artigo será obrigatória a presença de sistema de segurança conforme a legislação em vigor..

Art. 107. Não serão fornecidas licenças para a realização de diversões, jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 200,00m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 108. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Edificações vigente:

- I – os locais de divertimentos públicos, serão mantidos higienicamente limpos;
- II – as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livre de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a

retirada rápida do público em caso de emergência;

III – todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV – os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito

V – deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VI – durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas.

Parágrafo único. Estarão sujeitas ainda às normas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar ou Civil, relativas à segurança nesses recintos.

Art. 109. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 110. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa marcada.

§ 1º Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entrada.

Art. 111. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se após 30 (trinta) minutos da hora marcada, ressalvados os casos motivados por questões de segurança.

Art. 112. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

Art. 113. A armação de circos de panos ou parques de diversões só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a um três meses, podendo ser renovado.

§ 2º Os circos e parques de diversão embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades de Prefeitura.

Art. 114. As infrações deste Capítulo serão punidas com penas de multa de 20,0 UFRM's e acrescidas em 20% (vinte por cento) quando reincidente, além das responsabilidades civil e criminal que couberem.

CAPÍTULO II DA PROPAGANDA EM GERAL

Art. 115. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo.

§ 1º Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares sejam visíveis de lugares públicos;

§ 2º Estão isentos de tributos, placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 116. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I – pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;

II – de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;

III – que em sua mensagem firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 117. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança. Os requerentes são responsáveis por danos causados a terceiros em caso de qualquer tipo de acidente, ou ação da natureza.

Art. 118. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste Título, poderão ser apreendidos pela Prefeitura até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista nesta Lei.

Art. 119. A propaganda falada, em lugares públicos, por meio de ampliadores de som, alto-falantes e propagandistas, está igualmente sujeita à prévia licença, e ao pagamento de tributo ou preço respectivo.

Art. 120. A retirada de propaganda eleitoral, afixada é de responsabilidade dos Diretórios e Comitês Municipais, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do dia da eleição, ou na forma que a lei eleitoral vier a estabelecer.

Art. 121. As infrações previstas neste Capítulo serão punidas com multa de 20,0 UFRM's, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

CAPÍTULO III DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 122. Aos tutores de animais em geral, aplicam-se as normas previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, cabendo a Municipalidade o exercício do poder de polícia, visando a proteção das pessoas e dos animais.

Art. 123. Os animais são de inteira responsabilidade de seus tutores, quanto à criação, alimentação, integridade física, tratamento veterinário, vacinação e abrigo, inclusive no tocante a eventuais danos e prejuízos causados às pessoas e ao patrimônio público.

Art. 124. É proibida a permanência de animais nas vias e outras áreas de uso público.

§ 1º Os cães e gatos poderão andar pelas vias públicas desde que em companhia de seu tutor, que responderá pelo comportamento do animal e danos que ele possa causar, devendo a condução ser realizada obrigatoriamente com guia e coleira adequada ao tratamento do animal sendo:

I – coleira tipo enforcador e focinheira para animais de grande porte;

II – coleira normal ou peitoral para animais de pequeno e médio porte.

§ 2º As fezes eliminadas pelos animais em passeios, vias, canis, jardins públicos ou privados deverão obrigatoriamente ser recolhidas por seus tutores.

Art. 125. Em relação ao abandono de animais, aplicam-se as normas previstas na legislação federal.

Parágrafo único. Quando houver animais evadidos, em situação de risco ou abandono e sendo impossível a identificação de seus tutores, desde que haja no município organização destinada à defesa e cuidados com os animais, seja ela governamental ou não, esta fica autorizada a proceder o recolhimento do animal, dentro de suas possibilidades de abrigo e recursos.

Art. 126. Quando houver no município, associações cujo objetivo seja a proteção animal, desde que legalmente organizadas e de atuação socialmente reconhecida, cabe ao poder público firmar convênios que garantam a manutenção dessas atividades, especialmente no tocante às políticas de controle populacional, controle de zoonoses, políticas contra os maus-tratos e abandono.

Art. 127. É expressamente proibido:

I – criação de quaisquer espécies de animais com fins econômicos ou de consumo em áreas do Perímetro Urbano;

II – amarrar animais em cercas, muros, grades ou árvores da via pública;

III – domar ou adestrar animais nas vias públicas;

IV – a instalação e apresentação de circos que incluam no elenco qualquer espécie de animais;

V – comercializar animais que ofereçam periculosidade à integridade física das pessoas, sem a devida providência no tocante as medidas de segurança;

VI – praticar, privada ou publicamente, qualquer tipo de ação que caracterize crueldade ou atrocidade aos animais.

Art. 128. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro da sua propriedade, desde que, estejam causando danos a vizinhança.

Art. 129. Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa de 20,0 UFRM's.

TÍTULO IV DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA

CAPÍTULO I DO LICENCIAMENTO

Art. 130. Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem a prévia licença da Prefeitura, concedida mediante requerimento dos interessados, e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Art. 131. A Prefeitura Municipal só expedirá o Alvará de localização para estabelecimentos que não contrariem as disposições contidas na Lei do Plano Diretor, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Conforme o especificado no Anexo V - Tabela I – De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 132. A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros

estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 133. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 134. Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão a Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 135. O Alvará de Localização será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de licença.

Art. 136. O alvará de localização será cassado:

I – quando se tratar de negócio diferente do requerido;

II – como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou sossego e segurança pública;

III – por solicitação da autoridade competente, provados motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º Será igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este Capítulo.

Art. 137. Não é permitida a exposição de mercadorias do lado de fora dos estabelecimentos comerciais, nem o depósito de qualquer objeto sobre a calçada.

Parágrafo único. Não constitui infração o depósito de mercadorias sobre a calçada no momento de desembarque ou embarque das mesmas, desde que a operação se proceda em horário regulamentado pela Municipalidade de acordo com legislação específica, não embarace o livre trânsito de pedestres e não coloque em risco a saúde e o bem estar dos transeuntes.

Art. 138. A Municipalidade exercerá rigorosa fiscalização sobre a localização e funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade que se destina, aplicando aos infratores as sanções e penalidades previstas na legislação.

Art. 139. As infrações dos dispositivos deste Capítulo ficarão sujeitas à multa de 8,0 UFRM's.

CAPÍTULO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

Seção I Do Comércio Ambulante, de Vendedores ou Compradores

Art. 140. O exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou lugares franqueados ao público, dependerá sempre de licença especial da Municipalidade, mediante requerimento do interessado. Caracteriza-se como o comércio que não é exercido em local fixo.

§ 1º Caberá ao Município a definição dos locais permitidos para a exploração das atividades mencionadas no caput deste artigo, sendo que as demais regras serão regulamentadas por ato próprio.

§ 2º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições desta lei, da legislação fiscal e sanitária deste Município.

§ 3º A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente à quem exercer a atividade, sendo pessoal e intransferível.

Art. 141. Deferido o requerimento, a Municipalidade passará um alvará de licença pessoal e intransferível, no qual constarão as indicações necessárias à sua identificação, com o prenome e sobrenome, idade, nacionalidade, o número no cadastro de pessoas físicas, residência, fotografia, objeto de comércio e quando for empregado, o nome do empregador ou o seu estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, inscrições federal e estadual, se houver.

Art. 142. Com o alvará, a Municipalidade fornecerá ao licenciado um cartão indicativo do ramo de comércio ambulante que irá exercer.

§ 1º Além do cartão, todo vendedor ambulante é obrigado a trazer consigo o alvará de licença, para apresentá-lo quando for exigido pela autoridade fiscal.

§ 2º O vendedor ambulante que for encontrado sem este comprovante, ou com ele em situação irregular, estará sujeito à multa e apreensão da mercadoria em seu poder.

§ 3º As mercadorias apreendidas, serão recolhidas em local de domínio municipal, e não sendo retiradas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante o pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, terão o destino regulado por dispositivos desta lei.

Art. 143. A Municipalidade só concederá licença para o comércio ambulante, quando, a seu critério o mesmo não venha a prejudicar o comércio estabelecido, a higiene e segurança.

Art. 144. Da licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I – número de inscrição;

II – residência do comerciante ou responsável;

III – nome, razão ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante;

IV- local de funcionamento.

Art. 145. A licença será renovada anualmente por solicitação do interessado.

Art. 146. A Municipalidade determinará para o exercício da atividade eventual ou ambulante, normas, padrões, locais e horários, por ato do Poder Executivo.

Art. 147. As infrações ao disposto nesta Seção estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 28,0 UFRM's.

Seção II Do Comércio Eventual Ambulante em Instalação Fixas ou Removível

Art. 148. Considera-se comércio eventual, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço único ou dividido em stands individuais, com a participação de um ou mais interessados, cujo

funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, considerando-se ainda:

I – feiras anexas ou realizadas em função de eventos estimulados, promovidos ou apoiados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento;

II – feiras de artesanato organizadas por associações devidamente constituídas, artesã ou grupos de artesões que exerçam a atividade de forma formal ou informal, devidamente autorizadas pelo Município;

III – feiras de produtos hortifrutigranjeiros, realizadas ou incentivadas pelo Poder Público Municipal, conforme regulamentação específica e os regulamentos do equipamento público utilizado;

IV – feiras e exposições que não efetuem venda a varejo.

§ 1º A atividade do comércio eventual ambulante previsto no caput do presente artigo poderá ser realizado em locais:

I – públicos: em espaços públicos regulamentados e destinados a este tipo de atividade, mediante autorização expressa dos Secretários Municipais e/ou dos dirigentes de entidades autárquicas, fundações do Poder Executivo do Município, observadas as competências legais.

II – privados: em espaços regulamentados e destinados a este tipo de atividade, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta Seção e demais normas pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 2º Para a execução das atividades previstas no caput do presente artigo a empresa promotora deve ser Pessoa Jurídica que tenha essa finalidade em seu objeto contratual e o local deve ter autorização para comércio eventual.

Art. 149. Para a realização do comércio eventual na forma prevista no art. 148 da presente Lei, exceto os estimulados, promovidos ou apoiados pelo Município, a empresa promotora do evento deverá encaminhar pedido de consulta de viabilidade quanto ao meio ambiente, a saúde, a segurança, a localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança, a ser protocolado junto ao Órgão de Tributação Competente do Município, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, e instruída com os seguintes documentos.

I – cópia do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial do Estado de origem e dos documentos de seu representante legal;

II – sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III – cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV – certidão da Junta Comercial do Estado de origem, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

V – certidão de regularidade fiscal federal, estadual e municipal, expedida pelo município sede da pessoa jurídica, inclusive a de débitos trabalhistas, do organizador do comércio eventual;

VI – alvará de funcionamento do Município do Estado de origem;

VII – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização exigido pelo órgão competente, quando a atividade, assim o exigir;

VIII – certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente nos moldes do inciso III do art. 4º da Instrução Normativa nº 27, de 27 de fevereiro de 2002 da Secretaria de Inspeção do Trabalho ou declaração firmada nos termos do Decreto Federal nº 4.358/2002, de 05 de setembro de 2002; e

IX – croqui com o layout do local, com a denominação da localização e disposição dos stands com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

§ 1º No caso de requerimentos incompletos e/ou incorretos, será expedido um único comunicado ao interessado, pessoalmente ou por via postal, mencionando todas as falhas a serem sanadas, o qual deverá ser atendido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sem possibilidade de prorrogação.

§ 2º Os documentos e as informações necessárias à inscrição poderão ser prestadas por intermédio de procurador ou contador, mediante apresentação de procuração com poderes especiais de efetuar a inscrição em nome do contribuinte ou do contrato de prestação de serviços igualmente com poderes específicos expressos.

§ 3º As autenticações dos documentos elencados nos incisos deste artigo podem ser realizadas no ato do protocolo do requerimento, mediante conferência com os originais.

Art. 150. Aprovado o estudo de viabilidade na forma do art. 149 desta Lei, para fins do exercício da atividade junto ao Município, no que se refere a inscrição prévia para obtenção do alvará de licença destinada a realização do comércio eventual, a empresa promotora deverá protocolar no Órgão de Tributação Competente do Município os seguintes documentos:

I – autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização do comércio eventual, com firma reconhecida;

II – certidão atualizada válida da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade;

III – cópia da última alteração consolidada do contrato social ou estatuto social e do contrato de locação ou comodato da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de comércio eventual;

IV – atestado, fornecido por profissional habilitado, de que as instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias do local de realização atendem às normas técnicas vigentes;

V – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios para o prédio onde será realizado o comércio eventual;

VI – autorização de funcionamento da Vigilância Sanitária, expedida pela Secretaria Municipal da Saúde;

VII – cópia integral do processo de consulta de viabilidade previsto no artigo 149 desta Lei;

VIII – alvará expedido pela Polícia Civil e registro do evento junto à Polícia Militar;

IX – seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores com apólices quitadas;

X – havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma no local, o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva;

XI – relatório firmado pela empresa promotora do evento constando o rol dos comerciantes eventuais que participarão do evento;

XII – comprovante de apoio da Polícia Militar ou contrato com empresa de segurança privada;

XIII – comprovante de disponibilização de serviço privado de socorro para o local do evento;

XIV – comprovante de comunicação da empresa promotora do evento à Delegacia da Receita Federal, à Secretaria de Estado da Fazenda, à Fiscalização do INSS e à Fiscalização do FGTS quanto à realização do evento;

XV – requerimento de autorização de funcionamento de feiras, exposições e congêneres conforme o RICMS/SC, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda;

XVI - documentos previstos nos incisos I a VIII, do art. 149, de todos os comerciantes eventuais que participarão do evento.

Parágrafo único. Para efeito do presente artigo, aplica-se as disposições dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 149 da presente Lei.

Art. 151. Atendido o disposto nos artigos 149 e 150 da presente Lei, conceder-se-á o Alvará de Licença para o Comércio Eventual, conforme estabelecido no Código Tributário Municipal.

Art. 152. As infrações ao disposto nesta Seção estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 28,0 UFRM's sem prejuízo as demais penalidades previstas no Código Tributário Municipal

CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Art. 153. Aplicam-se à indústria, no que couber, as disposições sobre o comércio, além das contidas neste Título.

Art. 154. No interesse do controle da poluição sonora, do ar e da água, a Municipalidade exigirá os relatórios necessários, expedidos pelo órgão ambiental competente, sempre que for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 155. O recolhimento do lixo tóxico proveniente de resíduos industriais é de responsabilidade do gerador, devendo o mesmo, respeitar as normas federais, estaduais e contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico do Município e no Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos.

Art. 156. A localização das indústrias obedecerão ao zoneamento estabelecido na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Tabela I, Anexo V, do Município de Seara.

Parágrafo único. Toda indústria que fizer divisa com outra zona, deverá implantar barreira verde, conforme Lei Regulamentar posterior.

Art. 157. As infrações deste Capítulo estão sujeitas à multa de 119,0 UFRM's.

CAPÍTULO IV DAS FEIRAS LIVRES

Art. 158. A Municipalidade através de seus órgãos competentes, determinará, data, local e mobiliário para realização de feiras livres.

Parágrafo único. Cabe ainda a Municipalidade estabelecer regulamentos visando o bom funcionamento das feiras livres.

Art. 159. A nenhum comerciante regularmente estabelecido será permitido vender produtos hortifrutigranjeiros ou outros na feira livre.

Art. 160. A Municipalidade estabelecerá a cobrança de uma taxa pela utilização do local, devendo a limpeza deste, ser efetuada pelos feirantes.

Art. 161. O horário de funcionamento das feiras será estabelecido por decreto do poder executivo.

Parágrafo único. A alteração do horário poderá ser solicitada pelos feirantes mediante abaixo assinado contendo no mínimo assinatura de 2/3 (dois terços) dos feirantes cadastrados e em dia com suas responsabilidades junto à municipalidade.

Art. 162. Os feirantes obrigam-se a observar as normas do Código de Defesa do Consumidor, a Legislação Sanitária, bem como cumprirem o horário de funcionamento e atendimento ao público.

Art. 163. As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 6,0 UFRM's.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, será automaticamente cassada a respectiva licença.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 164. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais do Município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.

§ 1º Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes: impressão de jornais, laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgoto, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juízo da autoridade federal competente, seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º A Prefeitura poderá, ainda, permitir o funcionamento em horário especial de estabelecimentos que não causem incômodo à vizinhança.

Art. 165. Estão sujeitos a horários especiais:

I – de zero a 24 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:

a) postos de gasolina;

b) hotéis e similares;

c) hospitais e similares;

d) farmácias.

II – de 06 às 22 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:

a) padarias;

b) mercearias;

c) supermercados e similares;

d) lojas de artesanato;

e) açougues.

III – funcionamento livre:

a) indústrias;

b) restaurantes, sorveterias, confeitarias, bares, cafés e similares;

c) bancas de revistas.

§ 1º As farmácias, quando fechadas, poderão em caso de urgência atender o público a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º Em horários especiais, determinados neste Capítulo, funcionarão normalmente as farmácias que estiverem de plantão.

Art. 166. Outros ramos do comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste Capítulo, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-los a Municipalidade.

Art. 167. Em casos excepcionais, obedecido ao interesse público, o Chefe do Poder Executivo poderá conceder licenças extraordinárias a estabelecimentos e atividades, alterando por decreto o horário normal de funcionamento.

Art. 168. Outros ramos de comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste Capítulo, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-lo a Prefeitura para análise.

CAPÍTULO VI

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 169. A exploração das jazidas enquadradas no art. 8º, classe II do Regulamento do Código de Mineração, só será permitida mediante Alvará de Licença expedido na forma do presente texto legal.

Parágrafo único. O requerimento para expedição do Alvará de Licença será sempre precedido de Consulta de Viabilidade.

Art. 170. As jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil e relacionadas na Classe II do referido regulamento, que seu aproveitamento depende do Alvará de que trata o artigo anterior, têm a seguinte especificação:

I – Classe II: Ardósias, areias, cascalhos, gnaisses, granitos, quartzitos e saibros quando utilizados, em estado natural, para o preparo de agregados, pedras de talhos ou argamassas, ou então se destinem, como matérias-primas, à indústria de transformação.

Art. 171. O pedido de Alvará de Licença deverá ser formulado em requerimento à Prefeitura, devendo ser instruído com os seguintes documentos, além do comprovante do deferimento da Consulta de Viabilidade:

I - Quanto à legalização a ser explorada:

a) escritura do terreno devidamente inscrita no cadastro da Prefeitura em nome do requerente/ou;

b) compromisso de compra e venda/ou;

c) autorização expressa do proprietário.

II – substância mineral a ser licenciada;

III – prova de inscrição, para fins de Imposto Único Sobre Minerais;

IV - negativa de débitos de tributos municipais;

V - planta de detalhe da área licenciada, que terá no máximo 50ha, delimitada por figura geométrica, sendo os lados segmentos de retas ou linhas de acidentes naturais, definidos por seus comprimentos e rumos com um dos vértices amarrados a um ponto fixo e inconfundível do terreno, em escala adequada (1:100) até (1:20000), assinada por profissional habilitado e devidamente registrado na Prefeitura Municipal;

VI - planta de situação de área licenciada, em escala adequada (1:20000) até (1:250000), firmada por profissional habilitado, contendo os principais elementos de reconhecimento, tais como: rodovias, rios, córregos, vilas, pontes e outros considerados necessários;

VII – plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento e equipamento, fazendo constar o método de exploração a ser adotado, bem como referência à escala de produção prevista, apresentado por profissional habilitado e matriculado na Prefeitura Municipal;

VIII – Licença Ambiental Prévia - LAP expedida pela FATMA;

IX – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por Responsável Habilitado como Técnico em Lavras e Beneficiamento Mineral.

Art. 172. A fim de ser preservada a estética e a paisagem natural do local da jazida, obriga-se o requerente e interessado, a apresentar plano de recomposição e urbanização da área que será implantada à medida que a exploração for sendo realizada.

Art. 173. A obrigatoriedade de cumprimento do plano de recomposição e urbanização da área de que trata o artigo anterior, será manifestado através de termo de compromisso firmado entre o licenciado e a Prefeitura Municipal.

Art. 174. A fim de garantir à Prefeitura Municipal de qualquer ressarcimento pelo inadimplemento das obrigações assumidas por força desta Lei, obriga-se o licenciado a efetuar depósito de caução, real ou fiduciária, equivalente a 1/40 do valor da unidade de referência da municipalidade, por metro quadrado da área requerida.

Parágrafo único. O valor caucionado só será liberado após a conclusão do plano de recomposição e urbanização da área utilizada.

Art. 175. O inadimplemento das obrigações impostas pelos artigos 171 e 172 desta Lei, implicará nas seguintes sanções:

I – embargo da exploração e multa de 75,0 UFRM's, cobrada em dobro no caso de reincidência;

II - Cancelamento e revogação da licença.

Parágrafo Único. Extinto o prazo de dois meses durante o qual o licenciado deve concluir as obras de recomposição e urbanização da área, a Prefeitura às realizará, utilizando para este fim os valores caucionados.

Art. 176. O pedido de renovação do Alvará de Licença, além dos requisitos exigidos pelos art. 171 e 172 desta Lei, deverá ainda ser instruído com os seguintes elementos:

I - prova de licença anterior;

II - prova do Registro no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – da licença anterior;

III - prova de recolhimento do Imposto Único Sobre Minerais, referentes ao exercício anterior.

Art. 177. Autuado o processo com as peças e documentos necessários, a Prefeitura Municipal ouvirá preliminarmente e pela ordem, o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, para dizerem sobre o requerido.

Parágrafo único. Todas e quaisquer objeções técnicas arguidas por seus órgãos, se não forem ou não puderem ser supridas pelo requerente, acarretarão automaticamente o arquivamento do processo e, em consequência, o indeferimento do pedido de alvará de licença.

Art. 178. O licenciado terá prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da expedição do Alvará, para colocação de placa padronizada, conforme modelo a ser definido pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 179. A Prefeitura Municipal, através de Portaria, baixará as instruções de preenchimento do formulário destinado ao requerimento de licença para exploração da jazida mineral.

Art. 180. Todas as atividades, objeto deste Capítulo, em curso neste Município, deverão em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, adequar-se às diretrizes ora estabelecidas, sob pena de interdição.

Parágrafo único. Durante o decurso do prazo estabelecido no "caput" deste artigo, poderá o órgão responsável através da exposição de motivos endereçada ao Prefeito, solicitar a interdição da atividade que, por seu curso, intensidade e método, esteja a comprometer aspectos fundamentais da paisagem natural do Município.

CAPÍTULO VII DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Art. 181. O exercício da atividade do Cemitério compete exclusivamente a Municipalidade ou a quem for outorgada a exploração na forma da lei.

Art. 182. Para o exercício da atividade, a Municipalidade através do Chefe do Poder Executivo Municipal, baixará normas regulamentares exercendo rigorosa e permanente fiscalização.

Art. 183. Nos cemitérios municipais não haverá distinção de crença ou seitas religiosas.

Art. 184. As associações religiosas poderão manter nos Cemitérios públicos e mediante ao sepultamento de seus membros, sobre os quais tomarão inteira responsabilidade, muito embora fiscalizada pelo governo municipal.

Art. 185. Nenhum corpo será inumado no Cemitério sem que o

interessado apresente ao administrador ou zelador do mesmo, os documentos indispensáveis ao sepultamento que são: guia fornecida pela Prefeitura, certidão do óbito e atestado médico, e na falta deste, guia fornecida pelas autoridades policiais.

Art. 186. O concessionário ou permissionário é responsável pela construção, administração, conservação e funcionamento do cemitério, nos termos da legislação vigente, sempre sob a supervisão e fiscalização da Municipalidade. O concessionário ou permissionário dentro da sua competência, deve promover e executar :

I – aquisição de área de terra destinada a construção do cemitério, devidamente licenciada nos órgãos ambientais competentes;

II – a construção do cemitério de acordo com o projeto aprovado pela Municipalidade;

III – a administração e conservação do cemitério, de acordo com as normas fixadas pela Municipalidade;

IV – observância das normas do Plano Municipal de Saneamento Básico;

V – a promoção de vendas de lotes, jazigos, túmulos e similares, devendo a tabela de preços ser submetida à aprovação da Municipalidade, que deve obedecer aos critérios de mercado;

VI – manutenção de administração e zeladoria, as quais se encarregarão de manter a ordem e limpeza do cemitério.

Art. 187. O concessionário ou permissionário do serviço de utilidade pública municipal de cemitério, obriga-se a manter em bom estado de conservação, primando pelo asseio, higiene e apresentação, acatando de pronto as orientações e determinações emanadas da Municipalidade, que visem à melhora da qualidade das instalações e aprimoramento dos serviços.

Art. 188. Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa de 28,0 UFRM's.

TÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 189. Constitui Infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 190. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, os encarregados de execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Parágrafo único. Serão punidos de conformidade com a presente lei:

I – os servidores que se negarem a prestar assistência aos munícipes, quando solicitados para prestar esclarecimentos das normas consubstanciadas nesta lei;

II – os agentes fiscais que, por culpa ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;

III - os agentes fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de aplicar a penalidade.

Art. 191. A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa de 8,0 a 99,5 UFRM's.

Art. 192. A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 193. As multas serão impostas em grau mínimo, médio e máximo.

Parágrafo único. Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I – a maior ou menor gravidade da infração;

II – as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Art. 194. Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo único. Reincidente é quem violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 195. As penalidades a que se refere este Código, não isentam o infrator das obrigações de reparar o dano resultante da infração, na forma da Lei.

Parágrafo único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado ao cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 196. Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, nos seus valores monetários, com base em índice oficial adotado pelo Município e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Na atualização dos débitos de multa de que trata este artigo, aplicar-se-á índice de inflação adotado oficialmente pelo Município.

Art. 197. Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único. A devolução da coisa apreendida far-se-á somente depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 198. No caso de não ser reclamado e tirado no prazo de sete dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo a importância aplicada na indenização das multas e das despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 199. Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

I – os incapazes, na forma do Código Civil;

II – os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 200. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

I – sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

II – sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;

III – sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 201. Infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta lei, será punida com variável segundo a gravidade da infração.

Art. 202. As advertências para cumprimento de disposições desta e das demais leis e decretos municipais inerentes à matéria, poderão ser objeto de notificação preliminar que será expedida pela Secretaria da Fazenda.

Art. 203. A notificação preliminar será feita em forma de ofício, com cópia onde ficará o “ciente” do notificado e conterá os seguintes elementos:

I – nome do infrator;

II – endereço;

III – data;

IV – indicação dos dispositivos legais infringidos e as penalidades correspondentes;

V – prazo para regularizar a situação;

VI – assinatura do notificante;

§ 1º Recusando-se o notificado a dar o “ciente”, será tal recusa declarada na notificação preliminar, firmada por duas testemunhas.

§ 2º Ao notificado dar-se-á o original da notificação preliminar, ficando a Secretaria da Fazenda com a cópia.

Art. 204. Decorrido o prazo fixado pela notificação preliminar, sem que o notificado tenha tomado as providências no sentido de sanar as irregularidades apontadas, lavrar-se-á o auto de infração.

Parágrafo único. Mediante requerimento apresentado pelo notificado, a Secretaria da Fazenda poderá prorrogar o prazo fixado na notificação.

Art. 205. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos municipais.

Art. 206. Dará motivo a lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito ou da Secretaria da Fazenda, por qualquer servidor municipal ou por qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único. Recebendo tal comunicação a autoridade competente, ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 207. São autorizadas para lavrar o auto de infração os fiscais

ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art. 208. É a Secretaria da Fazenda competente para confirmar os autos de infração e arbitrar multas.

Art. 209. Os autos de infração, lavrados em modelos especiais, com precisão, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverão conter obrigatoriamente:

I – o dia, o mês, o ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II – o nome de quem lavrou, relatando-se com toda clareza, o fato constitutivo da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou agravante à ação;

III – o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

IV – o dispositivo legal violado, a intimação ao infrator para pagar as multas cominadas ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos neste Código;

V – a assinatura de quem lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Parágrafo único. As eventuais omissões do auto não acarretarão sua nulidade quando do mesmo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Art. 210. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar e este será remetido pelo correio sob registro de aviso de recebimento.

Art. 211. O infrator terá o prazo de dez dias para apresentar defesa, contados da lavratura do auto de infração ou da data do recebimento do mesmo pelo correio.

Parágrafo único. A defesa far-se-á por petição escrita ao Secretário a que estiver subordinado o autuante, facultada a anexação de documentos.

Art. 212. Julgada improcedente ou não sendo apresentada defesa no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de cinco dias.

Parágrafo único. Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraíndo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

Art. 213. Apresentada a defesa dentro do prazo, produzirá efeito suspensivo de cobrança de multas ou da aplicação de penalidades, exceto quanto aos atos que decorram da constatação de perigo iminente à segurança física ou à saúde de terceiros.

Art. 214. A Secretaria da Fazenda terá o prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 1º Se entender necessário, a autoridade poderá no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao infrator ou impugnante, como também ao autuante, por cinco dias a cada um para alegação final.

§ 2º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de dez dias para proferir a decisão.

§ 3º A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção face às provas produzidas e ao direito positivo.

Art. 215. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que a Secretaria da Fazenda ratificou os termos do auto de infração, podendo a parte interpor recurso.

Art. 216. Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito.

Parágrafo único. O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de cinco dias, contados da data da ciência da decisão de primeira instância pelo autuado/impugnante ou autuante.

Art. 217. Os Infratores serão notificados da decisão da primeira instância:

I – sempre que possível, pessoalmente, mediante entrega de recibo de cópia da decisão proferida;

II – por edital, se desconhecido o domicílio do infrator;

III – por carta, acompanhada de cópia de decisão, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art. 218. O recurso far-se-á por petição escrita, facultada a juntada de documentos.

Parágrafo único. É vedado, numa só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto, o mesmo autuado.

Art. 219. O Prefeito terá o prazo de quinze dias para proferir a decisão final.

Art. 220. Não sendo proferida a decisão no prazo legal, presumir-se-á que o Prefeito ratificou os termos da decisão de primeira instância.

Art. 221. As decisões definitivas serão executadas:

I – pela notificação ao infrator para, no prazo de cinco dias, satisfazer ao pagamento do valor da multa.

II – decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraíndo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

TÍTULO VI DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 222. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 223. Fica revogada a Lei 541, de 18 de abril de 1986.

LACI GRIGOLO
Prefeita de Seara

LEI Nº 1903

LEI Nº 1903, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 - LDO/2017 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso II do art. 216 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Seara para 2017, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV – as disposições para as transferências;
- V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e benefícios aos servidores, empregados;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VIII – as disposições sobre transparência; e
- IX – as disposições finais.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017 e memória de cálculo, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF serão identificadas nos anexos a serem remetidos junto ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA/2017, devidamente compatibilizados com os Programas constantes do PPA de 2014/2017 e respectivos anexos.

Art. 3º As metas fiscais previstas no art. 2º da presente Lei, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento serão demonstradas quadrimestralmente em audiência pública na forma estabelecida no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF e no mês julho na forma estabelecida no art. 4º da Lei nº 1332, de 26 de julho de 2005, que cria a Conferência Municipal para Assuntos Orçamentários, e dá outras providências.

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 serão aquelas definidas e apresentadas nos demonstrativos de que trata o art. 2º desta Lei e tendo com base o estabelecido na Lei do Plano Plurianual – PPA 2014/2017.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no caput do presente artigo, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017 o Poder Executivo deverá compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º Os Anexos de metas fiscais de receitas e de despesas conterá no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – função: o maior nível de agregação das diversas áreas que competem à administração pública municipal, o que caracteriza da melhor forma possível às ações de governo na proposta orçamentária, utilizando-se as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão;

II – subfunção: representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto das competências da administração pública municipal o que caracteriza da melhor forma possível à identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, utilizando-se as subfunções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão;

III – programa: é o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – projeto: é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo. Os projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017 serão os que foram previamente aprovados no Plano Plurianual 2014/2017;

V – atividade: é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo. As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício de 2017 serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal, e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente, cujo produto final será a manutenção das ações governamentais extraídas do Plano Plurianual 2014/2017.

VI – operação especial: agregam as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

VII – órgão orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional utilizada para quantificar e expressar as características do produto.

IX – subtítulo: o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

X - receita ordinária: Aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII – execução orçamentária: o empenhamento e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIII – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

XIV – concedente: o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários; e,

XV – conveniente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, e esta com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de funcionamento na forma da Portaria nº 350, de 18 de junho de 2010 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o art. 167, VI da Constituição Federal, será identificada no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, com vinculação em cada fonte de recurso.

§ 3º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 4º Os orçamentos dos Fundos Municipais e Fundações que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores será constituído de:

I – mensagem;

II – texto da lei;

III – receitas por categorias econômicas;

IV - demonstrativo da evolução da receita;

V – resumo geral da despesa – consolidação;

VI – demonstrativo da evolução da despesa;

VII – natureza das despesas segundo a categoria econômica;

VIII – classificação da despesa segundo funcional programática;

IX – programa de trabalho por órgão e unidade orçamentária;

X – demonstrativo de funções, subvenções e programas por projetos atividades;

XI – demonstrativo de funções, subvenções e programas conforme o vínculo;

XII – demonstrativos das despesas por órgãos e funções;

XIII – sumário geral das receitas por fontes e despesas por funções de governo;

XIV – quadro das dotações por órgãos de governo e da administração;

XV – programa de trabalho referente realizações de obras e prestações de serviços;

XVI – campo de atuação das unidades orçamentárias;

XVII – quadro demonstrativo das receitas e respectivas legislações;

XVIII – quadro demonstrativo da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2014 e 2015 estimadas para 2016 e projetada para 2017, 2018 e 2019, instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifique os resultados pretendidos;

XIX – quadro demonstrativo da dívida fundada interna em 31 de dezembro de 2015 e a projeção de desembolso para os de 2017 a 2019;

XX – quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da proposta orçamentária à Câmara Municipal;

XXI – quadro demonstrativo consolidado da composição do ativo financeiro e passivo financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da proposta orçamentária à Câmara Municipal;

XXII – quadro demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2013 a 2015.

§ 1º. As Fundações e o Fundo Municipal de Saúde que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura Municipal e por Unidades Gestoras, as Entidades e Órgãos com orçamento e contabilidade própria.

§ 3º O quadro demonstrativo da despesa de que trata este artigo fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza da Despesa/Modalidade de aplicação, conforme disposto na Portaria nº 163, de 4 de maio de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e alterações posteriores admitido o remanejamento por Decreto da Chefe do Poder Executivo Municipal na mesma categoria de programação conforme definido no § 2º do art. 5º desta Lei.

§ 4º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária prevista neste artigo e de que trata o art. 22, parágrafo único, I da lei 4320/64, conterá:

I – demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II – demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa.

Art. 7º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Fundações será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura, conforme abaixo descrito:

I – Prefeitura Municipal de Seara;

II – Fundação Cultural de Seara;

III – Fundação Municipal de Esportes;

IV – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

VI – Fundo Municipal de Saúde;

VII – Fundo Municipal de Assistência Social;

VIII – Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 8º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, por projeto ou atividade, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, e os grupos de natureza de despesa conforme a seguir discriminado:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras;

VI – amortização da dívida.

Parágrafo único. As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como os de maior nível de classificação institucional.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, o equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações e seus Fundos.

§ 1º O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde que terá suas receitas especificadas no Orçamento da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, representados nos demonstrativos previstos no art. 6º da presente Lei.

§ 3º As receitas próprias diretamente arrecadadas pelos Fundos e Fundações, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à contrapartida de operações de créditos.

§ 4º Os Fundos, com exceção ao previsto no § 2º do presente artigo, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal.

§ 5º O Prefeito Municipal poderá, por ato próprio, delegar o gerenciamento dos Fundos previstos no parágrafo anterior a titular do órgão no qual o Fundo esteja vinculado.

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2017 deverão evidenciar a transparência da gestão fiscal a fim de observar o princípio da publicidade e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações.

§ 1º Na elaboração ou na execução da proposta orçamentária prevista neste artigo, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas em seus demonstrativos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

§ 2º Além das metas e prioridades a que se refere o art. 2º desta Lei, serão selecionadas outras, em audiências públicas, conduzidos pelo Poder Executivo Municipal, a serem realizadas com os segmentos comunitários do Município.

Art. 11. No projeto de Lei Orçamentária poderá ser incluída a programação constante das propostas de alteração do Plano Plurianual 2014/2017, que tenham sido objeto de projetos de leis específicas.

Art. 12. No projeto de Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas conforme os preços vigentes à época da elaboração do orçamento.

Art. 13. Na programação orçamentária não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 14. As receitas próprias diretamente arrecadadas pelos Fundos e Fundações, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à contrapartida de operações de crédito.

Art. 15. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência vinculada aos orçamentos fiscal e da seguridade social, em montante equivalente em até 0,5 % (meio por cento) da receita corrente líquida.

Art. 16. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Seção II

Dos Débitos Judiciais

Art. 17. A Lei Orçamentária de 2017 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

§ 1º Os precatórios que serão incluídos nos termos do caput deste artigo serão os encaminhadas até 20 de julho de 2016 ao Setor Jurídico do Município, e que tenham as seguintes especificações:

I – número da ação originária;

II – data do ajuizamento da ação originária;

III – número do precatório;

IV – tipo de causa julgada, com especificação precisa do objeto da

condenação transitada em julgado;

V - data da autuação do precatório;

VI – nome do beneficiário e número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;

VII – valor individualizado por beneficiário e valor total do precatório a ser pago;

VIII – data do trânsito em julgado;

IX – identificação da Vara ou Comarca de origem; e

X – natureza do valor do precatório, se referente ao objeto da causa julgada, a honorários sucumbenciais fixados pelo Juiz da Execução ou a honorários contratuais.

§ 2º A atualização de valores de requisitos, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, previsto no exercício de 2017, nos termos § 12 do art. 100 da Constituição Federal será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 3º Procedimentos para pagamento dos precatórios, além do disposto no § 1º e 2º do presente artigo obedecerão as normas especificadas na Resolução CNJ de nº 115, de 29 de junho de 2010 que dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário e alterações posteriores.

§ 4º Em se tratando Requisições de Pequenos Valores – RPVs, fica fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para o respectivo pagamento, que deverá ser realizado em conta de depósito judicial à disposição do respectivo juízo, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT e nas leis específicas que regem a matéria.

Seção III

Das Diretrizes para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 18. Os orçamentos fiscais e da seguridade social abrangerão os Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos e Fundações e Órgãos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 1º O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no inciso XI do caput do art. 167 e nos art. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do orçamento da seguridade social;

II – do Orçamento Fiscal;

III - de receitas próprias dos Fundos e Fundações que integram exclusivamente o orçamento da seguridade social; e

IV – das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de Órgãos, Fundos e Entidades.

§ 2º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que tratam a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 195 da Constituição, no projeto de lei orçamentária de 2017 e na respectiva Lei, não se sujeitarão à desvinculação e terão a destinação prevista no inciso XI do art. 167 da Constituição Federal.

§ 3º As receitas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Art. 19. As despesas de custeio realizadas à conta de recursos do Tesouro Municipal, exceto com pessoal e encargos sociais, não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes no orçamento de 2016, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas prioridades definidas no Plano Plurianual 2014/2017.

§ 1º Havendo incremento real de receita corrente líquida o aumento previsto no presente artigo poderá ser incrementado nos mesmos índices.

§ 2º Exclui-se do previsto no presente artigo, se, mediante demonstrativo de impacto financeiro, for comprovado que as despesas de custeio tiver aumentos dos produtos/serviços superiores ao incremento real de receita corrente líquida.

Seção IV

Das Diretrizes para o Limite de Despesas do Poder Legislativo Municipal

Art. 20. Na elaboração do orçamento do Poder Legislativo Municipal, nos termos no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal, será observado o limite de 7 % (sete por cento) relativo ao somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos art. 158 e 159 efetivamente realizadas no exercício de 2016, incluídas todas as despesas de custeio administrativo e operacional, de investimentos, de pessoal ativo e encargos sociais.

Parágrafo único. Os recursos, acrescidos dos créditos suplementares e especiais, serão entregues em conformidade com o art. 145 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 21. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2016, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 22. Os saldos financeiros dos recursos colocados à disposição do Poder Legislativo Municipal não comprometidas, com o devido empenhamento da despesa, na forma do parágrafo único do art. 20 desta Lei, deverão ser recolhidos ao Tesouro Municipal até o dia 31 de dezembro de 2017, para efeito de encerramento do exercício financeiro.

Parágrafo único. Havendo anulação de despesas empenhadas do exercício anterior, o valor dos saldos financeiros dessas despesas serão recolhidos aos cofres do Município até o final do mês da data de sua anulação.

Seção V

Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 23. As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na forma e detalhamento descritos no Plano Plurianual 2014/2017 e nesta Lei.

Parágrafo único. Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores as emendas que contrariem o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 143 da Lei Orgânica Municipal.

Seção VI

Cronograma de Desembolso Mensal e da Limitação Orçamentária

e Financeira

Art. 24. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma anual de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 25. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará ao Poder Legislativo.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as:

I – atividades do Poder Legislativo constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2017; e

II - custeadas com recursos de doações e convênios;

§ 2º A exclusão das despesas de que trata o inciso I do § 1º aplica-se integralmente no caso de a estimativa, ser igual ou superior àquela estimada no Projeto de Lei Orçamentária de 2017, e proporcionalmente à frustração da receita estimada no referido projeto, no caso de a estimativa atualizada ser inferior.

§ 3º O Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o caput deste artigo, editará ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 4º A execução das despesas primárias discricionárias do Poder Executivo e Legislativo, decorrente da abertura de créditos suplementares e especiais e da reabertura de créditos especiais, no exercício de 2017, fica condicionada aos limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos nos termos deste artigo, exceto quando a abertura de créditos suplementares e especiais ocorrer à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios financeiros e não financeiros, apurado de acordo com o § 3º do art. 43 da Lei no 4.320, de 1964.

§ 5º Adoção do mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, recairá para as seguintes despesas abaixo:

I – redução dos investimentos programados e obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

II – eliminação de despesas com serviços extraordinários;

III – eliminação de possíveis gratificações temporárias concedidas a servidores;

IV - redução de até 30 % (trinta por cento) dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras e serviços públicos e;

V – redução de dotação de material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 6º Para fins da verificação de que trata o § 5º deste artigo, considerar-se-ão as receitas de acordo com as respectivas fontes de origem e aplicação de recursos, aplicando-se a limitação de empenhamento nas respectivas dotações até normalidade da arrecadação.

§ 7º É facultado à Administração, observada a relevância da ação ou do serviço público, utilizar recursos de fontes ordinárias para financiar dotações oriundas de recursos vinculados.

§ 8º Ocorrendo o disposto no § 7º deste artigo e verificado conjuntamente, que o não cumprimento da arrecadação das respectivas fontes poderá afetar o equilíbrio financeiro, aplicar-se-á a limitação conforme os incisos I a V do § 5º deste artigo.

§ 9º É facultada a aplicação da limitação de empenho para aquelas fontes de recursos, cuja execução da despesa esteja condicionada estritamente à arrecadação da respectiva receita ou cuja liberação dos recursos esteja vinculada à aprovação dos bens ou serviços adquiridos pelo órgão repassador.

§ 10 Independente da verificação do estabelecido no caput deste artigo, a qualquer tempo, o Poder Executivo poderá estabelecer limitação de empenho, de forma geral ou individualizada por Órgão, objetivando atender prioridades da Gestão da Administração.

Seção VII

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. Os orçamentos fiscais e da seguridade social, as classificações das dotações previstas no art. 8º, poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução.

Art. 27. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares, especiais e extraordinários serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, também em meio magnético, preferencialmente de forma consolidada.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido nos incisos I, II e III do art. 41 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é até 30 de novembro de 2017, com exceção o estabelecido no inciso III do art. 41 da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964 poderá ser a qualquer tempo.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares, especiais e extraordinários exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares, e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2016, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2017;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2016, por fonte de recursos.

§ 6º Para fins do disposto no § 5º deste artigo, será publicado, junto com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2017, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2016.

§ 7º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6º deste artigo deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 8º Os projetos de lei referentes a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal, benefícios aos servidores e seus dependentes, sentenças judiciais e dívida, serão encaminhados ao Poder Legislativo no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento, pela Secretaria Municipal da Fazenda, contendo as disposições dos §§ 1º e 4º do presente artigo.

§ 9º Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Poder Legislativo, serão considerados automaticamente autorizados com a sanção e publicação da respectiva lei e automaticamente abertos com a publicação do competente Decreto do Poder Executivo.

§ 10 Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Art. 28. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2017 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização específica do Poder Legislativo.

Art. 29. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio do Poder Executivo até 15 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput será 28 de fevereiro de 2017, quando se tratar do Orçamento de Investimento.

Art. 30. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 2º do art. 5º desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao novo Órgão.

Art. 31. Na execução orçamentária do exercício de 2017 o Poder Executivo Municipal, poderá:

I – remanejar o saldo das dotações de despesas nos termos do § 3º do art. 6º da presente lei;

II – suplementar dotação orçamentária com saldos insuficientes, utilizando-se recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, os provenientes de excesso de arrecadação, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados por lei e o produto de operações de crédito autorizado, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo Municipal realizá-las;

III – abrir crédito suplementar com os recursos previstos no § 2º do art. 68 da presente Lei.

§ 1º O remanejamento previsto no inciso I do presente artigo e a suplementação utilizando-se os recursos do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e do excesso de arrecadação poderá ser efetuado mediante Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O remanejamento e a abertura de créditos suplementares ou especiais ou suplementações não previstas no § 1º do presente artigo será efetuado mediante lei específica.

Art. 32. Durante a execução orçamentária o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017.

Seção VIII Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 33. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2017 não for sancionado pela Prefeitura Municipal até 31 de dezembro de 2016, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I – despesas com obrigações constitucionais ou legais da Prefeitura, seus Órgãos e Fundações;

II – pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei Complementar nº 30, de 16 de dezembro de 2008;

III – ações de prevenção a desastres classificadas e aprovada pela Defesa Civil;

IV – dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde educação classificada na Lei Orçamentária de 2017;

V – investimentos e inversões financeiras; e

VI – despesas contratualmente assumidas no âmbito do Orçamento de Investimento.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2017 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2017 no Poder Legislativo e da execução prevista neste artigo serão ajustados por Decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2017, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 20% (vinte por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º As programações não contempladas nos incisos do caput poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2017, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da proposta orçamentária ou incluídas e autorizadas por lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2017 não excederá os limites estabelecidos nas metas da Lei Orçamentária Anual – LOA.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I – o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II – a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III – a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel da Administração Pública Municipal;

IV – a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V – o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI – a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII – a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 38. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos e reajustes de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração e criação de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título.

Art. 39. No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão o limite estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF.

Art. 40. No exercício de 2017, observado os dispostos no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – existirem cargos vagos;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e,

III – for observado o limite previsto no artigo anterior.

§ 1º A comprovação da existência de dotação prévia e suficiente para o atendimento da despesa prévia prevista no inciso I do caput do presente artigo ocorrerá no ato da contratação mediante processo da estimativa do impacto financeiro se essa for necessária ou através de documento específico que será anexo aos assentos pessoais do servidor admitido.

§ 2º Excetua-se do disposto do inciso I do presente artigo a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 30, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 41. No exercício de 2017, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 39, desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito da administração direta, do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no “caput” deste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 42. O Poder Executivo, por intermédio da gerência de recursos humanos, publicará até 30 de setembro de 2017, a denominação e os quantitativos de cargos ocupados e vagos, efetivos, temporários e comissionados, integrantes dos diversos quadros de pessoal dos órgãos da administração direta e fundações.

Art. 43. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 44. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da Administração Pública de Seara, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais e ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34” – “Outras Despesas de Pessoal decorrente de Contratos de Terceirização”.

Art. 45. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF:

I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão em 20 % (vinte por cento) dos cargos preenchidos; e

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 46. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no “caput”, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 47. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do projeto de lei orçamentária para a sanção do Prefeito Municipal, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção do Prefeito à lei orçamentária, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I – de até 100 % (cem por cento) das dotações relativas aos novos projetos;

II – de até 60 % (sessenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento;

III – de até 20 % (vinte e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção;

IV – dos restantes 40 % (quarenta por cento) das dotações relativas aos projetos em andamento; e

V – dos restantes 80 % (oitenta por cento) das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 3º O Poder Executivo procederá, mediante Decreto, a ser publicado no prazo estabelecido no § 2º, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

Art. 48. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

Parágrafo único. Também não se consideram renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF as isenções parciais ou totais de juros e multas em programas de recuperação fiscal aprovados por lei específica desde que mantida a correção monetária da receita.

Art. 49. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VIII

DAS TRANSFERÊNCIAS

Seção I

Das Transferências para o Setor Privado

Subseção I

Das Subvenções Sociais

Art. 50. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da legislação vigente.

§ 1º A certificação de entidade beneficente de assistência social são àquelas que detenham certificação emitida por Conselho Municipal de Assistência Social e/ou Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, ou outros órgãos competentes à nível Estadual ou Federal, nos termos da legislação própria.

§ 2º Os repasses deverão ser realizados por unidade gestora com atribuições legais afetas à área social.

§ 3º A certificação de que trata o § 1º poderá ser substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Para as Transferências para o Setor Privado aplica-se as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento, e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999, após a sua entrada em vigência.

§ 5º A transferência de recursos deve atender as disposições do art. 51 da presente Lei.

Subseção II

Dos Termos de Contribuições Correntes, de Capital, Colaboração e Fomento

Art. 51. A transferência de recursos somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes

condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II – estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2017;

III – sejam selecionadas por ato de autorização do dirigente da unidade orçamentária transferidora, desde que atendam a lei específica disciplinando a forma e os critérios de concessão; ou

IV – que atenda os dispositivos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, após a sua vigência.

§ 1º A transferência de recursos a título de contribuição corrente e capital, não autorizada nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, na forma estabelecida no inciso III do presente artigo, o qual conterá o critério de seleção, o objeto, o prazo do termo ou instrumento congênere e a justificativa para a escolha da entidade.

§ 2º A transferência de recursos a título de Colaboração e Fomento previstos no inciso IV do caput deste artigo será realizada através de Chamamento Público que estabelecerá critérios e indicadores padronizados a serem seguidos especialmente quanto às seguintes características:

I – objetos;

II – metas;

III – métodos;

IV – custos;

V – plano de trabalho;

VI – indicadores, quantitativos e qualitativos, de avaliação de resultados.

§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º aplica-se aos casos de termos ou instrumento congênere cujas despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2017.

Subseção III

Das Transferências Correntes e dos Termos de Colaboração e Fomento

Art. 52. As Transferências Correntes, previstos no § 2º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, e os Termos de Colaboração e Fomento estabelecido pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, somente poderão ser realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, atendam ao disposto no art. 50 desta Lei e sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica.

II – de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e atendam ao disposto no art. 50 desta Lei;

III – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas

que contribuam para a capacitação de atletas de alto rendimento de qualquer modalidade ou a prática do desporto amador e de recreação, desde que seja formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais e seja demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

IV – de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no art. 50 desta Lei e cujas ações se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

V – voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VI – voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público;

VII – voltadas a colaboração e fomento para atendimento as disposições do art. 5º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único. As transferências dos recursos devem atender as disposições do art. 51 da presente Lei.

Subseção IV

Disposições Gerais

Art. 53. Sem prejuízo das disposições contidas nos art. 50 a 52 desta Lei, a transferência de recursos à entidade privada sem fins lucrativos, depende da justificação pelo órgão concedente e ainda de:

I – aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação físicas necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente; e

c) realização de obras físicas em entidades sem fins lucrativos.

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

III – execução na modalidade de aplicação 50 – transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

IV – compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V – apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VI – publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII – comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pela concedente;

VIII – cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor da concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX – apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, do Estado, do Município, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

X – demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades;

XI – manifestação prévia e expressa do setor técnico do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

XII – atendimento a Instrução Normativa – IN 14/2012 e alterações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e das normas específicas do Município e do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal;

XIII – para fomento do desenvolvimento econômico e rural previstos nos art. 159 e 162 da Lei Orgânica Municipal; e

XIV – para a colaboração e fomento o atendimento as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, após o início de sua vigência.

Parágrafo único. A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente político de Poder Municipal, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal ou que sejam beneficiados:

I – os Conselhos Municipais devidamente aprovados por leis específicas;

II – as associações de entes federativos, limitada a aplicação dos recursos à capacitação e ao treinamento de seu pessoal; ou

III – as demais vedações previstas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, após o início de sua vigência.

Art. 54. É facultativa a exigência de contrapartida para as transferências previstas na forma dos art. 50, 51 e 52 desta Lei, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social e atendam ao disposto no art. 50 desta lei.

CAPÍTULO IX DA TRANSPARÊNCIA

Art. 55. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal divulgarão e manterá atualizada, na página do Município, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos dos art. 50 a 52, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do termo ou instrumento congêneres;

VI - órgão transferidor; e

VII - valores transferidos e respectivas datas.

Art. 56. Os Poderes do Município atenderão integralmente as disposições da Lei Federal de nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, da Lei Federal de nº 131, de 27 de maio de 2009 e Lei Municipal de nº 1722 de 29 de maio de 2013.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. A execução da Lei Orçamentária de 2017 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública Municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Poder Legislativo Municipal.

Art. 58. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Art. 59. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF:

I – entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse a 10 (dez) vezes, o limite do inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária de 2017, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

III – os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2017 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 60. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário e financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa ou inexigibilidade.

Art. 61. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros

pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 62. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 63. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 64. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual e outros Entes da Federação através de seus órgãos da administração direta ou fundação para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 65. Comprovado interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 66. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles provenientes de intempéries e passivos contingentes, constantes em anexo da LOA.

§ 1º Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal, poderá por ato próprio, utilizar o excesso de arrecadação, o superávit financeiro do exercício de 2016 ou encaminhar projeto de lei a Câmara Municipal de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos ou despesas de custeio, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 67. O orçamento do Município, para o exercício de 2017 contemplará recursos para a reserva de contingência, destinadas atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, conforme estabelecido na forma do art. 15 desta Lei.

Parágrafo único. É admitida a utilização dos recursos da dotação Reserva de Contingência após a data de 30 de outubro de 2017, para outra finalidade, desde que atendidos os passivos contingentes e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Art. 68. Os projetos e atividades priorizados na lei orçamentária para 2017 com dotações vinculadas de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, serão executados e utilizados a qualquer título, quando devidamente firmado e processados, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido nos termos do art. 8º, § único e 50, I Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais conforme exigência contida por art. 8º, parágrafo único e 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

§ 3º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo, nos termos do art. 8º, § único e

50, I da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 75 - ANEXO V

MACROZONEAMENTO URBANO										MU - MACROZONA URBANA																	
										ÁREA MINIMA (m²)					TESTADA MINIMA (m)			RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %			ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %	

MACROZONEAMENTO URBANO										MR - MACROZONA RURAL									
										ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)		RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
										-	-	-	-	-	-	-	-		
										OBJETIVO									
										Tem por objetivo promover o Desenvolvimento Agropecuário, promover a integração e convivência entre a Área Rural e Urbana, com incentivo a melhoria da Infraestrutura.									
										PROPOSTA DE USOS									
										PERMITIDOS					PERMISSÍVEIS				
										USO 1 – Residências Unifamiliares; USO 2 – Residências Multifamiliares; USO 4 – Comércio Vicinal; USO 16A e 16B – Recreação e Lazer Especial 1 e 2; USO 18 – Hotéis e Pousadas; USO 20 – Atividades de Nível de Incômodo 1 EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS TODO O TIPO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA					USO 8 – Para Veículos; USO 10 – Educacional; USO 11 – Institucional; USO 12A E 12B – Institucionais especiais 1 e 2; USO 13 – Saúde/Assistência Social; USO 14 - Religiosos; USO 15 – Recreação e Lazer; * USO 17 – Atividades Noturnas/Comércio Noturno; USO 19 – Motéis; USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2; USO 22 - Atividades de Nível de Incômodo 3; * USO 23 – Comércio Perigoso.				
										OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS									
										Nesta Macrozona será implantado Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo. Todos usos do permissíveis deverão passar pela análise e aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal. *Para estas atividades será exigido estudo de impacto de vizinhança.									

MACROZONEAMENTO URBANO		MEUM - MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA MISTA										
TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.		ÁREA MÍNIMA (m²)		TESTADA MÍNIMA (m)		RECUIOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
						F	L	Fd				
							RU	4,0				
		450,0	15,0		RM	3,0		80	3,2	-	20	
		OBJETIVO Direcionar e incentivar o adensamento, adequando-o ao meio físico existente, promover ações de estruturação viária, com vistas a proporcionar o desenvolvimento ordenado de uma nova área urbana, dando continuidade a infraestrutura para possibilitar o desenvolvimento de atividades de interesse misto nas principais rodovias de acesso à cidade..										
		PROPOSTA DE USOS										
- UMA FAIXA DE 150M DO PARA CADA LADO DO EIXO DASC 283, SENTIDO CONCÓRDIA, DO PERÍMETRO URBANO POR UMA EXTENSÃO DE 2,5 KM; - UMA FAIXA DE 150M PARA CADA LADO DO FUTURO CONTORNO VIÁRIO; - - UMA FAIXA DE 150M DO PARA CADA LADO DO EIXO DA SC 155, SENTIDO ITÁ, DO PERÍMETRO URBANO ATÉ O ENCONTRO DO FUTURO CONTORNO VIÁRIO.		PERMITIDOS					PERMISSÍVEIS					
		USO 5B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2; USO 6 - Comércio Atacadista USO 7 - Comércio e Serviços Especiais; * USO 8 – Para Veículos; USO 9 - Comércio de Veículos Leves USO 12A – Institucionais Especiais 1; USO 12B – Institucionais Especiais 2; USO 17 – Atividades Noturnas/Comércio noturno; USO 18 – Hotéis e Pousadas; USO 20 – Atividades de Nível de Incômodo 1					USO 1 – Residências Unifamiliares; USO 2 – Residências Multifamiliares; USO 4 – Comércio Viciado; USO 5C - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 3; USO 10 – Educacional; USO 11 – Institucional USO 13 – Saúde/Assistência Social; USO 14 – Religioso; USO15 – Recreação e Lazer USO 16A – Recreação e Lazer especial 1; USO 16B – Recreação e Lazer especial 2 USO 19 – Motéis USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2; ** USO 23 – Comércio Perigoso.					
		TODO O TIPO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA										
		OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS Nesta Zona será implantado o Direito de Preempção por 5 anos, conforme Art. 25 do Estatuto da Cidade. * Nesta Zona Será permitido o Instrumento do Estatuto da Cidade: Operações Urbanas Consorciadas **Para esta atividade será exigido estudo de Impacto de Vizinhança.										

ZONEAMENTO URBANO	MEUI – MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA INDUSTRIAL										
<div>TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.</div> <div>RECUSOS LATERAIS: 1,5M, SE HOUVER JANELAS ATÉ O 4º PAV.</div> <div>- TODAS NOVAS CONTRUIÇÕES TERÁ OBRIGATORIEDADE DE USO DE CISTERNAS</div> <div>- SERÁ PERMITIDA SOMENTE UMA UNIDADE RESIDENCIAL PARA SEGURANÇA.</div> <div>• ÁREA INDUSTRIAL MUNICIPAL – CARAÍBA</div>	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %		ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %	
	1000,0	20,00	F	L	Fd	70	1,4	-	30		
			I	10,0	*						
			C	5,0							
OBJETIVO											
Tem por objetivo estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais macrozonas.											
PROPOSTA DE USOS											
PERMITIDOS			PERMISSÍVEIS								
USO 20 - Atividades de Nível de Incômodo 1 USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2 *USO 22 - Atividade de Nível de Incômodo 3			USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 6 - Comércio Atacadista USO 7 - Comércio e Serviços Especiais USO 8 - Para Veículos * USO 23 – Comércio Perigoso								
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS											
Nesta zona será implantado Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade. * Para estas Atividades serão exigidos estudos de Impacto de Vizinhança. Criação de Barreiras Verdes											

MACROZONEAMENTO URBANO		MEUR – MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA RESIDENCIAL									
TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.											
	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUSOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %		
			F	L	Fd		IAb	IAm			
660,0	15,0	4,0	*	*	50	1,0	-	30			
OBJETIVO											
Direcionar e incentivar o adensamento, adequando-o ao meio físico existente, promover ações de estruturação viária, com vistas a proporcionar o desenvolvimento ordenado de uma nova área urbana, dando continuidade a infraestrutura para possibilitar o desenvolvimento de atividades de interesse residencial.											
PROPOSTA DE USOS											
PERMITIDOS						PERMISSÍVEIS					
USO 1 – Residências Unifamiliares USO 2– Residências Multifamiliares USO 4 – Comércio Vicinal USO 5A – Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1 USO 10 – Educacional; *USO 11 – Institucional; USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 13 – Saúde/Assistência Social USO 16A – Recreação e Lazer Especial 1						* USO 14 – Religiosos USO 15 – Recreação e Lazer; USO 16B – Recreação e Lazer Especial 2; USO 18 – Hotéis e Pousadas					
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS											
Nesta macrozona será permitido a utilização do instrumento do estatuto da cidade, Operações Urbanas Consorciadas;											
Nesta Macrozona será implantado Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade.											
Nesta Macrozona será permitido construção de Condomínios Horizontais, conforme Lei Regulamentar.											
* Para esta atividade será exigido estudo de Impacto de Vizinhança.											

MACROZONEAMENTO URBANO										MQU – MACROZONA DE QUALIFICAÇÃO URBANA – DOS DISTRITOS DE CARAÍBA E NOVA TEUTÔNIA															
<div>TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.</div> <div>EM UNIDADES MULTIFAMILIARES, A PARTIR DO SEGUNDO PAVIMENTO, SERÁ EXIGIDO ESPAÇO PARA ELEVADOR NO PROJETO E, A PARTIR DO QUARTO PAVIMENTO OBRIGATÓRIO O ELEVADOR.</div> <div>RECUSOS LATERAIS: 1,5M, SE HOUVER JANELAS ATÉ O 4º PAV. ; 2,0M SE HOUVER JANELAS ATÉ O 7º PAV. ; ACIMA DE SETE PAVIMENTOS, PODERÁ SER NA DIVISA SEM JANELAS ATÉ O 4º PAV, A PARTIR DESTES, H/8</div> <div>- ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE CARAÍBA</div> <div>- ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE NOVA TEUTÔNIA</div> <div>.</div>										ÁREA MÍNIMA (m²)		TESTADA MÍNIMA (m)		RECUSOS (m)				TAXA DE OCUPAÇÃO %		ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %			
										U		F		L		Fd				IAb		IAm			
										RU		4,0						*		60		1,2		-	
										RM		4,0								80		3,2		-	
										M		3,0								80		3,2		-	
OBJETIVO										Tem por objetivo promover o desenvolvimento urbano dos Distritos, promover a integração e convivência entre a Área Rural e Urbana , com incentivo a melhoria da Infraestrutura para um maior adensamento.															
PROPOSTA DE USOS																									
PERMITIDOS										PERMISSÍVEIS															
USO 1 – Residências Unifamiliares USO 2– Residências Multifamiliares USO 4 - Comércio Vicinal USO 5A – Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1 USO 10 - Educacional USO 11 - Institucional USO 13 - Saúde / Assistência Social USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1 USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2 USO 18 - Hotéis e Pousadas EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS TODO O TIPO DE ATIVIDADE AGROPECUÁRIA DE SUBSISTÊNCIA										USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 12 B - Institucional Especial 2 * USO 14 – Religioso; USO 20 - Atividades de Nível de Incômodo 1															
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS										Nesta Macrozona será implantado Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade. Nesta Macrozona será permitido construção de Condomínio Horizontais, conforme Lei Regulamentar. Nesta Macrozona será implantado Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Turismo. * Para esta atividade será exigido estudo de Impacto de Vizinhança.															

ZMC – ZONA MISTA CENTRAL												
TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIAPAL.	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)				TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %		
			U	F	L	Fd		IAb	IAm			
			RU	3,0				60	1,2		-	10
			RM	3,0		*		70	2,8		4,9	10
			M	2,0				85	5,6		9,6	10
EM UNIDADES MULTIFAMILIARES, A PARTIR DO SEGUNDO PAVIMENTO, SERÁ EXIGIDO ESPAÇO PARA ELEVADOR NO PROJETO E, A PARTIR DO QUARTO PAVIMENTO OBRIGATÓRIO O ELEVADOR.	360,0	12,00										
			OBJETIVO									
			Tem por objetivo incentivar a instalação de Atividades Comerciais e de Prestação de Serviços, fortalecendo a Área Comercial existente, compatibilizando com a Infraestrutura e Sistema Viário existente, viabilizando maior adensamento.									
			PROPOSTA DE USOS									
			PERMITIDOS					PERMISSÍVEIS				
RECUOS LATERAIS: 1,5M, SE HOUVER JANELAS ATÉ O 4º PAV.; 2,0M SE HOUVER JANELAS ATÉ O 7º PAV.; ACIMA DE SETE PAVIMENTOS, PODERÁ SER NA DIVISA SEM JANELAS ATÉ O 4º PAV, A PARTIR DESTES, H/8	USO 2 - Residencial Multifamiliar USO 4 - Comércio Vicinal USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1 USO 9 - Comércio de Veículos Leves USO 11 – Institucional * USO 14 – Religiosos USO 15 – Recreação e Lazer USO 18 – Hotéis e Pousadas											
	USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 5B – Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2 USO 8 - Para veículos USO 10 – Educacional USO 12A – Institucionais Especiais 1 USO 12.B- Institucionais especiais USO 13 - Saúde /Assistência Social * USO 17 – Atividades Noturnas / Comércio Noturno											
	OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS											
	Nesta zona serão implantado Imposto Progressivo no Tempo e Outorga Onerosa do Direito de Construir- Instrumentos do Estatuto da Cidade Nesta Zona será implantado Passeio Padronizado conforme Lei Regulamentar. * Para estas Atividades serão exigidos estudos de Impacto de Vizinhança.											
	- ÁREA CENTRAL DA CIDADE											

ZONEAMENTO URBANO

TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

EM UNIDADES MULTIFAMILIARES, A PARTIR DO SEGUNDO PAVIMENTO, SERÁ EXIGIDO ESPAÇO PARA ELEVADOR NO PROJETO E, A PARTIR DO QUARTO PAVIMENTO OBRIGATÓRIO O ELEVADOR.

RECUOS LATERAIS:
 1,5M, SE HOUVER JANELAS ATÉ O 4º PAV.;
 2,0M SE HOUVER JANELAS ATÉ O 7º PAV.;
 ACIMA DE SETE PAVIMENTOS, PODERÁ SER NA DIVISA SEM JANELAS ATÉ O 4º PAV, A PARTIR DESTES, H/8

- ÁREA CENTRAL DA CIDADE

ZMD – I - ZONA MISTA DIVERSIFICADA 1												
ZONEAMENTO URBANO	TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIIPAL.	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUIOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %		
				U	F	L		Fd	IAb		IAm	
				RU	3,0						1,2	-
				RM	3,0				*		2,8	-
				M	2,0						3,2	5,6
	360,0	12,0					60			10		
							70			10		
							80			10		
OBJETIVO												
Tem por objetivo concentrar predominantemente as Atividades Comerciais e de Prestação de Serviço e estimular a implantação dos diferentes tipos de Comércio e Serviços em locais cujo grau de adequabilidade seja mais aceitável.												
PROPOSTA DE USOS												
PERMISSÍVEIS												
USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 5 C - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 3 * USO 6 – Comércio atacadista USO 8 - Para Veículos USO 9 – Comércio de Veículos Leves USO 10 – Educacional USO 12 B - Institucional Especial 2 USO 14 – Religiosos USO 15 – Recreação e Lazer USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1 USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2 USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2												
PERMITIDOS												
USO 2 - Residencial Multifamiliar USO 4 - Comércio Vicinal USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1 USO 5 B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2 USO 11 - Institucional USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 13 - Saúde / Assistência Social *USO 17 - Atividades Noturnas *USO 18 - Hotéis e Pousadas USO 20 - Atividades de Nível de Incômodo 1												
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS												
Nesta Zona será implantado Direito de Preempção– Instrumento do Estatuto da Cidade. Nesta macrozona será permitido a utilização do instrumento do estatuto da cidade, Operações Urbanas Consorciadas; * Para estas Atividades serão exigidos estudos de Impacto de Vizinhança.												

ZMD - II - ZONA MISTA DIVERSIFICADA 2									
<div>TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.</div> <div>EM UNIDADES MUL TIFAMILIARES, A PARTIR DO SEGUNDO PAVIMENTO, SERÁ EXIGIDO ESPAÇO PARA ELEVADOR NO PROJETO E, A PARTIR DO QUARTO PAVIMENTO OBRIGATÓRIO O ELEVADOR.</div> <div>RECUSOS LATERAIS: 1,5M, SE HOUVER JANELAS ATÉ O 4º PAV.</div>	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUSOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
	450,0	15,0	F	L	Fd	50	IAb	IAm	20
			RU	4,0	*		1,0	-	
			M	3,0			3,2	-	
	OBJETIVO Tem por objetivo concentrar predominantemente as Atividades Comerciais e de Prestação de Serviço e estimular a implantação dos diferentes tipos de Comércio e Serviços em locais cujo grau de adequabilidade seja mais aceitável.								
PROPOSTA DE USOS									
PERMITIDOS USO 5 B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2 USO 6 - Comércio Atacadista SO 7 - Comércio e Serviços Especiais USO 8 - Para Veículos USO 9 - Comércio de Veículos Leves USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 12 B - Institucional Especial 2 *USO 17 - Atividades Noturnas * USO 19 - Motéis USO 20 - Atividades de Nível de Incômodo 1					PERMISSÍVEIS USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 2 - Residencial Multifamiliar USO 4 - Comércio Vicinal USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1 USO 5 C - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 3 USO 10 – Educacional USO 11 - Institucional USO 13 - Saúde / Assistência Social USO 14 – Religiosos USO 15 – Recreação e Lazer USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1 USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2 USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2 USO 23 – Comércio Perigoso				
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS Operações Urbanas Consorciadas e Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade. * Para estas Atividades serão exigidos estudos de Impacto de Vizinhança.									

MACROZONEAMENTO URBANO		ZIF – ZONA INDUSTRIAL FECHADA									
		ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %	
				F	L	Fd		IAb	IAm		
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		OBJETIVO Tem por objetivo estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais zonas, estando delimitada à área da Seara Alimentos.									
PROPOSTA DE USOS											
		PERMITIDOS USO 21 - Atividades de Nível de Incômodo 2 USO 22 - Atividade de Nível de Incômodo 3					PERMISSÍVEIS				
		OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS Esta zona terá de implantar barreira verde na divisa com outra zona, conforme lei regulamentar.									

ZONEAMENTO URBANO	ZIP – ZONA INDUSTRIAL PREDOMINANTE										
<div>TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIIPAL.</div> <div>RECUSOS LATERAIS: 1,5M, SE HOUVER JANELAS ATÉ O 4º PAV.</div> <div>- TODAS NOVAS CONSTRUÇÕES TERÁ OBRIGATORIEDADE DE USO DE CISTERNAS</div> <div>- SERÁ PERMITIDO SOMENTE UMA UNIDADE RESIDENCIAL PARA SEGURANÇA.</div>	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUSOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %		ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %	
	1000,0	20,00	F	L	Fd	70	1,4	-	30		
			I	10,0	*						
			C	5,0							
OBJETIVO											
Tem por objetivo estabelecer normas para construção de Indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais macrozonas.											
PROPOSTA DE USOS											

ZONEAMENTO URBANO	ZIR I – ZONA DE INTERESSE RESIDENCIAL 1									
<div>TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.</div> <div>EM UNIDADES MULTIFAMILIARES, A PARTIR DO SEGUNDO PAVIMENTO, SERÁ EXIGIDO ESPAÇO PARA ELEVADOR NO PROJETO E, A PARTIR DO QUARTO PAVIMENTO OBRIGATÓRIO O ELEVADOR.</div> <div>RECUIOS LATERAIS: 1,5M, SE HOUVER JANELAS ATÉ O 4º PAV. ; 2,0M SE HOUVER JANELAS ATÉ O 7º PAV. ;</div>	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUIOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %	
			U	F	L	Fd		IAb	IAm	
			RU	2,5				1,2	-	20
	450,0	15,00	RM	2,5		*		2,8	4,9	20
			M	2,5				2,8	4,9	20
OBJETIVO										
Tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de Residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das Redes de Infraestrutura Urbana, do Sistema Viário e Configuração da Paisagem.										
PROPOSTA DE USOS										

ZONEAMENTO URBANO		ZIR II – ZONA DE INTERESSE RESIDENCIAL 2														
<div>TODOS USOS DO PERMISSÍVEIS, DEVERÃO PASSAR PELA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIAPL.</div> <div>RECUSOS LATERAIS: 1,5M, SE HOUVER JANELAS ATÉ O 4º PAV.;</div>		ÁREA MÍNIMA (m²)		TESTADA MÍNIMA (m)		RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %		ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %			
						U F L Fd					IAb IAm					
		600,0		15,00		RU 3,0 *			50		1,0		-		30	
		OBJETIVO														
Tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de Residências visando um adensamento baseado na topografia e no dimensionamento das Redes de Infraestrutura Urbana, do Sistema Viário e Configuração da Paisagem.																
PROPOSTA DE USOS																
PERMITIDOS								PERMISSÍVEIS								
USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 2 - Residencial Multifamiliar USO 4 - Comércio Vicinal USO 10 – Educacional USO 12 A- Institucional Especial 1 USO 13 - Saúde /Assistência Social USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1								USO 11 – Institucional *USO 14 – Religiosos USO 15 – Recreação e Lazer USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2								
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS																
Operações Urbanas Consorciadas – Instrumentos do Estatuto da Cidade Nesta Zona, será permitida a instalação de Condomínios Horizontais, conforme Lei Regulamentar posterior. Comércio nesta Zona será permitido somente no pavimento térreo. *Para esta atividade será exigido estudo de Impacto de Vizinhança.																

ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL										
	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)				TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %
			U	F	L	Fd		IAb	IAm	
	250,0	10,0	RU	3,0	*		50	1,0	-	30
			M	2,0			50	1,0	-	30
	OBJETIVO									
Tem por objetivo, destinar prioritariamente a melhoria e produção de Habitações de Interesse Social e ampliação de Equipamentos urbanos beneficiando a população de baixa renda, a regularização fundiária, salvaguardando o direito à moradia e a cidadania.										
PROPOSTA DE USOS										
PERMITIDOS										
USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 3 - Conjuntos Habitacionais de Baixa Renda USO 4 - Comércio Vicinal USO 10 – Educacional USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 13 - Saúde / Assistência Social USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1										
PERMISSÍVEIS										
* USO 14 – Religiosos										
OBSERVAÇÕES / INSTRUMENTOS										
Operações Urbanas Consorciadas e Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade. Direito de Preempção– Instrumentos do Estatuto da Cidade. Será permitido a construção de somente uma unidade residencial por lote * Para esta atividade será exigido estudo de Impacto de Vizinhança.										

ZONEAMENTO URBANO	ZPP – ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE									
	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	RECUOS (m)			TAXA DE OCUPAÇÃO %	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE PERMEABILIDADE %	
			F	L	Fd		IAb	IAm		
	-	-	-	-	-	-	-	-	100	
	OBJETIVO									
	Tem por objetivo Proteger as áreas definidas como preservação ao longo dos rios, arroios e lajeados. Sendo nas áreas consolidadas, uma faixa de 15 metros para cada lado dos rios e um raio de 30m das nascentes e, uma faixa de 30 metros de preservação permanente e um raio de 50 metros das nascentes nas áreas urbanas não consolidadas. Coregos canalizados, uma faixa de 5 metros para cada lado.									
PROPOSTA DE USOS										

Siderópolis

PREFEITURA

28/2016 AVISO DE CANCELAMENTO DO ITEM 185

MUNICIPIO DE SIDERÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO

PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 28/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 08/2016

O Município de Siderópolis torna público aos interessados que de conformidade com a Lei Nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu o cancelamento do item: 185 do Edital acima especificado, em virtude de inconsistências em relação ao valor do item. Informamos que posteriormente será realizada nova licitação para a compra do material. Mantêm-se inalteradas: a data de abertura do certame e a planilha de itens constantes no apenso do anexo IV – retificado, devendo o licitante desconsiderar apenas o item 185.

Siderópolis, 23 de dezembro de 2016.

FABIOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 285/2016

DECRETO Nº 0285/2016 DE 23/12/2016

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(210)	0.1.62.000000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1062)	R\$ 2.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 2.000,00 (dois mil reais), proveniente Excesso de Arrecadação de apurado no Exercício de 2016, Fonte de Recursos (10628/37- Outras Transferência de Recursos do Fundo Nacional da Educação-FNDE, Apoio a Creches) Ordem Bancária no valor de R\$ 7.389,88.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 23 de dezembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

PORTARIA 070/2016

PORTARIA Nº 070, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias as Servidoras Públicas Municipais SILVIA SIQUEIRA ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.02.2015 a 13.02.2016 a serem gozadas no período de 14.12.16 a 13.01.2017 com efeitos a partir de 14.12.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
23 de dezembro de 2016.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

PORTARIA 072/2016

PORTARIA Nº 072, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal LORENÇO DE SOUZA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2015 a 30.06.2016 serem gozadas no período de 22.12.2016 a 20.01.2017.

Art. 2º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal MOACIR FERRARI, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2015 a 30.06.2016 serem gozadas no período de 22.12.2016 a 20.01.2016.

Art. 3º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALDOMIRO CREMONINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.02.2016 a 13.02.2017, a serem gozadas no período de 22.12.2016 a 20.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
23 de dezembro de 2016.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

PORTARIA 072/2016

PORTARIA Nº 071, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias as Servidoras Públicas Municipais BERNADETE DAMO ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03.11.2015 a 02.01.2016 a serem gozadas no período de 20.12.16 a 18.01.2017 e CLAUDETE SAUGO VALMORBIDA ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 11.02.2016 a 10.02.2017 a serem gozadas no período de 21.02.16 a 18.01.2017 e DULCE AMANN ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03.02.2015 a 02.02.2016 a serem gozadas no período de 20.12.16 a 18.01.2017 com efeitos a partir de 20.12.2016.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
23 de dezembro de 2016.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

PORTARIA 073/2016

PORTARIA Nº 073, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal DANIELA SENHOR, ocupante do cargo de Psicóloga, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 10.11.2016 a 09.11.2016 a serem gozadas no período de 23.12.2016 a 01.01.2017.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
23 de dezembro de 2016.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor do Departamento

PORTARIA 074/2016

PORTARIA Nº 074, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidor Pública Municipal VIVIANA ORBEN, ocupante do cargo de Odontólogo, com lotação na Secretaria de Saúde, 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2015 a 30.06.2016 a serem gozadas no período de 26.12.2016 a 14.01.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
23 de dezembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

Tigrinhos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIA 042/2016

CONCEDE LICENÇA DE 01 (UM) DIA DE SEU TRABALHO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS À SERVIDORA CLARICE CAMPOS SCHAFFER DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a alínea "a", inciso III, do art. 23 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA remunerada de seu trabalho como Auxiliar de Serviços Gerais, à Servidora Efetiva da Câmara de Vereadores de Tigrinhos, CLARICE CAMPOS SCHAFFER, matrícula n. 29/08, nos termos do inciso V, do art. 123 da Lei Municipal Complementar nº 035/2015, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), 01 dia, indicado pela Justiça Eleitoral, em conformidade com a Lei n. 9.504/97, regulamentado pela Res. TSE n. 22.747/08, por conta do serviço prestado na realização das Eleições de 2016 e conforme Declaração apresentada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE TIGRINHOS, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Salete Teresinha Sausen

Presidente

Timbó

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO N. 008/2016

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 008/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Homologação do Concurso Para Emprego Público n. 008/2016

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 008/2016 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Concurso para Emprego Público n. 008/2016 para provimento de vagas e formação de reserva técnica do Quadro de Pessoal sob a forma de emprego público para atendimento do programa de Agentes Comunitários de Saúde, nos termos da Lei Complementar n. 339/2007 e alterações.

Timbó, 23 de Dezembro de 2016.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO N. 009/2016 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 009/2016

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

Edital de Homologação do Concurso Para Emprego Público n. 009/2016 - FCT

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 009/2016 - FCT e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Concurso para Emprego Público n. 009/2016 - FCT para provimento de vagas e formação de reserva técnica do Quadro de Pessoal sob a forma de emprego público da Fundação Cultural de Timbó, nos termos da Lei Complementar n. 356/2008 e alterações.

Timbó, 23 de Dezembro de 2016.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2016

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 001/2016

Edital de Homologação do Concurso Público n. 001/2016

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 001/2016 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público n. 001/2016 para provimento de vagas e formação de reserva técnica do Quadro de Pessoal da Administração Direta, nos termos da Lei Complementar n. 01/93 e alterações.

Timbó, 23 de dezembro de 2016.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N. 002/2016

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 002/2016

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

Edital de Homologação do Concurso Público n. 002/2016

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 002/2016 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público n. 002/2016 – FCT para provimento de vagas e formação de reserva técnica do Quadro de Pessoal da Administração Indireta – FCT, nos termos da Lei Complementar n. 171/2000 e alterações.

Timbó, 23 de dezembro de 2016.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N. 003/2016

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 003/2016

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Edital de Homologação do Concurso Público n. 003/2016

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 003/2016 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público n. 003/2016 – FME para provimento de vagas e formação de reserva técnica do Quadro de Pessoal da Administração Indireta – FME, nos termos da Lei Complementar n. 194/2000

e alterações.

Timbó, 23 de dezembro de 2016.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N. 004/2016

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 004/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ – SAMAE

Edital de Homologação do Concurso Público n. 004/2016

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 004/2016 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público n. 004/2016 – SAMAE para provimento de vagas e formação de reserva técnica do Quadro de Pessoal da Administração Indireta – SAMAE, nos termos da Lei Complementar n. 212/2001 e alterações.

Timbó, 23 de dezembro de 2016.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N. 005/2016

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 005/2016

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ – TIMBOPREV

Edital de Homologação do Concurso Público n. 005/2016

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 005/2016 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público n. 005/2016 para provimento de vagas e formação de reserva técnica do Quadro de Pessoal da Administração Indireta – Timboprev, nos termos da Lei Complementar n. 411/2011 e alterações.

Timbó, 23 de dezembro de 2016.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 006/2016

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 006/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado n.

006/2016

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 006/2016 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado n. 006/2016 destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica de cargos temporários do quadro de pessoal da Administração Direta, nos termos da Lei Municipal n. 2045/98 e alterações.

Timbó, 23 de dezembro de 2016.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 007/2016

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – SC

Edital 007/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado n. 007/2016

O Prefeito de Timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, bem como nos termos definidos no Edital n. 007/2016 e no Decreto n. 249/2005, diante do relatório de regularidade do certame público apresentado pela Comissão nomeada através da Portaria n. 1782, de 19 de outubro de 2015, alterada pela Portaria n. 1964, de 06 de maio de 2016 e pela Portaria n. 2041, de 06 de julho de 2016, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado n. 007/2016-SAMAE destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica de cargos temporários do quadro de pessoal do SAMAE, nos termos da Lei Complementar n. 409/2011 e alterações.

Timbó, 23 de Dezembro de 2016.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

LEI COMPLEMENTAR Nº 483, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 483, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do Município de Timbó e revoga a Lei Complementar nº 343, de 13 de dezembro de 2007.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a divisão do território do Município de Timbó, seu uso e ocupação.

§1º O Macrozoneamento é a divisão territorial na Área Urbana e Rural, tendo como objetivo a inter-relação da organização territorial do Município de Timbó com os municípios vizinhos.

§2º O Zoneamento é a divisão territorial da Área Urbana e objetiva a organização urbana do Município, visando ordenar o crescimento da cidade segundo critérios urbanísticos, definindo a forma de uso e ocupação do solo.

§3º São partes integrantes deste Código de Uso e Ocupação do Solo os seguintes anexos:

Anexo I - Descrição do perímetro das zonas urbanas

Anexo II - Tabela de Usos

Anexo III - Vias com alteração de gabarito

Anexo IV - Vagas mínimas de estacionamento

Anexo V - Representação Gráfica de Parâmetros Urbanísticos

Anexo VI - Mapa de Macrozoneamento

Anexo VII - Mapa de Zoneamento

Anexo VIII - Tabela de Limites de Ocupação

CAPÍTULO II - DA DIVISÃO TERRITORIAL

Art. 2º O Município de Timbó fica dividido em:

I - área urbana: espaço territorial caracterizado por um adensamento populacional e a existência de equipamentos sociais e atividades sócio-econômicas, de forma mais concentrada, destinados às funções urbanas básicas;

II - área rural: espaço territorial destinado às atividades primárias, agroindustriais, à conservação ambiental e à contenção do crescimento da cidade, evitando a implantação de atividades que induzam as formas de ocupação urbana.

CAPÍTULO III - DOS OBJETIVOS

Art. 3º Esta Lei estabelece parâmetros para o uso e ocupação do solo para o Município de Timbó e tem por objetivo:

I - evitar a criação de zonas com uso único, incentivando, sempre que possível, a coexistência de diversos usos nas diferentes zonas;

II - adequar o uso do solo ao relevo do Município de Timbó;

III - ordenar o uso territorial, buscando o desenvolvimento auto-sustentado;

IV - adequar a ocupação dos espaços tendo em vista a saúde, a segurança da população e os aspectos do patrimônio ambiental e do acervo cultural;

V - evitar a concentração e a dispersão excessiva da ocupação dos espaços, potencializando o uso da infraestrutura urbana;

VI - disciplinar o adensamento do Município, reservando área para ventilação das edificações e dos logradouros;

VII - tornar compatível a política territorial com a função social da propriedade.

Art. 4º O zoneamento busca dar a cada região do Município a utilização mais adequada em função das diretrizes do Plano Diretor, do sistema viário, da topografia, da geografia, de aspectos geomorfológicos das áreas e da infraestrutura existente, por meio da criação de zonas cujo uso e a forma de ocupação do solo, estabelecidos na presente Lei, determinam o adensamento das áreas.

Parágrafo único. Esta Lei visa a incentivar o uso misto do território municipal, para que as áreas de comércio já consolidado sejam espaços de convívio social, e para que sejam criadas novas atividades de comércio varejista e a prestação de serviços nos bairros, fortalecendo novas centralidades.

CAPÍTULO IV - DOS USOS

Art. 5º Com relação à finalidade são estabelecidas as seguintes categorias de uso:

I - residencial: edificação destinada à habitação permanente, seja unifamiliar ou multifamiliar;

II - comunitário e/ou institucional: espaço, estabelecimento ou instalação destinada ao lazer, cultura, saúde, assistência social e administração pública, exceto os usos educacionais e religiosos;

III - educacional: edificação destinada ao uso escolar, ensino fundamental, médio, universitário, e cursos de especialização em qualquer nível;

IV - religioso: edificação ou espaço utilizado para cultos religiosos e atividades relacionadas;

V - comercial e/ou de serviços: atividade caracterizada pela relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividade caracterizada pela utilidade de mão-de-obra e assistência de ordem intelectual, incluindo atividades hoteleiras e de alimentação, serviços para veículos, atividades de profissionais liberais, academias e similares;

VI - industrial e apoio industrial: atividade pela qual se transforma matéria-prima em bens de produção ou consumo, e a prestação de serviços diretamente relacionados, como armazenagem de produtos e matérias primas, apoio logístico, armazenamento e fornecimento de combustíveis exclusivamente para as atividades industriais e de apoio industrial, marcenarias, serralherias;

VII - agropecuária: atividades primárias de cultivo da terra e criação de animais, visando ao consumo próprio ou à comercialização;

VIII - extrativismo: atividade primária de extração de recursos vegetais e/ou minerais.

IX - condomínio urbanístico: condomínio de lotes residenciais unifamiliares e multifamiliares, cuja disposição exija abertura de vias particulares, a divisão de imóvel, em unidades autônomas, com ou sem edificação, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos;

X - conjunto habitacional paralelo: destinado à construção de mais de uma edificação para o uso unifamiliar ou multifamiliar, sem a abertura de vias de circulação;

XI - conjunto habitacional transversal: destinado à construção para o uso unifamiliar ou multifamiliar, os situados, transversalmente, ao longo de logradouros públicos, geminados ou não, e com a abertura de uma via interna;

XII - saúde: edificação destinada ao uso da saúde: hospitais, clínicas dentárias, de olhos, veterinárias e pet shop, centro de imagens, estéticas, cabelereiras, entre outros.

XIII - lazer: edificação destinada ao uso de lazer e eventos.

§1º São considerados condomínios as edificações unifamiliares horizontais e verticais e multifamiliares horizontais e verticais com mais de um bloco e/ou geminadas;

§2º No caso de prédios verticais, todas as unidades habitacionais devem estar vinculadas da mesma circulação vertical (escada e elevador);

§3º As edificações destinadas a hotéis somente serão permitidas em lotes com testada para as rodovias intermunicipais.

§4º Quando não for possível enquadrar um uso nos mencionados incisos, caberá deliberação pelo Conselho da Cidade.

§5º O uso Educacional será dividido em:

I - nível 1: edificação destinada ao uso escolar do ensino fundamental, creches e pré-escola;

II - nível 2: edificação destinada ao uso escolar do ensino médio;

III - nível 3: edificação destinada ao uso escolar do ensino universitário e cursos de especialização universitária em qualquer nível (pós-graduação, mestrado, doutorado), cursos profissionalizantes;

IV - nível 4: edificação destinada a cursos complementares (culinária, idiomas, instrumentos musicais, artes manuais, informática).

§6º Quando houver duplicidade, será feita a análise pelo mais restritivo.

Art. 6º As atividades comerciais e de prestação de serviços são classificadas em:

I - vicinal, quando a atividade tiver área construída de até 200,00m² (duzentos metros quadrados);

II - de bairro, quando a atividade tiver área construída acima de 200,00m² (duzentos metros quadrados) e até 500m² (quinhentos metros quadrados);

III - setorial, quando a atividade tiver área construída acima de 500m² (quinhentos metros quadrados), até o limite do coeficiente de aproveitamento permitido pela zona em que se encontrar.

Parágrafo único. Os edifícios destinados ao uso comercial e/ou de prestação de serviços obedecerão aos parâmetros construtivos da zona em que estiverem inseridos, observando sempre a exigência de vagas de estacionamento constante nesta Lei.

Art. 7º Os demais usos, exceto o uso religioso, são classificados conforme seu porte, para fins de adequação às diferentes zonas urbanas.

§1º São considerados de pequeno porte os usos:

I - comunitário e/ou institucional, quando tiver área construída de até 200m² (duzentos metros quadrados);

II - educacional, quando se tratar de estabelecimentos de ensino com atendimento diário de no máximo 150 (cento e cinquenta) alunos presenciais.

III - industrial e apoio industrial, quando a atividade tiver área construída de até 1.000m² (um mil metros quadrados);

IV - saúde, quando tiver área construída de até 200,00m² (duzentos metros quadrados);

§2º São considerados de médio porte os usos:

I - comunitário e/ou institucional, quando tiver área construída acima de 200m² (duzentos metros quadrados) até 500m² (quinhentos metros quadrados);

II - educacional, quando se tratar de estabelecimentos de ensino com atendimento diário entre 151 (cento e cinquenta e um) e 500 (quinhentos) alunos presenciais;

III - industrial e apoio industrial, quando a atividade tiver área construída acima de 1.000m² (um mil metros quadrados) e até 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados);

IV - saúde, quando tiver área construída acima de 200,00m² (duzentos metros quadrados) até 500,00m² (quinhentos metros quadrados);

§3º São considerados de grande porte os usos:

I - comunitário e/ou institucional, quando tiver área construída acima de 500m² (quinhentos metros quadrados);

II - educacional, quando se tratar de estabelecimentos de ensino com atendimento diário acima de 500 (quinhentos) alunos presenciais;

III - industrial e apoio industrial, quando a atividade tiver área construída acima de 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados);

IV - saúde, quando tiver área construída acima de 500,00m² (quinhentos metros quadrados);

§4º Para fins de cálculo de quantidade de alunos por unidade educacional serão considerados 25 (vinte e cinco) alunos por sala de aula para ensino fundamental e especialização, e 50 (cinquenta) alunos por sala de aula para ensino médio e superior.

§5º O uso extrativista independe do porte para adequação às zonas urbanas.

§6º O uso agropecuário, será considerado tolerado para adequação às zonas urbanas, independente do porte, mediante autorização da Vigilância Sanitária, na forma deste artigo, devendo respeitar as normas ambientais, de saúde pública, trato de animais, sossego e higiene da propriedade, inclusive o Código de Posturas, reservando-se o direito do Conselho da Cidade tornar inadequada a atividade em determinada área, após realizado o Estudo de Impacto de Vizinhança, sempre que requerido pelos moradores da área afetada, exceto para a criação de suínos, que fica proibida em todo o perímetro urbano.

§7º Para fins de cálculo do número de vagas de estacionamento, o uso religioso, independente do porte, ficará atrelado ao número máximo de lotação de pessoas.

Art. 8º De acordo com seu uso e porte, em cada zona ou área as atividades urbanas serão consideradas como:

I - adequadas: atividades que se enquadram nos padrões urbanísticos determinados para uma zona;

II - toleradas: atividades que são admitidas em zonas ou áreas, sendo que seu grau de adequação às mesmas dependerá obrigatoriamente de análise específica;

III - inadequadas: atividades que, por seu uso, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas da zona.

Parágrafo único. As atividades toleradas poderão ser apreciadas pelo Conselho da Cidade, que, quando for o caso, poderá indicar parâmetros de ocupação mais restritivos que aqueles estabelecidos nesta Lei, em especial quanto a:

I - adequação à zona ou área onde será implantada a atividade;

II - ocorrência de conflitos quando da implantação da atividade, do ponto de vista de prejuízos à segurança, sossego e saúde dos habitantes vizinhos, ao meio ambiente e ao sistema viário.

Art. 9º Para efeito de renovação de alvarás de funcionamento/localização para estabelecimento em edificações existentes serão mantidos os usos previstos nas normas vigentes na época de sua aprovação.

CAPÍTULO V - DO Estudo de Impacto de Vizinhança

Art. 10 Devido ao impacto que causam no entorno, é obrigatória a apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para aprovação, pelo órgão municipal competente ouvido o Conselho da Cidade, dos usos classificados como:

I - Pólo Gerador de Tráfego: é a atividade que centraliza, por sua natureza, a utilização rotineira de veículos de transporte de cargas, com movimentação de carga superior a 5 (cinco) toneladas por dia de funcionamento normal e/ou de veículos leves em quantidade maior do que 150 (cento e cinquenta) veículos por dia de funcionamento normal;

II - Gerador de Ruído Noturno: é o estabelecimento de comércio, serviços, indústria ou instituição que, pela sua atividade, gere sons ou ruídos em intensidade média acima de 60dB (sessenta decibéis), medidos externamente ao estabelecimento, no horário compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas e as 6 (seis) horas do dia seguinte;

III - Gerador de Ruído Diurno: é o estabelecimento de comércio, serviços, indústria ou instituição, com atividade que gere sons ou ruídos em intensidade média acima de 70dB (setenta decibéis), medidos externamente ao estabelecimento, no horário das 6 (seis) horas às 22 (vinte e duas) horas;

IV - Pólo Gerador de Risco é a atividade que pode representar risco para a vizinhança por explosão, incêndio, envenenamento e congêneres.

§1º Caracteriza um Pólo Gerador de Tráfego a presença de pelo menos 2 (dois) dos seguintes indicadores:

I - queda na velocidade diretriz da via;

II - aumento do número de acidentes de trânsito;

III - aumento do número de autuações por estacionamento irregular;

IV - área de estacionamento inferior à demanda;

V - aumento no tempo de espera de transporte coletivo no local.

§2º Considera-se Pólo Gerador de Risco o estabelecimento cuja atividade implique no armazenamento ou manuseio, ainda que provisório, de produtos explosivos, inflamáveis e/ou tóxicos, ou com a emissão de radiações que possam prejudicar a saúde da vizinhança.

Art. 11 As atividades onde é obrigatória a apresentação do EIV, independente da classificação definida no artigo anterior:

I - Uso religioso, acima de 250 pessoas;

II - Hotel, acima de 25 leitos;

III - Postos de combustíveis;

IV - Mercados, Supermercados e Hipermercados, com área superior de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados);

V - Entretenimentos noturnos com som ao vivo e mecânico, tipo danceterias;

VI - Teatros, reunião de público, acima 250 pessoas;

VII - Hospital;

VIII - Educacional em nível 3 - edificação destinada ao uso escolar do ensino universitário e cursos de especialização universitária em qualquer nível (pós-graduação, mestrado, doutorado), cursos profissionalizantes.

Art. 12 A emissão do alvará de Construção, Localização e de Reforma fica vinculada a aprovação do EIV.

Art. 13 Os estabelecimentos que já possuem Alvará de Construção e Localização vigentes quando da entrada em vigor da presente lei, ficam isentos do EIV, com exceção dos estabelecimentos que alterarem sua localização/endereço, que deverão passar pela análise/deliberação do Conselho da Cidade.

§1º Nos casos de ampliação, a exigência ou não do EIV será analisada pela Comissão de Construção, ouvido o Conselho da Cidade.

§2º Nos casos de condomínios horizontais e verticais, a apresentação do EIV fica condicionada conforme critérios da Lei Complementar nº. 464/2015 e suas alterações.

Art. 14 Com relação ao efeito da atividade que possa caracterizar Pólo Gerador de Tráfego, independentemente da zona onde se localize ou pretenda localizar-se, o órgão municipal competente adotará as seguintes providências:

I - quando se tratar de projeto, solicitará Estudo de Impacto de Vizinhança que deverá conter, no mínimo:

a) verificação se o sistema viário local e seu entorno dão suporte à atividade sem causar transtornos significativos;

b) avaliação do incremento do volume de passageiros no transporte público;

c) avaliação da necessidade de adequação de vias com relação a acessos e saídas;

d) avaliação da eventual necessidade de obras de arte viária no sistema viário, no entorno;

II - quando em atividade:

a) elaborará laudo técnico que caracterize a condição de Pólo Gerador de Tráfego;

b) exigirá que o proprietário ou responsável apresente proposta ou alternativa medidas mitigatórias;

c) fixará prazo para que o proprietário ou responsável pelo estabelecimento corrija os problemas, compatível com a urgência da comunidade.

§1º Os estabelecimentos considerados Pólos Geradores de Tráfego deverão prever acessos independentes para veículos, sendo um da via pública para o estabelecimento e outro do estabelecimento para a via pública, separados do acesso de pedestres.

§2º Os lotes de qualquer zona que tenham frente para as interseções de vias classificadas como especiais pela Lei de Mobilidade Urbana deverão respeitar as diretrizes fornecidas pelo órgão municipal competente.

Art. 15 Com relação ao efeito da atividade que possa caracterizar Gerador de Ruído Noturno e/ou Gerador de Ruído Diurno, independentemente da zona onde se localize ou pretenda localizar-se, o órgão municipal competente adotará as seguintes providências:

I - quando se tratar de projeto, solicitará Estudo de Impacto de Vizinhança que deverá conter, no mínimo:

a) análise do entorno, observando a compatibilidade com as atividades vizinhas;

b) proposta com parâmetros de redução de ruídos ou de isolamento acústico de acordo com o estipulado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

c) análise das aberturas;

II - quando em atividade:

a) elaborará laudo técnico que caracterize a condição de Gerador de Ruído Diurno ou Noturno;

b) exigirá que o proprietário ou responsável apresente proposta de adequação ou alternativa de solução;

c) fixará prazos para correção dos problemas;

d) impedirá o prosseguimento da atividade até a solução, nos casos graves.

Parágrafo único. Para caracterizar o estabelecimento Gerador de Ruído, considera-se:

I - assimilação ou não pelas atividades circunvizinhas;

II - o nível de ruído acima do permitido pela NBR 10.151/2001, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou outra que a suceder.

Art. 16 Com relação ao efeito da atividade que possa caracterizar Pólo Gerador de Risco, independentemente da zona onde se localize ou pretenda localizar-se, o órgão municipal competente adotará as seguintes providências:

I - quando se tratar de projeto, solicitará Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV que deverá conter, no mínimo:

a) análise do entorno, observando as atividades vizinhas colocadas em risco;

b) proposta com parâmetros de redução dos riscos de acordo com o estipulado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e/ou por outros órgãos afins à segurança da atividade;

II - quando em atividade:

- a) elaborará laudo técnico que caracterize a condição de Pólo Gerador de Risco;
- b) exigirá que o proprietário ou responsável apresente proposta de adequação ou alternativa de solução;
- c) fixará prazos para correção dos problemas;
- d) impedirá o prosseguimento da atividade até a solução, nos casos graves.

Art. 17 A aprovação ou o indeferimento do EIV serão baseados em relatório técnico da Comissão de Análise de EIV e pelo Conselho da Cidade.

Art. 18 A apresentação e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança não exime o interessado da apresentação de todos os demais projetos e licenças exigidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais competentes.

CAPÍTULO VI – DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Art. 19 Para a ordenação territorial, cada zona apresentará diferentes parâmetros urbanísticos, conforme tabela constante do Anexo “II”, considerando-se a infraestrutura existente, as tendências de expansão urbana, a proteção ambiental e a preservação do patrimônio histórico.

Art. 20 Lote mínimo é a menor área permitida para cada zona, resultante da subdivisão de glebas.

Art. 21 Lote máximo é a maior área permitida para que um lote ou gleba não seja considerado subutilizado.

Art. 22 Recuo Frontal é o recuo urbanístico, estabelecido nesta Lei Complementar, em relação à edificação e à via pública onde é proibido edificar.

Parágrafo único. O recuo frontal será exigido por esta Lei para todas as testadas com a via pública.

Art. 23 Garagem é a construção para fins de estacionamento exclusivo de automóveis, motos e bicicletas, podendo-se admitir uma área para uso comum que não ultrapassem a porcentagem de 35% da área total do pavimento.

Parágrafo único. Considera-se área comum aquelas destinadas ao uso comum da edificação para circulação, hall, escada, elevador, salão de festas, piscina, depósitos e entre outros, excluídas as áreas de uso exclusivo de um condômino ou grupo de condôminos.

Art. 24 Taxa de ocupação máxima é a relação entre a projeção horizontal máxima de construção permitida e a área do lote sobre o qual ascendem as construções, expressa em porcentagem, de acordo com a fórmula:

Taxa de ocupação =	projeção da edificação x 100
	área total do lote

Parágrafo único. Para fins de verificação de taxa de ocupação máxima não serão computadas:

I - as áreas sem cobertura destinadas à recreação coletiva ou estacionamento de veículos;

II - as áreas destinadas aos serviços de apoio de uso comum dos prédios, tais como casa de máquinas e de bombas, instalações centrais, aquecimento de água, medidores, dutos de ventilação, cisterna e depósito de lixo;

III - os beirais, pergolados, elementos decorativos ou outras saliências, desde de que respeitado o Código de Edificações.

Art. 25 Taxa de permeabilidade é o percentual mínimo do lote que deverá ser mantido permeável, visando à absorção da água da chuva.

§1º São consideradas áreas impermeáveis, além da edificação, as quadras esportivas, estacionamentos, acessos, piscinas e áreas pavimentadas em geral.

§2º As áreas pavimentadas com materiais que não necessitem de rejuntas ou com elementos vazados, tais como blocos de concreto, possuem uma taxa de permeabilidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) da sua metragem quadrada.

Art. 26 Coeficiente de aproveitamento máximo é o índice urbanístico que determina a área que pode ser construída em determinado terreno, mediante a multiplicação do coeficiente definido para a zona pela área escriturada do terreno.

§1º Não serão computados no cálculo do coeficiente de aproveitamento:

I - as áreas sem cobertura destinadas à recreação coletiva ou estacionamento de veículos;

II - as áreas destinadas aos serviços de apoio de uso comum dos prédios, tais como casa de máquinas e de bombas, instalações centrais, aquecimento de água, medidores, cisterna e depósito de lixo;

III - os beirais, pergolados, elementos decorativos ou outras saliências, desde que respeitado o Código de Edificações.

IV - os pavimentos de garagem que contenham áreas de uso comum que não ultrapassem a porcentagem de 35% da área total do pavimento.

§2º Para o cálculo do coeficiente de aproveitamento, a área das escadas será computada na forma da equação (n-1), sendo “n” o número de pavimentos da edificação.

§3º Será computada no coeficiente de aproveitamento a área, do pavimento de garagem, que contenha área de uso comum superior a 35% da área total do pavimento.

Art. 27 Coeficiente de aproveitamento mínimo é o índice urbanístico que determina a área mínima a ser construída em determinado terreno para que não seja considerado subutilizado, mediante a multiplicação do coeficiente definido para a zona pela área escriturada do terreno.

§1º Nos corredores de serviço, a edificação para fins comerciais deve ter no mínimo 30,00m² (trinta metros quadrados);

Art. 28 Edificações Residenciais Consolidadas são as edificações que estejam cadastradas no Sistema Municipal de Geoprocessamento comprovadamente anteriores ao ano de 2006 (ano do último Recadastramento).

Art. 29 Altura máxima das construções é o número máximo de pavimentos que poderá ter uma edificação acima do nível do solo, considerando-se o térreo e desconsiderando-se os pavimentos abaixo do nível do solo.

§1º Considera-se nível do solo:

I - quando o terreno não for modificado, o nível natural médio do terreno;

II - quando houver corte no terreno, o nível do terreno modificado, excetuando-se o corte para a edificação de subsolos;

III - quando houver aterro, muro de contenção ou cortina de concreto sustentando a edificação, o nível médio natural do terreno.

§2º Considera-se subsolo o pavimento situado abaixo do nível do solo em todo o perímetro da edificação, permitindo que:

I - a face superior da laje de cobertura do pavimento subsolo mais alto esteja a, no máximo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima do nível do solo;

II - uma das faces verticais do pavimento subsolo mais alto, por onde seja projetado o acesso, seja totalmente desenterrada.

§3º No cálculo da altura das edificações será considerada a altura máxima de 3,00m (três metros) para cada pavimento, medidos de piso a piso, exceto para o pavimento térreo, que terá altura máxima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) se destinado a uso residencial ou 6,00m (seis metros) se destinado a uso não residencial.

§4º As antenas sobre os prédios terão altura máxima de 6,00m (seis metros), independentemente da altura máxima permitida para a edificação.

§5º Não serão computados no limite de pavimentos o pavimento de garagem que contenha áreas de uso comum que não ultrapassem a porcentagem de 35% da área total do pavimento.

Art. 30 Os recuos mínimos são as distâncias mínimas que devem ser guardadas da edificação às linhas de divisa do lote, medidas perpendicularmente a estas.

§1º O recuo frontal mínimo, medido a partir da linha de muro definida pelo gabarito oficial da via pública, estabelecido no decreto ou lei de criação da mesma, para qualquer tipo de uso é de 3,00m (três metros), exceto para:

I - edificações em lotes urbanos com testada frontal para rodovias estaduais, dentro do perímetro urbano, em áreas densamente ocupadas, obedecerá ao recuo frontal mínimo definido para a zona, a partir da faixa de domínio;

§2º as áreas densamente ocupadas serão definidas pela Comissão de Edificações, ouvido o Conselho da Cidade.

I - edificações com testadas para as vias com previsão de alteração de gabarito conforme Anexo "III" desta Lei, deverão respeitar o recuo específico conforme a via, de maneira a permitir o alargamento futuro para atingir o gabarito final previsto, não podendo conter rampas, escadas, medidores, lixeiras ou qualquer elemento construtivo na área prevista para o alargamento futuro.

II – Os lotes que possuírem desnível em relação a via pública, devem prever o afastamento da edificação conforme um talude de 1x1, partindo do alinhamento novo, excetuando-se os imóveis que executarem o projeto de muro, o qual deverá ser aprovado pelo órgão municipal responsável.

§3º Nos corredores de serviço 2 - CS2, as edificações mistas para fins comerciais e residenciais, poderão alinhar o edifício no alinhamento do recuo livre obrigatório, exceto para os pavimentos de uso residencial, conforme Anexo "V".

§4º Os lotes com testada para os corredores de serviço 2 - CS2 deverão manter um recuo livre obrigatório de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

§5º Nos corredores de serviço 1 - CS1, as edificações para fins comerciais, deverão manter um recuo mínimo de 10,00m (dez metros).

§6º O recuo lateral e de fundos é de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) quando houver aberturas nas paredes.

§7º As edificações em madeira deverão guardar o recuo lateral e de fundos, caso sejam edificadas paredes cegas, estas obrigatoriamente devem ser em alvenaria.

§8º As edículas, alpendres e telheiros estão dispensados dos afastamentos laterais e de fundos, contanto que não tenham aberturas e desde que possuam um só pavimento e profundidade inferior a 10,00m (dez metros), e não confrontante com a via pública.

§9º No cálculo dos afastamentos lateral e fundos das edificações será considerado $H/8$ e $\geq 1,50m$ (um metro e cinquenta centímetros), podendo o edifício ser escalonado.

§10 Quando a edificação confrontar com a via pública deverá obedecer o alinhamento frontal.

§11 No recuo mínimo lateral e/ou fundos poderão ser construídos, no limite de 50%, adornos, chaminés, pérgola, mucheta, etc.

§12 As sacadas e varandas edificadas transversalmente à divisa deverão observar o recuo lateral mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), ou serem fechadas com uma parede cega sobre a divisa, com altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta).

§13 Todas as edificações, além do disposto nesta lei, devem respeitar as disposições do Código de Edificações.

§14 Para edificações residenciais (unifamiliares e multifamiliares) admite-se construir em uma das divisas até o segundo pavimento e com altura máxima de 8,00m (oito metros), desde que a parede sobre a divisa seja cega, e que sejam respeitadas as áreas mínimas de ventilação exigidas no Código de Edificações, devendo os demais pavimentos guardarem o recuo lateral e de fundos conforme as exigências do §8º deste artigo;

§15 Para edificações comerciais e mistas (residenciais e comerciais) admite-se construir em duas das divisas até o segundo pavimento e com altura máxima de 8,00m (oito metros), desde que a parede sobre a divisa seja cega, e que sejam respeitadas as áreas mínimas de ventilação exigidas no Código de Edificações, devendo os demais pavimentos guardarem o recuo lateral e de fundos conforme as exigências do §8º deste artigo.

CAPÍTULO VII - DAS ZONAS RURAIS

Art. 31 A macrozona rural do Município de Timbó, ressalvada a competência da União, fica dividida nas seguintes zonas:

I - Zona de Tirolezes, região em geral plana e alagadiça, com potencial turístico e interesse de preservação ambiental e cultural. Adequada a culturas de adaptação a áreas de relevo suave, porém com cautela em relação ao uso de defensivos;

II - Zona das Mudas, região de altas declividades, com potencial turístico e interesse de preservação ambiental devido à existência de diversas nascentes, e do patrimônio cultural, adequada a culturas e pastagens de adaptação a relevo acidentado;

III - Zonas Periurbanas, áreas rurais limítrofes à macrozona urbana, com potencial para usos de apoio às atividades urbanas, em especial a produção de hortifrutigranjeiros, de matérias-primas para as indústrias, agroindustrial e de recepção turística;

IV - Zona de Interesse Turístico, formada pelos morros Arapongas e Azul, com potencial turístico, desde que desenvolvido de maneira sustentável, garantindo a preservação das características naturais e do patrimônio cultural;

V - Zona de Uso Restrito, conformada pelas áreas de uso rural restrito devido às altas declividades, onde há necessidade de licenciamento ambiental das atividades agropecuárias e extrativistas;

VI - Zona da Bacia do Ribeirão Fortuna, conformada pela bacia do ribeirão Fortuna, área estratégica para estoque futuro de água para abastecimento de parte do Município em longo prazo, onde os mananciais devem ser preservados e o uso de produtos químicos nas lavouras deve ser controlado.

§1º O Município poderá conceder benefícios e/ou incentivos para a implementação de empreendimentos turísticos em toda a área rural de Timbó, com o objetivo de viabilizar atividades que diversifiquem a economia e possibilitem o aumento de renda dos moradores da região.

§2º As atividades agropecuárias nas zonas rurais poderão receber apoio do Município através de benefícios e/ou incentivos para o desenvolvimento da produção agrícola, e principalmente viabilizar a transferência de atividades existentes na zona urbana às zonas rurais adequadas.

§3º A licença ambiental para atividades de extrativismo mineral deve considerar o possível impacto da mesma em paisagens de interesse cultural e turístico, sendo este um fator limitador do parecer favorável.

§4º Ao longo das estradas estaduais e municipais, quando da execução de desmembramentos para uso industrial e/ou apoio industrial, comunitário e/ou institucional e de comercial e/ou de serviços ao longo de rodovia oficial e respeitada a respectiva faixa de domínio, a porção desmembrada com as finalidades descritas neste parágrafo será considerada integrante da Macrozona Urbana, nos termos da Lei de Parcelamento do Solo.

§5º A atividade industrial/apoio industrial, a Zona Rural será permitida ao longo das vias arteriais e coletoras.

Art. 32 Os perímetros das zonas rurais estão delimitados no mapa de Macrozoneamento, integrantes desta Lei.

Art. 33 Em todas as zonas da macrozona rural, serão adotados os seguintes parâmetros de ocupação e edificação:

I - gleba mínima equivalente ao módulo rural mínimo, previsto em norma federal;

II - altura máxima de 3 (três) pavimentos, exceto para edificações turísticas, as quais poderão ter a altura máxima de 6 (seis) pavimentos;

III - taxa de ocupação máxima de 20% (vinte por cento) da área do lote;

IV - coeficiente de aproveitamento máximo igual a 0,5;

V - recuo frontal mínimo de 3,00m (três metros) considerando ainda as faixas de domínio e as faixas non aedificandi das rodovias estaduais, e recuos laterais e fundos conforme Código Civil.

VI - testada mínima de 14,00m (quatorze metros);

VII - taxa de permeabilidade mínima de 70% (setenta por cento) da área do lote;

Parágrafo único. Fica proibida a construção de edifícios residenciais multifamiliares e condomínios horizontais e verticais na macrozona rural.

Art. 34 - Poderá ser aprovado desmembramento rural que resulte até 1 (um) lote com testada de no mínimo 5,00m (cinco metros) com a rodovia desde que:

I - se obedeça a gleba mínima equivalente ao módulo rural;

II - possibilite a inserção de um círculo com diâmetro mínimo de 15,00m (quinze metros) conforme representação gráfica do Anexo V;

III - a testada e área das demais glebas adotem no mínimo os requisitos urbanísticos definidos em lei.

CAPÍTULO VIII - DAS ZONAS URBANAS

SEÇÃO I - Das Disposições Gerais

Art. 35 A macrozona urbana do Município de Timbó fica dividida nas seguintes zonas de usos:

I - Zona Residencial, com a finalidade de atender predominantemente ao uso residencial individual ou coletivo e de apoio residencial;

II - Zona Industrial e micro-pólos industriais, destinados predominantemente às atividades de produção ou de transformação;

III - Zonas Especiais, destinadas à atividade não passível de classificação nas demais zonas;

IV - Corredores de Serviço, conformado por vias ao longo das quais o uso da zona respectiva é flexibilizado com o objetivo de incentivar a implantação de atividades de comércio e serviços, diversificando a economia em todos os bairros;

V - Zona industrial fechada é a área delimitada pela ocupação de indústria existente anteriormente à vigência do Plano Diretor Municipal.

Art. 36 Os perímetros das zonas urbanas estão descritos no Anexo I e delimitados no mapa de zoneamento, Anexo VII, integrantes desta Lei.

Art. 37 Em cada uma das zonas, os usos são adequados, tolerados e inadequados, conforme a tabela constante do Anexo II desta Lei.

§1º As atividades com uso tolerado poderão ser submetidas à aprovação do Conselho da Cidade.

§2º As atividades inadequadas serão indeferidas, independente de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.

SEÇÃO II - Da Zona Residencial

Art. 38 Fica estabelecida a Zona Residencial 1 distribuída pela macrozona urbana, segundo critérios que visam ao adensamento urbano sustentável com aproveitamento da infraestrutura urbana com critérios de restrições devido a topografia e ao sítio natural.

§1º A zona residencial denominar-se-á Zona Residencial 1 ou ZR1, para a ocupação residencial e comercial, respeitando os usos de acordo com o Anexo II.

§2º Para o cálculo da declividade média total natural dos lotes na Zona Residencial 1 será considerada a declividade da rua em relação a área a ser parcelada.

Art. 39 Na Zona Residencial 1, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

I - lote mínimo de :

a) 300m² (trezentos metros quadrados), com testada mínima de 12,00m (doze metros), em lotes com declividade média natural da rua, em aliche ou declive, for de até 10% (dez por cento);

b) 450m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com testada mínima de 15,00m (quinze metros), se a declividade média da rua, em aliche ou declive, for de 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento);

c) 540m² (quinhentos e quarenta metros quadrados), com testada mínima de 18,00m (dezoito metros), se a declividade média da rua, em aliche ou declive, estiver acima de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento);

d) 600m² (seiscentos metros quadrados), com testada mínima de 20,00m (vinte metros), se a declividade média da rua, em aliche ou declive, estiver acima de 20% (vinte por cento);

II - taxa de ocupação máxima de 60% (sessenta por cento) da área do lote;

III - taxa de permeabilidade mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da área do lote;

IV - coeficiente de aproveitamento mínimo do lote com área construída mínima de 30,00m² (trinta metros quadrados);

V - coeficiente de aproveitamento e altura máximos conforme tabela a seguir:

Área do lote	Coef. de Aproveitamento	Coef. de Aproveitamento com TDC / outorga	Nº Máx. de pavimentos	Nº Máx. de pavimentos com TDC / outorga
Até 600,00m ²	2,5		8	
Acima de 600,01m ² até 900,00m ²	3,0	3,5	12	17
Acima de 900,01m ²	3,5	4,0	15	20

§1º Os lotes de esquina deverão ter a área mínima do lote, assim como a testada mínima, acrescidos em, no mínimo, 20% (vinte por cento), conforme a declividade, exceto os lotes estabelecidos na alínea "a" do inciso I, os quais serão de no mínimo 400m².

§2º Para efeitos de cálculo, a declividade média da rua será calculada com base em trechos tangenciais.

§3º Quando atingido por área de preservação permanente (APP) o lote deverá ter área útil mínima de 300m² (trezentos metros quadrados).

§4º Considera-se área útil do lote aquela definida no art. 20 da Lei Complementar nº 465/2015 (Código de Parcelamento do Solo);

§5º No cálculo da testada, para os lotes de esquina, será computada a tangente do imóvel.

Art. 40 Poderá ser aprovado desmembramento em imóveis de que resulte até 1 (um) lote com testada de no mínimo 5,00m (cinco metros) com a via pública (acesso) desde que:

I - obedeça à área mínima estipulada em seu zoneamento;

II – possibilite a inserção de um círculo com diâmetro mínimo de 15,00m (quinze metros);

III - a testada e a área dos demais lotes, bem como da área remanescente, adotem no mínimo os requisitos urbanísticos da zona a qual pertencem, definidas na presente Lei.

Art. 41 Poderão ser aprovados desmembramentos com testadas menores que o dimensionamento mínimo de lotes definido na presente Lei, para os casos de imóveis localizados em terminos de vias, desde que o lote cumpra com os requisitos mínimos para a zona caso haja possibilidade de prolongamento da via pública, conforme Anexo V.

Parágrafo único. O lote não poderá ter testada inferior a 5,00m (cinco metros).

Art. 42 Abaixo da cota de enchente 7,00m (sete metros), qualquer intervenção (corte/aterro, edificação e etc.) deverá ter aprovação do Departamento de Meio Ambiente e da Comissão de Construção da SEPLAN.

Art. 43 Abaixo da cota de enchente 8,00m (oito metros) e acima da cota de enchente 7,00m (sete metros), a edificação deve ser sobre pilotis, sem fechamentos de paredes, desde que não interfiram com o fluxo de passagem das águas.

SEÇÃO III - Da Zona Industrial e dos Micro Pólos Industriais

Art. 44 Ficam estabelecidos 3 (três) micro-pólos industriais, 4 (quatro) zonas industriais e uma zona industrial fechada, distribuídos pela macrozona urbana, visando adequar a infraestrutura e a superestrutura aos usos industriais.

§1º A Zona Industrial tem o objetivo de prover o Município de Timbó de áreas adequadas para a instalação de indústrias de maior porte e de alta tecnologia, concentrando a infraestrutura necessária por uma questão de economia de escala.

§2º Os micro-pólos industriais visam à distribuição de atividades industriais de menor impacto ambiental por toda a área urbana do Município, diversificando as atividades econômicas nos bairros.

§3º Nas Zonas Industriais e nos micro-pólos industriais, é proibido o parcelamento para uso residencial.

§4º Nas Zonas Industriais e nos micro-pólos industriais é permitido o uso residencial unifamiliar, bem como ampliações de edificações unifamiliares existentes, nos loteamentos e desmembramentos aprovados anteriormente a vigência da Lei Complementar nº 343/2007 (28 de janeiro de 2008).

§5º Quando a indústria, localizada fora da área industrial e/ou micro-pólo, mudar a sua classificação de porte ou de nível de interferência deverá transferir-se para localização adequada à nova classificação no prazo determinado pelo órgão municipal competente.

§6º A Zona industrial fechada tem o objetivo de delimitar a ocupação da indústria existente, de forma a concentrar a atividade industrial, impedindo futuras ampliações territoriais que possam causar prejuízo da qualidade de vida, da flora e fauna local.

Art. 45 Nas Zonas Industriais e nos micro-pólos industriais, o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

I - lote mínimo de 1.000m² (mil metros quadrados);

II - lote máximo de 10.000m² (dez mil metros quadrados), para os micro-pólos industriais;

III - testada mínima de 30,00m (trinta metros);

IV - coeficiente de aproveitamento máximo de 2,5 (dois vírgula cinco);

V - taxa de permeabilidade mínima de 20% (vinte por cento) da área do lote;

VI - taxa de ocupação máxima de 70% (setenta por cento) do lote;

VII - altura máxima de 10 (dez) pavimentos, com pé-direito conforme previsto no Código de Edificações, excetuando-se a torre de caixa d'água e as chaminés, para as Zonas Industriais e os micro-pólos industriais.

§1º O lote máximo não se aplica na Zona Industrial, apenas para os micro-pólos;

§2º Os lotes de esquina deverão ter a área mínima do lote estabelecida para a zona, assim como a testada mínima, acrescidos em, no mínimo, 20% (vinte por cento).

§3º Não será permitido o uso residencial e industrial no mesmo lote nas Zonas Industriais, exceto em micro pólos.

§4º Na Zona Industrial Fechada é permitido o parcelamento de solo somente para fins de regularização do imóvel.

Art. 46 Todo imóvel situado no micro-pólo industrial, na zona industrial e na zona industrial fechada que confrontar com uma zona não-industrial deverá, ao longo desta confrontação, implantar um cinturão verde arborizado com espécies indicadas pelo órgão ambiental municipal.

SEÇÃO VII - Das Zonas Especiais (e áreas especiais)

Art. 47 As Zonas Especiais destinam-se a uso com finalidade específica, quer modificando a realidade urbana existente, quer criando situações urbanas novas, devendo toda intervenção nestas Zonas ser objeto de estudo por parte do órgão municipal competente e do Conselho da Cidade.

§1º A criação ou extinção das Zonas Especiais deve ser objeto de estudo e deliberação pelo Conselho da Cidade.

§2º A obra e a edificação, bem como o uso de área na Zona Especial devem-se ater rigorosamente à finalidade que justificou a sua criação.

Art. 48 Ficam criadas a Zona Especial Recreacional - ZER1 e a Zona Especial Recreacional - ZER2.

Art. 49 O Município, ouvido o Conselho da Cidade, poderá criar outras zonas especiais, nos termos desta Seção, para usos que não estejam previstos nas zonas residenciais e industrial.

SUBSEÇÃO I - Da Zona Especial Recreacional 1

Art. 50 A Zona Especial Recreacional 1 - ZER1 destina-se prioritariamente à ocupação pelas águas de chuvas, visando à preservação ambiental.

Parágrafo único. Na ZER1 não é permitido a edificação e o aterro/corte.

Art. 51 Nos parcelamentos de solo a área abrangida como ZER1 será definida como área non aedificandi.

§1º Quando atingido pela ZER1, o lote deverá ter área útil mínima de 300,00m² (trezentos metros quadrados).

§2º Os lotes resultantes do parcelamento de solo devem respeitar os parâmetros urbanísticos mínimos da zona residencial.

§3º Considera-se área útil do lote aquela definida no art. 20 da Lei Complementar nº 465/2015 - Código de Parcelamento do Solo.

Art. 52 Na Zona Especial Recreacional 1 - ZER1 é permitido somente o uso recreacional.

Parágrafo único. Qualquer intervenção na ZER1 deve ser submetida à aprovação da municipalidade.

SUBSEÇÃO II - Da Zona Especial Recreacional 2

Art. 53 A Zona Especial Recreacional 2 - ZER2 destina-se prioritariamente, à formação de parques contínuos, visando à preservação ambiental, recreação e fortalecimento da relação da comunidade com os rios que originaram a cidade de Timbó.

Art. 54 Na Zona Especial Recreacional 2 o lote e a edificação deverão obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

I - coeficiente de aproveitamento máximo igual 1 (um);

II - taxa de permeabilidade mínima de 30% (trinta por cento) da área do lote;

III - taxa de ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) do lote;

IV - altura máxima de 4 (quatro) pavimentos.

V - abaixo da cota de enchente 7,00m (sete metros), qualquer intervenção (corte/aterro, edificação) deverá ter aprovação do Departamento de Meio Ambiente e da Comissão de Construção da SEPLAN;

VI - abaixo da cota de enchente 7,00m (sete metros) é proibido a edificação residencial;

VII - abaixo da cota de enchente 8,00m (oito metros) e acima da cota de 7,00m (sete metros), a edificação deve ser sobre pilotis, sem fechamentos de paredes, desde que não interfiram com o fluxo de passagem das águas.

§1º Para efeitos de parcelamento do solo serão adotados os parâmetros específicos da Zona Residencial.

§2º Quando atingido por área de preservação permanente e a cota de enchente 7,00m (sete metros), o lote na Zona Especial Recreacional 2 deverá ter área útil mínima de 300m² (trezentos metros quadrados).

SEÇÃO V - Da Preservação do Patrimônio Cultural

Art. 55 A Preservação do Patrimônio Cultural visa preservar e valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões materiais e imateriais.

§1º Entende-se como patrimônio material as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arqueológico, arquitetônico, paisagístico e urbanístico.

§2º Entende-se como patrimônio imaterial os conhecimentos e modos de fazer identificados como elementos pertencentes à cultura comunitária, os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social, bem como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

Art. 56 O Plano de Preservação do Patrimônio Cultural envolverá ações e políticas que permitam:

I - assegurar a preservação e adequada utilização do patrimônio cultural, do Município;

II - documentar, selecionar, proteger, inventariar e promover a preservação, a conservação, a recuperação, a revitalização e a divulgação dos bens tangíveis.

III - estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória cultural e histórica, tais como restauração, revitalização e desenvolvimento do potencial de áreas e locais com características históricas e culturais significativas;

IV - incorporar a proteção do patrimônio cultural, ao processo permanente de planejamento e ordenação do território;

V - sensibilizar a opinião pública sobre a importância e a necessidade de preservação, valorização, proteção e recuperação de seu patrimônio cultural e entorno;

VI - promover a instalação de centros de memória dos bairros, favorecendo a preservação de sua identidade, história e cultura;

VII - incentivar à fruição e ao uso público nos imóveis tombados.

§1º Deverá ser incentivada a preservação de edificações locais de manifestação cultural, cabendo a lei municipal específica, estabelecer a qualificação desses imóveis, bem como as diretrizes para a efetivação da preservação, através do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural.

§2º As ampliações e alterações do cadastro do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural, deverão ser submetidas à aprovação do Conselho da Cidade.

§3º Qualquer intervenção/empreendimento em imóvel tombado e em sua respectiva área de influência, deverá ser precedida de autorização do órgão competente.

Art. 57 A área de influência do imóvel tombado fica definida em lei específica e/ou aquela definida pelo órgão competente.

Parágrafo único. Quando houver duplicidade, será feita a análise pelo mais restritivo.

SEÇÃO VI – Dos Corredores de Serviço

Art. 58 Os Corredores de Comércio e Serviços são subdivididos em 3 (três) classificações, de acordo com os usos adequados em cada um deles.

Parágrafo único. Nos corredores de serviço, para efeitos de parcelamento do solo, serão adotados os parâmetros específicos da zona a que está inserido.

Art. 59 O Município, ouvido o Conselho da Cidade, poderá criar outros corredores de serviço, nos termos desta Seção, conforme a dinâmica de crescimento da cidade.

SUBSEÇÃO I – Do Corredor de Comércio e Serviço 1

Art. 60 O Corredor de Comércio e Serviço 1 - CS1 é formado por vias do sistema viário definidas como anel externo, que servem como ligação intermunicipal, sendo vias apropriadas para a mobilidade urbana, formando uma malha viária externa, com baixo incentivo à construção.

Parágrafo único. São classificadas como Corredor de Comércio e Serviço 1 as seguintes vias:

I - Rua Tiroleses, até o entroncamento com a via projetada VP02;

II - via projetada VP26 até a via projetada VP33;

III - prolongamento da Rua Macaé - VP02 até a divisa urbana;

IV - Rua Dona Clara (no perímetro urbano);

V - SC-477, entre a Rua Macaé até a divisa municipal;

VI - SC-110 (Rua Araponguinhas até a divisa Municipal);

VII - Rua Araponguinhas (entre SC-110 e Rua Tupiniquim);

VIII - Rua Tupiniquim;

IX - Rua Tapajós;

X - Rua Pomerode (entre a Rua Augusto Brandt até a divisa urbana);

XI - Rua Augusto Brandt e seus prolongamentos;

XII - SC-110 (entre o prolongamento da Rua Augusto Brandt e a divisa urbana).

Art. 61 Os parâmetros construtivos dos imóveis localizados no Corredor de Comércio e Serviços 1 seguirão a zona onde estiverem inseridos, exceto:

I - a taxa de ocupação máxima, que será de 60% (sessenta por cento);

II - a taxa de permeabilidade mínima, que será de 20% (vinte por cento);

III - o coeficiente de aproveitamento máximo, que será de 1,8 (um vírgula oito);

IV - coeficiente de aproveitamento mínimo do lote com área construída mínima de 30,00m² (trinta metros quadrados);

V - altura máxima de 6 (seis) pavimentos;

VI - Para fins de uso comercial, o recuo mínimo será de 10,00m (dez metros).

SUBSEÇÃO II - Do Corredor de Comércio e Serviço 2

Art. 62 O Corredor de Comércio e Serviço 2 - CS2 é formado por vias com adequada infraestrutura instalada, que servem como ligação interbairros, sendo vias apropriadas para as linhas de transporte coletivo urbano, as quais formam uma malha que atinge toda a cidade, possibilitando a implantação de comércio e serviços em todos os bairros.

Art. 63 No Corredor de Comércio e Serviço 2 a edificação deverá obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

I - altura máxima de 15 (quinze) pavimentos, podendo atingir 20 (vinte) pavimentos com a outorga onerosa ou transferência do potencial construtivo;

III - o coeficiente de aproveitamento máximo igual a 3,5 (três vírgula cinco), podendo atingir 4,0 (quatro) com a outorga onerosa ou transferência de potencial construtivo;

V - o coeficiente de aproveitamento mínimo igual a 30,00m² (trinta metros quadrados);

VI - taxa de ocupação máxima de 70% (setenta por cento) do lote, podendo atingir 75% (setenta e cinco por cento) com a outorga onerosa ou transferência de potencial construtivo;

VII - a taxa de permeabilidade mínima, que será de 15% (quinze por cento).

§1º para o uso residencial, deve ser respeitado o recuo frontal mínimo de 3,00m (três metros), sendo o muro frontal livre em 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), acompanhando o recuo livre obrigatório.

§2º para os demais usos, deve ser respeitado o recuo livre obrigatório de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) ao nível do passeio.

Art. 64 São classificadas como Corredor de Comércio e Serviço 2 as seguintes vias:

I - Rua Amazonas;

II - Rua Ruy Barbosa (a partir da Rua Aristiliano Ramos até o início da rodovia);

III - Rua Pomeranos (a partir da Rua Fritz Lorenz até a Rua Alwin Schumann);

IV - Rua Oscar Piske, entre as ruas Marechal Deodoro e Pomeranos;

V - Rua Marechal Floriano Peixoto (a partir da Rua Blumenau até a Rua Araçonguinhos);

VI - Rua Marechal Deodoro, a partir da Rua Benjamin Constant até a Rua Egito;

VII - Rua Aristiliano Ramos (a partir da Rua Manaus até o início da rodovia);

VIII - Rua Brasília;

IX - Rua Grécia (a partir da Rua Oscar Piske no sentido sul);

X - Rua São Paulo, entre as ruas Brasília e Aristiliano Ramos;

XI - Rua Blumenau, a partir da Avenida Getúlio Vargas até a Rua Tamarindo;

XII - Rua Fritz Lorenz, entre a Rua Nereu Ramos e o início da Zona Industrial;

XIII - prolongamento da Rua Brasília;

XIV - Rua Manaus;

XV - Rua Japão;

XVI - Rua Sete de Setembro;

XVII - Avenida Getúlio Vargas;

XVIII - Rua General Osório;

XIX - Rua Rolando Mueller;

XX - VP06 - prolongamento da Avenida Getúlio Vargas até a Rua Araçonguinhos;

XXI - Rua Frei Bruno;

XXII - VP09 - prolongamento da Rua Frei Bruno sentido norte e sul;

XXIII - Rua Indaial;

XXIV - Rua Bolívia;

XXV - Rua Quintino Bocaiuva (a partir da Rua Fritz Lorenz até a Rua Carlos Wolter);

XXVI - Rua Honduras;

XXVII - Rua Germano Brandes Sênior (a partir da Rua Bolívia até a Rua Honduras);

XXVIII - Rua Nereu Ramos;

XXIX - Rua Barão do Rio Branco.

SUBSEÇÃO III - Do Corredor de Comércio e Serviço 3

Art. 65 O Corredor de Comércio e Serviço 3 - CS3 é formado por vias com adequada infraestrutura instalada, que servem como ligação interbairros, sendo vias apropriadas para as linhas de transporte coletivo urbano, as quais formam a interligação entre os corredores de serviço CS1 e o CS2, possibilitando a implantação de comércio e serviços, porém, sem influência do recuo livre obrigatório.

Art. 66 No Corredor de Comércio e Serviço 3, a edificação deverá obedecer às seguintes normas, além das de ordem geral:

I - coeficiente de aproveitamento máximo de 3,5 (três vírgula cinco), podendo atingir 4 (quatro) com a outorga onerosa ou transferência de potencial construtivo;

II - taxa de permeabilidade mínima de 15% (quinze por cento) da área do lote;

III - taxa de ocupação máxima de 70% (setenta por cento) do lote, podendo atingir 75% (setenta e cinco por cento) com a outorga onerosa ou transferência de potencial construtivo;

IV - altura máxima de 15 (quinze) pavimentos, com pé-direito conforme previsto no Código de Edificações, podendo atingir 20 (vinte) pavimentos com a outorga onerosa ou transferência de potencial construtivo;

V - o coeficiente de aproveitamento mínimo igual a 30,00m² (trinta metros quadrados).

Art. 67 São classificadas como Corredor de Comércio e Serviço 3 as seguintes vias:

I - Rua Araçonguinhos (a partir da Rua Kurt Benecke até a Rua Tupiniquim);

II - Rua Tirolezes (a partir da VP03 até a divisa urbana);

III - Avenida Kurt Benecke (a partir da rodovia SC-477 até o rio Benedito);

IV - Rodovia Estadual SC-477 (a partir da Rua Tamarindo até a divisa municipal);

V - Rodovia Estadual SC-477 (até a Rua Macaé);

VI - Rodovia Estadual AE477A (até a divisa urbana);

- VII - Rua Marechal Deodoro (a partir da Rua Egito até a divisa urbana);
VIII - Rua Pomeranos (a partir da Rua Alwin Schumann até o prolongamento da Rua Augusto Brandt);
IX - Rua Professor Alwin Laemmel;
X - Rua Benjamin Constant;
XI - Rua Pomerode (a partir da Rua Pomeranos até a Rua Augusto Brandt).

CAPÍTULO IX – DOS ESTACIONAMENTOS

Art. 68 Para todos os usos deverão ser previstas e constar no projeto as vagas para estacionamento de veículos, na proporção mínima definida no Anexo IV desta Lei.

§1º Caso no cálculo de proporcionalidade o número de vagas seja fracionado, será exigido o número imediatamente superior quando a fração for maior ou igual a 0,5, e imediatamente inferior quando a fração for menor de 0,5.

§2º Nos casos de acréscimo em edificações existentes anteriormente a entrada em vigor desta lei, a obrigatoriedade da reserva de estacionamento ou guarda de veículos só incidirá sobre as áreas ou unidades acrescidas.

§3º A abertura para acesso de veículos só será permitida com a aprovação do órgão municipal competente.

§4º Não é permitido o estacionamento frontal, com o deslocamento do passeio público, e a abertura de baias no passeio público para estacionamento nos corredores de serviço e nos eixos viários definidos pela lei de Mobilidade Urbana.

Art. 69 Quando da alteração de uso da edificação, o imóvel deverá adequar-se ao número de vagas de estacionamento estabelecido na Tabela do Anexo IV, e demais exigências do Plano Diretor, estando atrelado ao Alvará de Localização do imóvel.

Art. 70 As vagas mínimas exigidas no Anexo IV desta Lei, para estabelecimentos comerciais devem ter obrigatoriamente o acesso disponível e gratuito durante todo o expediente de funcionamento do respectivo estabelecimento.

CAPÍTULO X – DAS PENALIDADES

Art. 71 As infrações ao disposto nesta Lei sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

- I - notificação preliminar para ajustamento de conduta, em casos de infrações de baixo potencial lesivo;
- II - indeferimento ou cassação de licença de funcionamento, em caso de descumprimento das normas referentes a uso;
- III - embargo de obra e demolição em caso de descumprimento das normas referentes à ocupação dos lotes;
- IV - demolição de obras que contrariem os dispositivos desta Lei.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades deste artigo não exime o responsável das cominações civis e penais eventualmente cabíveis.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS E COMPLEMENTARES

Art. 72 É permitida a anexação de lotes de zonas diferentes.

Parágrafo único. Os parâmetros urbanísticos e usos para o lote unificado serão definidos pelas comissões de Parcelamento de Solo e de Construção, ouvido o Conselho da Cidade.

Art. 73 Os equipamentos ou edificações existentes localizados no recuo obrigatório serão aceitos em caráter precário pelo Município, sendo que ampliações ou reformas destas edificações, devem ser analisadas e aprovadas pelo órgão municipal competente.

Art. 74 Não serão aprovados projetos de construção em lotes irregulares

Art. 75 Para a mudança de uso da edificação, deve ser solicitado parecer ao órgão municipal competente, mediante requerimento que indique com precisão o imóvel, sua localização e a destinação pretendida. A solicitação poderá ser submetida à análise e parecer do Conselho da Cidade.

§1º Os usos industriais consolidados nas zonas residenciais ou corredores de serviço que estejam classificados como inadequados por esta Lei poderão ampliar as suas atividades e edificações na área do imóvel pertencente à empresa antes da aprovação desta Lei, respeitando-se os parâmetros da zona em que estejam inseridos, ficando obrigados ao Estudo de Impacto de Vizinhança e sujeitos a incentivos para deslocarem-se à zona industrial ou micro-pólo industrial, conforme o caso.

§2º Nos termos do §1º, é permitida a anexação de terrenos contíguos para a ampliação ou melhoria somente das instalações de tratamento de efluentes, estacionamentos, áreas verdes ou de recreação, exceto para a zona industrial fechada.

Art. 76 Ficam mantidos os alvarás de construção expedidos em conformidade com a legislação anterior e aqueles cujo requerimento, juntamente com toda a documentação necessária, tenha sido protocolado até a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. A execução e a utilização de edificação que, na data da entrada em vigor desta Lei, esteja com o pedido de alvará de construção já protocolado e projeto em fase de exame, não estarão sujeitas às exigências e condições desta Lei desde que seja obedecido o prazo de validade do respectivo alvará de construção que, nesses casos, será improrrogável.

Art. 77 As áreas inundáveis e as respectivas cotas de enchente estão mapeadas na carta de enchente executada pela CEOPS/FURB datada de janeiro de 2013.

Art. 78 Não serão admitidas ampliações nas edificações existentes com usos inadequados para a zona em que se localizam, conforme a presente Lei.

Parágrafo único. Para os casos de usos toleráveis o pedido de ampliação deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho da Cidade.

Art. 79 O órgão estadual competente deve ser consultado para parcelamentos e obras em lotes lindeiros às rodovias estaduais oficiais.

Art. 80 Para todos os usos tolerados deverão apresentar aprovação ambiental e aprovação da Comissão de Edificações para a concessão do alvará de localização/funcionamento e do alvará de construção, ouvido o Conselho da Cidade.

Art. 81 Os casos omissos e a revisão periódica serão examinados pelo órgão municipal competente, ouvido o Conselho da Cidade.

Art. 82 Esta Lei entrará em vigor após decorridos 45 dias de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº. 343/2007 e demais disposições posteriores.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DAS ZONAS URBANAS

As zonas definidas para a sede do município de Timbó são determinadas de acordo com a seguinte descrição:

ZR Zona Residencial (Capitais/Tirolezes/Dona Clara/Centro) - Inicia na confluência dos Rios Benedito e Rio dos Cedros; segue na direção

Norte, pela margem direita do Rio dos Cedros até encontrar com o limite da Zona Recreacional 1 no lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.1.13.909; segue pela lateral do lote até encontrar com o limite da APP; segue por este alinhamento, cruza a rua Manaus, até encontrar os fundos do lote de inscrição imobiliária 1.2.1.200; segue a partir deste ponto num afastamento de 10m da margem do antigo leito do Rio dos Cedros até encontrar o lado par do beco Rudolf Kegel; segue por este alinhamento, em linha reta, até o prolongamento dos fundos de lote do lado ímpar da rua Natal; segue por este alinhamento, ao Norte, até encontrar o nível 63; segue por este nível 63 até o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.1.560; segue em linha reta, ao Norte, até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.1.778; segue pela lateral do lote contornando-o até encontrar com o alinhamento do lote de inscrição imobiliária 1.2.4.1432; segue pela lateral deste lote até o cruzamento do alinhamento deste lote com a APP; segue ao Norte em linha curva até o lado ímpar da rua Florianópolis; segue ao Norte, em linha reta, até o alinhamento dos fundos do lote de inscrição imobiliária 1.2.9.37; segue em linha reta, ao Norte, até encontrar o nível 64; segue por este nível 64 até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.9.647; segue deste ponto em linha reta até encontrar o prolongamento da rua Tiroleses com o Rio dos Cedros; segue ao Norte pela margem direita do Rio dos Cedros até encontrar o Limite do Perímetro Urbano; segue pelo alinhamento do Perímetro Urbano até a rodovia AE477A; segue por esta rodovia, ao Sul, até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.715; segue por esta lateral na direção Oeste até o ponto entre o fundo e o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.281; segue pelo alinhamento do lote contornando-o até encontrar os fundos do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.328; segue por este alinhamento até o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.292; segue por esta lateral do lote até encontrar a rodovia AE477A; segue por esta rodovia na direção Sul, até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.95; segue por esta lateral do lote até encontrar o lado par da rua Lorena; segue por esta via, lado par, até encontrar os fundos do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.284; segue na direção Norte até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.715; segue por esta lateral do lote até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite do Perímetro Urbano até encontrar o Rio Benedito; segue pela margem esquerda do Rio Benedito até encontrar a zona Recreacional 2; segue por este limite até encontrar novamente a margem esquerda do Rio Benedito; segue por Rio Benedito até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.84.222; segue por esta lateral até encontrar a rodovia SC-477; segue por esta rodovia na direção Leste até encontrar o ponto de cruzamento da APP (30m) do ribeirão sem denominação no lote de inscrição imobiliária 1.2.84.222; segue pelo limite desta zona até encontrar a margem esquerda do Rio Benedito; segue pelo Rio Benedito até encontrar com o cruzamento da rua Carlos Strey e a rua Ruy Barbosa; segue pela rua Carlos Strey até o cruzamento com a rua Julius Scheidemantel; segue por esta via na direção Oeste até o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.1.23.276; segue pela lateral do lote até a margem esquerda do Rio Benedito; segue pelo Rio Benedito até encontrar a confluência dos Rio Benedito e Rio dos Cedros, fechando o perímetro.

ZR Zona Residencial (Imigrantes/Nações) - Inicia na confluência do Rio Benedito e ribeirão Pomeranos; segue na direção Norte pelo ribeirão Pomeranos até encontrar a rua Oscar Piske; segue por esta via até encontrar o lado ímpar da rua Erwin Haake; segue ao Norte por esta via até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite do Perímetro Urbano até encontrar o limite do Micro-polo; segue por este limite ao Sul até encontrar a frente do lote de inscrição imobiliária 1.4.70.335; segue por este limite, passando pela rua Barbados até encontrar o lado ímpar da rua Áustria; segue por esta via na direção Norte até encontrar novamente o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite na direção Oeste até encontrar o Rio dos Cedros; segue pela margem esquerda do Rio dos Cedros até encontrar o ponto entre o lado esquerdo e o fundo do lote de inscrição imobiliária 1.4.60.286; segue por esta lateral até a curva de nível 64; segue por esta curva de nível até encontrar novamente o Rio dos Cedros; segue ao Sul pela margem esquerda do Rio dos Cedros até a confluência com o Rio Benedito; segue pela margem esquerda do Rio Benedito até encontrar o ribeirão Pomeranos, fechando o perímetro.

ZR Zona Residencial (Quintino/Vila Germer/Pomeranos/São Roque) - Inicia na confluência do Rio Benedito e ribeirão Pomeranos; segue ao Norte pelo ribeirão Pomeranos, cruza a rua Oscar Piske até o cruzamento do ribeirão Pomeranos e a zona Industrial; segue pelo limite da zona Industrial até encontrar o lado par da rua Erwin Haake; segue pela rua Erwin Haake ao Norte até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite até encontrar a zona Industrial; segue a partir deste ponto toma a direção Oeste seguindo o limite da zona Residencial 1 até encontrar o lado par da rua Osvaldo Cruz; segue por esta, pelo lado par, na direção Oeste até encontrar o limite de fundos dos lotes que fazem testada para a rua Tusnelda Ruthmann, seguindo o alinhamento pelas divisas de lotes na direção nordeste até um ponto sobre a linha de fundos do lote de inscrição imobiliária 1.7.8.1313, ponto este formado com o prolongamento da rua Chapecó, segue por este prolongamento até encontrar o fundo dos lotes que fazem testada com o lado par da Rua Campos Novos, segue por este alinhamento na direção sudoeste até encontrar o ponto entre os prédios dos imóveis de inscrição imobiliária 1.7.8.46, segue por entre os prédios até encontrar o lado ímpar da rua Fritz Lorenz; segue por esta via ao Sul até encontrar o lado par da rua Santos Dumont; segue por esta via até encontrar a zona Recreacional 1; segue por este limite até encontrar o Rio Benedito; segue pelo Rio Benedito ao Norte até encontrar a confluência dos Rio Benedito e ribeirão Pomeranos, fechando o perímetro.

ZR Zona Residencial (Padre Martinho Stein) - Inicia no Rio Benedito com o limite do Perímetro Urbano (49°18'40,53"W 26°49'36,12"S); segue pela margem direita do Rio Benedito na direção Leste até encontrar a curva de nível 65 no lote de inscrição imobiliária 1.8.30.95; segue por este nível 65 até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.8.14.998; segue por esta lateral do lote até encontrar a rua Mal. Floriano Peixoto; segue por esta via na direção Oeste até o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.8.31.1738; segue por esta lateral do lote até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite até encontrar novamente o Rio Benedito, fechando o perímetro.

ZR Zona Residencial (Estados/Araponguinhas) - Inicia no cruzamento da rua Jambreiro com a rodovia SC-110; segue pela rua Jambreiro na direção Sul até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.8.10.351; segue pela lateral do lote até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.8.31.48; segue por esta lateral na direção Sul até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite na direção Sul até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.9.39.1789; segue por esta lateral na direção Leste até encontrar a rodovia SC-477; segue por esta rodovia na direção Sul até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.9.40.1402; segue por esta lateral contornando-o até encontrar a rua Flamboyant; segue por esta via, lado ímpar, até o cruzamento do término da rua Flamboyant com o lote de inscrição imobiliária 1.9.39.3781; segue por este alinhamento até o cruzamento entre este alinhamento o prolongamento do lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.9.40.1437; segue por este alinhamento até encontrar o ribeirão Arapongas; segue pelo ribeirão Arapongas na direção Sul até encontrar o Rio Benedito; segue pela margem direita do Rio Benedito na direção Norte até encontrar o fundo do lote de inscrição imobiliária 1.8.17.809; segue por este alinhamento, passando pelos fundos dos lotes até encontrar o lado par da rua Gustavo Piske; segue ao Norte por esta via e contornando a lateral do ginásio, excluindo-o até encontrar o Rio Benedito;

segue pela margem esquerda do Rio Benedito a Oeste até encontrar o nível 65 no lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.8.14.503; segue por este nível 65 até encontrar com o cruzamento do lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.8.14.998 e a rua Mal. Floriano Peixoto; segue por esta via até encontrar o cruzamento da rua Jambeiro com a rodovia SC-110, fechando o perímetro.

Micro-Pólo Industrial (Pe. Martinho Stein) - inicia no cruzamento da rodovia SC-110 com a Rua Jambeiro, lado par, seguindo por via esta na direção Sul, até o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.8.10.273; segue por esta lateral do lote na direção Oeste até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.8.10.48; segue por esta lateral do lote, na direção Sul, passando pelo término da rua Bicuiba, até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite, na direção Oeste, até o cruzamento deste limite com a zona Industrial Fechada; segue ao Norte, a Oeste, e novamente ao Norte, por este alinhamento da Zona Industrial Fechada, até encontrar a rodovia SC-110, fechando o perímetro.

Micro-Pólo Industrial (Pe. Martinho Stein 1) - inicia no cruzamento da rodovia SC-110 com o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.8.31.958, seguindo por esta rodovia na direção Oeste, até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.8.31.1813; segue ao Sul por esta lateral do lote até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite na direção Leste até o cruzamento deste limite com a zona Industrial Fechada; segue ao Norte por este alinhamento da Zona Industrial Fechada, até encontrar a rodovia SC-110, fechando o perímetro.

Micro-Pólo Industrial (Nações) – inicia no cruzamento entre o limite do Perímetro Urbano com a Rua Áustria, lado par; segue por esta em sentido Sul até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.4.70.280; segue na direção leste passando pela rua Barbados, lado ímpar até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue na direção Norte, e depois oeste acompanhando este limite; até encontrar novamente a Rua Áustria fechando o perímetro.

Zona Industrial (São Roque) - inicia no cruzamento do Ribeirão Pomeranos com a Rua Oscar Piske, lado ímpar; segue por esta via na direção Oeste até encontrar a rua Erwin Haake, lado par; segue por esta rua em sentido Norte até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.5.35.4164; segue no sentido Leste junto à divisa lateral do lote; segue pelo alinhamento dos fundos deste lote até encontrar o alinhamento dos fundos dos lotes com o lado par da rua Nova Trento; segue por este alinhamento, em linha reta, até encontrar o Ribeirão Pomeranos; neste ponto toma a direção Sul segue pela margem direita deste ribeirão até a Rua Oscar Piske fechando o perímetro.

Zona Industrial - Inicia no cruzamento da rua Fritz Lorenz com o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.7.6.1134; segue por este alinhamento, na direção Sudoeste até encontrar o limite da zona Especial Recreacional 1; segue por esta margem direção Sul até a interseção da zona Especial Recreacional 1 com a margem esquerda do Rio Benedito; segue por esta margem na direção Sul até a Divisa Municipal onde toma a direção Nordeste; segue pela linha da divisa até encontrar o Limite do Perímetro Urbano leste; segue por este na direção Norte até encontrar o limite da Zona Residencial 1; segue por esta na direção Norte até encontrar a rua Monteiro Lobato; segue por este limite em linha reta até encontrar novamente o Limite do Perímetro Urbano leste; segue por este na direção Norte até encontrar o limite da Zona Residencial 1; a partir deste ponto toma a direção Oeste seguindo o limite da zona Residencial 1 até encontrar o lado par da rua Osvaldo Cruz segue por esta, pelo lado par, na direção Oeste até encontrar o limite de fundos dos lotes que fazem testada para a rua Tuschelda Ruthmann, seguindo o alinhamento pelas divisas de lotes na direção nordeste até um ponto sobre a linha de fundos do lote de inscrição imobiliária 1.7.8.1313, ponto este formado com o prolongamento da rua Chapecó, segue por este prolongamento até encontrar o fundo dos lotes que fazem testada com o lado par da Rua Campos Novos, segue por este alinhamento na direção sudoeste até encontrar o ponto entre os prédios dos imóveis de inscrição imobiliária 1.7.8.46, segue por entre os prédios até encontrar o lado ímpar da rua Fritz Lorenz, segue por esta via na direção Sul até o encontro com o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.7.6.1134 fechando o perímetro.

Zona Industrial (SC-477) - Inicia no cruzamento da Rodovia SC-477 e o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.9.39.1780; segue pela Rodovia na direção Sul até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.9.40.1402; segue por este alinhamento do lote de inscrição imobiliária 1.9.40.1402 até encontrar o lado ímpar da rua Flamboyant; segue por esta via, lado ímpar, até o cruzamento do término da rua Flamboyant com o lote de inscrição imobiliária 1.9.39.3781; segue por este alinhamento até o cruzamento entre este alinhamento o prolongamento do lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.9.40.1437; segue por este alinhamento até encontrar o ribeirão Arapongas; segue pelo ribeirão Arapongas até encontrar o prolongamento do lado ímpar da rua Tupiniquim; segue por esta via no sentido Norte até encontrar o cruzamento da rua Tupiniquim com o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.9.39.1780; segue pelo alinhamento deste lote, fechando o perímetro.

Zona Industrial (rua Tapajós) - Inicia no cruzamento da rua Tapajós e o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.9.68.250; segue na direção Norte pelo alinhamento do lote até encontrar os fundos do lote de inscrição imobiliária 1.9.68.250; segue em linha reta até encontrar o lado par da rua Bruno Schweder; segue por esta via, lado par, até o alinhamento dos fundos da rua Wilhelm Milke; segue por este alinhamento até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite do Perímetro Urbano até encontrar a Divisa Municipal; segue ao Sul pela Divisa Municipal até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue ao Norte pelo limite do Perímetro Urbano até encontrar o limite com a zona Residencial 1; segue pelo alinhamento da zona Residencial 1 até encontrar o lado ímpar da rua Tapajós; segue por esta via, lado ímpar, até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.9.68.250, fechando o perímetro.

Zona Industrial Fechada - Inicia no cruzamento da rodovia SC-110 e o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.8.31.848; segue por esta rodovia, direção Oeste, até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.8.31.958; segue ao Sul pela lateral do lote até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite até encontrar o cruzamento do limite do Perímetro Urbano com o alinhamento do lado par da rua Heinz Hannich; segue ao Norte por este alinhamento até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.8.31.334; segue pela lateral deste lote, em linha reta, até encontrar com o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.8.31.848; segue ao Norte por esta lateral do lote até encontrar a rodovia SC-110, fechando o perímetro.

ZER1 (Capitais) - Zona Especial Recreacional 1 - inicia no prolongamento da rua Tiroleses, direção Leste, com o Rio dos Cedros; segue por esta margem em direção geral nordeste e Sul até encontrar o ponto entre o lado esquerdo e o fundo do lote de inscrição imobiliária 1.4.60.286; segue por esta lateral até a curva de nível 64; segue por esta curva de nível até encontrar o Rio dos Cedros; segue pelo Rio

dos Cedros, na direção Sul, até o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.1.13.909; segue pela lateral deste lote até atingir a faixa de APP (Área de Preservação Permanente); segue por este alinhamento, cruza a rua Manaus, até encontrar os fundos do lote de inscrição imobiliária 1.2.1.200; segue a partir deste ponto num afastamento de 10m da margem do antigo leito do Rio dos Cedros até encontrar o lado par do beco Rudolf Kegel; segue por este alinhamento, em linha reta, até o prolongamento dos fundos de lote do lado ímpar da rua Natal; segue por este alinhamento, ao Norte, até encontrar o nível 63; segue por este nível 63 até o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.1.560; segue em linha reta, ao Norte, até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.1.778; segue pela lateral do lote contornando-o até encontrar com o alinhamento do lote de inscrição imobiliária 1.2.4.1432; segue pela lateral deste lote até o cruzamento do alinhamento deste lote com a APP; segue ao Norte em linha curva até o lado ímpar da rua Florianópolis; segue ao Norte, em linha reta, até o alinhamento dos fundos do lote de inscrição imobiliária 1.2.9.37; segue em linha reta, ao Norte, até encontrar o nível 64; segue por este nível 64 até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.9.647; segue deste ponto em linha reta até encontrar o prolongamento da rua Tiroleses com o Rio dos Cedros, fechando o perímetro.

ZER1 (Industrial) - Inicia no cruzamento com a zona Industrial, a zona Residencial e a ZER1, no alinhamento esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.10.7.987; segue ao Norte, em linha reta, até encontrar o Rio Benedito; segue ao Sul pela margem esquerda do Rio Benedito até encontrar o lote de inscrição imobiliária 1.10.7.1565; segue a Nordeste 50m até a linha de APP; segue em linha curva até encontrar os fundos do lote de inscrição imobiliária 1.10.7.1147; segue a Noroeste em linha reta até encontrar a coordenada geográfica (49°16'21,44"W - 26°50'47,88"S); segue em linha curva até encontrar o ponto de cruzamento entre a zona Industrial, a zona Residencial e a ZER1, fechando o perímetro.

ZER2 (Jardim Botânico) - Inicia no cruzamento da rodovia AE477A com o Perímetro Urbano, segue pela rodovia, na direção Sul, até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.715; segue por esta lateral na direção Oeste até o ponto entre o fundo e o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.281; segue pelo alinhamento do lote contornando-o até encontrar os fundos do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.328; segue por este alinhamento até o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.292; segue por esta lateral do lote até encontrar a rodovia AE477A; segue por esta rodovia na direção Sul, até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.95; segue por esta lateral do lote até encontrar o lado par da rua Lorena; segue por esta via, lado par, até encontrar os fundos do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.284; segue na direção Norte até encontrar o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.70.715; segue por esta lateral do lote até encontrar o limite do Perímetro Urbano; segue por este limite até encontrar a rodovia AE477A, fechando o perímetro.

ZER2 (Pe. Martinho Stein) Zona Especial Recreacional 2 - inicia no encontro das ruas Ruy Barbosa e Carlos Strey; segue pela última até a rua Julius Scheidemantel; segue por esta via até o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.1.23. 276; segue por esta lateral até encontrar o Rio Benedito; segue pela margem esquerda do Rio Benedito até encontrar o fundo do lote de inscrição imobiliária 1.8.17.809; segue por este alinhamento, passando pelos fundos dos lotes até encontrar o lado par da rua Gustavo Piske; segue ao Norte por esta via e contornando a lateral do ginásio, excluindo-o até encontrar o Rio Benedito; segue pela margem esquerda do Rio Benedito até encontrar novamente a Rua Carlos Strey, fechando o perímetro.

ZER2 (Rio Benedito) Zona Especial Recreacional 2 - Inicia na rodovia SC-477, a trinta metros da margem esquerda do ribeirão sem denominação no lote de inscrição imobiliária 1.2.84.222; segue por esta rodovia, na direção Oeste, até o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.2.84.222; segue por esta lateral do lote até encontrar o Rio Benedito; segue pela margem esquerda do Rio Benedito até encontrar novamente a rodovia SC-477; segue por esta rodovia na direção Oeste até o alinhamento da APP do Rio Benedito; segue por este alinhamento, em linha reta, até encontrar a margem esquerda do Rio Benedito; segue pelo Rio Benedito na direção Leste até encontrar a curva de nível 65 no lote de inscrição imobiliária 1.8.30.95; segue por este nível 65 até encontrar o lado direito do lote de inscrição imobiliária 1.8.14.998; segue por esta lateral do lote até encontrar a rua Mal. Floriano Peixoto; segue por esta via na direção Leste até o lado esquerdo do lote de inscrição imobiliária 1.8.14.998; segue por esta lateral até encontrar o nível 65; segue por este nível 65 até encontrar o Rio Benedito, fechando o perímetro.

ANEXO II – TABELA DE USOS

USOS		ZR1	ZI	MPI	CS1	CS2	CS3	ZER1	ZER2	RURAL
Residencial	Unifamiliar	A	I1	I1	A	A	A	I	A	A
	Multifamiliar	A	I	I	A	A	A	I	A	T9
Condomínio	Conjunto paralelo	A	I	I	I	I	I	I	I	I
	Conjunto transversal	A	I	I	T	T	T	I	T	I
	Urbanístico	A	I	I	T	T	T	I	T	I
Comercial/ Serviços	vicinal2/6	A	T7	T4	I	A	A	I	A	T
	de bairro2/6	T	T7	T4	A	A	A	I	A	T
	setorial2/6	T	T7	T4	A	A	A	I	A	T
Comu- nitário/ Institucional	Pequeno	A	I	I	I	T	A	I	A	T
	médio	T	I	I	A	T	A	I	A	T
	grande	I	T	I	A	T	A	I	A	T

Saúde	pequeno	A	I	I	I	A	I	I	I	I
	médio	A	I	I	A	A	A	I	I	I
	grande	T	I	I	T	T	T	I	I	I
Religioso		A	I	I	I	A	A	I	I	T
Educacion- al5	Nível 1	A	I	I	I	I	I	I	I	I
	Nível 2	A	I	I	I	I	I	I	I	I
	Nível 3	I	I	I	A	T	A	I	I	I
	Nível 4	A	I	I	I	A	A	I	A	I
Industrial/ Apoio In- dustrial	Pequeno (até 1.000m2)	T8	A	A	A	I	T	I	I	A
	Médio (de 1001 até 2500 m2)	I	A	A	I	I	I	I	I	T
	Grande	I	A	T	I	I	I	I	I	I
Pólo Gerador de Tráfego3		I	T	T	T	T	T	T	I	I
Gerador de Ruído Diurno3		T	T	T	T	T	T	T	I	I
Gerador de Ruído Noturno3		I	T	T	T	T	T	T	I	I
Pólo Gerador de Risco3		I	T	T	I	I	T	I	I	I

A = Adequado T = Tolerável I = Inadequado

OBSERVAÇÕES:

1 - O uso residencial na Zona Industrial e Micro-pólos Industriais deve respeitar a SEÇÃO III - Da Zona Industrial e dos Micro Pólos Industriais.

2 - Quando a atividade pretendida estiver inserida num conjunto de salas, será considerada a área do todo para a classificação.

3 - Os Pólos Geradores de Tráfego e Risco, e os Geradores de Ruído devem respeitar o previsto nesta Lei e caso atendam às exigências poderão ser autorizados nas zonas indicadas como uso tolerado.

4 - Permitido no Micro-polo na SC-110.

5 - Educacional: nível 1 - edificação destinada ao uso escolar do ensino fundamental, creches e pré-escola; nível 2 - edificação destinada ao uso escolar do ensino médio; nível 3 - edificação destinada ao uso escolar do ensino universitário e cursos de especialização universitária em qualquer nível (pós-graduação, mestrado, doutorado); nível 4 - edificação destinada a cursos complementares (culinária, idiomas, instrumentos musicais, artes manuais, informática).

6 - Quando a atividade comercial demandar carga/descarga com veículos de médio grande porte a mesma deverá contemplar áreas para carga/descarga, área de manobra para veículos/caminhões dentro do pátio da empresa e área para espera dos veículos/caminhões.

7 - Permitido somente na Rua Fritz Lorenz ou vinculada a empresa de uso industrial.

8 - Permitido apenas em casos de lotes que tenham frente para mais de uma via, onde os acessos de entrada e saída sejam por via não classificada como corredor de serviço.

9 - Somente familiar.

Anexo III – Vias com alteração de gabarito – Recuo Livre Obrigatório para os Corredores de Serviço 2

Vias Existentes	Gabarito existente	Gabarito Projetado						Recuo livre Obrigatório1
		Passeio	Pista	Passeio	Ciclo-via	Can-teiro	Total	
AMAZONAS	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
GETÚLIO VARGAS	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
FREI BRUNO	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
ARISTILIANO RAMOS (até início da rodovia AE477A)	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
BARÃO DO RIO BRANCO	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
BELÉM	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
BLUMENAU (até o início da rodovia SC-477)	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
BOLÍVIA	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
BRASÍLIA	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5

FRITZ LORENZ (entre Pomeranos e zona industrial)	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
GENERAL OSÓRIO	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
GERMANO BRANDES SNR. (entre Honduras e Bolívia)	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
GRÉCIA (entre Oscar Piske e Paraguai)	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
HONDURAS	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
INDAIAL	13,20	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,9
JAPÃO	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
MANAUS	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
MARECHAL DEODORO (até a Egito)	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
MARECHAL FLORIANO PEIXOTO (até a Araponguinhas)	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
NEREU RAMOS	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
OSCAR PISKE	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
POMERANOS (até a Alwin Schumann)	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
QUINTINO BOCAIUVA (até Carlos Wolter)	15,15	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,925
ROLANDO MUELLER	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
RUY BARBOSA (até início da rodovia SC-477)	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
SÃO PAULO (entre Brasília e Aritiliano Ramos)	14,00	3,50	9,00	2,50	2,00	-	17,00	1,5
SETE DE SETEMBRO	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5
PROLONGAMENTO DA GETÚLIO VARGAS	16,00	4,50	10,00	1,70	2,00	0,80	19,00	1,5

1 - permitido o alinhamento da edificação no recuo livre obrigatório

ANEXO IV – VAGAS MÍNIMAS DE ESTACIONAMENTO

Uso	Área / Tipo	Vagas automóveis	Carga/Descarga Médio	Carga/Descarga Grande	Embarque/Desembarque	Outros
Residencial	Unifamiliar	1 vaga				
	Multifamiliar e/ou condomínio	1 vaga por unidade ou 2 vagas por unidade quando apartamento acima de 100,00m ² 7				Vaga de visitante respeitando a lei de condomínio – lei 464/2015
Hoteleiro	Hotel e pousada	1 / 100m ²			1 de ônibus + 1 veículo	1 (ônibus) / 50 quartos
	Pensões	1 / 100m ²				1/quarto (bicicleta)
	Albergues / Hostel	1 / 100m ²			1 veículo	

Prestação de Serviços / Comercial 1	Vicinal	1 / 100 m ² de unidade				Mínimo de 1 vaga de automóveis por unidade
	de Bairro	1 / 100 m ² de unidade				Mínimo de 1 vagas de automóveis por unidade
	Setorial	1 / 100 m ² de unidade	1 (Comercial)			Mínimo de 2 vagas de automóveis por unidade e mínimo 1 vaga de moto / 100m ² e mínimo 1 vaga bicicleta / 200m ² ou no mínimo 5 vagas de bicicleta
Estabelecimentos de Saúde ²		1 / 100m ²	1 3		1 / 50 leitos ou mínimo 1 vaga ³	Mínimo de 1 vaga para PNE e 1 vaga para idoso
Supermercados, Centro Comercial, Hipermercados e Shopping 4	Até 7.000,00 m ²	1 / 100m ²		1 / 1.000 m ²		Conforme NBR 9050 e mínimo 1 vaga de moto / 100m ² e mínimo 1 vaga bicicleta / 200m ² ou no mínimo 5 vagas de bicicleta
	> 7.000,00 m ²	1 / 100m ²		1 / 2.000 m ²	1 vaga	Conforme NBR 9050 e mínimo 1 vaga de moto / 100m ² e mínimo 1 vaga bicicleta / 200m ² ou no mínimo 5 vagas de bicicleta
Bares, Churrascarias, Padarias, Restaurantes e Congêneres		1 / 100m ²				Conforme NBR 9050 1 vaga de moto / 50 pessoas
Locais de reunião de público/ igreja ⁸		1 / 5 pessoas	1			Conforme NBR 9050 1 vaga de moto / 50 pessoas
Depósitos		1 / 100m ²		1		
Postos de Abastecimento 5		1 / 100m ²				
Bancos		1 / 100m ²	1 (carro-forte)			
Motéis		1 / 100m ²				Mínimo de 3 vagas extras
Educativa	Nível 1	1 / 100 m ²			3 carros (mínimo)	Mínimo de 5 vagas de bicicleta
	Nível 2	1 / 100m ²			3 carros (mínimo) + 1 ônibus	Mínimo de 25 vagas de bicicletas
	Nível 3	1 / 100m ²			3 ônibus	1 / 1.000m ² (vaga de ônibus) Mínimo 25 vagas de bicicleta e 50 vagas de motos
	Nível 4	1 / 100m ²				

Indústrias	Pequeno	1 / 250 m ²	1			Mínimo de 4 vagas de automóveis + 4 vagas de bicicletas + 4 vagas de motos
	Médio	1 / 250 m ²	1			Mínimo 5 vagas automóveis + 5 vagas de bicicletas + 5 vagas de motos
	Grande	1 / 250 m ²		1		1 (bicicleta) / 250m ² (mínimo 10 vagas automóveis + 10 vagas de bicicleta) + 1 (caminhão) / 5.000m ² (mínimo 2 vagas) + 10 vagas de motos

Vagas para deficientes físicos (também válido para idosos)

Nº de vagas no estacionamento	Nº de vagas para deficientes
Até 10	0
De 11 a 100	1
Mais que 100	1% (min. 2)

1 Transportadoras e Empresas de Transporte – exigir declaração com previsão do número de veículos.

2 O que gerar mais vagas.

3 Somente para hospitais e hospital-dia.

4 Para o cálculo das vagas de estacionamento excetua-se as áreas de depósito e estacionamento coberto. Para o cálculo de carga e descarga excetua-se a área correspondente ao estacionamento coberto.

5 Exceto a área destinada a abastecimento.

6 Cursos técnicos, profissionalizantes, idiomas, entre outros.

7 A área útil do apartamento (residencial multifamiliar), excetuando-se a área de garagem e de uso comum.

8 Reunião de público ou igreja: para o alvará de construção e localização discriminar a lotação máxima, com a aprovação do Corpo de Bombeiros.

ANEXO V – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS

ANEXO VI – MAPA DE MACROZONEAMENTO

ANEXO VII - MAPA DE ZONEAMENTO URBANO

ANEXO VIII - LIMITES DE OCUPAÇÃO

OBS: A ÍNTEGRA DESSE ATO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO PORTAL DA PREFEITURA/LEGISLAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2015

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 7/2015.

Processo Licitatório nº 7/2015.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, denominada de CONTRATANTE; e, INFO DIGITALL – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA. – ME, CNPJ nº 86.731.494/0001-08, com sede na Rua Ernesto Prada, nº 280, Bairro Vila Nova, Trombudo Central (SC) – CEP: 89176-000, representada pelo sócio Sr. Jean Carlo Damasio, brasileiro, casado, CPF nº. 005.505.889-22, residente e domiciliado na Rua Joinville nº 350, Bairro Vila Nova, Trombudo Central (SC), doravante denominada CONTRATADA, ADITAM o Contrato nº 7/2015, nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quarta, prorroga-se a de vigência do Contrato 7/2015, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser tal prazo prorrogado até o limite legal, de acordo com as necessidades da Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Os preços serão reajustados de acordo com os critérios estabelecidos na Cláusula Quinta do Contrato nº 7/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

As partes assinam este instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para que se produza seus efeitos legais, comprometendo-se a cumprir o acordado, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Timbó (SC), 5 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ Douglas Emanuel Marchetti Presidente	INFO DIGITALE LTDA Jean Carlo Damasio Sócio

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2013, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ E A EMPRESA JAILSON ROBERTO VAILATTI - ME.

Por este instrumento a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e JAILSON ROBERTO VAILATTI - ME, CNPJ nº 11.574.163/0001-02, com sede na Rua José Alencar, nº 45, Fritz Lorenz, Timbó (SC), ADITAM o contrato em referenciado nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93 e na Cláusula 11, prorroga-se o prazo de vigência do Contrato 05/2013, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser tal prazo prorrogado até o limite legal, de acordo com as necessidades da Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele. Timbó (SC), 5 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ JAILSON ROBERTO VAILATTI - ME
Douglas Emanuel Marchetti JAILSON ROBERTO VAILATTI
Presidente Titular

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2013

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2013.

Processo Licitatório nº 17/2013.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, denominada de CONTRATANTE; e, ADS SERVIÇOS LTDA., com sede na Rua Domingos Pedro Hermes, nº 1.109, Jardim Cidade de Florianópolis, São José(SC), inscrita no CNPJ sob nº 08.190.855/0001-34, denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo sócio, Sra. Luciana O. C. Fleischmann, inscrita sob CPF. nº 016.639.129-80, ADITAM o Contrato

nº 19/2013, nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93 e na Cláusula 9, prorroga-se a de vigência do Contrato 19/2013, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser tal prazo prorrogado até o limite legal, de acordo com as necessidades da Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Os preços serão reajustados de acordo com os critérios estabelecidos na Cláusula 4 do Contrato nº 19/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

As partes assinam este instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para que se produza seus efeitos legais, comprometendo-se a cumprir o acordado, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Timbó (SC), 5 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ Douglas Emanuel Marchetti Presidente	ADS SERVIÇOS LTDA. Luciana O. C. Fleischmann Sócia

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ E A EMPRESA CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Por este instrumento a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 83.719.963/0001-77, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 470, Centro, São José (SC), CEP: 88103-400, neste ato representada por sua procuradora Cristiane Longhi Tortelli, inscrita no CPF sob nº 924.808.370-68 e portadora da CI 6.564.264 SESPDC/SC, denominada CONTRATADA, ADITAM o contrato acima indicado nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93 e na Cláusula 4.3, prorroga-se o prazo de vigência do Contrato 06/2014, pelo período de doze meses, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser tal prazo prorrogado até o limite legal, de acordo com as necessidades da Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam este instrumento

em (02) duas vias de igual teor e forma, para que se produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes a cumprir o contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Timbó (SC), 5 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ CASVIG

Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Cristiane Longhi Tortelli
Procuradora

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2014

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2014.

Tomada de Preços nº 01/2014.

Cláusula Primeira – Das Partes

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão independente da Administração Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, residente e domiciliado neste município, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado, SAL PROPAGANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.343.928/0001-10, com sede na Rua Fritz Lorenz, 1.129, Bairro Fritz Lorenz, Timbó (SC), neste ato representa por seu sócio administrador senhor LEANDRO BONK SABINO, inscrito no CPF sob o nº 060.505.699-40, e portador da CI nº 4.835.857 SSP/SC, doravante denominada de CONTRATADA, fundamentado no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, resolvem aditar o Contrato nº 08/2014.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato nº 08/2014, por doze meses, até 31 de dezembro de 2017.

Cláusula Terceira – Da Estimativa de Despesas e da Dotação Orçamentária

As despesas a serem realizadas pela CONTRATADA, no exercício de 2017, estão estimadas em R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)

A despesa de que trata este aditivo, correrá à conta da seguinte dotação:

Serviços de publicidade e propaganda, incluindo a geração e a divulgação por meio dos veículos de comunicação:

0001.0001 – Câmara de Vereadores

0001.0001 – Atividades legislativas

001.031.0001.2000 – Manutenção Secretaria Administrativa

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

3.3.90.39.97.010000 – Despesas de teleprocessamento

Cláusula Quarta – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato prorrogado por este Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – Da Publicação

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Timbó, 5 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ

Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

SAL PROPAGANDA LTDA

Leandro Bonk Sabino
Sócio

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 20/2013

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2013.

Processo Licitatório nº 20/2013.

Cláusula Primeira – Das Partes

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão independente da Administração Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), neste ato representado pelo seu Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90 residente e domiciliado neste município, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado, TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08, com sede na Rua General Osório, nº 311, sala 604, Centro, Timbó (SC), denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu administrador, Fabiano Busnardo, inscrito no CPF sob nº 777.742.219-72, e R.G. sob nº 2.621.657-4, domiciliado e residente na Rua Campo Grande, nº 66, Bairro das Capitais, Timbó (SC), fundamentado no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, resolvem aditar o Contrato nº 20/2013, celebrado em 16/12/2013.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto:

a) prorrogar a vigência do contrato nº 20/2013, por doze meses, até 31 de dezembro de 2017.

c) reajustar os preços dos serviços contratados pelo índice do IPCA dos últimos 12 meses, conforme previsto na cláusula 5.2 do Contrato.

Aplicando-se o IPCA-IBGE dos últimos 12 meses, cujo índice acumulado foi de 6,9800%, o valor total a ser pago a partir de 1º de janeiro de 2017, será de R\$ 1.975,04 (um mil e novecentos e setenta e cinco reais e quatro centavos).

Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária

A despesa de que trata este aditivo, correrá à conta da seguinte dotação:

Serviços de publicidade e propaganda, incluindo a geração e a divulgação por meio dos veículos de comunicação:

0001.0001 – Câmara de Vereadores

0001.0001 – Atividades legislativas

001.031.0001.2000 – Manutenção Secretaria Administrativa

3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

3.3.90.39.97.010000 – Despesas de teleprocessamento

Cláusula Quarta – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato prorrogado por este Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – Da Publicação

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Timbó, 5 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ Douglas Emanuel Marchetti Presidente	TPA INFORMÁTICA LTDA Fabiano Busnardo Sócio

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.641 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.641 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTABELECE FÉRIAS AOS SERVIDORES OCUPANTES DO CARGO DE PROFESSOR, ASSISTENTE PEDAGÓGICO E MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a continuidade da prestação dos serviços e, em função da existência de calendário próprio;

CONSIDERANDO, que concessão de férias, se dá segundo escala previamente organizada, com fulcro na Comunicação Interna nº 283/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, e que tal ato fica vinculado à conveniência e interesse da Administração;

CONSIDERANDO, a possibilidade de concessão de férias aos servidores, para futura compensação do período aquisitivo do benefício,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida férias aos servidores ocupantes do cargo de Professor, em qualquer de suas áreas de atuação (Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Educação Especial), assim como, também, aos servidores ocupantes do cargo de Assistente Pedagógico e Monitor de Educação Especial, desde que lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no período de 26.12.2016 à 24.01.2017.

Art. 2º. O Setor de Recursos Humanos deverá promover anotação na ficha funcional dos servidores, para compensação com o período de gozo de férias, conforme o caso, bem como proceder ao pagamento das verbas devidas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

MAURÍCIO DE SOUZA DOBROCHINSKI

Ouvidor

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2241

DECRETO Nº 2.241/2016 de 20 de dezembro de 2016
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO
VALOR DE R\$ 17.834,82 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$17.834,82 (dezessete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), anulando os valores de R\$ 6.913,29 (seis mil, novecentos e treze reais e vinte e nove centavos) e utilizando o superávit do exercício anterior no valor de R\$ 10.921,53 (dez mil, novecentos e vinte e um reais e cinquenta e três centavos), a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SOCIAL

03- Fundo de Assistência Social

2.404 - CRAS

Suplementa: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000

..... R\$ 3.930,00

Anula (4) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000

..... R\$ 1.230,00

Superávit

..... R\$ 2.700,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – Manutenção da Secretaria

Atividade: 2.003 – Manutenção da Secretaria

Suplementa: (131) 3.2.90.00.00.00.00.00.03.0000

..... R\$ 2.873,83

Superávit

..... R\$ 2.873,83

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

01 – Serviços de Transportes

2005 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Suplementa: (132) 4.6.90.00.00.00.00.00.03. 0000

..... R\$ 5.347,70

Superávit

..... R\$ 5.347,70

03 – Serviços De Segurança Pública

2006 – Manutenção Segurança e Trânsito

Suplementa: (32) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0054

..... R\$ 4.250,00

Suplementa: (35) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

..... R\$ 1.433,29

Anula: (36) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0054

..... R\$ 2.250,00

Anula: (37) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0055

..... R\$ 1.433,29

Anula: (38) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0056

..... R\$ 2.000,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 20 de dezembro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Diretor de Gestão de Receitas

DECRETO 2242

DECRETO Nº 2.242/2016 de 22 de dezembro de 2016
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO
VALOR DE R\$ 14.324,94 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 14.324,94 (quatorze mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos) e subseqüentes anulações do mesmo valor, a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde

2100 – Atenção Básica Recursos Federais-PAB

Suplementa: (6) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064

..... R\$ 1.000,00

Anula: (7) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064

..... R\$ 1.000,00

2104 – Manutenção Fundo de Saúde

Suplementa: (2) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

..... R\$ 13.324,94

Anula: (1) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002

..... R\$ 13.324,94

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 22 de dezembro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Diretor de Gestão de Receitas

EXTRATO ADITIVO CONTRATO Nº 96/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: T.O.S OBRAS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, para prestação de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais do perímetro urbano e dos resíduos, provenientes dos serviços de saúde, todos do Município de Treze Tílias.

Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2017 dias a contar de 01/01/2017.

Demais cláusulas: Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

PROCESSO LICITATÓRIO: 61/2014 – Tomada de Preço.

DATA ASSINATURA: 19/12/2016

TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2016.

Trombudo Central

PREFEITURA

Portaria 237/2016

PORTARIA 237/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

REDUZ A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base no Art. 32, § 2º da Lei complementar nº 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º- REDUZIR a carga horária em 10:00 horas semanais, da servidora Pública Municipal Sra. EZENILDA KRAMBECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos á 15 de dezembro de 2016, entrando em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Portaria 238/2016

PORTARIA 238/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

INCORPORA VANTAGEM FINANCEIRA

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com base no Art. 70 da Lei Complementar 816/90.

CONSIDERANDO Solicitação formulada pelo servidor;

CONSIDERANDO o parecer jurídico e o levantamento das vantagens financeiras pagas habitualmente ao Servidor, devidamente comprovado através de Documentos constantes da ficha funcional do Servidor;

CONSIDERANDO a análise da ficha financeira do servidor durante a todo o período laboral e a identificação dos valores pagos a título de Gratificação, Cargo em Comissão e função Gratificada.

RESOLVE:

Art. 1º Incorporar ao Patrimônio da Servidora Sra. Tania Bini Azevedo Waltrick, passando a integrar os seus vencimentos, o valor de R\$ 429,09 (quatrocentos e vinte e nove reais e nove centavos), que corresponde a proporção de 1/5 (um quinto) do valor recebido a título de Gratificação/diferença de remuneração pelo exercício de função com percepção de gratificação.

Art. 2º A vantagem de caráter pessoal, será nominalmente identificada no contracheque do Servidor e será atualizada monetariamente pelo índice aplicado ao vencimento sempre que houver Revisão Geral da remuneração dos servidores públicos.

Art. 3º A presente vantagem ficará devidamente registrada nos assentos funcionais do Servidor que possibilite verificar o período considerado para fins de apuração dos requisitos necessários à

concessão da vantagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria 239/2016

PORTARIA 239/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

INCORPORA VANTAGEM FINANCEIRA

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com base no Art. 70 da Lei Complementar 816/90.

CONSIDERANDO Solicitação formulada pelo servidor;

CONSIDERANDO o parecer jurídico e o levantamento das vantagens financeiras pagas habitualmente ao Servidor, devidamente comprovado através de Documentos constantes da ficha funcional do Servidor;

CONSIDERANDO a análise da ficha financeira do servidor durante a todo o período laboral e a identificação dos valores pagos a título de Gratificação, Cargo em Comissão e função Gratificada.

RESOLVE:

Art. 1º Incorporar ao Patrimônio da Servidora Sra. Liliane Krueger Westphal, passando a integrar os seus vencimentos, o valor de R\$178,88 (cento e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos), que corresponde a proporção de 3/5 (três quinto) do valor recebido a título de Gratificação/diferença de remuneração pelo exercício de função com percepção de gratificação.

Art. 2º A vantagem de caráter pessoal, será nominalmente identificada no contracheque do Servidor e será atualizada monetariamente pelo índice aplicado ao vencimento sempre que houver Revisão Geral da remuneração dos servidores públicos.

Art. 3º A presente vantagem ficará devidamente registrada nos assentos funcionais do Servidor que possibilite verificar o período considerado para fins de apuração dos requisitos necessários à concessão da vantagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria 240/2016

PORTARIA 240/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

INCORPORA VANTAGEM FINANCEIRA

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com base no Art. 70 da Lei Complementar 816/90.

CONSIDERANDO Solicitação formulada pelo servidor;

CONSIDERANDO o parecer jurídico e o levantamento das vantagens financeiras pagas habitualmente ao Servidor, devidamente comprovado através de Documentos constantes da ficha funcional do Servidor;

CONSIDERANDO a análise da ficha financeira do servidor durante a todo o período laboral e a identificação dos valores pagos a título de Gratificação, Cargo em Comissão e função Gratificada.

RESOLVE:

Art. 1º Incorporar ao Patrimônio do Servidor Sr. Ronaldo Kruger, passando a integrar os seus vencimentos, o valor de R\$623,24 (seiscentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos), que corresponde a proporção de 5/5 (quinto quintos) do valor recebido a título de Gratificação/diferença de remuneração pelo exercício de função com percepção de gratificação.

Art. 2º A vantagem de caráter pessoal, será nominalmente identificada no contracheque do Servidor e será atualizada monetariamente pelo índice aplicado ao vencimento sempre que houver Revisão Geral da remuneração dos servidores públicos.

Art. 3º A presente vantagem ficará devidamente registrada nos assentos funcionais do Servidor que possibilite verificar o período considerado para fins de apuração dos requisitos necessários à concessão da vantagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria 241/2016

PORTARIA 241/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

INCORPORA VANTAGEM FINANCEIRA

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com base no Art. 70 da Lei Complementar 816/90.

CONSIDERANDO Solicitação formulada pelo servidor;

CONSIDERANDO o parecer jurídico e o levantamento das vantagens financeiras pagas habitualmente ao Servidor, devidamente comprovado através de Documentos constantes da ficha funcional do Servidor;

CONSIDERANDO a análise da ficha financeira do servidor durante a todo o período laboral e a identificação dos valores pagos a título

de Gratificação, Cargo em Comissão e função Gratificada.

RESOLVE:

Art. 1º Incorporar ao Patrimônio do Servidor Sr. Celso Marcelino, passando a integrar os seus vencimentos, o valor de R\$418,29 (quatrocentos e dezoito reais e vinte e nove centavos), que corresponde a proporção de 5/5 (quinto quintos) do valor recebido a título de Gratificação/diferença de remuneração pelo exercício de função com percepção de gratificação.

Art. 2º A vantagem de caráter pessoal, será nominalmente identificada no contracheque do Servidor e será atualizada monetariamente pelo índice aplicado ao vencimento sempre que houver Revisão Geral da remuneração dos servidores públicos.

Art. 3º A presente vantagem ficará devidamente registrada nos assentos funcionais do Servidor que possibilite verificar o período considerado para fins de apuração dos requisitos necessários à concessão da vantagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria 242/2016

PORTARIA 242/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

INCORPORA VANTAGEM FINANCEIRA

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com base no Art. 70 da Lei Complementar 816/90.

CONSIDERANDO Solicitação formulada pelo servidor;

CONSIDERANDO o parecer jurídico e o levantamento das vantagens financeiras pagas habitualmente ao Servidor, devidamente comprovado através de Documentos constantes da ficha funcional do Servidor;

CONSIDERANDO a análise da ficha financeira do servidor durante a todo o período laboral e a identificação dos valores pagos a título de Gratificação, Cargo em Comissão e função Gratificada.

RESOLVE:

Art. 1º Incorporar ao Patrimônio do Servidor Sr. Zulnei Luchtenberg, passando a integrar os seus vencimentos, o valor de R\$455,30 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), que corresponde a proporção de 5/5 (quinto quintos) do valor recebido a título de Gratificação/diferença de remuneração pelo exercício de função com percepção de gratificação.

Art. 2º A vantagem de caráter pessoal, será nominalmente identificada no contracheque do Servidor e será atualizada monetariamente pelo índice aplicado ao vencimento sempre que houver Revisão Geral da remuneração dos servidores públicos.

Art. 3º A presente vantagem ficará devidamente registrada nos assentos funcionais do Servidor que possibilite verificar o período considerado para fins de apuração dos requisitos necessários à concessão da vantagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Portaria 243/2016

PORTARIA 243/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

INCORPORA VANTAGEM FINANCEIRA

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com base no Art. 70 da Lei Complementar 816/90.

CONSIDERANDO Solicitação formulada pelo servidor;

CONSIDERANDO o parecer jurídico e o levantamento das vantagens financeiras pagas habitualmente ao Servidor, devidamente comprovado através de Documentos constantes da ficha funcional do Servidor;

CONSIDERANDO a análise da ficha financeira do servidor durante a todo o período laboral e a identificação dos valores pagos a título de Gratificação, Cargo em Comissão e função Gratificada.

RESOLVE:

Art. 1º Incorporar ao Patrimônio do Servidor Sr. Oziel Adalberto Schlemper, passando a integrar os seus vencimentos, o valor de R\$183,81 (cento e oitenta e três reais e oitenta e um centavos), que corresponde a proporção de 2/5 (dois quintos) do valor recebido a título de Gratificação/diferença de remuneração pelo exercício de função com percepção de gratificação.

Art. 2º A vantagem de caráter pessoal, será nominalmente identificada no contracheque do Servidor e será atualizada monetariamente pelo índice aplicado ao vencimento sempre que houver Revisão Geral da remuneração dos servidores públicos.

Art. 3º A presente vantagem ficará devidamente registrada nos assentos funcionais do Servidor que possibilite verificar o período considerado para fins de apuração dos requisitos necessários à concessão da vantagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Trombudo Central, 23 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 234/16

ATA 234/2016-CMDCA – Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte pauta: 1. Conselho Tutelar: 1.1. Apresentação da Ata 227/2016-CMDCA; 1.1.1. Possibilidade de utilização do veículo do CT pelo Conselheiro de plantão; 1.1.2. Possibilidade de alteração do horário de funcionamento da sede do CT; 1.1.3. Perda de suplência do Conselheiro Tutelar no caso de retorno de Conselheiro Titular; 1.2. Requerimento de dilação de prazo para apresentação de minuta do regimento interno; 1.3. Resposta encaminhada pelo CT acerca da regularização do sistema APÓIA; 1.4. Repasse das informações sobre a Roda de Conversa acerca do APÓIA; 1.5. Resposta do Ofício 0724/2016/01PJ/VID; 1.6. Resposta do Ofício 0650/2016/01PJ/VID. 2. Comissões: Parecer da Comissão de elaboração de edital para inscrições no FIA; 3. Prestação de Contas do Programa Juventude Ativa dos meses de setembro a novembro de 2016. 4. Parecer jurídico 374/2016: 4.1. Nova entidade para compor o CMDCA; 4.2. Candidatura de Conselheiro Tutelar para concorrer a outro cargo eletivo. 5. Ofício nº 118, do CIEE, que informa ao CMDCA os cursos que são desenvolvidos pela entidade no Município. 6. Previsão de Capacitação no Plano de Ação e Aplicação do FIA para 2017; 7. Plano de Trabalho para o CMDCA para o ano de 2017; 8. Cronograma de reuniões do CMDCA para o ano de 2017; 9. Informes: ofícios recebidos e ofícios expedidos; 10. Cronograma de elaboração do Plano Decenal; 11. Andamento da campanha de captação de recurso para o FIA; 12. Assuntos Gerais: 12.1. Assinaturas em recibo de entrega de certificados; 12.2. Entrega de certificados de capacitação pelo Departamento de Ação Social. Iniciada a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Repassada, então, a palavra à presidente do Conselho, Sra. Gabriela Strauss Mozz Zago, tratando-se da Ata 227/2016-CMDCA, da reunião realizada com o Conselho Tutelar, em 10/11/2016, houve a apresentação. Nos termos da Ata 227/2016-CMDCA, ainda, quanto à possibilidade de utilização do veículo do CT pelo Conselheiro de plantão para ir à faculdade, primeiramente, o Presidente do Conselho Tutelar informou que os Conselheiros Tutelares que cursavam ensino superior em Videira encerram seus cursos neste ano, de modo que o pedido não é mais necessário. Sugeriu-se, em que pese a informação do CT, que o pedido seja encaminhado ao Departamento de Ação Social, em razão da vinculação administrativa prevista no art. 51, da Lei 3.215/2015. Os Conselheiros presentes aprovaram a sugestão. Acerca da possibilidade de alteração do horário de funcionamento da sede do CT (Decreto n. 12.704/16), além disso, o CMDCA reiterou ao CT que é necessária o encaminhamento ao Conselho de fundamentação, com comprovação de dados, para pedido de alteração de horário, o qual será encaminhado novamente à administração municipal. Quanto à perda de suplência do Conselheiro Tutelar, empossado por tempo determinado, no caso de retorno de Conselheiro titular, o CMDCA definiu que o item será tratado em reunião extraordinária do colegiado, a qual será designada para o mês de janeiro de 2017. Quanto ao requerimento de dilação de prazo para apresentação de minuta do regimento interno, ademais, o CMDCA definiu que o CT deverá apresentar o regimento até a data de 15/02/2017. Registre-se que o Presidente do CT fica cientificado do prazo por ocasião desta reunião. Após, sobre a resposta encaminhada pelo CT acerca da regularização do sistema APÓIA (Ofício 234/2016-CMDCA), houve a leitura do ofício. Quanto ao repasse das informações da Roda de Conversa realizada pelo CT acerca do APÓIA (convite encaminhado ao CMDCA pelo ofício 339/2016 CT), a Conselheira Fabiana repassou ao CMDCA como ocorreu e os assuntos tratados na reunião. Repassou-se ao CMDCA, além disso, que a decisão da reunião foi no sentido de que as escolas deveriam proceder quanto à atualização do cadastro dos alunos e encaminhar para o CT o relatório atualizado do APÓIA. Os relatórios das escolas foram encaminhados até o dia 07/12/2016. Diante disso, quanto à resposta do Ofício 0724/2016/01PJ/VID, o qual solicita ao CMDCA providências quanto à regularização do APÓIA, o CMDCA definiu que, primeiramente, deverá ser solicitado ao CT, diante do informado na Roda de Conversa, com prazo de 30 (trinta) dias, relatório contendo quantos APÓIAS ainda estão em aberto e qual é o encaminhamento dado pelo CT em relação a cada caso, por escola. Comunique-se ao Ministério Público. Após, acerca do Ofício 0650/2016/01PJ/VID, o qual remete ao CMDCA cópia de Notícia de Fato, diante do retorno da Conselheira Tutelar Juliana Weber às duas funções, o CMDCA definiu pela nomeação de comissão de sindicância, a qual será formada na reunião extraordinária a ser designada para janeiro de 2017. Comunique-se ao Ministério Público. Em sequência à pauta, em relação ao parecer da Comissão de elaboração de edital para inscrições no FIA, definiu-se que a Comissão deverá se reunir novamente e a apresentação deverá ocorrer na próxima reunião ordinária. Quanto à prestação de contas do Programa Juventude Ativa dos meses de setembro a novembro de 2016, o CMDCA passou à análise da seguinte tabela:

Utilização dos Recursos do FMDCAV em 2016 - Setembro a Novembro/2016

	A	B	C= A+B	D	E = C-D
Fonte de Recursos	Saldo inicial	Arrecadação	Disponível	Gasto	Saldo em 30/11/2016
01.0390 - FIA Imp.Renda - Exercício 2016	9.39	43,106.34	43,115.73	28,981.70	14,134.03
03.0390 - FIA Imp.Renda - Exercício Anterior	-		-	-	-
01.0392 - FIA Outros Recursos - Exercício 2016	-	200.00	200.00	-	200.00
03.0392 - FIA Outros Recursos - Exercício Anterior	-		-	-	-
01.0512 - Rec. Mun. Repassados ao FMDCAV – 2016	220.55	11,675.46	11,896.01	350.00	11,546.01

01.0512 - Rec. Mun. Repassa- dos ao FMDCAV - Exerc. Ant.	-		-		
Soma	229.94	54,981.80	55,211.74	29,331.70	25,880.04
Despesas Realizadas					
Bolsa - Programa Juventude Ativa	29,248.90				
Tarifas bancárias	82.80				
Total	29,331.70				

O CMDCA, em unanimidade, decidiu por solicitar à coordenação do programa Juventude Ativa a relação nominal dos adolescentes atendidos, com a data de nascimento, dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016. Dessa forma, a análise da prestação de contas dos referidos meses também ocorrerá na próxima reunião ordinária. Em sequência à pauta, acerca do parecer jurídico 374/2016, encaminhado ao CMDCA em reposta ao Ofício 152/2016-CMDCA, houve a competente apresentação. Diante do sugerido no parecer, então, quanto à nova entidade para compor o CMDCA, o Conselho definiu que deverão ser encaminhados novos convites, para participação no CDMCA, ao CIEE, às escolas da rede privada, APPs e Conselhos dos CEMEIS, a partir da próxima reunião ordinária, na qual haverá apresentação de sugestão de convite. Após, em relação à candidatura de Conselheira Tutelar afastada de suas funções para concorrer a outro cargo eletivo, o CMDCA decidiu que não houve incompatibilidade de funções, de modo que não há aplicação do art. 43, da Lei 3.215/2015, conforme também referido no Parecer Jurídico 374/2016. Registre-se, quanto aos itens de chamamento de conselheiro tutelar suplente e de diminuição de carga horária de conselheiro tutelar, ambos referidos no parecer jurídico e no ofício 152/2016-CMDCA, que o CMDCA já proferiu decisão (Atas 219/2016-CMDCA e 221/2016-CMDCA). Em seguida, quanto ao Ofício nº 118, do CIEE, que informa ao CMDCA os cursos que são desenvolvidos pela entidade no Município, houve apresentação. Após, quanto à previsão de Capacitação no Plano de Ação e Aplicação do FIA para 2017, repassou-se aos Conselheiros que a previsão é para capacitar somente os conselheiros de direitos. O CMDCA, nesse sentido, entendeu que é necessário realizar pesquisa sobre a possibilidade de utilização do recurso também para capacitação do Conselho Tutelar, para a próxima reunião ordinária. Quanto ao Plano de Trabalho para o CMDCA para o ano de 2017, definiu-se que a elaboração fica a cargo da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação e deverá ser apresentado na próxima reunião ordinária. Em sequência, acerca de cronograma de reuniões do CMDCA para o ano de 2017, apresentou-se a sugestão de calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias, o qual foi aprovado em unanimidade pelos presentes. Em seguida, quanto aos informes, houve apresentação dos ofícios recebidos e ofícios expedidos, desde a data de 26/10/2016. Após, quanto ao Cronograma de elaboração do Plano Decenal, informou-se acerca da comunicação encaminhada ao MP sobre a impossibilidade de conclusão dos trabalhos até 03/12/2016. Quanto ao andamento da campanha de captação de recurso para o FIA, informou-se que estão em andamento os trabalhos e o Conselho definiu que a companhia deverá ser retomada a partir da próxima reunião ordinária. Após, acerca de recibo de entrega de certificados, informou-se ao Conselho a elaboração de recibo da entrega dos certificados do Curso de Formação de Conselheiros Tutelares, realizado em fevereiro deste ano. A relação de assinaturas do recebimento ficará arquivada com os documentos do CT, junto à Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais. O único certificado pendente de entrega é o da Conselheira Tutelar Zeli do Prado. Ao final, também se informou ao CMDCA a realização de capacitações pelo Departamento de Ação Social para os profissionais dos abrigos institucionais. Todos os servidores participantes receberam o competente certificado, a cargo do Departamento. Registre-se que o Conselheiro Tutelar Luiz Carlos Spanholi se retirou da reunião às 15h02min. Encerradas as discussões, às 16h10min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Registre-se que a próxima reunião ordinária do Conselho será na data de 14/02/2017 e que será designada reunião extraordinária em janeiro de 2017, o que fica a cargo da Presidente e da Secretária do Conselho, para tratar dos itens especificados nesta Ata. Esta Ata foi lida e aprovada nesta reunião. Eu, Gabriela Strauss Mozz Zago _____, Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

ATA Nº 235/16

ATA 235/2016-CMDCA – Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os demais membros da Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Decenal (Resolução 029/2016-CMDCA), conforme a lista de presenças, com a seguinte pauta: 1. Aprovação da Ata 233/2016-CMDCA; 2. Plano Decenal: 2.1. Finalização do item 5. Plano de Ação; 2.2. Sugestões dos itens "Introdução" e "Acompanhamento, monitoramento e avaliação"; 3. Assuntos Gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Em seguida, informou-se a impossibilidade de participação, nesta reunião, por motivos de ordem profissional, da Presidente do CMDCA, Sra. Gabriela Strauss Mozz Zago, e da Vice-Presidente do Conselho, Sra. Luciane Maria dos Santos Gemo. Dessa forma, a Sra. Fabiana Woitko Arndt, enquanto Secretária do CMDCA, conduziu a reunião. Quanto à apresentação da Ata 233/2016-CMDCA, após a leitura, houve aprovação, em unanimidade, pelos presentes. Em sequência à pauta, acerca da finalização do item 5. Plano de Ação, houve apresentação de sugestões pelas equipes 4A e 4C, as quais foram aprovadas. A equipe 4D, além disso, apresentou texto revisado do Plano de Ação, o qual também foi aprovado. Em seguida, quanto à minuta de Introdução e de Acompanhamento, monitoramento e avaliação, decidiu-se que, por ocasião da compilação final do texto do Plano Decenal, haverá a apresentação de sugestões. Registre-se que o CMDCA deverá retomar a elaboração dos Planos Municipais, a qual foi suspensa quando do início dos trabalhos de elaboração do Plano Decenal. A próxima reunião de elaboração do Plano Decenal, na qual haverá apresentação à Comissão de toda a compilação do Plano Decenal e definição das próximas datas do cronograma, será na data de 07/02/2017, às 13h30min. Encerradas as discussões, às 16h11min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Secretária do CMDCA agradeceu a presença de todos. Esta Ata foi lida e aprovada nesta reunião. Eu, Fabiana Woitko Arndt _____, Secretária do CMDCA, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DECRETO Nº 13.638/16

DECRETO Nº 13.638/16, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.366/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Memorando nº 038/DEPEW

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.366/16, que nomeou CASSIA FERREIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.640/16

DECRETO Nº 13.640/16, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exonera servidora pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta do Processo Administrativo nº 21804/2016,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 27 de dezembro de 2016, RUBIA MARA PINO GOMES Buseti, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto nº 11.711/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 27 de dezembro de 2016.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.641/16

DECRETO Nº 13.641/16, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.035 – Manutenção do Fundeb – Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	150.000,00	
07 – Secretaria Municipal de Educação		

03 – Departamento de Ensino Infantil		
2.039 – Manutenção do Fundeb – Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	215.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		
	365.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação dos recursos vinculados do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.647/16

DECRETO Nº 13.647/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 84.615,74 (Oitenta e quatro mil seiscentos e quinze reais e setenta e quatro centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.070 – Investimentos em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071.67 – Aplicações Diretas	8.689,59
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas	75.926,15
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	
	84.615,74

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015, excesso de arrecadação de 2016 e anulação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.070 – Investimentos em Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas	39.026,06
TOTAL DAS ANULAÇÕES	
	39.026,06

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

LEI Nº 3.412/16

LEI N.º 3.412/16, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a conceder Remissão de Créditos Tributários, e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, mediante despacho fundamentado, remissão total dos créditos tributários abaixo relacionados, compreendendo o principal e seus acréscimos, nos termos do art. 172, I, do Código Tributário Nacional e art. 110, I, do Código Tributário Municipal, em face da situação econômica dos sujeitos passivos, conforme consta dos respectivos Processos Administrativos:

CONTRIBUINTE	TRIBUTOS	VALOR (R\$)	FULCRO: CTN LEI Nº 5.172/66 c/c CTM LEI Nº 69/85	PROCESSO Nº
Irineu Toniazzo	IPTU/TSP de 2012 a 2016	2.408,41	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	16453/2016
Jusara Maristela de Faria representada por sua curadora Ermelinda Salete Rigo	IPTU/TSP de 2016	235,48	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	7676/2016
Angelina Perovano	IPTU/TSP de 2010 a 2016	2.365,63	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	19602/2015
Catarina Pais Ildebrando	IPTU/ TSP 2016	2.081,42	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	8894/2016
Maria Laudelina dos Santos	IPTU/TSP de 2009 a 2016	2.402,82	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	9576/2016
Carminello Vicente Tedesco	IPTU/TSP de 2004 a 2016	15.164,15	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	4889/2016
Ires de Fátima Lima dos Santos	IPTU/TSP de 2014 e 2015	1.580,62	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	382/2016
Gilmar Silva	IPTU/TSP de 2006 a 2016	2.276,99	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	213/2016
Anísio Nunes	IPTU/TSP de 2016	380,72	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	8050/2016
Delfino Soares Vieira	IPTU/TSP de 2015 e 2016	779,83	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	11160/2016
Dorvalino Moreira	IPTU/TSP de 2007 a 2016	2.901,66	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	10396/2016
Salete Quagliotto	IPTU/TSP de 2012 a 2016	1.494,68	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	8654/2016
Margarida Pontez Ferraz	IPTU/TSP de 2016	481,30	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	6481/2016

Rosalba Ferreira do Nascimento	Contribuição de Melhoria de 2015 com vencimento em 2016	3.611,26	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	21579/2015
Salete Pereira dos Santos	IPTU/TSP de 1998 a 2016	5.895,88	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	14081/2016

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1096/16

PORTARIA Nº 1096/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00074/16-2, nos assentos funcionais da servidora CELINA DE ALBUQUERQUE MEIRA, detentora da matrícula funcional nº 2126, e do cargo de provimento efetivo de Zelador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 21.807/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, CELINA DE ALBUQUERQUE MEIRA, detentora da matrícula funcional nº 2126 e do cargo de provimento efetivo de Zelador, pelo período de 04 (quatro) anos, 3 (três) meses e 08 (oito) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00074/16-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1097/16

PORTARIA Nº 1097/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00075/16-9, nos assentos funcionais do servidor ROGERIO ANTONIO KUNZE, detentor da matrícula funcional nº 1501, e do cargo de provimento efetivo de professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 21.808/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, ROGERIO ANTONIO KUNZE, detentor da matrícula funcional nº 1501 e do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 11 (onze) anos, 5 (cinco) meses e 19 (dezenove) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00075/16-9.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1098/16

PORTARIA nº 1098/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 21843/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. no artigo 277 e seguintes, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os (as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e ALVAIR LIRIO BARZOTTO, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 21843/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1099/16

PORTARIA nº 1099/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1553/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. no artigo 277 e seguintes, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os (as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e EZEQUIEL WEGNER, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1553/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 029/16 e 407/16.

Videira, 22 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1100/16

PORTARIA nº 1100/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 11584/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. no artigo 277 e seguintes, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os (as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e JUSSARA ZAMBOM, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 11584/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0579/16.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1101/16

PORTARIA nº 1101/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 7061/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. no artigo 277 e seguintes, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os (as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e TÂNIA REGINA CESCO, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 7061/2014.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1102/16

PORTARIA nº 1102/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 12378/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. no artigo 277 e seguintes, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os (as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e MARCELO PERIN, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 12378/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1103/16

PORTARIA nº 1103/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19967/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. no artigo 277 e seguintes, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os (as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19967/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias n. 932/15 e 405/16.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1104/16

PORTARIA nº 1104/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 20726/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no art. no artigo 277 e seguintes, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os (as) servidores(as), MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e ILVA FARINA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 20726/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias n. 931/15 e 406/16.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1105/16

PORTARIA nº 1105/16

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13977/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 282, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e LEANDRO ANTONIO DAL PIZZOL, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13977/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1106/16

PORTARIA nº 1106/16

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19966/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 282, da Lei Complementar nº 129/12,
RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e MÁRCIA REGINA VANZ, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19966/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1107/16

PORTARIA nº 1107/16

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 14539/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 282, da Lei Complementar nº 129/12,
RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e WOLMAR ERDMANN, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 14539/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias n. 937/15 e 410/16.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1108/16

PORTARIA nº 1108/16

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16209/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 282, da Lei Complementar nº 129/12, RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores MÁRIO PEDRO FONTANELLA, MIRIAM PASTORE VIECELLI e SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16209/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias n. 939/15 e 409/16.

Videira, 22 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 050/16

RESOLUÇÃO 050/2016-CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do cronograma prévio de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, para o ano de 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR, nos termos da Ata 234/2016-CMDCA, de 20/12/2016, o cronograma prévio de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, para o ano de 2017, nos seguintes termos:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE VIDEIRA/SC PARA O ANO DE 2017

ORDEM	DATA	HORÁRIO	LOCAL
1	14 fevereiro de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
2	11 abril de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
3	13 junho de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
4	08 agosto de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
5	10 outubro de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
6	12 dezembro de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social

CRONOGRAMA DE REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE VIDEIRA/SC PARA O ANO DE 2017

ORDEM	DATA	HORÁRIO	LOCAL
1	14 março de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
2	09 maio de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
3	11 julho de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
4	12 setembro de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social
5	14 novembro de 2017 (terça-feira)	13h30min	Departamento de Ação Social

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 20 de dezembro de 2016.
Gabriela Strauss Mozz Zago
Presidente do CMDCA de Videira/SC

TERMO ADITIVO Nº 199/2016 - FMS

Termo Aditivo nº 199/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 116/2016

Processo: TP nº 03/2016-FMS

Contratado: MARTINI & FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de execução dos serviços por mais 60 (sessenta) dias, com efeitos a partir de 06 de janeiro de 2017 até 06 de março de 2017, conforme solicitação da Secretaria de Planejamento.

Data: 23/12/2016.

EDITAL DE DE NOTIFICAÇÃO Nº 052/2016**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED052/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Fernando Panacione, Rua Arlindo Carlesso Travessa Arlindo Martins e Rua Treze Tílias no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação asfáltica, pelos valores e distribuição constantes do Anexo I, conforme documentos autuados no Processo Administrativo 21258/2016 pela Secretaria de Planejamento, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

Obra realizada pela equipe da Prefeitura, Memorial Descritivo da obra efetuado pela Secretaria de Planejamento, relatório de custo é o constante do Anexo I, páginas 01, deste Edital.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação asfáltica na Rua Fernando Panacione, Rua Arlindo Carlesso, Travessa Arlindo Martins e Rua Treze Tílias no valor total de R\$ 131.560,44 (cento e trinta e um mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 02 deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 17.304,80 (dezessete mil, trezentos e quatro reais e oitenta centavos). O valor restante refere-se a áreas públicas.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Fernando Panacione, Rua Arlindo Carlesso Travessa Arlindo Martins e Rua Treze Tílias conforme demonstrado no Anexo I, pag 02 deste Edital.

5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66 – CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$ X participação dos proprietários

PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

TOTAL GERAL DA OBRA -
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS
PARTIC.MUNICÍPIO - ÁREAS PÚBLICAS
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA

R\$ 131.560,44
R\$ 17.199,20
R\$ 114.361,24
R\$ 35.047,20

Rua Arlindo Carlesso - proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz.
ANTONINHO OLCENI VARELA 01.06.035.0251.001.01-02	317,00	m2	25.360,00	25.613,60	253,60	253,60	1,47%
MUNICÍPIO DE VIDEIRA 01.06.035.0156.001.01-01	1.036,00	m2	41.440,00	43.512,00	2.072,00	-	-
MUNICÍPIO DE VIDEIRA 01.06.035.0261.001.01-01	8.136,90	m2	315.520,00	331.296,00	15.776,00	-	-
FRANCISCO PEREIRA 01.06.036.0247.001.01-01	313,00	m2	25.040,00	25.290,40	250,40	250,40	1,46%
DIONISIO KUBIAK 01.06.036.0212.001.01-01	298,00	m2	22.840,00	23.525,20	685,20	685,20	3,98%
ERMINIA SCRAMOCIM 01.06.036.0192.001.01-02	257,60	m2	21.080,00	21.712,40	632,40	632,40	3,68%
ELIAS SERAFINI 01.06.036.0178.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
ZAMIR FLORES DA ROCHA 01.06.036.0166.001.01-03	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
RITA SALETE HAFNER 01.06.036.0154.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS 01.06.036.0142.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
CLAUDIR VIEIRA DA SILVA 01.06.036.0130.001.01-03	345,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
Rua Arlindo Martins - proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz.
NOTUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME 01.06.063.0457.001.01-01		432,34 m2	31.560,00	32.506,80	946,80	946,80	5,50%
NOTUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME 01.06.063.00015.001.01-01		373,28 m2	31.560,00	32.506,80	946,80	946,80	5,50%
Rua Fernando Panacione proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz.
IZAIR LEANDRO MACHADO 01.06.036.0011.001.01-01	331,00	m2	26.480,00	26.744,80	264,80	264,80	1,54%
GILSON JOSE DE MORAIS 01.06.036.0023.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
LAURI HEINEMANN	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%

01.06.036.0035.001.01-01							
JOSE DE SOUZA FULGIERI 01.06.036.0047.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
OSMAR MACHADO BELO 01.06.036.059.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
MARLI APARECIDA SETTI KAYSER 01.06.036.0071.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
ANGELO SETTI 01.06.036.0100.001.01-01	320,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
ANGELO FREITAS 01.06.037.0116.001.01-02	205,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
JOSE GILBERTO BONATTO 01.06.037.0072.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
MAURO ANTONIO SCHONS 01.06.037.0060.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
JAIR ANTONIO RIBEIRO 01.06.037.0048.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
MARCELINO FERREIRA RAMOS 01.06.037.0036.001.01-02	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
DIRCE LOURDES UBERTTI GALON 01.06.037.0024.001.01-01	276,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
ROQUE FAGUNDES DA SILVA 01.06.037.0012.001.01-01	297,00	m2	22.080,00	22.742,40	662,40	662,40	3,85%
Rua Treze Tílias proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz.
ADAIR CARLOS DE OLIVEIRA 01.06.038.0094.001.01-03	232,36	m2	21.600,00	22.248,00	648,00	648,00	3,77%
JAIR ROBERTO BAVARESCO 01.06.038.0084.001.01-01	332,50	m2	21.600,00	22.248,00	648,00	648,00	3,77%

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

I –Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de fevereiro de 2017, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em dez (10) parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de fevereiro de 2017.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

São partes integrantes deste Edital o Anexo I, páginas 01 a 02.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município **www.videira.sc.gov.br**, Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 12 de dezembro de 2016.

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Dionisio Robaskewicz Neto
Secretário de Administração

EDITAL DE DE NOTIFICAÇÃO Nº 058/2016**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED058/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); considerando o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993, e o disposto no Edital prévio 004/2016.

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Ribeirão Preto e Rua Limeira no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documento do Processo Administrativo 21656/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é parte integrante do Processo Administrativo Licitatório TP nº 03/2016, cópias extraídas formando o Anexo I, páginas 01 a 12, deste Edital.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares na Rua Ribeirão Preto e Travessa Limeira no valor total de R\$ 64.119,66 (sessenta e quatro mil, cento e dezenove reais e sessenta e seis centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 12 deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na Rua Ribeirão Preto e Travessa Limeira irão custear o valor de R\$ 7.329,60 (sete mil trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos). Valores estes correspondentes a valorização dos imóveis beneficiados com a obra. O restante do valor corresponde a valorização de áreas públicas.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Ribeirão Preto e Travessa Limeira conforme demonstrado no Anexo II, pag 01 deste Edital.

5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

TOTAL GERAL DA OBRA -
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS
PARTIC IMÓVEIS/AREAS PUBLICAS
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA

R\$ 64.119,66
R\$ 28.061,64
R\$ 51.903,66
R\$ 28.061,64

Rua Ribeirão Preto e Limeira proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno	Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
LUIZ CARLOS A. DOS SANTOS 01.03.087.0167.001.01.03	336,00	m2 40.720,00	43.163,20	2.443,20	2.443,20	8,71%
ANDREA SALETE CORSO 01.03.087.0153.001.01.01	336,00	m2 40.720,00	43.163,20	2.443,20	2.443,20	8,71%
GERALDO ANTONIO CALIARI 01.03.087.0139.001.01.01	336,00	m2 40.720,00	43.163,20	2.443,20	2.443,20	8,71%
ESTADO DE SC 01.03.083.0491.001.01.02	15.256,59	m2 203.600,00	215.816,00	12.216,00	-	43,53%
SOCIEDADE VIDEIRENSE DE BENEFICIENCIA 01.03.087.0260.001.01.03	720,00	m2 81.440,00	86.326,40	4.886,40	-	17,41%
MUNICIPIO DE VIDEIRA 01.03.083.0237.001.01-01	4.321,04	m2 60.494,00	64.123,64	3.629,64	-	12,93%

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

I – Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de fevereiro de 2017, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em vinte e três (23) parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de fevereiro de 2017. O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I –Memorial Descritivo, Contrato de Prestação de Serviços 052/2016,Edital Prévio, Planilha Quantitativa, páginas 01 a 12.

Anexo II –Delimitação da zona beneficiada. página 01.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município **www.videira.sc.gov.br**, Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 16 de dezembro de 2016.

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Dionisio Robaskewicz Neto
Secretário de Administração

EDITAL DE DE NOTIFICAÇÃO Nº 059/2016**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED059/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Campos do Jordão no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação asfáltica, pelos valores e distribuição constantes deste edital, e conforme documentos autuados no Processo Administrativo 21264/2016 pela Secretaria de Planejamento, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

Obra realizada pela equipe da Prefeitura, Memorial Descritivo da obra efetuado pela Secretaria de Planejamento, relatório de custo é o constante do Anexo I, páginas 01, deste Edital.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação asfáltica na Rua Campos do Jordão no valor total de R\$ 78.162,04 (setenta e oito mil, cento e sessenta e dois reais e quatro centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 02 deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 17.701,60 (dezesete mil, setecentos e um reais e sessenta centavos). Valor este limitado pela valorização dos imóveis beneficiados.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para Rua Campos do Jordão conforme demonstrado no Anexo I, pág 02 deste Edital.

5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$ X participação dos proprietários

PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

TOTAL GERAL DA OBRA -
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA

R\$ 78.162,04
R\$ 17.701,60
R\$ 46.836,00

Rua Campos do Jordão proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno	Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz.
SUELY ALVES FERNANDES CORSO 01.03.093.0227.001.01-01	544,00 m2	51.250,00	53.300,00	2.050,00	2.050,00	4,38%
SUNTA SACON BETIATO 01.03.093.0164.001.01-02	424,90 m2	48.800,00	50.752,00	1.952,00	1.952,00	4,17%
HELIO BASTIAN 01.03.093.0152.003.01-02	260,00 m2	47.780,00	49.691,20	1.911,20	1.911,20	4,08%
EROCI MOREIRA 01.03.093.0282.001.01-01	217,20 m2	18.000,00	18.720,00	720,00	720,00	1,54%
LAURI MACHADO E SARITA F. DA SILVA MATTO 01.03.093.0282.002.01-01	217,20 m2	18.000,00	18.720,00	720,00	720,00	1,54%
IVANIR PITOL 01.03.093.0282.003.01-01	217,20 m2	18.000,00	18.720,00	720,00	720,00	1,54%
FERNANDO CAMPANHIN 01.03.093.0295.001.01-01	364,00 m2	50.360,00	52.374,40	2.014,40	2.014,40	4,30%
VALDIR MECABO 01.03.093.0308.001.01-02	364,00 m2	50.360,00	52.374,40	2.014,40	2.014,40	4,30%
VALDICIR CAMPOLIM DOS SANTOS 01.03.093.0321.001.01-02	364,00 m2	50.360,00	52.374,40	2.014,40	2.014,40	4,30%
VERA REGINA MAZUREK 01.03.093.0333.001.01-01	364,00 m2	50.360,00	52.374,40	2.014,40	2.014,40	4,30%
MUNICIPIO DE VIDEIRA 01.03.094.0230.001.01-01	4.100,00 m2	198.500,00	214.380,00	15.880,00	0,00	33,91%
HAROLDO FRIEDMANN E RUDI MUHLBRANDT 01.03.094.0509.001.01-01	4.946,28 m2	52.360,00	53.930,80	1.570,80	1.570,80	3,35%
MUNICIPIO DE VIDEIRA 01.03.094.00084.001.01-01	2.426,31 m2	165.680,00	178.934,40	13.254,40	0,00	28,30%

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

I –Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de fevereiro de 2017, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em vinte e três (23) parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de fevereiro de 2017.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados

judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

São partes integrantes deste Edital o Anexo I, páginas 01 a 02.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município **www.videira.sc.gov.br**, Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 16 de dezembro de 2016.

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Dionisio Robaskewicz Neto
Secretário de Administração

EDITAL DE DE NOTIFICAÇÃO Nº 063/2016**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED063/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Anita Garibaldi no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação asfáltica, pelos valores e distribuição constantes deste edital, conforme documentos autuados no Processo Administrativo 21265/2016 pela Secretaria de Planejamento, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

Obra realizada pela equipe da Prefeitura, Memorial Descritivo da obra efetuado pela Secretaria de Planejamento, relatório de custo é o constante do Anexo I, páginas 01 a 02, deste Edital.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação asfáltica na Rua Anita Garibaldi no valor total de R\$ 191.696,48 (cento e noventa e um mil seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 02 deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 15.279,88 (quinze mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos). Valor este limitado pela valorização dos imóveis beneficiados.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Anita Garibaldi conforme demonstrado no Anexo I, pág 02 deste Edital.

5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

TOTAL GERAL DA OBRA -	R\$ 191.696,48
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$ 15.279,88
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$ 22.113,58

Rua Anita Garibaldi proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno	Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria Partic. Prop.	rateio individual conf valoriz.
MITRA DIOCESANA DE CACADOR 01.01.003.0617.001.01-01	4.478,70 m2	81.560,00	84.006,80	2.446,80	-	-
VALCIR ANZANELLO 01.01.003.0684.001.01-01	5.509,19 m2	55.900,00	57.577,00	1.677,00	1.677,00	10,98%
ACHILES BASSO 01.01.003.0435.001.01-01	7.094,89 m2	70.948,00	73.076,44	2.128,44	2.128,44	13,93%
HILMA MARIA BASSO 01.01.003.0420.001.01-01	7.206,00 m2	70.948,00	73.076,44	2.128,44	2.128,44	13,93%
LICEU POPP 01.01.003.0298.001.01-01	720,00 m2	47.600,00	48.552,00	952,00	952,00	6,23%
ORIZON POETA DE MORAES 01.01.003.0230.001.01-01	600,00 m2	48.000,00	49.440,00	1.440,00	1.440,00	9,42%
LUIZ TAFAREL 01.01.003.0206.001.01-01	450,00 m2	38.000,00	39.140,00	1.140,00	1.140,00	7,46%
LUIZ TAFAREL 01.01.003.0191.001.01-01	15.000,00 m2	145.800,00	150.174,00	4.374,00	4.374,00	28,63%
MUNICIPIO DE VIDEIRA 01.01.003.0084.001.01-01	14.375,00 m2	146.230,00	150.616,90	4.386,90	0,00	0,00%
LOURES SCHAITEL 01.01.003.0026.001.01-01	625,00 m2	48.000,00	49.440,00	1.440,00	1.440,00	9,42%

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

I – Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de fevereiro de 2017, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em vinte e três (23) parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de fevereiro de 2017.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

- IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

São partes integrantes deste Edital o Anexo I, páginas 01 a 02.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município www.videira.sc.gov.br, Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 22 de dezembro de 2016.

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Dionisio Robaskewicz Neto
Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 270/2016

PORTARIANº. 270/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SONIA SOLENE SEGUNDO

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 02/01/2017 a 31/01/2017, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 405

DECRETO Nº. 405/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4239/2016 de 07 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 4.672,00 (Quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.062 – IGD – SUAS
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.35.000037	4.672,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.062 – IGD – SUAS
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.35.000037	4.672,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 01 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 418

DECRETO Nº. 418/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 20.240,55 (Vinte mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.043 – Manutenção do Bloco Piso de Atenção Básica Variável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.38.000020	20.240,55

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.043 – Manutenção do Bloco Piso de Atenção Básica Variável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.38.000020	20.240,55

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 12 de Dezembro de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra
Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 419

DECRETO Nº 419/2016

Estabelece o Calendário Tributário, para o exercício 2015, do Município de Xaxim e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os Incisos VI e XVI do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições do Art. 14 e parágrafo único do Art. 257 da Lei Complementar nº 007/2002, mais o que consta no Art. 257 do Decreto 405/2002,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário Tributário do Município de Xaxim, para o exercício 2017 fica estabelecido conforme Anexo Único, que integra o presente Decreto.

Art. 2º Para o contribuinte que optar pelo pagamento em cota única, será concedido um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor do imposto (IPTU).

Parágrafo único Os interessados em adquirir ou pleitear a isenção do IPTU para o exercício de 2017, quando devidamente habilitados, deverão encaminhar seus pedidos ao Setor de Tributação até 15 de Março de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Xaxim, em 15 de Dezembro 2016
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

ANEXO ÚNICO

IPTU - 2017

PARCELA	VENCIMENTO
ÚNICA	15/03/2017
1ª PARCELA	15/03/2017
2ª PARCELA	17/04/2017
3ª PARCELA	15/05/2017

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA DE ATIVIDADES – ALVARÁ-2017

PARCELA	VENCIMENTO
ÚNICA	31/03/2017

ISSQN

PESSOA JURÍDICA COM ALÍQUOTA VARIÁVEL E POR ESTIMATIVA-2017

PARCELA	VENCIMENTO
1ª PARCELA	28/02/2017
2ª PARCELA	31/03/2017
3ª PARCELA	29/04/2017
4ª PARCELA	31/05/2017
5ª PARCELA	30/06/2017
6ª PARCELA	31/07/2017
7ª PARCELA	31/08/2017
8ª PARCELA	30/09/2017
9ª PARCELA	31/10/2017
10ª PARCELA	30/11/2017
11ª PARCELA	30/12/2017
12ª PARCELA	31/01/2018

ISSQN – PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL TÉCNICO E SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS - 2017

PARCELA	VENCIMENTO
1ª PARCELA	31/03/2017
2ª PARCELA	30/04/2017
3ª PARCELA	31/05/2017
4ª PARCELA	30/06/2017

ISSQN – OUTROS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS-2017

PARCELA	VENCIMENTO
1ª PARCELA	31/03/2017
2ª PARCELA	30/04/2017

DECRETO 444

DECRETO Nº. 444/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015 e Lei Municipal nº 4254 de 19 de Dezembro 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 599.770,00 (Quinhentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.042 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	10.38.00008	599.770,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar referente ao art. 1º serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação, na Fonte de Recurso 01.38, oriundos das Emendas Parlamentares relativas às Propostas 36000913500201600, 36000912110201600 e

36000101443201600 para Custeio do Programa PAB.

Art. 3º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade	
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
Modalidade		Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00		01.01	300.000,00

Art. 4º - Para dar cobertura ao crédito suplementar referente ao Art. 3º, serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade	
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
Modalidade		Fonte	Valor R\$
3.1.91.00.00		01.01	300.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 20 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 447

DECRETO Nº447/2016

Fixa os valores das taxas que especifica, para o exercício de 2017, e adota outras providências.

O PREFEITO DE XAXIM, no uso De suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 202 e 203 da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, e suas alterações;

CONSIDERANDO que o Município houve por bem recuperar apenas os valores do recolhimento do lixo orgânico, evitando a oneração tributária, dada a capacidade de pagamento dos contribuintes;

CONSIDERANDO, que os valores ora fixados não se referem a instituição de novos tributos e são apenas indicados neste Decreto, sendo utilizados somente como base para lançamento por parte da Secretaria de Fazenda,

DECRETA:

Art. 1º Para o Exercício de 2017, os valores da Taxa de Coleta de Lixo serão de acordo com a Tabela IX, da Lei Complementara nº 007, de 23 de dezembro de 2002, fixada no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Para o cálculo da Taxa de Coleta de Lixo foram considerados os serviços de coleta e tratamento de lixo urbano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do prefeito Municipal, em 21 de dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

ANEXO I

TABELA IX

A Taxa de coleta de lixo será cobrada conforme o numero de passagens nos imóveis e conforme sua localização, de acordo com a seguinte tabela:

Zona Fiscal	Nº de passagem por ano	R\$(custo) por passagem	Nº de imóveis	Custo total das passagens	R\$ (custo) por imóvel ano	Numero total de passagens
I	240	0,78	600	112.320,00	187,20	144000
II	240	0,78	578	108.201,60	187,20	138720
III	144	0,78	1419	159.382,08	112,32	204336
IV	144	0,78	934	104.906,88	112,32	134496
V	144	0,78	3158	354.706,56	112,32	454752
VI	48	0,78	580	21.715,20	37,92	27840
VI	48	0,78	40	1.497,60	37,92	1920
TOTAL	1008		7309	862.729,92		1106064

Associações

AMAVI

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2016

OBJETO: Credenciamento de emissoras de rádio com cobertura no Alto Vale do Itajaí, que explorem atividade econômica e que contem com programação prioritariamente referente aos municípios do Alto Vale do Itajaí, para prestação de serviços de comunicação, nos termos especificados no Edital.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMAVI, doravante denominada AMAVI, inscrita no CNPJ sob o nº 82.762.469/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, neste Município, por determinação do seu Presidente, Sr. Silvio Venturi, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará CREDENCIAMENTO de emissoras de rádio interessadas em prestar serviços de comunicação, consoante especificações do edital. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede da AMAVI ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br. Rio do Sul, 23 de dezembro de 2016. Silvio Venturi - Presidente.

AMMVI

CONTRATO Nº DL08/2016 - AMOSTRAGEM TAC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08/2016

DAS PARTES:

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE;

CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, instituída pela Lei Municipal nº 1.557, de 14/12/1968, reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação pela Portaria Ministerial nº 117, de 13/02/1986, e com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19/03/2010, pessoa jurídica de direito público interno e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau na forma de Autarquia Municipal de regime especial, inscrita no CNPJ sob nº 82.662.958/0001-02, com sede na Rua Antonio da Veiga, nº 140, na cidade de Blumenau/SC, representada por seu Reitor, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado a CONTRATANTE e de outra a CONTRATADA, convencionam e contratam, com fundamento no art. 24, II, da Lei no 8.666/93, o adiante discriminado:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 - A CONTRATADA, através do grupo técnico de que trata sua Proposta Técnica de Trabalho, que passa a integrar o presente instrumento, prestará serviços de assessoria e consultoria para atuação das vigilâncias sanitárias municipais em relação à fiscalização e regularização dos sistemas individuais de esgotamento sanitário e de sistemas coletivos e demais ligações à rede coletora quando existir, para três (03) municípios pertencentes à região do Médio Vale do Itajaí (Botuverá, Guabiruba e Pomerode), em atendimento as demandas da CONTRATANTE.

1.2 – O objeto estabelecido no item anterior inclui as seguintes atividades divididas em módulos:

Modulo 1 (um):

- Revisar a proposta de atuação a partir dos resultados obtidos em Benedito Novo, sugerindo melhorias para o questionário;
- Propor melhorias na metodologia e adequações para aplicação nos outros Municípios;
- Determinar um plano amostral para os municípios escolhidos;
- Realizar o treinamento na equipe responsável pela aplicação;
- Auxiliar na aplicação do questionário nos municípios;
- Realizar o tratamento dos dados obtidos;

Modulo 2 (dois):

- Produzir relatório final;
- Apresentar os resultados (evento a ser agendado pelo CONTRATANTE).

1.3 - O prazo de execução dos serviços será de 210 (duzentos e dez) dias, e a vigência deste instrumento será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – O valor global deste instrumento corresponde a R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), contudo a CONTRATANTE pagará ao

CONTRATADO a importância de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), da seguinte forma:

1ª Parcela – R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais), na assinatura do contrato, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente liquidada;
2ª Parcela – R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), com a conclusão das atividades do módulo: 1 (um), mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente liquidada;
3ª Parcela – R\$ 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais), a contar da apresentação do relatório final, resultados do projeto e encerramento das atividades (Módulo: 2) em evento a ser agendado pelo CONTRATANTE mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente liquidada.

2.1.1 – Os três Municípios que deverão ser atendidos com as atividades deste instrumento (Botuverá, Guabiruba e Pomerode) arcarão com a remuneração relacionada ao módulo: 1 (um), dividido igualmente entre eles.

2.2 - As despesas decorrentes deste instrumento (valor global) serão custeadas 50% pela CONTRATANTE e 50% correrá a conta de dotações dos Orçamentos-Programa 2016 dos Municípios beneficiados (Botuverá, Guabiruba e Pomerode).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS E DAS RESPONSABILIDADES:

3.1 - O valor dos serviços prestados pela CONTRATADA deverá ser pago conforme pactuado na Cláusula anterior, e em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão de cada módulo previsto na proposta, com a apresentação e liquidação da Nota Fiscal, mediante depósito em sua conta bancária.

3.2 – A CONTRATADA deverá prestar os serviços contratados com dedicação e qualidade, atendendo as necessidades e horários estabelecidos pela CONTRATANTE e/ou constantes de sua Proposta Técnica de Trabalho.

3.3 - A CONTRATANTE caberá o pagamento dos valores previstos na Cláusula Segunda (módulos: 1 e 3) deste contrato e a fiscalização dos serviços, bem como a determinação do cronograma de ações a serem realizadas, incluindo reuniões e eventos nos quais o grupo técnico da CONTRATADA deverá desenvolver suas atividades.

3.4 - A CONTRATANTE não responde, subsidiária ou solidariamente, tanto na esfera civil, trabalhista, tributária, securitária, penal, entre outras, pelos atos e omissões, dolosas e culposas praticadas pelo CONTRATADO, resguardado àquela o direito de regresso em caso de eventual condenação.

3.5 - Fica delegada atribuição a empregada da AMMVI, Sra. SIMONE GOMES (CREA/PR 123063), para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

3.6 - Os direitos à propriedade intelectual pertinente aos, sistemas, estudos, projetos, relatórios e demais trabalhos e informações desenvolvidas pelo Contratado, ainda que inacabados, serão integralmente de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, que poderá registrá-los nos órgãos competentes e utilizá-los ou cedê-los sem qualquer restrição ou custo adicional Lei Federal nº 9609/1998 e Lei Federal nº 9610/1998, renunciando a Contratada, de maneira irrevogável e irretratável, a todos e quaisquer direitos sobre os mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

4.1 - A presente contratação funda-se nos artigos 13 e 24, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DOS EFEITOS DA RESCISÃO ANTECIPADA

5.1 - Em caso de rescisão do presente contrato antecipadamente, será devido o pagamento dos serviços já realizados pela CONTRATADA, proporcional ao valor total deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:

6.1 - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC a fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau/SC, 20 de Maio de 2016.

CONTRATANTE CONTRATADA

FERNANDO TOMASELLI JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

Presidente da AMMVI Reitor da FURB

Testemunhas:

Nome: José Rafael Correa Nome: Simone Gomes

NONO TERMO ADITIVO - LICITAÇÃO 02/2012

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI E M.S.V. SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA – EPP.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro, M.S.V. SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.352.011/0001-17, com endereço à Rua Zelma Antunes Pereira, 59, bairro Itai, cidade de Eldorado do Sul - RS, CEP. 92.990-000 neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. Antonio Carlos Coelho – CPF nº 082.525.300-44, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de recepção na sede da AMMVI, decorrente da Licitação Convite nº 003/2012, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº CC03/2012 firmado pelas partes em 17/10/2012, alterado pelo Terceiro Termo Aditivo firmado em 16/12/2013, tem seu prazo estendido até 30 de setembro de 2017.

Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Contrato inicial, a CONTRATADA assume total responsabilidade por toda e qualquer despesa, indenização ou débito decorrente de condenação civil ou trabalhista relacionada ao objeto do contrato, inclusive ressarcindo a CONTRATANTE de qualquer ônus que tenha para sua defesa, acaso esta venha a integrar o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original, e seus Aditivos, ficam mantidos e ratificados.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 21 de novembro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI
PRESIDENTE da AMMVI

REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

RESOLUÇÃO Nº 12/2016

RESOLUÇÃO nº 12/16

Institui o Regulamento de Compras e Contratações da AMMVI, e dá outras providências.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se:

- a) a natureza jurídica da AMMVI, constituída sob a forma de associação civil, pessoa jurídica de direito privado, nos termos dos artigos 53 e seguintes da Lei nº 10.406/2002;
- b) a subsunção ao regime jurídico de direito privado relativamente à celebração e execução de contratos;
- c) a origem eminentemente pública das receitas arrecadadas pela entidade, oriunda especialmente das contribuições estatutárias transferidas por seus associados – os municípios, entes de direito público interno –, atraindo a aplicação dos princípios próprios à utilização de recursos públicos, em conformidade com as legislações vigentes e a posição dos Tribunais Superiores e de Contas;
- d) a relevância da fixação de procedimentos de compliance, a fim de fazer cumprir as normas legais, regulamentares, políticas e diretrizes da entidade, provendo o controle interno da instituição dos mecanismos de detecção de eventuais irregularidades;
- e) a pertinência da edição de regulamento especial a disciplinar o procedimento para celebração de contratos pela AMMVI, a exemplo da Resolução nº 11/2016 da FECAM, pautado pela impessoalidade, transparência, moralidade, publicidade, economicidade, sustentabilidade e eficiência dessas contratações, mantido o regime jurídico de direito privado;
- f) a deliberação da Diretoria Executiva da AMMVI, referendada pela Assembleia Geral realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI observará as normas jurídicas de direito privado e os princípios da impessoalidade, transparência, moralidade, publicidade, economicidade, sustentabilidade e eficiência na celebração de seus contratos para aquisição de bens, contratação de serviços e alienações.

§ 1º - Para os fins do caput deste artigo, fica instituído o Regulamento de Compras e Contratações da AMMVI, nos termos desta Resolução, a reger os procedimentos de contratação de bens e serviços necessários ao exercício de suas funções estatutárias.

§ 2º - Para fins de atendimento aos princípios estabelecidos no caput desse artigo, deverão ser observados:

I - Formalização dos processos de contratação, exceto nas contratações verbais, em meio físico ou digital, numerados sequencialmente, contendo documentos instrutórios relativos às fases de planejamento da contratação, de escolha do contrato e da respectiva execução;

II - Justificativas expressas acerca da necessidade ou pertinência das contratações;

III - Disponibilização de cópia dos processos de contratação a quaisquer interessados, mediante requerimento e após recolhimento de eventuais custos de reprodução;

IV - Seleção do contratado por meio de julgamento objetivo, nos termos dos requisitos estabelecidos nas definições prévias à contratação;

V - Dever de probidade, caracterizado pela correção da conduta de seus agentes e pela exigência do mesmo comportamento àqueles que contratam com a entidade;

VI - Divulgação de avisos de contratação no sítio oficial da entidade, bem como publicação dos extratos de contratos e suas alterações;

VII - Definição precisa, suficiente e clara do escopo contratual, priorizando-se a busca da maior vantagem para a contratante, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância; e

VIII - Padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas.

Art. 2º - Para os fins deste regulamento considera-se:

I - Obra e Serviço de Engenharia: toda construção, reforma, recuperação, ampliação e demais atividades que envolvam as atribuições privativas dos profissionais das áreas de engenharia, arquitetura ou urbanismo;

II - Demais Serviços: aqueles não compreendidos no inciso I deste artigo;

III - Compra: toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

IV - Homologação: o ato pelo qual o responsável previsto no artigo 13 da presente Resolução, após verificar a regularidade do procedimento de contratação, ratifica o resultado da seleção;

V - Registro de preço: procedimento, precedido de ampla seleção, adotado para registrar o menor preço obtido para determinados bens ou serviços definidos, entregues ou prestados por fornecedores que acudam à seleção, no prazo e condições estabelecidos no respectivo edital, viabilizando a possibilidade de sua aquisição na medida das necessidades da entidade, sem que esse registro importe em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado;

VI – Seleção ampla: procedimento de contratação mediante publicação de edital de seleção, observado o rito procedimental expresso no artigo 8º;

VII – Seleção restrita: procedimento de contratação mediante seleção direta e impessoal dos interessados, cadastrados ou não, observado o rito procedimental expresso no artigo 11 deste regulamento;

VIII – Contratação verbal: contratação realizada mediante acordo verbal, nas condições expressas no artigo 12 deste regulamento.

Art. 3º - São procedimentos auxiliares das contratações regidas por este Regulamento:

I - Pré-qualificação ou cadastro permanente de bens e fornecedores; e

II - Sistema de registro de preços.

§ 1º - Considera-se pré-qualificação ou cadastro permanente o procedimento anterior à contratação destinado a identificar bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade da contratante ou cadastrar fornecedores que reúnam condições de habilitação exigidas para o fornecimento de bens ou a execução de serviços, no qual será anotado o histórico de contratações celebradas pelo cadastrado e o respectivo resultado da contratação.

§ 2º - Considera-se registro de preços o procedimento prévio a futuras contratações, efetivado mediante ampla seleção e classificação de fornecedores aptos a serem contratados, sendo facultada à AMMVI a celebração dos contratos que dele poderão advir, sem que isso represente qualquer direito subjetivo ao fornecedor registrado.

§ 3º - O registro de preços dar-se-á mediante processo de ampla seleção, cujo registro poderá contemplar mais de um fornecedor para o mesmo bem ou serviço, facultada ainda a atualização dinâmica dos preços mediante recepção constante de novas propostas para os mesmos objetos de contratação, hipótese em que será dada preferência à contratação mais vantajosa obtida ao longo da vigência do registro de preços.

Art. 4º - Os procedimentos auxiliares previstos neste regulamento serão abertos por meio de edital próprio, amplamente divulgado, e ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados, podendo ser revistos ou cancelados a qualquer tempo.

Art. 5º - As aquisições ou alienação de bens e as contratações de obras e serviços, inclusive os de engenharia, dar-se-ão mediante ampla seleção, nos termos de edital de seleção, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas escritas e sigilosas, abertas em

sessão pública, podendo ser adotado o modo de disputa aberta mediante lances verbais e sucessivos entre os interessados, ou a disputa fechada, sendo declarada vencedora a proposta mais vantajosa segundo os critérios do edital.

§ 1º - Fica dispensada da ampla seleção as contratações de baixo valor, as quais deverão ser precedidas de seleção restrita, nos termos do artigo 11 deste regulamento.

§ 2º - Considera-se de baixo valor as seguintes estimativas de contratação, dentro de um mesmo exercício fiscal:

I - As contratações de obras e serviços de engenharia inferiores a R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais);

II - As aquisições de bens e contratações de demais serviços inferiores a R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais);

III - As alienações de bens inferiores a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

§ 3º - Os procedimentos externos de ampla seleção e de seleção restrita poderão ser executados presencialmente ou de maneira virtual, desde que assegurada a autenticidade dos documentos e atos realizados virtualmente.

Art. 6º - Ficam dispensadas de processo de ampla seleção e de seleção restrita as seguintes contratações, as quais deverão ser instruídas com as justificativas da dispensa da seleção da escolha do contratado e do preço ajustado, admitida a convalidação posterior da contratação levada a efeito verbalmente:

I - Nas compras ou contratação de serviços até o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por objeto, no âmbito do exercício financeiro;

II - Nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ao funcionamento da AMMVI ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;

III - Quando não acudirem interessados à seleção anterior, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas;

IV - Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da seleção anterior, ou, se não for possível, desde que precedida de procedimento simplificado para seleção de proposta vantajosa, instruído com no mínimo três orçamentos ou pesquisas de preços de fornecedores da região da AMMVI;

V - Na aquisição, locação ou arrendamento de imóveis, sempre precedida de avaliação;

VI - Na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos;

VII - Na contratação com as demais associações representativas de municípios;

VIII - Na aquisição de componente ou peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia;

IX - Na contratação de profissional ou empresa que detenha direitos sobre produtos e sistemas de informática, para a manutenção desses produtos e sistemas e para o desenvolvimento de novos produtos e soluções que utilizem a estrutura daqueles anteriormente adquiridos;

X - Na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de capacitação vinculados às atividades estatutárias da AMMVI; e

XI - Na contratação de serviços públicos prestados pelo Poder Público ou por terceiros em regime de delegação ou concessão, tais como contratos de fornecimento de água e energia elétrica, serviços de transporte público, serviços de telefonia, fixa ou móvel, de internet ou de outros serviços de acesso condicionado regulados pelo poder público e com preços fixados por suas normas.

Art. 7º - Nas contratações em que restar demonstrada a inviabilidade de disputa, é inexigível a realização de procedimento de seleção, devendo a contratação ser devidamente instruída com as justificativas da inviabilidade da disputa e as razões da necessidade da contratação, da escolha do contratado e do preço ajustado.

Parágrafo Único - São exemplos de contratação por inexigibilidade de seleção, entre outras:

I - Aquisição de matérias ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo;

II - Contratação de serviços com pessoa jurídica ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;

III - Contratação de profissional de qualquer setor artístico;

IV - Permuta ou dação em pagamento de bens, observada a avaliação atualizada;

V - Doação de bens;

VI - Contratação de patrocínios, inscrição em feiras, exposições, congressos, seminários e eventos em geral.

Art. 8º - O procedimento de seleção ampla será iniciado com a requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo do contrato, sua justificativa, a estimativa de seu valor e os recursos para atender à despesa, com consequente autorização até o ato final de homologação, e ao qual serão juntados:

I – Edital de seleção;

II – Comprovante de publicações;

III – Ato de designação da Comissão que fará a seleção;

IV – Original das propostas;

V – Atas da Comissão;

VI – Pareceres;

VII – Recursos eventuais;

VIII – Homologação;

IX – Minuta do contrato;

X – Demais documentos relativos ao processo.

Art. 9º - O julgamento das propostas observará os critérios objetivos estabelecidos no edital de seleção, devendo ser lavrada ata circunstanciada contendo o resultado do julgamento e a ordem de classificação dos participantes do processo de seleção.

Art. 10 - Identificada a proposta mais vantajosa, far-se-á aferição das condições de habilitação fixadas no edital, compreendendo a habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade técnica.

§ 1º - A habilitação jurídica compreende a verificação das condições formais do interessado para o exercício de atividade econômica compatível com o objeto da contratação.

§ 2º - A regularidade fiscal será aferida mediante a comprovação da inscrição do interessado nos cadastros junto aos órgãos fazendários pertinentes ao objeto do contrato e prova de regularidade perante a Seguridade Social e as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Distrital e Municipal, quando for o caso.

§ 3º - A capacidade técnica compreende a avaliação da aptidão do interessado para executar o futuro contrato, mediante:

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

b) Atestação da experiência anterior, operacional ou profissional, de objeto compatível com aquele que se deseja contratar;

c) Comprovação de disponibilidade de bens, equipamentos ou profissionais adequados para a execução do futuro contrato; e

d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 4º - Fica dispensada da apresentação de documentos de habilitação o interessado previamente cadastrado e com documentação cadastral atualizada, salvo quanto a eventuais documentos não constantes no cadastro.

Art. 11 - O procedimento de seleção restrita, em razão dos princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, constitui procedimento simplificado de seleção da contratação mais vantajosa e será instruído com os seguintes elementos:

I - Requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo da contratação, sua justificativa, dispondo sobre a necessidade e a conveniência da contratação, a estimativa de seu valor e os recursos para atender à despesa;

II – Autorização do responsável pela contratação;

III – Comprovantes de solicitação de propostas a, preferencialmente, três ou mais interessados;

IV – Propostas de preços obtidas dos interessados consultados, admitida a obtenção de propostas mediante ofertas públicas anunciadas em meios físicos, como catálogos, panfletos, e em meios eletrônicos;

V – Documentos de habilitação do interessado selecionado, podendo ser dispensada a comprovação de regularidade fiscal e da capacidade técnica, admitindo-se, para fins de habilitação jurídica do interessado constituído sob a forma de pessoa jurídica, a juntada do Cartão CNPJ;

VI – Ato de homologação.

Art. 12 - A contratação verbal é admitida nos casos de urgência ou de pronto pagamento, desde que mostrar-se necessária ou razoável.

§ 1º - Consideram-se urgentes as contratações decorrentes de situações emergenciais cujo prazo para execução do contrato não possa aguardar a realização procedimento de seleção restrita.

§ 2º - São despesas de pronto pagamento, realizadas por meio de contratações verbais, no regime de adiantamento de numerário, aquelas de caráter extraordinário que não permitem delongas na sua formalização, as despesas efetuadas em lugar distante da sede da AMMVI e aquelas cujo valor da contratação seja irrisório, resultando em ônus desproporcional a realização de seleção restrita frente ao valor da contratação.

§ 3º - Consideram-se de valor irrisório, para fins do disposto no parágrafo anterior, as despesas decorrentes de contratação de bens e serviços de até R\$ 300,00 (trezentos reais) por adiantamento, obedecido o limite definido no artigo 6º, inciso I.

Art. 13 - A conclusão do processo de seleção, ampla ou restrita, dar-se-á mediante ato de homologação do responsável pela AMMVI, facultando-se a esta a submissão do processo à prévia análise jurídica e de adequação aos termos deste regulamento.

§ 1º - Considera-se responsável, para fins de aplicação da presente Resolução:

I - Para os processos de contratação por meio de ampla seleção e para as contratações por inexigibilidade de seleção, ante a inviabilidade de disputa, o Presidente da AMMVI;

II - Para os processos de contratação por meio de seleção restrita e para as contratações urgentes mediante dispensa de seleção, o Secretário Executivo da AMMVI.

§ 2º - O mesmo responsável para a homologação do processo incumbe a competência para assinar o contrato dela decorrente.

§ 3º - É facultada a delegação da competência expressa no presente regulamento, mediante ato formal do responsável delegante.

Art. 14 - Em qualquer fase do processo de seleção os participantes poderão requerer esclarecimentos ou solicitar reconsideração das decisões exaradas, sem efeito suspensivo.

Art. 15 - A AMMVI poderá, a qualquer momento, por ato do seu responsável, sob sua avaliação de conveniência, cancelar a seleção antes de assinado o contrato, sem que disso decorram quaisquer direitos aos interessados.

Art. 16 - Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela AMMVI:

I - As pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a AMMVI, bem como os membros do Conselho Deliberativo – Assembleia Geral, Secretaria Executiva e Conselho Fiscal da AMMVI;

II - As pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - As pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores;

IV - As pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a AMMVI e/ou com seus Municípios associados, decorrente de penalidade aplicada previamente.

Parágrafo Único - Fica ressalvada dos impedimentos previstos nos incisos I a III deste artigo a contratação de pessoa física ou jurídica nos termos do artigo 6º, I, IV, V, VI, VII, VIII e X, e nos termos do artigo 7º deste regulamento.

Art. 17 - A AMMVI poderá se utilizar de quaisquer espécies contratuais previstas em lei ou que não sejam por ela defesas, a exemplo de contratos de prestação de serviços, de empreitada, de locação, de compra e venda, entre outros.

§ 1º - O contrato celebrado deverá conter, no mínimo, as seguintes cláusulas, conforme o caso:

I - Identificação dos sujeitos contratantes;

II - Identificação do objeto do contrato, incluindo, além da obrigação principal, as obrigações acessórias, quando houver;

III - As condições de extinção do contrato (pelo cumprimento, por resilição e resolução), de exceção pelo descumprimento, de sub-rogação, bem como as cláusulas penais e previsão de juros para os casos de inadimplemento;

IV - O modo de pagamento, o qual será, preferencialmente, efetuado por depósito em conta corrente, após a apresentação, pelo contratado, da nota fiscal preenchida com a informação sobre a natureza do objeto contratado e, se necessário, de relatório de prestação dos serviços;

V - A possibilidade de resilição pela vontade da AMMVI ou de ambas as partes;

VI - A possibilidade de resolução em razão do inadimplemento da obrigação pelo contratante ou da condição de onerosidade excessiva em face da AMMVI;

VII - A possibilidade de suspensão da obrigação da AMMVI em razão da não implementação da prestação imposta ao outro contratante;

VIII - O prazo do contrato, o qual deverá ser determinado e não poderá ser superior a 5 (cinco) anos;

IX - O critério de atualização financeira do preço contratado, mediante definição de índice oficial de correção monetária;

X - A aplicação de cláusula penal e juros moratórios àqueles que inadimplirem suas obrigações perante a AMMVI; e

XI - Exigência de acautelamentos para o adimplemento do contrato, tais como caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, quando o caso concreto recomendar.

§ 2º - Nas contratações decorrentes de procedimentos de seleção restrita e naqueles de execução imediata do objeto, é facultada a substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, a exemplo da autorização de fornecimento ou de execução do serviço, nos termos da proposta do interessado da qual se encontra vinculado.

Art. 18 - A AMMVI publicará no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) o extrato do contrato celebrado, contendo as informações gerais sobre o objeto contratado, o preço a ser pago, o prazo de vigência e a identificação do contratado.

Parágrafo Único - Nas contratações cujos termos tenham sido substituídos conforme autorizado no § 2º do artigo 17 serão publicados mediante relação de contratações do mês, devendo constar, no mínimo, o nome do contratado, inscrição no CNPJ ou CPF, descrição resumida do objeto e valor global da contratação.

Art. 19 - A AMMVI designará o gestor do contrato, a que compete acompanhar a execução do contrato, aferir a conclusão do objeto contratual, certificando o seu recebimento, bem como reportar ao responsável pela contratação os casos de execução parcial, irregular ou inexecução contratual.

§ 1º - Na falta de designação expressa do gestor do contrato, a atribuição recairá sobre aquele que firmar a requisição de contratação.

§ 2º - Serão admitidas alterações contratuais acordadas entre as partes sempre que ocorrerem fatos supervenientes capazes de justificar a alteração do contrato.

Art. 20 - A AMMVI, por seus gestores, deverá zelar para que as pessoas físicas e jurídicas que com ela contratem guardem, antes, durante e após a execução do contrato, os princípios da boa-fé objetiva e da equidade, bem como garantir que os contratos da entidade estejam sempre funcionalizados em torno de seus objetivos sociais.

Art. 21 - As contratações da AMMVI deverão observar o planejamento definido e aprovado para cada exercício financeiro, resguardado o equilíbrio financeiro.

Art. 22 - As novas relações contratuais da AMMVI, na medida de suas instrumentalizações e renovações, deverão obedecer às normas deste Regulamento, não se aplicando para os contratos atualmente vigentes com prazo determinado.

Art. 23 - Os contratos atualmente vigentes com prazo indeterminado deverão ser denunciados ou renovados, de acordo com as regras do presente Regulamento, passando, a partir da renovação, a vigor por prazo determinado.

Art. 24 - Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, revogadas as Resoluções nº 01/09, nº 02/09, nº 21/15 e nº 28/15, e demais disposições em contrário.

Blumenau - SC, em 08 de Dezembro de 2016; 47º Ano de Fundação.

FERNANDO TOMASELLI
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 13/2016

RESOLUÇÃO nº 13/16

Estabelece o valor das contribuições dos Municípios associados à AMMVI para o período de janeiro a dezembro de 2017, e dá outras providências.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que a alínea “g” do artigo 21 estabelece competência para Assembleia Geral fixar, por meio de Resolução, a contribuição dos Municípios associados, em valor fixo, limitado ao máximo de 1,2% do valor anual de recebimento de repasse do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, para atender às despesas de custeio das atividades e de formação do Patrimônio da Associação;

Considerando-se a aprovação dos valores das contribuições dos Municípios associados, para o período de janeiro a dezembro de 2017, na

Assembleia Geral realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica definido o valor das contribuições dos Municípios associados para o período de janeiro a dezembro de 2017, na forma que segue:

Município	Contribuição Anual
Apiúna	R\$ 94.500,00
Ascurra	R\$ 74.000,00
Benedito Novo	R\$ 94.500,00
Blumenau	R\$ 645.000,00
Botuverá	R\$ 74.000,00
Brusque	R\$ 415.000,00
Doutor Pedrinho	R\$ 74.000,00
Gaspar	R\$ 295.000,00
Guabiruba	R\$ 147.500,00
Indaial	R\$ 295.000,00
Pomerode	R\$ 193.500,00
Rio dos Cedros	R\$ 94.500,00
Rodeio	R\$ 94.500,00
Timbó	R\$ 221.000,00

§ 1º – O valor da contribuição no período será repassado gradativamente em parcelas vencíveis nas mesmas datas de efetivação dos recebimentos do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, regularmente ocorridos nas datas de 10, 20 e 30 de cada mês, guardando proporcionalidade com o valor de cada repasse.

§ 2º – Compete a AMMVI informar ao setor contábil dos Municípios os valores de cada parcela, observando-se as disposições do parágrafo anterior e o limite estabelecido no “caput” deste artigo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 08 de Dezembro de 2016; 47º Ano de Fundação.

FERNANDO TOMASELLI
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 14/2016

RESOLUÇÃO nº 14/16

Concede auxílio-alimentação adicional aos empregados da AMMVI.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se a deliberação da Diretoria Executiva da AMMVI, referendada pela Assembleia Geral realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - No mês de dezembro de 2016, os empregados da AMMVI serão beneficiados com a concessão, em dobro, do auxílio-alimentação, instituído através da Resolução nº 08/02.

Parágrafo Único – A concessão do benefício adicional de que trata este artigo, estende-se aos contratados em regime de estágio.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 08 de Dezembro de 2016; 47º Ano de Fundação.

FERNANDO TOMASELLI
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 15/2016

RESOLUÇÃO nº 15/16

Declara ponto facultativo em 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nas Prefeituras e nos demais órgãos públicos vinculados aos Municípios filiados à AMMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados da AMMVI na data de 26 de Dezembro de 2016 (segunda-feira que sucede ao natal).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AMMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 08 de Dezembro de 2016; 47º Ano de Fundação.

FERNANDO TOMASELLI
Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 16/2016

RESOLUÇÃO nº 16/16

Concede progressão vertical por nova titulação a empregado da AMMVI.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, com fundamento nos artigos 40 a 47 do Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08 e alterações; e

Considerando-se o pleito do colaborador, devidamente instruído com o certificado de curso de pós-graduação, e o parecer jurídico favorável ao deferimento deste;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido desenvolvimento funcional denominado de progressão vertical por nova titulação ao empregado abaixo identificado, a contar de 18 de Novembro de 2016, conforme segue:

Nome	Emprego	Referência Salarial	
		Anterior	Atual
Alexandre Carvalho Brigido	Advogado	90	93

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 18 de Novembro do corrente.

Blumenau - SC, em 20 de Dezembro de 2016; 47º Ano de Fundação.

FERNANDO TOMASELLI
Presidente da AMMVI

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL Nº 001/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL nº 001/2014

Considerando-se:

- que os Consórcios Públicos expediram os respectivos atos administrativos designando os profissionais da AMMVI para suas atividades de contabilidade e controladoria, não dispondo de profissionais próprios para tais funções;
- a necessidade de manutenção dos serviços de que trata o Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado em 11/12/2014, e seu Termo Aditivo firmado em 10/12/2015, a existência de dotações orçamentárias consignadas nas propostas orçamentárias 2017 para esta finalidade e a previsão de aditamento neste instrumento de cooperação institucional;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita

no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com sua sede na rua Alberto Stein, nº 466, Velha – Blumenau / SC, aqui representada pelo seu Presidente, doravante denominada simplesmente AMMVI, e de outro lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 21.568.943/0001-95, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, na cidade de Apiúna - SC, aqui representado por seu Presidente, e a AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP. 89036-200, nesta cidade de Blumenau - SC, representada neste ato pelo Presidente de sua Diretoria Executiva, doravante denominados simplesmente CONSÓRCIOS PÚBLICOS, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, com base no artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 11.107/05, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1.1 – Os valores previstos no item 3.1 da Cláusula Terceira do Convênio, ficam renovados para o novo prazo de vigência e execução, estabelecendo-se seu repasse pelos CONSÓRCIOS PÚBLICOS à AMMVI, em cotas mensais até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017.

1.2 – O prazo de vigência de que trata o item 4.1 da Cláusula Quarta do Convênio, fica prorrogado por mais um ano, estendendo-se sua execução para o período de janeiro a dezembro de 2017, mantida a possibilidade de novas prorrogações através de Termo Aditivo.

1.3 – Fica estabelecido um prazo de carência ao CIAPS, isentando-o do pagamento dos valores previstos para os exercícios de 2015 e 2016 pela contrapartida dos serviços prestados pela AMMVI, em face de suas dificuldades e carências financeiras, operacionais e administrativas nestes exercícios e da implantação gradativa de suas atividades até o exercício de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014 correrão por conta das dotações orçamentárias constantes nos orçamentos dos CONSÓRCIOS PÚBLICOS, vigentes para o exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 - As demais cláusulas e condições do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado em 11/12/2014, com as alterações de que trata o Primeiro Termo Aditivo firmado em 10/12/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo os partícipes, assinam o presente Termo, pelos respectivos representantes, em cinco vias de igual teor e forma, destinada uma para cada conveniente.

Blumenau - SC, 08 de dezembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI

Fernando Tomaselli - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Hartwig Persuhn – Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Pedro Celso Zuchi – Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS

Nicanor Morro - Presidente

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR

Fernando Tomaselli - Presidente

Consórcios

AGIR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 005/2016 - AGIR

E X T R A T O

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 005/2016

- EXTRATOS CONTRATOS / 2016

NÚMERO DO CONTRATO: 005/2016

DATA VIGÊNCIA: 01/01/2017

DATA VENCIMENTO: 31/03/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 005/2016 – MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: BRUNO BRAUNS DE PINHO ME. (CNPJ nº 20.366.913/0001-33)

OBJETO: Criação, roteirização, produção, direção e edição de vídeo institucional da AGIR, para fins de veiculação em eventos, congressos e nas mídias digitais, tais como site da Agência e redes sociais, suprimindo as necessidades de divulgação institucional e de orientação a qualquer interessado das atribuições de regulação, controle e fiscalização desta Agência Reguladora, quanto aos serviços públicos municipais de saneamento básico prestados nos municípios consorciados.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais).

Blumenau (SC), em 23 de dezembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 005/2016 - AGIR

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 005/2016

CELEBRADO PELA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR E BRUNO BRAUNS DE PINHO ME, QUE TEM POR OBJETO A CRIAÇÃO, ROTEIRIZAÇÃO, PRODUÇÃO, DIREÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL DA AGIR, PARA FINS DE VEICULAÇÃO EM EVENTOS, CONGRESSOS E NAS MÍDIAS DIGITAIS, TAIS COMO SITE DA AGÊNCIA E REDES SOCIAIS, SUPRINDO AS NECESSIDADES DA DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL E DE ORIENTAÇÃO A QUALQUER INTERESSADO DAS ATRIBUIÇÕES DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DESTA AGÊNCIA REGULADORA, QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO PRESTADOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

CONTRATANTE: AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí

– AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve.

CONTRATADA: BRUNO BRAUNS DE PINHO ME, pessoa jurídica de direito privado/empresária individual inscrita no CNPJ sob o nº 20.366.913/0001-33, estabelecida na cidade de Blumenau/SC, na Rua Progresso, nº 167, sala 205, Bairro Progresso, neste ato representada pela sua titular o Senhor BRUNO BRAUNS DE PINHO, portador da cédula de identidade nº 5.675.180, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (SSP/SC), inscrito no CPF sob nº 075.619.079-74.

Assim, os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao Contrato CL nº 005/2016, inscrito no Processo Licitatório nº 005/2016 (Dispensa de Licitação para criação, roteirização, produção, direção e edição de vídeo institucional da AGIR, para fins de veiculação em eventos, congressos e nas mídias digitais, tais como site da Agência e redes sociais, suprimindo as necessidades de divulgação institucional e de orientação a qualquer interessado das atribuições de regulação, controle e fiscalização desta Agência Reguladora, quanto aos serviços públicos municipais de saneamento básico prestados nos municípios consorciados), sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

Cláusula PRIMEIRA – da prorrogação DO PRAZO DE DURAÇÃO do Contrato para Entrega dos Serviços (Aditamento da Cláusula Quarta do Contrato CL nº 005/2016)

1.1 Em face da necessidade de continuidade na prestação dos serviços, fica, portanto, alterada a Cláusula Quarta, subitem 4.1, do Contrato original que passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 O prazo de vigência terá início com a assinatura do contrato e vigorará até 31 de março de 2017.

1.2 Por este instrumento de aditivo, fica então prorrogado o prazo de duração do referido Contrato CL nº 005/2016, para o prazo máximo de sua vigência, ou seja: 31 de março de 2017; findo o qual as partes então verificarão quanto a conveniência e necessidade de sua prorrogação para o lapso temporal necessário a conclusão do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. As demais cláusulas constantes do Contrato CL nº 005/2016 permanecem inalteradas, e desde já ratificadas em todos os seus termos e condições.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato CL nº 005/2016, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Blumenau (SC), em 23 de dezembro de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

CONTRATANTE

Empresa BRUNO BRAUNS DE PINHO ME (CNPJ nº

20.366.913/0001-33)
CONTRATADA
BRUNO BRAUNS DE PINHO
Titular/Representante legal – CPF nº 075.619.079-74

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN Agente Administrativa CPF nº 071.611.199-36	VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR CPF nº 038.188.129-69
--	--

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL Nº 001/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL nº 001/2014

Considerando-se:

- que os Consórcios Públicos expediram os respectivos atos administrativos designando os profissionais da AMMVI para suas atividades de contabilidade e controladoria, não dispondo de profissionais próprios para tais funções;
- a necessidade de manutenção dos serviços de que trata o Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado em 11/12/2014, e seu Termo Aditivo firmado em 10/12/2015, a existência de dotações orçamentárias consignadas nas propostas orçamentárias 2017 para esta finalidade e a previsão de aditamento neste instrumento de cooperação institucional;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com sua sede na rua Alberto Stein, nº 466, Velha – Blumenau / SC, aqui representada pelo seu Presidente, doravante denominada simplesmente AMMVI, e de outro lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 21.568.943/0001-95, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, na cidade de Apiúna - SC, aqui representado por seu Presidente, e a AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, inscrito no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP. 89036-200, nesta cidade de Blumenau - SC, representada neste ato pelo Presidente de sua Diretoria Executiva, doravante denominados simplesmente CONSÓRCIOS PÚBLICOS, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, com base no artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 11.107/05, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1.1 – Os valores previstos no item 3.1 da Cláusula Terceira do Convênio, ficam renovados para o novo prazo de vigência e execução,

estabelecendo-se seu repasse pelos CONSÓRCIOS PÚBLICOS à AMMVI, em cotas mensais até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017.

1.2 – O prazo de vigência de que trata o item 4.1 da Cláusula Quarta do Convênio, fica prorrogado por mais um ano, estendendo-se sua execução para o período de janeiro a dezembro de 2017, mantida a possibilidade de novas prorrogações através de Termo Aditivo.

1.3 – Fica estabelecido um prazo de carência ao CIAPS, isentando-o do pagamento dos valores previstos para os exercícios de 2015 e 2016 pela contrapartida dos serviços prestados pela AMMVI, em face de suas dificuldades e carências financeiras, operacionais e administrativas nestes exercícios e da implantação gradativa de suas atividades até o exercício de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014 correrão por conta das dotações orçamentárias constantes nos orçamentos dos CONSÓRCIOS PÚBLICOS, vigentes para o exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 - As demais cláusulas e condições do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado em 11/12/2014, com as alterações de que trata o Primeiro Termo Aditivo firmado em 10/12/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo os partícipes, assinam o presente Termo, pelos respectivos representantes, em cinco vias de igual teor e forma, destinada uma para cada conveniente.

Blumenau - SC, 08 de dezembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI

Fernando Tomaselli - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Hartwig Persuhn – Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

Pedro Celso Zuchi – Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS

Nicanor Morro - Presidente

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR

Fernando Tomaselli - Presidente

CIGA**ATO DISPENSA 14_2016 AQUISIÇÃO SEDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2016/CIGA

Ato de Dispensa nº 14/2016/ciga

Objeto:

Aquisição de imóvel para abrigar e complementar, para o regular exercício de suas funções, a área total da sede administrativa do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, qual seja, duas Salas Comerciais de n.ºs 1304 e 1305, localizadas no 13º Pavimento, e duas Vagas de Garagens de n.ºs 107 e 108, localizadas no Pavimento Pilotis, no prédio comercial “CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ”, matrículas 41.821, 41.822, 41.624 e 41.625 do 3º Ofício de Registro de Imóveis, Circunscrição Continente de Florianópolis, em conformidade com o Processo Administrativo n.º 22/2016/CIGA.

PREVISÃO LEGAL:

Artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA foi criado em 2007 pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e associações de municípios, com a finalidade única de executar a gestão associada de serviços públicos na área de tecnologia da informação, por meio de mecanismos e instrumentos de coordenação e de cooperação entre os entes públicos, objetivando a inclusão digital e a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão pública municipal. Instrumentos com tal característica são de fundamental importância para a efetividade da Federação brasileira, constituída por três esferas autônomas de governo.

Desde a constituição deste Consórcio Público, sempre esteve instalado em endereço comum à FECAM, haja vista a atuação cooperativa com as entidades a ela vinculadas (o CIGA, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e a Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM), em verdadeira representação do federalismo cooperativo, de índole constitucional, expresso no artigo 241 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como a conservação dessa atuação conjunta, de benefícios evidentes ao CIGA, condição natural para a obtenção de resultados eficientes às finalidades a que se propõe.

Em vista do crescimento e desenvolvimento de suas atividades, fez-se necessária a aquisição de espaços físicos adequados para a condução dos trabalhos. De tal modo, a FECAM, a EGEM, a ARIS e o CIGA firmaram Protocolo de Intenções, de n.º 01, em 27 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, diário eletrônico oficial de todas, Edição n.º 1641, páginas 1402-1404, que definiu, por primeiro, a necessidade premente de compra de imóvel destinado às suas sedes administrativas, por segundo, os requisitos mínimos instituídos para a aquisição da nova sede administrativa das entidades que o celebraram.

No referido documento, fixou-se a área a ser adquirida por cada uma das entidades. Em um primeiro momento, definiu-se que o espaço destinado ao CIGA deveria apresentar entre 170 a 260 m² de área útil, conforme item ‘b’ do Anexo Único do Protocolo de Intenções.

Para cumprir os intentos fixados no Protocolo de Intenções, instrumento autorizativo da aquisição da nova sede, bem como a deliberação adotada na Reunião Ordinária do CIGA, realizada em 11 de dezembro de 2014, instaurou-se, em 14 de janeiro de 2015, o Processo Administrativo n.º 01/2015 do CIGA, para aferir as condições técnico-econômicas de imóveis que preencham os requisitos mínimos estabelecidos naquele ato, atendendo ao interesse público (fl. 2).

Nesse passo, em 28 de janeiro do ano de 2015, a Assembleia Geral

Ordinária do CIGA aprovou o Orçamento Anual deste Consórcio Público, o Plano de Trabalho, bem como deferiu, por unanimidade, a pretensão aquisitiva no mesmo local das entidades municipalistas FECAM, EGEM e ARIS, pois, além de possuírem objetivos comuns de atendimento aos municípios, poderiam compartilhar áreas, tais como: salas de reuniões, auditórios, refeitórios, equipamentos e demais infraestruturas, gerando economicidade de manutenção e de custo operacional das entidades, as quais são mantidas, praticamente, com recursos oriundos dos municípios (Edição n.º 1675 do DOM/SC, páginas 608-610).

De mais a mais, a Assembleia Geral do CIGA decidiu pela utilização de seu superávit para a aquisição de sua sede própria, que compõe o patrimônio de todos os entes consorciados ao CIGA.

De tal modo, foi nomeada Comissão Especial para a Avaliação de Imóveis, que concluiu, dentre os imóveis encontrados, ser o ‘Centro Executivo Imperatriz’, edifício novo, de alto padrão construtivo, com possibilidade de adaptações internas e externas conforme as necessidades, área compatível com os serviços pretendidos, amplo estacionamento para servidores e usuários, dotado de área comercial, praça de alimentação, apoio bancário, fácil acesso, portaria 24 horas com controle de acesso, boas condições de instalação e localização, que condicionam sua escolha, por observar a legislação pertinente e as exigências informadas na Portaria n.º 07/2015/CIGA e no Protocolo de Intenções, inclusive acessibilidade, o que melhor atende às finalidades precípuas desta Administração e, consequentemente, o interesse público, estando apto para uma mudança imediata, sem olvidar a compatibilidade do preço com o valor de mercado. De tal modo, propôs a aquisição de 4 (quatro) salas comerciais e 5 (cinco) vagas de garagem nesse Edifício.

Ocorre que, diante do parecer técnico contábil atestando a viabilidade da referida aquisição, desde que respeitados os limites orçamentários estabelecidos no projeto orçamentário “1.001 Aquisição da Sede Administrativa do CIGA”, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), e da decisão do Conselho de Administração do CIGA, em 02 de setembro de 2015, que, por cautela, optou pela aquisição de apenas 2 (duas) salas comerciais e 3 (três) garagens, totalizando uma área total de 190,854m² e de 124,502 m² de área privativa, resolveu-se, então, alugar as outras 2 (duas) salas comerciais e 2 (duas) garagens, conforme processo administrativo n.º 22/2015/CIGA, tudo nos termos do art. 24, X, da Lei 8.666/93. Com a sede administrativa do CIGA, além de entender sua estrutura organizacional necessária e possível dentro da realidade orçamentária da associação pública, possibilitar o chamamento de mais empregados públicos do Concurso Público já realizado para preenchimento de vagas do seu Quadro de Pessoal, o CIGA garantiu o atendimento dos municípios consorciados e as atividades administrativas.

No entanto, houve o ingresso de 48 novos municípios em 2015 e 5 novos municípios em 2016, incluindo municípios capitais. Não bastasse isso, a Assembleia Geral do CIGA, em 28 de janeiro de 2016, a qual aprovou o novo quadro de pessoal do CIGA, aumentou o número de cargos para atender às novas demandas.

Diante do novo panorama, e:

Considerando que o espaço locado atualmente, com aproximadamente 112,5m² de área privativa e 163,33m² de área total, está totalmente adaptado às atividades do CIGA (cabimento estruturado para as redes de computadores, espaços planejados para os computadores de grande porte, ar condicionado dimensionado e outras questões carga elétrica adequada), sendo o único imóvel que atende às condições de localização e instalação para a sua sede administrativa, o que inviabiliza a competição com outros imóveis, diante das peculiaridades do caso;

Considerando a expansão prevista dos serviços do CIGA e, consequentemente, do quadro de pessoal;

Considerando o superávit de 2015 e a arrecadação do CIGA em

2016;

Considerando a importância de possuir adequado espaço físico para a execução das atividades administrativas, de desenvolvimento tecnológico, operação, manutenção, treinamento e demais atividades junto aos 290 municípios consorciados;

Considerando a ocupação total dos espaços adquiridos e locados atualmente;

Considerando a compatibilidade do preço com o valor de mercado, atestado por laudos técnico-econômicos de avaliação de imóvel, segundo a NBR 14653-2, que fazem parte deste Processo, bem como de seus Processos Administrativos originários, de n.ºs 24 e 27, ano 2016, do CIGA.

Faz-se necessária, para o regular exercício de suas funções, a aquisição do espaço atualmente locado a fim de abrigar e complementar a sede administrativa do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, mantendo-a em um único local, o que conduz à dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93.

Contratada:

BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA.

CNPJ:

83.601.534/0001-09

VALOR:

R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Projeto nº 1.001 – Aquisição da Sede Administrativa, no elemento de despesa nº 4.4.90.61.06 (Aquisição de imóveis – Salas e/ou escritórios).

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito de Lebon Régis

Presidente do CIGA

Extrato de Contrato n. 397 - Câmara Municipal de Videira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 397/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Videira

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Videira

CNPJ: 78.511.326/0001-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 399 - Prefeitura Municipal de Palhoça

EXTRATO DE CONTRATO Nº 399/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Palhoça

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palhoça

CNPJ: 82.892.316/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 120.420,00 (cento e vinte mil e quatrocentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 401 - Prefeitura Municipal de Xanxerê

EXTRATO DE CONTRATO Nº 401/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Xanxerê

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Xanxerê

CNPJ: 83.009.860/0001-13

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 27.240,00 (vinte e sete mil e duzentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 402 - Câmara Municipal de Tigrinhos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 402/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Tigrinhos

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Tigrinhos

CNPJ: 04.219.209/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 17 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 403 - Prefeitura Municipal de Guatambu

EXTRATO DE CONTRATO Nº 403/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Guatambu

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guatambu

CNPJ: 95.990.206/0001-12

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 404 - Prefeitura Municipal de Arabutã

EXTRATO DE CONTRATO Nº 404/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Arabutã

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arabutã

CNPJ: 95.995.221/0001-53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3ªº TERMO ADITIVO AO

CONTRATO 45/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 700,00 (setecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 28 de fevereiro de 2018.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 405 - Prefeitura Municipal de Itaiópolis

EXTRATO DE CONTRATO Nº 405/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Itaiópolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itaiópolis

CNPJ: 83.102.517/0001-19

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 124/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos

a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 16.680,00 (dezesesseis mil e seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 406 - Prefeitura Municipal de Passo de Torres

EXTRATO DE CONTRATO Nº 406/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Passo de Torres

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

CNPJ: 95.782.793/0001-54

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.560,00 (sete mil e quinhentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 407 - Prefeitura Municipal de Rodeio

EXTRATO DE CONTRATO Nº 407/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Rodeio

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rodeio

CNPJ: 83.102.814/0001-64

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 24/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.330,00 (três mil e trezentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 408 - Prefeitura Municipal de Garuva

EXTRATO DE CONTRATO Nº 408/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CNPJ: 83.102.848/0001-59

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 13.440,00 (treze mil e quatrocentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 409 - Câmara Municipal de Quilombo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 409/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Quilombo

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Quilombo

CNPJ: 04.435.304/0001-32

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: contrato 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 410 - Câmara Municipal de Calmon

EXTRATO DE CONTRATO Nº 410/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Calmon

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Calmon

CNPJ: 95.949.814/0001-83

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 1/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e

Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 411 - Prefeitura Municipal de Chapecó

EXTRATO DE CONTRATO Nº 411/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Chapecó

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Chapecó

CNPJ: 83.021.808/0001-82

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 693/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 76.080,00 (setenta e seis mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2017.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 412 - Câmara Municipal de Ouro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 412/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Ouro

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ouro

CNPJ: 00.083.494/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 413 - Prefeitura Municipal de Grão Pará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 413/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Grão Pará

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Grão Pará

CNPJ: 82.558.149/0001-55

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 88/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa

desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.435,00 (nove mil e quatrocentos e trinta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 414 - Prefeitura Municipal de Itá

EXTRATO DE CONTRATO Nº 414/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Itá

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itá

CNPJ: 83.024.240/0001-53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 117/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus

respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 415 - Prefeitura Municipal de Iomerê

EXTRATO DE CONTRATO Nº 415/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Iomerê

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iomerê

CNPJ: 01.612.744/0001-20

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 417 - Prefeitura Municipal de Içara

EXTRATO DE CONTRATO Nº 417/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Içara

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Içara

CNPJ: 82.916.800/0001-11

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos

Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 15.720,00 (quinze mil e setecentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

CONTRATO Nº 2016/030 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES A FIM DE PROMOVER O ESCLARECIMENTO/CONSCIENTIZAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DE MEIOS DE HOSPEDAGEM EM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DE SE ALCANÇAR PADRÃO ADEQUADO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/030

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Raízes do Brasil Consultoria Ltda ME

OBJETO: Prestação de serviços para execução de ações a fim de promover o esclarecimento/conscientização dos empreendedores de meios de hospedagem em relação à importância de se alcançar padrão adequado na prestação do serviço, buscando-se equilíbrio entre qualidade dos serviços e preços adotados nos meios de hospedagem que compõe o Circuito Vale Europeu mantido pelo CONTRATANTE.

VALOR: R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: até 30 de junho de 2017.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 22 de Dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CIS/AMMVI**108-2016 VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica, com sede na Av São Paulo, nº 862, no bairro São Geraldo, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ nº 00.088.317/0001-21, neste ato representado pelo Srta. Joici Maria Oliveira, inscrita no CPF nº 564.752.410-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados “Secretarias Municipais de Saúde”, conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar

o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação “VENDA PROIBIDA”, conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos

químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 355.879,65 (Trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;

- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;

- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;

- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;

- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;

- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;

- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;

- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do

Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

- a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

- b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente

do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interrompido ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 23 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Joici Maria Oliveira

109-2016 CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rodovia Itapira, no bairro Ponte Preta, na cidade de Itapira/SP, inscrita no CNPJ nº 44.734.671/0001-51, neste ato representado pelo Sr. Romeu Pereira de Souza, inscrito no CPF nº 042.672.658.87, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas

extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou géleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do

Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 244.602,61 (Duzentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e dois reais e sessenta e um centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos

previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

- a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;
- b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:
 - Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;
 - Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;
 - Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE,

pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em

laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interdito ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 23 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Romeu Pereira de Souza

RESOLUÇÃO Nº 137-2016 - CISAMVI

RESOLUÇÃO nº 137, de 23/12/2016.

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR, NO-MEIA

COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios consorciados e pelo Contrato de Consórcio Público, e Considerando o disposto nos art. 49-E e 49-F, do Estatuto Social do CISAMVI;

Considerando o disposto no § 1º do art. 49-H do mesmo Estatuto, c/c aplicação por analogia do art. 16 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 83, de 29/07/14, Considerando o Julgamento Administrativo do Processo Administrativo nº 001/2016, instaurado através da Resolução nº 123/2016, que nomeou Comissão Especial para apurar possíveis irregularidades nas contratações de bens e/ou serviços através do CISAMVI, acolhendo o relatório conclusivo desta;

Considerando que os trabalhos da Comissão Especial trataram-se de um procedimento apuratório sumário, tendo o escopo de levantar os contratos vigentes, os serviços prestados com e/ou sem contratos e o pagamento devido aos prestadores que efetuaram os mesmos;

Considerando a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/12/2016, na qual os membros consorciados acordaram que os municípios de Ascurra, Pomerode e Blumenau, indicariam os servidores públicos efetivos para compor a Comissão de Sindicância:

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apuração de possível irregularidade tipificada nos artigos 49-A e 49-B do Capítulo XII do Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, bem como, a violação aos dispositivos da (1) Lei 8.666/93 (artigo 89), (2) Lei 8.429/92 (artigo 10, inciso V, VIII, IX e XIV e artigo 11, inciso IV), (3) Constituição Federal (artigo 37), praticadas pelos ex-empregados públicos ocupantes de emprego de confiança: Carlos César da Silva – Diretor Executivo e Raquel Gripa – Gestor(a) de Serviços.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores indicados pelos municípios consorciados, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a municipalidade:

Nome Servidor	Emprego/Função	Município Consorciado
Lígia Hoepfner	Farmacêutica	Pomerode
Alexandre Fistarol	Auditor Fiscal	Ascurra
Rosemeri Moser	Assistente Social	Blumenau

Art. 3º. Para cumprimento de suas atribuições, a Comissão terá acesso ao Procedimento Administrativo 01/2016 e a toda e qualquer documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, deverá colher depoimentos e demais provas que julgar pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Resolução, podendo ser prorrogado por igual período, presente a necessidade concreta da manutenção de seus trabalhos para elucidações dos fatos, nos termos do § 1º do Art. 49-F do Estatuto do CISAMVI.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 23 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

CISAM**PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 09/2016**

CISAM Meio Oeste – SC
Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental
Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário –Capin-
zal/SC CEP: 89665-000
Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@
cisam.sc.gov.br
CNPJ: 08.484.353/0001-16

PORTARIA CISAM MO Nº – 0009/2016 DE 21/12/2016

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Inter-
municipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas
atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares,
ao Servidor Bruno Cesar Schmitt (Matr.0002), ocupante do Car-
go de Provisão Efetivo de Engenheiro Sanitarista, Nível154,
referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2015
à 30/06/2016, para serem fruídas no período de 17/01/2017 à
05/02/2017, de conformidade com o Art. 134 , § 1º da Consolida-
ção das Leis Trabalhistas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 21 de dezembro de 2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente

Ciente:

Servidor

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 10/2016

CISAM Meio Oeste – SC
Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental
Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário –Capin-
zal/SC CEP: 89665-000
Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@
cisam.sc.gov.br
CNPJ: 08.484.353/0001-16

PORTARIA CISAM MO Nº – 0010/2016 DE 21/12/2016

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Inter-
municipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas
atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, a
Servidora Lucimari Collet (Matr.0004), ocupante do Cargo de Provi-
mento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 56, referente ao
período aquisitivo compreendido entre 01/07/2015 à 30/06/2016,
para serem fruídas no período de 17/01/2017 à 15/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 21 de dezembro de 2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente

Ciente:

Servidor

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 11/2016

CISAM Meio Oeste – SC
Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental
Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário –Capin-
zal/SC CEP: 89665-000
Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@
cisam.sc.gov.br
CNPJ: 08.484.353/0001-16

PORTARIA CISAM MO Nº – 0011/2016 DE 21/12/2016

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Inter-
municipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas
atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, a
Servidora Elisabet Maria Zanela Sartori (Matr.0007), ocupante do
Cargo de Provisão Comissionado de Superintendente, Nível 165,
referente ao período aquisitivo compreendido entre 10/11/2015
à 09/11/2016, para serem fruídas no período de 17/01/2017 à
31/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 21 de dezembro de 2016.
Sidnei Penzo
Diretor Administrativo

Ciente:

Servidor

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 29/2016

RESOLUÇÃO Nº 29/2016

“Promove atualização monetária dos Preços de Regulação - PR, na
forma que especifica”.

O Presidente do CISAM-Meio Oeste, no uso de suas atribuições
legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alte-
rações, conforme autorização do art. 50 da Resolução nº 06/2013,
cujo conteúdo foi aprovado na Assembléia Geral do CISAM Meio
Oeste, de 18 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Promover a atualização monetária dos preços de regulação
(PR), em 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento), conforme
variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apu-
rado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE,
acumulado no período de dezembro/2015 a novembro/2016.

Art. 2º.O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte

e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água, R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgoto, R\$ 0,0064 (sessenta e quatro centésimos de centavo) por habitante a título de PR, em relação aos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos e R\$ 0,0064 (sessenta e quatro centésimos de centavo) por habitante a título de PR, em relação aos serviços de drenagem urbana.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Capinzal/SC, 16 de dezembro de 2016.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM-MO

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 30/2016

CISAM Meio Oeste – SC

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário –Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

RESOLUÇÃO Nº 30/2016

“Designa servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM-MO), na forma que especifica”

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações,
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações publicadas no Diário Oficial da União, que passa a ter a seguinte composição:

Presidente: Leomar Eggers

Vogal: Bruno Cesar Schmitt

Vogal: Nasser Ibrahim

Art. 2º Atribui, ainda, poderes ao Presidente para expedir e assinar editais convocatórios e demais documentos necessários à realização dos processos licitatórios.

Art. 3º DESIGNA também o servidor Leomar Eggers como Pregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2017.

Capinzal/SC, 21 de dezembro de 2016.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

TERMO DE APOSTILAMENTO 08/2016

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 08/2016

Primeira apostila ao Contrato administrativo nº 14/2015, e Primeiro Aditivo nº 01/2016 celebrado entre o CISAM - MO e a Proativa Madeiras LTDA EPP, que tem por objeto a contratação de serviços especializados de engenharia para fiscalização da obra de construção do laboratório e sede administrativa do Consórcio CISAM – MO.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado por seu presidente Andevir Isganzella, tendo em vista a Cláusula Segunda do contrato

administrativo CISAM-MO 14/2015 “podendo ser prorrogado até o cumprimento total do objeto”, estabelece:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do presente apostilamento inicia-se na data de sua assinatura, com término em 15 de dezembro de 2016, vinculado ao Contrato TA001/2016C183, firmado entre a Prefeitura Municipal de Capinzal e a Itacon Engenharia e Obras, empresa vencedora do processo licitatório para conclusão da obra fiscalizada.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 15 de julho de 2016.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste

Andevir Isganzella – Presidente

TERMO DE APOSTILAMENTO 09/2016

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 09/2016

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 14/2015, e Primeiro Aditivo nº 01/2016 celebrado entre o CISAM - MO e a Proativa Madeiras LTDA EPP, que tem por objeto a contratação de serviços especializados de engenharia para fiscalização da obra de construção do laboratório e sede administrativa do Consórcio CISAM – MO.

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado por seu presidente Andevir Isganzella, tendo em vista a Cláusula Segunda do contrato administrativo CISAM-MO 14/2015 “podendo ser prorrogado até o cumprimento total do objeto”, estabelece:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do presente apostilamento inicia-se na data de sua assinatura, com término na conclusão total da obra, vinculado ao Contrato TA001/2016C183, firmado entre a Prefeitura Municipal de Capinzal e a Itacon Engenharia e Obras, empresa vencedora do processo licitatório para conclusão da obra fiscalizada.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 15 de dezembro de 2016.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste

Andevir Isganzella – Presidente

TERMO DE APOSTILAMENTO 10/2016

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 10/2016

Primeira apostila ao Contrato administrativo nº 06/2016, celebrado entre o CISAM - MO e a M.A.C. Computação Gráfica LTDA, que tem por objeto a prestação dos serviços necessários para o armazenamento do site acessível pelo domínio <http://www.cisam.sc.gov.br>

O CISAM Meio Oeste, neste ato representado por seu presidente Andevir Isganzella, tendo em vista a Cláusula 20ª e seus parágrafos 1º e 2º do contrato administrativo CISAM-MO 06/2016, estabelece:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os preços constantes do Contrato nº 06/2016, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 à novembro/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal fica fixado em R\$ 37,48 (trinta e sete reais e quarenta e oito centavos).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços vigorará a partir de 01 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do presente apostilamento inicia-se em 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 15 de dezembro de 2016.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste
Andevir Isganzella – Presidente